Joaquim Veríssimo Serrão

MARCELLO CAETANO

CONFIDÊNCIAS NO EXÍLIO

Joaquim Veríssimo Serrão

MARCELLO CAETANO CONFIDÊNCIAS NO EXÍLIO

3.ª EDIÇÃO

VERBO

NA PESSOA EMINENTE
DO
PROF. DOUTOR PEDRO CALMON
DEDICA-SE ESTE LIVRO
AOS BRASILEIROS
E
AOS PORTUGUESES DO BRASIL
QUE DURANTE SEIS ANOS
ENVOLVERAM
MARCELLO CAETANO
EM AMIZADE, CONSIDERAÇAO E TERNURA
AJUDANDO A MINORAR
O DRAMA PROFUNDO DO SEU EXÍLIO

ÍNDICE GERAL

pág.

pág.

«Inconformado com a expatriação, dizia-nos — atento às notícias da Europa mas sem as comunicar a ninguém — que não desejava retornar. Pedia menos do que a justiça; era o olvido. Na realidade, combatera-o nos livros fortes que no Rio de Janeiro escreveu, alinhando a defesa prévia perante o tribunal imaginário (absolvido pelo consenso da nação) e recordando o colóquio sigiloso com o Doutor Salazar. Ao seu melhor amigo português, o mais amado e mais próximo, mestre Joaquim Veríssimo Serrão, confiara a esperança de que não deixasse morrer em Portugal a sua memória ...»

PEDRO CALMON (Elogio de Marcello Caetano, em reunião de 5 de Novembro de 1980, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

«Rio de Janeiro, 19 de Outubro de 1980. Volto de visita a Marcello Caetano ... Ao examinar em uma das mesas retrato de um homem, disse-me: — 'É de Veríssimo Serrão, presidente da Academia Portuguesa da História, um dos meus amigos constantes, que não deixará apagar a memória de meu nome. E sua *História de Portugal* é um dos monumentos actuais. Está no 5.º tomo e vem até ao século XVIII'. Disse mais acerca do amigo e historiador ...»

VIVALDI MOREIRA («Marcello Caetano Íntimo», in *Estado de Minas*, Sábado, 1 de Novembro de 1980).

PREFÁCIO

Este livro sai, infelizmente, tarde demais para corresponder ao pensamento que o inspirou. Redigido em grande parte no Verão de 1980, devia ser publicado no ano seguinte, por ocasião do 75.º aniversário do presidente Marcello Caetano. Era a maneira de lhe prestar um tributo de amizade e de contribuir para o melhor conhecimento da derradeira fase da sua vida. A obra pretendia um outro objectivo: esclarecer as linhas do humanismo político de Marcello Caetano, que teve em vista a promoção social e o bem-estar do povo português, sem renunciar à defesa intransigente dos nossos direitos no Mundo.

O abalo que me causou a sua morte, ocorrida no Rio de Janeiro a 26 de Outubro de 1980, levou-me a desistir da empresa. Já não era possível dar a Marcello Caetano a reconfortante alegria de o envolver numa afirmação pública de justiça e de gratidão. Não pensei mais em cumprir o voto que uma semana antes ele exprimira ao seu amigo Dr. Vivaldi Moreira, presidente da Academia Mineira de Letras, de que alguém saberia manter o fogo sagrado do seu nome e da sua obra. Tão-pouco me demoveu o contacto com a parte do espólio documental de Marcello Caetano, que a família confiou por seu desejo à minha guarda. Os apontamentos foram arrumados, para que ninguém mais lhes tocasse enquanto eu fosse vivo. E pareceu-me que a forma mais condigna de lhe honrar a memória era manter o seu culto no mais fundo da minha saudade.

Amigos comuns insistiram algumas vezes pela conclusão da obra. Coloco à frente de todos o nome do Prof. Dr. Pedro Calmon, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e que foi no Brasil o companheiro dilecto de Marcello Caetano. Também não esqueço o Prof. Eng.º Francisco de Paula Leite Pinto, antigo ministro da Educação Nacional, que me fez ver o interesse da publicação como testemunho histórico do passado recente. Foi esse ainda o desejo do Dr. Álvaro da Silva Tavares e do Dr. Clemente Rogeiro, sempre fiéis à lembrança do antigo presidente do Conselho, assim como do editor Fernando Guedes, que ele incluía no número dos amigos devotados. Os argumentos de todos acabaram por me demover; tanto mais que dez anos volvidos

sobre o 25 de Abril se mantêm ainda críticas injustas a Marcello Caetano e aos cinco anos e meio do seu governo. Reduzido por uns a pigmeu do Doutor Salazar, qualificado por outros de estadista inferior e até de manter conluios com a revolução, quantos dislates não se têm propalado acerca desse homem de craveira excepcional e que em vários campos de acção serviu dignamente a sua Pátria.

Com a agravante de alguns colaboradores de Marcello Caetano silenciarem hoje as provas de confiança ou de amizade que dele receberam. Não esqueço os que se dizem magoados por um cortejo de provações e a quem faltou a coragem para esconder o sofrimento. Mas o grupo numeroso é dos que entenderam mais cómodo, para encobrir a viragem política a que procederam, atribuir a Marcello Caetano, nem mais nem menos, do que a queda do antigo regime. No leque dos seus críticos vê-se de tudo: pessoas de formação conservadora, que o responsabilizam pelo 25 de Abril, e democratas de recente baptismo, que vão ao ponto de o culpar do fracasso político da revolução. Se uns afirmam que Portugal podia escapar à dinâmica histórica dos anos 70, os outros são os representantes de uma burguesia que apostou em largas franjas na mudança, mas como esta resultou ao invés dos seus interesses, fazem agora de Marcello Caetano o bode expiatório das suas frustrações.

É razão para afirmar que a história nada ensina aos homens e que a cena do mundo está montada para os deixar em permanente estado de cegueira! Mas a dez anos de distância impõe-se ver claro no meio da confusão que se gerou nos espíritos e render um sentimento de justiça, quanto mais não seja, a quem dele se mostrou merecedor. Não apenas tomar a responsabilidade dos nossos comportamentos mas saber distinguir os alheios é um lema de ordem moral que nenhuma sociedade consciente deve ignorar. Nos mais graves momentos da vida, as pessoas não podem eternamente baralhar os dados da confusão. Têm sobretudo de mostrar a força do seu carácter, que radica na coerência das atitudes que melhor servem o interesse da comunidade. Por isso há que distinguir entre os que lutaram por um ideal triunfante e os que chamam a si a responsabilidade das causas inglórias. Para que se apontem a dedo os que estão sempre prontos a atrelar-se ao cavalo do vencedor e esquecem que a verdadeira nobreza consiste em permanecer ao lado dos vencidos.

Marcello Caetano assentou a sua obra de governo em grandes ideais de acção, como o respeito da pessoa humana, a ânsia de justiça social e a defesa dos nossos valores históricos. A fórmula da «renovação na continuidade» não era um simples lugar-comum para ludibriar a opinião pública. Era uma doutrina que entendia conciliar a tradição e o progresso, promover o bem-estar das populações com base na posição histórico-cultural que detínhamos no Mundo. Era uma grande aposta no futuro e que teria aberto ao nosso País uma situação

invejável para as grandes opções do século XXI. *Com o admirável instinto que se identifica com a sabedoria das nações, assim o sentiu o povo laborioso e humilde que, sem qualquer dúvida, amava Marcello Caetano por ver nele um estadista honesto e um defensor do bem público. Por isso não receamos afirmar que o marcelismo ficará como alta expressão do humanismo político, por ter sido uma filosofia de vida e de acção que aspirava a um grande consenso nacional para alcançar metas sociais de justiça e para engrandecer a nossa vocação ecuménica.*

Durante cinco anos e meio pretendeu Marcello Caetano que os Portugueses tomassem consciência do seu desígnio. Mas teve de lutar contra fortes barreiras internas, acusado pelos meios conservadores de destruir a obra do seu antecessor e pelas facções liberais e progressistas de não ser demasiado veloz na prometida renovação. Como se o País fosse um bólide à mercê do capricho dos homens e das pressões de grupo! Por outro lado, ele, que sempre defendeu o interesse nacional, teve de arrostar com as exigências internacionais que pretendiam comandar a seu belo talante os destinos do Ultramar português. Ao receber em 1968 a herança do regime personificado no Doutor Salazar, o novo chefe do Governo logo compreendeu quanto evoluíra desde 1960 a geoestratégia das grandes nações. Com o apoio numérico do Terceiro Mundo, pudera o imperalismo soviético criar vários focos de penetração em África, na Ásia e nas Américas. Centrando no Atlântico Norte a área exclusiva de defesa do mundo livre, a NATO parecia não entender o papel determinante da rota do Cabo no jogo militar entre os dois blocos. A verdade hoje palpável é que, sem a protecção do Ocidente, que devia ver a África como extensão da sua própria salvaguarda, Portugal não seria poupado no grande confronto das duas hegemonias.

Para conjurar tamanho perigo, impunha-se, como escreveu em 16 de Fevereiro de 1974, «vencer a hora sombria». Marcello Caetano acreditava no apoio maciço da Nação, criando em todos uma forte consciência do que a Guiné, Angola e Moçambique representavam para o futuro da comunidade lusíada. Por meio da política da «autonomia progressiva e participada» antevia-se o grande destino reservado às províncias de África, com as estruturas do Governo a entregar um dia a brancos e nativos. Aumentara o número de diplomados das duas etnias, como advogados, médicos, professores, agrónomos, economistas e veterinários. Eram «novos Brasis» que iam surgir em África, com um riquíssimo património de história comum. Os anos de 1975 e 1976 veriam o cume desse pensamento político que dava ao Mundo o exemplo de uma comunidade racial única na história do nosso tempo. Por que razão a África devia ser entregue a movimentos de libertação formados no exterior, se gerações e gerações de brancos ali tinham nascido, lutado e sofrido por uma terra que também lhes

pertencia? Éramos, como Marcello afirmou em relação ao Brasil: «Uma comunidade com o segundo lugar no Mundo quanto a extensão territorial, com mais de cem milhões de homens que falam a mesma língua, com riquezas vastíssimas a explorar em benefício de toda a humanidade e com a consciência clara de uma missão a cumprir.»

No dia 25 de Abril de 1974 não se estava longe de alcançar esse objectivo que as pressões externas, com ramificações em variados sectores do nosso País, fizeram malograr, levando ao empobrecimento nacional e, pela maneira como a descolonização se operou, à vergonha da nossa geração. Foi pois a questão africana, e não qualquer crise interna, que fez baquear o regime presidido por Marcello Caetano. A revolução deu um novo rumo à política ultramarina, mas pode hoje reconhecer-se quem tinha afinal razão ao preservar o destino nacional e não o oferecer de mão beijada à cobiça estrangeira. O futuro será implacável para quantos denegriram os valores da Pátria e enganaram a boa-fé dos seus compatriotas. Mas a Marcello Caetano, que apontou as metas do interesse nacional e não foi ouvido, a história não deixará de fazer justiça. É como depoimento para a defesa dessa causa que esta obra vem agora a público.

Neste livro reúnem-se as informações e lembranças de uma amizade que se estendeu ao longo de um quarto de século e atingiu o momento alto quando do exílio de Marcello Caetano. Essa amizade ficou a ter para mim o valor de um símbolo, porque mais do que ao chefe político cujo ideário me orgulho de ter abraçado, o foi sobretudo em relação ao antigo reitor e ao homem de cultura que me deu sobejas provas da sua estima. Marcello Caetano sabia que eu era incapaz de violar os graus de distância com que sempre marcava as suas relações pessoais. Conhecia o meu desinteresse em aproveitar-me de situações de que outros talvez procurassem extrair benefícios. Honro-me assim de lhe ter dispensado sentimentos de respeito e de afecto, que são os mais duradouros que podem unir os homens.

Confidências no Exílio é o título global de uma obra que tem marcos distintos no tempo. Não seria possível evocar tantos laços de espírito sem o autor proceder a reminiscências pessoais para o melhor enquadramento da narrativa. Assim sucedeu no 1.º e 2.º capítulos, quando recordo os contactos estabelecidos com Marcello Caetano no período anterior a 1974, com especial relevo para a minha passagem pela reitoria da Universidade de Lisboa. Mas a parte mais substancial da obra respeita ao seu exílio no Rio de Janeiro, com base na volumosa correspondência trocada, nos livros que então deu ao prelo e nas agendas pessoais que sua família me confiou. Nos três últimos capítulos registam-se, enfim, os desabafos que teve para comigo aquando das visitas ao Brasil em 1978, 1979 e 1980 e que constituem porventura os últimos juízos de Marcello Caetano sobre os homens e os acontecimentos.

Sei de antemão que este livro vai lançar sobre mim cóleras e impropérios, porque diz verdades para muitos difíceis de ouvir e impossíveis de contestar. Não se esqueça que é um direito que assiste aos que a morte silenciou, poderem dizer da sua justiça no tribunal da História. Outros críticos virão com o cansado argumento de que a obra infringe as regras do viver democrático. A esses, para quem a democracia é apenas uma palavra que gritam nos comícios e utilizam para benefício próprio, posso responder que não aceito lições do género. Para mim, a democracia não é uma palavra, mas uma vivência, não é um argumento, mas um ideal de vida que sempre pratiquei ao meu redor e no respeito que devo aos outros. Não foi preciso o 25 de Abril para me comportar assim nas relações sociais, porque a minha prática de acção é-o sobretudo para com a pessoa humana e não para com partidos ou grupos que muitas vezes a desfiguram, quando não a pervertem. A menos que a democracia, como infelizmente começa a ser corrente, se transforme em encapotadas formas de autocracia em que não se dá aos outros o direito de pensarem como desejam. Este livro não se ergue contra ninguém, apenas contém a defesa justa de um homem e pretende ser um testemunho vivo perante a História.

Quero agradecer aos familiares de Marcello Caetano — sua irmã D. Olga e sua filha D. Ana Maria — as ajudas que me prestaram quanto à documentação e outros informes. O Dr. José Maria de Barros Alves Caetano procedeu à leitura do original, tendo-me facultado preciosos elementos sobre a vida de seu pai. Devo idêntica leitura ao meu querido amigo Prof. Dr. Artur Torres Pereira, a quem também agradeço as sugestões feitas. Do Brasil recebi muitos dados de interesse do Prof. Dr. Pedro Calmon e que respeitam à estada de Marcello Caetano naquele país. Considero-me ainda grato a sua cunhada D. Maria Antónia Queirós de Barros e ao Dr. Lopo de Carvalho Cancela de Abreu, antigo ministro da Saúde, pelos textos de que me deram conhecimento. Seria impossível enumerar outras pessoas que em Portugal e no Brasil me facultaram elementos para a redacção ou não me faltaram com o seu estímulo.

Enfim, para Fernando Guedes, que foi editor e grande amigo de Marcello Caetano, vai o meu agradecimento por mais este vínculo na cadeia de publicações que uniram a Editorial Verbo ao saudoso estadista e grande historiador. *Que a obra seja digna da sua memória, eis o meu comovido e ardente voto, o que equivale a dizer que Marcello Caetano não será esquecido por quantos o amaram em vida. Há-de ele ficar na História com o mais compensador dos designativos, porque é também o mais nobre dos títulos. Uma expressão simples: um Grande Português.*

Lisboa, 15 de Agosto de 1984

J. V. S.

CAPÍTULO I

RAZÕES DE UM CULTO
(1955-1973)

1. O PRIMEIRO ENCONTRO

Estava-se no domingo anterior ao Natal de 1955 e o então leitor de Português na Universidade de Toulouse vinha passar férias a Portugal. Raiara havia pouco a manhã e o *Sud-Expresso,* tendo deixado Salamanca, tentava recuperar as duas horas perdidas na travessia de Castela. Alguns madrugadores tinham já procurado o reconforto do salão-restaurante, menos talvez para satisfazer o estômago, do que para iludir a ânsia de matar saudades que os trazia para junto das famílias. A carruagem vinha pouco menos do que vazia, o que atenuava os incómodos da noite mal dormida e permitia festejar o doce Sol do mês de Dezembro com a alegria íntima de um bom companheiro de regresso.

Eram nove e meia da manhã e já o comboio deixara Ciudad Rodrigo a caminho da fronteira próxima. Sentia-se no espírito e no coração a vizinhança da terra natal. A quebrar a quietude do ambiente, eis que se abre a porta do compartimento e uma figura alta, que me impressionou pela sua distinção, depois de percorrer com os olhos os quatro ocupantes, inquire da minha identidade. Logo me estendendo a mão, diz com um timbre sereno e uma expressão de simpatia: Marcello Caetano. Levantei-me num ápice e ainda confuso balbuciei uma ou duas palavras. Da aflição do momento salvou-me o ministro da Presidência, que na sua grande estatura eu via pela primeira vez diante de mim.

De regresso de uma reunião da NATO em Paris, soubera que eu vinha no mesmo comboio e tivera o desejo de me conhecer. Queria felicitar-me pela atribuição do Prémio Alexandre Herculano, referente ao ano de 1954, que o Secretariado Nacional de Informação me tinha concedido. Disse que já lera os *Portugueses no Estudo de Toulouse,* obra que em muitos pontos fora para ele uma revelação. Jamais pensara que tivessem sido tão intensas, ao longo dos séculos, as relações culturais entre o nosso País e o Sul da França. E acrescentou que a minha investigação sobre António de Gouveia lhe dera a noção

de quanto a cidade de Toulouse contribuíra no Renascimento para a formação do chamado «direito histórico», a que os Franceses preferem dar o nome de «cujaciano».

Marcello Caetano perguntou depois a que investigações estava eu a proceder, ao que respondi que a terminar a tese de doutoramento sobre o reinado de D. António, prior do Crato. Olhando-me fixamente, inquiriu se merecia o nome de reinado o curto período de dois meses que vai da aclamação de D. António em Santarém à Batalha de Alcântara. Esmagado pelo peso do argumento, aduzi de forma sucinta duas ou três razões de carácter geral. Disse-me então para consultar os trabalhos de Damião Peres e Mário Brandão e os mais recentes de Pedro Batalha Reis e Queirós Veloso, editados pela Academia Portuguesa da História. A esta informação respondi conhecer já essas obras e que a parte substancial da tese a tinha obtido com fontes de Simancas, Paris e Londres. De novo estendendo a mão, Marcello Caetano incitou-me a prosseguir a pesquisa histórica, pois a missão dos leitores de Português no estrangeiro não devia resumir-se ao ensino da língua e da cultura, mas também a extrair dos arquivos locais os documentos de interesse para Portugal.

Não excedeu cinco minutos o encontro que decorreu à entrada do compartimento. Não me foi difícil apreender que Marcello Caetano sabia marcar distâncias, mesmo quando estabelecia uma relação de cordialidade. No convívio com pessoas mais velhas ou por quem tinha consideração, também isso estava de acordo com a minha maneira de ser. Impressionou-me sobremaneira a forma concisa do seu pensamento, expresso com clareza e com medida, dons que sempre nele muito admirei. Dir-me-ia mais tarde: *Vocês, homens de letras, gastam dez palavras para exprimir o que um jurista diz apenas em cinco.* Mas que um ministro em viagem oficial pudesse sair da torre de marfim para saudar um apagado leitor do Instituto de Alta Cultura tinha para mim nesse ano distante de 1955 o sabor de uma coisa sonhada, mas não possível.

O encontro com Marcello Caetano marcou-me profundamente, em forma de gratidão sem dúvida, no sentimento de generoso apreço que me fora dado receber. A consideração que senti pela sua pessoa estendeu-se depois à sua obra de historiador do Direito e das Instituições. A partir de então fiquei cada vez mais ligado ao homem que me oferecera a riqueza do seu convívio. Assim se fortaleceu o testemunho fiel que passei a conceder-lhe e que se foi transformando para mim, com o decurso dos anos, no privilégio de uma amizade de valor incomparável.

2. O COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DA BAÍA

No dia seguinte enviei a Marcello Caetano alguns dos meus trabalhos, que logo agradeceu com palavras de estímulo. Dizia-se penhorado com a minha lembrança: *... dois dos quais já conhecia na publicação original: o excelente estudo sobre o magistério de Gouveia em Grenoble, que vem dar novos elementos para a história do renascimento jurídico do século* XVI, *e o interessante trabalho sobre a fortuna francesa da infanta D. Maria, que fui lendo no Ocidente e que tantas novidades me trouxe ...* Logo após o acto de doutoramento, em 12 de Abril de 1957, ofereci a Marcello Caetano um exemplar da dissertação, que no seu entender *vinha compendiar, sistematizar e completar magistralmente o que se sabia sobre o Prior do Crato e o seu efémero reinado.*

Assim decorreram em plano epistolar as minhas relações com Marcello Caetano até 1959. Tinha sempre palavras de simpatia para agradecer os estudos que lhe ia enviando. Dizendo-se surpreso com as novidades dos arquivos franceses, entendia ser fundamental para a nossa história ver também «Portugal de fora», com a ajuda de informações que os historiadores tinham durante longo tempo ignorado. Recordo, em especial, o seu cartão de 17 de Outubro de 1958, a agradecer o trabalho sobre a participação dos juristas de França na querela da sucessão portuguesa de 1580: *... por tudo felicita V. Ex.ª, agradecendo-lhe como português e amador de história a contribuição que vem dando para o esclarecimento da história portuguesa à luz dos arquivos franceses.*

Mas só vim a ter um contacto mais estreito com Marcello Caetano em Agosto de 1958, durante o IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros que se efectuou na cidade do Salvador. No início de Julho telefonara-me o Dr. António de Medeiros-Gouvêa a informar da reunião da Baía e do desejo do reitor da Universidade de Lisboa de incorporar na delegação portuguesa dois leitores em universidades do estrangeiro. O secretário do Instituto de Alta Cultura propusera os nomes do Dr. António Coimbra Martins, então a ensinar na Sorbona, e do leitor em Toulouse. Fiel ao princípio de acreditar na juventude, que foi uma das facetas mais relevantes da sua actuação como professor e estadista, Marcello Caetano queria abrir horizontes de cultura a jovens docentes e investigadores do domínio luso-brasileiro. Era preciso continuar a acção de mestres da craveira de Hernâni Cidade, Damião Peres, Manuel Lopes de Almeida, Costa Pimpão, Mário Chicó e outros que ainda se batiam pela aproximação cultural das duas pátrias. O reitor da Universidade de Lisboa ia mais longe no seu pensamento: queria franquear as portas da Universidade a jovens leitores que o Instituto de Alta Cultura enviara para o estrangeiro e tinham cumprido com proveito a sua missão.

Seria injusto não evocar aqui o nome do Dr. Medeiros-Gouvêa, que durante 25 anos foi secretário-geral daquela instituição, onde começara com o Dr. José Manuel da Costa por ser adjunto do Prof. Francisco Leite Pinto, antigo leitor em França e secretário-geral da Junta Nacional de Educação, depois transformada em Instituto de Alta Cultura. Àquele organismo se devera a criação dos primeiros leitorados de Português no estrangeiro. Três bolseiros já se encontravam no ano de 1929-1930 em França, vindo depois a ser grandes professores: os Drs. Francisco de Paula Leite Pinto, Manuel Rodrigues Lapa e Rodrigo de Sá Nogueira. Foi sobre o primeiro que recaiu a honra de ser feito leitor de Português na Sorbona, sob a orientação do insigne lusófilo Prof. Georges Le Gentil. Assim teve início a criação de um corpo de «leitores» que projectaram a imagem da nossa cultura em França e noutros países.

Medeiros-Gouvêa doutorara-se em Ciências Geográficas, embora não fizesse parte da Universidade, devendo por aquele tempo rondar os 60 anos. Com uma visão epicurista da vida e dotado de inteligência penetrante, também ele acreditava na juventude e, em não poucos casos, esteve na origem da carreira de muitos dos leitores do Instituto. Os da minha geração que estiveram em França têm uma dívida de gratidão para com a sua memória: Francisco Mendes da Luz e Jorge Borja de Araújo Freitas optaram pela diplomacia; os já falecidos Julião Soares de Azevedo e Manuel Tânger Correia aprestavam-se a seguir a vida universitária; e foi esta abraçada por Luís de Matos, José Vitorino de Pina Martins, Urbano Tavares Rodrigues, António Coimbra Martins e por mim próprio, enquanto António Dias Miguel, Túlio Ramires Ferro e Manuel Breda Simões se dedicaram a outros domínios da investigação e do Ensino.

Perscrutante no olhar e sempre com uma palavra irónica para quebrar silêncios ou atalhar situações, Medeiros-Gouvêa era um homem que apostava na juventude, pois ele próprio não perdera com os anos a irreverência do estudante. Recordo-me de, em 1950, ao pedir-lhe instruções para o desempenho do cargo de leitor, me haver respondido: «Instruções? Trabalhe, estude, conheça a vida e faça-se homem, porque ainda está muito cru.» A resposta deixou-me perplexo, quando correspondia apenas a um sentimento de esperança na minha actuação. Coadjuvado desde 1953 pela Dr.ª Rosa Castanho, que garantia a eficiência dos serviços administrativos, era ele o homem forte do Instituto. Quando o Prof. Gustavo Cordeiro Ramos o recebia para despacho ao fim da tarde, já as propostas de nomeação estavam em bom caminho e os leitores prestes a seguir para o seu destino. Hoje, esquecido de muitos que ajudou a singrar na vida, Medeiros-Gouvêa merece que o recorde com uma expressão de saudade.

No dia 8 de Agosto saiu de Lisboa a delegação presidida pelo reitor Marcello Caetano e que tinha como secretário Medeiros-Gouvêa.

Dela faziam parte, entre outros, nomes de prestígio como os Profs. Reinaldo dos Santos, Vitorino Nemésio, Álvaro da Costa Pimpão e Manuel Lopes de Almeida, assim como o Dr. José de Azeredo Perdigão, presidente da Fundação Calouste Gulbenkian. Dois amigos dos meus tempos de Coimbra incorporavam-se na comitiva: o Prof. Luís de Albuquerque, historiador da cartografia e da náutica, e o Eng.º João Miguel dos Santos Simões, o maior especialista da azulejaria em Portugal e no Brasil. Vivendo há quase dez anos no estrangeiro, não conhecia muitos participantes, pelo que vim com alguns deles a estabelecer laços de boa amizade. Tal o caso do Prof. Mário Chicó, notável historiador da arte portuguesa e ultramarina; do filólogo e arabista Dr. José Pedro Machado, que seguia viagem a convite do Prof. Antenor Nascentes; do Prof. António Cruz, que então se batia pela restauração da Faculdade de Letras do Porto, de que veio a ser prestigioso director; e do Dr. Alberto Iria, historiador da Expansão Ultramarina e do Algarve, depois meu colega nas lides da Academia da História. Na Baía foi companheiro mais chegado de convívio o Dr. António Coimbra Martins, leitor na Sorbona, com quem reforcei os laços de amizade. E com outros membros da delegação estabeleci excelente contacto, como sucedeu com o filólogo Joseph Maria Piel, o etnógrafo Jorge Dias e o historiador de arte Jorge Henrique Pais da Silva [1].

O reitor Marcello Caetano chegava a Salvador com a justa auréola de uma das mais destacadas figuras do mundo intelectual português. Pela sua actuação digna e superior, logo se identificou com o ambiente baiano e deu à nossa representação o desejado luzimento. Ele próprio relembraria em 1975 o que fora a sua presença no IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros: *Na Baía gozei o privilégio de passar três semanas, há-de haver quinze anos, o que me deu tempo para calmamente passear nas ruas e calçadas, meditar no cais, conviver com o seu povo, assistir aos candomblés, visitar as suas igrejas, os seus monumentos e os seus museus, saborear, numa palavra, um pouco dos seus encantos* [2]. Por várias vezes Marcello Caetano pediu a minha opinião sobre a marcha das sessões, tendo mesmo a gentileza de me felicitar pelas duas comunicações que eu apresentara na 5.ª sessão do Colóquio [3]. Num encontro em que estavam presentes alguns assistentes e alunos da Universidade, eu pretendi com exagerada convicção

[1] Foi no Colóquio da Baía que conheci e me tornei amigo de várias figuras do Brasil, como Pedro Calmon, Luís Viana Filho, Celso Ferreira da Cunha, Thiers Martins Moreira, Mário Barata e Hélio Simões, este o eficiente secretário-geral do Colóquio.

[2] Marcello Caetano, *O Barroco Mineiro,* conferência proferida na Academia Mineira de Letras, Belo Horizonte, 1975.

[3] Respectivamente, «O Brasil e a realeza de D. António, Prior do Crato» e «Dois documentos para a História da Baía em 1634-1635», publicados em *Brasília,* vol. XI, Coimbra, 1960.

defender o princípio da unidade da língua e, a propósito do vocabulo «Baía», disse não haver qualquer vantagem no emprego da variante brasileira. Recordo-me de Marcello Caetano, que entretanto chegara ao nosso redor, haver delicadamente chamado a minha atenção para o respeito devido ao acordo ortográfico de 1945, que mandava para os antropónimos observar as regras em vigor nos dois países.

Faziam-se então ouvir nos areópagos internacionais as primeiras grandes vozes discordantes contra a política ultramarina de Portugal. O Colóquio foi de certo modo aproveitado para manifestações anticolonialistas, visando pôr em causa a nossa presença em Angola, Moçambique e nos restantes estados portugueses de África. Nessa campanha tomou parte activa um intelectual de rara envergadura, o Prof. Agostinho da Silva, que dirigia um centro de estudos africanos na Universidade baiana e, embora português até à medula, exigia a independência das colónias como verdadeira afirmação do ecumenismo lusíada. Alguns periódicos não perderam o ensejo de organizar mesas-redondas, fomentando debates e pedindo explicações quanto ao assunto. Com o apoio do Dr. João Pereira Bastos, que com tanta distinção exercia as funções de cônsul-geral na Baía, o reitor Marcello Caetano explicou em várias reuniões quais as linhas mestras no passado e no presente da nossa política ultramarina. A vários jornais respondeu que a acção colonizadora de Portugal, tanto no respeito pelas várias etnias como no fomento das terras e no apoio às populações, não tinha parelha nas outras nações colonizadoras [1].

A 11 de Agosto, sob a presidência do reitor Edgar Santos, teve lugar a cerimónia para a atribuição do grau de doutor *honoris causa* ao reitor da Universidade de Lisboa. Estavam presentes as mais altas entidades da vida política, social e religiosa da Baía, assim como os professores e membros do colégio doutoral. O Prof. Magalhães Neto, decano da Faculdade de Medicina, fez o elogio do novo doutor, o qual agradeceu numa oração de belo recorte literário, dizendo que recebia tamanha honra como se fosse dirigida à Universidade portuguesa. Elevando a secular tradição que unira o Brasil e Portugal na aplicação do mesmo direito, Marcello Caetano fazia um apelo ao futuro para a obra ingente que devia para sempre unir os dois povos irmãos: *Mas se a história que aqui continuais é remota e densa, o Futuro que se vos abre apresenta perspectivas que não são menos aliciantes nem impõem menos responsabilidades. Não se pode construir o futuro sem formar um escol; e a formação do escol é a grande missão das universidades. Países novos e países velhos todos estão assoberbados,*

---

[1] Apenas a título de informação, posso acrescentar que Marcello Caetano, sabendo do meu interesse pela história da expansão portuguesa, me pediu então um pequeno memorando sobre as razões dadas pelos nossos cronistas quanto à gesta civilizadora de Portugal.

nesta hora genesíaca, com as tarefas suscitadas por uma das maiores transformações que a história do homem tem registado nas concepções do Universo, nos meios de domínio da Natureza e nas condições de vida. Por toda a parte se reclamam quadros que conduzam, orientem e amparem as populações, ajudando-as a vencer as dificuldades de crise e a integrar-se no mundo novo que tão inopinadamente se lhes abre ...

Marcello Caetano saudou depois a sua nova escola, mostrando a força dos vínculos que a podiam robustecer na defesa do património comum: *A Universidade de Lisboa, que tenho a honra de representar, integrou-se neste movimento de renovação, que vive com o entusiasmo dos seus quadros docentes a cada momento rejuvenescidos pela seiva nova com que as novas gerações a vão nutrindo. E nesse afã se encontrou com a da Baía, sua irmã mais nova, que com tamanha galhardia tem ocupado o seu lugar no mundo universitário. Fazendo apelo a cada momento a professores portugueses, criando-lhes aqui um ambiente de carinhosa simpatia, proporcionando-lhes condições de fecundo trabalho, a Universidade da Baía transformou-se numa escola luso-brasileira, órgão dessa Comunidade que os tratados consagraram, mas que se radica no sangue e na linguagem e se há-de manter pela Cultura.* Traduziam estas palavras o selo de uma aliança que se propunha cada vez mais constante e fecunda entre as duas instituições e os seus membros [1].

Dois dias mais tarde recebiam o mesmo grau honorífico o Prof. Marcel Bataillon, membro do Colégio de França, e os portugueses Prof. Reinaldo dos Santos, catedrático jubilado da Faculdade de Medicina de Lisboa, Prof. Vitorino Nemésio, da Faculdade de Letras da mesma Universidade, Prof. Álvaro Júlio da Costa Pimpão, director da Faculdade de Letras de Coimbra, e o Dr. José de Azeredo Perdigão, presidente da Fundação Calouste Gulbenkian. A reunião do Salvador mostrara a força da comunidade luso-brasileira no campo da cultura, permitindo aprofundar temas históricos e literários de interesse comum. O III Colóquio foi, porventura, dos encontros mais profícuos do género, como se extrai das respectivas actas e conclusões. E para o êxito da iniciativa contribuiu em muito o reitor Marcello Caetano, com o prestígio da representação nacional que lhe foi confiada.

No regresso a Lisboa, entenderam os membros da delegação, por diligência do Dr. Luís Silveira, inspector superior das Bibliotecas e Arquivos, homenagear o chefe da missão cultural que havia pouco se deslocara ao Brasil. Um almoço realizado no Hotel Eduardo VII

[1] O discurso foi reeditado no volume de Marcello Caetano *Pela Universidade de Lisboa. Estudos e Orações (1959-1962)*, Studia Universitatis Olisiponensis, Lisboa, 1974, pp. 19-24.

permitiu estreitar esses laços de bom convívio. Recordo-me de Marcello Caetano ter agradecido o gesto da delegação com palavras de grande simbolismo, em que pôs em relevo o papel da cultura como o maior veículo de aproximação dos intelectuais portugueses. Alertando para as ameaças que começavam a fazer-se sentir contra a nossa presença em África, disse o reitor da Universidade de Lisboa que a língua e a história deviam valorizar-se como reservas autênticas do património nacional. Nesse ponto lançava um apelo aos colegas presentes, a fim de defenderem a herança espiritual comum.

3. A CRISE ACADÉMICA DE 1962

Cumprida a missão de leitor na Universidade de Toulouse, nos finais de 1960 regressei a Portugal para ingressar no corpo docente da Faculdade de Letras de Lisboa. Não me fora possível seguir a carreira universitária em Coimbra, onde no ano de 1957 tinha obtido o doutoramento em Ciências Históricas. No encontro da Baía quisera o reitor Marcello Caetano inteirar-se da situação que me fora criada, pelo que inquiriu do meu desejo em ser contratado pela sua Universidade. No ano seguinte acabava o contrato do Dr. Henrique Barrilaro Ruas como segundo-assistente da secção de História e ele próprio manifestara a intenção de deixar a Faculdade. Por motivo de interesses comuns na história do humanismo, eu mantinha excelentes relações com o Prof. Artur Moreira de Sá, que fizera uma diligência sem meu conhecimento junto do Prof. Manuel Heleno, director da Faculdade de Letras, para este aceitar a minha colaboração. No mesmo sentido se orientou o Prof. António Gonçalves Rodrigues, que era membro do Senado e, desde 1956 exercia o alto cargo de vice-reitor da Universidade.

Aprovada a proposta pelo Conselho da Faculdade, eram-me atribuídas as regências de História Moderna e Contemporânea, de História da Antiguidade Oriental e de Numismática, com as aulas práticas de História dos Descobrimentos e de História do Brasil, cadeiras regidas pelo Prof. Manuel Heleno. A reitoria deu imediato seguimento ao processo e no dia 17 de Janeiro de 1961, na presença do Prof. Marcello Caetano, tomei posse do cargo de primeiro-assistente da secção de História. Prestado o juramento de honra, guardo ainda as palavras de simpatia que o reitor me dirigiu no seu gabinete do Campo de Santana. Disse que a secção de História estava a impor-se como uma das mais qualificadas da Faculdade de Letras. Se o Prof. Heleno se orientara para a Arqueologia e a História dos Descobrimentos, a Prof.ª Virgínia Rau vivia para o grande projecto de um centro de história económica e social, com a colaboração do primeiro-assistente Dr. Oliveira Marques e garantindo com trabalhos de boa concepção a

área do medievalismo. Ali realizavam os alunos teses de licenciatura de excelente nível. A parte da História Contemporânea, sob a direcção da mesma cátedra, fora entregue ao Prof. Jorge Borges de Macedo, ainda assistente da secção. Sobre mim recaía, pois, a especialização na História Moderna, domínio em que se integravam os estudos que há anos vinha dando a lume.

Agradecendo o seu interesse na prossecução da minha carreira, recordo-me de haver dito ao reitor que era meu desejo aprofundar a história política e cultural dos séculos XV a XVIII, tanto nos aspectos internos como nas relações com o estrangeiro. Tinha em bom caminho a história dos mestres e estudantes portugueses na Universidade de Salamanca, ao que Marcello Caetano indagou se eu encarava a apresentação do trabalho como tese de concurso para professor extraordinário. Expliquei-lhe as linhas mestras da investigação feita, ao que respondeu que talvez não correspondesse ao modelo tradicional da dissertação, mas que o júri teria sempre de considerar o tema como um contributo inovador para a história da cultura portuguesa. Ficou assente que nesse Verão eu daria por finda a pesquisa nos arquivos salmantinos e que no fim do ano o trabalho começava a ser impresso. Nesse tom cordial decorreu a primeira conversa que tive com o meu reitor.

Em Março do ano seguinte fui convocado para a reitoria. Marcello Caetano inquiriu do estado da dissertação, pois era seu desejo marcar para Julho os concursos para as duas vagas de professor extraordinário de História. Era outro candidato o Dr. A. H. de Oliveira Marques, cuja tese sobre os primórdios da agricultura em Portugal não tardaria a ficar impressa. Esclareci o reitor de que o meu volume estava pronto dentro de um mês, também com a chancela da Faculdade de Letras [1]. Deu-me então o conselho de actualizar a bibliografia histórica e, ao mesmo tempo, de não descurar o estudo da paleografia, matéria sobre que devia incidir o exame prático. Graças ao conselho de Marcello Caetano, entendi proceder ao melhor aproveitamento do tempo de que dispunha até Julho, para o novo passo a que aspirava na minha carreira docente.

Pouco depois eclodia a crise académica de 1962, devido à proibição do Dia do Estudante. Espero um dia, com base nos papéis confidenciais que recebi de Marcello Caetano, desenvolver a sua actuação no assunto [2]. Depois de dar instruções ao reitor em sentido

---

[1] É de toda a justiça salientar que a edição das duas dissertações apenas se tornou possível (na *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa,* III série, n.º 1 e 2, Lisboa, 1962) graças à diligência do Prof. Artur Moreira de Sá, ao tempo responsável pela publicação, que pôs de lado outros originais para não retardar a marcação dos dois concursos.

[2] Veja-se a síntese de Franco Nogueira, *Salazar,* vol. V, *A Resistência (1958-1964),* Porto, 1983, pp. 399-400.

contrário, o ministro da Educação Nacional decidiu, em 27 de Março, autorizar a realização desse convívio, determinando que o respectivo programa fosse elaborado com cada um dos reitores. Sentindo-se desautorizado, Marcello Caetano exprimiu a intenção de se demitir na audiência que o Prof. Manuel Lopes de Almeida lhe concedeu em 31 de Março. Mas para que a sua atitude não fosse mal interpretada da opinião pública, acedeu em ficar no cargo por mais algum tempo. Podia assim, no que respeita ao Dia do Estudante, colaborar na política do Ministério «com consciência e com autoridade». Nesse sentido, informou o ministro do programa assente com os estudantes para os dias 7 e 8 de Abril. Porém, sem ter recebido qualquer informação superior, viu com espanto nos jornais de 5 de Abril o comunicado oficial a proibir a manifestação.

Sem que fosse tornado público, logo nesse dia o reitor dirigiu uma carta de grande dureza ao ministro da Educação, a solicitar a exoneração. Em prospectos largamente distribuídos em Lisboa, Porto e Coimbra, os estudantes anunciavam manifestações de protesto contra a decisão governamental. O ambiente era de grande tensão, pois corriam graves rumores que as forças policiais iam reprimir com violência quaisquer desacatos contra a ordem. No dia 6 fui à reitoria informar-me dos mecanismos legais para o concurso e à saída encontro Marcello Caetano com um ar de alguém preocupado. Nem um mero sorriso esboçou. Chamando-me de lado, perguntou-me o que havia quanto aos acontecimentos em curso. Disse-lhe apenas saber o que era voz corrente, mas que, em meu parecer, o Governo andara mal, autorizando e proibindo uma semana depois o Dia do Estudante. Quaisquer que fossem as implicações de ordem política da manifestação (ao tempo, com uma certa ingenuidade, nem sequer as via), impunha-se deixar os estudantes exprimir os seus anseios, porque nos outros países, tal o caso da França que eu bem conhecia, assim era corrente. O Ministério arriscava-se, pois, a perder o crédito, caso houvesse confrontos entre as forças da ordem e os estudantes. O reitor manteve-se durante a conversa de sobrolho carregado, como se talvez esperasse uma resposta diferente, e despediu-se secamente. Mas também eu não tinha solução para a crise que, como adiante relato, veio depois a afectar a minha carreira universitária.

No sábado 7 de Abril, terminada a aula das 11 horas, apercebi-me da vozearia de duas a três centenas de alunos apinhados na escadaria e nos jardins da Faculdade de Letras, contra o forte dispositivo de segurança montado na alameda fronteira à reitoria. Pretendiam os estudantes dirigir-se para a cantina da Universidade, enquanto as forças da polícia impediam a sua dispersão pela Cidade Universitária, querendo encaminhar os manifestantes para o Campo Grande. Perante esta ameaça, os alunos gritavam frases hostis contra a proibição ministerial do Dia do Estudante. Logo me pareceu despropositada a

rede de segurança, que uma vez em acção era de molde a provocar confrontos físicos de resultados incertos, mas de qualquer forma gravíssimos. Procurando acalmar os estudantes, para os impedir de se aproximar da polícia colocada a oito ou dez metros, estava o Prof. Luís Lindley Cintra, que me pediu e ao Dr. Oliveira Marques para o auxiliarmos na difícil tarefa de pacificar os alunos. Pouco depois punham-se, com a mesma intenção, ao lado do colega a Dr.ª Maria de Lourdes Belchior e o Dr. António Coimbra Martins, ambos da secção de Filologia Românica.

Perante as inevitáveis consequências do confronto, para que concorria o estado de espírito de ambas as partes, não podia ser outra a opção de um professor consciente. Impunha-se acalmar os estudantes, no número dos quais vi muitos rostos que me eram familiares. Coroou-se assim de êxito a nossa diligência, quando o Prof. Cintra obteve a anuência do comandante da força policial para os estudantes seguirem para o Estádio Universitário, onde logo acorreram muitas dezenas de outros de várias faculdades e escolas. Ali compareceu, pelas 16 horas, o reitor Marcello Caetano, que tentou serenar o ânimo dos mais exaltados. Mas o ambiente era cada vez mais explosivo, pela hora adiantada e, também, porque a polícia rondava as cercanias do Estádio. Recordo-me de o reitor ter exigido do major Horta que as suas forças saíssem do recinto universitário, ao que ele acedeu mandando-as colocar junto do Hospital de Santa Maria. Seriam já umas 18 horas, pelo que Marcello Caetano propôs aos estudantes que não tinham ainda almoçado para seguirem para o Restaurante Castanheira de Moura, onde a reitoria a todos convidava para jantar. Formou-se então um longo cortejo, na vanguarda do qual estavam os cinco professores referidos. E, à parte as explosões de protesto dos estudantes contra as forças de segurança, acabou o dia 7 de Abril sem que se registasse qualquer incidente grave, que teria tido o efeito de um detonador de pólvora.

Devo referir estes factos para dar testemunho objectivo das horas difíceis que nesse dia me foi dado viver. Nem todos compreenderam os móbeis da atitude então assumida, para mim de pura defesa da integridade dos alunos que confiavam no apoio dos professores. Se houve politização do movimento, não a tiveram muitos como eu que agiram somente de boa-fé e em pleno acordo com o seu ideal universitário. Porque houve também docentes, dos que vieram em 1974 a proclamar o seu fervoroso antifascismo, que acharam então melhor afastar-se sorrateiramente do local da manifestação e foram mesmo ao ponto de criticarem os professores e assistentes que nela se tinham envolvido. A 20 anos de distância é possível hoje deturpar ou encobrir a verdade dos factos, só que a consciência dos homens vale mais do que o claro oportunismo dos que se aproveitam de circunstâncias vantajosas para esconder as manchas do seu passado. Mas diga-se que foi graças ao sacrifício desses cinco docentes, quaisquer que fossem as

razões pessoais de cada um, que o dia 7 de Abril de 1962 não se traduziu porventura numa página de sangue nos anais da Universidade de Lisboa.

4. VICISSITUDES DE UMA CARREIRA

No dia 28 de Abril de 1962 enviava a Marcello Caetano o primeiro exemplar da dissertação de concurso. Dizia fazê-lo em testemunho de gratidão para com o mestre sob cuja égide tinha entrado na Universidade de Lisboa e que era para mim doravante o meu reitor. Aproveitava o ensejo para lhe agradecer o generoso estímulo que me dispensara na docência e na investigação. Marcello Caetano respondeu a 11 de Maio em penhorantes termos: *Quer pela dissertação de concurso, quer pelas palavras da dedicatória, quer pelo teor da carta com que quis acompanhar o volume ... creia que tudo calou fundo no meu coração e que deveras lhe fico grato.* Mas acrescentava que, por respeito pelo júri, não queria pronunciar-se sobre a dissertação, não tendo porém dúvida de que seria uma contribuição séria para a história da nossa cultura .

A crise académica tinha deixado sequelas no ambiente da Universidade, afastando ideologicamente as pessoas e abrindo o caminho a ambições encapotadas. O meu concurso fora marcado para Julho, mas fortes pressões de grupo levaram o ministro da Educação em 12 de Maio, a despachar no sentido de o concurso ficar suspenso até melhor oportunidade. A decisão do Prof. Manuel Lopes de Almeida, de quem eu fora aluno e era devotado amigo, levou-me a um corte de relações com ele, situação que se manteve até Maio de 1970, quando estivemos juntos num encontro sobre o V Centenário de Vasco da Gama que a Fundação Calouste Gulbenkian organizou em Estrasburgo. Entretanto, em Novembro de 1962 o Prof. Lopes de Almeida foi substituído no Campo de Santana pelo catedrático de Direito Prof. Inocêncio Galvão Teles, o que pôs termo à interinidade do Prof. António Gonçalves Rodrigues na reitoria da Universidade de Lisboa. Para este cargo foi escolhido o Prof. Paulo Cunha, catedrático de Direito e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros. Verdade seja que foram muito difíceis os períodos em que Gonçalves Rodrigues exercera o governo interino da Universidade, pela marcada influência de políticos oposicionistas junto das associações de estudantes. Mas o reitor em exercício mostrou-se um hábil negociador, evidenciando qualidades de grande inteligência e de interesse pela vida da instituição.

Em diligências separadas, tanto o Dr. Oliveira Marques como eu próprio, pedimos a intervenção do Prof. Marcello Caetano junto do novo ministro, para tirar o concurso do ponto-morto. Em 25 de Abril

de 1963 informou-me ele que o assunto não tardaria em resolver-se, sendo de crer que o júri pudesse marcar as provas para Outubro. Era a esperança que renascia e, para além do mais, o sentido da justiça. Mas de novo se fez sentir a pressão de certos grupos da Faculdade de Letras junto do reitor Paulo Cunha. A pretexto de razões melindrosas que não cabe aqui mencionar, pretendia-se mais uma vez atrasar o concurso, com o manifesto fim de facilitar a ascensão de dois assistentes, um deles ainda não doutorado e de menor antiguidade. Foram tempos difíceis e que deixaram marcas duradouras de ressentimento nos espíritos.

Não se compadece com a essência deste livro evocar factos que de nenhuma forma prestigiam a história da Faculdade de Letras de Lisboa. Interesses de clientela tornaram-se então o meio de alcançar objectivos estranhos à vida da instituição, o que foi de molde a acirrar velhas antipatias e conduziu a uma bipolarização jamais existente nos professores daquela escola. No ano de 1963, o convívio entre muitos docentes tornou-se quase impossível, por apostarem mais na defesa dos seus grupos do que nos interesses do ensino e da cultura. O ministro Galvão Teles decidiu também adiar o concurso, esquecido dos prejuízos que daí resultavam para as dissertações que havia dois anos não eram apreciadas pelo júri. Entretanto, o Dr. Oliveira Marques pediu a rescisão do seu contrato de primeiro-assistente, enquanto eu aguardava na Faculdade a hora de me ser feita justiça.

Durante esse período avistei-me duas vezes com Marcello Caetano, que se mostrou agastado com a situação e prometeu intervir junto do ministro. Sei que o fez com interesse, mas o assunto continuou embaraçado. Por esse tempo, a Prof.ª Virgínia Rau foi nomeada directora da Faculdade de Letras, em substituição do Prof. Manuel Heleno, que se jubilara. Era uma excelente professora, que dominava bem as técnicas da investigação e mantinha bons contactos com os maiores centros históricos da Europa e da América. Deve-se-lhe a abertura em Portugal de muitos domínios de pesquisa, no que respeita a certas áreas da história económica e social, em que procurou interessar os seus colaboradores mais directos. Mas por um forte pendor individualista, deixando-se enredar em questões de pessoas e grupos que nada tinham a ver com a obra científica que lhe cumpria orientar, acabou Virgínia Rau por não fazer uma escola à altura da sua reconhecida capacidade. Em vez de unir o corpo docente, praticou a divisão própria dos seus interesses pessoais. Com a agravante de a direcção da Faculdade a ter escravizado no plano burocrático, pelo que três anos depois veio a deixar o cargo em conflito com gregos e troianos.

À Prof.ª Virgínia Rau fiquei devendo por mais um ano a paragem do concurso. Com a partida do Prof. Heleno eram agora duas as cátedras por preencher. Em Maio de 1965 telefonou-me Marcello

Caetano a dizer que ia fazer uma diligência junto da directora da Faculdade de Letras para que o assunto ficasse resolvido de vez. Aliás, o concurso fora aberto para duas vagas de professor extraordinário, pelo que o direito de cada um dos candidatos ficava plenamente ressalvado. Recordo-me de ter ido à sua residência e de Marcello Caetano me haver dito: *Custou, mas foi! Quanto é difícil em Portugal ter-se razão! Mas a falta de persistência está na origem das nossas abdicações ancestrais. No seu caso valeu a pena lutar.* Sei que lhe agradeci em palavras comovidas, vendo um sorriso de amizade nos seus olhos.

Tendo acabado o concurso a 6 de Dezembro de 1965, no dia seguinte recebi uma carta de Marcello Caetano a felicitar-me pela justiça feita e, sobretudo, *por se pôr termo à inexplicável dilação das provas de concurso, das quais o V. S. tinha de sair, como saiu, plenamente triunfante.* Deu-se, entretanto, um episódio que tenho gosto em relatar. Com *O Rio de Janeiro no Século XVI* [1], eu concorrera ao Prémio de História de Literatura Ultramarina. Ignorava que Marcello Caetano era o presidente do júri, porque não teria sido candidato. Mas para que se ajuíze da sua finura em dilucidar situações, a que se pode acrescentar a admirável rectidão que o sentimento da amizade não podia em nenhumas circunstâncias contrariar, divulgo a carta que me dirigiu a 7 de Janeiro de 1966: *Fui este ano presidente do júri de História do concurso de literatura ultramarina, cujas deliberações terminaram ontem. Entre os livros concorrentes estava o seu* Rio de Janeiro, *sem dúvida o melhor de todos. Suscitou-se porém uma dúvida: o regulamento do concurso (que dantes se chamava de «Literatura Colonial») diz que o prémio é instituído tendo em vista 'a propaganda do Ultramar português, o progresso da cultura ultramarina e o desenvolvimento do interesse público pelos assuntos a ela respeitantes'. Cabe aqui a história da colonização portuguesa no Brasil? Na dúvida, o júri impressionou-se por uma consideração política: o seu livro foi escrito para o Brasil, onde deve receber larga expansão. Convém, efectivamente, valorizá-lo em Portugal. Mas com um prémio do Ministério do* Ultramar? *Esse prémio, em vez de ajudá-lo no Brasil, não irá, no ambiente anticolonialista aí existente, prejudicá-lo? Por estas considerações, o júri deliberou aceitar a interpretação do Regulamento que restringe o âmbito do prémio ao Ultramar* actual *e excluir o seu livro, mas consignando na acta que o faz com pesar, julgando-o digno de ser distinguido por outro dos prémios nacionais existentes ... Queria dar-lhe esta explicação para que soubesse*

[1] Obra em dois volumes, editada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, Lisboa, 1965.

que foi por muito apreço pelo livro e pelo autor (e não por menosprezo) que o prémio lhe não foi dado[1].

Já empossado como professor extraordinário, senti a obrigação de aumentar o meu currículo para tentar ascender a uma das cátedras de História em aberto. No ano de 1966 decorria o 4.º centenário do humanista português António de Gouveia, que se notabilizara como mestre de Direito em várias Universidades de França e da Itália. Tendo já publicado vários estudos acerca da sua vida e obra, pareceu-me oportuno consagrar-lhe um trabalho de conjunto e para este encontrei um distinto patrono numa pessoa que me honrava com a sua amizade e por quem eu tinha um verdadeiro culto: o Prof. Guilherme Braga da Cruz, antigo reitor da Universidade de Coimbra e lente da sua Faculdade de Direito. Assim surgiu no mesmo ano o estudo *António de Gouveia (1510-1566) e o Seu Tempo*[2], de que me apressei a enviar um exemplar a Marcello Caetano.

Esmerado como ninguém no seu correio pessoal, não tardou ele em acusar a recepção do livro, considerando-o *daqueles que têm de esperar umas férias para ser lido como deve ser.* Mas logo acrescentava: *Ao abri-lo fui fazendo o primeiro exame, que me deixou a melhor impressão e despertou o apetite da leitura integral.* Não transcrevo, por demasiado generosas, as palavras que me dirigiu, mas posso acrescentar que Marcello Caetano aproveitou o ensejo para lembrar a contribuição que um seu colaborador próximo, o Prof. Nuno Espinosa Gomes da Silva, já dera na dissertação de doutoramento ao estudo da obra gouveana. E foi mais longe na atenção que desejou ter para comigo, com a oferta de um exemplar das suas lições de *História do Direito Português,* que eu tive razão para considerar um presente régio, por se tratar de um livro de investigação histórica a que cabe o designativo de modelar.

5. NA DIRECÇÃO DO CENTRO CULTURAL PORTUGUÊS

Cumpre aqui referir que nunca fui nem desejei ser um político activo. Situei-me sempre na área do pensamento puro, agindo como um *clerc* e recusando exercer lugares fora do domínio pedagógico ou cultural. Prezo muito a minha independência para me acorrentar a grupos de pressão de que não tardaria a libertar-me. Por formação

---

[1] Na mesma carta, Marcello Caetano aconselhava-me a concorrer a um prémio da Academia ou do SNI: *e eu próprio já pus o problema ao ministro do Ultramar.* Devo assim à diligência de Marcello Caetano o Prémio D. João II, instituído pela Agência-Geral do Ultramar, que obtive em 1966, *ex-aequo,* com o Prof. João Pereira Neto.

[2] *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra,* vol. 42, 1966, pp. 25-224, e vol. 43, 1967, pp. 1-131. Separata de 360 pp.

individualista, jamais me inscrevi em partidos ou facções, limitando-me a exercer o debate de ideias que mais se coaduna com a minha forma de ser. Vinculações apenas as procurei no campo da amizade e com a satisfação, que hoje me é dada sentir, de contar com inúmeros amigos e discípulos que ao longo da vida permaneceram fiéis. Pratico a máxima de que o aluno de hoje deve ser o amigo de sempre, por mais distintas que sejam as nossas formas de pensar e de agir.

Mas reconheço que a minha estada em Toulouse robustecera a formação liberal que tinha adquirido nos bancos da Universidade de Coimbra. Ao regressar a Portugal no ano de 1960, também sonhava com o restabelecimento de uma democracia de tipo parlamentar, embora subordinada a Executivos fortes e duradouros. Assistira em 1958 ao estertor da IV Repúbllica e à chegada do general De Gaulle ao Poder. Vira a degradação de um sistema em que as oposições, em vez de fiscalizarem de maneira construtiva a acção dos Governos, se davam ao jogo partidário de os deitar sistematicamente abaixo. Voltara de França revoltado com o peso das clientelas políticas que apenas pensavam em satisfazer as suas ambições pessoais e de grupo. Uma democracia com instituições que permitissem durante quatro anos uma eficaz acção governativa, eis o que então desejava para o nosso País.

Pelo ano de 1961 era pois minha convicção de que um regime de autoridade, por maiores que fossem os benefícios materiais de que enchesse o País, haveria de sofrer os efeitos do longo paternalismo que eram próprios da erosão do tempo. Mais de trinta anos decorridos sobre o 28 de Maio, parecia-me necessário restabelecer o sistema de partidos, mesmo em experiência cautelosa para avaliar o grau de maturidade política da população. O meu liberalismo aceitava então essa tentativa de o País alinhar o passo pelas democracias ocidentais, pois a II Guerra Mundial alterara a fisionomia do Mundo e havia que procurar uma natural evolução para o regime. A transição poderia talvez fazer-se sob a égide de Salazar e em condições favoráveis para o seu êxito político. Digo-o com tanta maior isenção, quanto é certo que nunca fui salazarista. Mas inclino-me hoje perante a grandeza do homem e do estadista que teve, entre outras qualidades, um profundo apego a Portugal e às suas gentes. Salazar criou um país novo em todas as esferas e fortaleceu a independência nacional face às grandes potências. Pela sua honestidade e patriotismo, há-de ficar como modelo da isenção governativa. Reconhecê-lo não é apenas um acto de justiça, como um imperativo da inteligência.

Mas a partir de 1962 também compreendi que em África se jogava o futuro de Portugal e, porque não dizê-lo, do mundo livre. Tornou-se-me patente a cobiça internacional contra os territórios onde o nosso País, com limitados recursos .humanos e técnicos, realizara uma colonização portentosa e mesmo ímpar na história da Europa. Com a

actuação militar em defesa das populações, havia que garantir uma presença de 500 anos assente na história e no direito. Enquanto se preparavam rumos de futuro, impunha-se encontrar a solução política que fosse digna do nosso passado, sem entregar terras regadas pelo sangue e pelo trabalho das suas etnias ao imperialismo sequioso da nossa riqueza material. O meu liberalismo não podia alinhar com grupos ou ideologias cujo objectivo era dilacerar esse património. Quando compreendi o alcance de certas doutrinas que para o efeito se revestiam de ideais democráticos, arreigou-se em mim o apego à obra civilizadora da única nação euro-ultramarina da história.

Esta confidência vem a talhe de foice, para confirmar que jamais deixei de ser um liberal, nem de me situar politicamente onde a minha consciência e formação me impunham. Pelo ano de 1966 vivia inteiramente para os meus alunos, servindo a cultura como docente e investigador e pondo acima de tudo os valores que dignificam Portugal como povo e como nação. Os anos tinham-me mostrado que ao lado de movimentos de inspiração justa, outros há de pretensa solidariedade que apenas se utilizam das pessoas, na conveniência ou ambição dos que se penduram nos ombros alheios para benefício próprio. Tive grandes desilusões nesse domínio. Mas também na vida profissional não deixei de colher as lições quotidianas que a experiência oferece aos homens.

Nos fins de 1966 senti que a Prof.ª Virgínia Rau não me favorecia o acesso a uma das cátedras de História. Já fora por demais prejudicado na estratégia política da minha secção, onde pretendiam utilizar-me para um confronto que me seria desfavorável em termos de promoção profissional. Se eu fosse um político no sentido mais pragmático do termo, teria então aceitado o apoio que um grupo de professores me oferecia para alcançar de imediato o cume da carreira. A Faculdade de Letras ficaria para sempre dividida em dois grupos antagónicos, sendo eu o peão de um jogo de influências que repugnava à minha maneira de ser. Mais uma vez pedi a Marcello Caetano para me receber em sua casa e tive por conselho aguardar o decurso do processo, para então tomar a conveniente decisão. Mas, pouco tempo depois, aceitava o convite do Dr. José de Azeredo Perdigão para dirigir em Paris o Centro Cultural Português.

Alguns meses antes informara-me o bom amigo Rúben Leitão de que tinha indicado o meu nome ao presidente da Fundação Calouste Gulbenkian. Fora ele convidado, mas recusara naquele tom ameno e irreverente que lhe era peculiar: «Se fosse Londres aceitaria, mas Paris não me fala à inteligência nem ao coração. Sou um fiel súbdito britânico que não se dá bem com o clima da latinidade.» E como o Dr. Azeredo Perdigão lhe mostrasse estranheza, Rúben Leitão teria respondido: «Há anos estava na Alemanha e tinha bilhetes para Bayreuth. Pois vendi-os e fui a correr para Salzburgo. Cada um é

como é: eu sou mozartiano e não wagneriano.» Assim me vi encaminhado pela mão do amigo inesquecível para o cargo de Paris, onde a Fundação Gulbenkian pretendia incrementar em França a presença da cultura portuguesa.

A aceitação iria atrasar, não sei por quanto tempo, a obtenção da cátedra. Mas ganhava em paz de espírito e em horizontes de cultura o que a Faculdade de Letras não me podia conceder. Como era possível viver numa escola onde o esforço docente, a investigação pessoal e o interesse pelos alunos não eram apreciados como se devia? Não se tornou, porém, fácil obter da Faculdade a equiparação a bolseiro que o novo cargo requeria. Foi precisa uma diligência do jornalista João Falcato, meu antigo colega em Coimbra, junto do director-geral do Ensino Superior, para o Dr. João de Almeida resolver o assunto, declarando a minha missão em Paris de interesse nacional. Antes da partida, senti-me no dever de informar Marcello Caetano da resolução tomada, decerto em termos amargos, sobre o destino da nossa Universidade e o meu desejo de não regressar a ela.

Pensei depois que Marcello Caetano se sentiu magoado com a minha decisão. No dia 13 de Setembro de 1967 recebia dele a seguinte resposta: *Meu bom Amigo. De regresso a Lisboa encontro o seu cartão cujo tom me entristeceu. Claro que para si o novo lugar em Paris é cheio de possibilidades de investigação e de acção cultural. Mas penso na nossa Universidade, penso nesta emigração de valores que também se está a dar ... e tenho pena. Tenho pena sobretudo de o ouvir falar nos desgostos desta sua experiência docente — que por natureza é a que mais alegrias deve dar a um verdadeiro intelectual. Que no seu novo cargo encontre as possibilidades e as satisfações que no ensino não teve, são os votos do amigo muito atento e dedicado, Marcello Caetano.* Ao mesmo tempo recebia com expressiva dedicatória o último dos seus estudos históricos, consagrado à recepção e execução dos decretos do Concílio Tridentino em Portugal.

Graças ao apoio do Dr. Azeredo Perdigão, o cargo de Paris dava-me ensejo a levar a efeito uma série de manifestações culturais para activar a nossa presença na Universidade e nos meios intelectuais de França. Conferências, concertos, recitais de canto e poesia, exposições bibliográficas e de arte, foram realizações em que tive a ajuda do Dr. António Coimbra Martins, subdirector e bibliotecário do Centro. Mas creio ter sido na actividade editorial que a casa parisiense da Gulbenkian melhor cumpriu o seu objectivo, nas obras a que concedeu o patrocínio e de que destaco a colecção dos *Arquivos do Centro Cultural Português.* Diga-se em abono da justiça que a acção em curso teve o caloroso apoio do nosso embaixador em Paris, Dr. Marcello Mathias, ao tempo administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, a quem desde então me uniram laços de profunda admiração e de sincera amizade.

Marcello Caetano recebia periodicamente as edições do Centro, que não tardava em agradecer em termos cativantes. Mas o restabelecimento do nosso correio apenas se deu em Setembro de 1968, quando do relevo dado pelos jornais franceses à doença do Doutor Salazar e ao problema da nova chefia do Governo. Enviei-lhe então recortes da imprensa, ao que me respondeu a 21 de Setembro: ... *Vivemos uma hora difícil, mas até agora o espírito cívico do País e a dignidade dos governantes têm sido exemplares. Há motivos de esperança.* E quatro dias mais tarde acusava eu a recepção da sua carta e dizia-lhe da minha certeza de que o comando da nau seria entregue à pessoa mais preparada para a conduzir a bom porto. As notícias vindas de Portugal mostravam estar iminente na sua pessoa a difícil sucessão do incapacitado estadista.

Um dos meus antigos alunos escrevera-me de Estrasburgo a dizer que esperava a «radical alteração» do nosso País, mesmo por meios violentos se necessário; e eu respondera que essa política era contrária ao interesse nacional, pois deviam conservar-se as estruturas com préstimo e apenas corrigir o que se mostrara errado ou obsoleto. Não era por meio de uma revolução geradora de ódios que Portugal podia singrar rumo ao futuro, mas abrindo, renovando e corrigindo a política em curso. Na mesma carta para Marcello Caetano, eu ousava dizer-lhe: «O País necessita de uma grande abertura para com a Europa e o Mundo, pelo que urge uma reforma da mentalidade por meio de pessoas abertas e dispostas a um diálogo construtivo. Mas a liberalização que muitos desejam terá de fazer-se com equilíbrio, não abrindo as portas à aventura e sem pôr em risco o que já se ergueu de positivo para a renovação do País.»

Não vem a propósito divulgar a série de cartas que fui recebendo de Marcello, quase todas de incentivo pela obra cultural que a Fundação Calouste Gulbenkian estava a realizar em França. São documentos de valor íntimo e que serviram para reforçar o apreço pelo homem e pelo estadista que me concedia tantas provas de estima. Em Novembro de 1970, a pedido do embaixador Marcello Mathias, desloquei-me ao Aeroporto de Orly para saudar o presidente do Conselho, que representava Portugal nas exéquias do general De Gaulle. Com um aceno de simpatia, perguntou como iam os meus trabalhos e disse para o procurar quando fosse a Lisboa. Mas por comodismo ou simples pudor nada fiz nesse sentido, quando no Verão seguinte voltei de férias a Portugal.

Durante a minha permanência em Lisboa, acedera ao pedido de alguns colegas da Faculdade de Letras, como o Prof. Artur Moreira de Sá e o Prof. Francisco da Gama Caeiro, para em breve fazer a lição para professor catedrático. Entendiam eles que havia um sentimento de justiça a prestar, tanto mais que as duas cátedras de História tinham já sido ocupadas pelos Profs. D. Fernando de Almeida

e Jorge Borges de Macedo, havendo agora uma outra por preencher. Declarei-me disposto a prestar a prova no início de 1972, ainda que ficando ligado ao cargo de Paris. Desse propósito informei a 1 de Setembro o presidente do Conselho, que a 6 de Setembro respondeu: *... como já mais de uma vez lhe tenho dito, o V. S. é um exemplo de trabalho aturado e probo neste País de preguiçosos. Por isso me alegra ver que — finalmente! — vai prosseguir a carreira universitária que, como reitor, tanto me interessei que avançasse. Mais vale tarde que nunca...*

Mas após quatro anos e meio de um esforço pesado e que começava a ter repercussões na minha saúde, entendi também que chegara o momento de anunciar ao Dr. Azeredo Perdigão o desejo de em Agosto seguinte dar por finda a comissão que me ligava à Fundação Calouste Gulbenkian. Sempre defendera o princípio de que os homens devem, em missões de responsabilidade, sair dos cargos na hora certa. Lançado um projecto de acção que se crê útil, cabe às pessoas ter o discernimento necessário de que não podem ir mais alto na obra em curso. Tudo possui uma exacta medida no tempo, pelo que a permanência em certos lugares apenas se traduz em desgaste físico e na erosão da nossa imagem perante a opinião pública. Realizada a tarefa para que lhe foi exigido um esforço superior às suas capacidades, o homem deve ter a humildade bastante para se afastar da missão de comando em que procurou dar o melhor de si próprio.

Este sentimento misturava-se em mim com uma grande saudade de Portugal. Num cargo para muitos invejável, pelos muitos contactos pessoais e intelectuais que a França propiciava, não seria fácil compreender a ânsia de regresso que a partir de então me animou. O desejo de ser útil à Universidade de Lisboa? O contacto com a vida docente de que estivera afastado quatro anos? A falta de convívio com familiares e amigos? A crença na política de renovação que estava a franquear ao País novos rumos de progresso técnico e mental? Tudo jogou na aposta feita que no início de 1872 comuniquei a Marcello Caetano. Do dia 10 de Janeiro é a sua resposta: *Foi uma surpresa para mim a notícia de que deixa Paris, onde realizou uma [...] obra cultural. A Universidade de Lisboa tem, pois, muito a lucrar com o regresso de um professor tão operoso e que na investigação tem revelado dotes de trabalho e de método pouco vulgares ...* E a finalizar a carta: *Quero ter o gosto de o ver no seu regresso.*

O concurso para professor catedrático realizou-se no dia 12 de Abril. Tive então a alegria de verificar a presença de todos os catedráticos, com excepção da Prof.ª Virgínia Rau e do Prof. Lindley Cintra. Era um bom augúrio para o meu regresso, por ver enfim sanadas as divergências que durante anos tinham quebrado o corpo moral da Faculdade, onde quase todos os professores davam agora mostras de entendimento em favor da Escola. No dia seguinte, Marcello Caetano mandou-me chamar ao seu gabinete de São Bento e ali

dirigiu-me palavras de franca amizade. Congratulando-se com o próximo regresso, afirmou que a minha experiência de França podia ser útil ao Dr. Augusto de Ataíde, que estava a incrementar em bases novas a política de cultura. E, ao despedir-se, Marcello Caetano pediu para o manter ao corrente das minhas actividades, pois não queria prescindir da colaboração que em vários sectores eu lhe pudesse dar.

No dia 7 de Julho voltei a escrever a Marcello Caetano, para o informar da recente visita do Dr. Benjamim Pinto Bull, professor de Português na Universidade de Dacar, que estava prestes a seguir para Lisboa como bolseiro da Fundação Gulbenkian. Exprimira-me este o desejo de se avistar com o presidente do Conselho, a fim de o pôr ao corrente de certas diligências feitas para resolver o problema da Guiné. Irmão do falecido deputado do mesmo apelido, era um homem apegado a Portugal, terra da esposa e dos filhos. Disse-me ter propostas concretas do presidente Senghor, de quem era amigo e que definiu como político moderado em matéria de política africana, para que a paz se instaurasse de novo naquele território. Era uma proposta de encontro dos dois estadistas, de preferência nas Canárias, informação que na minha carta preferi ocultar. Três dias depois, telefonava-me Marcello Caetano a inquirir da morada em Lisboa do referido bolseiro, pois tencionava recebê-lo. Só nos encontros do Rio de Janeiro eu voltaria a falar no assunto a Marcello Caetano, que me disse não haver garantias suficientes no contacto de Pinto Bull para o êxito dos objectivos propostos. Da parte de Senghor queria-se pura e simplesmente a rendição da Guiné Portuguesa, exigência que Marcello entendia contrária aos interesses nacionais.

6. DE NOVO NA FACULDADE DE LETRAS

No ano lectivo de 1972-73 retomei o serviço docente na Faculdade de Letras de Lisboa. Nos meados de Outubro enviou-me Marcello Caetano o livro *Progresso em Paz,* com os discursos que proferira em Portugal e no Brasil no quarto ano do seu Governo. Aproveitei o ensejo para lhe manifestar o meu aplauso pela tarefa a que metera ombros de tornar a Nação mais próspera e consciente dos valores que a definiam como realidade histórica. Dizia-lhe fazer parte da grande multidão de portugueses (nesse tempo não se falava ainda, como hoje com engano sucede, de «esmagadoras maiorias»!) que louvavam a sua acção de governante. Não olhando a barreiras nem incompreensões, pretendia Marcello Caetano espalhar pelas franjas mais carecidas da população os benefícios da administração pública. Mas, ao mesmo tempo, tendo feito aprovar as emendas à Constituição, queria resolver o problema ultramarino na linha tradicional do humanismo português. E preservadas as múltiplas raízes da nossa presença

cultural no Mundo, não tardaria Marcello Caetano em abrir novas vias de diálogo para a construção da sociedade por que muitos portugueses ansiavam.

A direcção do Centro Cultural de Paris mantinha-se em aberto, com várias pessoas, movendo-se grandes influências, a desejarem o exercício do cargo. O embaixador Marcello Mathias pedira-me a indicação de nomes idóneos e com reconhecida preparação cultural para satisfazer as exigências da Fundação Gulbenkian. Entre os dois ou três nomes propostos avultava o do Prof. José Vitorino de Pina Martins, antigo leitor de Português nas Universidades de Roma e Poitiers e com obra consagrada nos domínios do humanismo e das relações culturais luso-francesas. Meu amigo fraterno dos tempos de Coimbra, Pina Martins era, além de um excelente professor e grande erudito, um homem com dons de sociabilidade e bom senso que faziam dele o candidato ideal para dirigir o Centro. Só que, estando em vias de fazer o doutoramento, a proposta defrontou-se com peias burocráticas que impediam a sua nomeação para o cargo que a minha saída deixara vago.

O Instituto de Alta Cultura recusava-se a dar a Pina Martins o estatuto de equiparado a bolseiro, necessário para não perder o vínculo que o ligava à Faculdade de Letras de Lisboa. No dia 31 de Outubro pedi a intervenção de Marcello Caetano, que a 2 de Novembro me dizia estar o assunto resolvido: *Tratei imediatamente do caso. A dificuldade estava em a equiparação a bolseiro ter sido solicitada para o efeito de exercício de cargo particular remunerado, o que contraria as normas que permitem a conservação dos vencimentos a funcionários. Mas dada a urgência da resolução e a conveniência de nomear para lhe suceder o Dr. Pina Martins, o Sr. Secretário de Estado da Instrução vai dar já o despacho de homologação, embora ressalvando que não constituirá precedente.* E na parte final da carta, em tom amável para comigo, o presidente do Conselho acrescentava: *Tenho muita esperança na acção do Dr. Pina Martins no Centro Cultural, embora a sucessão seja difícil.*

Deixo por referir as cartas então trocadas sobre permuta de livros e a oferta dos discursos do presidente do Conselho, que o Secretariado Nacional de Informação ia publicando. Em Maio de 1973 senti-me no dever de felicitar Marcello Caetano pelo discurso que proferira em Tomar. Não tendo, como jamais tive, qualquer filiação partidária, parecia-me urgente, como cidadão e como português, que o responsável do Governo apontasse os caminhos imperiosos para a salvação do País. Impunha-se defrontar a onda de negativismo que se instalara no espírito de muitos críticos ou descrentes. Pairava no ar a ideia de mudança a qualquer preço, de um pacto com o Diabo se preciso fosse, para deitar o regime abaixo. Muitos havia que, sem olhar aos perigos, secundavam esse movimento de opinião. Por isso alertava Marcello

Caetano de que a crise não atingira apenas o sentimento das pessoas, mas já se estendia às instituições, pelo que, a não se ter em conta a grave ameaça, a Nação ia caminhar para uma noite escura.

Respondeu-me no dia 12 de Maio: *Li com pesar e preocupação a sua carta em que, aliás, encontro muitas afirmações que vêm ao encontro de temores meus* ... Dizia estar o Governo atento à situação, a qual impunha uma forte tomada de consciência dos estratos mais favorecidos da população, pois da gente humilde não duvidava ele de que era fiel aos seus deveres: *A retaguarda é bem maior e resistente do que os palradores andam por aí a apregoar.* Não havia, porém, motivos para o desespero: *A arrancada de progresso, a elevação do nível de vida e a consciência do que somos e do que valemos há-de na hora própria fortalecer a posição nacional.* Reconhecendo que o desrespeito pelo princípio da autoridade já atingira os países de formação liberal, Marcello Caetano concluía: *Mas a defesa do Ultramar torna o caso português mais complexo, na medida em que a nossa vinculação a essas terras não é apenas um ponto de honra, mas a razão da nossa sobrevivência como povo e comunidade.*

Por indicação do leitor de Português Dr. João Palma-Ferreira, no princípio de Julho desloquei-me à Universidade de Salamanca, onde proferi uma lição sobre as relações históricas entre a Escola salmantina e o nosso País. Ali esteve em representação oficial o Dr. Augusto de Ataíde, secretário de Estado da Cultura, que então conheci e muito apreciei pela sua esmerada correcção e pelo equilíbrio e discernimento que punha na visão dos problemas. Logo senti por ele a estima que brota de uma pessoa que tem connosco uma analogia de pontos de vista. Soube, no regresso, que Marcello Caetano telefonara na minha ausência e pouco depois recebia a sua carta de 6 de Julho a informar: ... *É o caso que alguém me enviou um primoroso exemplar da 1.ª edição da* Peregrinação *de Fernão Mendes Pinto. Seria meu desejo oferecê-lo a uma biblioteca erudita e pensei na Faculdade de Letras de que o meu Amigo é bibliotecário. Que lhe parece? Tem outra ideia melhor? Muito agradecia que me dissesse a sua opinião.* E na parte final acrescentava: *Já estou no anexo ao Palácio de Queluz. O telefone é 954272.*

De imediato escrevi uma carta oficial ao presidente do Conselho a aceitar a valiosa dádiva, informando que o Prof. Francisco da Gama Caeiro, que era subdirector da Faculdade de Letras, não deixaria de lhe agradecer em nome daquela escola. Mais do que o exemplar da edição de 1614 da *Peregrinação,* contava para nós a lembrança do antigo reitor da Universidade que pela generosa oferta mais se ligava a ela. No dia 26 de Julho, o presidente do Conselho oficializava a doação: *Ex.mo Senhor Professor: Veio às minhas mãos um exemplar da 1.ª edição da* Peregrinação *de Mendes Pinto e em excelente estado de conservação. Julgo que não pode estar em melhor lugar*

que na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa de que me honro de ter sido reitor. Pedindo que aceite a oferta, subscrevo-me com a maior consideração de V. Ex.ª, Colega muito atento e admirador, Marcello Caetano. A obra foi logo integrada no depósito de livros raros da Faculdade, onde decerto ainda se encontra [1].

---

[1] A doação foi referida no *Diário de Notícias* de 1 de Agosto de 1973

CAPÍTULO II

NA REITORIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (1973-1974)

1. UM CONVITE RECUSADO E IRRECUSÁVEL

Ao voltar a Lisboa nos fins de Agosto de 1973 encontrei um cartão do presidente do Conselho, datado de 14, do seguinte teor: ...*Gostava muito que, quando regressasse das suas férias, me procurasse. Basta dar um telefonema para o gabinete. Poderá ser?* Ainda no dia 28 recebi um bilhete do meu amigo Dr. António Pedro de Sousa Leite, assessor de imprensa do Presidente, a dizer que este tinha urgência em falar comigo. Estava bem longe de pensar qual o motivo do encontro, que atribuí a qualquer intenção de Marcello Caetano de oferecer mais livros para a biblioteca da Faculdade. Aprazada a audiência para as 17 horas da quinta-feira, 30 de Agosto, dirigi-me ao anexo do Palácio de Queluz, onde Marcello Caetano gozava um curto período de férias.

Embora com o aspecto físico normal, logo me apercebi de um certo desalento na sua imagem, o que devia traduzir grandes preocupações. Em tom cordial foi directo ao assunto, dizendo que há meses era sua intenção receber-me, mas que não o fizera por saber que estava ocupado nos meus estudos. Pelo secretário de Estado da Cultura tivera conhecimento da cerimónia de Salamanca, pelo que me queria felicitar. Acrescentou que o ministro da Educação o informara das dificuldades que tinha no relacionamento com o Prof. Fernando Carvalho Barreira e que lhe propusera a exoneração do reitor da Universidade de Lisboa. O Prof. Veiga Simão tinha proposto três nomes, mas nenhum merecera a concordância de Marcello Caetano, por não ser transparente neles a fidelidade pessoal que o presidente do Conselho entendia ligar ao exercício do cargo. Por isso resolvera chamar o problema a si, satisfazendo o desejo que há muito tinha de me confiar uma função de responsabilidade governativa. Invocando o sentimento da confiança, Marcello Caetano pedia-me afinal para eu aceitar o cargo de reitor da Universidade de Lisboa, onde podia dispor de todo o seu apoio e amizade.

Confesso ainda hoje que fiquei perplexo e logo reuni dois argumentos para recusar o convite. Primeiro, não me ser lícito substituir o

reitor Fernando Barreira, que tivera parte activa no avanço do meu concurso e ao mesmo presidira. Segundo, por ser um liberal sem vinculação partidária e que traduzia o meu apoio à política do Governo na exclusiva fidelidade pessoal a Marcello Caetano. Em toda a parte estaria disposto a defender as suas posições em prol da «renovação na continuidade» e em defesa do Ultramar português. Mas sem, com isso, limitar a liberdade de consciência que constituía o penhor da minha conduta como homem e cidadão. À primeira objecção respondeu Marcello Caetano que o reitor Fernando Barreira, dada a sua experiência administrativa, estava indigitado para uma das vice-presidências do Instituto de Alta Cultura. Quanto ao outro argumento, disse que era precisamente a condição da fidelidade que eu sempre lhe manifestara que dava razão naquele momento à escolha feita.

Decidi-me então a usar a arma forte para abalar de vez a intenção, que sentia tenaz, do presidente do Conselho: a minha total discordância com a política educativa do ministro da Educação Nacional. Esta era, para mim, lesiva da qualidade do ensino, animada por um grande vector demagógico e profundamente desnacionalizante. Em nome de uma falsa democratização, como se muitos filhos de gente humilde não tivessem ascendido pelo trabalho honesto a lugares de relevo, pretendia-se apenas estabelecer um errado conceito de «igualdade nas oportunidades», que acabaria por confiar os lugares cimeiros da administração pública a oportunistas e a incompetentes. No campo da Educação as medidas em curso iriam ter reflexos graves para o futuro, pois estava a pôr-se em causa o princípio da competência profissional, que nada tinha a ver com as condições económicas ou a origem social dos estudantes. Não se tratava, no fundo, de acabar com o tão falado elitismo, mas de um movimento nivelador das qualidades de inteligência e de trabalho de cada aluno, para medir pela mesma bitola os que procuravam impor-se pelo mérito e os que queriam a todo o custo integrar-se na sociedade civil por meio de partidos e influências.

Como Marcello Caetano me estivesse a ouvir com toda a atenção, permiti-me ir mais longe na divagação. Era preciso acabar com o espírito de classe na Universidade portuguesa, diziam os responsáveis do Ministério. Mas num país de formação liberal como o nosso, onde houvera jamais tal orientação impeditiva do valor intelectual? A Universidade tinha formado centenas e centenas de pessoas oriundas de lares humildes — tal o caso do Doutor Salazar, do Prof. Veiga Simão e de tantos mais — que apenas numa geração tinham conseguido passar do campo, dos mesteres e das oficinas a lugares cimeiros da vida pública, incluindo o generalato, a magistratura e a cátedra. Complexo de classe, se o houvesse, tinha mais razão de ser em figuras da oposição nascidas na abastança. Havia, pois, que remar contra a tendência em

voga de que só os filhos de gente rica estudavam, como se a inteligência não fosse tantas vezes privilégio dos humildes. Conceder a todos os jovens o benefício da instrução era um direito sagrado. Mas só pela via do mérito, e sem ter em conta a origem de cada um, se deviam facultar os caminhos da justa promoção que a sociedade exige dos seus componentes.

O Prof. Francisco Leite Pinto comunicara-me anos atrás que, sendo ministro da Educação Nacional, ao falar na necessidade de alargar a base de selecção das *élites,* o Doutor Salazar lhe dera uma resposta impressionante: «Mas sempre assim foi em Portugal, onde a Igreja e a Universidade conseguiam de pessoas humildes fazer grandes do Reino!» Depois de 1820 e durante a 1.ª e a 2.ª Repúblicas, as figuras marcantes da governação foram quase sempre pessoas que se impuseram por méritos colhidos nas escolas claustrais ou nas Universidades. Na política nacional podia, quando muito, aparecer gente oriunda da nobreza de toga, mas passou a ser raro que o fosse da nobreza de espada. Perante este facto comprovado na vida portuguesa, como podia o ministro Veiga Simão espalhar uma falsa doutrina da «democratização do ensino» que se impunha realizar em Portugal?

O presidente do Conselho ouviu-me atentamente e decerto reparou no tom nervoso e polémico das minhas palavras. Disse-me que em vários aspectos eu estava a ser porventura injusto com o ministro, homem que vivia com um ardor invulgar a obra a que metera ombros. Era possível que um ou outro ponto da sua acção fosse objecto de crítica, em especial no tocante ao seu relacionamento com as velhas Universidades. Ficou uma frase a bailar no meu espírito e por isso a registei à saída: *A verdade é que quando falo nos assuntos de disciplina universitária ao ministro, ele me conta factos do comportamento das autoridades académicas, positivos uns e infelizmente outros muito negativos.* Marcello Caetano acrescentou não ver razão para eu declinar o convite, tanto mais que contava com todo o seu apoio. A isso respondi fixamente: «O Senhor Presidente peça-me tudo o que quiser, menos trabalhar com o Prof. Veiga Simão, com quem eu teria inevitavelmente de entrar em conflito, pois temos vistas completamente opostas sobre o futuro do ensino.»

Seguiu-se um curto período de silêncio em que notei nos olhos de Marcello Caetano uma expressão de tristeza. Estaria magoado com a minha resposta, que esperava diferente. Levantou-se com rapidez e disse com uma expressão de secura: *Não quer, não quer, bom, não se fala mais nisso.* Para logo acrescentar, fitando-me com insistência e deixando cair os braços em sinal de desalento: *Vejo à minha volta cada vez menos amigos e é pena que os que dizem sê-lo não me acompanhem nas horas difíceis.* Essas palavras feriram-me o íntimo e como que exigiram de mim não deixar o assunto por encerrado na frieza daquele momento. No domingo seguinte ia trabalhar

para os arquivos de Salamanca, pelo que prometi no meu regresso dar a Marcello Caetano a resposta definitiva. À minha promessa correspondeu ele com um sorriso de assentimento e assim nos despedimos após uma pesada hora de audiência.

O documento que passo a transcrever tem um mero interesse autobiográfico e mostra apenas como logo que cheguei a Espanha confirmei as razões da negativa. Retiro a carta do meu arquivo com um fim puramente histórico e sem a preocupação de atingir pessoalmente o então ministro da Educação Nacional, hoje de novo envolvido nas andanças da política. São estados de espírito que não se ocultam, porque corresponderam no tempo a sentimentos reais. Pretendo apenas mostrar a coerência de uma atitude que não foi apenas verbal, mas se traduziu em outros documentos do género no período que antecedeu e se seguiu à minha passagem pela reitoria da Universidade de Lisboa. Em 4 de Setembro de 1973, quando estava em Salamanca, dirigi ao presidente do Conselho a seguinte carta:

«Sr. Presidente do Conselho:

Não oculto a Vossa Excelência que regressei muito triste de Queluz. Triste, por ter notado uma velada amargura no Senhor Presidente; triste, por não ter explicado melhor as razões da minha recusa; e triste, enfim, por não saber corresponder ao amável convite que me dirigiu, quando é certo que nutro há muitos anos por Vossa Excelência sentimentos de admiração e amizade. Vivi então uma hora difícil, por não poder transpor os limites do respeito e da franqueza, pelo que nem sequer soube traduzir a tristeza que me ia na alma. Creio, todavia, que mais vale ser coerente e leal do que prestar um mau serviço a quem, como o Senhor Presidente, sempre acreditou na minha pessoa.

Eu sei de fonte segura que o Prof. Veiga Simão não gosta de mim. Também não é menos certo que, no decurso do ano lectivo e sempre que me pareceu oportuno, nunca deixei de censurar as suas atitudes demagógicas e o tom insensato dos seus discursos (críticas à velha Universidade, falta de respeito pelos seus docentes, ausência de firmeza para impor a ordem académica). O seu liberalismo de patente ambição pessoal mais aumentou a minha falta de confiança na acção governativa do ministro. Donde vem o tremendo equívoco deste, quanto à Universidade? Da separação de dois grupos que apregoa de irredutíveis (discurso de Bragança, Março de 1973): os 'inovadores', que aceitam a reforma, e os 'reaccionários', que são as sombras de um passado morto. Por isso os segundos foram postos de lado, enquanto os outros vão tirando benefícios de toda a ordem — políticos, culturais e materiais — da sua adesão à nova política educativa. Mas com um grave erro: é que os segundos não se opoõem à reforma, apenas discordam dos fins políticos que ela tem em vista, das pessoas

chamadas pelo ministro para a orientar e do abaixamento de nível a que está a conduzir.

Afirma-se que a Universidade não colabora nos projectos em curso. É inteiramente falso, na medida em que alguns docentes já trabalham clara ou encobertamente ao lado do ministro [...] O conflito é de homens e de princípios. Assim se abriu, quase a nível oficial, a cizânia no corpo das nossas escolas, para mostrar os defeitos oficiais delas e a urgência de criar novas instituições universitárias. Ora, para aumentar esse número, não era preciso desprestigiar a Universidade antiga que, tendo embora grandes defeitos como tudo o que é humano, foi tão criadora que até abasteceu de matéria cinzenta muitos dos que hoje a pretendem derrubar. Como universitário que trabalha até ao sacrifício, revolto-me contra essa política que considero nefasta e que foi expressa de maneira flagrante na conferência de imprensa do Hotel Tivoli, quando alguém perguntou ao Prof. Veiga Simão: 'E as velhas Universidades?' A resposta, por todos ouvida, foi pronta: 'Essas são para queimar.'

Eu tenho ainda presente a lição de 1962. Apenas com a diferença de que o reitor do tempo era já uma das mais altas figuras da vida portuguesa, pelo que deixou o cargo com a reputação intacta. Mas quem me valeria numa crise universitária e em oposição ao ministro? Se propusesse medidas que o Prof. Simão não aprovasse? Eu seria fatalmente arredado num conflito de competências, guardando uma triste lembrança da minha passagem pela reitoria e triturado pela máquina publicitária da reforma da educação cujo sentido eu não compreendera. Aprendi muito no decurso deste ano lectivo. Sempre que a crise universitária se tornou aguda e a anarquia penetrava nas escolas, de onde vinham as atitudes firmes que o momento impunha? Apenas dos secretários de Estado Augusto de Ataíde e Costa André. Em Maio passado, quando a minha Faculdade vivia horas difíceis, andava o Prof. Veiga Simão a colher as flores do aplauso público por terras de Entre Douro e Minho, indiferente à situação que se vivia em Lisboa. E foi ainda o Dr. Augusto de Ataíde quem teve a coragem de emitir o despacho referente aos estudantes do Porto.

Senhor Presidente: Eu não tenho procuração para defender o reitor Barreira, que pouco conheço. Mas posso compreender o seu desinteresse pela reitoria, na medida em que o Ministério também o ignora. O ministro concede audiência aos universitários e sem que o pedido obedeça à via hierárquica. Por seu turno, os docentes ignoram o reitor na medida em que o ministro faz o mesmo. Como é possível que se reúnam comissões de trabalho com o ministro e sem que o reitor tenha conhecimento da sua escolha e finalidades? O Prof. Veiga Simão governa com desrespeito das hierarquias estabelecidas, pois dialoga com pessoas da sua confiança e não com as instituições, o que é extremamente grave. Aliás, o contexto não oferece dúvida:

três secretários de Estado queimados em três anos; os reitores objecto da crítica pública por não saberem assumir a autoridade; a situação académica cada vez mais degradada — tudo para que o liberalismo político do Prof. Veiga Simão não sofra prejuízo.

Tenho reflectido muito, Senhor Presidente, sobre tudo isto, com o fundado receio de que, na hora em que acordarmos do pesadelo, a desordem nas escolas esteja de vez implantada e o Prof. Veiga Simão, graças ao apoio do Senhor Presidente, tenha nessa rápida ascensão lançado as bases do seu futuro político. Basta atentar nos *impulsos* que lhe advêm dos mais variados sectores [...] Está assim a cumprir-se a previsão que um amigo de Lourenço Marques me fez em Janeiro de 1970: a de um destino nacional em formação. É possível que o Senhor Presidente fique magoado com esta carta, mas o respeito e a lealdade que lhe devo obrigam-me a ser inteiramente franco. Peça-me Vossa Excelência tudo o que quiser, que nada lhe recusarei, excepto colaborar com o actual ministro da Educação. É triste dizê-lo, mas não tenho confiança no Prof. Veiga Simão, que apenas pretende ganhar prestígio e força para o grande futuro — acredita nisso e tem-no dado a entender — que o destino lhe reserva ...»

No dia 7 de Setembro voltei a Lisboa e, por intemédio do Dr. Sousa Leite, tive a informação de que o presidente do Conselho me esperava em Queluz na quarta-feira 12. Marcello Caetano recebera na antevéspera a carta de Salamanca e não se mostrara agastado com o seu conteúdo. Disse compreender bem as minhas reservas, pois que comentários do género lhe chegavam com frequência de fontes autorizadas. Acrescentou que ia actuar para pôr termo aos abusos descritos. Aceitando eu o cargo, podia dispor de ligação permanente com o seu gabinete, pois ele próprio conhecia bem os problemas da Universidade, não enjeitando a condição de velho professor e, muito em especial, os laços que o prendiam à escola de Lisboa. E insistiu que a partir daquele momento me garantia a sua total ajuda.

Marcello Caetano parecia falar como se já tivesse a minha anuência, ao que de imediato recordei que não fora essa a decisão que lhe enviara de Espanha. Como se não ouvisse a frase, acrescentou que já transmitira ao ministro a minha aceitação e que ele manifestara o gosto de trabalhar comigo, dispondo-se a aceitar as minhas sugestões com vista ao bom governo da Universidade. Sem que eu pudesse explicar as razões da mudança, que só entendia no grande respeito que por ele tinha, a verdade é que, perante Marcello Caetano, eu deixara-me comprometer para um cargo que jamais ambicionei. Há momentos na vida em que a vontade dos homens, por mais firme que seja, não consegue impor-se às situações, pois os mecanismos psicológicos comandam por completo a razão esclarecida. Ainda hoje guardo a lembrança de ter vivido então um momento do género.

2. A TOMADA DE POSSE COMO REITOR

O encontro deixou-me a certeza que o presidente do Conselho tencionava intervir mais directamente no foro da educação nacional, com relevo para o ensino superior. Quatro dias mais tarde visitei o ministro no seu gabinete da Avenida Miguel Bombarda a quem informei que aceitava o cargo de reitor. O Prof. Veiga Simão quis dar ao encontro um tom cordial, embora o ambiente fosse ainda de reserva mútua: do ministro, por sentir que a nomeação lhe fora imposta; e a minha, pela desconfiança própria do ambiente gerado. Tinha dele um conhecimento breve, pois apenas o vira em 1967 como reitor da Universidade de Lourenço Marques, quando assistira em Paris à inauguração da Casa dos Estudantes Portugueses. Não escondo, porém, que nesse encontro o ministro procurou ser amável, abrindo perspectivas de trabalho que me cumpria aceitar. Tratou-se da escolha dos vice-reitores, cuja designação estaria a meu cargo e da homologação do ministro, ficando assente que o despacho da minha nomeação seguia em breve para a folha oficial.

Nesse mesmo dia fui cumprimentar o meu antecessor, a quem expliquei que somente aceitara o cargo por estar o Prof. Fernando Barreira indigitado para uma alta função no departamento das relações culturais com o estrangeiro. Indo depois ao encontro do Prof. Artur Torres Pereira, que exercia o cargo de vice-reitor, senti uma das grandes venturas da minha vida. Sabia que se tratava de um catedrático de prestígio, além de um bacteriologista distinto do Instituto Câmara Pestana e autor de uma obra científica que lhe granjeara justo renome no País e no estrangeiro. Fora incumbido em Agosto do mesmo ano de orientar a reconstrução da antiga Faculdade de Medicina do Campo de Santana e que veio a ser a segunda Faculdade de Medicina de Lisboa [1]. Mas no Prof. Torres Pereira encontrei mais: um homem extremamente recto e generoso, com uma grande capacidade humana e um manifesto espírito de bem servir. Cabia-me, pois, solicitar que me desse a honra de colaborar com o novo reitor, ao que ele prontamente acedeu. E assim se estabeleceram laços de amizade que o convívio dos tempos bons e amargos da reitoria veio a transformar em sentimento fraterno.

Quanto ao segundo vice-reitor, Prof. José Pinto Peixoto, estava em missão de estudo nos Estados Unidos. Abalizado físico e meteorologista, soubera granjear prestígio internacional, além de se impor pela sua cultura literária e histórica. Tínhamos relações cordiais, sobretudo ao nível da Academia das Ciências de Lisboa, onde usufruía da

---

[1] Veja-se Artur Torres Pereira, «A 2.ª Faculdade de Medicina de Lisboa. Subsídios para a reconstrução da Faculdade de Medicina do Campo de Santana», in *O Médico*, vol. 78, n.º 1206, Porto, 1974, pp. 79-99.

estima dos seus pares. A vida universitária não tinha segredos para o Prof. Pinto Peixoto, ainda com a vantagem de ser amigo do vice--reitor Prof. Torres Pereira, o que era garantia de uma equipa coesa no trabalho e no convívio. De pronto lhe escrevi a saber da sua disponibilidade para o exercício da vice-reitoria. Mas não tardaria a chegar a Lisboa, onde, alegando a sua amizade com o antigo reitor, pediu escusa do cargo, embora desde logo se pusesse ao meu inteiro dispor para todas as tarefas de interesse que a Universidade dele viesse a exigir.

Foi então que, com a aquiescência do presidente do Conselho, sondei o Prof. João de Castro Mendes para a vice-reitoria em aberto. Assim se prestava homenagem à Faculdade de Direito, na pessoa de um jovem e conceituado catedrático, que pela docência e a obra escrita se tinha imposto como um dos maiores processualistas da sua geração. Com júbilo acolhera o Prof. Castro Mendes a minha nomeação, o que era motivo para lhe dar esse testemunho de confiança. Mas oferecendo-me em tudo a sua valiosa colaboração, também ele se escusou ao encargo alegando justificadas razões de ordem profissional. Por isso assentei com o vice-reitor Torres Pereira deixar o lugar por preencher, chamando a nós a plenitude do governo universitário. Assim sucedeu ao longo de oito meses, nas repetidas provas de dedicação, competência e lealdade que ele sempre me dispensou.

No dia 23 de Setembro já redigira o discurso de posse, que entendi por dever e delicadeza submeter à leitura de Marcello Caetano. No dia seguinte chegava-me a sua resposta, em palavras que me desvaneceram: *Meu Exmo. Amigo. Muito obrigado pela sua carta. Ainda bem que aceitou o lugar, onde tenho a certeza de que vai fazer uma obra. Não lhe faltará, estou certo, o apoio do Governo. Li o discurso de posse e muito me sensibilizou a referência final. Muito obrigado. Quanto ao texto, só me permito chamar a sua atenção para a passagem da p. 3 que vai assinalada. Os «direitos da cidadania» podem ser exercidos em todos os lugares onde a lei crie as vias e os instrumentos necessários. Mas a contestação e a desordem não são* direitos *e receio que a passagem sublinhada seja interpretada desse modo. Talvez um retoque na frase a tornasse mais explícita. Creia-me amigo mto. atto. e obgdo. Marcello Caetano.*

O texto foi também retocado com a concordância do vice-reitor Artur Torres Pereira, e no dia 4 de Outubro enviei a Marcello Caetano a versão definitiva. Dizia-lhe que para evitar a consabida acusação da ameaça aos estudantes, eu situara o discurso entre a boa vontade e a firmeza. Era meu desejo criar na opinião pública a certeza de que o novo reitor era um homem aberto ao diálogo, aceitando todas as sugestões tendentes a prestigiar a Universidade e a melhoria do seu funcionamento. Não aceitaria, porém, entrar no processo de usura gerado por qualquer forma de contestação: «Talvez assim se possa

recuperar a confiança de muitas famílias que andam à deriva neste oceano de terríveis equívocos. Oxalá o timoneiro saiba impor-se logo que surjam as primeiras vagas, pois a Universidade pertence ao Estado e com coisas sérias não se brinca.» No dia 6 escrevia-me o presidente do Conselho: *Meu Exmo. Amigo: Muito obrigado pela sua carta e por me ter mandado a versão definitiva do discurso de posse que francamente me agradou e pelo qual o felicito — além de lhe agradecer as referências desvanecedoras do final. Muito obrigado e agora que Deus o ajude e a todos nós também ... Os melhores cumprimentos do Marcello Caetano.*

No dia 9 de Outubro tomei posse do cargo de reitor da Universidade de Lisboa, em cerimónia a que estiveram presentes o antigo ministro da Educação, Prof. Eng.º Francisco de Paula Leite Pinto, o reitor e os vice-reitores da Universidade Técnica de Lisboa [1], os directores e membros do Senado Universitário [2], vice-reitores e directores jubilados [3], professores das várias Faculdades, o secretário da reitoria [4], muitos alunos e funcionários da Faculdade de Letras. Era de expectativa o ambiente perante a nomeação de um reitor com tradição de homem liberal, mas que vinha para defender a Universidade e não para assistir a manifestações de anarquia que apenas visavam subverter a instituição. Assim recebi o facho que me foi transmitido pelo vice-reitor Artur Torres Pereira, com palavras de esperança na minha actuação e a promessa de incondicional apoio e colaboração por parte do Senado Universitário.

O discurso do novo reitor está divulgado [5], pelo que me limito a breves considerações acerca do seu enunciado. Entendia falar aos estudantes a linguagem da verdade, a única que os jovens exigem e apreciam, no imperativo de abrir aos mais novos os promissores caminhos do futuro. Era missão do educador ser recto nos propósitos, exemplar na acção e incapaz de favorecer a desordem nos espíritos, para que a sua mensagem fosse entendida «como laço directo de homem para homem e não como eco violento de classes antagónicas que na Universidade não podem existir nem nunca exis-

---

[1] Prof. Dr. António Maria Godinho, Prof. Eng.º Eduardo Romano de Arantes e Oliveira e Prof. Eng.º Raul Vasco Garcia Cabral.

[2] Pela Faculdade de Letras, os Prof. D. Fernando de Almeida e Délio Nobre Santos; pela Faculdade de Direito, o Prof. Pedro Soares Martinez; pela Faculdade de Ciências, os Profs. Fernando Dias Agudo e José Gomes Ferreira; pela Faculdade de Medicina, os Profs. João Cândido de Oliveira e Henrique Barahona Fernandes, e pela Faculdade de Farmácia, os Profs. Albano Pereira Júnior e Lício Godinho.

[3] Entre outros os Profs. José Francisco Ramos e Costa, Kurt Iocobsohn e António de Almeida Costa.

[4] Dr. Nuno Sampaio de Lemos.

[5] Joaquim Veríssimo Serrão e Artur Torres Pereira, *Amar a Universidade e Servir o País*, Universidade de Lisboa, 1973.

tiram». Sendo a missão dos mestres ensinar e a dos alunos aprender, a obra comum devia entender-se na tolerância ideológica e no apego à ciência, defendendo a instituição na sua actividade criadora e formativa.

Essa circunstância permitia-me afirmar: «Na sua estrutura e funcionamento, as Universidades corrigem-se e aperfeiçoam-se, não se desacreditam nem se destroem. Tão fecunda tem sido a Universidade portuguesa nos últimos cem anos, que soube formar desde os estratos mais humildes os quadros intelectuais do nosso País; e tão criadora, que até abasteceu de matéria cinzenta muitos dos que hoje a criticam ou negam, já esquecidos por ingratidão da parte formativa que lhe devem [...] Não pode a Universidade, por conseguinte, ser um campo de permanente divisão onde o ideal do futuro se transforme para muitos jovens em descrença e em que o clima de ódio substitua as relações de amizade ou de compreensão que devem unir as pessoas que a constituem.»

Estendendo a mão a quantos desejassem viver a mensagem da Universidade ligada ao progresso da ciência, não deixava o novo reitor de alertar para os perigos da politização universitária: «Casa aberta ao ideal da Cultura, formando anualmente milhares de jovens que hão-de um dia continuar o País, a Universidade portuguesa é um corpo moral único. Cada pessoa é livre de ter as ideologias e credos que entender, questão de foro íntimo em que a Universidade não tem de intervir. Mas, por isso mesmo, não é lícito seja a quem for transplantar para a vida da escola correntes e formas de actuação a que ela tem de ser alheia. Inteiramente alheia, para preservar a sua autonomia mental, para estar acima de todas as divergências, para ser digna da função que lhe cabe e para honrar a confiança que o País nela deposita. Quem pretende travar lutas políticas, que o faça onde a lei lhe permite, mas nunca à sombra de uma instituição que exige respeito e bom convívio e carece do apoio de todos os seus membros para fomentar o seu campo de estudo, corrigir as suas carências e realizar a sua alta missão.»

Que podia fazer um reitor consciente perante a sementeira de ódios espalhada nas Faculdades? Admitir a paralisação das aulas, o desrespeito da função docente, a falta de rendimento escolar? Tudo isso com a agravante de anos perdidos e o desânimo dos bons estudantes que apenas desejavam impor os seus méritos e preparar com eficiência o futuro? Quem ganharia com lutas e rancores que teriam melhor aplicação no trabalho honesto, no estudo perseverante e no ideal fecundo? Enfim, na mensagem reitoral lançava-se um consciente aviso: «Os mestres e os estudantes que sentem, como eu, o ideal da Universidade, poderão sempre contar com o apoio, o conselho e a amizade do seu reitor; pelo que a porta do meu gabinete nunca estará fechada aos que me queiram ajudar no prestígio da Univer-

sidade e na melhoria do seu funcionamento. Mas quem não sentir esse ideal de aproximação humana poderá, sem dúvida, encontrar outros campos de actuação útil, que não faltam no nosso País. Creio, porém, que essas pessoas não foram talhadas para a convivência salutar com os que, pondo de lado intolerâncias partidárias, vivem e prezam uma instituição que existe para unir e não para desagregar. A missão de um reitor é defender a sua escola e os que nela trabalham, não permitindo que outros a paralisem ou destruam.»

3. UM REITORADO TORMENTOSO

Não me cabe fazer o inventário dos factos ocorridos no meio ano em que permaneci na reitoria, pois é papel que incumbe aos historiadores da Universidade de Lisboa. Terei, no entanto, de deixar referência a pessoas e acontecimentos que se ligam à minha actuação, para concluir que não me sobrou tempo para enfrentar os mais variados problemas de ordem pedagógica e administrativa. Havia que pôr termo ao clima de anarquia estudantil que reinava na maioria das Faculdades, com a firmeza que o momento impunha. Com a valiosa colaboração do Prof. Artur Torres Pereira, procurei resolver os casos directivos de Ciências, Letras e Direito e alinhar projectos a que era preciso dar imediata execução. Numa política de boa aproximação, visitei na companhia do vice-reitor as várias faculdades, sendo recebidos pelos respectivos Conselhos a quem ofereci os nossos préstimos e solicitei a devida colaboração.

Na Faculdade de Direito, onde não havia director nomeado, pude verificar o eficiente trabalho feito pelo Prof. Pedro Soares Martinez, membro do Conselho Escolar, a quem cabia orientar a vida administrativa e pedagógica da escola. Em extremo dedicado a ela e de uma conduta exemplar, era raro o dia em que o Prof. Soares Martinez não se deslocava à reitoria a pedir a minha diligência junto do Ministério, para resolver os mais variados casos de gestão corrente. Desde então guardei do seu convívio a imagem do colega fino, prestante e leal, que o foi nas horas difíceis do reitorado e a partir de então. Também me impressionou a visita à Faculdade de Farmácia, onde me foi dado ver a competência e o entusiasmo do seu director, Prof. Albano Pereira Júnior, que tanto trabalhou pelo prestígio da sua escola. Não me restavam dúvidas de que nele tinha um colaborador prestimoso, como o veio com exuberância a demonstrar.

No dia 29 de Outubro tive a ventura de dar posse da direcção da Faculdade de Ciências ao Prof. Fernando Roldão Dias Agudo, que por consenso unânime dos seus colegas se vira elevado àquela função. Tratava-se de um querido amigo de há 40 anos no liceu de Santarém, que pela inteligência viva, pelo apego ao estudo e pela

lhaneza do trato, era já um modelo para os seus professores e colegas. Homem de grande valor científico, quanto de trato modesto, Fernando Dias Agudo representava a garantia de a antiga escola da Rua da Politécnica estar confiada a boas mãos. Por isso o saudei com palavras efusivas, mostrando o interesse da reitoria em que não tardasse a construção do edifício da sua Faculdade na zona da Cidade Universitária, por ser a única escola que se encontrava geograficamente distante da casa-mãe. Tal problema era de resolução urgente, para obstar à falta de locais da Faculdade de Ciências no que tocava ao cumprimento das tarefas de ensino e de investigação [1].

Aproveitei o ensejo para reafirmar ao Prof. Dias Agudo os objectivos do meu reitorado: «Tal o espírito que anima a Universidade, onde o labor individual assenta no mérito e se orienta no interesse e dignificação da Faculdade. Esta exige dos que a servem uma conduta impecável e uma dedicação integral, levadas mesmo ao sacrifício. Só assim poderemos constituir um exemplo para os alunos que em nós acreditam e para o País que tanto necessita de quadros capazes de realizar as grandes tarefas do amanhã. A Universidade constitui a célula de novas gerações que nela pretendem formar o espírito e receber a ferramenta técnica e mental que lhes permita abraçar uma carreira e ser úteis à sociedade. É, portanto, uma instituição que merece o nosso respeito e que em nenhuma circunstância pode ser maculada, antes deve ser protegida por quantos nela trabalham como mestres e alunos. Sejamos dignos dessa confiança, cumprindo o ideal de formar gente esperançosa e capaz que punha os valores supremos acima das coisas acidentais e que não perca tempo, porque cada minuto conta na rapidez de uma existência em que só vale o labor honesto e fecundo para nos sentirmos úteis à Universidade e ao País.»

Mas porque se mantinha na Faculdade de Ciências o clima de agitação estudantil que prejudicava seriamente as aulas, não deixei de ser firme na saudação ao novo director da Faculdade. Podia este contar com o meu apoio para abrir caminhos, estimular vocações e resolver carências. Mas havia que respeitar as leis da harmonia universitária, sob pena de a reitoria ter de impor o princípio da autoridade do Estado: «As facções e intolerâncias deixam-se à porta da escola, por não serem meios adequados para a dignificar e por não servirem o ideal da Ciência. Será demais repetir que o dever dos professores é ensinar e o dos estudantes aprender, formando um só corpo e uma só alma? Poderei acrescentar que a paralisação da vida da escola é um prejuízo que a todos atinge e sobretudo os mais desfavorecidos, que acabam por ser as vítimas de falsos profetas sem respeito pelos outros? São verdades cruas e que muitos pretendem esquecer,

---

[1] Joaquim Veríssimo Serrão e Fernando Roldão Dias Agudo, *Missão da Faculdade de Ciências. Para um Futuro Promissor*, Universidade de Lisboa, 1974.

mas que me permito trazer à vossa consideração, porque a cada um de nós compete preservar o destino da Universidade.»

Como era de prever, o discurso mereceu comentários negativos nos meios da oposição, não deixando a imprensa desafecta ao Governo de censurar as ameaças feitas ao princípio da liberdade estudantil. Como se a Universidade não fosse um serviço público e oneroso para o Tesouro e as suas instalações não existissem para fins mais nobres do que impedidas de funcionar ou saqueadas por grupos minoritários de contestação! Recordei-me de uns meses antes eu ter respondido a um grupo de alunos que me pedira para eu aderir a uma greve de solidariedade não sei por que episódio ocorrido na América Latina: «Os senhores não querem que os professores dêem aulas? Pois estão equivocados na vossa dialéctica. Deviam precisamente pedir, mesmo exigir o contrário: que haja mais aulas, melhores docentes, bons laboratórios, plena ocupação do tempo, condições de trabalho útil.» E fora o bastante para os que pretendiam transformar, eficazmente diziam eles, a vida da Universidade sentirem o vazio da sua argumentação. O certo é que enviei a Marcello Caetano o discurso que proferira na posse do Prof. Dias Agudo, ao que me respondeu de imediato: *Achei-o excelente, e a contraprova da firmeza e rectidão da doutrina está na reacção dos que apoiam a desordem na Universidade.*

Recordo-me de haver encontrado pouco depois o advogado Dr. Eduardo de Sousa Figueiredo, que me perguntou o que fizera eu dos princípios liberais em que assentara a minha formação. Há mais de 30 anos que nutria o maior respeito por esse meu conterrâneo, homem culto e de ideal puro, que foi um dos mais sabedores causídicos portugueses. Respondi que continuava fiel ao liberalismo de sempre, mas que acima das ideologias transitórias punha o serviço da Universidade e o bom nome do País. Não podia assim identificar liberdade com anarquia, sendo para mais a Universidade uma instituição de serviço público que não podia estar à mercê de falsos estudantes, quantos deles meros arruaceiros. Três ou quatro anos depois voltei a encontrar o distinto homem de foro, admirável na pureza da sua coerência, que me pediu desculpa do seu azedume de 1973. Confessou-me então a profunda amargura em que o mergulhara a revolução, flagelando os políticos que tinham medrado à custa dela e exprimindo a sua desilusão nos homens.

Ainda em Outubro tive uma ou duas sessões de trabalho com o ministro da Educação, de quem obtive despacho favorável para iniciativas culturais da reitoria. Assim sucedeu com as propostas aprovadas pelo Senado para a realização, na Primavera de 1974, de uma exposição de arte e de um concurso de literatura universitária. Mas nos dias 10 e 13 de Novembro ocorreram desacatos nalgumas escolas, pelo que se tornou necessário assegurar o funcionamento das aulas e o

respeito por professores que haviam sido molestados. O Senado aprovou um conjunto de medidas para restabelecer a normalidade. Com o controle de entradas nas Faculdades de Letras e de Direito, enquanto não se pôde fazer o mesmo em Ciências e em Medicina, afastaram-se os grupos estranhos e cuja missão única era perturbar a vida escolar. Ordenou-se a limpeza das paredes exteriores do Hospital de Santa Maria e dos edifícios da Cidade Universitária, cuja zona passou das 9 às 19 horas a ser considerada via pública. As forças de segurança receberam instruções para ter apenas um papel dissuasor junto dos grupos estudantis. Tudo se operou sem recurso ao Ministério e sob a responsabilidade única das autoridades universitárias. Tais medidas foram de molde a serenar a actividade dos estudantes, podendo afirmar-se que até ao fim de 1974, apesar de uma ou outra concentração de menos significado, não houve incidentes a registar.

O Senado decidiu, em sessão de 9 de Novembro, aprovar a minha proposta e do vice-reitor Torres Pereira de uma série de publicações com o título de *Studia Universitatis Olisiponensis,* destinada aos estudos de comprovado valor científico e interesse cultural dos docentes da Universidade de Lisboa. Como primeiro volume entendeu-se reunir os discursos e orações que o presidente do Conselho proferira no tempo do seu reitorado [1]. O Dr. Rúben Leitão insistiu comigo para que a colectânea fosse editada nos prelos da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, confiando-se a parte gráfica ao talento de um notável e quão modesto artista, o mestre pintor Manuel Lapa. O autor procedeu ao inventário desses escritos e por carta de 19 de Novembro enviou-me o texto para a impressão. Num esforço digno de louvor, os serviços daquela empresa pública fizeram o milagre de lançar a obra no prazo de 40 dias.

Durante a revisão das provas, numa visita que fiz a São Bento, permiti-me levantar o problema de ser ou não oportuna a inclusão no volume dos textos referentes ao dissídio que ocorreu em 1960 entre as Universidades de Coimbra e de Lisboa. Eu temia que a nova edição fosse reavivar a querela histórica de saber se a escola dionisina adormecera durante quatro séculos na capital ou se fora transferida em 1537 para Coimbra. Apesar das diligências do então ministro da Educação, Prof. Francisco Leite Pinto, não fora possível apaziguar os dois ilustres contendores. Ao ressentimento sentido pelo Prof. Guilherme Braga da Cruz, reitor da *Alma Mater Conimbrigensis,* respondera de maneira enérgica o Prof. Marcello Caetano. As pessoas indiferentes à questão consideraram-na uma nova guerra de alecrim e da manjerona, mas o conflito teve na verdade sequelas que atingiram as relações pessoais de alguns professores das duas escolas.

[1] Marcello Caetano, *Pela Universidade de Lisboa (1959-1962). Estudos e Orações,* Lisboa, 1974.

Dez anos depois, quando Marcello Caetano era presidente do Conselho, acolheu em Queluz uma delegação conimbricense e dispensou expressões de grande apreço a Braga da Cruz, que se mostraria penhorado com as atenções recebidas. Sanado o grave incidente, não iríamos agora reavivar a questão em momento nacional inoportuno?

Marcello Caetano entendeu o meu receio e expôs-me em carta de 17 de Dezembro o seu ponto de vista: *Desde que reunia tudo o que escrevi e disse durante o período do meu reitorado, confesso que me seria desagradável a omissão desses textos. Porque tal incidente marcou muito esse período e não posso esquecer as vinte e quatro horas em que febrilmente, metido em casa com os elementos da minha livraria, tive de desfazer a mensagem que Coimbra enviou individualmente a todos os professores de Lisboa para desacreditar o seu reitor. A omissão dos textos referidos, agora, parecia repúdio da acção que então tive ou que a Universidade de Lisboa se envergonhava do que foi dito e feito em sua defesa. Não sei se reparou, porém, que na exposição feita ao Senado suprimi as referências que pudessem ter carácter mais pessoal. Mas surge-me a dúvida (mas deixo o assunto ao seu critério) sobre se no prefácio não conviria deixar cair uma palavra a explicar que, ao reunir os textos todos do meu reitorado, não se podia deixar de incluir esses, mas que, felizmente, tinham interesse meramente histórico, pois as relações entre as duas Universidades haviam retomado a sua cordialidade de sempre e nenhuma sombra ficara do incidente, mesmo no plano pessoal, como o demonstra a solicitude com que, na chefia do Governo, tenho considerado e atendido os problemas da Universidade de Coimbra*[1].

No sábado 15 de Dezembro tivera lugar na Faculdade de Direito uma sessão de homenagem pelos 40 anos de professorado de Marcello Caetano. Ali se viam altas figuras do ensino, da política, da magistratura e do foro, que lhe queriam testemunhar a admiração e o respeito que sentiam pelo mestre de craveira inesquecível. Ao anfiteatro principal tinham confluído três a quatro centenas de pessoas, de variadas ideologias e muitas delas de prestígio nacional, que se associavam com júbilo à reunião. O Prof. Pedro Soares Martinez, como director em exercício da Faculdade, teve palavras de grande nobreza moral para com Marcello Caetano, a quem afirmou que todos os presentes sentiam a honra de terem sido discípulos do antigo reitor da Universidade. Disse voltar este à sua própria casa, onde era acolhido de braços abertos. Em nome dos seus colaboradores no ensino falou também o Prof. André Gonçalves Pereira, que se referiu à vinculação espiritual dos antigos assistentes e colaboradores pelo mestre que sempre o fora na mais nobre acepção do termo[2].

---

[1] Assim o fiz no prefácio a *Pela Universidade de Lisboa*, pp. XIII-XIV.
[2] Saiu então o volume *Estudos de Direito Público em Honra do Professor*

A sessão decorreu num ambiente de profunda comunhão de almas. O discurso de Marcello Caetano foi impressionante de sentimento e de beleza literária, na evocação que fez da sua carreira de professor, a que se sentia ligado em todas as vicissitudes da vida. Dois dias mais tarde, recebia dirigida a mim e ao Prof. Artur Torres Pereira a seguinte carta: *Quero dizer-lhe quanto me penhorou a presença de Vossa Excelência e do Sr. Vice-Reitor na homenagem prestada pelos meus antigos alunos. Foi uma cerimónia tocante e que me emocionou profundamente. O facto de Vossas Excelências se associarem contribuiu muito para o brilho do acto e para a minha emoção. Muito e muito obrigado!* Não fora para ambos de menor emoção o ambiente que nos fora dado viver da justa consagração de um mestre da nossa Universidade.

Por esse tempo preparava-se a sessão solene a realizar na Aula Magna, a 6 de Janeiro de 1974, e que tinha por fim conceder o grau de doutor *honoris causa* a sete eminentes figuras com altos serviços prestados à cultura portuguesa. Desde Outubro que o Conselho da minha Faculdade me alertara para a circunstância de, anos volvidos sobre a concessão do grau, ainda os galardoados não o terem recebido em cerimónia pública. Afigurou-se justa a sugestão, pois dava-me o ensejo de restaurar o simbolismo tradicional da Universidade, onde, com o receio de manifestações hostis, desde 1964 não se efectuavam actos solenes. Tomaram-se os cuidados de segurança que a festa requeria e, com a prestimosa ajuda do vice-reitor, organizou-se o cerimonial adequado à cerimónia [1].

Quem eram as personalidades a quem a Faculdade de Letras entendera justo celebrar? O Prof. Marcel Bataillon, administrador honorário do Colégio de França e mestre cimeiro do erasmismo peninsular; o Prof. Pierre Birot, catedrático da Sorbona e geógrafo de grande nomeada; o Prof. Dâmaso Alonso, catedrático da Universidade de Madrid e o maior filólogo e romanista da Espanha actual; o Prof. Erwin Rosenthal, antigo colaborador da Universidade de Lisboa e com obra notável no campo do germanismo; e o Dr. José de Azeredo Perdigão, que à frente da Fundação Calouste Gulbenkian dera valioso incre-

---

Marcello Caetano, edições Ática, Lisboa, 1973, com trabalhos em honra do Mestre, da autoria dos Profs. Diogo Freitas do Amaral, Augusto de Ataíde, Armando Marques Guedes, Jorge Miranda, André Gonçalves Pereira e Nuno Espinosa Gomes da Silva e dos Drs. José Manuel Sérvulo Correia, José Robin de Andrade, Rui Chancerelle de Machete e Miguel Galvão Telles. Haviam todos sido assistentes do Prof. Marcello Caetano e patenteavam o orgulho de fazerem parte da escola de direito público que ele criara. Pergunto: quantos lhe permaneceram fiéis ou hoje ainda invocam a dívida que para com ele contraíram?

[1] A notícia da cerimónia consta do livro *Sete Doutoramentos Honoris Causa pela Faculdade de Letras,* in Variae Regestae Universitatis Olisiponensis, I, Lisboa, 1974. A obra saiu após o 25 de Abril, pelo que não sou responsável pelos erros de impressão que nela se contêm.

mento à projecção da cultura portuguesa. Não puderam então deslocar-se a Lisboa os dois últimos doutores: o Prof. Pierre Jourda, decano honorário da Faculdade de Letras de Montpellier e grande historiador do Renascimento francês; e o padre Carlos Estermann, sábio etnógrafo que consagrou meio século de vida ao estudo do homem e das tradições de Angola [1].

Três dias antes da cerimónia desloquei-me com o vice-reitor ao hotel do Estoril onde Marcello Caetano gozava um curto período de férias. Foi nosso desejo pedir-lhe que estivesse presente na Aula Magna, se não fosse para presidir, ao menos para tomar parte no cortejo e fazer entrega do anel e do livro aos novos doutores. Percebeu-se no chefe do Governo a tentação íntima de aceitar. Quase o convenceu o meu argumento e do Prof. Torres Pereira da importância política que tinha para o estrangeiro a sua presença num acto consagrador de tão altas personalidades. Escusou-se com ar reticente, disse que tentaria anular um outro compromisso e deixou-nos a vaga esperança de aparecer de surpresa à hora do cortejo. E foi pena, porque a cerimónia decorreu com grande nível e na presença de centenas de pessoas do mundo político, diplomático e cultural. Como padrinhos dos cinco doutores presentes foram escolhidos os professores catedráticos de Letras, respectivamente, Vitorino Nemésio, Orlando Ribeiro, Jacinto do Prado Coelho, António Gonçalves Rodrigues e Jorge Borges de Macedo, que produziram orações de excelente significado em prol da cultura humanística.

Saudando os novos doutores do colégio ulisiponense, disse então o reitor: «[...] Estamos a cumprir um acto de fé nos valores que animam o ideal universitário: a consciência do dever cumprido, o labor honesto e perseverante, a contínua oferta do saber, o apelo de entusiasmo a novas gerações, a devoção a uma carreira em que 'servir' é sinónimo de 'amar'. O nosso labor não pode confundir-se com a mera ocupação de tempo ou com o emprego sem finalidade. O verdadeiro universitário é-o por vocação, porque o norteia o ideal da ciência que pretende transmitir aos outros, com a força criadora que a Universidade desperta nos seus membros.» Estava-se a viver uma hora de profundo convívio e que impunha um minuto de serena reflexão: «Fora de uma vinculação a formas mentais superiores, nenhuma sociedade pode erguer-se sobre alicerces sólidos e espalhar a semente da esperança nos homens que lhe incumbe lançar na vida.»

---

[1] A homenagem ao Prof. Pierre Jourda efectuou-se a 9 de Abril seguinte, na Sala Petrarca da Universidade de Montpellier, aonde o reitor se deslocou na companhia do Prof. Délio Nobre Santos, padrinho do novo doutor, e de outros colegas da Universidade de Lisboa. Quanto à entrega das insígnias ao padre Estermann, teve lugar a 15 de Fevereiro em Sá da Bandeira, na presença do Prof. Ilídio do Amaral, que me representou na cerimónia.

Depois de exaltar o valor da cadeia de gerações em que se identifica o culto universitário com o mais profundo sentimento nacional, disse o reitor a terminar: «Bastaria esta cerimónia para elevar um passado de honroso trabalho no acendrado culto da ciência, no constante apego à cultura e na ânsia construtiva de servir Portugal. Tal é o sentimento que anima em peso a Universidade de Lisboa, que, respeitando o fogo sagrado da tradição, olha também com esperança para o tempo novo que anuncia a sua continuidade. Enquanto as instituições sentirem a força que as prende a um nobre ideal, os valores que dignificam o homem nunca deixarão de se impor, no respeito de que cada geração tem de nutrir-se para criar, viver e sonhar. Nessa linha de pensamento, a Universidade continua a ser fiel ao destino que tão profundamente a marcou [...] Que o dia de hoje constitua um acto de fé na Universidade de Lisboa e abra caminhos promissores para bem da cultura nacional e do nosso País.»

Dois dias depois chegava-me uma penhorante carta de Marcello Caetano, que cumpre divulgar: *Senhor Reitor e meu Exmo. Amigo: Venho felicitá-lo vivamente pela dignidade da cerimónia de domingo em que a Universidade de Lisboa voltou a apresentar-se como corporação. Todas as impressões que ontem colhi eram de júbilo e congratulação. Foi um grande passo dado pelo novo governo universitário. Escuso de lhe dizer quanto me sensibilizaram as palavras de V. Ex.ª em que se referiu ao meu nome e a escolha do livro entregue aos doutorados. Lastimo não ter podido assistir, mas pergunto-me se, apesar de tudo, não seria melhor assim. V. Ex.ª sabe que conta comigo para tudo quanto eficientemente eu possa ajudá-lo. E muito obrigado por me ter enviado cópia do seu discurso que eu lera logo nos jornais ...*

O início do novo ano trouxe uma vaga de agitação estudantil, organizada segundo um novo modelo de activismo que a actuação das forças de segurança tinha alguma dificuldade em controlar. O Ministério da Educação opunha-se a esse recurso dissuasório. Como se a tolerância da autoridade conduzisse a qualquer solução válida! As Faculdades não podiam viver à mercê de grupos de pressão que recorriam a todos os meios para perturbar o funcionamento da vida escolar. A reitoria teve de chamar a si uma série de processos disciplinares contra alunos ou pretensos estudantes que perturbavam as aulas, ofendiam professores, agrediam empregados e malquistavam os colegas de diferente ideologia. A polícia teve mesmo de intervir numa sala da Faculdade de Medicina onde, a coberto da autorização do respectivo director, se instalara uma tipografia clandestina que fabricava uma parte do material de propaganda que enchia Lisboa e depois se espalhava pelos outros meios académicos. A Universidade constituía já para muitos o terreno ideal de luta para deitar o regime abaixo. Mas nos fins de Janeiro, a acalmia voltara de novo à Univer-

sidade, informando eu Marcello Caetano de tudo o que se ia obtendo nesse sentido.

Nesse período procurei resolver o problema da direcção das Faculdades de Direito e de Letras. No primeiro caso, impunha-se nomear o Prof. Pedro Soares Martinez para o cargo, uma vez que há meio ano o exercia de facto. Após o pedido de exoneração do Prof. Adelino da Palma Carlos, o Conselho Escolar decidira que os catedráticos se revezassem de três em três meses no mandato. Findo o período que recaíra naquele professor, que o exercera com plena eficiência e dedicação, nenhum dos colegas mostrou desejo de o substituir. A sua colaboração a nível do Senado e da Faculdade dera-me sobejas provas de confiança. Também o Prof. Marcello Caetano, que havia anos mantinha com o colega relações de frieza, me disse ter ficado impressionado com o tom respeitoso e cordial com que o Prof. Soares Martinez o tinha publicamente acolhido aquando da cerimónia de 15 de Dezembro. Não pudera então ser mais nobre a atitude do então director em exercício da Faculdade de Direito.

O caminho estava, pois, aberto para desbloquear a situação de instabilidade directiva em que se encontrava uma das mais prestigiosas escolas do corpo universitário. Tendo proposto o nome ao ministro Veiga Simão, aconselhou-me a levar o assunto à consideração do presidente do Conselho, o que fiz em audiência que me concedeu em São Bento no dia 30 de Janeiro. Mostrei que não era justo manter a Faculdade de Direito num regime de direcção interina que enfraquecia a posição do Prof. Soares Martinez perante os colegas. Marcello Caetano disse-me de imediato que estava de acordo, pelo que o assunto acharia a solução adequada no segundo trimestre do ano em curso. Quando surgiu o 25 de Abril não se estava longe de resolver a crise directiva que afectava o funcionamento da Faculdade de Direito de Lisboa.

Na Faculdade de Letras, a aposentação do Prof. D. Fernando de Almeida, em Novembro de 1973, fizera recair no subdirector a plena responsabilidade da direcção. O Prof. Francisco José da Gama Caeiro, já ao tempo um dos meus amigos dilectos, era o catedrático de História da Filosofia em Portugal e autor de uma tese notável sobre o pensamento de Santo António de Lisboa. Durante três anos dera no cargo sobejas provas de diligência e bom senso, entregando-se por inteiro à sua missão, ao ponto de prejudicar a sua vida de investigador. Fiz várias diligências para que aceitasse o cargo. Mas, embora invocasse o prazer que teria em colaborar com o reitor, o Prof. Gama Caeiro aduziu uma série de argumentos para eu o libertar da obrigação. Em meados de Dezembro propus ao ministro da Educação o nome do Prof. Jorge Borges de Macedo, catedrático de reconhecido prestígio científico. Contudo não foi

aceite a indicação sob pretexto de o referido professor ser hostil a Veiga Simão.

Foi-me então pedido para indicar outro membro do Conselho, mais de acordo com a política de abertura que a crise académica impunha. A escolha teria de recair, quanto a mim, numa pessoa aberta ao diálogo mas firme na defesa dos princípios, pois o permanente compromisso acabava forçosamente na fraqueza e na demissão. Em carta de 24 de Novembro para Marcello Caetano, eu fora coerente nesse propósito: «Muitos dos nossos males radicam nessa política de constante cedência em que os responsáveis apenas se pretendem salvar, mesmo que a Universidade soçobre.» O Prof. Gama Caeiro dera como prazo de saída o fim de Janeiro, o que se traduzia na entrega do cargo ao Prof. Orlando Ribeiro, decano do Conselho, que me disse não estar interessado na indigitação. Geógrafo de mérito e de prestígio internacional, o seu nome teria sido, se o quisesse, bem acolhido.

Assim sugeri o catedrático de Filosofia, Prof. Délio Santos, a quem me ligavam bons laços de estima. Com a excepção dos quatro anos em que estivera, em comissão de serviço, na Universidade de Luanda, fizera toda a carreira na Faculdade, cujos problemas internos conhecia bem, pois em 1958 dirigira a transferência dos serviços do casarão de Jesus para o edifício da Cidade Universitária. De inteligência penetrante, era um homem de fervente ideal. A sua colaboração no Senado fora prestimosa, por ser Délio Santos um universitário integral que nunca buscara proventos fora do ensino. A visita do ministro a Inglaterra retardou a nomeação, pelo que em 16 de Janeiro solicitei do presidente do Conselho a resolução do assunto. Ao Prof. Délio Santos entreguei a direcção da Faculdade no dia 6 de Fevereiro, numa cerimónia em que confirmei a palavra de ordem que o momento impunha [1].

Quanto aos fins da Universidade, fui bastante explícito: «Uma Faculdade só funciona realmente quando os seus docentes e estudantes vivem animados por um espírito de bom convívio e pelo superior ideal de criar e transmitir a cultura. Sabem os universitários que do seu ensino dependem a formação do carácter, a dignidade científica e o equilíbrio de atitudes dos jovens que lhes compete lançar na vida. Quem trair essa missão, por falta de ética ou mero oportunismo, não poderá ficar como exemplo de quantos acreditaram nele e um dia o hão-de julgar com severidade. O companheirismo fácil e a transigência no domínio das responsabilidades podem levar à glória efémera de conquistar massas inocentes e vulneráveis, mas

[1] Joaquim Veríssimo Serrão e Délio Nobre Santos, *Missão das Faculdades de Letras. Tradição e Progresso, Renovação e Continuidade,* Universidade de Lisboa, 1974.

nunca chegarão a formar homens e a conquistar almas. Como eu lamento os pobres apóstolos da convivência sem limites! É que a juventude salutar — que constitui a esmagadora maioria — exige o respeito e despreza a intolerância, busca a compreensão e condena a demagogia. Tratar a gente nova como irmãos ou camaradas, quando eles apenas buscam ser a continuação dos autênticos mestres, representa um atentado à sua boa-fé e ao seu generoso espírito, ao mesmo tempo que desacredita a Universidade que nenhum docente merecedor desse nome tem o direito de pôr em causa.»

Tinham voltado a circular panfletos a incitar os estudantes à revolta contra o Poder. Sem ordem das direcções, havia alunos que ocupavam abusivamente as salas para promover reuniões de fim associativo, o mesmo acontecendo na cantina da Cidade Universitária. Em algumas escolas, como as Faculdades de Ciências e de Medicina, cometeram-se desacatos nos edifícios e ofensas aos professores. O reitor era terminante a esse respeito: «Os edifícios escolares foram construídos e equipados com dinheiros do Estado, pelo que uma Universidade digna e responsável tem a obrigação de os conservar e proteger no quadro estrito da missão para que foram criados. Quem se serve das instalações universitárias para fins que nada têm a ver com as justas aspirações pedagógicas dos docentes e alunos prejudica o bom nome da escola, defrauda a confiança dos educadores e trai o interesse geral. O dever dos universitários é trabalhar e não perder tempo, porque uma sociedade formada de incapazes pode ensombrar o futuro de muitas gerações.»

Palavras ditas com encobertos fins de repressão? Nunca um professor de velha formação liberal as poderia emitir que não fosse para acordar nos espíritos a noção de responsabilidade que se exige dos que abraçaram o ideal universitário. Havia assistentes e monitores, uns por doutrinamento, outros por medo físico, que permitiam a interrupção das aulas para os estudantes tratarem de assuntos estranhos a elas. A contestação avançava menos pela força activa dos grupos minoritários do que pela aceitação passiva das suas exigências. Havia que ser firme na defesa da Universidade e não ter medo de enunciar princípios que correspondiam ao interesse geral, porque seriam eles bem acolhidos por quantos prezavam a paz cívica e intelectual:

«Nunca me cansarei de afirmar que a Universidade é uma instituição demasiado séria para ser desviada do seu real campo de actuação. A disciplina constitui uma das bases do seu eficaz funcionamento e deve ser constante preocupação de quem dirige, para que os mestres ensinem, os estudantes aprendam e o rendimento escolar seja cada vez maior na preparação dos quadros de que o País carece. Os docentes que, recebendo o seu vencimento, nem sequer dão aulas ou permitem que estas sejam desviadas do seu fim autêntico; e os alunos que tudo fazem menos estudar e cumprir as suas obrigações

— podem ser, uns e outros, profissionais de actividades alheias, mas nunca serão universitários que constituam um modelo de isenção e de honestidade. Poderão as minhas palavras acordar muitas pessoas de boa-fé e que andam sem norte, mostrando-lhes as vias de uma actuação válida e compensadora? Nesta hora de júbilo quero manter tão animadora esperança.»[1]

Tendo enviado o texto no dia 1 de Fevereiro a Marcello Caetano, respondeu-me ele uma semana depois a apoiar a doutrina expressa. O seu cartão trazia a marca de um encoberto desalento. Na véspera visitara as novas instalações do Ministério da Educação Nacional e fizera um discurso a que a imprensa dera extenso noticiário. Que sentimentos entendia o presidente do Conselho, a modo de confidência, dizer-me com as suas palavras? *Como é possível que as instituições se defendam ou mesmo sobrevivam, se os homens por elas responsáveis não se assumem como tal? Vivemos num tempo de conluios e de cedências que pode pôr em causa a própria sobrevivência nacional. Num país com as nossas tradições humanas e culturais, porque se demitem os homens que tinham a obrigação de o não fazer? Porque preferem à verdade dos princípios o oportunismo da glória fácil? Que Deus o ajude para poder sair da sua luta triunfante.*

Saltava aos olhos a degradação da vida universitária, sem que da parte do Ministério viesse o eficaz apoio que a reitoria reclamava. Numa reunião do Conselho Escolar de Letras efectuada no início de Janeiro, eu soubera com espanto que o ministro da Educação continuava a ter reuniões de trabalho com um grupo de docentes e não docentes universitários, deixando a reitoria na ignorância do facto. Se fossem reuniões de carácter pessoal, era livre o Prof. Veiga Simão de convidar quem muito bem entendesse. Mas tratando-se de discutir a reforma do ensino com a presença de «conselheiros» da Universidade, a ética mandava, pelo menos, informar os canais hierárquicos competentes. Nas minhas conversas com o ministro, jamais esse assunto fora levantado. Sem dúvida que alguns desses professores eram de reconhecida craveira, como o Prof. Orlando Ribeiro e o padre Manuel Antunes. Mas do Prof. Miller Guerra, da Faculdade de Medicina, que títulos podia apresentar que não fosse o espírito desagregador de que já dera e continuou a dar sobejas provas? E o meu amigo Rúben Leitão, escritor de múltiplos talentos, sem dúvida, que contributo de valor podia nesse ponto dar ao ministro? E o Dr. António Alçada Baptista, que ideias podia ter sobre a gestão da Universidade, que não fossem as do homem culto voltado para o seu mundo interior? Outras

[1] Para colaborar na direcção da Faculdade de Letras, o novo director indicou o nome do Prof. Olívio Caeiro, catedrático de Filologia Germânica, que tomou posse do cargo de subdirector, da minha inteira confiança, um mês antes do 25 de Abril.

pessoas colaboravam nessas reuniões periódicas em que o responsável da Educação Nacional queria ouvir ideias atinentes à reforma do ensino em geral e da Universidade em particular.

A minha oposição à reforma de Veiga Simão era sobretudo por ela obedecer a princípios de quantificação e não de qualidade do ensino. Antes de inaugurar escolas, cumpria formar bons professores e só então ir provendo paulatinamente a rede escolar. A chamada «democratização do ensino» nunca podia conduzir ao abaixamento do nível educativo, como infelizmente veio a suceder. Como era possível que uma vaga de bacharéis incompetentes, que precisavam de aprender e não de ensinar, andasse nos liceus e escolas técnicas a pregar marxismo puro? Como era possível que os programas de História se orientassem para uma cultura internacionalista, ignorando as raízes e tradições da história portuguesa? Como era possível a inversão de valores que levava publicamente um ministro a criticar os docentes da velha Universidade e a mitificar os «estudantes» que, em muitos casos, nem sequer o eram, mas apenas profissionais ou agentes de doutrinação política?

Os meus contactos no ministério da Educação passaram a ser feitos, cada vez mais, com o secretário de Estado Dr. Augusto de Ataíde, com quem tinha, quanto aos problemas do ensino, uma sintonia de pensamento. Em fins de Fevereiro, a crise política originada pelo livro de Spínola afectara muitos espíritos. No discurso de 18 de Março, o presidente do Conselho chamara a atenção para o equívoco de muitos reclamarem privilégios para acirrar o ódio entre as classes e não para a melhoria das condições sociais. Dois dias depois escrevia-lhe eu: «Como vamos sair da difícil encruzilhada em que o generoso ideal da Primavera política nos lançou? Sem dúvida, fiéis ao destino que tem marcado a nossa história e vida colectiva [...] Mas para isso não pode Vossa Excelência recuar, por imperativo nacional, em varrer os vendilhões do Templo, os que traem no dia-a-dia cobertos pela imunidade que alcançaram.»

Na última semana de Fevereiro, os jornais puseram em destaque o «escândalo» de as aulas da Faculdade de Medicina não terem ainda começado. Na quinta-feira 21 telefonou-me o presidente do Conselho a alertar para o facto e pedindo para lhe transmitir as providências tomadas para a sua residência ou, a partir de sábado, para o Hotel do Buçaco, onde ia descansar. Com a ajuda do vice-reitor Torres Pereira, convoquei para o dia seguinte o Conselho Escolar da Faculdade, para fazer votar uma proposta conducente ao início dos cursos em 1 de Março. Não sei hoje descrever o que foi o desgaste dessa reunião de cinco horas em que tive de ouvir, da parte de quase todos os professores, o argumento de que não dispunham de condições hospitalares para um ensino eficaz. Logo de início, o Prof. Miller Guerra, que ali se encontrava na condição de professor extraordinário,

disse-me ser mandatário de um grupo de assistentes que se reservavam o direito de aceitar ou não as medidas tomadas. Respondi-lhe secamente de que não reconhecia tal mandato, ao que acrescentou que preferia nesse caso abandonar a sala. Tendo eu apontado para a porta do Senado, entendeu melhor ficar na reunião e manteve-se em silêncio até ao fim. A moção aprovada era de molde a dignificar o corpo docente, que reconhecia a justeza da posição da reitoria. Quando recordo o sucedido, tenho ainda um pensamento grato para o vice-reitor e para os professores Arsénio Cordeiro, Xavier Morato, Juvenal Esteves e Tomé Vilar, por terem sido os mais destacados na aprovação da minha proposta. A notícia publicada nos jornais de sábado 23 causou geral satisfação nos estudantes, que reconheciam na sua grande maioria os prejuízos que estavam a sofrer.

Foi neste ambiente de inquietação que a reitoria da Universidade de Lisboa prosseguiu no mês de Março a obra em curso. Para consolidar a política de entendimento entre professores e alunos, organizavam-se mensalmente concertos gratuitos em colaboração com o serviço de música da Fundação Calouste Gulbenkian. Orquestras e artistas consagrados puderam fazer-se ouvir na Aula Magna, com grande afluência de estudantes e de público. Também o Senado aprovara a minha proposta da realização de conferências mensais por ilustres professores, subordinadas ao tema genérico de *O homem e a problemática do nosso tempo*[1]. O vice-reitor Torres Pereira foi incumbido de organizar a Exposição de Arte Universitária, a inaugurar em 2 de Maio, e o concurso para a atribuição de prémios anuais aos melhores alunos de cada Faculdade. E foi-se mais longe na acção cultural: no dia 28 de Abril teria lugar a sessão solene para a entrega das insígnias a 50 doutores da Universidade de Lisboa, que desde 1965 as não tinham recebido. Como eu escrevia a Marcello Caetano: [...] «importa reavivar a tradição e dar consciência aos universitários do que são e do que valem».

4. UM CONVITE SEM FUTURO

Na quarta-feira 17 de Abril, o presidente do Conselho recebeu-me e ao vice-reitor Torres Pereira em audiência, ao fim da tarde. Tivera um dia cansativo, como se deduz da sua agenda[2], o que era de molde a justificar a fadiga que lhe notámos. Íamos a São Bento para

[1] Apenas se realizaram três conferências: o Direito, pelo Prof. Paulo Cunha; a Economia, pelo Prof. Soares Martinez; e a Medicina, pelo Prof. Frederico Madeira.

[2] Recebera nessa tarde o Dr. Alexandre Vaz Pinto, D. Maria Irene Vilar, o ministro da Defesa, o jornalista Fialho de Oliveira, faltando ainda o Dr. Lopo Cancela de Abreu.

lhe transmitir o gosto da sua partitcipação na cerimónia de domingo 28. Pensávamos que seria um momento de alta consagração para os novos doutores receberem o anel e o livro das mãos do antigo reitor. Marcello Caetano esboçou um sorriso ao ouvir a lembrança, dizendo que talvez não fosse oportuna a sua presença. Mas logo acrescentei que era preciso dar força moral à Universidade, pelo que a sua incorporação no cortejo doutoral constituía mais um serviço que prestava ao País. O vice-reitor corroborou o pedido, dizendo que, a aceitar o convite, tudo ficaria no mais completo segredo. Pela primeira vez o achei hesitante nas respostas, como que perdido num mundo de preocupações. Disse enfim Marcello Caetano que nesse caso teria de adiar uma projectada visita ao complexo de Sines, mas que iria ponderar o assunto e em breve nos daria a resposta. Acompanhando-me à porta do gabinete, inquiriu se na sexta-feira 18 eu poderia voltar a São Bento. A agenda estava cheia até às 17 h. 30 m. mas seria recebido de imediato [1].

Compareci à hora indicada, sendo introduzido pelo Dr. Alexandre Carvalho Neto, secretário do presidente do Conselho, no gabinete. Ia convicto de que Marcello Caetano fosse considerar o protocolo e o horário da cerimónia de 28 de Abril. À medida que o escutava, qual não era o meu espanto por ver que pretendia com urgência remodelar o Governo e colocar-me na pasta da Educação Nacional. Em palavras amáveis, insistia no aprumo e na autoridade de que eu dera provas na reitoria da Universidade de Lisboa, que entendia primordiais para restabelecer a confiança no Ministério. A imediata despolitização do ensino constituía o objectivo a alcançar. Marcello disse estar eu em condições, com a experiência adquirida, de cumprir plenamente essa missão de interesse nacional. Nem uma só vez se referiu ao titular da pasta, mas em dado momento acrescentou: *... já se devia ter feito à mais tempo, mas os últimos acontecimentos, com os problemas que criaram ao Governo, fizeram retardar a minha decisão.*

Por maior que fosse a honra do convite, devo confessar que fiquei perplexo. Conhecendo bem as minhas limitações, fora sempre uma pessoa sem vocação pela política activa e que punha o ensino e a investigação acima de todas as solicitações da vida profissional. A experiência da reitoria mostrara-me quão difícil é a um homem de pensamento integrar-se em esquemas de acção imediata. Como seria possível fazer vingar princípios éticos num ambiente permeável à dissolução das estruturas, como já sucedia na Universidade? Muitos que tinham a obrigação de a defender, fazendo do professorado uma alta missão de vida, eram os primeiros a pactuar com a perturbação

[1] Tinha recebido o jornalista Fernando Fragoso, o ministro do Ultramar, o deputado Manuel José Homem de Melo, o Dr. Elmano Alves, o Dr. António Castelino e Alvim e D. Sabino Alonso Fueyo.

nas escolas, vendo nos professores e nos estudantes classes em luta para a libertação da sociedade civil. A erosão da vida política fizera-os acreditar que a Universidade era um veículo para a queda do regime. Em muitas escolas não se trabalhava para o progresso do ensino, mas apenas para o desagregar com aquele objectivo. Como e onde argamassar um pensamento que fosse bastante eficiente para acordar as inteligências e as almas?

A 1 de Fevereiro, já com uma certa amargura por sentir inútil a acção na reitoria, escrevera ao presidente do Conselho uma longa carta em que dizia: «A minha vida de investigador parou em Outubro, embora continue a dar as minhas aulas e a fazer o meu seminário de quinta-feira. A reitoria prende-me de tal modo que seria estulto querer inventar horas para frequentar os arquivos e bibliotecas. Por quanto tempo poderei ainda suportar este sacrifício pessoal e familiar? Se o faço, creia Vossa Excelência que é apenas porque não devo recusar o meu contributo, se bem que modesto, ao estadista e amigo por quem o aceitei. E enquanto o Senhor Presidente assim o quiser, não serei eu quem lhe falte na dedicação de que sou devedor.» Mas dois meses depois, já o desalento me atingia, por pressentir a marcha do País com rumo à tragédia. Pois se me queria libertar do peso da reitoria, como era possível que pudesse aceitar o espinhoso cargo ministerial?

Este pensamento o transmiti a Marcello Caetano, que me escutou com os olhos fixos, a mão direita a pressionar o queixo e numa expressão de desalento já minha conhecida: *Preciso do Veríssimo Serrão e não aceito, como amigo que tem mostrado ser, que não esteja ao meu lado nesta hora difícil.* Acrescentou que a situação política se degradara nas últimas semanas, devido a movimentações de ordem militar de que o Governo tinha conhecimento. *Estamos sobre um barril de pólvora,* disse-me, mas o ministro Andrade e Silva e o secretário de Estado Viana de Lemos estavam conscientes da situação e decididos a enfrentá-la. Ousei perguntar se estava eminente algum golpe como o de 16 de Março, ao que respondeu que as informações obtidas apontavam uma data ao redor de 10 de Maio: *Mas estamos atentos e havemos de vencer a nova ameaça, não só contra o regime, mas contra o próprio País* [1].

---

[1] Marcello Caetano dir-me-ia mais tarde que o golpe fora antecipado para 25 de Abril, quando os seus chefes souberam da ausência do País dos principais dirigentes da D. G. S.: Barbieri Cardoso em Paris e Rosa Casaco em Madrid. Não foi então difícil ao inspector superior Coelho Dias, amigo dos generais Spínola e Costa Gomes, silenciar os mecanismos de resistência da polícia política, o que facilitou a vitória do movimento. Como é sabido, os ultras do antigo regime, ou seja, da 2.ª República, acusavam Marcello de ter tirado poder à P. I. D./D. G. S., enquanto as facções da oposição o atacavam por só haver substituído o nome do organismo. O problema é demasiado complexo para ser aqui discutido.

Pela confiança em mim depositada, eu senti estar a viver junto de Marcello Caetano um momento único na vida. Para iludir o problema que me pusera, ousei ainda perguntar-lhe: «E não pode o Senhor Presidente fazer nada para restabelecer a nossa confiança?» De novo me fixou e com a voz nimbada de tristeza respondeu: *Que se pode fazer num país que ainda dispõe de energias próprias e prefere seguir a voz das sereias encantadas? Reina em todas as classes a demissão, a fraqueza, o aviltamento. Os militares, que juraram defender a pátria, andam em reuniões de fim mercenário apenas para chamar a si a entrega das províncias ultramarinas. A Igreja, que tinha a obrigação de esclarecer os espíritos, deixou-se apossar de um progressismo militante que vai ao ponto de identificar Cristo e Marx. Os universitários, a quem cabe formar os homens de amanhã, preferem incitar os alunos à contestação permanente. Os novos burgueses, que estão saturados de bem-estar, apostam na mudança política para se manterem na crista da onda. Resta o povo anónimo, que é bom e fiel, mas se deixa manobrar pelos palradores de ocasião que lhes dizem que nós somos os tiranos e eles os libertadores. Que podemos fazer para evitar a desgraça? Estamos atentos e havemos de lutar, mas precisamos acima de tudo que Deus nos valha.*

Marcello Caetano olhou para mim como se esperasse o anúncio da boa nova. Compreendi que o seu espírito magoado tinha o direito de a receber. Recordo-me de lhe haver dito textualmente: «Senhor Presidente, eu sei que me vou queimar, mas não lhe faltarei, se assim o entende, com a minha amizade.» Acrescentei que o presidente do Conselho podia dispor de mim, pois eu saberia assumir todos os riscos, incluindo o de restabelecer a autoridade nas escolas e a confiança nos espíritos. Sabendo do meu apreço pelo Dr. Augusto de Ataíde, disse-me não haver problema na Secretaria de Estado da Cultura. Perguntou depois se na outra Secretaria de Estado aceitava como colaborador o Prof. Joaquim Pinto Machado, da Universidade do Porto. Era um homem conhecedor dos problemas do ensino e que na Assembleia Nacional sempre tivera um papel moderador no seio da ala liberal. Disse ainda Marcello Caetano que a escolha representava um compromisso para a boa eficiência da política a instaurar no Ministério. Respondi que não conhecia o Prof. Pinto Machado, mas que bastava a indicação partir do presidente do Conselho para eu a aceitar plenamente [1].

---

[1] Teria sido uma péssima colaboração, a ajuizar do que me é dado conhecer do actual secretário de Estado do Ensino Superior, homem de pensamento enigmático e caprichoso nas decisões. Penso hoje que, uma vez formado o gabinete, a ruptura entre ambos não tardaria a consumar-se, por não me ser possível trabalhar com uma pessoa de estratos mentais pouco lineares, como é o seu caso. [Nota do Autor: 15 de Agosto de 1984.]

Ficou assente que no dia 29 de Abril seria anunciada a remodelação e que eu voltaria a São Bento para preparar a cerimónia de posse, a realizar na quinta-feira 2 de Maio. Marcello aceitou de boa mente que a reitoria da Universidade de Lisboa fosse confiada ao vice-reitor Artur Torres Pereira, que tão boas provas dera do cargo. Só que o projecto do presidente do Conselho não teve realização. Uma semana mais tarde veio a eclodir a mudança por muitos desejada, com a jornada vitoriosa que abriu uma época de paz e de abastança e que voltou a fazer de Portugal uma nação invejada no Mundo! O 25 de Abril vinha para resolver todos os problemas pendentes na Universidade: a harmonia entre mestres e alunos, o fim da contestação estudantil, o ensino de alta qualidade, a entrada de bons professores, a protecção e limpeza dos edifícios escolares, enfim, uma era de verdadeiro progresso na educação em Portugal. Um dia apenas bastou para se alcançar o milagre há tanto desejado! Tudo razões bastantes para eu agradecer a Deus não ter colaborado na obra de destruição da Universidade portuguesa que a revolução consumou.

5. O DIA 25 DE ABRIL

Na madrugada de 25 de Abril telefonou-me o Dr. Nuno Sampaio de Lemos, secretário da Universidade, para informar que eclodira uma revolução. Não tinha esta contornos bem definidos, ignorando-se o nome dos chefes e a extensão do movimento. Sabia-se apenas que grupos de tropas avançavam sobre Lisboa e que a rádio e a televisão estavam já em poder dos revoltosos. Como era meu hábito, entrei na reitoria pouco antes das 8 horas, não verificando qualquer coisa de anormal no recinto da Universidade. Admiti que estivesse em curso uma operação militar como a de 16 de Março, que o Governo não tardaria em dominar. Era quinta-feira, pelo que às 9 horas fui dar a minha aula de Cultura Portuguesa à Faculdade de Letras, encontrando uns 25 da centena de alunos que frequentavam o curso. Pensei que os ausentes tivessem receado as notícias ou não dispusessem de meios de transporte, pelo que me entretive na escolha de temas para trabalhos práticos, sem dar matéria nova. Não verifiquei qualquer atitude discordante ou menos amável por parte dos alunos, devendo ainda hoje reconhecer que esse curso, não obstante o ambiente febril que então se vivia, me deu sempre provas de estima e de consideração. Pelas 10 horas voltei à reitoria, mas estranhando o reduzido movimento que me foi dado verificar na alameda da Universidade.

No gabinete consagrei-me ao despacho corrente. Pouco antes das 10 horas chegaram os Profs. Pedro Soares Martinez e Albano Pereira Júnior, directores das Faculdades de Direito e de Farmácia. Pouco depois recebi a visita do Prof. Délio Nobre Santos, que vinha tam-

bém pedir instruções para o que fosse julgado mais conveniente para a sua Faculdade. Nesse conjunto de manifestações solidárias apenas primou pela ausência o Prof. João Cândido de Oliveira, director da Faculdade de Medicina, cujas relações comigo se tinham deteriorado desde a intervenção policial de 29 de Janeiro na sua escola. Entre tantos exemplos de dedicação com que contei na passagem pela reitoria, devo salientar o nome daqueles três colegas que foram sempre de uma lealdade a toda a prova e tiveram, não obstante as injustas críticas que sobre eles lançou a contestação estudantil, uma actuação modelar no desejo de bem servirem a Universidade de Lisboa.

No decurso da manhã tentei por algumas vezes contactar o Ministério da Educação, mas sem resultar devido ao impedimento das linhas telefónicas. O ministro saíra do edifício durante a noite e o director-geral do Ensino Superior continuava em reunião de trabalho. Estávamos a três dias da sessão solene em que devia proceder-se à imposição das insígnias aos novos doutores, cerimónia que encerrava a minha passagem pela reitoria. Assim, a meio da manhã acompanhei os técnicos da radiotelevisão que vinham instalar a aparelhagem sonora na Aula Magna. Confirmaram que o edifício do Lumiar fora ocupado e que tudo ignoravam sobre o comando e os fins da revolução. Mas recordo-me de um deles haver dito para um colega: «Desta vez parece que a coisa vai.»

Ao meio-dia, a alameda da Universidade semelhava o deserto, não se vendo carros estacionados nem movimento de pessoas, pelo que dei ordem para encerrar as Faculdades de Letras e de Direito. Pouco depois chegava o vice-reitor Artur Torres Pereira, que estivera durante a manhã numa reunião de trabalho na Faculdade de Medicina. Mostrava-se apreensivo com a situação, o que era também opinião dos nossos colaboradores mais próximos. Entretanto, a rádio ia difundindo notícias em nome do Movimento das Forças Armadas, com o cerco ao Quartel do Carmo onde se aguardava a rendição do presidente do Conselho. Pelas 16 horas já não tinha ilusões quanto ao êxito da revolução, mas com a tristeza íntima de que se ia gerar um clima de ódios e de retaliações, como sempre aconteceu com todos os movimentos armados que desde 1820 eclodiram em Portugal.

Já então se haviam normalizado as linhas telefónicas. Da parte do Ministério da Educação vinham ordens para se aguardar o evoluir da situação. Pouco depois ouviu-se a voz de um agitador a anunciar para a manhã seguinte a tomada da reitoria como «cidadela da repressão». Houve outro que ameaçou o reitor na sua integridade física, considerando-o responsável pela falta de liberdade que durante anos se fizera sentir na Universidade. Pouco antes das 17 horas, a minha posição e a do vice-reitor Torres Pereira estavam assentes: entregar no Ministério os nossos pedidos de exoneração, dando por finda a comissão de serviço que nos ligava à reitoria. Havia somente

que aguardar a indicação da autoridade legal que nos devia substituir nos cargos. Convencidos um e outro da queda do Governo, sentíamos o iminente derruir da obra de dignificação da Universidade em que nos tínhamos empenhado. Era um voltar de página com as nossas consciências tranquilas.

De regresso a casa, assisti emocionado ao degradante espectáculo da rendição de Marcello Caetano, que em doses maciças a televisão ofereceu ao País. Com gritos de histeria colectiva, bracejando e pondo-se nos bicos dos pés para ser apanhada pelas câmaras, a multidão ululante reclamava a cabeça do estadista que durante cinco anos servira com competência e dedicação os interesses do povo português. De emudecer a garganta era o vozear estridente dos que pediam o castigo máximo para Marcello Caetano, réu de todos os crimes, incluindo o que na realidade cometera, de ter sido um governante honesto, amigo do bem público e zeloso da integridade do corpo físico e moral da Nação portuguesa. Lá vi chegar o general de quatro estrelas, aclamado com euforia, mas desprovido de qualquer senso e na balofa vaidade de ser o De Gaulle português. Abrira ele o processo desintegrador que anulava o futuro de Portugal que dizia querer garantir. Clamando pela «libertação do País» e munido de um potente megafone, para que Portugal inteiro o começasse a admirar pelo seu heroísmo, lá se via também o demagogo entontecido que, desde as marchas de protesto pela tomada de Goa pela União Indiana, fizera uma rotação de 180 graus nas régias convicções e agora se preparava para colher os frutos da revolução. Maduros, bem maduros, para quem valera a pena esperar um bom par de anos para as benesses do Parlamento e do Governo lhe caírem no regaço.

Perante os meus olhos atónitos decorria o drama aviltante dos que estão sempre prontos a atrelar-se ao cavalo do vencedor, esquecendo que a verdadeira nobreza moral consiste em permanecer ao lado dos vencidos. Os povos atingem muitas vezes, pela sua coragem e determinação, os cumes do heroísmo, mas podem também descer ao mais fundo da ignomínia quando, conduzidos por agitadores sem escrúpulo, perdem a memória do seu passado. Lembranças antigas ou recentes, tudo desaparece na fornalha da ingratidão, porque a isso obriga a vassalagem à triste lei do ódio. A multidão que naquele fim de tarde enchia o Largo do Carmo queria crucificar o homem que três semanas antes, com as gargantas roucas de entusiasmo, tinha vitoriado no Estádio José de Alvalade. Alguns deles eram mesmo católicos praticantes ou liberais de boa formação, nada propensos ao extermínio físico dos seus adversários políticos. Pois naquela hora de vingança, também eles pediam a cabeça de Marcello Caetano como se de outro Cristo se tratasse. A que degradação pode chegar a natureza humana, quando nem sequer respeita aqueles que o destino cruelmente sacrificou!

O que nesses momentos de euforia selvagem se pretende não é a ventura do País nem a melhoria das condições de vida dos seus habitantes. Nem tão-pouco a conquista da liberdade, que os novos senhores da política coarctam de imediato aos seus opositores. Nem, enfim, fazer raiar para os povos o luminoso sol após a longa noite escura. O que todos desejam, consoante o grau das ambições de cada um, é pura e simplesmente o Poder — com as suas vaidades, os seus benefícios e as suas glórias. Por isso, uma revolução que não traz consigo, desde o seu eclodir, uma mensagem de tolerância, por mais tentadoras que sejam as suas promessas fica logo condenado no tribunal da consciência. Quer esta seja a dos homens que foram enganados, quer a da Pátria que se considera traída na entrega sem condições do seu ultramar. Vindo ao de cima com tantos enganos e contradições, o 25 de Abril jamais poderá resistir ao juízo implacável da história.

6. EXONERAÇÃO E SANEAMENTO

Considerando finda a minha passagem pela reitoria, passei o dia 26 de Abril a arrumar o gabinete de trabalho, o mesmo fazendo o vice-reitor Torres Pereira, que nessa hora me deu reiterados testemunhos de fraterna amizade. Nessa manhã solicitei novas intruções do Prof. Alberto Ralha, que me pediu para retardar até ao fim da semana os pedidos de exoneração. Pouco depois anunciava-se uma concentração de estudantes para invadir a reitoria. As autoridades policiais logo declararam não dispor de efectivos para garantir a cobertura do edifício e a protecção dos seus dirigentes. Ficámos assim à mercê dos caprichos humanos que são incontroláveis quando se rompem os diques da legalidade, no respeito devido às pessoas e às instituições.

Quem por formação cívica e de raiz moral não participa em revoluções contra o Poder constituído, dificilmente compreende que se invertam de um dia para o outro as estruturas sociais e, num país civilizado, se entregue o comando ao sabor da população. Se esta ocupasse o edifício da reitoria, alguém haveria de escapar entre vivos e mortos. Mas as estratégias políticas, a viverem a clamorosa embriaguez da revolução, decidiram nesse fim-de-semana deixar a Universidade de Lisboa em paz. Não tardaria, porém, a hora do País sem lei, com a ocupação selvagem das escolas, a expulsão arbitrária de professores e a entrega de largos sectores do ensino a recalcados e medíocres que tudo fizeram para cavar a ruína da Universidade. Era o seu papel e cumpriram-no fielmente, com o total apoio dos grupos políticos, como ainda hoje se pode verificar em muitos estabelecimentos de ensino superior.

Na noite de 26 de Abril mantive a aceitação para jantar na Embaixada de Itália, cujo titular, o Dr. Jorge Messeri, me dispensava as maiores atenções. Era um bom amigo de Portugal e, talvez por isso, não tardou em ser considerado *persona non grata* e transferido. Eu sabia estar presente o ministro Veiga Simão, que não vi preocupado e afirmou ter a situação académica sob controle. Das suas palavras inferi que a revolução o iria poupar, recompensa justa para um governante que dera ao general Spínola uma parte do apoio doutrinal que este aparentava possuir. Disse ao ministro que não queria exercer mais o cargo de reitor, pois o meu compromisso cessara com a destituição do presidente Marcello Caetano. Mas que agiria com autoridade no caso de grupos de estudantes cumprirem a promessa de na manhã seguinte ocuparem a reitoria, pois era minha obrigação proteger as instalações da Universidade. O meu interlocutor tentou esboçar uma crítica à actuação do presidente do Conselho, que não teria sabido aproveitar as circunstâncias favoráveis da evolução política, mas perante tais palavras resolvi voltar as costas ao ministro da Educação. Não obstante o tom amistoso do embaixador, que era secundado pelo conselheiro Riccardo Averini, tão prestante e amável nas suas relações com os Portugueses, o ambiente era gélido entre os convidados. Adivinhava-se a desconfiança que uns sentiam pela posição que os outros já tinham ou se preparavam para assumir. Mas tive a intuição, que depois se transformou em certeza, que o ministro Veiga Simão iria dar conta do diálogo a Spínola e aconselhar este a traçar um novo rumo para a Universidade.

Assim se cumpriu na segunda-feira, 29 de Abril, pelo Decreto--Lei n.º 1 da Junta de Salvação Nacional, que demitia os reitores e vice-reitores das antigas Universidades. Os que Veiga Simão nomeara em 1973 para as novas Universidades e Institutos Universitários (Lisboa, Braga, Aveiro e Évora) mantinham-se em funções, o que mostra a directa intervenção que o titular da pasta teve na medida. O ministro da Educação dava assim o remate final na antipatia que nunca escondera pelas Universidades tradicionais, que entendia reestruturar na sua orgânica, mas que acabou por mergulhar na anarquia, entregues que ficaram à onda selvagem que as passou a dominar. Não abrangendo na exoneração os seus responsáveis, o ministro abria um futuro promissor às Universidades da sua criação, a quem reservava o essencial da reforma educativa com que pretendia marcar a sua obra de governante anterior ao 25 de Abril.

Ainda na manhã de 29 de Abril, o director-geral do Ensino Superior chamou-me ao seu gabinete e lamentou, com palavras de estima que guardo vivas, as razões do meu afastamento. Deu-me instruções para fazer entrega da reitoria ao membro mais antigo do Senado, o Prof. Henrique Barahona Fernandes, que de imediato convoquei. Terminara a minha passagem de quase sete meses pela

reitoria da Universidade de Lisboa, que apenas aceitara por amiga diligência de Marcello Caetano. Fora por consideração com o presidente do Conselho, que me dispusera a assumir tão árduas funções numa época difícil da vida universitária. Mas, não obstante as preocupações que tive no desempenho do cargo, retenho a lembrança do apoio que encontrei nos mais chegados colaboradores, com especial gratidão pelo vice-reitor Artur Torres Pereira. Quero também lembrar os funcionários da reitoria, com referência aos mais humildes, de quem recebi provas de estima que me levam a acreditar que os sentimentos do povo autêntico continuam a ser, nas horas difíceis, o grande património moral da vida portuguesa.

Não iria tardar a hora dos saneamentos que foram uma das gloriosas conquistas da revolução que nascera sob o signo da liberdade. Lançado aos sete ventos pelos poderosos meios da informação, o termo não tinha a menor correspondência lógica nos métodos utilizados para a sua imposição. Na linguagem pura dos libertadores significava apenas o instinto de baixa vingança à margem das leis ou, o que é mais grave em termos de concórdia universal, o sadismo fácil que se abate sobre os vencidos. Os saneamentos correspondiam a um esbulho de direitos perpetrado à revelia de um exército que ao longo da história sempre defendera a Pátria e o seu povo, exército que permitia agora ao poder revolucionário satisfazer apetites e ódios no seio dos Portugueses. Tudo isso em nome da liberdade triunfante, o que constitui uma vergonha para as Forças Armadas de um país que se pretende civilizado. Mas foi assim mesmo que em 1974 aconteceu em Portugal, para opróbrio dos seus militares e de toda a Nação. Não será esse o mais pequeno dos remorsos que o general Spínola, que chamou a si a responsabilidade do movimento, terá um dia de levar para o outro mundo.

Não se torna fácil esquecer as violações de dignidade humana a que o País então assistiu, vendo demitir, suspender ou afastar pessoas que tinham obtido os cargos pela via do mérito e na observância das leis. Nuns casos por ressentimento pessoal, noutros pela via pura do roubo. Não basta evocar um militar com uma folha de serviços distintos, para enterrar de vez a recordação do lúgubre espectáculo que Portugal então ofereceu ao mundo e que até foi de molde a amedrontar a consciência de bom número dos padrinhos estrangeiros da revolução. Os factos são os factos e a história regista-os para castigo dos seus fautores e para arrependimento dos aprendizes de feiticeiro de tão incríveis casos de selvajaria, perpetrados numa nação com nove séculos de história e no limiar do século XXI.

Pois na Faculdade de Letras, a cujo corpo docente eu pertencia desde 1961, assembleias selvagens decidiram de mão levantada afastar do ensino os catedráticos de História — Prof. Jorge Borges de Macedo, eu próprio e o Prof. extraordinário Eduardo Borges Nunes — e os dois

da secção de Filosofia, o Prof. Délio Nobre Santos, último director da Faculdade, e o Prof. Francisco da Gama Caeiro [1]. Por culpas de ordem política ou incompetência no ensino? Apenas para que as duas secções ficassem à mercê de novos docentes, na sua maioria sem obra nem títulos, mas que se revestiam de um de fresca data e de alto gabarito: o de terem um passado antifascista! Vinham todos com o intento de acabar com o ensino de cariz medieval, a que também chamavam de napoleónico, e para abrir novas perspectivas da ciência à juventude portuguesa. Ainda hoje a Faculdade de Letras de Lisboa sofre as consequências dessa desenfreada invasão que também se fez sentir noutras Faculdades e Institutos Superiores do País.

No dia 24 de Maio de 1974, assinada pelo Prof. Luís Filipe Lindley Cintra, que se dizia membro da Comissão Directiva designado para assegurar as funções de director da Faculdade, recebi um ofício que começava nos seguintes termos: «Em nome da Comissão Directiva da Faculdade de Letras de Lisboa, cumpre-me informar V. Ex.ª de que, nas Reuniões Gerais de Alunos de 6, 7 e 13 de Maio de 1974, foi votada a 'expulsão imediata' de vários professores e funcionários, entre os quais se encontra V. Ex.ª, 'por se terem destacado particularmente na execução de medidas concretas de carácter fascista a nível pedagótico e disciplinar'.» Referia-se ainda no mesmo ofício que a assembleia dos docentes ratificara a proposta por maioria e que igual reunião dos funcionários tinha aprovado a suspensão imediata seguida de inquérito às pessoas visadas. Um colega da Faculdade, homem que de longa data se dizia liberal, não teve o pudor bastante para recusar a assinatura de um documento que, pelo seu conteúdo, é indigno da consciência de um universitário. Mas que alunos da Faculdade e outros que na sua grande maioria o não eram, nem sequer estudantes universitários, tenham «expulso» vários professores catedráticos, aconteceu em Portugal no ano de graça de 1974 e um mês apenas decorrido sobre a revolução libertadora. Recordo estes feitos verídicos para que a história os registe, servindo de lição para uns tantos e de ferrete para outros mais.

A tão ignóbil espectáculo se assistiu, perante a responsabilidade de muitos docentes e a apatia ou o medo dos restantes. Processos de baixo saneamento foram intentados contra pessoas de currículo respeitado e que se viram sujeitos a interrogatórios por elementos das Forças Armadas e em que por vezes figuraram como inquiridores

[1] O saneamento abrangeu também o Prof. António Gonçalves Rodrigues, do departamento de Filologia Germânica, o Prof. Olívio José Caeiro, subdirector da Faculdade, e o Dr. António Simões Serra, que regia uma cadeira de História de Portugal. Mas o segundo conseguiu um ano depois ser ilibado do processo e, com o apoio do Partido Socialista, foi nomeado conselheiro da emigração junto da Embaixada em Bona.

antigos assistentes da Faculdade. Não demorou o assalto às cátedras nem a promoção na carreira dos novos senhores da Universidade, alguns deles que não eram licenciados ou doutorados não se sabe por que vias de protecção. Se uns professores vítimas desse atropelo tiveram de aceitar o exílio, outros passaram cinco anos sem poder regressar à escola onde tinham obtido os seus graus. A Universidade portuguesa terá um dia de erguer a sua história e nela hão-de figurar essas páginas de autêntica degradação em que o 25 de Abril a mergulhou, dizendo fazê-lo em nome da liberdade restituída.

CAPÍTULO III

CORRESPONDÊNCIA E APONTAMENTOS
1974

1. CHEGADA A SÃO PAULO

Não me foi possível entrar em contacto com Marcello Caetano durante a sua permanência no Funchal. Pensei que a correspondência não lhe fosse entregue ou caísse na alçada da censura militar. Ainda redigi uma carta que entreguei ao Dr. Luís Filipe Tomás, meu dedicado assistente na Faculdade de Letras, que ia visitar o tio na Madeira. Mas gorou-se a oportunidade, assim como não chegou ao Funchal a carta de 14 de Maio que enviei por via Madrid. Nela renovava sentimentos de afecto a Marcello Caetano, a quem dizia que a sua lembrança permanecia fiel no povo português. Todas as pessoas de bem reconheciam o seu nobre carácter e os serviços que prestara a Portugal. Confessando-lhe que eu procurava refazer a vida no sossego dos livros, acrescentava: «Há muitas formas de servir a Pátria, não sendo o estudo do passado das menos dignas, porque teremos um dia de dar testemunho do nosso tempo.»

No seguimento das conversações estabelecidas entre o Dr. Alexandre Carvalho Neto e Francisco Correia de Campos, antigos secretários de Marcello Caetano, com os generais Spínola e Galvão de Melo, no dia 20 de Maio seguiram Marcello Caetano e o almirante Tomás de barco para o Porto Santo, onde tomaram o avião que os conduziu a São Paulo. A fim de evitar manifestações hostis para o Governo português, este obtivera das autoridades do Brasil que a chegada se fizesse em Viracopos e não no aeroporto principal dos Bandeirantes. Para preparar a instalação dos dois presidentes, seguira viagem dias antes o Dr. Carvalho Neto, que contactou seu primo, o Dr. Carlos Sá Miranda, cidadão americano com largos conhecimentos em São Paulo. O presidente da República e o chefe do Governo foram recebidos de coração aberto por amigos de velha ou recente data, num ambiente de profundo respeito. Marcello Caetano refere na sua agenda muitos nomes, como os conselheiros e catedráticos Alfredo Buzaid e Dória Chaves, o antigo embaixador e reitor Gama e Silva, outros catedráticos como o filósofo de Direito Miguel Reale, J. Cretela e Olavo

Drummond e o jornalista João Alves das Neves. Por ser amigo do Dr. José Maria Caetano, filho do estadista deposto, também ali compareceu o deputado Sérgio Cardoso de Almeida, em representação do governador do estado de São Paulo. No Hotel Hilton hospedou-se Marcello Caetano, que teve a emoção de encontrar o quarto cheio de flores, com um cartão anónimo que assim dizia: «Para que sinta no Brasil o calor da saudade que deixou em Portugal.»

No dia seguinte foi hóspede do conselheiro Dória Chaves, que se desdobrou em atenções para lhe suavizar o desgosto do exílio. No dia 22 jantou com o Dr. Carlos Sá Miranda e o Dr. Alexandre Carvalho Neto, referindo a agenda que também esteve presente o Dr. Vítor Nunes Leal. Nessa tarde recebeu no hotel a visita do antigo ministro Jarbas Passarinho, que lhe ofereceu os préstimos da hospitalidade. Muitas dezenas de pessoas estiveram no Hilton nos dias seguintes, para o cumprimentar ou deixar apenas cartões de saudação. Entre todos se destacavam os membros da Colónia Portuguesa, com flores e lembranças que o comoveram profundamente. Marcello dir-me-ia mais tarde que chegou a recear os embates do coração, que já o traziam inquieto com alguma frequência pelas marcas de calor humano que sentiu então ao seu redor.

Assim viveu Marcello Caetano quase uma semana. Mas São Paulo não lhe podia oferecer o sossego de espírito de que tanto carecia para refazer a vida. Continuava a sentir-se vergado pelo peso das emoções que nos últimos meses lhe fora dado viver. Ia tendo notícias da revolução em marcha, a que muitos dos seus colaboradores já tinham aderido ou estavam prestes a fazê-lo. Sabia que de vários sectores da política nacional, da esquerda sedenta do poder à direita conservadora e pusilânime, se erguiam acusações ao seu comportamento, acusando-o de não ter evitado o 25 de Abril ou de estar mancomunado com a revolução. Mais do que a derrota política — *se o País assim o quisera ou permitira, que sofresse agora os efeitos da mudança* —, Marcello Caetano sentia amargura pelo abandono a que o tinham votado. Confidenciou-me depois que presenciara ao longo da vida muitos casos de vilipêndio moral, mas que só aos 68 anos tivera consciência do que é a degradação dos homens quando se assume em formas colectivas. Em determinado momento chegou a interrogar-se se valia a pena em tal situação prolongar a vida, ele que tudo fizera para servir a Pátria e se via agora espoliado dela. Queria pois isolar-se para uma longa reflexão que lhe permitisse ver claro no amontoado de emoções e de incertezas que lhe varriam a mente.

O apelo do Rio de Janeiro tornou-se imperativo, graças ao caloroso empenho do Prof. Pedro Calmon, presidente do Instituto Histórico e Geográfico e nome cimeiro da cultura do Brasil. Fora sempre no seu País o mais estrénuo defensor da Comunidade Lusíada. Nas

horas graves da contestação internacional contra a nossa política ultramarina, jamais a voz do orador de raça, verdadeiro émulo de António Vieira e Rui Barbosa, deixara de se ouvir em defesa do velho solar da Lusitânia, que sentia orgulho em chamar o berço do Brasil. Amigo de Marcello desde 1937, sempre Pedro Calmon timbrou em honrar esses laços fraternos, mostrando que é nas horas difíceis que melhor se avalia o penhor da amizade. Inquieto com a saúde do amigo, tudo fez para o ter junto de si, oferecendo-lhe um porto de abrigo. Foi assim que, por intermédio de D. Marcos Barbosa obteve de D. Hilário Accioly a autorização para que Marcello Caetano fosse por algum tempo residir no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

2. A FIXAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

No domingo 26 de Maio seguia de avião para o seu novo destino. No Aeroporto do Galeão recebeu-o Calmon de braços abertos e os olhos marejados de emoção. Pelas 12.30 era acolhido com respeitosa simpatia pelo prior e demais religiosos, ocupando uma das celas da abadia e sendo-lhe pedido para se considerar, pelo tempo que quisesse, em sua casa. Não sabendo exprimir o peso da gratidão, Marcello Caetano haveria pouco depois, no fecho do *Depoimento,* de recordar quanto o impressionou o calor humano que lhe foi dispensado pelos monges do Rio de Janeiro. E dessa comunidade diria em palavras nobres que *ela constitui o exemplo eloquente do que o sopro do espírito, dignificando e enobrecendo a condição humana, pode conseguir na renovação da face da Terra.* Até ao fim da vida sentir-se-ia ligado por fortes laços do coração ao beneditino porto de abrigo que lhe foi dado encontrar na sua chegada ao Rio de Janeiro.

Logo começaram a afluir a São Bento dezenas de pessoas, muitas delas que não eram sequer do seu convívio, que pretendiam exprimir a Marcello Caetano sentimentos de consideração e de amizade. Não iam saudar o político que a revolução afastara do seu país, mas sim acarinhar o homem e o exilado que vivia o transe da desventura. Essa demonstração colectiva, que se repetiu durante os seis anos da permanência, há-de enobrecer para sempre a alma do Brasil. Porque foi espontânea, como o requeria a delicadeza da situação, mas também calorosa nas marcas de afecto ou apenas de simpatia em que Marcello se viu envolvido. De maneira própria, em palavras de conforto, na entrega de cartões ou no envio de flores, cada um procurava traduzir a força do sentimento que era devida a um homem afastado do seu país pelas agruras do destino.

Da agenda de Marcello Caetano extraem-se alguns nomes a quem se sentia grato. Logo na segunda-feira 27 de Junho veio o jurista Dr. Francisco Mauro Dias, professor de Direito Administrativo na Universidade Gama Filho, que lhe sugeriu um contrato de professor com a mesma instituição. Além de amigo dedicado, viria a ser o seu mais íntimo colaborador em matérias de ensino. No dia 28 apareceu Austregésilo de Athayde, patriarca da Academia Brasileira de Letras e grande amigo de Portugal, que lhe transmitiu a mensagem fraterna dos seus confrades. Pouco depois chegava o Dr. Tomás Leonardos, seu amigo de anos e um dos mais distintos advogados do Brasil, a cujo instituto presidiu com renome, que tanto viria a facilitar os contactos profissionais de Marcello com a terra adoptiva. Em nome da Federação das Associações Portuguesas, foi saudá-lo o comendador Artur Santos Pereira, que não mais deixaria de ser o amigo desejoso de o integrar no ambiente da Colónia do Rio.

Dentro desta merece destaque uma pessoa que foi para Marcello Caetano de uma dedicação extrema até ao fim da vida. Tratava-se do comendador Salustiano Lopes, natural do Minho e garagista de profissão, o mais prestável dos sócios das associações de benemerência e cultura ligadas à Colónia. Não se passava um fim de semana que não fosse convidar o estadista a deslocar-se a vários locais do Rio, com o manifesto fim de lhe minorar a saudade. Não havia casa regional onde Salustiano não fosse defender a causa de Marcello Caetano, o mesmo tendo feito em relação ao almirante Tomás, de quem se mostrou sempre extremamente amigo. Dotado de um generoso coração para os compatriotas, de Salustiano Lopes se pode afirmar que constitui um exemplo na arte de ser português que se espalhou pelo Mundo.

Na quarta-feira 29 de Maio apareceu de novo Pedro Calmon, para inquirir da saúde do amigo dilecto, a quem no dia 31 obsequiou com uma recepção na sua casa de Santa Clara. Ainda de manhã, teve Marcello a visita do jornalista e advogado Dr. José da Silva Rocha, presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama e membro destacado da Colónia. De tarde acorreram a São Bento vários académicos, alguns com 30 anos de estreita amizade. Tal o caso de Luís Viana Filho, futuro presidente do Senado Federal, homem grande pela nobreza da inteligência e do coração e caloroso amigo de Portugal e das coisas portuguesas. Veio também o escritor Clodomir Viana Moog, cuja pesquisa queirosiana abrira novos horizontes à cultura, que nunca faltou a Marcello com a rijeza prestante da amizade. E não deixou de o saudar o Dr. Haroldo Teixeira Valadão, orador e sócio benemérito do Instituto Histórico, que conhecera no Rio na embaixada cultural de 1941 e que não mais deixou de ver em Marcello a personalidade ímpar que soube definir no seu elogio póstumo: «Homem atento, cortês, modesto, actuante e afável, naquela postura irradiante de

saber e simpatia, que era própria da sua exponencial figura científica e humana.»[1]

No número dos amigos que ainda no dia 29 acorreram a São Bento figurou o Prof. Pontes de Miranda, o maior jurista brasileiro da sua geração e autor de dezenas de tratados que enriquecem a ciência do Direito. Há muitos anos que Marcello Caetano tinha o maior respeito por essa figura, agora no termo de uma bem trabalhosa vida e por muitos considerado uma glória do Brasil. Por várias vezes recebeu em casa o colega português a quem dispensou uma fidalguia de trato que mais cimentou a gratidão deste. Também o foram saudar o comandante Teixeira da Silva, o escritor Teófilo de Andrade, especialista em assuntos do comércio de café, e o historiador Américo Jacobina Lacombe, que o estadista muito estimava pela sua vasta cultura e fineza de trato. E nesse dia não lhe faltou ainda a presença do Dr. Francisco Negrão de Lima, antigo embaixador em Lisboa, com quem evocou factos saudosos de uma amizade distante.

No dia 30 de Maio estiveram no velho mosteiro os advogados Dr. Gustavo Urbano e Dr. Aristóteles Drummond. O primeiro ajudou Marcello a encontrar uma residência, enquanto o segundo lhe foi de préstimo para regular a situação jurídica de estrangeiro. Nesse dia procurou-o o coronel Castro, da Editora Forense, que lhe propôs a edição de dois volumes de *Direito Constitucional*[2], assim como a reedição da sua obra com grande audiência no Brasil: o *Tratado de Direito Administrativo*[3]. Estreitou então amizade com o Dr. Guilherme Romano, médico benquisto da sociedade carioca e proprietário de uma casa de saúde onde Marcello esteve por várias vezes em tratamento. Um amigo desse tempo foi o Dr. Rúben Machado da Rosa, ministro aposentado do Tribunal de Contas da União e com grande prestígio no Instituto Histórico. Ainda na tarde do dia 30 recebeu a visita do comendador Aventino Lage, antigo presidente da Federação das Associações Portuguesas, que não mais deixou de o envolver em sentimentos de amizade; e do ministro Luís Gama Filho, homem animado de um grande ideal de cultura, que o foi convidar para professor da sua Universidade, onde Marcello podia criar e dirigir um Instituto de Direito Comparado.

Assim se lhe abriram as portas da maior Universidade privada do Brasil, onde a 1 de Junho foi acolhido pelo seu anfitrião, acompanhado pelo filho Paulo, já seu colaborador no governo da Universidade. Ainda presentes o reitor Murta Ribeiro e todos os membros da

---

[1] Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* n.º 333, Brasília-Rio de Janeiro, 1981, pp. 128-131, vem o elogio póstumo que Haroldo Valadão traçou, em sessão daquele Instituto, de Marcello Caetano.

[2] O volume I sobre *Direito Comparado* e o volume II sobre *Direito Constitucional Brasileiro,* Rio de Janeiro, 1977-1978.

[3] Obra em dois volumes, Rio de Janeiro, 1979-1980.

Faculdade de Direito. Rodeado de atenções, Marcello Caetano sentiu que podia ligar o nome a uma das obras mais pujantes de ensino superior no Brasil. Pouco depois assinava o contrato de docência, tendo o curso de pós-graduação início no mês de Julho. À Universidade Gama Filho viria, por sentimentos de gratidão, a legar a sua valiosa biblioteca, ao mesmo tempo que mantinha laços de amizade com o fundador da instituição. Mas estè soube também corresponder a esse sentimento, mostrando-se orgulhoso por dispor de um mestre de tamanho prestígio no corpo docente da sua Universidade.

Outras visitas batiam, entretanto, à aldraba de São Bento. Basta referir o Prof. Raimundo Moniz de Aragão, catedrático de Química e membro do Conselho Federal de Cultura. Fora ministro da Educação no Governo do presidente Castelo Branco e, sendo reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entregara em 1972 a Marcello Caetano o grau de doutor *honoris causa*. Desde então se cimentou entre ambos uma boa amizade, para o que também concorreu a circunstância de o Prof. Moniz de Aragão ser primo dilecto de Pedro Calmon. Entre os visitantes destacou-se ainda Fernando Monteiro, secretário do Instituto Histórico e Geográfico, amigo prestante e de excelente convívio. E nesse fim de Maio veio saudá-lo o jornalista Francisco Alves Pinheiro, de uma fidelidade a toda a prova e que uma longa permanência em Lisboa afeiçoara para sempre a Portugal.

Todos pretendiam encher-lhe o tempo, para que sentisse o carinho ao seu redor. Passou assim a receber amistosos convites, vendo a sua agenda cada vez mais preenchida. O convívio académico foi então para Marcello Caetano uma forma salutar de vida. Com a constância magnífica da amizade, Austregésilo de Athayde fazia questão da sua presença nas sessões de quinta-feira da Academia Brasileira de Letras, onde era o sócio correspondente n.º 1. Fazia timbre o venerando presidente em mostrar-lhe os primores da hospitalidade, e de tal espírito comungavam todos os académicos, sem excepção de credos ou ideologias. Não havia um só funcionário da casa de Machado de Assis a quem Marcello não desse também mostras de estima ou de aberta simpatia. Compreende-se, pois, que viesse ser considerado por Athayde como «um espírito conciliatório e bondoso, um grande companheiro, que aqui viveu cercado de todo o prestígio que o seu nome merecia». E o escritor Osvaldo Orico haveria na mesma tribuna de o prantear em expressões justas: «Esta sessão de saudade tem um relevo maior do que se pensa, porque é o tributo da nossa comunidade literária a um homem que fez da sua vida um apanágio de saber e de cultura em benefício das duas pátrias.»[1]

[1] *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 80, n.º 140, Julho-Dezembro de 1980, pp. 151-157: Sessão de saudade dedicada à memória de Marcello Caetano, 30 de Outubro de 1980.

Também Pedro Calmon não o dispensava nas reuniões semanais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde Marcello Coetano em 1972 fora eleito vice-presidente honorário, distinção jamais concedida a um estrangeiro. Não podia ser mais expressiva a escolha, como se deduz da proposta assinada pelo ilustre presidente daquele grémio: «Homenagem devida ao eminente historiador das instituições portuguesas, como um preito de justiça a quem tanto disse, escreveu e realizou a bem dos supremos interesses da Língua Portuguesa.» E no seu estilo incomparável, feito de beleza literária e de profundo calor humano, Pedro Calmon haveria de resumir assim o que foi a participação de Marcello Caetano na vida da instituição: «... Recebíamos a companhia do estadista e mestre, não para assistir ao trabalho de duas ou três sessões, em que lhe ouvíssemos a palavra sábia, mas para participar de *todas* as actividades do Instituto, trazendo-lhe a colaboração descontraída, a informação erudita, a ratificação ocasional, a advertência necessária, as luzes do conhecimento universal reflectindo a consciência portuguesa da formação do Brasil.»[1]

Por seu turno, os padres de São Bento mostravam gosto na sua companhia, pedindo que visitasse a sua biblioteca recheada de tesouros de erudição e que lhes fizesse uma conferência no colégio do mosteiro. Uma parte do dia era passada em conversa amena com os membros da congregação, que procuravam beneficiar do seu imenso saber histórico e cultural. Marcello Caetano compreendeu que todos o queriam retirar de um isolamento propício à melancolia, dando-lhe apoio para continuar a sua obra de mestre e de investigador. Havia, pois, que corresponder a tamanha esperança, mostrando a si próprio que não era um homem vencido, apesar da amargura íntima que o queria minar. Publicando livros, dando aulas na Gama Filho e mantendo o labor académico, iria refazer a sua vida com a dignidade que sempre o marcou. Como haveria de escrever Haroldo Valadão: «nesses centros culturais expandia Marcello o seu profundo amor pela ciência, no magistério em toda a sua extensão».

3. INSTALADO EM CASA PRÓPRIA

Por mais carinhosa que fosse a hospitalidade dos monges de São Bento, a estada no mosteiro não podia estender-se por longo tempo, pois fora aceite a título precário. Tinha de encontrar um apartamento onde pudesse formar uma nova biblioteca, visto não ter ainda conseguido a transferência da sua para o Rio. Gostaria também de receber os amigos e sem molestar os donos da casa. Com a ajuda

[1] *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.º 329, Rio de Janeiro, 1980, pp. 253-255.

do Dr. Gustavo Urbano visitou alguns prédios em Ipanema e no Botafogo, mas sem encontrar nenhum do seu agrado. No dia 7 de Junho acabou por se decidir pelo apartamento 702 da Rua Cruz Lima, n.º 8, em pleno bairro do Flamengo. No dia seguinte chegava o filho José Maria, que ficou alojado em casa do Dr. Roberto Paulino de Sousa e da então sua mulher Dr.ª Cristina Gorjão, e levou ao pai o carinho familiar de que este sentia a falta. Passou esses dias a comprar móveis e utensílios para a nova casa, contratando também uma empregada. Nos fins de tarde ia com frequência às livrarias. Na Forense estabeleceu as condições para futuros contratos e adquiriu obras jurídicas para a preparação dos cursos. Também na Principal e na Francisco Alves se foi apetrechando de boas ferramentas para a investigação.

Marcello Caetano estava prestes a retomar o gosto pelo trabalho e o amor pela vida. Depois da grande tormenta que o lançara no exílio, afastado da família e de quanto mais lhe era caro, a sua coragem voltava ao de cima no destemor de quem sente a consciência limpa e ainda força bastante para prosseguir a sua missão na Terra. Tinha de recusar um exílio na doçura do bem-estar, dando testemunho de que não há limite de idade para o homem que a desdita marcou. Devia este impor a sua capacidade de acção e uma permanente dignidade, forma de exprimir gratidão a quem o acolhera de braços abertos. Pelo labor sem canseiras e pela impecável conduta, Marcello Caetano havia de mostrar que era digno da hospitalidade do Brasil nessa dolorosa fase da vida. Assim, no dia de Santo António trocava a abadia que por duas semanas lhe fora um lar benfazejo, pela casa do Flamengo onde seis anos depois veio a fechar os olhos. E para sempre ficou preso à família beneditina, que visitava com frequência e onde deixou em cada monge um verdadeiro amigo.

Chegara, entretanto, de Lisboa o antigo secretário Francisco Correia de Campos, com papéis e informações de interesse pessoal. O filho José Maria fora durante uma semana o companheiro de todas as horas, enchendo Marcello do afecto de família que foi um dos traços nobres do seu carácter. Mas a 15 de Junho o filho voltou a Portugal na companhia de Correia de Campos, o que o levou a viver mais só. Os filhos tinham já estabelecido o compromisso de se revezar na assistência ao pai, cabendo agora a vez à filha Ana Maria. Para atenuar o isolamento, ia todos os dias à Universidade e não faltava ao convívio do Instituto Histórico e da Academia. Sempre vigilante quanto ao bem-estar do amigo, Pedro Calmon ocupava-lhe os ócios da sexta-feira, enquanto Viana Moog o conduzia à vivenda de Petrópolis. Os casais Aristóteles e Urbano, assim como o comandante João Ribeiro, procuravam encher-lhe o tempo. Uma grata lembrança guardaria também do Dr. Roberto Paulino de Sousa e da Dr.ª Cristina Gorjão, que lhe foram de uma dedicação a toda a prova e cujos

nomes com frequência mencionava na sua agenda. Por essa altura tratou dos registos consular e de estrangeiro, recusando o estatuto de exilado e fazendo diligências coroadas de êxito para o considerarem refugiado.

No dia 2 de Julho recebeu a visita do Dr. Vivaldi Moreira, advogado em Belo Horizonte e presidente da Academia Mineira de Letras. Figura de grande prestígio intelectual naquele estado, estivera em Portugal no ano de 1970, em busca de dados para um estudo sobre Manuel Borges Carneiro. Trabalhou em várias bibliotecas e arquivos, onde dispôs de todas as facilidades para a investigação e recebeu provas da maior cordialidade. Marcello Caetano, que estivera na origem do convite e com quem já se carteava, não contou os minutos para acolher Vivaldi Moreira e lhe dispensar as maiores atenções. «Veio a chamada revolução dos cravos vermelhos e aqui se exilou, para felicidade nossa, o grande homem, grande porque não perdeu a esperança e enriqueceu o ambiente com a sua presença ilustre», escreveria depois o ilustre escritor mineiro [1]. Sentiu-se Vivaldi na obrigação de o visitar no Rio, para lhe dirigir um convite para se instalar em Minas Gerais, onde podia dispor de uma cátedra de Direito e exercer a advocacia. Foi no Brasil um dos mais devotados amigos de Marcello, a quem dispensou primores de convívio até ao fim da vida, retratando-o como «eminente jurista, humanista, homem de Estado, mas também criatura sofrida, alegre, afável, profundamente compreensiva» [2].

No dia 4 de Julho chegou o seu antigo ministro Dr. Baltasar Rebelo de Sousa, que lhe foi sempre fiel nas boas e más horas da vida. Há mais de 30 anos, quando fora comissário nacional da Mocidade Portuguesa, que se afeiçoara a esse moço de parcos recursos que, no meio de grandes sacrifícios, frequentava as aulas de Medicina. Os laços de amizade reforçaram-se depois no plano familiar, ao ponto de Marcello Caetano ter apadrinhado o seu casamento. Quando este fora subsecretário da Educação, vira postas em realce pelo então reitor da Universidade de Lisboa as suas qualidades de governante: «a culta inteligência, o senso prático e a exemplar devoção ao trabalho» [3]. Além da lealdade no convívio, Rebelo de Sousa era também um discípulo no campo doutrinal, na defesa do humanismo político

---

[1] «Marcello Caetano íntimo», in *Estado de Minas*, sábado, 1.º de Novembro de 1980. Pub. também na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 80, vol. 140, Julho a Dezembro de 1980, pp. 162-165.

[2] A visita ao estado de Minas, a convite do Dr. Vivaldi Moreira, teve lugar de 15 a 20 de Fevereiro de 1975. Veja-se *infra*, pp. 104-107.

[3] Oração inaugural do ano lectivo de 1959-1960, proferida na reitoria da Universidade de Lisboa, em 16 de Outubro de 1959, *in* Marcello Caetano, *Pela Universidade de Lisboa (1959-1962)*, Studia Universitatis Olisiponensis, I, Lisboa, 1974, p. 37.

que foi uma das directrizes do pensamento do antigo presidente do Conselho. Desde 1970 que se tornou porventura o seu colaborador mais íntimo no Governo, na pasta das Corporações e depois do Ultramar. E se alguém, durante os encontros no Brasil, ousava sugerir ou indagar de possíveis desvios de actuação de Rebelo de Sousa, ouvia a resposta que a amizade inquebrantável dos anos justificava: *Baltasar Rebelo de Sousa é dos que nunca conjugaram o verbo trair. Continua a ser o mesmo para com o homem que sempre considerou de mestre e de amigo.*

Compreende-se assim a comoção com que abraçou Rebelo de Sousa, que não via desde as vésperas da revolução de Abril. Esse encontro constituiu para Marcello um reconforto, tantas as emoções que tinham vivido desde o dia tumultuoso, nas saudades infindas da terra natal que o forçado exílio haveria de despertar nos dois amigos de sempre. A filha tinha, entretanto, anunciado o desejo de lhe fazer companhia. No sábado 6 de Jullho correu ao Aeroporto do Galeão, para estreitar nos braços Ana Maria, que vinha por algum tempo adoçar-lhe a vida. Trazia ela consigo alguns livros e papéis pessoais de que tinha necessidade para acabar a redacção do *Depoimento.* Com ela vinham também as saudades dos outros filhos, das irmãs e dos netos que tinha cada dia mais presentes no coração.

4. A PRIMEIRA CARTA

Por intermédio de Odylo Costa Filho, que passara por Lisboa, voltei a 6 de Junho a escrever a Marcello Caetano. Dizia-lhe que o País estava a viver uma crise sem precedentes na sua história, pela incontrolada fúria de liberdade a que o Governo de Palma Carlos não sabia pôr freio. Referia a onda de oportunismos que se fazia sentir nas pessoas e nas instituições e falava do espectáculo em curso na Universidade portuguesa, onde os saneamentos eram a moeda corrente. Na minha Faculdade decorriam plenários para julgar os professores acusados de fiéis ao antigo regime, que se viam substituídos por uma vaga de ambiciosos ou de incompetentes sem qualificações académicas nem obra científica. Gritando que muitos dos novos docentes tinham sido perseguidos pelo fascismo, as assembleias selvagens agiam à margem de qualquer lei, com o fim único de entregar a Universidade aos partidos da esquerda. Quase toda a gente se dizia agora democrata, vendo-se catedráticos que o antigo regime sempre beneficiara com bolsas ou missões de estudo, em mangas de camisa ou de boné à proletário para seguir a moda corrente de que os benefícios pingam sempre do alto. E muitos outros, que ainda guardavam uma réstia de pudor, remetiam-se ao silêncio para que uma nova vaga saneadora não os viesse também a atingir.

Era um espectáculo indecoroso e que bastava para fazer a vergonha de uma geração. Que se manifestassem apenas os antigos opositores ao regime paternalista, e não causaria admiração pela alegria que transbordava da coerência ideológica. Mas crescia o número de docentes que, por falta de carácter, por oportunismo político ou medo físico, vinham a público cantar as hossanas do triunfo ou, em atitude ainda mais indecorosa, a clamar vingança contra os seguidores do regime vencido. Houve um professor de Letras que assistiu impávido ao «julgamento» de um colega que dizia prezar, mas sem coragem para se opor a tamanha degradação, e quis depois consolá-lo por escrito com o voto de que na investigação encontrasse razões de conforto para a injustiça a que ele acabara de assistir mas não soubera nem pudera evitar.

A cobardia tornou-se para muitos uma norma, ninguém erguendo a voz em defesa das pessoas afastadas de lugares que tinham obtido em doutoramentos e concursos públicos. Assistia-se à nova conquista da revolução dos cravos, espezinhando direitos adquiridos e obrigando colegas meus a tomar os caminhos do exílio, como os Professores Francisco da Gama Caeiro e Eduardo Abranches de Soveral, que tiveram de se acolher em Universidades do Brasil. Em troca catapultavam-se os novos adeptos do poder triunfante. Nessa carta para Marcello Caetano, escrevia: «É vê-los agora no Templo, os vendilhões que estão de novo prontos a renegar a Cristo. São eles os puros democratas, enquanto nós, que sempre pregámos a tolerância e o bom convívio, não passamos de representantes da opressão que cumpre exterminar. A história porá tudo isto um dia a claro.»

Odylo Costa prometeu atender o pedido, tanto mais que Marcello Caetano também o estimava muito. Tinha conquistado em Lisboa grandes amizades, quando desempenhou o cargo de conselheiro cultural junto da Embaixada do Brasil. Era um homem prestante e bom, que nutria um sincero afecto pelas coisas portuguesas. Poeta de grande riqueza interior, punha em cada gesto a marca da sua profunda sensibilidade, querendo fazer da vida uma permanente lição de amor. No termo da sua missão cultural, deixou em Portugal com sua esposa Nazaré uma indelével lembrança, pelo que era sempre acolhido em cada visita de braços abertos. Odylo cumpriu o que prometeu e logo que chegou ao Rio foi saudar Marcello Caetano da minha parte. Tive assim a alegria, no fim de Julho, de receber a primeira carta que me enviou do exílio:

Meu querido Amigo:

Recebi há já algum tempo as suas cartas a que não pude logo responder por não ter aqui o seu endereço. Mas só ontem me chegaram às mãos, de Paris, os livros que teve a bondade de me enviar e que por todos os motivos recebi com alvoroçada alegria.

A nobreza da sua conduta e das suas palavras só encontram parelha na dignidade do seu labor intelectual. Na confusão apocalíptica das horas que se estão vivendo será que esses valores se imporão ainda? Tenho fé que sim. E que a poeirada das derrocadas se dissipará para, por entre as ruínas, deixar divisar o que ainda constitui o material válido para uma reconstrução urgente.

Eu aqui estou a trabalhar, procurando reintegrar-me nas matérias que tive durante anos de abandonar, não só para manter a sanidade do espírito como para corresponder à confiança de quem acreditou nas possibilidades dos meus 68 anos. E não é pouco o que tenho a fazer. Valham-me a amizade e o carinho com que por toda a parte tenho sido acolhido. Um abraço afectuoso e grato do Marcello Caetano.

5. O LIVRO *DEPOIMENTO*

Já então Marcello Caetano voltara a São Paulo, a caminho de São José do Rio Preto, onde foi acolhido com Ana Maria na fazenda do Retiro Velho, em Fronteira, pelo conselheiro Dória Chaves e família. Mas no dia 15 de Julho estava de regresso ao Rio, para assistir ao casamento de uma neta do ministro Gama Filho e para acompanhar o Dr. José da Silva Rocha que perdera a esposa. A filha voltou a Lisboa no dia 20, e três dias depois chegava João, o filho primogénito, para lhe fazer companhia. Por esse tempo recebeu a visita de alguns compatriotas de passagem pelo Rio, como o Prof. Artur Torres Pereira, antigo vice-reitor da Universidade de Lisboa, que fora participar num congresso científico, e o Prof. Martim de Albuquerque, seu antigo aluno, que lhe entregou da minha parte algumas recentes edições da Academia Portuguesa da História. Passaram o dia 28 juntos, na evocação dos tempos idos na Faculdade, a que se juntou a lembrança do Prof. Mário de Albuquerque, então gravemente enfermo, colega que Marcello muito prezava desde os fins da década de 20, quando se ligaram pelo movimento doutrinal do Integralismo.

Marcello Caetano respondeu-me em 12 de Agosto, aludindo ao fracasso da experiência governativa do Prof. Adelino da Palma Carlos, seu colega e amigo de meio século. Reconhecia neste uma boa formação política, grande abertura de espírito e indiscutível pureza nas suas convicções liberais: *Mas essas qualidades não bastam num ambiente de revolução para impor o prestígio de um homem. Embora se grite aos quatro ventos por democracia,* o mot d'ordre *é o socialismo com as suas utopias, para não dizer enganadoras falsidades. Os Portugueses julgam ter conquistado a liberdade, quando estão sob a pata de uma feroz ditadura de que vão ter dificuldade em libertar-se. Para governar não bastam as boas intenções dos homens,*

pois quem comanda os acontecimentos são os mecanismos políticos. Marcello Caetano entendia que o novo sistema político era inadequado ao temperamento e ao carácter dos Portugueses, servindo apenas para fortalecer os partidos e as suas clientelas. E concluía: *Entristece-me o naufrágio da sociedade portuguesa. Tenho esperança de que o País sairá dessa noite tenebrosa em que está mergulhado. Mas ainda levará tempo antes que a consciência da situação desencadeie a acção.*

Em 25 de Julho assinava com a Editora Record o contrato para a publicação do *Depoimento,* livro que começara no Funchal e em que trabalhava dia e noite desde a chegada ao Rio de Janeiro. Não se conformando com a injusta prisão do Prof. Joaquim da Silva Cunha e do Dr. César Moreira Baptista, entendia defender os seus antigos ministros, assim como o Dr. Francisco Elmano Alves, presidente da Acção Nacional Popular, que fora sem julgamento deportado para Cabo Verde. Pensava também no general Alberto de Andrade e Silva, que fora titular da pasta do Exército e conhecera o opróbrio da prisão. Numa atitude de grande nobreza moral, Marcello Caetano chamava a si as responsabilidades do Governo a que presidira, alertando a opinião pública para a grave infracção de direitos humanos que se estava a praticar na pessoa dos antigos ministros do Interior e da Defesa. Reconhecia que a obra tinha lacunas, pois apenas dispusera da memória e de alguns textos impressos, para a redacção do *Depoimento.* Mas queria lançar o seu protesto por ver os terroristas e os desertores amnistiados, enquanto homens dignos e patriotas jaziam nas cadeias.

Chegavam-lhe também os ecos da campanha insidiosa que em Portugal estava a ser lançada contra a sua pessoa, por gente da esquerda que entendia denegrir o regime anterior, e por pessoas da direita liberal ou conservadora que sobre ele queriam lançar as culpas do 25 de Abril. Marcello recusava-se a ser o bode expiatório da traição de muitos, da falta de coragem de outros e da ânsia de mudança dos que diziam ter sempre apostado nos benefícios da revolução. Para opor um dique à malevolência dos seus detractores, escrevia no prefácio: *Estou certo de que os historiadores desapaixonados do futuro hão-de fazer justiça, quer à acção do Doutor Salazar, quer ao esforço que desenvolvi no Governo. Mas seria imprudente da minha parte limitar-me a confiar no futuro e deixar que o vociferar do presente tolde e deforme a imagem do passado próximo. Tenho um nome e uma obra a defender, uma obra a que se ligaram muitos milhares de portugueses, e nessa defesa não deixarei de cumprir até ao fim o que considerar de meu dever*[1].

[1] O contrato para a edição em português foi assinado com o general S. Moreira a 25 de Julho; e o da edição espanhola do *Depoimento* em 24 de Novembro de 1974.

6. NO TRABALHO E NA DOCÊNCIA

No mês de Agosto manteve a actividade normal, dedicando a segunda-feira à Universidade Gama Filho, a quarta ao Instituto Histórico, a quinta à Academia e sendo convidado de Pedro Calmon à sexta-feira ao almoço. Ao domingo de manhã continuava a assistir à missa em São Bento. Por esse tempo, acompanhado de Manuel da Silva Abreu, visitou a Beneficência Portuguesa, onde um grupo de sócios o recebeu com especial carinho. A agenda refere outros convites que lhe foram então dirigidos [1]. No dia 8 de Agosto tinha a visita do industrial António de Medeiros e Almeida, de passagem pelo Rio, com quem mantinha laços de velha amizade. No dia seguinte, o filho João tomava o caminho de Paris e a 13 era a vez de Miguel vir por uma semana acompanhar o pai. E no sábado 17 celebrava na intimidade os 68 anos, numa reunião que muito o comoveu, em companhia dos casais Dória Chaves e Rúben Rosa e do Dr. Baltasar Rebelo de Sousa que viera de São Paulo para lhe renovar os laços de estima mútua.

Não chegaram ao destino as cartas que então dirigi a Marcello Caetano, nem as respostas deste, uma de 1 de Setembro e a outra de 15 de Outubro. Como a vida dos filhos não lhes permitia a instalação no Brasil, combinou-se que a irmã D. Olga seguia para o Rio logo que pudesse, para dar a Marcello o apoio familiar de que este carecia. Enquanto esteve só, veio o Dr. Rebelo de Sousa por duas vezes dar-lhe o conforto da presença. Também os dedicados Salustiano Lopes e Benvinda Maria Mendes nunca lhe faltaram com marcas de gentileza. Entretanto, acorriam à Rua Cruz Lima alguns compatriotas recém-chegados de Lisboa. Na segunda quinzena de Agosto recebeu a visita, entre outros, do Prof. José Gonçalves de Proença, do Eng.º Gonçalo Nuno de Mesquitela, que lhe foi sempre de uma grande dedicação, do Dr. Rodrigo de Abreu e do Eng.º Luís Caldas Veiga da Cunha, ainda primo de sua mulher, por ser filho de uma senhora da família Castro Caldas, e do Eng.º Luís José de Avelar Machado Veiga da Cunha, que em 1947 fora subsecretário de Estado das Obras Públicas.

Vivia-se então em Portugal a fase convulsa que levou ao 28 de Setembro, pelo que bom número de pessoas, não se sentindo com garantias de segurança, tomou o caminho do Brasil na esperança de ali refazer a vida ou aguardar tempos mais calmos para o regresso. Marcello Caetano teve assim a visita de vários compatriotas, parentes uns, antigos alunos outros, além de amigos de longa ou fresca data

[1] A agenda menciona os nomes do jurista Pontes de Miranda, de D. Fernando Pires da Silva e D. Didi Caillet, do conselheiro Dória Chaves, dos Drs. Tomás Leonardos e Seabra Fagundes e do comendador José da Silva Rocha.

e de pessoas que queriam apenas ter a delicadeza de o cumprimentar[1]. Encheu-lhe o coração no dia 16 de Setembro a chegada de D. Maria Adélia e do Dr. Eduardo José Brasão, dos mais extremosos amigos que teve na última fase da vida. Quando ministro da Presidência, escolhera esse jovem formado em Economia pela Universidade de Dublin para seu secretário, o qual no exercício do cargo demonstrou qualidades de dedicação e competência que Marcello Caetano muito apreciava. A finura de trato do Dr. Eduardo José Brasão teria contribuído para o estreitamento de relações que o antigo presidente do Conselho não era pródigo em conceder a todos os seus colaboradores. Na administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda pudera depois comprovar a capacidade de gestor e de homem de cultura do Dr. Brasão, inspirador da política editorial que há 15 anos remoçou aquela empresa pública. Tão dedicados foram o Dr. Eduardo José Brasão e sua esposa a Marcello Caetano, que este me disse em 1978 ter por eles o carinho que os pais dispensam aos filhos.

Um nome aparece com referência destacado na sua agenda. Trata-se de Manuel Queirós Pereira, um dos raros amigos que Marcello, desde os tempos de solteiro, tratava por «tu». Era um eficiente administrador de grandes empresas, a quem as medidas económicas da revolução tinham forçado a sair de Portugal. Num relacionamento que excluía qualquer tipo de dependência, Marcello Caetano sempre mantivera profundos laços com este primo direito de sua mulher, em quem apreciava a visão e a tenacidade de um verdadeiro homem de negócios. Com um largo conhecimento da vida internacional, Queirós Pereira contribuíra, como gestor, para fortalecer a imagem da economia portuguesa. Tiveram frequentes encontros no Rio, que se repetiram durante as visitas sucessivas de Queirós Pereira, o que permitiu a ambos reforçar meio século de amizade comum. Dir-me-ia mais tarde que poucos encontros lhe enchiam tanto o coração, pela fidelidade que o amigo nunca deixou de lhe patentear.

Também por esse tempo recebeu a visita do embaixador João Pereira Bastos, que em 1973 chefiava a nossa representação em Copenhague e por quem o antigo chefe do Governo sentia a estima do velho professor. Sentindo-se injustamente tratado no Ministério, o diplomata fora ao Rio para encarar uma possível fixação. Possuía, aliás, um amplo conhecimento da realidade do Brasil, onde servira três anos no Consulado da Baía, com o pleno agrado da Colónia Portuguesa. Viria com o gonçalvismo a ser destituído da função

---

[1] Na sua agenda refere os nomes, entre outros, do Dr. José Pinheiro da Silva, do Dr. Manuel José Homem de Melo, do Prof. A. Gonçalves Pereira, do Prof. Jaime Salazar de Sousa, do Dr. Alfredo Machado, do Eng.º Mário Malheiro Reimão, do Dr. José Augusto Borges de Almeida, do Dr. Jorge Gonçalves Pereira, do Dr. Porfírio Junqueiro e do Dr. Abel Pinheiro, que veio a casar com a neta Gigi.

pública, pelo que em 1975 voltou ao Rio de Janeiro em busca de emprego, que veio a alcançar como professor de Direito Internacional Público na Pontifícia Universidade Católica. Ali impôs os seus méritos nas cadeiras de Direito Comparado e de Relações Internacionais, obtendo a livre-docência com distinção em 1976. Só depois da reintegração em 1978, o embaixador João Pereira Bastos viria a regressar a Portugal. Manteve sempre a dedicação por Marcello Caetano, que nas nossas conversas o relembrava com ternura e apreço.

Com o regresso do casal Brasão em 3 de Outubro e sem a presença de um dos filhos, Marcello decidiu fechar a casa por uma semana e voltar ao sossego da Abadia de São Bento. Ali corrigiu as provas do *Depoimento* e preparou a conferência que no dia 7 proferiu na Faculdade Nacional de Direito sobre «As ideias políticas em Portugal no ano de 1820». Uma semana depois era convidado para as bodas de prata do embaixador Leitão da Cunha e recebido pelo Dr. Rui Machado de Lima, director-geral da Justiça, com quem tratou de legalizar o seu estatuto de refugiado. Já no fim de Outubro recebeu os antigos ministros Dr. Rui Patrício e Dr. Manuel Cota Dias. Mantendo a tradição em que envolvera o amigo, Pedro Calmon recebia-o à sexta-feira, alargando o convívio a outros confrades da Academia e da Universidade. No Dia de Todos-os-Santos foi sozinho ao Cemitério de S. João Baptista, onde se recolheu junto da campa de velhos amigos e orou pelos seus, quem sabe na antevisão dolorosa de que naquele local haveria também de dormir o último sono.

Na agenda refere sempre o aniversário dos 12 netos, com um carinho feito de saudade. Mostram as suas notas o homem sensível, profundamente humano e que não esquecia as boas lembranças de outrora. Nos meados de Novembro recebia a visita do editor Fernando Guedes, que lhe propôs publicar as *Minhas Memórias de Salazar,* já em fase adiantada de redacção[1]. O filho João veio de Paris em 20 de Novembro, para o acompanhar durante três semanas. Antigos alunos de passagem pelo Rio, como o Prof. Rui de Albuquerque e o antigo secretário de Estado Dr. Alberto Xavier, não deixaram de o cumprimentar. O mesmo sucedeu com o velho amigo Dr. Luís Filipe Leite Pinto e com o Prof. Eduardo Abranches de Soveral, catedrático da Faculdade de Letras do Porto, que ia para o Brasil com o intuito de se fixar. Mas aproximavam-se as grandes férias, com o fecho das aulas e a interrupção da vida académica, no êxodo de muitos amigos que para fugir aos calores estivais preferiam as suas vivendas no interior. Marcello Caetano ia defrontar-se com um período de maior isolamento, que pensava vencer no estudo e na redacção dos seus livros.

---

[1] A obra veio a sair em Lisboa e no Rio de Janeiro, no início de Agosto de 1977.

7. O PRIMEIRO NATAL NO BRASIL

Já então chegara ao Brasil a neta Maria João, a quem meigamente chamava de Gigi, e que foi sempre para ele de uma incomparável ternura. Em alguns sábados acompanhava o avô em passeios ao Corcovado, à barra da Tijuca ou ao Jardim Botânico. Uma ou outra vez passaram o fim-de-semana em Petrópolis. Maria João viria algum tempo depois a casar com o Dr. Abel Pinheiro, administrador da empresa turística Grão-Pará, a quem Marcello Caetano muito se afeiçoou. Por esse tempo veio também ao Rio uma sobrinha-neta a quem dedicava especial carinho. Tratava-se de Rosarinho Sanches Marques, esposa do funcionário da TAP Eng.º Vasco Marques. Aproveitando a viagem do marido, deslocava-se a São Paulo para abraçar os pais D. Rosarinho Amaral Sanches e o Eng.º Rui Sanches, antigo ministro das Obras Públicas e que se vira forçado com a revolução a deixar Portugal. A visita de Vasco e Rosarinho era um motivo de alegria para Marcello Caetano, que os teve sempre no grupo dos seus familiares mais extremosos. Enfim, a agenda começa a referir o nome de Rogério Gaspar, português natural do Linhó e que há 10 anos tinha um comércio de papelaria no Botafogo. Com a esposa Laurinda contou-se também entre as pessoas mais amigas de Marcello Caetano, que neles muito apreciava a prestância e a singeleza do trato.

Muito se tem especulado sobre o tom de relações que manteve com o almirante Américo Tomás, havendo quem afirme que o votou ao ostracismo. É inteiramente falsa a asserção, pois jamais Marcello Caetano deixou de manifestar ao antigo chefe de Estado sentimentos de respeito e de consideração. A agenda de 1974 comprova que visitou o almirante nos dias 4 e 18 de Dezembro para lhe desejar um santo Natal. No ano seguinte deslocava-se uma ou duas vezes por mês ao hotel de Copacabana [1], onde o presidente o recebia sempre com afabilidade. Mas começou Marcello Caetano a notar um ambiente de frieza ao seu redor, nas palavras menos amáveis que D. Natália Tomás lhe dirigia e que deveras o magoavam. Se para ele constituía um ponto de honra manifestar ao antigo presidente da República o respeito que lhe era devido, não podia tão-pouco admitir impertinências da parte da filha do almirante. Por isso, a partir de 1976 deixou de o visitar, embora referindo sempre com expressões de delicadeza o homem que lhe confiara a sucessão política de Salazar. E a amigos íntimos fazia a confidência de, a confirmar-se a viagem de

[1] No ano de 1975 visitou o almirante Tomás nos dias 2 e 29 de Janeiro, 12 de Fevereiro, 6 e 28 de Março, 19 e 28 de Maio, 16 de Junho, 11, 18 e 31 de Julho, 15 de Agosto, 23 de Setembro, 3 e 30 de Dezembro. Quaisquer outras visitas, se as houve, não foram registadas na agenda pessoal.

D. Natália a Lisboa, ter a intenção de convidar o almirante e a esposa a irem jantar a sua casa.

Chegara ao fim o ano de 1974, com o seu cortejo de tristes recordações. Marcello Caetano sentiu a obrigação na véspera de Natal de se deslocar ao Mosteiro de São Bento, para cumprimentar o D. Abade e os monges que o tinham acolhido. Aumentou então o número de convites dos que lhe queriam minorar a tristeza da época festiva. Os académicos Pedro Calmon, Austregésilo de Atayde, Vianna Moog e muitos outros amigos foram ao apartamento da Rua Cruz Lima, o mesmo acontecendo com o Dr. Francisco Negrão de Lima e D. Fernanda Pires da Silva. Não tiveram número os membros da Colónia Portuguesa que naqueles dias foram levar a Marcello Caetano uma palavra de conforto e simpatia. Entre todos destacaram-se porventura Salustiano Lopes e Rogério Gaspar, de uma dedicação a toda a prova. Também o comendador Aventino Lage não faltou com a sua presença solidária. No dia 31 de Dezembro teve ao almoço a companhia do Dr. Rui Patrício e ao fim da tarde remeteu-se ao isolamento caseiro para, no meio dos seus pensamentos, evocar os filhos ausentes e a Pátria distante que o trazia imerso em saudades.

CAPÍTULO IV

CORRESPONDÊNCIA E APONTAMENTOS
1975

1. PROJECTOS DE TRABALHO

Um novo ano despontava para Marcello Caetano, que vivia animado pelo recomeço das aulas e por projectos de investigação que correspondiam aos seus fundos anseios de cultura. Assim procurava cumprir as obrigações que assumira para com a Universidade Gama Filho e com as editoras que se aprestavam a publicar as suas obras de Direito. Nos primeiros dias de Janeiro foi hóspede da família Silva Rocha, visitou no dia 2 o almirante Tomás, esteve no Mosteiro de São Bento e acompanhou a neta Gigi que, na quarta-feira, 7, voltava a Lisboa. No dia seguinte, Marcello esteve na sessão do Instituto Histórico, onde foi saudado por Pedro Calmon e pelos restantes confrades. Em resposta, agradeceu «as manifestações de cordialidade e estima de que tem sido alvo no Brasil e no Instituto», acrescentando como propósito: *Pretendo dedicar-me aqui à história, que sempre foi o meu* hobby, *sobretudo a história da Idade Média, na qual encontro paralelo com a época que estamos vivendo, facilitando em muito a visão do contemporâneo* [1].

A primeira parte da sessão era consagrada a Hernâni Cidade, sócio correspondente desde 1967, que falecera em Évora no dia 2 de Janeiro. O presidente Calmon evocou a sua memória, em palavras de carinho para com o mestre da Universidade de Lisboa que tanto se afeiçoara ao Brasil. Cedeu depois a palavra a Marcello Caetano que, falando de improviso, fez o elogio de Cidade, relembrando a vida do combatente da I Guerra Mundial, do professor da Universidade do Porto e referindo-se a episódios ocorridos na Universidade de Coimbra e na Faculdade de Letras de Lisboa, assim como à personalidade do historiador e do literato. Ainda no dia 8 acolheu o Dr. Henrique Veiga de Macedo, antigo ministro das Corporações, que ia buscar condições de vida no Brasil, assistindo no dia seguinte

---

[1] *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* n.º 309, Rio de Janeiro, 1976, pp. 232.

à conferência do embaixador Paulo Berredo Carneiro na Academia Brasileira de Letras.

Depois, não cessam até ao fim de Janeiro os encontros com colegas e amigos: visita a Senhora de Tijuca com o engenheiro Gonçalo de Mesquitela e sua esposa e acolhe o antigo secretário de Estado Dr. Pedro Pinto. Na sexta-feira 16 chegam de Lisboa o filho José Maria e o irmão Nuno, que por duas semanas o enchem de carinho familiar. Com este vai a Nova Friburgo e à Chácara do Céu. No dia 22 de Janeiro assiste Marcello à conferência do Prof. Fernando Pessoa Jorge no Instituto Histórico, sobre o património artístico e a sua conceptualização jurídica [1]. Alguns dias depois recebe a visita do Dr. Sérgio Geraldes Barba e do Dr. Duarte Ivo Cruz, que fora subsecretário de Estado no seu último Gabinete, encontrando-se amiúde com o antigo ministro, seu antigo aluno e velho amigo, Prof. Inocêncio Galvão Teles, que viera estabelecer-se no Rio de Janeiro. E já no dia 5 de Fevereiro chega-lhe a notícia da morte da irmã Emília, que o deixa imerso em tristeza. Era mais uma vergôntea da árvore familiar que caía para sempre.

2. VIAGENS A MINAS GERAIS E A CURITIBA

De vários estados chegavam a Marcello Caetano amistosos convites que resolveu aceitar. Era a forma de corresponder a provas de simpatia e de rever compatriotas e amigos que o Brasil tinha acolhido. Foi assim que perante os insistentes pedidos do Dr. Vivaldi Moreira, presidente da Academia Mineira de Letras, decidiu em 15 de Fevereiro seguir para Minas Gerais, onde permaneceu uma semana envolvido em testemunhos de carinho e apreço. Conhecia mal a região, pois só uma vez estivera em Belo Horizonte e, mesmo assim, em visita rápida. Sempre o embalara o desejo de voltar, mas sem a vida lho permitir. Tinha agora a ventura de satisfazer o velho anseio: *Mas não bastava o ponto donde se desfruta «o belo horizonte»: era preciso ir em peregrinação aos lugares que esse horizonte cultural comporta, lugares santos do barroco brasileiro nas artes plásticas como na literatura, e ao mesmo tempo marcos de uma gesta económica donde brotou a abundância de ouro e diamantes que enriqueceu e deslumbrou a Europa* [2].

---

[1] *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* n.º 309, Rio de Janeiro, 1974, p. 233.

[2] A viagem de Marcello Caetano vem referida no seu opúsculo *Barroco Mineiro,* publicada pela Academia Mineira de Letras, Belo Horizonte, 1975. A primeira edição do trabalho indicava como autor José Alves das Neves (*Record,* Rio de Janeiro, 1975).

Na companhia do seu douto anfitrião, Marcello Caetano visitou Congonhas do Campo, onde o impressionou a forte marca portuguesa e cristã do Santuário do Senhor do Bom Jesus de Matosinhos, obra de António Francisco Lisboa, o celebrado «Aleijadinho». Fora este, para ele: *... o supremo testemunho de um génio inclinado a descortinar o que Unamuno chama o sentimento trágico da vida.* Mais tarde haveria de confessar que lera com paixão o livro de Vianna Moog, *Bandeirantes e Pioneiros,* onde o artista, à semelhança de Lincoln para os Estados Unidos, é considerado o homem exemplar para o Brasil. Marcello Caetano passou depois à pequena cidade de Tiradentes, onde se extasiou perante a maravilha da paisagem serrana; e no fim do dia esteve em São João del-Rei, para admirar a arquitectura do período colonial. Sentindo vibrar em si a alma de português antigo, extasiou-se perante tantas maravilhas da arte setecentista, entre as quais salientou a Igreja de S. Francisco, *porventura o mais belo exemplar da arquitectura criada dentro do espírito do barroco mineiro.*

No dia 17 de Fevereiro esteve Marcello Caetano na igreja de Cachoeira do Campo e, guiado pelo historiador local, padre Faria percorreu Ouro Preto, ali visitando o Museu Mineralógico e a Casa do Ouvidor. Bendizia a obra literária de Manuel Bandeira e de Henriqueta Lisboa que o tinham afervorado no culto de Ouro Preto. Passou depois a Mariana, onde na companhia do prelado esteve na Sé, percorrendo o rico museu da arquidiocese e mostrando-se surpreso com a opulência do seu arquivo. Na agenda não se esqueceu de referir o nome de Gustavo Neto com uma palavra de gratidão pelas atenções que lhe dispensou. No dia seguinte voltava a Belo Horizonte. Depois do almoço com Vivaldi Moreira e de ter adquirido obras de interesse na Livraria Itatiaia, deslocou-se a Sabará, que apenas conhecia através da obra histórica de Lúcia Machado de Almeida. Era-lhe depois possível visitar o Museu do Ouro na companhia do Dr. António Joaquim de Almeida, seu devotado organizador, a quem definiu de *esclarecido e culto guia.* Dali passou à restaurada igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição e à *misteriosa chinesice* da Capela de Nossa Senhora do Ó, que o deixaram impressionado. O casal Alair e Zilda Couto quiseram assinalar a sua passagem com uma recepção a que assistiram dezenas de amigos e de admiradores da pessoa e da obra do estadista português.

De volta a Belo Horizonte visitou o Tribunal de Justiça e foi obsequiado por Rondon Pacheco, governador do estado, numa sessão do Rotary Clube. Antes de deixar a capital de Minas visitou a Assembleia Legislativa e foi hóspede do prefeito da cidade no Pampulha Iate Clube. Em toda a parte recebeu a expressão de um alto respeito, como o Dr. Vivaldi bem assinalou: «Marcello foi aqui homenageado por todas as camadas sociais, sendo a sua visita consi-

derada semioficial.» Mas aproximava-se a cúpula do programa de recepção, na conferência sobre *O Barroco Mineiro* anunciada para a tarde do dia 20 na Academia de Letras. Com a presença das mais altas figuras de Belo Horizonte e o vasto salão cheio de um público interessado em ouvi-lo, Marcello Caetano foi saudado em palavras de belo recorte literário pelo presidente da instituição. Afirmando que a hospitalidade mineira não era uma figura de retórica, pois se traduzia para quem a merece em formas de admiração, o Dr. Vivaldi Moreira punha em destaque a figura do «autêntico scholar europeu, do jurista de fama internacional, do homem de pensamento e de alta sensibilidade, do primoroso escritor» que o era, na plenitude dos conceitos, o Prof. Marcello Caetano.

Foi mais longe na saudação o ilustre escritor mineiro. Para acolher tão alta figura, não quisera aquele grémio reduzir o encontro a meio cerimonial, pois abrira de par em par as suas portas nesse momento ímpar da vida da instituição. Dirigindo-se a Marcello Caetano, podia o Dr. Vivaldi Moreira afirmar no termo da saudação: «Esta Casa se honra, como todos os outros lugares por onde peregrinou, em acolher V. Ex.ª, porque o respeito que nutrimos por sua pessoa, prolongamento de sua acção como pensador e estadista, é racionalizado e não mera e formal atitude protocolar que só se dispensa aos que estão revestidos de poder sobressalente. E este não é o caso. V. Ex.ª é astro; emite luz própria. Dispensa o manto e o ceptro do poder para ser por si mesmo um grande exemplo humano.»

Ouviu-se depois, em palavras de aberta consagração, o Prof. Alberto Deodato, que se referiu à pessoa e obra histórica e jurídica do conferencista. Deu este início à sua lição com um hino em louvor de Minas Gerais, onde vinha para aprender e não para ensinar. As palavras de Marcello Caetano constituem um belo trecho de valor autobiográfico e que se impõe aqui transcrever: *Quando comecei, após a minha chegada ao Rio, a frequentar as reuniões hebdomadárias da Academia Brasileira de Letras, que há anos me distinguiu chamando-me ao seu seio, preveni que ia apenas escutar para aprender. Sou, na verdade, hoje em dia, mero estudante do passado e do presente do Brasil. Embora desde sempre me tenha interessado pela cultura brasileira e lido muitos dos seus autores e seguido os passos da vida política, literária e artística do País, senti, ao fixar a minha residência aqui, a necessidade de um conhecimento mais sistemático e de uma informação mais vasta e profunda. E assim me tenho aplicado à geografia, à história, à literatura, à arte, à sociologia, ao direito brasileiro. Verificando, quanto mais estudo, o muito que me falta saber ...*

Na sua visão da história, os anos tinham-no convencido de que o conhecimento da realidade social não promana apenas dos livros, mas da observação dos factos humanos no teatro da Natureza: *[...] Sou leitor de lenta leitura e prefiro concentrar-me nos autores repre-*

sentativos a devorar a esmo quanto me caia sob os olhos. E à medida que leio e procuro assimilar, reflicto. Sem propósito, sem sistema, mas por pendor natural vou reflectindo [...] A minha visita aqui foi uma visita de estudo. Nunca me contentei com a aprendizagem por livros. Tive sempre por lema contrastar com a experiência pessoal, seja vivência na acção, seja ver com os próprios olhos, seja reflexão crítica, aquilo que se colhe da letra impressa como fruto do labor alheio [...] Não sou, pois, rato de biblioteca, embora a minha vida se tenha passado em grande parte entre livros, e dos livros tenha colhido muitas das mais belas emoções e muitos dos elementos capitais da minha formação. Gosto de fazer excursões por fora do mundo calmo das leituras, ainda que, por vezes, as tentações do alpinismo me tenham valido aparatosas quedas de que guardo persistentes nódoas negras [...] É por isso que ao aprofundar a História do Brasil me veio cedo o apetite de conhecer mais de perto as regiões que foram teatro das grandes cenas marcantes da formação e do amadurecimento da sociedade brasileira.

Espraiou-se depois o conferente sobre a colonização portuguesa e suas implicações de ordem humana, administrativa, económica, cultural e religiosa. É uma síntese modelar do que representa Minas Gerais no quadro da formação do Brasil, com destaque para o barroco mineiro como alta expressão do génio criador que nesse estado despontou. O presidente da Academia recordaria mais tarde o brilho da lição, que deixou nos presentes uma impressão de raro encanto, não apenas pelo domínio do tema, como pela beleza literária de que Marcello sabia revestir a sua prosa: «Como perfeito didacta, senhor de todo o conhecimento, Marcello Caetano punha o dedo no ponto nevrálgico da questão e o desatava com um mínimo de palavras.» Pode assim afirmar-se que a sua viagem a Minas Gerais, no início de 1975, se traduziu numa verdadeira consagração.

Na sexta-feira, 21, volta ao Rio, onde recebeu a visita do empresário João Pimenta, que o furor do gonçalvismo obrigara a sair de Portugal, e do Dr. Mário Quartin Graça, que muito estimava pelos laços de amizade que o tinham unido a seu pai. Nesse curto espaço de tempo voltou Marcello a conviver com o casal Eduardo José Brasão, que já se fixara no Brasil, e com o embaixador João Pereira Bastos, que tinha tomado a mesma decisão. Passou os dias 22 e 23 de Fevereiro em casa, a preparar o esboço de uma nova conferência. E no dia 25 seguiu de avião para Curitiba, a fim de participar no I Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, de cuja comissão organizadora recebera um honroso convite.

A sua autoridade nesse campo jurídico era largamente reconhecida pelos seus pares do Brasil, que amiúde lhe exprimiam a consideração em que tinham a sua obra científica. Marcello Caetano foi recebido por D. Didi Caillet, na casa de Santa Felicidade. Esta

distinta senhora e poetisa, há anos falecida, era cunhada de Pedro Calmon e deste recebera a mensagem de rodear o visitante das maiores atenções. Na sua companhia teve Marcello o ensejo de visitar os monumentos e de percorrer o centro urbano de Curitiba. A sua presença no Congresso foi saudada com apreço, sendo as suas doutas intervenções motivo de aplauso. O grande jurista Prof. Roberto Barroso Filho recebeu-o com requintes de hospitalidade, o mesmo sucedendo com o casal Margot e Óscar Santos, que deram à recepção a Marcello um cunho social de larga simpatia. No dia 28 de Fevereiro voltava ao Rio de Janeiro para o início do ano lectivo, aprazado para 3 de Março na Universidade. E não queria faltar à cerimónia das bodas de ouro do casal Luís Gama Filho, pelos fortes laços que já o prendiam ao chanceler e fundador da sua Universidade.

3. NOVO ÊXODO PARA O BRASIL

Vivia-se então em Portugal o ambiente de inquietação que precedeu o dia 11 de Março. A esquerda militar consolidava a tomada do Poder, sacrificando os companheiros de armas que nove meses antes tinham vivido a mesma euforia. Desfazia-se a confusão ideológica, assente num falso conceito de unidade, que reinara entre os irmãos agora desavindos. Uns sonhavam apenas com a democracia em forma de liberdade, outros pretendiam instaurar um regime de força sob a égide da facção radical do MFA. Tinham-se aproximado para a revolução destruidora, mas o fracasso nos ideais e nos objectivos consumara o rompimento entre homens de distinta formação ideológica e moral. Estava no auge o gonçalvismo, com as ocupações selvagens de edifícios públicos, de fábricas e de moradias; com os saneamentos em massa de pessoas identificadas com o antigo regime ou que se recusavam a colaborar no «processo revolucionário em curso»; e com o programa de nacionalizações destinado a impor um novo modelo económico e social. A população vivia mergulhada no terror, bastando qualquer suspeita infundada para se porem em acção mandados de captura à margem de toda e qualquer legalidade. Para muitos que viam os bens comprometidos ou a vida em perigo, apenas restava a esperança do exílio. O Brasil foi a Terra Prometida que abriu os braços a centenas de portugueses que ali se fixaram com as famílias, em busca de trabalho, de paz e de melhores condições de vida.

Muitos foram os compatriotas que então subiram ao apartamento da Cruz Lima, para conviver com o antigo presidente do Conselho. Na sua agenda de Março refere bom número de amigos que nesses dias de incerteza buscaram a sua companhia. Tal o caso dos antigos ministros Prof. Inocêncio Galvão Teles e Dr. Jorge Assis dos Santos,

assim como do Dr. Júlio Evangelista, homem generoso e seu antigo colega de escritório, que lhe foi sempre e em tudo dedicado [1]. Também o comendador Aventino Lage se mostrou solícito em extremo nos encontros que tiveram. Esse período veio a traduzir-se em novo equilíbrio familiar, com a vinda do filho João no dia 20 de Março, que durante uma semana lhe fez companhia. Mas já se aproximava a Páscoa, pelo que foi cumprimentar os monges de São Bento e, logo em seguida, o ministro Luís Gama Filho. Por esse tempo recebeu a visita, que o comoveu, de um grupo de freiras de Vila do Conde. Passou a quinta-feira de Endoenças em casa e no dia seguinte esteve em Copacabana a saudar o almirante Tomás e família. No sábado de Aleluia reuniu alguns amigos fiéis [2] e teve a boa companhia de Pontes de Miranda e de Pedro Calmon, assim como de Francisco Negrão de Lima. E no domingo de Páscoa permaneceu no apartamento, onde preferiu evocar a família ausente.

Outros nomes aparecem na agenda, de visitas que teve na semana da Pascoela [3]. Chegara ao Brasil outro dos seus prestimosos colaboradores, o Prof. Mário Júlio de Almeida Costa, que desde 1965 detivera a pasta da Justiça e em 1973 se vira elevado à presidência da Câmara Corporativa. Jurista conceituado da escola de Coimbra, soubera impor-se no exercício das funções oficiais pelo equilíbrio da actuação e pela finura do trato. Se Marcello Caetano viesse um dia a ascender à chefia do Estado, muitos auguravam a Almeida Costa o delfinato político. Tendo recebido vexames com o 25 de Abril foi mais um professor de craveira que optou por residir no Brasil [4]. Também por essa altura visitou Marcello o Eng.º Vasco Leónidas, técnico muito distinto e que fora subsecretário de Estado da Agricultura. Tinha-se instalado com a família e foi no Rio consultor de uma conhecida fundação brasileira. Entretanto, ia aprontando a edição dos seus *Tratados* de direito administrativo, com destino à Editora Forense. E na segunda-feira 28 de Abril esteve na Igreja da Candelária, na missa que a colónia portuguesa mandou celebrar por alma do presidente Salazar, e ali foi por todos saudado.

---

[1] A agenda de Março de 1975 refere os seguintes nomes: a declamadora Maria Germana Tânger, Dr. Rogério de Castro, João de Matos e Silva, Francisco Correia de Campos e Nuno Lopes Alves.

[2] Os casais Inocêncio Galvão Teles, João Pereira Bastos, Gonçalo de Mesquitela, Eduardo José Brasão, Nuno Lopes Alves e outros amigos.

[3] Virgílio Moreira da Costa, Maria José Maldonado Bulhões, o° casal Eduardo e Ana (que não soubemos identificar), Carlos Martins e netos, José Manuel Riley Reis e os Drs. Tomás Leonardos e Seabra Fagundes.

[4] Entre as pessoas que então o visitaram, contam-se o Dr. José Fernando Nunes Barata, o Dr. José de Araújo Novo, A. Infante da Câmara, F. de Almeida Ribeiro, D. Maria Manuel Guimarães, D. Maria Emília Ibérico Nogueira, o jornalista Dutra Faria, Luís Filipe de Oliveira e Castro.

Chegara entretanto ao Rio D. Olga Caetano, já com o peso dos seus 78 anos, que vinha partilhar com ele as horas do exílio. Morrera em Fevereiro a irmã D. Emília, junto de quem vivera longos anos, pelo que estava livre para ocupar junto de Marcello o lugar que as circunstâncias exigiam. Sentindo refeito o ambiente doméstico, que era de molde a um trabalho de mais calma e proveito, pode dizer-se que Marcello Caetano voltou a sentir a casa cheia. Além de velar pela saúde do irmão, que sentia com frequência vacilante, D. Olga foi durante cinco anos a sua grande confidente, acompanhando-o em muitas obrigações sociais e dando-lhe alento nas horas de tristeza. Marcello Caetano falava sempre da irmã com tocante carinho, deixando por vezes transparecer a preocupação do que seria dele no caso de D. Olga o preceder na morte. Agora, com a sua presença e a da neta Rita, sentia um novo ânimo para trabalhar e conviver.

Deu então início ao curso de Direito Comparado, às terças-feiras, pelas 17 horas, na Universidade Gama Filho. Com a prestimosa colaboração do Prof. Francisco Mauro Dias, estruturou-o como um curso de pós-especialização, querendo despertar nos alunos o gosto pela pesquisa e a preparação para teses de doutoramento e de livre docência. Aos domingos de manhã acompanhava sempre D. Olga à missa em São Bento, onde a sua presença despertava expressões de simpatia nos membros da colónia portuguesa. Continuava também a receber a visita de compatriotas, alguns chegados havia pouco ao Rio [1]. Nesse número se contava Jorge Correia de Campos, que tinha sempre uma nota de franca alegria, quando não de irreverência, para matizar a tristeza que percebia nos olhos do antigo chefe do governo. Pagava-lhe este a dedicação com expressões de carinho paterno. Também o encheu de conforto a vinda do Eng.º Francisco José de Sousa Machado, que enquanto aluno em Lisboa fora uma espécie de seu pupilo, dada a velha amizade que o unia ao pai, o financeiro angolano Sousa Machado, administrador da Mineira do Lobito. Na Faculdade de Direito afeiçoara-se a outro aluno, o Dr. Albano Vaz Pinto Alves, que seguiu a carreira de magistrado nos Tribunais de Trabalho. Maior não podia ser a alegria de Marcello Caetano ao abraçar também o antigo discípulo.

Por esse tempo almoçou em casa de Calmon com o Prof. Miguel Reale, catedrático em São Paulo e o mais consagrado mestre da filosofia do direito no Brasil. De há muito tinham relações epistolares, tendo Marcello recebido a sua visita em Lisboa quando era chefe do Governo. Daquele encontro teria nascido o convite para uma confe-

---

[1] A agenda refere o nome do Dr. José Filipe Neto Rebelo, Dr. Albano Vaz Pinto Alves, Paulo Roque de Carvalho, Eurico Valadão do Vale, jornalista Penteado, Eng.º Rui Romero Monteiro, Dr.ª Teresa Cárcomo Lobo, Francisco da Costa Félix, editor Fernando Guedes e outras pessoas.

rência em Guarulhos, o que aconteceu entre dois aviões nos dias 22 e 23 de Maio. A viagem permitiu-lhe almoçar em São Paulo com o Dr. Rebelo de Sousa. Na sua agenda de 26 relembra o tempo já passado no exílio, com a discreta nota: «Faz hoje um ano que cheguei a São Bento.» Mas a 31 recebeu a visita de Manuel Queirós Pereira e confidenciou ao amigo não passar bem de saúde. Queixava-se de um grande mal-estar de natureza prostática, que o trazia enervado. No dia 2 de Junho veio o Dr. Guilherme Romano que indicou a terapêutica de momento, mas avisando Marcello de que devia, logo que possível, submeter-se a uma intervenção cirúrgica. Passou toda a semana em casa, tendo faltado no dia 3 ao curso da Gama Filho, o que muito o afligiu.

No dia 9 tinha recuperado da crise e dizia-se prestes a fazer a vida normal. Teve então a companhia do Dr. António Caetano de Carvalho, que fora secretário de Estado da Informação e havia também sofrido as injustas sequelas da revolução. Velho admirador de Marcello Caetano, que ainda conhecera nos tempos da Mocidade Portuguesa, entendeu reafirmar o testemunho de consideração ao seu chefe de Governo. De chegada ao Rio foi também saudá-lo o banqueiro Manuel Boulhosa, com quem de há muito mantinha relações cordiais. No dia 17 participou no funeral do académico Ivan Lins, historiador consagrado do positivismo no Brasil, que sempre no convívio da Academia de Letras lhe dispensara expressões de apreço. Ao mesmo tempo ia Marcello retomando o gosto pela música clássica de que fora um grande apaixonado. Assim, no dia 21 de Junho esteve com D. Olga e a neta Maria João no Teatro Municipal, a escutar a *9.ª Sinfonia* de Beethoven pela Orquestra Sinfónica Nacional, cuja interpretação o deixou maravilhado [1].

Uma semana depois vivia momentos de inquietação com a doença de olhos da irmã, que teve de ser internada no Hospital da Samaritana. Mas os exames médicos foram de molde a tranquilizá-lo, ainda que recomendando a D. Olga para se poupar a trabalhos visuais intensos. Chegara também ao Rio o seu irmão António, o último da honrada prole de José Maria Alves Caetano e que Marcello amava como a um filho mais velho. Doutorado em Economia, fora assistente do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e especializara-se no ramo de seguros, em que gozava de merecido crédito. O Dr. António Alves Caetano sofrera também os malefícios da revolução, procurando agora no Brasil refazer a vida, feliz por estar junto do irmão dilecto. Com a esposa Catarina ajudou a suavisar as

[1] Por esse tempo conviveu ou foi visitado por várias pessoas, entre as quais o Dr. Eridano de Abreu, Nuno de Oliveira, João Moreira, Inho Nobre Guedes, António Barata, M. Neves e Castro, os jornalistas Dutra Faria e António Maria Zorro, Diogo Alvim, Eng.º Luís Bairrão e Eng.º Barreira Antunes.

horas de desalento de Marcello Caetano, que nele via um dos seus confidentes.

Pouco depois tinha Marcello a visita do Dr. Manuel Pedro Ribeiro da Silva, seu afilhado de nascimento e filho de um velho amigo e antigo colaborador na Mocidade Portuguesa, o coronel José Maria Ribeiro da Silva, oficial de grande pundunor e com uma folha brilhante de serviços na Metrópole e no Ultramar. Manuel Pedro seguira com mérito a carreira diplomática, atingindo em 1968 o posto de conselheiro de embaixada e vindo a ocupar em 1972 o Consulado-Geral do Rio de Janeiro. Em 1975 foi compelido a aceitar idêntico posto na Beira. Mas não se conformando com as injustiças que a revolução cometeu, pediu a imediata demissão do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pondo assim termo a uma carreira em que se impusera entre os colegas de formação. Fixando-se para sempre no Rio de Janeiro, tornou-se do convívio íntimo de Marcello, a quem deu provas de filial dedicação.

No dia 14 de Julho foi Marcello Caetano saudar D. Francisco Maria da Silva, arcebispo de Braga, então de visita ao Brasil. À partida de Lisboa, o venerando antístete fora sujeito na alfândega aos maiores enxovalhos, sendo obrigado a despir-se sob a acusação de levar uma quantia fabulosa em dinheiro e peças de contrabando. Tamanho vexame originou ao tempo os mais vivos protestos, tornando-se D. Francisco um símbolo da Igreja perseguida pela revolução. Esse movimento fortaleceu a consciência da população católica contra os atropelos à dignidade humana das forças mais radicais do 25 de Abril. Marcello Caetano rodeou o arcebispo das maiores deferências, embora da agenda nada transpareça quanto ao teor da conversa havida. E dois anos depois, quando da morte do prelado, não deixou de se reunir à colónia portuguesa na missa de exéquias que se celebrou na Igreja da Candelária [1].

Tornara-se menos assíduo às reuniões da Academia Brasileira de Letras, pela obrigação de estar às quintas-feiras na Universidade Gama Filho. Mas mantinha-se fiel ao Instituto Histórico, onde o carinho de Pedro Calmon e dos restantes confrades era para ele um motivo de agrado. Na homenagem prestada a Fernando Monteiro, que exercera com grande aprumo as funções de secretário do Centro de Estudos e Pesquisas, o historiador Marcos Carneiro de Mendonça instou com Marcello Caetano para este dar a sua opinião quanto à pessoa a indigitar para o cargo. Não querendo abusar do sentimento

---

[1] No mês de Julho recebeu, entre outras pessoas, o Dr. M. Rodrigues Leal, o embaixador João Pereira Bastos, o Dr. J. Vasconcelos e Sá, o Dr. Mário Vinhas, o Prof. Henrique Martins de Carvalho, Francisco e Jorge Correia de Campos, o Prof. Eng.º Estácio Marques, o Dr. Abreu Loureiro, D. Luísa de Siqueira e José Manuel de Sousa.

de confiança nele expresso, declarou-se apenas *aprendiz de coisas brasileiras, apesar de conhecer já bem o Brasil e a sua história, concluindo por declarar que o prazer de estar aqui é o máximo que poderia desejar*[1]. Em 3 de Setembro, aquando da palestra de Roberto de Macedo sobre a história do Rio de Janeiro, fez também um judicioso comentário sobre a designação de «Senado da Câmara», mostrando que o Rio e Lisboa tinham sido as únicas cidades portuguesas a deter esse privilégio[2].

4. DESLOCAÇÃO AO RIO GRANDE DO SUL

Já então festejara a 17 de Agosto, com um pequeno número de amigos, o segundo natalício que passava em terras do Brasil. Tinha alargado o leque dos conhecimentos, estendendo o convívio a outros brasileiros de sectores ligados ao mundo do professorado, da advocacia, da medicina e das finanças. De todos os pontos do Brasil lhe chegavam convites para proferir lições e participar em congressos de história e de direito. Marcello Caetano sentia crescer ao seu redor um ambiente de respeito e consideração que muito o penhorava. No dia 8 visitou a convite do Rotary local a região administrativa de Madureira; e no dia 20 assistiu à conferência do general Jonas de Morais Correia na sessão do Instituto Histórico, que versou sobre o antigo prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth, há pouco falecido.

No dia 15 acompanhara ao cemitério o bom amigo que conhecera em 1941, quando da embaixada cultural ao Brasil. Dodsworth era, ao tempo, prefeito do Distrito Federal, onde se dispunha a empreender um vasto programa de renovação urbanística do Rio de Janeiro. Foi no seu tempo que se abriu a Avenida Presidente Vargas, que se tornou uma das principais artérias do centro da cidade. Marcello Caetano apreciou nele a afável cortesia que, com o termo da visita, se transformou em laços de estima. Quando Henrique Dodsworth esteve como embaixador em Lisboa, o convívio mais estreito fortaleceu o sentimento da amizade. Vinte e cinco anos depois, ao chegar exilado ao Brasil, Marcello encontrou em Dodsworth o amigo de sempre, constante nas horas amargas como o fora nos tempos

---

[1] *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* vol. 309, Outubro-Dezembro de 1975, Rio de Janeiro, 1976, pp. 247 e 254.

[2] Visitantes que constam da agenda de Julho e Agosto: Dr. Alexandrino Costa Nunes e Albino Pinto Moreira (Porto), António Ribeiro (Lisboa), Carlos F. Azevedo, Dr. Luís Pacheco e a escritora Luísa Martinez, Dr. Manuel Telles e familiares de Teodoro dos Santos, Rui Paiva Cardoso, o economista Dr. João Vieira, D. Emília Neves de Matos Geraldes Rodrigues, o Eng.º Hugo de Macedo e Nuno Oliveira.

ditosos, recebendo dele as maiores provas de dedicação. Assim se compreende que nas *Minhas Memórias de Salazar* tenha referido a tristeza em que o passamento do amigo o mergulhou.

No dia 27 de Agosto seguiu Marcello Caetano para Porto Alegre, a fim de fazer uma conferência integrada nas cerimónias do 75.º aniversário da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi seu anfitrião o eminente jurista Prof. Clóvis do Couto e Silva, director daquela Faculdade, que o recebeu de maneira primorosa. Na sua companhia visitou o centro da cidade e esteve na Exposição Agro-Pecuária, um dos mais importantes certames do género do Brasil. Percorreu as instalações da Universidade, o que lhe permitiu ajuizar do grande progresso dessa instituição.

No dia 29 teve lugar a lição de Marcello Caetano, subordinada ao tema *Da Justiça Privada na Idade Média até o Mandado de Segurança* [1]. Foi apresentado pelo Prof. Marco Aurélio C. M. Oliveira que, em nome dos colegas da Faculdade de Direito, pôs em destaque os méritos do conferencista que vinha trazer um valioso contributo ao ciclo de lições organizado pelo departamento de ciências penais. Recordando a obra de Marcello Caetano, que ali representava a nobre tradição jurídica da Universidade portuguesa, o apresentante dizia da lição que todos aguardavam ouvir: «Ingressará ela, Sr. Professor, no coro harmónico de tantas vozes que propagam, através de salões e corredores, pelas escadarias e vestíbulos, nas salas de aula e nas bibliotecas, a sinfonia da elevação cultural do homem, pelo respeitoso debate de ideias e através do ensino da universal ciência do Direito.»

Marcello Caetano proferiu então a sua conferência. Começando por saudar a instituição que o convidara, que definiu como escola com altos serviços prestados à cultura jurídica no Brasil, o orador manifestou satisfação por estar no Rio Grande do Sul. Nesta terra haviam-se escrito muitas páginas de heroísmo da Pátria comum, na obra colossal da fixação dos limites meridionais do Brasil. Aproveitou para saudar a pessoa de Moysés Vellinho, que nos seus livros prestara justiça à colonização portuguesa naquelas paragens. Obra que não fora apenas política e militar, disse Marcello Caetano, mas de permanente dádiva da língua, da cultura e do espírito, autêntica epopeia que devia constituir motivo de orgulho para portugueses e brasileiros.

À margem do tema escolhido, o conferencista aproveitou para oferecer aos ouvintes a sua visão pessoal da história como disciplina do conhecimento: *Quanto a mim, o principal papel dos estudos históricos é a explicação do presente pelo passado. A história talvez devesse ser lição e exemplo: mas na verdade não é. As gerações nunca aprendem na experiência alheia: só à custa do próprio sofrimento,*

---

[1] O trabalho foi editado em opúsculo, hoje de grande raridade, pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, 1975.

dos próprios êxitos e dos próprios insucessos, cada geração encontra, dolorosa ou triunfalmente, os seus caminhos. Nem as circunstâncias dos tempos se repetem — embora às vezes sejam parecidas. Mas o que o conhecimento do passado proporciona à cultura de uma época é o esclarecimento das origens, da evolução, da razão de ser de formas de vida actuais, de ideias correntes, de instituições vigentes, mostrando certas constantes da humanidade, as limitações da imaginação terrena e a sem razão do orgulho dos que se julgam inovadores.

Com base neste pressuposto, Marcello Caetano mergulha na Idade Média para reconstituir o ambiente político e social do Estado português, nas estruturas jurídicas e administrativas que nele se criaram e que foram depois levadas para o mundo descoberto e povoado pelo homem lusíada. Insistiu na lenta formação daquelas instituições que levavam séculos a estabilizar-se: *Estava longe ainda de se produzir este fenómeno de aceleração que faz perpassar aos nossos olhos atónitos, como se fosse um filme, a série de sucessos extraordinários e de instituições fugazes de que se entretece a história contemporânea, num Universo unificado pelos meios de comunicação. O Mundo agora muda de ano para ano: quando antes do nosso século se transformava quase imperceptivelmente e só de séculos a séculos era abalado por revoluções que se produziam em espaços restritos e cujas ondas iam ganhando com lentidão os círculos próximos.*

Não cabe aqui desenvolver a lição de Marcello Caetano, densa no seu conteúdo histórico e jurídico, mas de uma beleza literária que impressiona o leitor. Aliás, o Prof. Marco Aurélio tinha preparado o auditório para esses dons do conferencista, a quem chamou de «palestrante emérito, hábil no tecer com organicidade a estrutura de seu pensamento, brilhante ao expor suas ideias e concepções». Não admira, pois, que a fala de Marcello Caetano fosse ouvida por um público selecto e atento que no final o aplaudiu longamente. Da boca do Prof. Clóvis do Couto e Silva ouvi há pouco tempo que ainda hoje perdura na Faculdade de Direito de Porto Alegre o eco da notável lição do mestre português.

5. NOVAS VISITAS E MAIS CORREIO

De regresso de Porto Alegre acolheu o seu antigo aluno Dr. Luís Quartin Bastos, já conselheiro de embaixada em Bucareste e de quem se falava para ocupar o posto de cônsul-geral em São Paulo. Pouco depois tinha a alegria de abraçar o Dr. Alexandre Carvalho Neto, seu antigo secretário, a quem não via desde a chegada a São Paulo. Este passara o dia 26 de Abril de 1974, com a dedicada D. Lisette, a arrumar papéis pessoais na Rua Duarte Lobo; e no dia seguinte, sem olhar a perigos nem sacrifícios, a recolher documentos de teor confi-

dencial no gabinete da presidência em São Bento. Viria, por tal motivo, a ser objecto de julgamento em 1976, mas sendo absolvido das acusações do Ministério Público. Marcello apreciava nele a discrição e a eficiência de um colaborador primoroso, o que Carvalho Neto sempre foi para ele em todas as contingências da vida.

No dia 16 de Setembro chegava também ao Rio o Dr. Mário Morais de Oliveira, que um mês antes do 25 de Abril escolhera para ministro de Estado. Gestor público de reconhecido mérito, tinha ocupado em 1962 a Secretaria de Estado do Fomento Ultramarino, o que lhe dera uma visão segura da política de interesse nacional que convinha incrementar nos territórios de África. Seu amigo de velha data, nunca Mário de Oliveira pusera em causa a vinculação pessoal que o unia a Marcello Caetano. Compreende-se assim a emoção com que este o abraçou no exílio. Era mais um companheiro de ideal que não o esquecera, face a tantos outros que haviam pago com ingratidão a amizade que dele tinham recebido [1].

Também no mês de Setembro o foi saudar o Dr. Francisco Elmano Alves, último presidente da comissão executiva da Acção Nacional Popular, recém-chegado ao Rio de Janeiro. Fora deportado para Cabo Verde sem culpa formada e depois posto em liberdade, para durante o rigor do gonçalvismo voltar a sofrer a prisão. Marcello Caetano acolheu-o com expressões de simpatia, para testemunhar ao Dr. Elmano Alves o apreço em que o tinha e que deixara patente na dedicatória do *Depoimento*. Era mais uma figura ligada ao antigo regime que sofrera os maiores atropelos e ia tentar melhor sorte no Brasil. Nunca falei sobre ele com Marcello Caetano, mas sou levado a crer que sem ter havido uma ruptura entre ambos, como sucedeu com outros antigos colaboradores, o facto de Elmano Alves fugir do convívio com os compatriotas, conduziu a um progressivo esfriamento de relações [2].

No dia 1 de Agosto escrevera a Marcello a desejar um feliz aniversário. Há muito que não me chegavam as suas notícias, nem a recepção dos livros que lhe fora enviado e que vim depois a saber que não tinham chegado ao destino. Falava-lhe da inquietação em que se vivia com a louca governação de Vasco Gonçalves, sem que se visse qualquer forma de autoridade do Poder, a não ser para os

---

[1] Em carta de 21 de Abril de 1979 ao Doutor Lopo Cancella de Abreu, de que este me facultou gentilmente a fotocópia, dizia: *Soube por notícias de Lisboa, do falecimento do Mário de Oliveira, que me entristeceu imenso. Foi um bom, querido e dedicado amigo e já para mim a perda dos últimos verdadeiros é irremediável. Ficaram pouquíssimos.*

[2] Alguns visitantes do mês de Setembro: O economista Dr. João Vieira, o arquitecto Antero Ferreira, Dr. Delfim Ribeiro, José da Silva Baptista, Dr. Paiva Nazaré, Dr. Silva Pereira, juiz no Lobito, Dr. Dionísio Moreira de Pinho e Eng.º Rui Romero Monteiro.

fiéis ou simpatizantes do antigo regime, que foram em grande número perseguidos pelas forças da polícia militar. Dizia-lhe do meu espanto por viver num país à deriva. Respondeu a 5 de Setembro, pondo em realce a firmeza da nossa amizade: *Mas sobretudo há qualquer coisa que me tocou mais fundo no coração: foi não se ter esquecido do dia 17. Essa é uma delicadeza que junta às demais me tocou profundissimamente*. Marcello Caetano declarava-se pronto a aceitar a minha proposta de um maior intercâmbio entre a Academia Portuguesa da História e o Instituto congénere do Brasil, para onde pedia o envio das nossas publicações [1]. E à carta repleta de apreensões que lhe enviei a 9 de Setembro respondia com velada tristeza: *De aqui acompanho com angústia quanto se passa em Portugal. Agora, sim, podia ser escrito o* Finis Patriae!

A 20 de Setembro chegou novamente Ana Maria, que esteve duas semanas no convívio paterno. O Eng.º Rui Sanches também o foi saudar, numa das derradeiras vezes em que se avistou com o tio. Para participar nas sessões comemorativas do 1.º centenário de Carlos Malheiro Dias, veio então de Portugal um velho amigo de Marcello, o Eng.º Ramiro Guedes de Campos, que o acompanhou com frequência. De visita ao Rio estiveram igualmente dois professores de Direito que tinha em grande apreço. Um, o Dr. António Castanheira Neves, da Universidade de Coimbra, autor de uma tese de doutoramento sobre *O Problema Metodológico da Juricidade* (1967), que mereceu a Marcello Caetano os maiores louvores. O outro era o seu antigo assistente Dr. Nuno Espinosa Gomes da Silva, especialista da história do humanismo jurídico, cuja carreira muito tinha acarinhado. Outros nomes que constam da agenda do tempo são os do Dr. Nuno Neves e do Dr. Álvaro Lara, assim como o de José Maria Mesquitela, cujo aniversário então festejou.

O Dr. José Maria Caetano chegou ao Rio em Outubro com a intenção de se fixar. Na febre do gonçalvismo e depois de ter sido afastado da presidência do Instituto dos Têxteis, onde trabalhava como técnico desde 1955, resolveu então buscar um futuro no Brasil. Para ali mandou seguir em Novembro a esposa Maria Laura e a filha Maria, então com um ano de idade. Embora se mostrasse preocupado com a situação material do filho, Marcello Caetano não se empenhou na busca de um emprego para ele. Não queria ofender os amigos do Brasil a quem já tanto devia, agindo sem o pudor que lhe era próprio, mesmo que se tratasse de um filho em condições

---

[1] Na sessão de 10 de Setembro de 1975, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Marcello Caetano fez o comentário à *Colectânea de Estudos em Honra do Prof. Damião Peres*, que a Academia Portuguesa da História nesse ano editou. Veja-se a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, vol. 310, Rio de Janeiro, 1976, pp. 251-254.

económicas difíceis. Mas a instalação de José Maria acabou por lhe oferecer uma nova razão de vida, no carinho da neta mais jovem em que se deixou loucamente envolver.

No dia 27 de Setembro falecera em Londres o Dr. Rúben Leitão, em condições trágicas mas que a notícia chegada a Lisboa não permitia deslindar. Marcello Caetano apreciava o seu talento multiforme, a pujança de imaginação do romancista, a par da erudição do biógrafo apaixonado de D. Pedro V. O calor humano que Rúben punha em todas as coisas era um pronúncio de êxito para as iniciativas a que ligava o nome. Junto do Dr. Higino Borges de Meneses diligenciara o presidente do Conselho em 1971, que o autor da *Torre da Barbela* se integrasse no conselho de administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Podia ali executar o plano de edições culturais que o Dr. Eduardo José Brasão tinha pouco antes elaborado. Até aos fins de 1973 fora Rúben Leitão um entusiasta do chefe do Governo, começando então a manifestar sinais de desacordo quanto às vicissitudes da «primavera marcelista». Isso o levou, nos primórdios do 25 de Abril, como amigo que era de Francisco Sá Carneiro, a ser um dos inspiradores do Partido Popular Democrático.

Em carta de 29 de Setembro, que agora se divulga, eu anunciava a Marcello Caetano: «Assim vamos resistindo, sem alegria nem estímulo para o trabalho. O que conta é sobreviver, aguentar! De vez em quando são os golpes que nos deitam abaixo: desta feita a morte do Rúben Leitão, notícia que ontem me deixou mergulhado em tristeza. Era uma jóia de rapaz, sempre pronto a ajudar os outros, ainda que por vezes levasse longe de mais a política do compromisso em que se perde mais do que se ganha. Daí as oscilações de temperamento que fizeram dele um derrotado, como há duas semanas pude verificar. Ele, que fora senhor de uma alegria esfusiante, via agora claro a ingratidão dos que quiseram servir-se do seu idealismo feito de conciliações de última hora [...]. A perda do Rúben é, para mim, motivo de desgosto, porque ele tinha o dom de fazer amigos.»

Nessa carta eu pretendia esboçar um perfil do Rúben como sonhador e homem de acção, numa tentativa de caracterização psicológica que não creio hoje inteiramente ajustada, mas que correspondia à maneira como eu ao tempo o via, na explicação que buscava para o drama da sua morte: «Eu avisara o Rúben de que não valia a pena servir os novos senhores, mas ele não queria isolar-se, por recear que o viver longe das turbas o haveria de matar, por mais ninguém falar na sua pessoa e na sua obra. Debalde lhe expliquei que, em certas épocas da vida, o homem que se afasta de processos duvidosos agiganta-se, reforça o carácter, não compromete o seu cabedal para o futuro. No último mês de vida, o pobre Rúben experimentou terríveis decepções no cargo de director-geral da Cultura, sendo vaiado e posta em dúvida a sua honestidade, o que ajudou a rebentar-lhe o

coração. Na paz do seu gabinete teria erguido novas páginas de ficção ou de história oitocentista, longe da agitação e de consciência tranquila e talvez ainda fosse do nosso mundo. Devo à sua memória provas de real amizade e, por isso, estou profundamente triste.»

Eu sabia que Marcello estava sentido com Rúben Leitão, pelas opções políticas que este tomara nos meses que precederam o 25 de Abril. Mas não duvidava que mantinha dele a lembrança que enobrece os homens bem formados. Em carta de 23 de Outubro respondia: *Muita pena tive do Rúben. Era aqui muito conhecido e foi profundamente sentida a sua morte.* Dir-me-ia mais tarde que em 1972 pensara nele para secretário do Instituto de Alta Cultura, dada a experiência do estrangeiro de quem fora leitor em Oxford e conhecia bem a realidade cultural europeia e brasileira. Marcello Caetano agradecia-me depois o volume I dos *Itinerários del-Rei D. João II (1481-1488),* que saíra em edição da Academia Portuguesa da História, para depois rematar com melancolia: *Os* Itinerários *são base indispensável para sérios estudos históricos. Aqui não tenho nada e nada ou quase posso fazer. Tanta coisa que reunira a pensar nos anos de aposentação! Acabou, não se fala mais nisso.*

Na mesma carta defendia Marcello Caetano o culto da história como indispensável ao sentimento da justiça que o mundo haveria de prestar a Portugal. Mostrava-se atónito pelo facto de alguns intelectuais de formação universitária terem cedido à campanha de malevolência que o internacionalismo de sinal contrário erguera contra o nosso País. Propunha uma investigação séria para um dia a história colocar as pedras do xadrez no sítio exacto. O futuro haveria de demonstrar o erro das teses anticolonialistas que se opunham ao conceito de nação ecuménica que Portugal sempre fora. A ambição, a vaidade ou o snobismo tinham em muitos casos substituído a inteligência que cabe aos homens afirmar na defesa dos valores próprios e da comunidade a que pertencem. Censurando a «descolonização exemplar» que conduzira à entrega do nosso Ultramar aos interesses imperialistas dos Estados Unidos e da União Soviética, dizia Marcello Caetano não perdoar aos que tinham permitido, com consciência ou sem ela, um crime tão nefando contra o corpo secular da Nação: *No meio do afundamento em que soçobrou a Nação Portuguesa, com a dissolução do carácter da quase totalidade do seu povo, é consolador verificar que restam de pé algumas pessoas que não trocaram a alma nem vergaram a espinha e dão exemplos admiráveis de nobreza. São muito poucas [...] Mas os que conheço entregam-se ao trabalho quase com frenesim, tentando por um lado encontrar energias morais e por outro salvar da derrocada a única coisa digna que ainda resta a Portugal, o seu passado longínquo, do tempo em que havia espírito de missão, hierarquia social, capacidade de sacrifício e de devoção pela colectividade. Os cobardes não imperavam, a traição*

não era exalçada ... Outros tempos, outros costumes, outras gentes.

Em Outubro recebeu a visita do Prof. Augusto de Ataíde, que acabara de obter o mestrado de Administração na Escola Superior de Fontainebleau. Aluno distinto de Marcello Caetano na Faculdade de Direito, fora por este chamado ao governo em Janeiro de 1970 como subsecretário de Estado da Juventude e Desportos, passando em Abril de 1973 a sobraçar a Secretaria de Estado da Instrução e Cultura. Tendo permanecido na equipa de Veiga Simão até ao 25 de Abril, seguiu depois para França e no ano seguinte foi instalar-se no Brasil, dando aulas e fazendo a livre-docência na PUC. A partir de 1977 o Prof. Augusto de Ataíde passou, a convite do Prof. Francisco Mauro Dias, a reger a cadeira de Direito Administrativo na Universidade Gama Filho, circunstância para que concorreu a sua formação jurídica e por ser oriundo da escola de Marcello Caetano. Com o antigo mestre guardou relações cordiais, indo sempre cumprimentá-lo ou deixar-lhe o seu cartão nas épocas festivas de cada ano.

A agenda do mês de Outubro aponta outras visitas. Assim sucedeu com o Dr. António Alçada Baptista e o jornalista Dutra Faria[1]. Vindo de França, demorou-se uma semana no convívio de Marcello o seu velho amigo Manuel Queirós Pereira. Também lhe foi de grande prazer a visita da sobrinha Rosarinho Sanches e do Eng.° Vasco Marques, que o acompanharam numa visita ao Jardim Botânico. Por esse tempo foi visitar a esposa do almirante Henrique Tenreiro, que se encontrava muito doente. Foram então muitos os amigos brasileiros, na eminência de deixarem o Rio em busca de férias, que convidaram Marcello Caetano a partilhar das suas mesas[2]. A sua agenda mostra que não pôde declinar um bom número de convites, por parte de colegas e amigos que lhe queriam manifestar sentimentos de hospitalidade.

6. O SEGUNDO NATAL NO RIO

Nos fins de Novembro de 1975, sentia Marcello as fadigas decorrentes de um ano de intenso trabalho. Não eram apenas os cursos na Universidade Gama Filho que o forçavam a uma preparação cuidada, nem a assistência semanal que dava ao Instituto Histórico. Também

---

[1] Alguns outros nomes referidos: o Eng.° Ramiro Guedes de Campos, D. Maria Luísa Drummond, Dr. Nuno Neves, Dr. Álvaro Lara, Prof. Nuno Espinosa Gomes da Silva, Eng.° António de Sousa Máximo, Eng.° Rui Sanches, Dr. Alexandre Carvalho Neto, D. Filipa de Vilhena Arantes Pedroso, Dr. António Amaro de Matos e D. Maria Helena Figueiredo Lima.

[2] Para apenas referir os Profs. Pontes de Miranda, Pedro Calmon, Raimundo Moniz de Aragão e Clóvis do Couto e Silva, de visita ao Rio de Janeiro, o Dr. Bilac Pinto, antigo governador de Minas Gerais, e o Dr. Odylo Costa Filho.

o cansavam as permanentes solicitações da vida social, não referindo já a redacção das *Minhas Memórias de Salazar,* em que trabalhava todas as manhãs e nas horas livres do fim-de-semana. Enfim, meticuloso como sempre fora com o seu correio, uma ou duas horas por dia eram para responder às muitas cartas que lhe chegavam de Portugal, vindas em grande parte de gente humilde e que traziam uma palavra de conforto ao antigo chefe do Governo.

A 4 de Novembro proferiu Marcello Caetano uma conferência na Faculdade de Direito da Universidade Federal, que contou com grande assistência de mestres e alunos. Versava o tema *A origem luso-brasileira do mandado de segurança,* texto quase idêntico ao da lição que dera em Agosto passado, na Universidade de Porto Alegre. No dia 21 visitou a reitoria daquela Universidade, sendo acolhido com deferência pelo reitor Hélio Fraga, que agradeceu a colaboração por ele prestada ao departamento jurídico. Marcello Caetano esteve depois no Gabinete Português de Leitura, cuja biblioteca percorreu na companhia do comendador António Rodrigues Tavares e dos restantes membros da direcção. Passou em seguida à Beneficência Portuguesa e, na companhia do grande amigo Aventino Lage, à Casa de Portugal. Em toda a parte recebeu expressivas demonstrações de estima e respeito. Tivera já então a alegria de estreitar seu irmão Nuno que chegara ao Rio na companhia da esposa, para passar o Natal em família. Também Nuno Caetano sentia um verdadeiro culto pelo irmão mais velho, de quem fora secretário quando Marcello sobraçou a pasta das Colónias e a quem sempre esteve muito ligado[1].

Decidiu o presidente do Instituto Histórico e Geográfico celebrar a 10 de Dezembro o primeiro centenário do escritor Carlos Malheiro Dias, que no período de 1910 a 1930 fora um dos obreiros da aproximação luso-brasileira. Para fazer o elogio do homenageado foi escolhido Marcello Caetano, na dupla qualidade de vice-presidente do Instituto e de compatriota. Vindos para a cerimónia, estavam a filha do escritor, D. Maria Luísa, e seu marido, o Eng.º Ramiro Guedes de Campos. Encheu-se o vasto salão nobre, vendo-se na mesa o presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde, o comendador António Rodrigues Tavares, em representação do Gabinete Português de Leitura, além de outras figuras de destaque na vida social e intelectual do Rio de Janeiro[2].

Apresentado em termos calorosos por Pedro Calmon, o orador agradeceu o honroso convite, exprimindo ao presidente da sessão

---

[1] A agenda indica, entre outros, os nomes do Eng.º Rui Sanches, do Dr. Manuel Vinhas, do Dr. Francisco Elmano Alves e do Dr. Haroldo Lins e Silva, entre as pessoas que o visitaram em Dezembro.

[2] *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* n.º 309, Outubro-Dezembro de 1975, Rio de Janeiro, 1976, p. 215.

a satisfação deste momento que junta aos anteriores da sua amistosa conversa com os ilustres sócios do Instituto. A lição de Marcello Caetano foi um deslumbramento para o auditório, pela maneira objectiva e elegante como apresentou o homem, o escritor e o português. Referiu-se com relevo à obra de romancista de Malheiro Dias, mas acrescentou que o seu contributo de maior valor para a comunidade foi a direcção da *História da Colonização Portuguesa do Brasil.* Definiu esta obra como um dos grandes monumentos culturais na aliança entre os dois povos, a qual fora apenas possível graças ao comendador Albino de Sousa Cruz, que Marcello Caetano elevou como um verdadeiro mecenas da amizade luso-brasileira.

A concluir a sua conferência, disse o orador: *Com a sentença de um ilustre historiador brasileiro (Rocha Pombo), encerro este processo. Posso concluir que Carlos Malheiro Dias foi historiador. E atrevo-me até a afirmar que, por muito valiosa que seja a sua restante obra, são os capítulos da* História da Colonização Portuguesa *que mais o dignificaram como homem de letras e mais perdurarão na memória de quantos, nas duas Pátrias onde viveu, amou e sofreu com o apaixonado arrebatamento próprio do seu carácter, se debruçarem sobre essas páginas onde a contida serenidade da missão que a si próprio se impusera não consegue ocultar o propósito de, por sobre contingentes divergências, consolidar os laços perenes que ligam Portugal e o Brasil*[1].

Pedro Calmon, com a grandeza do seu estro, não deixaria na saudação final de mostrar o sentimento de agrado que a lição de Marcello Caetano deixara nos assistentes. Frisou bem o presidente do Instituto: «Considero magistral a contribuição que Marcello Caetano fez sobre o processo histórico montado por Carlos Malheiro Dias. Marcello Caetano e Malheiro Dias são dois lusitanos que amaram o Brasil. O centenário não podia passar despercebido. Demos a palavra a quem melhor dele falaria.» Assim celebrou o Brasil uma efeméride que a cultura portuguesa, devido à instabilidade do período gonçalvista quase por completo ignorou. Mais uma razão para se considerar o Brasil como o fiel depositário de muitas tradições comuns.

Nas vésperas do Natal foi Marcello cumprimentar o almirante Tomás a Copacabana, passando pelo Mosteiro de São Bento para saudar o D. Abade e os monges amigos. No dia 23 esteve com Pedro Calmon, que celebrava o 73.º aniversário, e no dia seguinte foi a casa do almirante Henrique Tenreiro e jantou com a família de D. Fernanda Pires da Silva, estando ali também presentes o almirante Tomás e a família. O dia 25 foi passado com os irmãos Olga, Nuno e António, o filho José Maria, a nora Maria Laura, as cunha-

1 Marcello Caetano, «Carlos Malheiro Dias, Historiador», *ibid.*, n.º 312, Rio de Janeiro, 1977, pp. 269-282.

das e as netas Gigi e Maria. A meio da tarde encerrou-se no escritório para rever a última parte do manuscrito que trazia entre mãos. Na agenda do dia 26 pôde escrever: *Acabaram de ser dactilografadas as* Memórias. Essa obra, consagrada às suas relações com Salazar, viria a lume com grande êxito nos meados de 1977, como a seu tempo veremos.

Ainda nesse dia teve Marcello Caetano a visita de Francisco Casal Ribeiro, também a sofrer as agruras do exílio, que nunca deixou de lhe manifestar sentimentos de alta consideração. Convidou para jantar dois antigos alunos: o Dr. Duarte Ivo Cruz, que fizera parte do seu último Ministério, e o Dr. Mário Quartim Graça, a quem o uniam laços de especial amizade. Na tarde do dia 30 saiu Marcello de propósito para voltar a Copacabana, a fim de desejar ao almirante Tomás e a sua esposa e filha um feliz ano. Seguiu depois para o Instituto Histórico e Geográfico, para saudar os funcionários da instituição que sempre o rodearam das maiores atenções. Embora desejasse no íntimo ficar em casa, não pôde recusar o amável convite da família Pontes de Miranda para jantar na noite de S. Silvestre no Restaurante Open. O venerando jurisconsulto fizera questão de ter Marcello Caetano e D. Olga junto dos seus, para lhes exprimir bons votos no dealbar do Ano Novo. Nesse convívio amistoso terminou para ele 1975.

CAPÍTULO V

CORRESPONDÊNCIA E APONTAMENTOS
1976

1. O REENCONTRO COM O PROF. SILVA CUNHA

No espólio que recebemos dos filhos de Marcello Caetano falta a agenda do ano de 1976. Não podemos assim reconstituir alguns traços da sua vida, pelo que urge lançar mão da sua correspondência e de informes de valor indirecto acerca do seu labor académico no Brasil. Nesse ano Marcello concedeu duas entrevistas ao jornal *Mundo Português,* do Rio de Janeiro, que tiveram larga audiência naquele país, mas devido à oposição dos movimentos sindicais, diminuta repercussão em Portugal. Foi preciso que a Editorial Verbo reunisse as entrevistas em volume [1], para que o depoimento histórico de Marcello fosse amplamente divulgado. De qualquer forma, somos os primeiros a reconhecer a carência noticiosa deste capítulo, que só o aparecimento da agenda poderia utilmente colmatar.

Marcello Caetano aproveitou as férias de Janeiro para trabalhar nas reedições do *Direito Administrativo* e na publicação das *Minhas Memórias de Salazar.* Uma vez por semana deslocava-se ao gabinete da Gama Filho, para organizar o plano de aulas e prover no arranjo da sua biblioteca que esperava com ansiedade lhe fosse enviada de Lisboa. Como episódio marcante desse período, coloca-se a chegada do Prof. Joaquim da Silva Cunha, na madrugada de 10 de Fevereiro, ao Aeroporto do Galeão. Vinha de Madrid e ainda fortemente marcado pela tragédia de que fora uma das vítimas mais dolorosamente atingidas. Marcello Caetano escrevera a várias Faculdades de Direito a interessar-se pelo antigo colaborador que pretendia dedicar-se ao professorado no Brasil. Uma razão ocasional impediu-o de acorrer ao Galeão, mas aguardava Silva Cunha em casa para lhe dar o reconforto que ele merecia. Estiveram juntos até ao meio da tarde, quando o recém-chegado seguiu com destino a São Paulo.

Que se teria passado no encontro entre os dois homens unidos

---

[1] O volume tem por título *O 25 de Abril e o Ultramar. Três entrevistas e alguns documentos,* Verbo, Lisboa-São Paulo 1977.

por tantos laços de amizade e que o 25 de Abril condenara ao mesmo infortúnio? Decerto, um conjunto de evocações em que as boas lembranças de outrora haveriam de se juntar ao sofrimento moral em que estavam a viver. Nos encontros de 1973 eu ouvira de Marcello Caetano expressões de apreço pela fidelidade do antigo discípulo e colaborador nas tarefas do Governo: *homem devotado ao País e à função que exerce e pessoalmente muito leal.* Mas, anos volvidos, impressionado com o afastamento de Silva Cunha, que já então dera a lume a obra *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*[1], inquiri de Marcello Caetano as razões do estranho divórcio que o seu ministro publicamente lhe manifestava e que eram de molde a prejudicar a imagem política de ambos aos olhos da opinião pública.

Sentindo-se profundamente magoado com as insinuações contidas naquele livro, Marcello não escondia a tristeza imensa de ver que o Prof. Silva Cunha não soubera reagir ao ambiente de intriga que reinava entre os nossos emigrados de Espanha e do Brasil. Tudo atribuía aos sofrimentos pessoais e familiares por que ele infelizmente passara. Mas entendia não ser justo que um seu antigo ministro viesse pôr em causa as linhas de actuação que sempre o animaram na chefia do Governo. Convencia-se cada vez mais que uma facção de exilados queria fazer dele o bode expiatório das culpas do 25 de Abril. Contra essa campanha se propunha reagir, por todas as vias ao seu alcance, em defesa da honra ultrajada, pois nada tivera a ver com o movimento revolucionário. E a propósito do livro de Silva Cunha escrever-me-ia: *[...] Aquilo que ele diz não saber acerca do comportamento que tive no dia 25 de Abril, contei-lhe eu durante os 20 dias que estivemos juntos, sob prisão, no Funchal e na mesma ocasião em que ele contou as duas fugas a que nesse dia fora forçado com os ministros militares, a primeira do Terreiro do Paço para Cavalaria 2 e a segunda, de helicóptero, no meio das ameaças da soldadesca, desse regimento para Monsanto. Mas ainda que se tivesse esquecido do que ouviu então, podia ter-se esclarecido quando no dia 10 de Fevereiro de 1976 chegou ao Rio de Janeiro, vindo de Espanha, e passou toda a manhã e parte da tarde comigo, em minha casa, até seguir para São Paulo; podia ter tirado as dúvidas lendo as entrevistas que em Julho desse ano de 1976 dei ao* Mundo Português, *jornal aqui do Rio que ele leu; podia ter perguntado de São Paulo por escrito ou até pelo telefone [...] Confrange-me mais este afundamento moral [...]*[2].

---

[1] Publicado pela livraria Atlântida de Coimbra, em Agosto de 1976. Embora de forma menos severa, o Prof. Joaquim Silva Cunha continua a sustentar a responsabilização de Marcello Caetano no movimento revolucionário, no seu recente livro *Ainda o 25 de Abril*, Lisboa, 1984, pp. 125 e segs.

[2] Carta de Marcello Caetano para o autor, Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 1977.

Em Fevereiro de 1976 o seu espírito tinha reencontrado uma certa acalmia, em grande parte devido aos estudos jurídicos a que se dera de alma e coração. Havia meio século que o Direito era o seu campo preferido de trabalho, nele gozando de uma auréola que se estendia a todo o Brasil. Mas a calma que Marcello Caetano aparentava nesse período não era, nem podia ser, a do homem realizado, antes a de uma pessoa que vivia imersa numa serena melancolia. A sua alma enchia-se cada vez mais de tristes lembranças, num conformismo de vida em que a presença de alguns familiares lhe servia de consolo. Em carta de 15 de Fevereiro dizia-me: *por aqui vou vivendo com saúde, graças a Deus, adaptado ao clima e ao meio e trabalhando bastante para encher o tempo e esquecer as mágoas. Chego ao fim da vida tendo perdido Pátria, valores morais e materiais, sonhos, ideais, aspirações. Mesmo assim não me queixo. Fui aqui bem recebido, sou bem tratado, ganho a vida sem me faltar o pão nosso de cada dia, tenho amigos, e até já junto à minha volta de vez em quando razoável número de pessoas de família...*

Era tudo ou muito para lhe encher a vida? Talvez se pudesse afirmar que Marcello atingira um novo estado de alma em que a vida pouco já contava para ele. É a partir de 1976 que o velho lutador, ainda que de maneira velada, começa nas suas cartas a falar da morte como refúgio do sofrimento moral em que muitas vezes se sentia mergulhado. Dir-se-ia que perdera já o gosto pela existência, ele que fora sempre um homem de vontade firme e, até pelos sentimentos religiosos, alguém que queria dignificar a vida como itinerário do cristão para a morte. A um familiar exprimia idêntico conformismo de quem sente que perdeu as energias para prosseguir a luta: *[...] Para alguém que chegou à minha idade e a esta situação, que poderia querer mais? Morrer. Esse é o meu desejo mais ardente, mas não está na minha mão* [1].

2. RELAÇÕES COM A ACADEMIA DA HISTÓRIA

Marcello Caetano fazia então diligências no sentido de estreitar as relações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com a Academia Portuguesa da História, de que era com Damião Peres o único dos fundadores vivo. Chamava a minha atenção para a necessidade de reavivar a chama de ideal comum, acolhendo na Academia ulissiponense os membros daquele grémio que trabalhavam com ardor na história luso-brasileira. Havia cadeiras de titulares a preencher e outras de correspondentes de há muito vacantes. Bem merecia essa

---

[1] Carta a sua cunhada D. Maria Antónia Barros, de 20 de Fevereiro de 1976, cuja divulgação agradecemos à ilustre senhora.

aproximação Pedro Calmon, que ao longo dos anos tantos testemunhos dera de amor a Portugal. Marcello mostrou-me as vantagens intelectuais desse intercâmbio com o Brasil, organizando-se colóquios e reuniões de trabalho que aproximassem, pelo culto da história, os dois países. Foi assim, desde 1976, o grande motor do reencontro das duas instituições, para o que também contribuiu o entusiasmo lusíada do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A 5 de Fevereiro, por intermédio do Eng.º António de Sousa Máximo, dizia-lhe do meu empenhamento no projecto, a que tinham aderido os membros do Conselho Académico. No dia 23 de Fevereiro escrevia-me: *O colóquio que o Instituto Histórico projecta coincidirá com outro que está a organizar acerca da luta pela incorporação definitiva do Rio Grande do Sul em 1776, creio também que ligado ao Tratado de Santo Ildefonso de 1777. É importantíssimo que os portugueses tragam a respeito da acção portuguesa no Rio Grande comunicações sérias, se possível com documentos novos. Suspeito que estarão presentes historiadores uruguaios. O caso dos Sete Povos das Missões Orientais tem muito interesse, bem como a Colónia do Sacramento. E dos tratados de limites nem se fala, pois tocam-nos de perto.* Enviava juntamente o currículo do Dr. Moysés Moraes Vellinho, biógrafo de Rafael Pinto Bandeira e intemerato defensor da acção portuguesa no Rio Grande do Sul, a fim de eu diligenciar na sua entrada para a Academia da História. E prometia mais informações do Instituto, logo que terminassem as férias.

Marcello Caetano dizia ter grande prazer nas minhas notícias. A esta carta respondi em 5 de Abril, com os votos de feliz Páscoa e a indicação de que a Academia estava a envidar esforços para em Agosto levar uma grande representação ao Brasil. Tudo dependia do apoio financeiro da Secretaria de Estado da Cultura, pois a proposta feita havia dois meses ao respectivo titular, Dr. David Mourão-Ferreira, ainda não obtivera deferimento. Informava depois Marcello Caetano de me encontrar a redigir o I volume da *História de Portugal,* «obra feita com amor a Portugal, mostrando a Nação que fomos — como e porque fomos — para dela se extrair a lição que o presente impõe». Dizia-lhe ainda que consumia na redacção semanas e meses, aproveitando o forçado afastamento a que me tinham compelido da Universidade. E desejando-lhe bem-estar e longos anos de vida, para servir Portugal onde a sua acção fosse julgada mais útil, eu concluía: «A hora da reconstrução nacional há-de vir. Eu nunca deixo de chamar a atenção dos que me ouvem para certas palavras proferidas antes de 1974 e que, a serem compreendidas, nos teriam evitado muitas desgraças. Paciência! As nações, como os homens, só aprendem à custa da própria experiência, que passa muitas vezes pela estrada do sofrimento. E quando se arrependem, é tarde demais. Como poderemos sair desta noite escura e sobreviver como Nação?»

Respondeu-me Marcello a 20 de Abril, dizendo compreender a minha amargura, pois também ele assistia de longe ao espectáculo de anarquia governativa que nunca pensara ser possível. Depois acrescentava: *A democracia pode ser o governo ideal para povos maduros e com a consciência bem formada de que esse regime implica mais deveres e menos direitos. Mas no nosso, em que a liberdade se entende como o meio dado aos homens de fugir ao império da lei, como é possível fazer singrar um país na senda do progresso? Pela via aritmética, clamando que são eleitos pelo voto popular, vemos alçados ao poder analfabetos, traidores e desonestos que conhecemos de longa data. Alguns nem serviam para criados de quarto e chegam a presidentes de câmara, a deputados, a governadores civis e mesmo, quando não querem, a ministros. Quem pode governar bem um país se não tem competência nem preparação para isso? Mas os partidos ordenam que assim se proceda e o interesse nacional não reage em contrário. Chamem a esse regime de liberdade incontrolada o que quiserem, mas não ofendam o nome sagrado da democracia, que pode ter muitos defeitos mas não esses que os senhores dos partidos fomentam em benefício próprio e das suas clientelas.*

Foi também de apreensão a minha carta de 7 de Maio, em que dizia estar afastado de tudo que não fosse o convívio académico e a minha obra de historiador: «a confusão na vida universitária é tremenda e eu recuso-me a participar no que quer que seja. Que se avenham com o país que destruíram e não me perturbem na vida interior que desejo manter». Informava depois Marcello Caetano que a Academia Portuguesa da História não tivera ainda resposta para a verba solicitada de 240 contos, que permitisse a uma delegação de oito membros deslocar-se ao Rio de Janeiro. De momento, a nossa participação no Colóquio Luso-Brasileiro organizado por Pedro Calmon estava comprometida. Na parte final da carta, dizia ao meu correspondente: «Assim vivemos nesta desolação em que o espírito apenas resiste no isolamento do trabalho, convivendo-se pouco ou nada, pois os bons amigos são poucos e todos os dias sofremos o fel de novas desilusões. Todos se apregoam de democratas, mesmo os que comeram lautamente à mesa do antigo regime. Deixá-los fartar com as centenas de toneladas de ouro a que chamam jocosamente de «pesada herança», para o regabofe que ainda vai durar uns bons meses. Depois, o prémio da bebedeira em que se vive será o afundamento.»

Após uma conversa minha com o Dr. David Mourão-Ferreira, a quem mostrei as vantagens de o nosso país participar no Colóquio do Instituto Histórico, a Secretaria de Estado da Cultura concedeu a verba de 120 contos para três membros da nossa Academia se deslocarem ao Rio. Já então Marcello Caetano tinha envidado esforços para que, além da estada, o Instituto de Pedro Calmon chamasse a si o encargo das deslocações. Por delicadeza para com os meus colegas da

Academia, mas pretextando motivos de saúde, escusei-me à viagem e propus para a representação académica o Prof. António da Silva Rego, o padre António Brásio e o Dr. António Banha de Andrade. Assim se constituiu o que os colegas do Instituto chamaram, com a habitual graça brasileira «a embaixada dos três Antónios»[1].

Tive de exprimir a Marcello Caetano a pena que me causava não o poder abraçar. Mais ainda do que a presença no colóquio, que me dava o ensejo de rever amigos e actualizar o conhecimento da história do Brasil no século XVIII, ia perder a oportunidade do seu convívio. Mas logo acrescentava: «os desgostos não matam, mas moem, e eu tive de pagar o meu tributo com uma perturbação hepático-digestiva que me trouxe seriamente preocupado». Marcello Caetano respondeu em 6 de Julho, afirmando que a minha carta o deixara desolado: *O pior, porém, são as razões pelas quais o meu Amigo não vem. Eu estou convencido de que a saída por dez ou quinze dias desse inferno e dessa tensão de nervos só lhe podia fazer bem. Aqui o pouparíamos a demasias gastronómicas e lhe asseguraríamos repouso e amizade [...] Que pena não vir! Mas não se pode ir contra a autoridade dos médicos. Paciência!*

Soubemos depois que a minha decisão o tinha desgostado, pelo que não apareceu nas reuniões. Marcello Caetano depositava sem dúvida uma confiança excessiva na minha participação, quando eu nem sequer tinha disposto de tempo para preparar uma comunicação dentro do temário do encontro. O padre António da Silva Rego e o Dr. António Banha de Andrade estiveram na Rua Cruz Lima a apresentar cumprimentos a Marcello Caetano. Ali deixaram uma mensagem com o testemunho de fidelidade da Academia Portuguesa da História a quem era seu titular fundador e presidente de honra. Ainda na carta de 18 de Julho não deixou Marcello Caetano de exprimir a sua tristeza pela minha ausência do simpósio. Mas essas palavras de teor íntimo não pretendo revelá-las.

3. EM DEFESA DA HONRA DE GOVERNANTE

Ao publicar nos finais de 1974 o *Depoimento*, julgava Marcello Caetano que o seu falado envolvimento no 25 de Abril era um assunto arrumado. As facções da direita não o tomariam mais como bode expiatório das culpas do antigo regime no deflagrar do 25 de Abril. Por parte de muitos que tinham aderido aos partidos centrista e

[1] Do Colóquio publicaram-se, por iniciativa conjunta do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e do Instituto de Geografia e História Militar, 4 volumes de *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*, Rio de Janeiro, 1979.

social-democrata, era ainda visto como o culpado da revolução, pois não cumprira as esperanças da «Primavera marcelista». Propalavam outros que ele ficara prisioneiro da reacção, sem querer abrir as vias democráticas do futuro. Sobre Marcello Caetano recaía, no dizer dos adversários, o descrédito inteiro pelo regime vencido. Também alguns dos seus ministros se diziam «abandonados» por ele, queixando-se que o antigo presidente do Conselho nem duas breves linhas lhes enviara do Brasil. O Dr. Lopo Cancela de Abreu, ministro da Saúde no seu primeiro Governo e que sempre lhe foi dedicado, não deixou de o informar que entre os antigos colaboradores era corrente esse estado de espírito: o exílio fora para Marcello uma tábua de salvação, enquanto os amigos eram deixados à sua triste sorte...

Um dos grandes amigos de Marcello, sem dúvida o mais íntimo na família da esposa, fora o Eng.º Paulo de Barros, técnico muito distinto no ramo da electricidade e que em 1969 não sobrevivera a uma crise de leucemia. Com a perda do cunhado, Marcello Caetano sofreu um desgosto que muito o abalou. Anos volvidos ainda falava do Eng.º Paulo de Barros com profunda saudade, considerando que nele tivera um irmão extremoso. A sua cunhada D. Maria Antónia continuou a dispensar o maior desvelo, a ponto de lhe abrir em vários momentos a sua alma de exilado. Mal recebeu a carta de 10 de Abril de 1976, logo esta senhora me pôs ao corrente do estado de alma de Marcello, que não compreendia o silêncio em que os amigos de Portugal envolviam o seu nome:

...Mas tudo é bem pouco, quando se verifica a traição dos que se diziam amigos ou, pelo menos, a pusilanimidade daqueles de que havia o direito de esperar uma palavra pública de desagravo e de justiça. De modo que cá vou andando, com esse tal aspecto físico que todos me gabam, mas sem gosto pela vida. A alguém que me dizia «mas Você vive bem, está rodeado de consideração, etc. etc. ...» respondi: «É. Não me queixo da maneira como vivo. Queixo-me de viver.» Marcello Caetano sentia, no fundo, o estado de espírito do homem impotente para defender o bom nome ultrajado ou esquecido, quando muitos dos que tinham essa obrigação moral não erguiam a voz em sua defeza e, até em muitos casos, lhe assacavam as culpas de não ter evitado a queda do regime.

Marcello Caetano não podia conter a indignação, à medida que chegavam ao Rio os ecos da campanha para o denegrir. Em vez de compreenderem o sentido de esquerda da revolução, os seus críticos tomavam a via fácil do ressentimento pessoal, como se ele fosse o culpado das agruras de vária ordem por que estavam a passar. Marcello entendia não ser o pára-raios de ninguém, pois cada um assumira em tempo oportuno as suas opções e as inerentes responsabilidades. Tomava como ultrajante essa campanha que já atingira muitas camadas da população, onde sempre encontrara os seus mais fiéis adeptos.

Brasileiros que voltavam de férias em Portugal tinham-no informado da versão de alguns motoristas que já o viam também como responsável do 25 de Abril e conluiado com os seus promotores. Sofria com tanta injustiça e, sobretudo, por em Portugal não terem dado ao *Depoimento* o crédito inteiro que o livro merecia.

Como também eu lhe fizesse saber o que era voz corrente, pedindo para ser firme no desmentido, Marcello Caetano teve uma das suas arremetidas de tribuno, flagelando os que mal lhe queriam. E escrevia: *Então os meus amigos ignoram que no dia 25 de Abril, após ter feito todos os esforços para defender o regime sem ter encontrado quem se quisesse bater, fui preso e saí num carro de assalto, entre vaias, do Quartel do Carmo? Ignoram que estive preso no Quartel da Pontinha donde, na madrugada de 26, fui para o aeroporto onde me embarcaram sob escolta num avião militar* ausentando-me *para o Funchal? Ignoram que no Funchal estive vinte dias preso e incomunicável, salvo para receber a minha filha? Ignoram que daí fui outra vez embarcado, apenas com uma mala de bagagem, para o Brasil, onde cheguei sem recursos e quase sem amparo? Ignoram que, para não abandonar quantos comigo colaboraram, ao começar a ler e ouvir o jorro de falsidades e calúnias lançadas sobre todos nós, me lancei, dia e noite, sem ajudas e sem elementos, numa luta que só eu sei a escrever um livro? Ignoram que para o editar tive aqui as maiores dificuldades e sofri vexames, chegando a um estado de desespero que só Deus sabe como consegui vencer? Ignoram que, entretanto, tendo tido a sorte de encontrar emprego numa Universidade com cujo estipêndio posso viver (graças a Deus!), fui forçado a encetar vida nova, privado dos meus livros e dos meus papéis, em tais termos que qualquer trabalho exige um esforço muitas vezes superior ao que teria de desenvolver aí?*

Ao antigo ministro que lhe escrevera de Lisboa a dizer que o *Depoimento* não era um livro completo, respondia Marcello: *E o livro não presta, diz Você. É preciso que eu escreva outro a dizer a verdade verdadeira! Os amigos não sabem como responder às acusações que me são feitas. Olhe, desculpe-me: bolas para esses amigos.* Não podia sobretudo ouvir que tivesse abandonado à triste sorte os seus colaboradores: *Abandonei-os por não ter escrito bilhetinhos com duas palavrinhas ternas! Eu que até hoje fui a única pessoa fora de Portugal a tomar a defesa do regime, do Governo, dos governantes e seus amigos políticos de antes de 25 de Abril!* Se muitos viviam traumatizados, ele não o estava menos com tudo o que sofrera e, ainda por cima, com as vozes carregadas de injustiça que lhe chegavam de Portugal. E a concluir, num fundo desabafo: *Não vale a pena andarmos a atirar as culpas uns para cima dos outros. As razões dos acontecimentos são mais fundas do que as culpas de A ou B. Perdi tudo. Estou numa terra estranha praticamente só, na idade em que*

devia estar reformado, a ganhar a vida e assim mesmo a fazer o que posso (com uma mordaça posta pelo Governo brasileiro, na minha qualidade de asilado político) por Portugal e pelos portugueses que aqui chegam. Se os meus «amigos» julgam que estou a gozar os rendimentos e a frequentar boîtes (como um miserável qualquer aí publicou e houve quem acreditasse) rifem-me. Mais ou menos uma injustiça já não me faz mossa.

De longe os amigos procuravam dar-lhe ânimo, mostrando que devia cuidar da saúde e poupar o coração aos desgostos que moem a alma: *Como posso eu andar bem disposto e feliz quando dessa terra não me chegam senão motivos de amargura?* Mas nem tudo era para Marcello Caetano um motivo de lamentação: *De vez em quando vem uma carta, em geral de gente desconhecida e humilde, cheia de ternura, de saudade, de simpatia. Ou aparece aqui alguma pessoa a visitar-me para me ver e a trazer abraços, muitos abraços de muita gente: «Já que vais ao Brasil, dá lá um abraço meu.»* Estas provas de tocante afecto representavam para Marcello uma doce consolação, porque eram a voz do povo anónimo que lhe fazia justiça, pela ânsia de bem servir que o animara no Governo.

4. A ENTREVISTA DE 25 DE JUNHO AO «MUNDO PORTUGUÊS»

Impunha-se reagir contra a maré negra que ameaçava poluir o seu nome honrado. Nos meios da colónia fez Marcello Caetano diligências para o semanário *Mundo Português* inserir duas entrevistas suas, que vieram a sair nos números de 25 de Junho e 2 de Julho desse ano. Não sabemos quem foi o jornalista que elaborou as perguntas, aliás com uma excelente articulação de problemas e dúvidas, a que Marcello respondeu com a sua reconhecida clareza de pensamento e argúcia crítica. Esses textos são essenciais para compreender a sua actuação no Governo e a maneira como pretendeu evitar a revolução. Também não deixam qualquer dúvida sobre a sua dignidade e patriotismo. Só os mal-intencionados, a quem não interessa que a verdade dos factos se imponha, poderiam minimizar a força dos dois depoimentos ou, mais grave ainda, reduzi-los ao silêncio.

Podia assim referir ao jornalista de que não ignorava as acusações e calúnias de que era objecto: *Mas esse é o destino dos vencidos: todos procuram carregá-los com culpas, todos se apresentam como capazes de ter resolvido facilmente o que eles não puderam fazer... E há tanto louco e tanto patife interessado em baralhar e confundir!* Marcello reconhecia que o problema mais grave do antes 25 de Abril era o destino do Ultramar, que durante cinco anos o preocupara dia e noite, tendo encarado todas as hipóteses para lhe encontrar a justa

solução. Pusera de lado a tese federalista, que defendera até 1961 mas que depois reconhecera inviável, para abraçar a política da autonomia progressiva e participada como a única susceptível de resolver o problema da nossa presença em África. Com a sua aplicação, observavam-se duas condições fundamentais: *garantir a presença activa dos elementos civilizados nos territórios onde habitavam e assegurar a continuidade da cultura portuguesa nesses territórios.*

Assim se formaria uma verdadeira sociedade multirracial nas províncias ultramarinas, caso único na história colonial das nações europeias, para assegurar o desejado convívio das várias etnias. Só que uma política assim concebida levava tempo a realizar (Marcello entendia que em 1975-76 estavam criadas as suas condições de triunfo), evitando-se a entrega pura e simples, como veio a fazer o 25 de Abril. É que *as capitulações vergonhosas podem ter lugar de um dia para o outro,* embora sacrificando as populações e conduzindo a uma retirada sem glória por parte da nação colonizadora. Marcello Caetano não tinha dúvida em afirmar que a política de integração, que muitos sectores da vida nacional queriam realizar a todo o preço, já não tinha viabilidade nos anos de 70. Orientou, pois, a sua acção de governo para obter a pacificação militar que tornasse possível o incremento da autonomia na África Portuguesa: *para que pretos e brancos colaborassem em todos os aspectos da vida, incluindo no Governo e na Administração, e na continuidade da cultura portuguesa dentro de uma comunidade .lusíada.*

Foi a política de cedência do 25 de Abril, em nome de falsos princípios que apenas escondiam a ambição das nações neocolonialistas, que impediu o triunfo da concepção autonómica com base nas raízes nacionais, que a partir de 1975 teria dado os melhores frutos. Qualquer mudança de sistema político que conduzisse à perda do ultramar era impensável para Marcello Caetano. *O País condenava o entreguismo,* repetia, querendo salvar os valores humanos e nacionais que o Ultramar representava para todos. Pactuar com movimentos subversivos que eram apoiados por grandes forças internacionais, para sacrificar as terras de África onde muitas gerações de colonos tinham investido as reservas do corpo e da alma, assemelhava-se para Marcello a uma traição à Pátria: *Se eu tivesse fraquejado e consentido em negociações em que do lado dos terroristas estaria o peso de todas as potências que os apoiavam e da opinião pública internacional, eu teria caminhado para a capitulação desonrosa e para acordos, como os que foram depois assinados, que não valeriam coisa nenhuma. E hoje não dormiria pela intranquilidade de consciência.* Que os responsáveis do 25 de Abril o tivessem feito, ficava a decisão à sua consciência para poderem ser julgados no tribunal da história, pelas mortes e violências que tinham deixado perpetrar sobre populações indefesas. Aos fautores da revolução, apenas a eles, teria a Nação de

pedir contas *pela onda de violência racista que em poucos meses destruiu uma obra material e moral de séculos.*

Marcello Caetano previa ainda que, uma vez resolvido o problema do nosso futuro em África, se caminhasse em Portugal para a constituição de blocos partidários de acordo com as grandes opções do povo português. Repugnava-lhe que se desse o nome de ditadura a um regime que não era de autoridade, mas propriamente de cariz paternalista: *Não fui ditador. Agi dentro do condicionalismo da legalidade muito mais respeitador do espírito, e até de formas [...] da democracia do que a maioria dos Governos que se apresentam como modelos democráticos.* Na primeira entrevista não foi mais longe no raciocínio. Mas quem com ele privou de perto sabe que Marcello Caetano não excluía a hipótese, logo que em África fosse coroada de êxito a autonomia progressiva e participada, de abrir vias de diálogo que permitissem o acesso de novas correntes à vida política para o regular funcionamento das instituições. O caminho da democratização estava à vista, ampla e verdadeira, no pleno respeito pelos nossos direitos no Mundo.

5. A ENTREVISTA DE 2 DE JULHO

A segunda entrevista ao *Mundo Português* aborda o problema mais candente das causas próximas do 25 de Abril. Desde a formação do Movimento dos Capitães à revolta de 16 de Março de 1974 no regimento das Caldas da Rainha, o entrevistador busca conhecer as responsabilidades do Governo de Marcello Caetano. Porque manifestou este demasiada tolerância para com os fautores da desestabilização que se fazia sentir nas Forças Armadas? Porque permitiu que um movimento reivindicativo tivesse desaguado numa revolução que abalou todas as estruturas do País? Marcello reafirma o que escrevera no *Depoimento,* mostrando que o Movimento dos Capitães, que apenas se pretendia de carácter profissional, tivera a cumplicidade de muitos responsáveis da hierarquia militar. Entendiam estes que não se devia proceder disciplinarmente contra os oficiais do quadro, por muitos deles estarem em comissões na Guiné, em Angola e em Moçambique. As reuniões dos militares faziam-se com extrema prudência, pelo que não chegavam à Direcção-Geral de Segurança informações completas sobre a marcha do movimento. Não tinha, porém, dúvidas de que a revolução tivera a conivência de oficiais superiores: *De resto, os conspiradores estavam nos quartéis-generais, eram ajudantes dos comandantes e soube-se depois que o* comité *coordenador acabou por funcionar no próprio Estado-Maior do Exército.*

Sem o apoio da hierarquia militar, não eram de encarar medidas disciplinadoras por parte do Governo. Tanto mais que o general

Costa Gomes, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, informou o presidente do Conselho de que o Movimento dos Capitães seria dissolvido logo que o Governo desse satisfação às reivindicações em curso. Reprimir o movimento nos princípios de 1974 era solução impensável. Marcello Caetano não deixa de afirmar: *Só então me convenci daquilo que há muito desconfiava e que alguns chefes militares me diziam: de que existia um fosso entre os oficiais mais velhos e os mais novos e de que a maioria dos generais carecia de prestígio entre os seus subordinados.* A sua preocupação fora, em tão difíceis condições, evitar uma grave crise, pois a solidariedade militar não deixaria de agir em defesa própria, caso o Governo desse mostras de jugular o movimento pelo uso da força. Como e com quem? Assim respondia Marcello aos que ainda hoje o acusam de ter sido demasiado condescendente para com a rebeldia dos capitães.

Outro ponto que se impõe realçar na entrevista é o que respeita ao livro *Portugal e o Futuro* do general António de Spínola. Como podia o Governo impedir a sua publicação, criando um escândalo de «livro proibido» que teria inevitáveis repercussões no País e no estrangeiro? Muitos diriam que o Governo não tivera em conta a opinião autorizada de um chefe militar que gozava de indesmentível prestígio e era apenas movido por razões de interesse nacional. Ainda que se tratasse de um livro de tese e que punha em causa a política do Governo, o aval de Costa Gomes fora considerado bastante para a obra vir a lume. Que houve um abuso de confiança por parte do mais alto responsável pelas Forças Armadas, ninguém mais hoje o põe em dúvida. Podia Marcello Caetano demitir os dois generais, como o fez em 14 de Março. Mas impedir a saída de *Portugal e o Futuro,* como muitos críticos iam ao ponto de exigir dele?: *Admiro imenso esses valentes que me acusam de brandura. Vejo-os a enfrentar as Forças Armadas, representadas pelos seus chefes supremos com o apoio dos elementos mais jovens e dinâmicos. Que queriam que eu fizesse? Que os mandasse prender pela Polícia? Que me pusesse a disparar contra eles tiros de revólver?* Logo que saiu a obra, Marcello Caetano ouvira alguns responsáveis da vida política e militar, havendo um ou outro que exigia a pronta demissão dos generais Costa Gomes e Spínola: *mas a maioria, mais bem informada, sabia que os capitães reagiriam imediatamente e aconselhavam prudência. Foi com prudência que prossegui.*

O estadista rotula de infâmia as ligações que lhe foram atribuídas com o movimento das Caldas. A revolta partira de oficiais afectos a Spínola e que assim entenderam reagir contra a exoneração dos dois generais. Marcello Caetano podia ter acrescentado (como mais tarde afirmou) que essa fora uma revolta apenas militar, pelo que os oficiais políticos não apostaram nela, guardando as reservas de insubordinação para o 25 de Abril. Explica depois que sob a orien-

tação do general Andrade e Silva e do coronel Viana de Lemos, respectivamente, ministro e subsecretário de Estado do Exército, se haviam tomado as necessárias providências quanto aos oficiais presos ou suspeitos de envolvimento, de modo a evitar uma nova tentativa como a das Caldas. É evidente que alguns jovens oficiais se mostravam dispostos a reagir em defesa dos colegas sujeitos a julgamento. Todavia, as informações que chegavam ao Governo no mês que precedeu o 25 de Abril eram de plena acalmia na população. O Governo estava atento ao desenrolar da situação e disposto a assegurar a legalidade das instituições vigentes.

A parte mais substancial da entrevista respeita ao 25 de Abril, confirmando Marcello Caetano todos os pormenores já expressos no *Depoimento*. Os leitores ficam a saber a que horas teve o chefe do Governo notícia da revolução, porque seguiu para o Quartel do Carmo e não para Monsanto, quais as ordens que expediu para as forças fiéis se oporem ao movimento, como não pôde impedir o cerco ao Largo do Carmo e em que condições a meio da tarde, sem poder contactar o presidente da República, entregou o Poder ao general Spínola, para que a autoridade legal «não caísse na rua». Marcello confirmava na entrevista tudo o que já escrevera sobre o 25 de Abril. Agira então com o patriotismo que as circunstâncias exigiam, pois abandonou o Poder com a mesma dignidade com que durante cinco anos o exercera. As versões de má-fé que ainda hoje se propalam da sua conduta nada valem perante a isenção e a objectividade do seu relato.

Não quis o entrevistador deixar de ser esclarecido sobre os contactos que Marcello teria estabelecido com o general Spínola antes do 25 de Abril, por intermédio do então ministro da Educação Nacional. Não negou o estadista que por duas ou três vezes tivesse sido procurado pelo Prof. Veiga Simão, que o pôs ao corrente das conversas que tivera no seu gabinete com o já exonerado vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas [1]. Eram informações de circunstância, mas jamais propostas de actuação política que Marcello Caetano nunca teria admitido a um colaborador. O ministro quisera transmitir ao chefe do Governo os rumores que corriam,

[1] A agenda de trabalho de Marcello Caetano fornece dados precisos sobre o assunto e que comprovam a fidedignidade das suas afirmações. Assim: a 11 de Março («Ministro da Educação: conversas com Spínola»); a 21 de Março («Ministro da Educação»); a 2 de Abril («Ministro da Educação: conversas com Spínola»). A última audiência com o Prof. Veiga Simão foi a 4 de Abril, data a partir da qual decidiu substituí-lo na pasta da Educação. Na página de 7 de Março da mesma agenda vem o seguinte dado que reputo de importância: «17,30. General Spínola (pedir desculpa)». Marcello Caetano fez um apontamento sobre o encontro, que publicou em *O 25 de Abril e o Ultramar*, Lisboa, 1977, pp. 125-128, doc. n.º 6.

mas renovando sempre a fidelidade a Marcello no caso de este pedir a exoneração, como se ouvia com frequência. O estadista não esconde na segunda entrevista que Veiga Simão o impressionava pelas repetidas afirmações de dedicação pessoal, pelo que ia ao ponto de o defender quando algumas pessoas lhe diziam que o ministro da Educação andava em conluios com Spínola. Na semana de 4 de Abril compreendeu enfim, na boa-fé de que sempre deu provas, que o Prof. Veiga Simão o queria envolver num jogo político contrário à sua ética de português e de governante. Tal foi a origem da ruptura, que nas vésperas do 25 de Abril estava eminente, com o seu colaborador de quatro anos no Governo [1].

6. O LIVRO SOBRE «O 25 DE ABRIL E O ULTRAMAR»

Tal o conteúdo das duas entrevistas que Marcello Caetano, em 25 de Junho e em 2 de Julho de 1976, concedeu ao semanário *Mundo Português*. Não tiveram elas força bastante para colher audiência em Portugal, onde apenas uma revista de fraca tiragem, a *Ilustração*, publicou excertos da segunda: *Quis ver se algum jornal daí as reproduzia, mas «as mais amplas liberdades» não dão para tanto*. De longe continuava Marcello a sentir a incoerência de uns e a ingratidão de outros, que se mostravam de consciência tranquila por verem nele o bode expiatório que lhes garantia o comodismo das situações: *Mas a campanha continua e magoa-me. Até porque muitos dos que me responsabilizam são os que menos fizeram para deter a onda das ideias esquerdistas e das avançadas dos adversários. E eu, que tenho a consciência de ter lutado sem desfalecimentos, no plano ideológico, na acção diplomática, na condução do Governo, sou o único culpado! Paciência.*

A amizade do seu editor Fernando Guedes, administrador da Verbo, mais uma vez se fez sentir. Numa viagem ao Brasil, no Outono de 1976, ficara impressionado com a tristeza de Marcello Caetano por as duas entrevistas não terem recebido em Portugal a audiência desejada. Fernando Guedes logo procurou obter autorização do *Mundo Português* para reproduzir os dois textos em livro. Só que o entrevistador pôs como condição manter o anonimato, que nunca Marcello Caetano, fiel ao compromisso tomado, divulgou por carta ou em conversa com

[1] Veiga Simão respondeu à entrevista, em carta de 30 de Julho de 1976, que saiu em o *Mundo Português* de 20 de Agosto. Perante o insólito da sua carta, que finalizava com uma referência à «falta de carácter» de Marcello Caetano, respondeu este de maneira violenta no número de 27 de Agosto do mesmo semanário. Veja-se *O 25 de Abril e o Ultramar. Três entrevistas e alguns documentos*, ed. Verbo, Lisboa, 1977, pp. 85-90 e 91-98.

amigos. A pergunta que a esse respeito lhe fiz no Verão de 1978 ficou sem resposta. Também nenhum dos seus familiares me soube a isso responder. Cheguei a pensar em João Alves das Neves, jornalista português que trabalhava em São Paulo, mas sem qualquer prova disso. Entretanto, passara um ano desde as duas entrevistas e acabara de sair o livro do Prof. Joaquim da Silva Cunha sobre o *Ultramar, a Nação e o 25 de Abril,* pelo que a Verbo acedeu em incluir na edição uma terceira entrevista com Marcello Caetano, assim como cartas oficiais que este trocara com o general Spínola em 1973 e no início do ano seguinte. O antigo presidente do Conselho entendia agora revelar esses documentos, que são elucidativos quanto ao teor das relações que então mantivera com o governador-geral da Guiné portuguesa e depois o principal inspirador da revolução.

Assim se preparou o livro *O 25 de Abril e o Ultramar,* que veio a lume no Outono de 1977 e contém o texto das entrevistas acima referidas. Em carta de 28 de Outubro desse ano escrevia Marcello: *A respeito do que me diz acerca da imprescindibilidade de esclarecer a opinião acerca de pontos estupidamente controvertidos, posso informá-lo de que em breve será aí editado um volume com três entrevistas comigo e alguns documentos. Mais livros, não conto escrever. Tanto mais que, a respeito da minha acção governamental, o essencial está contido no* Depoimento, *que eu continuo a pedir aos amigos que releiam agora com mais calma e o espírito mais isento*[1]. Era a sua grande preocupação de longe: que os amigos fossem advogados da sua causa e não deixassem vilipendiar o seu nome.

7. UMA APRECIAÇÃO SOBRE O PAPEL DA IGREJA

A sua correspondência desse período é amargurada e dela se deduz que Marcello Caetano se remetia ao trabalho intelectual para esquecer os desgostos da vida: *Entretanto, vou enchendo o tempo escrevendo livros de Direito.* Em Setembro desse ano recebeu a visita do irmão Manuel José e da cunhada Peregrina. Foi outra grande compensação para o seu espírito, pois não os tornara a ver desde que saíra de Lisboa. O antigo locutor da Radiotelevisão, onde contava bom número de amigos, sofrera o clima de baixas vinganças que naquele departamento da Informação se fizeram sentir com o 25 de Abril. Durante 15 dias pôde assim Marcello Caetano gozar da companhia de Manuel José e da mulher, que acompanhou em longos passeios na cidade e nos arredores do Rio.

[1] Esta carta é de teor quase idêntico à que no mesmo dia enviou ao seu amigo Dr. Lopo Cancela de Abreu, documento que este teve a gentileza de me facultar.

Correspondendo à insistente solicitação de Pedro Calmon, continuava a assistir às reuniões semanais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde sempre lhe ofereciam um lugar na mesa de honra. Os sócios e funcionários envolviam-no em expressões de carinho. Como vice-presidente dispunha de um gabinete no 10.º andar, onde fazia as suas leituras e recebia os amigos. Sabedor da sua competência na matéria, pois fora um dos maiores coleccionadores de Portugal, Calmon pedira-lhe para fazer o inventário do fundo medalhístico do Instituto. Realizou a tarefa de maneira primorosa, «com a nobre gratuitidade, comprovante da sua grande estima à nossa casa», no expressivo dizer do Dr. Manuel de Vasconcellos Pedrosa, pois, além de haver catalogado centenas de medalhas, teve ainda parte activa no arranjo museográfico. Para Marcello Caetano, era a maneira de patentear o reconhecimento para com o douto grémio onde todos o rodeavam de apreço.

Ali proferiu o Prof. Américo Jacobina Lacombe, em sessão magna de 17 de Novembro, uma lição sobre o *Tricentenário da criação do bispado do Rio de Janeiro.* Sob a presidência conjunta de Pedro Calmon e do cardeal D. Eugénio Salles, estando presentes as mais altas figuras da vida religiosa e cultural do Rio de Janeiro, foi Marcello Caetano convidado na sua qualidade de vice-presidente de honra do Instituto, para fazer parte da mesa [1]. Em carta de 26 de Novembro referia-me a cerimónia, acrescentando: *Por sinal que, para celebrar o tricentenário da fundação da diocese do Rio, realizou o Instituto uma sessão solenissima em que proferiu magnífica oração o Prof. Américo Jacobina Lacombe. Mas notando que em 1640 já estava decidida por Filipe III a criação da diocese, observou que os reis espanhóis se tinham mostrado mais zelosos do bem espiritual dos súbditos que os Portugueses, pois só 36 anos depois veio a ser efectivada a criação, decerto pela pressão contrária dos interesses dos colonos a quem não convinha a acção moralizadora da Igreja, aventava ele ...*

Não obstante a grande amizade que sentia por Lacombe, que sempre enalteceu a acção portuguesa no Brasil, não se conformou Marcello Caetano com uma tese que reduzia o papel da coroa na criação de novas dioceses durante a Restauração. Impunha-se demonstrar que Portugal tudo fizera para salvaguardar os direitos espirituais nas possessões do Ultramar; e que fora apenas devido às contingências da longa guerra com a Espanha que esse objectivo não fora fácil de alcançar. Com os primores da cortesia a que Américo Lacombe soube corresponder, Marcello aproveitou a sessão imediata do Insti-

---

[1] *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* vol. 313, Outubro-Dezembro de 1976, Rio de Janeiro, 1977, pp. 323-325. Veja-se a conferência de Américo Jacobina Lacombe, «Bispado do Rio de Janeiro», em *ibidem,* vol. 315, Abril-Junho de 1977, Rio de Janeiro, 1978, pp. 232-250.

tuto para exprimir o seu ponto de vista. Tinha estudado o problema por causa da fundação do Conselho Ultramarino, pelo que lhe era possível fazer justiça à obra portentosa da Restauração no que respeita ao alastramento da fé nos domínios do Ultramar. As barreiras que se opunham à erecção de dioceses provinham da política de Roma e não do desinteresse da coroa portuguesa pela sorte dos nossos colonos e das populações nativas.

Vale a pena reter a maneira elegante como Marcello Caetano entendeu contrariar a tese de Jacobina Lacombe: *Tive de, na sessão de estudo seguinte, esclarecer que a demora foi da exclusiva responsabilidade da Santa Sé, que durante 30 anos se recusou a reconhecer a restauração da soberania portuguesa para não desagradar aos Espanhóis, ainda que com isso provocasse a vacância de praticamente todas as dioceses portuguesas ou do padroado da coroa portuguesa, em Portugal, no Brasil, na África e na Ásia. Mostrei, à luz dos documentos publicados nos tt. X e XI do* Corpo Diplomático Portuguez, *a preocupação de D. João IV em resolver um problema espiritual que Roma submetia à questão da sua política antiportuguesa, como revela a relutância durante 37 anos em reconhecer a D. Afonso Henriques o título de Rei que consagraria a independência de Portugal. E não falei das lutas constantes entre os monarcas e a Santa Sé, não me referi às dificuldades opostas à acção evangelizadora de Portugal que culminaram na dolorosa questão do Padroado no Oriente, ainda menos ao apoio da Igreja aos movimentos terroristas que conduziram à «descolonização exemplar».*

As palavras de Marcello por pouco não o conduziam a uma confissão pessoal. Guardava o fundo ressentimento da falta de apoio que uma parte da hierarquia católica desde 1972 dera ao seu Governo. Não sentia atingida a sua estrutura de católico, pois sempre fora um crente e praticante convicto, além de um admirador sincero de muitas das altas figuras da Igreja. Mas era forçado a reconhecer que, nas amarguras do exílio, algumas vezes lhe dera rebate o coração contrito. Em género de confidência, fazia assim correr o seu pensamento de homem de profunda fé, mas intimamente magoado com a instituição que deixara entregues a um triste destino as populações brancas e negras dos Estados portugueses de África:

Pese aos panegiristas devotos da acção do Papado, na história de Portugal é preciso distinguir entre os sentimentos católicos do povo e a política da Santa Sé. Com nenhuma potência teve Portugal na sua história diplomática mais conflitos do que com a Santa Sé, de nenhuma recebeu mais agravos e teve tão pouco apoio nos momentos cruciais da existência nacional. O historiador imparcial tem de reconhecê-lo e não se deixar arrastar por factores emocionais ou temores de opinião. Tão condenável é o anticlericalismo sistemático, como o clericalismo cego. Uma coisa são os valores cristãos, outra a tortuosa

política eclesiástica. Não escondo que os primeiros abalos da minha fé, que era forte e pura, resultaram dos contactos com a diplomacia da Igreja, mais movida por interesses temporais do que pelas razões da doutrina. E vendo a que ponto o conduzira a sua reflexão, assim pôs termo à carta de 26 de Novembro de 1976: *Ah, mas desculpe! Onde me levou a notícia da minha intervenção no Instituto Histórico! Mas é bom desabafar com um homem de bem, nestes tempos em que aparecem disfarçados de catões ou armados em quixotes tantos trampolineiros.*

8. ELOGIO DE AFRÂNIO PEIXOTO

Marcello Caetano manteve, nesse final de ano, uma presença assídua no Instituto Histórico. Ali recordou Damião Peres, que falecera no Porto a 26 de Outubro e que enalteceu pela «sua vida longa e trabalhosa». Deu especial relevo à feitura da *História de Portugal*, conhecida por edição de Barcelos, que o saudoso historiador tinha planeado e dirigido e foi porventura o maior empreendimento cultural dos anos 30 no nosso País. Mas referiu-se também ao contributo de Damião Peres nos campos da numismática e da história dos Descobrimentos, mostrando ainda as ligações que teve com o Brasil desde o IV Congresso de História Nacional, que decorreu em 1949 no Rio de Janeiro. Assim Marcello Caetano se associava aos pêsames do Instituto Histórico, onde o falecido mestre ocupava uma cadeira de correspondente português [1].

No dia 15 de Dezembro voltou Marcello Caetano a ser um dos oradores oficiais do Instituto, na sessão evocativa de Afrânio Peixoto. Um século antes, nascera na cidade baiana de Lençóis esse homem de estirpe intelectual e que foi um acendrado defensor da comunidade luso-brasileira. Professor de Higiene e Medicina Legal por dever de ofício, Afrânio foi, acima de tudo, romancista e historiador por mando da inteligência e do coração. Apaixonado de Castro Alves, cuja obra poética diligentemente prefaciou, resolveu um dia tomar Camões por patrono, na ânsia de desbravar o mistério d'*Os Lusíadas* e a vida sofredora do homem que se identificara com a essência da sua pátria. Foi assim que Afrânio Peixoto acabou por se enamorar de Portugal, dos seus mais altos valores e da sua população laboriosa, deixando entre os seus livros o traçado das peregrinações em Portugal, a que

[1] *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 313, Outubro-Dezembro de 1976, Rio de Janeiro, 1977, pp. 354-355. O Dr. António Banha de Andrade foi eleito para o substituir.

à boa maneira de Garrett deu o título de *Viagens na Minha Terra*[1].

Antes de Pedro Calmon encerrar a sessão com a pujança e a beleza do seu verbo, quatro oradores ocuparam a tribuna. O Dr. Manuel Vasconcellos Pedrosa falou da actividade de Afrânio no Instituto Histórico, Josué Montello sobre o homem de letras e Roberto Piragibe da Fonseca acerca do sentimento religioso de Afrânio. Coube depois a vez a Marcello Caetano, que desenvolveu o tema *Afrânio Peixoto e a História de Portugal.* Traçando as raízes portuguesas da sua obra, mostrou a força desses vínculos afectivos que levaram um escritor brasileiro a desdobrar-se em expressões de ternura por Portugal. Marcello Caetano salientou a importância dos estudos de Afrânio sobre Camões, Vieira e D. Francisco Manuel de Melo. E referiu-se à *História do Brasil* como obra que teve a intenção de exaltar o contributo recíproco na formação das duas pátrias dizendo:

Trata-se de uma obra de alta divulgação, síntese completa e magnífica escrita no estilo nervoso e correntio do autor, em que se encontra constantemente a preocupação de realçar a acção de Portugal e dos Portugueses na formação física e espiritual do Brasil e a contribuição brasileira para o desenvolvimento, a economia, a projecção da antiga metrópole. E, a concluir, traçou esta grande lição de história para uso de brasileiros e portugueses: *Numa visão [a de Afrânio Peixoto] que sem evitar sombras, procura focar os aspectos positivos da história comum, fazendo da narração do passado um factor de compreensão recíproca e não, como tantas vezes sucede, a alimentação de ressentimentos e a sementeira de hostilidades injustas, inconvenientes nas relações entre os dois povos.* Marcello Caetano queria assim exprimir quanto valem os laços do sentimento, da língua e da cultura acima das contingências ocasionais da política, em tudo o que respeita à amizade entre o Brasil e Portugal.

9. NOVOS DESGOSTOS E SOFRIMENTOS

No início de Novembro, por intermédio do Prof. Artur Torres Pereira, que fora ao Rio participar num colóquio de medicina, enviei notícias a Marcello Caetano, que não tardou em responder por carta de 26 de Novembro. Agradecia a oferta dizendo quanto estimava o mensajeiro: *um cientista de gabarito e um dos poucos universitários que mantiveram o culto do dever que promana do sentimento de honra.* Marcello Caetano dizia-me estar doente, com as forças a declinar e uma profunda tristeza a apossar-se dele. Não havia dúvida de que a

[1] Publicada em dois volumes pela editora Lello & Irmãos, Porto, 1940, encontra-se hoje esgotada e bem merece, pelo seu conteúdo e apresentação gráfica, ser reeditada.

doença era sobretudo moral, como o deixava supor o seu estado de espírito: *Tenho passado estes últimos meses incomodado com a asma, não sei se causada pelo clima físico do Rio, se pelos relentos que aqui chegam do clima moral português. Além da tragédia nacional, é raro o dia em que, a par de manifestações de fidelidade de gente anónima, não recebo alguma navalhada de pessoas que durante dezenas de anos se mostraram amigos. É fartar vilanagem ...*

Marcello Caetano não concretizava a origem do desgosto. Mas tudo permite crer que aludia a um familiar a quem muito queria e fora seu íntimo colaborador, o qual tecera críticas à sua acção política. A notícia vinda de Lisboa continuava a envolver Marcello nas culpas do 25 de Abril, corrente de opinião que se ia estendendo no seio de antigos partidários, alguns mesmo com responsabilidades no seu Governo. Sentia inútil a luta que há dois anos vinha travando, por meio do *Depoimento* e das entrevistas ao *Mundo Português*, para esclarecer tudo o que se passara: uns mantinham-se renitentes na antipatia e a maior parte nem sequer lera o seu testemunho sobre o assunto. Continuava a ser julgado sem prova, na pretensão de muitos de fazerem dele o bode expiatório das suas incapacidades e frustrações. Mas que assim fosse visto a distância por tantos que o tinham reverenciado ou fingido amar, isso fazia-o sofrer muito.

O Dr. Lopo Cancela de Abreu, que lhe escrevia com frequência, informou-o de que acabava de obter satisfação no recurso do processo que o afastara da função pública. Tendo encontrado o antigo ministro da Saúde, também eu me sentira no dever de transmitir essa notícia a Marcello Caetano, que ele acolheu com júbilo. O ostracismo a que fora votado pelo Poder, não era motivo para não sentir alegria pela justa reparação que aos outros era devida. Na carta de 23 de Setembro pudera já dizer-me: *Folgo sempre que vejo prestar justiça a algum dos meus amigos e, sobretudo, desanuviadas as suas dificuldades. A mim esse regime de gatunos privou-me da Pátria, privou-me dos meus direitos, privou-me da aposentação para a qual contribuíra durante 47 anos, privou-me dos bens que legitimamente adquirira (e não eram muitos), privou-me inclusivamente dos livros que eram o meu instrumento de trabalho.*

Teve depois um desabafo íntimo em que envolvia alguém que lhe fora muito querido e com quem rompera definitivamente após a revolução. Sua irmã D. Olga dir-me-ia em Agosto de 1978 que não se lhe podia falar nesse nome, porque a evocação do antigo cunhado o fazia sofrer muito. Dele esperara o reconforto de uma palavra nas horas difíceis, porque dela se julgava merecedor, e nunca a recebera. A irritação de Marcello Caetano atingira então o auge: *Para mim é uma corja de gatunos [...], incluindo um parente meu que durante o negregado fascismo protegi, amparei, defendi contra tudo e contra todos. Que nesse pinhal de Azambuja de vez em quando haja um*

remordimento de consciência para restituir alguma coisa a alguém, é sinal de que os pilhas começam a sentir a reprovação pública. Valha-nos isso [1].

10. MÁRIO SOARES NO BRASIL

Em Dezembro teve lugar a viagem do primeiro-ministro Dr. Mário Soares ao Brasil, que levava na comitiva algumas dezenas de convidados: ministros, gestores, intelectuais e jornalistas. Destinava-se a visita a recuperar a confiança do Governo brasileiro, ainda magoado com os actos hostis do tempo do gonçalvismo, e a obter investimentos de vária ordem em Portugal, sobretudo nas áreas com ligações à colónia portuguesa. Ao longo de uma semana, em sessões de trabalho e em cerimónias mundanas, procurou a missão oficial obter um rápido triunfo. Mas sem o alcançar, por virtude das feridas ainda dolorosas que o 25 de Abril causara no Brasil e para que a presença de centenas de exilados, que se tinham visto espoliados dos seus bens e empregos, haveria forçosamente de concorrer. No dia 20 esteve Mários Soares no Instituto Histórico e Geográfico, onde o presidente Calmon o saudou num improviso em que finalizava: «... ao longo de 300 anos que fomos um só povo, e de 150 anos para cá, que somos uma só Língua».

Durante a visita ministerial, Marcello Caetano recolheu-se à vida privada, não querendo dar motivo para manifestações hostis à presença do primeiro-ministro. Foi aconselhado a vir para a rua com centenas de compatriotas, para exprimir o desagrado de todos pela visita. Era a maneira fiel de imitar o exemplo de Mário Soares em Londres, em Julho de 1973, quando Marcello ali fora para o encerramento das cerimónias do 6.° centenário do Tratado de Tagilde. Recusou qualquer actuação desse tipo, não apenas pelo respeito que devia ao País que o acolhera, como por um profundo sentimento de dignidade nacional. Se Mário Soares assim procedera em situação

---

[1] Pouco antes, Marcello Caetano escrevera nas *Minhas Memórias de Salazar*, p. 301 (que saíram em Agosto de 1977) com referência a 1946: «Espalhou-se que o Eng.° Henrique de Barros, meu cunhado e já ao tempo conhecido pelas suas simpatias pelos sistemas socialistas avançados, fora um dos demitidos nessa ocasião. Não é exacto. Funcionário do Ministério da Agricultura e, depois, do da Economia, foi contratado para exercer funções de professor auxiliar do Instituto Superior de Agronomia. Em 1947 foi determinada a rescisão desse contrato, mas sem prejuízo da sua situação no Ministério. Logo a seguir, porém, o ministro da Educação Nacional (com quem me zanguei por causa da decisão anterior) autorizou novamente o contrato com a condição de ser renovável anualmente, o que o Eng.° Barros então não aceitou; mas veio a aceitar aí por 1957, voltando logo a ensinar, creio que já como catedrático, e permanecendo no Instituto sem mais incómodo até à sua aposentação como funcionário.»

idêntica, não seria ele agora a praticar esse ultraje a um adversário político, mas que era no estrangeiro o primeiro-ministro de Portugal. Há gestos atentatórios do bom nome de uma Nação que um responsável em nenhuma circunstância comete. Marcello Caetano mostrou então que podia servir de exemplo a quem não tinha do interesse nacional o mesmo conceito. E quando mais tarde lhe perguntei se ocorrera o episódio da bandeira portuguesa calcada por Soares, respondeu: *Foi-me dito que se passou, mas eu não vi.*

Escrevia-me depois: *O tal Soares deu aqui o espectáculo da sua mediocridade, da sua demagogia parva, e andou no meio da praticamente total abstenção dos portugueses, a fazer gestos vãos e* gaffes *valentes, com alguma audiência da esquerda e o necessário amparo oficial. Aí a imprensa apresenta a viagem como «extraordinário êxito de um estadista», etc., etc. Seria necessário ler a daqui para ver como foi [...] Quem comparou a forma como aqui fui recebido em 1972 (que manifestações públicas!, que calor de entusiasmo!) com a frieza que o rodeou, incluindo a ausência praticamente total de portugueses, poderá tirar as conclusões sobre qual era ou é o regime popular...* E Marcello tecia depois considerações sobre o que definia como o verdadeiro fracasso diplomático do chefe do Governo português.

Logo se espalhou que o primeiro-ministro, na ânsia fácil de obter popularidade, caíra em deslises imperdoáveis. Quando saiu do Instituto Histórico e Geográfico, entrou num bar cujo dono lhe pareceu português e, voltando-se para os jornalistas, disse em voz alta: «Vou abraçar aqui o Manuel, meu patrício.» Ao que o outro respondeu no sotaque próprio, de que se chamava Pablo e era galego. Soares ficou desconcertado perante a *gaffe* que cometera. Logo um amigo contou o episódio a Marcello Caetano, antevendo o juízo crítico deste. O que não aconteceu, pois a resposta de Marcello foi serena e impecável: *Pouca sorte! Com tantos portugueses estabelecidos por aí, o Mário Soares foi logo entrar na casa errada*[1].

Esta carta respondia à minha de 10 de Dezembro em que pedia a Marcello Caetano para continuar a sua obra de jurista e de historiador. Assim lhe seria mais fácil resistir moralmente aos efeitos do descalabro que atingira a Nação. Insistia que a escola de Direito que estava a criar na Gama Filho era o testemunho de uma notável acção docente ao serviço da verdadeira cultura portuguesa. Quanto à sua obra de governante, dizia-lhe ser o futuro o grande juiz de tudo quanto ele fizera para evitar os males que tinham caído sobre Portugal: «Éramos em 24 de Abril uma nação respeitada e a caminho de um nível de vida europeu, somos hoje um bando de pedintes que grita

---

[1] O episódio é relatado pelo Dr. António Gomes da Costa, no excelente artigo que publicou no *Jornal do Brasil* de 3 de Novembro de 1982, evocando a figura de Marcello Caetano no segundo aniversário da sua morte.

por liberdade e perdeu a noção de que só o trabalho dignifica e redime o homem.»

Três dias depois, por intermédio de Nuno Caetano, eu confessava a Marcello Caetano a surpresa das eleições da véspera. Aguardava uma forte reacção anticomunista e, afinal, o eleitorado a sul do Tejo continuava fiel ao voto anterior. A permanência do socialismo no Poder era no fundo a reacção maciça contra o espírito do gonçalvismo que, para a maior parte da nação, continuava a ser a grande ameaça. Bem elucidativa foi a resposta de Marcello Caetano, em 4 de Janeiro seguinte: *Já não sei o que dizer sobre o futuro: e chego a tomar a posição da velha de Siracusa, fazendo votos por que os céus conservem o tirano actual com receio de que o sucessor seja pior ...*

Nesse estado de espírito findara para ele o ano de 1976, um outro se abrindo em que a sua actividade de professor, de jurista e de historiador também não iria conhecer tréguas.

CAPÍTULO VI

CORRESPONDÊNCIA E APONTAMENTOS
1977

1. FÉRIAS GRANDES, RECOMEÇO DE TRABALHO

A agenda de 1977 permite de novo acompanhar a vida de Marcello Caetano quasi no dia-a-dia. Foi um ano de intenso labor, tanto na Universidade Gama Filho, onde teve de proceder à arrumação da vultosa biblioteca, como no lançamento das *Minhas Memórias de Salazar* e de alguns manuais de Direito. Foi também prestante a sua colaboração ao Instituto Histórico e Geográfico, cujo medalheiro continuou a organizar e onde a sua assiduidade às sessões era tida em grande conta. Na agenda registam-se ainda deslocações a Florianópolis, Goiânia, Aracaju e Vila Rio Branco, para proferir conferências de Direito Administrativo. Mas 1977 foi também o ano em que a saúde de Marcello Caetano começou a declinar, forçando-o a cuidados médicos que sempre afastara, na quebra física que aos poucos se foi acentuando.

No ponto de vista familiar, sentia-se realizado com a presença do filho José Maria, que já arranjara ocupação como advogado, da nora Maria Laura Soveral e das netas Rita e Maria, esta a caminho dos dois anos, que continuavam a ser o seu grande enlevo. Também se revia no carinho da filha mais velha de José Maria, a encantadora Gigi, havia pouco casada com o Dr. Abel Pinheiro, também para Marcello de grande afeição. A irmã D. Olga criava-lhe o ambiente doméstico para todas as manhãs trabalhar serenamente no seu escritório, tanto na redacção dos livros como na correspondência pessoal. Com frequência recebia a visita do irmão António e da cunhada Catarina, que nutriam por Marcello um verdadeiro culto. Sobrinhos ou parentes mais afastados e com a vida montada no Rio não deixavam também de subir ao apartamento da Cruz Lima para lhe exprimir o seu afecto. E aos fins-de-semana vinham sempre os dedicados Salustiano Lopes e Rogério Gaspar, com as lembranças caseiras que tanto enchiam o seu coração.

No início de Janeiro também se fez sentir a fidelidade dos amigos

fixados ou de passagem pelo Rio [1]. O Dr. Vivaldi Moreira veio expressamente de Belo Horizonte para desejar a Marcello um feliz ano. Também o antigo embaixador Negrão de Lima, o advogado Dr. Tomás Leonardos e o colega na Gama Filho, Prof· Francisco Mauro Dias, entre muitas outras pessoas, o foram saudar. Na agenda refere-se que no dia 11 esteve com o ministro Osvaldo Trigueiros, mas sem que se precise o objecto da visita. Na véspera fora ao Arquivo Nacional assistir à conferência do Prof. Américo Jacobina Lacombe; e ali voltou no dia 13 para ele próprio fazer uma lição sobre *A história de Portugal no período dos Filipes.* Tendo falado de improviso, não se crê que tenha depois elaborado o texto. Mas o tema era da sua especialidade, na medida em que abrangia o problema do nosso Ultramar desde 1580 a 1640, em especial no tocante ao Brasil.

A agenda do dia 14 refere a lembrança saudosa da esposa, falecida há 16 anos, como imagem que sempre o acompanhou. Nessa manhã entregara Marcello Caetano na Editora Forense as segundas provas do volume I do *Direito Constitucional* e no dia 18 tinha a ventura de assistir na mesma livraria ao lançamento dos *Princípios Fundamentais do Direito Administrativo,* obra que viria a obter um êxito retumbante nos meios jurídicos do Brasil. Passou as manhãs seguintes a escrever dedicatórias para colegas das Faculdades de Direito e outros jurisconsultos, como o venerando Pontes de Miranda, que continuava a dispensar-lhe provas de tocante consideração. Na última semana de Janeiro esteve na Clínica de São Vicente, a interessar-se pelas melhoras do ministro Luís Gama Filho. Por esse tempo deslocou-se também à biblioteca do Forum, em busca de livros e outros elementos para os trabalhos que tinha entre mãos.

A primeira notícia que temos sobre a ida de Marcello Caetano a cinemas do Rio é de 6 de Fevereiro, quando no Estúdio Paissandu assistiu à passagem de *E tudo o Vento Levou.* Mas não deixava, sempre que podia, de visitar galerias de arte, como a Cézanne. Encontrava-se com frequência com D. Maria Adélia e o Dr. Eduardo José Brasão, que sempre incluiu entre os amigos mais íntimos. Por uma vez ou outra, a pedido insistente das netas, acompanhou-as à praia de São Conrado para se distrair da ocupação dos seus livros. Estava-se em plenas férias grandes, pelo que o ritmo de trabalho tinha forçosamente de abrandar. Veio em seguida o buliçoso Carnaval do Rio, que Marcello Caetano aproveitou para se meter no apartamento, onde

---

[1] Estiveram em sua casa, entre outros, o Prof. Mário Júlio de Almeida Costa, o Eng.º Gonçalo Mesquitela e esposa, o Dr. Celestino Marques Pereira, o Dr. Pedro Cabrita, o Dr. António da Silva Martins, que presidira ao Gabinete da Área de Sines, o seu antigo ministro general Horácio Sá Viana Rebelo, Álvaro e D. Georgette Lucas, D. Maria Manuel Guimarães, Luís Pacheco e sua esposa, a escritora D. Luísa Martinez.

recebeu a visita de muitos amigos [1]. Foi então que o sobrinho Eng.º Rui Sanches, na companhia da esposa, visitou pela última vez o tio e amigo, consumado que fora, por motivos delicados de explicar, o rompimento entre ambos.

Com o início de Março recomeçaram as aulas na Universidade Gama Filho. Já obtivera do chanceler Luís Gama Filho a cedência do local onde ficaria a sua biblioteca, cuja vinda aguardava com impaciência de Lisboa. Além das diligências por telefone que fez junto do filho Miguel e de que adiante se dará notícia, Marcello Caetano passou então a maior parte do tempo em casa. Por um lado, a rever as provas das *Minhas Memórias de Salazar,* já em adiantada fase de composição, por outro inquieto com a doença de olhos de D. Olga, que se tinha agravado. Outros portugueses o foram nessa altura cumprimentar [2]. No dia 21 esteve em São Bento, a convite de D. Hilário Accioly, para participar na festa do Santo, e dois dias mais tarde festejou em família os anos da nora Maria Laura, que lhe foi sempre de uma extrema dedicação.

2. INTERCÂMBIO COM A ACADEMIA DA HISTÓRIA

Desde o início de 1977 que Marcello Caetano satisfazia o meu interesse em valorizar a Academia Portuguesa da História com nomes prestigiados da cultura brasileira. Das dez cadeiras de efectivos, apenas cinco estavam ocupadas pelos historiadores Artur César Ferreira Reis, José Pedro Leite Cordeiro, Gilberto Freyre, Manuel Nunes Dias e Pedro Calmon. O mesmo sucedia quanto aos dez lugares de correspondentes, onde havia seis titulares: Américo Jacobina Lacombe, Dante de Laitano, João Camilo de Oliveira Torres, José António Gonsalves de Mello, José Honório Rodrigues e Luís Vianna. Aproveitando o seu conhecimento da vida cultural brasileira, pedi para me indicar os historiadores mais cotados no estudo do passado comum. Era única condição que fossem amigos de Portugal e analistas probos da nossa obra civilizadora. Deve-se a Marcello Caetano, com o apoio caloroso de Pedro Calmon, a aproximação luso-brasileira que então se verificou no campo da historiografia.

---

[1] D. Isabel e o Prof. Inocêncio Galvão Telles, D. Maria da Soledade e o Prof. Mário Júlio de Almeida Costa, D. Maria Adélia e o Dr. Eduardo José Brasão, o antigo aluno Dr. Mário Pais de Sousa, o Dr. Ernesto de Jesus Coelho, um grupo de pessoas de Rio Maior e D. Maria Ferreira, natural de Fátima, com uma dezena de portugueses em visita ao Brasil.

[2] A agenda menciona os nomes de José Maria Pacheco, do médico Dr. António Aires, de Tomé de Barros Queirós, de Justino da Silva, de Maria Manuela Tovar, etc.

Na sua carta de 4 de Janeiro de 1977 dava-me preciosas referências: *Conversei aqui discretamente com pessoas seguras sobre nomes de historiadores prestigiosos e, ao mesmo tempo, amigos de Portugal, e cheguei às seguintes conclusões: 1) dos actuais correspondentes merecem passar a vagas de número: Américo Jacobina Lacombe (muito bom), José António Gonsalves de Mello (muito bom), Luís Viana Filho (muito bom). O João Camilo de Oliveira Torres já morreu. 2) É um nome a admitir como correspondente o embaixador Álvaro Teixeira Soares, membro do Instituto Histórico e Geográfico, que nos seus livros (v. sobretudo* História da Formação das Fronteiras do Brasil) *é sempre muito justo com Portugal, e ainda no ano passado, na conferência sobre a política externa de D. Pedro II, mais uma vez mostrou quanto é nosso amigo (serviu em Lisboa).*

A carta de Marcello Caetano referia em seguida: *Outros nomes que sugiro para correspondentes: 2) O Dr. Raul do Rego Lima, do mesmo Instituto, é o director do Arquivo Nacional, onde há numerosos documentos portugueses e que publica um boletim onde os assuntos ligados a Portugal são sempre carinhosamente versados; 3) o Dr. Lourenço Luís Lacombe, do mesmo Instituto, é o director do Museu Imperial de Petrópolis, um dos melhores do Brasil, onde está o arquivo que veio do Castelo d'Eu. É também um grande amigo nosso; 4) o Dr. Moisés de Morais Vellinho, grande nome do Rio Grande do Sul, de cujo Instituto Histórico é presidente, e cujas monografias sobre a colonização desse estado são irrepreensivelmente pró-portuguesas. Tem grande prestígio local e nacional; 5) o Dr. Sérgio Buarque de Holanda e o Dr. Eduardo de Oliveira França, paulistas, ambos bem conhecidos da historiografia brasileira, o primeiro tocado um tanto pela esquerda, mas que sempre se refere correctamente à obra dos Portugueses; nisto o mais odiosamente hostil é o José Honório Rodrigues, que ainda na sua recente história das lutas da Independência recidivou no seu antilusitanismo.*

A missão estava bem cumprida, pois Marcello fora isento e rigoroso nas informações prestadas. Os seus objectivos de aproximação dos dois grémios culturais estavam mais do que provados, ao afirmar: *Os nomes que aponto constituem uma escolha de primeira ordem, do melhor que aqui há. Escuso de sublinhar a importância que para a Academia reveste o contar entre os seus membros os directores do Arquivo Nacional e do mais importante Museu Histórico (o «Museu Nacional» do Rio é a meu ver bem inferior, mas talvez convenha também chamar o director dele — vou ver melhor). Aqui tem o que lhe posso dizer.* E a 11 de Fevereiro, dizendo ter sabido da morte dos Profs. Paulo Merêa e Rui de Azevedo, de quem tencionava falar no Instituto Histórico, referia ainda: *Entretanto, o Pedro Calmon falou-me da sua consulta acerca dos brasileiros a discutir na Academia*

e acertámos agulhas. Creio que não se terá afastado das minhas sugestões[1].

Entretanto, Marcello Caetano ia recebendo as publicações da Academia Portuguesa da História, sempre enviadas por portadores de confiança. Em 20 de Fevereiro dizia-me que em 1974 deixara, em provas, na Câmara Municipal de Lisboa um volume com os seus estudos dispersos de história ulissiponense. Pedia a minha intervenção junto do Dr. Fernando Castelo Branco para ver se era possível recuperar as provas ou, pelo menos, os originais: *Já que perdi quanto tinha em Portugal, será que seria possível ficar devendo ao nosso confrade a restituição dos meus originais? Seria uma grande alegria, porque talvez um dia, quem sabe, eu pudesse encontrar editor.* As diligências feitas na tipografia, por Fernando Castelo Branco, apenas levaram a localizar um original, mas sem os aditamentos que Marcello Caetano lhe introduzira, notícia que o contristou profundamente. Assim se perdia o ensejo de uma reedição mais actualizada desses valiosos estudos, que constituem hoje uma peça fundamental na bibliografia histórica de Lisboa[2]. No dia 8 de Março voltou ao Brasil o Prof. Francisco José da Gama Caeiro, que continuava a reger uma cadeira de Filosofia na Universidade de São Paulo. A ele pedi para entregar a Marcello Caetano o volume *Papel das Áreas Regionais na formação de Portugal,* com as actas do colóquio que a Academia da História levara a efeito em Outubro de 1976. O estadista acolheu-o com marcas de afectuosa estima, pois era grande amigo de seu pai, o Conselheiro Francisco José Caeiro, antigo e prestigioso Procurador Geral da República. E logo me disse quanto apreciara a sua visita.

3. MAIS NOTÍCIAS DE PORTUGAL

Por carta de 17 de Março eu noticiava a Marcello Caetano o desgosto que sofrera na semana anterior, com a morte dos meus amigos professores Délio Nobre Santos e Guilherme Braga da Cruz. Referia do primeiro que teria deixado uma obra notável se houvesse posto o apego ao trabalho ao serviço de uma inteligência pouco

[1] As eleições na Academia Portuguesa vieram a ter lugar: de Américo Jacobina Lacombe, para a cadeira n.º 36, em 1 de Julho de 1977; de Pedro Calmon, elevado a sócio de mérito, em 4 de Outubro de 1978; assim como dos novos correspondentes Álvaro Teixeira Soares, Eduardo de Oliveira França, Raul do Rego Lima, Lourenço Luís Lacombe e Moisés Morais Vellinho. Luís Vianna Filho viria a ser eleito sucessor na cadeira n.º 38, de Rui Ribeiro Couto, em 23 de Março de 1979.

[2] A reedição de *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia (1179-1383),* veio a fazer-se em 1981, com o patrocínio conjunto da Academia Portuguesa da História e da Câmara Municipal de Lisboa.

comum. Para lá das suas inovações de filósofo, Délio Santos era uma pessoa de bem, amigo sincero dos alunos e leal para com os colaboradores. Operado a duas úlceras duodenais, não resistira aos efeitos de uma grave anemia, talvez provocada pelo regime vegetariano que há mais de 30 anos seguia. E informava ainda Marcello que a maior parte dos docentes da Faculdade de Letras tinha ignorado a morte de Délio Santos, que fora por duas vezes director daquela escola, o que era um exemplo da ingratidão que se tornara lei na vida universitária portuguesa.

Considerava, em seguida, a morte de Guilherme Braga da Cruz como uma perda nacional. Pela dignidade universitária e pela rectidão do carácter, soubera ele impor-se à consideração geral. Não tínhamos a mesma ideologia, pois como Marcello bem sabia: «nunca fui monárquico nem salazarista (embora reconheça hoje a honestidade e a grandeza do homem de Estado), preso que sempre estive a um republicanismo de matiz liberal e que guardei até aos anos 60, quando me convenci de que sem executivos fortes não há política nacional possível». Mas Braga da Cruz tivera sempre o dom de colocar a amizade e a cultura acima das convicções, o que lhe valera um cortejo imenso de amigos e admiradores. Dizia eu a propósito: «Ele conhecia o meu arreigado marcelismo e respeitava-o.» Só que o falecido reitor de Coimbra receava e bem os efeitos da abertura liberal que conduziria à infiltração de elementos adversos na máquina do regime, mormente quando havia que defender a presença portuguesa em África e barrar o caminho ao imperialismo internacional que queria apossar-se do nosso Ultramar. E a finalizar a minha carta: «No ano de 1973 sempre o ouvi [Braga da Cruz] referir-se ao Prof. Marcello Caetano com palavras de apreço, considerando-o um estadista dotado e defendendo que não havia no problema ultramarino outra posição a tomar do que estar ao seu lado.»

Marcello Caetano respondeu com uma carta que nunca me foi entregue, mais uma a juntar a outras que a censura sindical impediu porventura de chegar ao seu destino. Ainda na carta de 17 de Março, eu informara Marcello de que os Drs. Henrique Martins de Carvalho e Clemente Rogeiro me tinham convidado para o projecto de uma universidade privada, com departamentos de Direito, Gestão, Economia e Humanidades, sector que me seria destinado. Eu aceitara colaborar nesse departamento, mas não com o cargo de reitor que me fora proposto. Tratava-se então de convidar o Prof. Adelino da Palma Carlos, nome prestigioso da Universidade e da vida nacional, que ainda não dera o assentimento. Mas os organizadores da Universidade — e a Henrique Martins de Carvalho cabe o papel de ter sido o fundador e o principal obreiro da sua concretização — pretendiam fundar uma cooperativa que servisse de base legal ao projecto. Eu solicitava assim o conselho pessoal e jurídico de Marcello Caetano,

a quem exprimia o agrado de, após quatro anos de afastamento, voltar ao ensino universitário, mas querendo tomar as necessárias precauções quanto ao projecto.

A resposta de Marcello veio em carta de 28 de Março, dizendo em poucas palavras: *Oxalá que a ideia da Universidade privada vá por diante.* Na sua opinião, a via mais adequada para a impor seria uma cooperativa formada de professores e, à medida que dela saíssem diplomados, de antigos alunos. Para o lançamento da obra não deviam recusar-se apoios financeiros externos, mas sem poderem condicionar a autonomia administrativa e pedagógica da nova escola. Desde que os estatutos previssem um Conselho Supremo da Universidade, espécie de órgão moral da mesma, nele ficariam integrados os benfeitores da corporação que, logo que possível, seriam indemnizados da ajuda material prestada. Assim se evitava o risco de a Universidade Livre se transformar numa sociedade comercial que beneficiasse, à custa do esforço dos professores e da contribuição dos alunos, grupos de pessoas sem vocação nem interesses universitários. Foi esta a posição que desde as primeiras reuniões assumi e que, a ser tida em consideração, podia ter evitado as vicissitudes que atingiram a instituição a partir de 1979.

Na mesma carta perguntava Marcello Caetano quem eram os outros apoiantes da iniciativa. Considerava ele Henrique Martins de Carvalho, que fora seu distinto aluno, um homem superiormente inteligente, com um grande poder de iniciativa, mas que precisava de colaboradores experientes para assentarem o projecto em base sólida. Do Dr. Clemente Rogeiro dizia-me ser um homem seguro nas ideias, dado o bom cumprimento que sempre fizera dos cargos públicos, incluindo na sua passagem pelo Governo. Estava-lhe afectivamente muito ligado, pela dedicação que Rogeiro e a família sempre lhe haviam testemunhado, não o esquecendo também nas horas do exílio. Marcello dizia-me depositar firmes esperanças no seu afilhado Nuno Rogeiro, cujos escritos na imprensa muito o impressionavam pela boa cultura e pela coragem com que assumia as suas posições [1]. Quanto à política nacional, de que ia tendo conhecimento pelos jornais, acrescentava: *O espectáculo de Portugal, da Europa e do Mundo continua a*

[1] Por carta de 13 de Junho eu escrevia a Marcello Caetano: «Estive esta manhã com o Dr. Clemente Rogeiro, sempre fiel no seu 'marcelismo' e que anda animado com o projecto da Universidade Livre que o Eng.º Francisco Brás de Oliveira (sei agora que é ele o animador da ideia) pretende lançar com Martins de Carvalho. Não me desagrada voltar ao ensino noutra escola, já que a nossa morreu para sempre, mas receio um *mauvais départ* que deite tudo a perder... Nas duas reuniões a que assisti verifiquei que a imaginação de alguns ocupa o lugar do realismo prático e que preferem sonhar alto a caminhar em terreno seguro.»

ser dramático. Cada vez me convenço mais de que no Governo eu estava com a razão; só que a razão, hoje, não está para os homens...

Entretanto, Marcello Caetano pediu a minha ajuda em informes bibliográficos para a Dr.ª Lucinda Coutinho, professora no Rio de Janeiro, que tencionava vir a Lisboa fazer investigações sobre o comércio do tabaco com Portugal no século XVIII. Extraviou-se a carta, pelo que a 11 de Maio voltou Marcello Caetano a insistir no pedido que satisfiz prontamente. De 10 de Junho é a sua resposta: *Gratíssimo pelos elementos enviados pela sua carta do dia 2, que já entreguei à Prof.ª Lucinda Coutinho, a qual ficou entusiasmada com a riqueza e precisão das informações. Creio que lhe vai escrever. É boa pessoa e muito trabalhadora. Quer conseguir uma bolsa para estudar o comércio do tabaco, pois já estudou aqui a cultura.* Por esse tempo seguira já para a Europa o Prof. Américo Jacobina Lacombe, 1.º vice-presidente do Instituto Histórico. Eu informara Marcello Caetano de que Lacombe falaria a 17 de Junho na Academia Portuguesa de História, sobre o tema de «O problema religioso no Brasil». Ficara este impressionado, porque em contactos que lhe fora dado estabelecer em Lisboa com várias pessoas, muitas delas gente do povo, ouvira sempre a mesma frase: «Não esquecemos Marcello Caetano e ele há-de ainda voltar.» A esta notícia respondeu-me Marcello: *Estimo que o Américo Lacombe seja aí bem recebido. No confuso panorama político do Brasil é um homem da direita. Faz justiça à acção histórica de Portugal e é um historiador sério.*

Américo Jacobina Lacombe foi, na verdade, recebido com efusivas provas de apreço pelos seus confrades da Academia da História. No dia 1 de Julho tomou posse da cadeira n.º 36, que fora pertença de Hélio Viana, e recebeu uma mensagem de amizade para Marcello Caetano e outra para o Instituto Histórico e Geográfico. Era intenção da Academia convidar Pedro Calmon a participar no mês de Outubro, no Colóquio sobre *A Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950.* Logo que Lacombe chegou ao Rio foi cumprimentar Marcello Caetano, que ficou penhorado com a lembrança do Conselho Académico. Mas lamentava-se de não lhe chegarem as publicações enviadas pela Academia: *Estas andam enguiçadas: as que mandou via Fernando Guedes--São Paulo ainda não me chegaram às mãos. O melhor ainda é enviá-las pelo correio que tem sido fiel — aparte a censura brasileira às publicações vindas do exterior.* Porquê o seu interesse nas últimas edições da Academia Portuguesa da História? Marcello não o oculta na carta de 21 de Julho: *Por mim, logo que me veja livre do último compromisso tomado com a Companhia Editora Forense para a obra de Direito que estou escrevendo, desejaria dedicar-me à história do Direito Português.*

4. NO TRABALHO E EM FAMÍLIA

Na terça-feira de Ramos saía o I volume do *Direito Constitucional*, o que foi motivo para a Editora Forense oferecer uma recepção em honra de Marcello Caetano. Também o Prof. Pontes de Miranda, no dia do seu aniversário em 23 de Abril, quis celebrar o acontecimento ímpar de um jurista português estar a enriquecer a ciência do Direito no Brasil. Mais do que um êxito cultural, a publicação da obra correspondia a uma nova consagração de Marcello Caetano. Na semana de Páscoa recebeu vários compatriotas que o foram saudar[1]. E no domingo 10, porque não vinha longe a partida definitiva de José Maria, quis juntar ao seu redor a família do Brasil: os irmãos D. Olga e António, a cunhada Catarina, o filho e a nora Maria Laura, os netos Gigi e Abel, Rita e Maria, e o bisneto Pedro Caetano Pinheiro, talvez pensando que era a última vez que os reunia a todos[2].

A partir do sábado 16 de Abril, começou Marcello Caetano a assistir aos concertos semanais que tinham lugar na Sala Cecília Meireles. Velho apreciador de música clássica, ali lhe foi dado ouvir peças importantes executadas pela Orquestra Sinfónica do Rio e outras do Brasil. Por esse tempo apreciou, no Museu Nacional de Belas Artes, as exposições da medalha da paisagem brasileira e das tapeçarias de Parodi, assim como o I Salão de Antiguidades. E na companhia de um númeroso grupo de portugueses, assistiu no dia 20 à missa na Igreja da Candelária por intenção de D. Francisco Maria da Silva, arcebispo de Braga, cuja morte por doença grave muito o tinha contristado.

Crendo ter encontrado melhores condições de trabalho em Lisboa, o Dr. José Maria Caetano regressou no domingo 22 de Abril, o que constituiu um grande choque para o progenitor. Este fez então mais companhia à nora Maria Laura e à neta Maria que não tardaram igualmente a embarcar[3]. Marcello Caetano sentiu-se mais só, pois

---

[1] Entre os amigos, refere os nomes do Prof. Mário Júlio de Almeida Costa, esposa e sogro, do Eng.º Gonçalo e D. Tildica Mesquitela, de Álvaro e D. Georgette Lucas, do Dr. Eduardo José e D. Maria Adélia Brasão, de D. Maria Teresa Lobo e do Dr. Rui Patrício. Entre os portugueses de passagem, a agenda menciona a família Valente Sérgio, o comendador Mário Novo, o Dr. Albano Vaz Pinto Alves, António Mestre Guerreiro, de Almodôvar, os filhos do Dr. Jorge Felner da Costa, o Dr. Mário Assis Ferreira, etc.

[2] Uma nota de ternura é dada no dia 14 de Abril, quando regista os anos de «Marcelino Caetaninho». Tratava-se de um jovem goês cujo pai, por ser um grande admirador do estadista, pusera esse nome ao filho a quem teria dito: «Por muito grande que sejas, nunca conseguirás atingir a altura do teu padrinho. Quero, pois, que tenhas o seu diminutivo.» E assim a criança ficou a chamar-se, não sendo por Marcello Caetano jamais esquecido.

[3] Maria Laura contou-me que na hora do seu embarque para Lisboa, o sogro estreitou numa grande crise de choro a neta mais nova, talvez com o pressentimento de que não a veria mais.

D. Olga não o podia já acompanhar com a mesma frequência. No dia 26 de Maio foi almoçar ao Mosteiro de São Bento, cujo abade lhe renovou os sentimentos de amizade que todos lhe dispensavam. Nesse dia teve ainda a visita do Dr. Manuel Teles e esposa, da empresa do Hotel Estoril-Sol, assim como de D. Maud e Manuel Queirós Pereira, que estavam de novo em visita ao Rio de Janeiro [1].

Correspondeu esse período a uma intensa actividade no labor académico de Marcello Caetano. No dia 21 de Junho assistiu à conferência do Dr. Mário Barata no Palácio do Catete. Sentia grande amizade por este denodado historiador da arte brasileira, que, além de excelentes dons de sociabilidade, nutria um carinho imenso por Portugal. Não comungando porventura das mesmas ideias, Mário Barata sempre dispensou a Marcello as maiores atenções pessoais, impondo-se a todos pela sua admirável nobreza de alma. Uma semana depois era a vez de Marcello Caetano proferir no Liceu Literário Português uma lição sobre *Portugal e o além-mar,* ouvida por duas centenas de pessoas, sendo Mário Barata um dos primeiros a felicitá-lo.

Partiu o convite do comendador Félix dos Santos Pimenta, secretário executivo do Liceu e vice-presidente da Casa de Portugal. Membro influente da colónia portuguesa, nunca escondeu que era um fiel admirador do Doutor Salazar, sendo-o também de Marcello Caetano, a quem sempre defendeu das aleivosias postas a correr sobre o conhecimento antecipado que este teria tido do 25 de Abril. Marcello tinha por ele o maior apreço. Dos corpos directivos do Liceu fazia também parte o Dr. Noel de Arriaga, seu antigo aluno na Faculdade de Direito, que chefiara a Casa do Turismo Português no Rio de Janeiro e após o 25 de Abril se fixou no Brasil. A este se ficou devendo a lembrança para a conferência de Marcello Caetano, que nutria sincera estima por Noel de Arriaga, como no ano seguinte pude verificar [2].

5. AS «MINHAS MEMÓRIAS DE SALAZAR»

No dia 9 de Junho, dedicado ao Corpo de Deus, acabou a revisão das últimas provas das *Minhas Memórias de Salazar.* Com alegria íntima punha o imprimátur na obra em que trabalhara a fundo desde Setembro de 1974 e cuja redacção apenas terminou no Natal do

[1] Teve então muitos convites de amigos brasileiros, como o ministro Raimundo Moniz de Aragão, os comendadores José da Silva Rocha e Aventino Lage, D. Maria Helena Leonardos, o Prof. Francisco Mauro Dias e o ministro Rúben Machado da Rosa.

[2] Noel de Arriaga publicou no semanário *Mundo Português,* de 19 de Outubro de 1984, uma excelente evocação com o título de «Um Outro Marcello Caetano».

ano seguinte. A edição fora preparada pela Verbo com a costumada diligência, nela se empenhando o seu editor e devotado amigo Fernando Guedes. As provas seguiram logo para a tipografia de Viseu, começando no início de Agosto a proceder-se à distribuição do grosso volume de quasi 600 páginas.

A 6 de Abril anterior, dizia-me Marcello Caetano: *O meu livro* Minhas Memórias de Salazar *deve sair lá para Julho ou Agosto. Estou a rever provas e, como frequentemente sucede, insatisfeito com o que fiz. Quando comecei a escrever faltava-me tudo — menos tempo disponível — para a tarefa. Só pouco a pouco pude ir colhendo elementos e ganhando estilo. Mesmo assim creio que evitei certas manifestações de mau gosto que se notam na biografia escrita por Franco Nogueira, onde certas ninharias íntimas e bisbilhotices dispensáveis aparecem. Mas, enfim: pode ser que tudo isso seja útil, não sei ...* Ignoro se Marcello Caetano apreciou a minha resposta de 17 de Abril, em que reconhecia ser um excelente livro o de Franco Nogueira, embora este não fosse um historiador de ofício. Talvez desse realce em demasia a aspectos particulares que num país com a nossa mentalidade eram de molde a diminuir a grandeza humana de Salazar. Mas rematava: «Não obsta a que se considere pelo seu conjunto uma obra notável, mormente no que toca ao período da formação do mestre de Coimbra. Podemos no livro acompanhar passo a passo o homem integrado no seu tempo, o que reputo uma novidade na nossa historiografia contemporânea.»

No dia 1 de Agosto informava Marcello Caetano de que a Verbo lançaria as *Minhas Memórias* em Portugal no dia 3. Os excertos publicados no último número de *Tempo* causaram sucesso, pelo que eu antevia um grande êxito livreiro. Também Fernando Guedes não tinha dúvidas de que a edição iria esgotar-se, como na verdade aconteceu. Entretanto, recebi a carta de Marcello, de 21 de Julho, em que falava da audiência das *Minhas Memórias* no Brasil. Pela valia do depoimento aqui o deixo aos meus leitores: *As* Minhas Memórias *já saíram no Rio e as reacções dos primeiros leitores são muito favoráveis. É um livro que, pela finalidade com que o escrevi e as condições em que o redigi — à vontade, sem pressas ... —, me é muito querido. Quando sair em Lisboa receberá um exemplar que infelizmente não lhe posso dedicar pessoalmente, mas que leva na oferta a mensagem da minha amizade e consideração.*

Era um livro surpreendente pela novidade e riqueza do conteúdo, com páginas de inegável mestria literária. Confessando a honra de ter sido colaborador de Salazar durante muitos anos, Marcello Caetano pretendia situar o estadista no seu tempo histórico, a fim de as novas gerações poderem avaliar, sem injustiça nem ultrajes à sua memória, o que fora o pensamento do falecido presidente do Conselho. Depois acrescentava: *Porque começa a ser tempo de conhecer e de tentar*

compreender Salazar e a sua época antes de julgá-los. Por esse mundo criou-se a lenda do «ditador Salazar». E ao acoimar-se o governante português de ditador, logo ao olhos de muita gente com o cérebro lavado por uma propaganda insistente surge a imagem do tirano, indiferente às leis, absorvente de todos os poderes, espezinhador de todos os direitos, dispondo com arbítrio e arrogância de tudo e de todos, numa constante afirmação de posso, quero e mando.

Marcello Caetano dizia reagir contra esta falsa versão de acontecimentos de que fora também actor e em que o seu testemunho podia contribuir para a verdade dos factos. Sentia uma revolta profunda contra *a revoada de infâmias* que o 25 de Abril propalara sobre a vida e o comportamento de Salazar. Mas não eram apenas os velhos adversários que conduziam a campanha inspirada pelos recalques do ódio. Mais espantoso ainda era o espectáculo moral de antigos simpatizantes do Estado Novo, que tinham virado em fervorosos adeptos da revolução. Marcello amarrava-os para sempre ao pelourinho da história: *Amigos da véspera apressaram-se a negar relações com os vencidos, explicando a gaguejar que os contactos havidos tinham ocorrido, mau grado deles, sem simpatia pelos chefes nem adesão às suas ideias. Discípulos fidelíssimos de outrora recusavam com rigor quaisquer vinculações aos que diziam antes serem seus mestres. Pessoas favorecidas por Salazar (que as houve e em grande número) clamaram contra a memória do benfeitor, declarando que tinha menosprezado méritos e serviços concedendo-lhes menos do que pretendiam, vítimas assim de tratamento injusto ...*

Defendendo a rectidão do julgamento que era devida a Salazar, o seu sucessor mostrava o grande espelho da vida em que os seus ingratos amigos deviam também ser olhados: *Ninguém se atreveu — no ambiente das «mais amplas liberdades» em que toda a tolerância pelas ideias contrárias desapareceu — a arriscar uma palavra de tímida justiça no meio da torrente de odiosas mentiras jorrada sobre a memória do grande homem.* Com base nas relações políticas dos dois homens, era o regime que ambos tinham personificado que Marcello entendia defender na sua fundamentação política e como instrumento ao serviço do bem-estar da colectividade. Começava por mostrar que o parlamentarismo que dominou a I República, não obstante o idealismo dos seus principais mentores, conduzira à grave crise do pós-I Guerra Mundial. Perante o espectáculo da anarquia política e da desagregação social, a grande maioria do País exprimira *um profundo e vigoroso anseio nacional de modificação das instituições e dos costumes governativos.* A obra de Salazar consistiu, para Marcello Caetano, em garantir com serena prudência *a segurança individual, a possibilidade de trabalho fecundo, o progresso real do País, a efectiva convivência cívica, a almejada paz social.* Tudo isso constituía os fundamentos do Estado Novo, regime sem dúvida alicer-

çado no conceito de autoridade, mas que não excluía o respeito das leis e o funcionamento regular das instituições.

Digamos que as *Minhas Memórias de Salazar,* abrangendo o período da sua chegada ao Poder em 1928, à saída de Marcello Caetano do Ministério da Presidência 30 anos depois, são uma biografia entrelaçada de importantes recordações autobiográficas. É da colaboração política dos dois governantes que se trata, num convívio que se estreitou pelos laços da amizade. Mas não se ocultam as «naturalíssimas divergências», que em Salazar nunca assumiram a forma radical, que ambos tinham em muitos aspectos da actividade governativa. O estadista e o seu biógrafo não surgem isolados nesse grande fresco da vida portuguesa contemporânea. No livro de Marcello Caetano perpassam as figuras cimeiras ligadas ao regime e esclarecem-se as várias crises que marcaram a II República até aos fins da década de 50. E querendo apresentar Salazar em corpo inteiro, como ele fora e como ele agira, Marcello afirma: *Procuro mostrar o estadista no seu tempo, inserido nas circunstâncias históricas a que teve de fazer face e rodeado pelos homens que com ele colaboraram e que seguiram, melhor ou pior, o seu pensamento e a sua acção ou para qualquer destas contribuíram.*

A 11 de Agosto agradecia-lhe a oferta das *Minhas Memórias,* dizendo que o livro excedera as expectativas, por ser ao mesmo tempo um testemunho e um documento sobre o regime saído da Constituição de 1933. Mostrava a Marcello o interesse que havia em divulgar factos que eram ignorados do grande público, sobre a história do regime e em torno do seu mentor. Tudo isso dava à obra um impressionante grau de contemporaneidade. A figura de Salazar saía enaltecida da evocação, até nos seus defeitos e maquinações, enquanto a de várias estrelas do regime era dissecada pelo seu discutível comportamento palaciano. Referia ainda que os retratos de Manuel Rodrigues e de Craveiro Lopes pareciam modelares. E concluía: «Impressionou-me sobretudo a evocação da sua vida política, na ânsia que teve em dignificar o regime e em servir o Estado, com base numa invulgar preparação política e administrativa. A autobiografia ficará como um modelo de seriedade intelectual e de amor ao País.»

Registo com emoção as palavras da sua carta de 20 de Agosto, em que agradecia também os parabéns que lhe dirigira pelo seu aniversário. A propósito das *Minhas Memórias* escrevia Marcello: *Não faz ideia da alegria que me deu a sua apreciação acerca do meu livro. Ao publicá-lo, eu sabia que teria a crítica desapiedada, apaixonada e injuriosa da esquerda e também calculava que certa direita o não acolheria bem. Mas pensei que devia aos Portugueses,* agora, *o meu testemunho, dado com honestidade e objectividade, sobre o regime que servi. Interessa-me, pois, o juízo daquelas pessoas que tenham categoria intelectual e moral para o formularem desapaixonadamente*

e o meu amigo é um deles. Continuava a sentir-se magoado com as injustas críticas feitas à sua pessoa e ao seu comportamento político. Foi um estado de angústia que o acompanhou durante o exílio e que por carta ou em conversas não ocultava. Desta forma, a propósito do recente livro do Prof. Joaquim da Silva Cunha, insistia: *Infelizmente, na provação por que tenho passado, não me têm faltado as acusações falsas, as distorções de pensamento, os processos de intenções, nem o abandono por parte de muitos que se diziam meus amigos fiéis, seguidores e até discípulos, a muitos dos quais eu tolerei insuficiências e deslizes em nome da amizade que alegavam ter-me. Paciência. Mas consola-me que pessoas isentas continuem a manifestar-me o seu apreço e a fazer justiça aos meus propósitos e aos meus actos.*

Era seu propósito não voltar a escrever sobre o 25 de Abril. Nos meados de 1977 buscava cumprir com a Editora Forense os contratos para a publicação dos volumes de Direito Constitucional e Administrativo. O seu papel de teórico e divulgador no Brasil desses ramos de ensino não cabe no nosso livro. Mas o bicho da história continuava a mordê-lo, na ânsia que então se apossou de Marcello Caetano de vir a compor uma *História do Direito Português: Agora regressarei ao direito. Sem fazer nada não posso estar. E quando me perguntam como é que produzo tanto, respondo que é por não ter que fazer... A minha natureza tem horror ao vácuo* ... Seria a sua derradeira obra, infelizmente póstuma, como mais adiante veremos.

6. DESPEDIDA DO PROF. FRANCISCO LEITE PINTO

No dia 18 de Agosto vieram despedir-se Jenny e o Prof. Francisco de Paula Leite Pinto, que estavam de regresso a Portugal. Fugidos às inclemências da revolução, tinham chegado ao Rio em Novembro de 1975, após mais de um ano de fixação em Paris. Aqui recebera o antigo ministro da Educação Nacional um premente convite do Brasil, da parte dos reitores das três Universidades de que era Doutor *honoris causa* (a Federal e a Nacional do Rio de Janeiro e a de São Paulo), que lhe pediam para vir ensinar a matemática e a estatística da sua especialidade. Por algumas vezes Jenny foi visitar Marcello Caetano, por quem há muitos anos nutria a maior dedicação, levando-lhe doçaria portuguesa que para ele confeccionara. Mas nunca se fazia acompanhar de Francisco Leite Pinto, devido à frieza de relações que desde 1960 tinha separado os dois velhos amigos e que foram, durante três anos, também colegas no Governo.

Dissera-me em tempos Marcello Caetano que em 1955 pusera como condição para participar no Governo a entrada de Francisco Leite Pinto para a pasta da Educação. Neste admirava a inteligência lúcida, a capacidade de acção e o contacto humano de um professor voltado

para os problemas do futuro. Com uma sólida base científica, que não excluía uma excelente formação humanística, Leite Pinto era o homem talhado para a empresa de abrir novos rumos à Educação, nomeadamente nos ensinos médio e secundário, que garantisse os quadros técnicos de que o país com urgência carecia. Impondo-se modificar a estrutura do Ministério, devido à exoneração do Prof. Fernando Pires de Lima, o novo ministro da Presidência apostava naquele amigo da juventude que sonhara com ele os mesmos ideais de regeneração nacional. Foi assim que o Prof. Manuel Lopes de Almeida, eminente catedrático de Coimbra e que fora indigitado para o cargo, se viu à última hora substituído pelo brilhante professor da Universidade Técnica de Lisboa.

Mantiveram-se íntimas as relações entre Marcello Caetano e Leite Pinto, mesmo quando o primeiro deixou em Agosto de 1958 o Ministério da Presidência. Entendeu o titular da pasta da Educação que um mestre de tamanha envergadura não podia recolher-se na investigação e na docência. Por isso, quando da morte do Prof. Vítor Hugo Duarte de Lemos, em Janeiro de 1959, propôs ao Doutor Salazar que Marcello Caetano fosse investido no alto cargo de reitor da Universidade de Lisboa, já que tanto contribuíra para o prestígio dela. Pouco depois — ao que correu —, um pequeno incidente de ordem protocolar esfriou o convívio dos dois homens públicos. Entendia o Prof. Francisco Leite Pinto que o director-geral do Ensino Superior, ao tempo o Dr. João de Almeida, gozava de mais alta hierarquia que os reitores, o que Marcello Caetano, na defesa das prerrogativas universitárias, se recusou a aceitar. Assim se manteve o clima de frieza entre os dois amigos, que nem sequer se atenuou quando Marcello em 1968 subiu ao Poder e Leite Pinto era presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, organismo que dependia da presidência do Conselho. Sem abrir uma ruptura, mas não transigindo um milímetro na sua renitência, o chefe do Governo não dava despacho a Leite Pinto, que apenas o obtinha do secretário de Estado Dr. João Salgueiro.

A situação nunca levara ao corte de relações, por ser funda a amizade que os unia. Mas o ressentimento de ambos manteve-se e com a chegada de Francisco Leite Pinto ao Rio não deu mostras de se atenuar. Por mais que a diligência de Jenny tentasse acabar com a birra de há muito superada, os poucos encontros que tiveram em público reduziram-se sempre a fórmulas de respeitoso cumprimento. Marcello Caetano foi o primeiro a ceder e fê-lo com admirável nobreza. Quando, em Julho de 1977, publicou as *Minhas Memórias de Salazar,* logo no dia 8 lhe enviou um exemplar com a seguinte e penhorante dedicatória: *Francisco Leite Pinto: muito daquilo que é evocado neste livro foi também vivido por si. Recordar o tempo passado na minha vida é lembrar muitos momentos da sua amizade*

e da sua camaradagem. Lembro sobretudo os bons; para quê na velhice insistir nalgum que o não fosse? Um abraço do Marcello Caetano. Mas também Leite Pinto se mostrou à altura da situação, pois mal recebeu a obra telefonou ao amigo a pedir que no dia seguinte lhe desse o gosto de almoçarem juntos.

O reencontro foi para ambos comovente, sob o olhar da terna Jenny que para isso tanto contribuíra. Mascarando com palavras de fino humor a sua emoção, Francisco Leite Pinto não escondia que estava a viver uma hora incomparável da sua vida. Quanto a Marcello Caetano, ainda que menos transbordante no sentimento, também não podia ocultar a ventura que lhe ia na alma. Um mês depois, Marcello ofereceu uma festa íntima a Jenny e a Leite Pinto, que estavam de abalada para Lisboa. Ao cabo de 17 anos de separação, era justo que trocassem as lembranças de 60 anos de amizade comum, muitas delas em serviços prestados ao País; e na certeza de que as vicissitudes do tempo nunca separam os que fizeram da vida a mesma comunhão.

7. OFERTA DA BIBLIOTECA À GAMA FILHO

Marcello Caetano conseguiu finalmente que a sua valiosa biblioteca lhe fosse enviada de Lisboa. Tendo vencido mil peias burocráticas, o filho Miguel com o auxílio do tio Henrique de Barros fez uma diligência junto do primeiro-ministro para transferir os livros para o Brasil. A 11 de Março avistou-se Marcello no Itamarati com o ministro Artur Gouveia Portela, a quem declarou tratar-se de uma biblioteca de trabalho, portanto sem fins lucrativos, e que era sua intenção oferecer à Universidade Gama Filho. Para facilitar a instalação, foi nomeado o Prof. Airton Luís Gonçalves, vice-reitor da mesma instituição, onde no dia 24 de Março teve lugar uma reunião do Conselho Universitário para assentar as bases da doação. O Dr. Miguel Caetano telefonara na véspera a informar da partida das caixas. Enfim, nos últimos dias de Junho chegava o conjunto dos livros por transporte marítimo.

Avalia-se a emoção de Marcello Caetano quando abriu os primeiros caixotes e reencontrou obras que faziam parte da sua vida de estudioso. A partir de 4 de Julho deu-se aos trabalhos de arrumação da biblioteca, passando dias inteiros numa tarefa que o enchia de prazer. Nem sequer pensava nos inconvenientes que podiam advir para a sua asma crónica, do manuseio de obras que o tempo não resguardara dos bichos e da poeira. A tamanho esforço se deu no mês de Julho, havendo dias em que se deslocava de manhã e de tarde à Gama Filho, na pressa de acabar a arrumação e de poder servir-se dos seus amados livros. Nas suas cartas não esconde a satisfação intraduzível em que vivia.

Teria esse trabalho contribuído para os males de saúde que sofreu no mês de Agosto? Não o refere na agenda, mas as notas dispersas que deixou permitem de algum modo acompanhar a evolução da doença. No dia 1 sentiu-se indisposto, pelo que foi consultar o Dr. António Chibante, formado na Universidade do Porto e especialista de doenças pulmonares. Este médico fazia parte do excelente corpo clínico do hospital da Casa de Portugal e gozava de justo apreço entre os membros da colónia. O Dr. Chibante logo aconselhou um período de repouso. Teve por isso de adiar a conferência que no dia 5 tencionava proferir na Universidade de Florianópolis, vendo-se forçado a um tratamento intensivo com terramicina. Aproveitou o repouso para fazer a última revisão no original do II volume do *Direito Constitucional,* que na terça-feira devia entregar na Editora Forense. Mas no dia seguinte teve de ser internado na Clínica de São Camilo, aos cuidados do Prof. Edmundo Blundi, que o submeteu a uma tomografia do tórax e a outras radiografias e análises na manhã de 11 de Agosto.

Com a aproximação dos 71 anos sentiu uma geral melhoria, com a visita do afilhado Manuel Pedro Ribeiro da Silva e a chegada da filha Ana Maria, que o vinha acompanhar nesse dia de festa. Ao jantar na Rua Cruz Lima reuniu um grupo de amigos fiéis, como os casais Inocêncio Galvão Teles, Baltasar Rebelo de Sousa, Gonçalo Mesquitela, o sobrinho-neto José Maria Matalonga, Eduardo José Brasão, Álvaro Lucas, D. Luísa Martinez e marido, Rui Patrício e filha, Maria Teresa Cárcomo Lobo, o primo António Pedro Carrelhas, Mário Quartin Graça e Pedro Rebelo de Sousa. Estiveram então de visita ao Rio os amigos de Porto Alegre, Prof. Clóvis e D. Stella do Couto e Silva e o Dr. Vivaldi Moreira, de Belo Horizonte, que convidaram Marcello a partilhar da sua mesa.

Mas a 23 de Agosto voltou a sentir-se indisposto, o que o levou a buscar os cuidados do Prof. Blundi, que nada de anormal diagnosticou no seu estado. De que sintomas padecia? Em carta de 31 de Agosto escreve Marcello Caetano: *Tive uma terrível bronquite com acessos fortes de tosse que alarmaram os médicos, mas felizmente já passou e estou regressando ao trabalho.* A sua doença tinha uma forte raiz de ordem moral, pois tendo-lhe eu anunciado que ia procurar repouso em Monte Real, responder-me-ia a 11 de Setembro: *A minha saúde também não tem andado boa, e a moral não ajuda ao restabelecimento físico; não tenho o recurso ao descanso termal porque não me arrisco a ir para onde não conheça ninguém e me veja ainda mais só e entregue aos meus pensamentos, desgostos e dores.*

Provinha o desgosto da publicação do livro do Prof. Silva Cunha, em que a sua pessoa era posta em causa por quem tinha a obrigação íntima de o não fazer. Sensitivo em extremo, Marcello Caetano não podia suportar que um antigo colaborador aderisse à campanha de

descrédito em que pretendiam envolver o seu nome. A degradação social já não poupava ninguém, tão-pouco os que deviam manter na adversidade o pudor e a coragem, por serem esses o verdadeiro brasão dos homens vencidos. Nas nossas cartas tínhamos por algumas vezes falado da conspiração internacional que estivera na origem do 25 de Abril, revolução soprada de fora para dentro e a que a burguesia podre e sedenta de mudança não tardara em abrir os braços. Era uma razão mais para os homens batidos no seu ideal não perderem o norte na catástrofe que os envolvera, dando pelo menos aos outros a força de consciência que resultava da sua união na injustiça e no sofrimento. Como era possível que assim não sucedesse? Apenas porque havia uma profunda crise na sociedade portuguesa.

Em carta de 11 de Setembro, Marcello Caetano dizia-me com amargura: *Como diz, a revolução portuguesa foi uma autêntica revolução social, preparada nas ideias e vinda como vaga de fundo de camadas doutrinadas, iludidas ou pelo menos desejosas de novidade. Eu sentia há muito que ela se aproximava. E quem um dia analisar o que disse e o que fiz durante os cinco anos e meio do meu governo verificará que, quase sozinho, busquei opor às ideologias crescentes uma doutrinação, procurei apelar para o sentimento realista das pessoas, pus diante dos olhos do País previsões logicamente extrapoladas do que via afirmar-se, travei a liberalização encetada para combater a subversão, reprimi num ambiente de crescente favor pela permissividade [...] Terão muitos mais feito o mesmo?. Colaborado comigo? Cumprindo inteligentemente o seu dever? O mais dramático da minha vida hoje é ver como eram maus os meus colaboradores, sem carácter, sem princípios, apenas movidos pela ambição e o apego ao Poder. E daí o espectáculo que hoje dão.*

No princípio de Setembro teve Marcello Caetano a visita que o encheu de alegria do empresário Vasco Morgado, que tão dedicado lhe era. Todas as semanas recebia um monte de jornais e revistas, além de carinhosas lembranças pessoais, que o conhecido homem de teatro lhe mandava de Lisboa. Marcello apreciava muito os rasgos de coração que eram uma das facetas mais expressivas de Vasco Morgado. Avalia-se pois a satisfação que teve por gozar durante uma semana o conforto da sua presença. Mas nas horas livres não deixava de acorrer à Universidade, a fim de preparar com o ministro Gama Filho o convénio que devia sancionar a oferta dos seus livros àquela instituição. De grande préstimo lhe foi nessa altura o Prof. Peralva Miranda Delgado, um dos vice-reitores da instituição, que em muito facilitou a definitiva instalação da biblioteca.

Tal era a sua grande preocupação no mês de Outubro [1]. Sentia

---

[1] No dia 8 de Outubro recebeu o seu antigo ministro Dr. Joaquim da Silva Pinto, acompanhado da esposa, e o filho do Dr. Manuel da Fonseca.

orgulho em mostrar a alguns amigos, como o Dr. Vivaldi Moreira, a arrumação que ia dando aos 30 mil volumes, de acordo com a ordem de matérias que melhor correspondia às suas preferências de estudo. Aos poucos ganhava vulto a mole imensa de uma biblioteca particular que constituía um verdadeiro arsenal de cultura. Mas continuava a ressentir-se da saúde, como referia na carta de 2 de Outubro: *Mas além do trabalho, tenho andado na fase assanhada das minhas alergias, creio que desencadeadas pelo pó dos livros daí chegados e que estou arrumando na Universidade. De modo que bronquite, faringite, sinusite e não sei que mais, trazem-me num virote, ainda por cima sem assistência médica capaz.* Acrescentava que não era por culpa dos médicos, mas apenas porque sempre fora renitente a sujeitar-se a terapêuticas impostas. Por isso desleixara a saúde ao longo dos anos, com o resultado que agora saltava à vista.

No dia 18 de Outubro já estudara a colocação das estantes, faltando apenas duas dezenas de caixotes por abrir. No dia seguinte confidenciava: *Recuperei os meus livros mas ainda levará tempo a tê-los em condições de trabalhar com eles. São muitos e há dificuldade de instalação.* Nesse labor muito o ajudou o português Rogério Gaspar, que foi sempre para ele de uma dedicação sem preço. Entretanto, a Gama Filho sugeriu-lhe outra sala para a biblioteca, solução que ao princípio não foi de seu agrado, mas que depois considerou mais útil para o fim em vista, pelo maior espaço que lhe era destinado. Enfim, no dia 4 de Novembro podia registar com satisfação na sua agenda: *abri hoje o último caixote dos meus livros. Foram precisos quatro meses.* Assim legava à Universidade Gama Filho, como testemunho de gratidão pelo seu fundador e primeiro chanceler, o monumental acervo de livros que haviam sido os bons companheiros de trabalho ao longo dos cinquenta e muitos anos da sua carreira.

8. O I.º CENTENÁRIO DA MORTE DE HERCULANO

Por carta de 31 de Agosto informava-me que a 14 de Setembro faria no Instituto Histórico uma conferência sobre Alexandre Herculano. Era no Brasil a comemoração-mor do 1.º centenário do falecimento do historiador. O salão nobre estava literalmente cheio, avultando os membros das várias academias cariocas e muito público interessado em escutar a lição de Marcello Caetano. Ou não fosse o autor do *Eurico* uma das mais celebradas glórias de Portugal e não chegasse também a reputação do conferencista para tornar a sessão memorável. Com a elegância própria do anfitrião, Pedro Calmon passou-lhe a presidência, gesto que Marcello interpretou, comovido, como uma homenagem ao seu país. O ambiente da cerimónia não era apenas solene, mas impregnado do sentimento da amizade luso-brasileira, no

carinhoso respeito em que todos envolviam o orador da sessão[1].

Marcello Caetano debruçou-se sobre a obra histórica de Herculano, para defender que a mesma há-de constituir a parte mais válida da sua actividade de escritor. Diria a propósito: *A sua morte desencadeou o consenso da consagração. Recordava-se o poeta, o romancista, o cidadão, o humanista, o filósofo, o polemista, o historiador... E desde então o nome de Herculano passou a ser proferido sempre numa atitude de respeitosa admiração. Cem anos decorridos sobre a sua morte, os seus versos românticos são pouco legíveis; dos seus romances históricos resta o significado característico de uma época e de um estilo; o humanista inspira interesse, mas não desperta simpatia; como político, foi homem do seu tempo; valem sem dúvida muitas páginas das suas polémicas; mas o que permanece acima de tudo é a sua obra de historiador*[2].

A tese que defende é que se impõe separar de uma vez para sempre o homem e o escritor que a crítica literária tende de maneira geral a ver numa perspectiva única. Se Marcello Caetano admira o historiador que abriu novos caminhos à compreensão da Idade Média portuguesa, não se pode dizer que morra de amores por Herculano. Evocando as simpatias e ódios do homem, quis provar que ele viveu num clima de despeitos e incompreensões que em grande parte o seu orgulho alimentou. Por isso lhe pareciam facetas negativas no autor da *História de Portugal* o seu pendor visceral para a polémica e, por se ver contrariado, a renúncia ao projecto histórico a que ligara o nome. O conferencista ia longe no seu exame: *Há aqui um segredo de natureza psíquica cuja decifração não pertence ao meu foro. Mas, olhando o caso apenas do ponto de vista moral, parece-me que lhe sobrou em orgulho o que lhe faltou de humildade.*

O seu temperamento egocêntrico seria o grande culpado de Herculano haver interrompido uma obra cuja falta ainda hoje se faz sentir na cultura nacional. Pode o escritor ser ainda considerado como o exemplo da cidadania do homem português? No termo da lição Marcello Caetano diria como síntese do seu pensamento: *A que distância ele está dos verdadeiros perseguidos que, acossados pelos poderosos, e por eles privados de tudo o que lhes é caro, vêem fechar-se-lhes todas as portas e desertar à volta quantos julgaram amigos? Os apologistas incondicionais de Herculano apresentam-no como o grande exemplo do varão incorruptível incapaz de transigir com os erros do seu tempo, o inconformista que ressalva na sua atitude impertérrita os valores basilares da regeneração vindoura. Mas*

---

[1] *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 317, Outubro-Dezembro de 1977, Rio de Janeiro, 1978, p. 224.

[2] *Ibidem*, vol. 318, Janeiro-Março de 1978, Rio de Janeiro, 1978, pp. 92-106: Marcello Caetano, «Alexandre Herculano e a História de Portugal».

os exemplos dos grandes homens, mesmo os melhores, são perigosos quando imitados por quem careça de igual estatura, e atrevo-me a dizer que o tipo herculaniano de intelectual tem sido mais nocivo do que benéfico à sociedade portuguesa. Do que não resta dúvida é que esse temperamento prejudicou a realização da sua obra histórica, prejuízo que nada do que Herculano disse ou fez depois de interrompê-la pode compensar.

E a findar a sua oração, que foi coroada de longos aplausos, o orador rematou de maneira lapidar: *Se a alma é imortal, e uma vez despida de todas as contingências dos sentidos e das circunstâncias mundanas pode ver sem sombras, face a face, a verdade da vida vivida, com seus erros e acertos, estou seguro que nesta hora a alma de Herculano me está dando razão.* O presidente Calmon, ao encerrar a sessão, podia considerar de magistral o trabalho de Marcello Caetano, salientando ainda que, não obstante os seus incómodos de saúde, não recusara ele participar na sessão evocativa de Alexandre Herculano, correspondendo assim ao convite que a direcção do Instituto lhe tinha dirigido. A sua aceitação era mais uma prova de quanto Marcello se afeiçoara ao Instituto Histórico e de que não esquecia os altos valores culturais da sua Pátria.

O meu ponto de vista não era coincidente com o de Marcello Caetano, por entender que em poucas figuras da nossa história literária, como em Alexandre Herculano, o homem e a obra fazem uma tão completa simbiose. Nenhuma parcela da sua actividade de escritor pode encarar-se nele, sem o permanente recurso aos marcos temporais da sua vida. Por isso mesmo, Herculano continua a ser considerado um espelho das qualidades e defeitos do homem português, no tipo de cidadania que encarnou na amor à liberdade e na crítica aos poderosos. Assim o procurámos ver como «consciência» do regime liberal de que foi um fervente arauto e depois um crítico implacável[1]. Tendo saído nos fins de Setembro de 1977, logo enviei um exemplar a Marcello Caetano, mas ignorando ainda o ponto de vista que defendera na cerimónia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Agradecendo a oferta em termos generosos, Marcello em carta de 11 de Outubro não retirava um milímetro à sua tese herculaniana do homem que não esteve à altura do historiador. Aqui deixamos o seu ponto de vista, ainda que descontando a amizade impressa no testemunho: *Mal recebi o seu* Herculano, *com tão penhorante dedicatória, deitei-me a ele e não descansei enquanto não cheguei ao fim. O que não foi difícil. O livro está fluentemente escrito e é muito agradável de ler. Além disso, como é próprio do autor, muito bem*

[1] Trata-se do nosso livro *Herculano e a Consciência do Liberalismo Português*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1977.

alicerçado, documentado e sistematizado. Passa a ser o livro indispensável para quem queira conhecer, em síntese, Herculano e a sua obra.

Mas, logo a seguir, Marcello levantava uma séria objecção: *Noto nele uma preocupação constantemente apologética. As leituras que refiz nos últimos tempos confirmaram-me na opinião de que o homem era seco, orgulhoso mesmo, e egoísta. As suas razões misericordiosas acerca das razões do casamento só colhem em parte. Porque nele havia pouca emoção humana (não digo literária) e a própria maneira como conduziu o caso Costa Macedo, contra a opinião e o desejo de D. Pedro V, sem contemplação pelos anos do velho, o mostra. E quanto a mim isso teria importância secundária se não fosse esse feitio que nos privou de ter hoje não um fragmento apenas da história medieval portuguesa, mas, ao menos, a história de toda a nossa Idade Média. Eu protesto contra essa faceta de Herculano em nome da admiração que tenho pela sua obra histórica.*

Marcello Caetano aconselhava-me depois a consultar o seu estudo sobre *Garrett Administrativista no Conselho Ultramarino*, onde havia páginas de interesse sobre a pessoa de Herculano [1]. A época liberal levara-o também a aprofundar a nossa presença em África no século XIX e as ambições que já então as grandes potências manifestavam sobre o Ultramar Português. A propósito do seu livro *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, de que saíra a 4.ª edição, acrescentava: *É obra desconhecida da maior parte dos historiadores ... Aí demonstro como, desde cedo, a comunidade internacional, de uma ou outra maneira, quis arrancar a Portugal a exclusividade da condução e decisão dos seus problemas coloniais. Portugal combateu sempre numa «operação de retardamento» em que veio sempre, afinal, a ficar vencido. Sobre o Ultimatum tenho algumas notas e documentos inéditos nele publicados* [2].

9. PEDRO CALMON EM LISBOA

No Verão desse ano estalou uma crise directiva na Academia Portuguesa da História. O Conselho que tomara posse no início de 1975 chamara a si o dever de salvar a instituição, perante a ameaça do gonçalvismo de nacionalizar as três academias nacionais. Foi assim que as sessões de trabalho passaram a semanais e abertas

[1] Publicado em *A Codificação Administrativa em Portugal. Um Século de Experiência (1836-1935)*, Lisboa, 1935, e reeditado em *Páginas Inoportunas*, Lisboa, 1959.

[2] A obra que tem o subtítulo de *História duma Batalha: da Liberdade dos Mares às Nações Unidas*, saiu em 4.ª edição, nas Edições Ática, Lisboa, 1971.

ao público; que se organizaram colóquios anuais no mês de Outubro[1]; que se intensificou o ritmo das publicações; e que a Academia entendeu abrir as portas a historiadores nacionais e estrangeiros que podiam enriquecer o seu quadro de correspondentes. O esforço realizado era de molde a prestigiar a Academia Portuguesa da História nos meios oficiais e privados, o que supunha um espírito de corpo por parte do Conselho Académico, o que na realidade pareceu existir nos dois primeiros anos. Mas divergências de orientação quanto às finalidades da Academia vieram a separar a corrente liderada pelo embaixador Eduardo Brasão, segundo-vice-presidente, da que mantinha a confiança no presidente da corporação. Destes factos fui dando conta a Marcello Caetano, nas cartas de Agosto e Setembro em que exprimia o meu desejo de afastamento, já que não era possível dirigir a Academia de acordo com as directrizes que eu havia traçado.

Mas ia realizar-se em Outubro o colóquio sobre *A Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950,* para que Pedro Calmon fora o convidado de honra do Brasil. Impunha-se assim não avolumar a crise interna da Academia, tanto mais que as eleições para o triénio de 1978-1980, a realizar no princípio de 1978, decidiriam do pleito directivo em aberto. Por carta de 5 de Agosto pedia-me Marcello Caetano para eu obstar à demissão: *A Academia era um remanso onde uns tantos faziam o seu jogo de influências e de interesses pessoais. Vem [...] e põe-na a fazer história — querendo que fosse a sério. Cai Tróia. E nem me admira que a sedição seja capitaneada pelo Eduardo Brasão que durante 40 anos julguei, iludido, que fosse meu amigo [...]. E o facto entristece-me por serem incontáveis os testemunhos de dedicação que recebo todos os dias do Eduardo José, que para me acompanhar não teve dúvida em arrostar também com o exílio* [...] E a 31 de Agosto dizia-me ter contado a Calmon o que se passava: *Caiu das nuvens! O meu amigo não pode deixar de reassumir as funções para o receber e cumprir o programa traçado. Entretanto peço-lhe que resolva o problema das passagens.*

No início de Outubro informava-me Marcello que o seu grande amigo já seguira para a Europa, visitando primeiro a França e a Grécia e só depois chegando a Lisboa, para o colóquio de 11 a 14 de Outubro: *O Pedro Calmon deve aí chegar cheio da luz de Atenas e dos encantos das ilhas gregas, com a mulher e uma cunhada. É do melhor entre os muito bons que há por cá, com a nota especial de ser um grande amigo de Portugal.* Calmon foi acolhido em Lisboa com as honras devidas à sua pessoa, a todos impressionando pelo seu

[1] O Colóquio de 1975 foi subordinado ao tema de *Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal* (as *Actas* saíram em Lisboa, 1975) e o de 19 a 22 de Outubro de 1976 ao de *A Historiografia Portuguesa Anterior a Herculano* (as *Actas* saíram em Lisboa, 1977).

verbo portentoso, de incomparável beleza pelo fulgor das imagens e pela ductilidade do estilo. Encheu-se o Palácio da Rosa para escutar a sua oração sobre *Herculano e o Brasil,* assim como os pertinentes comentários que fazia a cada uma das intervenções.

Ao terminar a sua fala na sessão inaugural do colóquio, Pedro Calmon relembrou a visita que em 1889 o imperador D. Pedro II fizera ao mosteiro dos Jerónimos, para colocar uma flor de saudade no túmulo do historiador e do amigo. E com o deslumbramento que enchia o salão da Academia Portuguesa da História, assim se exprimiu o orador insigne da língua comum: «A luz que ali bruxoleia é ténue, mística, como os velhos mestres do risco queriam que fosse a devota claridade dos corredores conventuais. O monumento que guarda os restos do grande homem, transladados em 1888 da cripta humilde da Azóia de Baixo, tem a forma soberba de um templo apoiado nas robustas colunas, semelhantes às que sustentam, indestrutíveis, a massa 'manuelina' da igreja. Dá-nos a impressão — com o seu gótico expirante, no limiar da Renascença, que antes de ser marcada pela basílica de Leão X foi anunciada pela intuição do infante D. Henrique (Gomes de Zurara e não Miguel Ângelo!) — de que o autor adormeceu no recesso da sua inspiração. Jaz na beleza pomposa de seus romances. Refugiou-se na Idade Média, de onde não o retiraram as paixões nem as desilusões. É moralmente um infanção no seu ambiente visigodo, um *homem-bom* na dignidade do primitivo conselho, Alexandre Herculano na glória imperecível. E quem lhe põe aos pés o tributo da veneração honrada, já não se nos afigura um imperador banido, nas andanças do infortúnio: é representado por ele, sem gesto e sem palavra, na doce tranquilidade do culto que se pratica em silêncio, o outro hemisfério da língua portuguesa. Não tenhamos dúvida. É o Brasil.» [1]

De regresso ao Rio, levou Pedro Calmon as lembranças da Academia da História para o seu presidente de honra. Na carta para Marcello referia eu que Calmon e a esposa tinham deixado entre nós um rastro de encanto. Levava ele muitos projectos para estreitar as relações entre a Academia e o Instituto Histórico; e diria a Marcello Caetano quanto o seu nome fora lembrado nas sessões de trabalho e nas horas de convívio. No dia 19 de Outubro, já Marcello me dava notícias: *O Pedro Calmon entregou-me ontem a sua carta e os livros. Vem encantado com a recepção, muito bem impressionado com o colóquio e gratíssimo ao meu amigo. Na reunião ordinária de ontem do Instituto Histórico disse tudo isso com entusiasmo e emoção. Foi, pois, um êxito [...] para a Academia esta visita. Disse-me que vai convidá-lo a vir aqui em Abril, época de melhor clima. Não*

[1] Veja-se *A Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950; Actas do Colóquio,* Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1978, pp. 28-29.

deixe de aceitar. No Verão seguinte o projecto teve o desejado seguimento, como adiante será referido.

10. CONFERÊNCIAS VÁRIAS NO BRASIL

No Outono desse ano fez Marcello Caetano algumas viagens no Brasil, para proferir conferências da sua especialidade. Em carta de 11 de Outubro confidenciara-me: *Olhe que para os meus 71 anos ainda faço bastante! Mas é indubitável que existe uma idade própria para a aposentação, em que a gente ambiciona só fazer aquilo que quiser e olha com tédio o que fez no resto da vida.* No dia 21 tomou o avião para Florianópolis, onde deu a primeira lição sobre Direito Administrativo, indo no dia seguinte almoçar a Blumenau, com o prefeito Renato Melo Viana Filho. No domingo, 23, foi a Joinville e a Curitiba, voltando no avião do fim da tarde. De novo no Rio, assistiu ao colóquio sobre *Inconstitucionalidade,* que teve lugar no Fórum, e a 26 esteve na conferência que o Dr. Vivaldi Moreira realizou no Serviço da Marinha.

No dia de Todos-os-Santos foi Marcello cumprimentar o abade D. Hilário ao Mosteiro de São Bento, onde teve uma recepção efusiva por parte dos monges. No dia 5 recebeu a visita do Dr. Teodoro Fernandes de Castro Lino, natural de Goiânia, que o convidou a proferir uma conferência sobre *Reforma Administrativa* na Universidade Federal. Ali permaneceu de 17 a 20, tomando contactos com as autoridades civis e universitárias e visitando a Pousada de Águas Quentes. Na véspera da partida enviara-me o seguinte cartão: *Querido amigo: Oferece-se portador de confiança e aproveito para lhe enviar alguns livros meus que presumo não possua. Creio que* Os Forais de Évora *lhe são mesmo desconhecidos. Estou lendo devagar a* História *e enviar-lhe-ei como pede detidos comentários. A exposição é excelente: lê-se como um romance. Hoje parto a fazer conferências para Goiás e Sergipe. Só daqui a uma semana voltarei a estar «operacional». Um abraço do M. C.*

Tratava-se do volume I da minha *História de Portugal,* que lhe chegara às mãos em Outubro e a cuja leitura dera logo início. Dizia-me em carta do dia seguinte que estava a preparar três conferências para cidades do interior, pelo que não dispunha agora de tempo para acabar a leitura: *A dedicatória emocionou-me, e não menos a citação do meu nome na 1.ª página que manifestamente só se justifica ... pelo desejo de o pôr lá! Li de um fôlego a introdução, muito fluente, muito elegante, muito lúcida e sobretudo lição de patriotismo, um sopro de optimismo inteligente a tentar purificar o «grande desvairo» dos bem pensantes da esquerda desse país. É um texto magnífico, esclarecedor da sua filosofia da história portuguesa.*

Avancei depois quanto pude, mas a leitura vai levar tempo. Se puder farei uma larga recensão para a Revista do Instituto Histórico. *A edição está muito bonita. Dou-lhe por tudo os parabéns ... Tudo indica que iremos ter finalmente uma História moderna e objectiva*[1]. Marcello Caetano esteve um dia apenas no Rio para assistir na Universidade ao doutoramento do seu amigo Dr. Roberto Marinho e para receber D. Isabel Van Zeller. E a 22 tomava o avião para Aracaju, capital de Sergipe, o mais pequeno estado do Brasil, onde foi acolhido pelo organizador da sessão, o Dr. Carlos Brito.

Nessa cidade de mais de 100 000 habitantes, situada na zona litoral de Sergipe, encontrou Marcello Caetano um importante centro de ensino superior, pelo que a sua lição sobre reforma administrativa teve o acolhimento merecido. Receberam-no todas as entidades, tendo registado na agenda os nomes do Dr. Paulo Moura, promotor público da comarca de Itabaiana, do Dr. Manuel Cabral Machado, conselheiro no Tribunal de Contas, e do português Serafim Gonçalves de Oliveira, que, na companhia de outros compatriotas, o foi saudar ao Hotel Beira-Mar. O Dr. Carlos Brito proporcionou-lhe passeios a São Cristóvão e Laranjeiras, que deixaram em Marcello uma grata impressão. E na manhã de 24 de Novembro, penhorado com as muitas atenções que tinha recebido, voltava ao Rio de Janeiro.

No dia seguinte, Marcello Caetano não se esquecia de me enviar as sugestões e retoques que a leitura do volume I da *História de Portugal* lhe fora sugerindo. Com a sua habitual delicadeza, dizia-me que apenas o fizera porque eu lho pedira. Era generoso na apreciação, como a amizade por mim o exigia. Só por isso transcrevo a sua carta: *Acabei de ler a sua magnífica* História *em Aracajú, capital do mais pequeno estado do Brasil — Sergipe — onde fui fazer uma conferência e donde regressei ontem. Dias antes estive para idêntico fim em Goiânia, também acompanhado do seu livro. Leio devagar, sobretudo quando a leitura é séria. E o ter podido ler o livro fora do Rio, em horas de absoluta calma, permitiu-me saboreá-lo e apreciá-lo melhor. As minhas primeiras palavras são de felicitação. O livro está muito bem planeado e muito bem escrito. Incorporando o resultado das mais recentes pesquisas, com um fundo muito sério e muito sólido de erudição, é de leitura fácil e agradável. A metodologia adoptada pareceu-me excelente, conduzindo a uma visão desapaixonada — mas não indiferente — dos acontecimentos.* E depois, de maneira extremamente elegante, numa expressão de sincero auspício, rematava: *Outrora acalentei a ambição de escrever uma História de*

---

[1] A recensão de Marcello Caetano foi publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* vol. 318, Janeiro-Março de 1977, Rio de Janeiro, 1978.

Portugal: encontro agora na sua o ideal que então sonhei. Deus permita que o êxito inicial anuncie uma fama durável que faça com que a sua História *se torne familiar a todos os portugueses cultos.*

No fim de Novembro conviveu com o querido amigo Manuel Queirós Pereira e com o escritor Viana Moog, sempre fiel na amizade, e recebeu a visita do Dr. Fernando Castelo Branco Galvão, advogado em Lisboa, que se fazia acompanhar de dois familiares. De São Paulo veio no dia 5 de Dezembro o Dr. Baltasar Rebelo de Sousa passar o dia com ele. Uma semana antes, eu escrevera a Marcello Caetano a informar que já lera a obra do almirante Manuel Pereira Crespo, último ministro da Marinha dos seus Governos. Embora dando maior relevo aos problemas estratégicos, o livro *Como Perdemos a Guerra* parecia-me sério nos objectivos, fazendo justiça a quem a merece. Mas acrescentava: «Só não gostei que ocultasse os nomes dos responsáveis do 25 de Abril, para os amarrar de vez ao pelourinho da História. Não sendo a hora para ódios nem para recriminações, impunha-se todavia que o almirante, que todos me dizem ser uma pessoa de bem, não deixasse de se referir aos militares que traíram a Pátria.» E informara Marcello de que lhe mandaria um exemplar, caso o almirante Crespo não o tivesse já feito.

Marcello Caetano não vira a obra, pois em fins de Dezembro escrevia-me: *Ainda não li o livro do Otelo. E só por acaso pude ler, por empréstimo, o do almirante Crespo, que não m'o mandou não sei porquê e que me pareceu a coisa mais séria até agora publicada por um antigo colaborador meu.* Mas o antigo ministro não rompera com o chefe do Governo, a quem no início de 1978 enviou o livro com palavras de renovada admiração. Pedia desculpa do atraso, mas estivera muito doente. Tenho notícia de que os cumprimentos foram retribuídos com apreço, numa carta que Marcello lhe dirigiu em Março do novo ano. Sabedor da amizade que unia o almirante Crespo ao Dr. Lopo Cancela de Abreu, fui por este informado de que a missiva chegou ao seu destino. E a 24 de Abril ainda Marcello Caetano lembrava o antigo colaborador: *Por carta do almirante Crespo soube da doença que o afligiu. Muito me penalizou. Oxalá possa viver ainda muitos anos tranquilo.*

No dia 9 de Dezembro fez Marcello a viagem de autocarro até Vila Rio Branco, percorrendo o caminho de Três Ribeiras e de Juiz de Fora. Assim conhecia a capital do estado do Acre, a antiga Penápolis, que em 1912 tomara o nome do grande diplomata e historiador a quem se devem os novos limites territoriais do Brasil. Na manhã seguinte foi visitar a Universidade de Viçosa e, já no regresso, almoçou no clube local e pelas 17 horas fez a sua anunciada conferência. Nada refere na agenda sobre o tema versado, mas tudo permite crer que foi também sobre a reforma administrativa. No dia 11 estava de volta ao Rio, vindo por Tocantins, Cataguases, Além-Paraíba

e Teresópolis. Nesse mesmo dia voltou a encontrar-se com Manuel Queirós Pereira, retomando depois a vida habitual.

11. MAIS UM NATAL NO EXÍLIO

Aproximava-se o Natal, o que levou Marcello Caetano na semana anterior a percorrer alguns armazéns para comprar lembranças para os netos e os amigos mais íntimos. No dia 14 de Dezembro visitou a exposição de Portinari no Museu Nacional de Belas-Artes e passou pela Editora Forense. No dia seguinte esteve na Universidade Gama Filho a dirigir a arrumação final dos livros. Também não lhe faltaram as visitas próprias da época. Com a constância da fidelidade, o Dr. Vivaldi Moreira telefonou-lhe de Belo Horizonte e o Prof. Mário Júlio de Almeida Costa foi com a esposa cumprimentá-lo. O almoço de Natal foi passado em casa da neta Gigi e de Abel Pinheiro e ao fim da tarde recebia na Rua Cruz Lima alguns amigos fiéis[1]. Na quarta-feira 28 foi ao Instituto Histórico abraçar Pedro Calmon e saudar os confrades e funcionários. Dois dias depois sentiu-se no dever de ir a casa do Dr. Negrão de Lima e do comendador Aventino Lage, que estavam muito doentes.

Entre os antigos colaboradores que não deixaram de o ir cumprimentar, impõe-se fazer referência ao Dr. Rui Patrício. Não se passava um Natal que não patenteasse o renovado testemunho da sua consideração pelo mestre e pelo amigo. Marcello Caetano apreciava nele a delicadeza do convívio e a lealdade pessoal, dizendo-me mais tarde que nunca sentira em Rui Patrício a mais pequena quebra desses sentimentos, ao contrário de outros dos seus ministros ou secretários de Estado que no Brasil o esqueceram por completo. Os seus nomes são conhecidos, pelo que não vale a pena referi-los. Agora, mais uma vez, o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros foi almoçar com Marcello Caetano, para lhe fazer sentir a constância da sua amizade.

Assim chegou ao termo o ano de 1977, de excelente magistério e produção intelectual, mas que lhe dera grandes rebates de saúde. No dia de Natal não me fora possível ouvir a sua voz, por estarem os serviços da Marconi em permanente operação. Fui mais feliz na véspera do Novo Ano, quando lhe transmiti oralmente os votos de bem-estar e a certeza de que em Agosto o iria abraçar ao Rio. Marcello Caetano haveria de me agradecer a 13 de Janeiro com uma nota afectiva: *Que alegria me deu ouvir a sua voz e sentir o calor da*

---

[1] D. Tildica e Eng.º Gonçalo Mesquitela, Maria Adélia e Dr. Eduardo José Brasão, D. Georgette e Álvaro Lucas, Dr.ª Maria Teresa Cárcomo Lobo e filha, Dr. Albano Vaz Pinto Alves, Salustiano Lopes, Rogério Gaspar, o advogado Dr. Gustavo Urbano e sua mulher Gilseia.

sua amizade no último dia de 1977 e nos alvores deste! Por todos os motivos e até porque no ano que passou lhe fiquei devendo tantas e tão tocantes atenções que posso dizer não haver quem se lhe excedesse em provas de amizade. Não era animador o seu prognóstico quanto ao ano prestes a raiar: *Vamos a ver o que nos traz 1978, mas os augúrios, infelizmente, não são favoráveis ao nosso país. Possa a alma de cada português salvar-se, e o meu amigo, trabalhando operosamente e procurando através da História reaquecer o sentimento nacional, bem se redime nessa vergonhosa Alcácer Quibir.*

Marcello Caetano acreditava que o culto da história era o melhor veículo para o reencontro de uma Nação abalada por uma crise moral profunda. No caso português, onde se despedaçaram os vínculos seculares que prendiam a Metrópole às distantes terras do seu Ultramar, a valorização do passado teria de ser o caminho certo para uma nova consciência do que fomos e do que valemos como povo e comunidade. Só que escasseava a autoridade aos fautores do 25 de Abril para entoar o cântico do ressurgimento nacional. A história passou em Portugal a ser privilégio dos que nunca traíram os grandes princípios da marca portuguesa espalhada pelo Mundo.

CAPÍTULO VII

CORRESPONDÊNCIA E CONVERSAS NO BRASIL
1978

1. «O 25 DE ABRIL E O ULTRAMAR»

O ano de 1978 começou em maré alta de trabalho, com o termo da redacção do II volume do *Direito Constitucional,* cujas provas não tardaria em receber para a saída do volume ter lugar em Maio. O presidente Austregésilo de Athayde foi convidá-lo para assistir à inauguração no dia 26 do novo edifício da Academia Brasileira de Letras e pedir-lhe que desse aos seus confrades o gosto de uma maior presença nas sessões de quinta-feira. Há dois anos que não aparecia, por razões de melindre de todos conhecidas pela presença do Prof. Adriano Moreira. Perante a gentileza do venerando escritor e seu devotado amigo, Marcello Caetano prometeu que de futuro iria, sempre que pudesse, às reuniões da Casa de Machado de Assis, onde sentia que todos o estimavam.

No dia 12 recebeu a visita, que muito o penhorou, de um grupo de portugueses de Angola e Moçambique, que lhe foram exprimir o seu respeito; e três dias depois era convidado para uma festa regional na Casa de Vila da Feira, onde também se viu envolvido em manifestações de carinho. Por esse tempo foi despedir-se o Prof. Mário Júlio de Almeida Costa, acompanhado da esposa, a quem convidou para jantar. Após dois anos e meio no Brasil, onde se vira rodeado das maiores atenções, o distinto professor voltava para a sua cátedra de Coimbra e também na perspectiva de ir valorizar o corpo docente da Universidade Católica Portuguesa. Fora sempre fiel e amável para com Marcello Caetano, pelo que este há-de ter sentido uma pena íntima com o regresso do seu antigo ministro. Mas no fim de Janeiro era-lhe dada uma hora de grande alegria com a visita do Dr. Francisco do Vale Guimarães, antigo e prestigioso governador civil de Aveiro, que fora sempre um marcellista de boa têmpera.

Em Dezembro do ano anterior saíra em Lisboa e em São Paulo um livro com as três entrevistas que concedera ao semanário *Mundo Português* do Rio de Janeiro. Na sua divulgação original não tinham recebido do público o interesse que o seu conteúdo merecia. Marcello

Caetano fizera sentir o seu desgosto ao editor Fernando Guedes, que de imediato procedeu no sentido de reunir as entrevistas e outros documentos com elas relacionados[1]. O lançamento da obra correspondeu a uma venda espectacular, notícia que eu transmiti a Marcello Caetano em 4 de Janeiro: «A divulgação das cartas é também um serviço que se presta aos historiadores: as do cabo-de-guerra, vaidoso e inexperiente, que julgou conduzir uma revolução como se fosse a comandar homens em campanha; e a de Veiga Simão, que não teve um vislumbre de bom senso para ver que a carta de 20 de Agosto de 1976 o ia para sempre comprometer aos olhos da história.»

Acerca do general Spínola, eu referia nessa carta: «... Não se lhe põe em dúvida o patriotismo, mas como é jactancioso e se crê uma personagem carismática, não soube reconhecer que não era De Gaulle e que apenas se serviam do seu prestígio para orientar a revolução nas vias do marxismo. Anda para aí, como se fora o messias dos que queriam a mudança do regime e se tornaram vítimas dela, como sucede aos aprendizes de feiticeiro à sombra de cujo nome se destroem as pátrias. Assim, um militar de reconhecido valor e que tinha a pretensão de abrir o futuro a Portugal, acabou por fechar o futuro ainda grandioso que Portugal tinha à vista. Ficará na história como o responsável da desgraça que se abateu sobre o nosso país.»

Do antigo ministro da Educação eu acrescentava: «O caso é mais grave, por ser um homem inteligente, mas com escassos valores de ordem moral. Durante o meu reitorado praticou flagrantes desvios de ética, ao divulgar junto de meios progressistas, que ao tempo se apregoavam apenas de liberais, orientações em matéria universitária de que os reitores deviam ser os primeiros a ter conhecimento. Duas vezes lhe disse no gabinete que não sabia trabalhar assim e que ia levar o problema à consideração superior, o que por escrúpulo nunca cheguei a fazer. Mas o Prof. Veiga Simão arranjava sempre argumentos para me tranquilizar, não se coibindo de atirar as responsabilidades de ordem disciplinar para cima dos reitores. Era a velha táctica de corroer a orientação legal que acabou por destruir por dentro a Universidade.»

Marcello Caetano respondeu-me a 13 de Janeiro, dizendo que não lhe tinham chegado outros ecos, com excepção da carta do Dr. Lopo Cancela de Abreu e da minha, do volume de entrevistas. Esperava com ele esclarecer de vez *certas persistentes (e estúpidas) versões para as pessoas de boa fé: porque para gente como a da* Rua *não vale a pena dar esclarecimentos*. E acerca da apreciação que eu fizera do general Spínola e do Prof. Veiga Simão, acrescentava a modo de confidência: *... às vezes espanto-me como conseguiram enganar-me certas pessoas. Sabia dos defeitos do Simão, mas não julguei que fosse*

[1] Sobre a matéria veja *supra*, pp. 140-141.

tão reles. Hoje escrevo sobre essas pessoas com nojo e apetece-me usar linguagem de panfletário para os fustigar. Mas não posso.

2. UM NOVO PROJECTO NACIONAL

No início de Fevereiro viveu Marcello Caetano horas de angústia com a doença de D. Olga, já com 83 anos feitos, que durante uma semana esteve internada na benemérita Casa de Portugal, cuja direcção sempre fora de conduta exemplar para os exilados políticos. Marcello não deixou então de ir dar as suas aulas à Gama Filho e com seu irmão António passou o resto do tempo no hospital. Com as melhoras da irmã pôde refazer a vida normal, o que lhe permitiu receber Eurico Colares Vieira, recém-chegado de Portugal. Entretanto, eu começara as minhas aulas no ano propedêutico da Universidade Livre, o que fizera atrasar o meu correio. Por carta de 13 de Fevereiro informara Marcello Caetano de que as três horas por semana me roubavam algum tempo útil, mas que era a forma de encher o espírito, após quatro anos de afastamento da Universidade, ao lidar com gente nova e disciplinada. Dizia-lhe ainda que o Prof. Adelino da Palma Carlos tinha aceite o convite para reitor, o que era um bom prenúncio para o avanço da jovem Universidade Livre.

Quanto a notícias de Portugal, chamava a atenção para a carta aberta que a jornalista Vera Lagoa dirigia ao general Ramalho Eanes a interceder pelo regresso do almirante Tomás a Portugal. A crónica era muito dura, pois ameaçava o presidente da República de ter um mau acolhimento no Brasil, caso persistisse em manter uma situação que violava os mais sagrados direitos humanos. Na mesma carta eu acrescentava: «A revolução está a cair de podre, basta ver o que se passou em Santa Comba Dão, no dia 5, com a GNR, por ordem do Governo, a bater em população indefesa. Se fosse antes do 25 de Abril, era a repressão; hoje, muitos aplaudem a intervenção das 'forças da ordem'. Que ironias a vida tem!»

Realizara-se um almoço de homenagem ao Dr. Afonso Valdez dos Santos, director do *Jornal Português de Economia e Finanças*. Profundo conhecedor dos problemas económicos e escritor de rara craveira, fizera desse quinzenário uma tribuna de alta categoria mental em defesa dos valores nacionais. Nele o articulista denunciava com espantosa coragem os erros e abusos a que a revolução tinha conduzido, na tragédia em que lançara dezenas de milhares de pessoas ligadas, pelo sangue e pelo trabalho, ao mundo português. Tendo uma grande admiração pelo Dr. Valdez dos Santos, apreciara o denodo com que tinha aceite o secretariado-geral do Partido da Democracia Cristã, a fim de nele criar uma salutar consciência de mudança política para Portugal. Não estivera de acordo com a escolha para presidente do

almirante Pinheiro de Azevedo que, por mais que dissesse e fizesse, nunca se poderia limpar da nódoa do 25 de Abril. Sendo comandante do Corpo de Fuzileiros e tendo protestado ser leal ao chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Ferreira de Almeida, acabara por trair o seu juramento. Era uma razão para mim válida para não assistir à referida homenagem.

Mas Pinheiro de Azevedo teve o bom senso de não aparecer no almoço a Valdez dos Santos, que foi presidido pelo general Silvino Silvério Marques. Sendo assim, inscrevi-me para essa reunião de quase 300 pessoas e em que se fizeram afirmações do mais são nacionalismo por parte do brigadeiro José Krus Abecasis, do Dr. José Pinheiro da Silva e de alguns mais oradores que traçaram rasgado elogio do antigo regime e da obra dos presidentes Salazar e Marcello Caetano. Fiquei muito impressionado com o teor do discurso do Dr. Álvaro da Silva Tavares, antigo governador-Geral de Angola e conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo. Numa oratória elegante e concisa, mostrou quanto se impunha defender os autênticos valores portugueses, criando rapidamente as condições de uma alternativa política que poderia surgir quando menos se esperasse e por força de um grande imperativo nacional.

Constava então que o Dr. Valdez dos Santos iria em breve ao Brasil para saber a intenção de Marcello Caetano quanto a uma candidatura deste, em 1980, à Presidência da República. Impunha-se para isso que terminasse o ignóbil regime de excepção que o mantinha afastado de Portugal. Na carta de 26 de Fevereiro eu dizia a Marcello Caetano que a parte sã do corpo nacional tinha um encontro marcado com o destino, faltando apenas saber quando e onde. Continuava ele a ser um símbolo para muita gente que queria impor a vontade maioritária da Nação autêntica. Apesar de eu não ter quaisquer ligações políticas, acreditava no rumo que as coisas estavam a seguir, no grande veículo de aproximação nacional que a democracia cristã podia ser para o nosso País: «as pessoas sentem fundo o sobressalto de consciência e precisam apenas de um chefe que seja para elas o ajustado mentor e símbolo».

3. O LIVRO DO GENERAL SILVINO SILVÉRIO MARQUES

Dias depois enviava a Marcello Caetano o livro do general Silvino Silvério Marques, *Portugal e Agora?*, em cujo prefácio o Prof. Adriano Moreira admitia como principal motor do 25 de Abril a revisão constitucional de 1971. Fizera-se esta sem que o povo fosse chamado a pronunciar-se sobre o alcance estratégico dessa alteração da lei orgânica nacional. De imediato Marcello reagiu contra o que ele chamou *esta teoria justificativa da traição dos militares* e que consubstanciava

nestes termos: *estes levariam no coração, para os impelir a bater-se, os preceitos integracionistas da Constituição de 33, segundo a reforma de 51. E vai daí, eu, em 71, sem dar cavaco a niguém (e todavia não houve revisão constitucional mais debatida!), alterei a Constituição. A partir desse momento, a tropa ficou desmotivada e foi o que se viu! Esta construção [...] mental não resistiria a dois minutos de crítica num país de pessoas inteligentes. Aí, o filósofo da traição é venerado como reserva nacional! O autor do prefácio nunca se consolou de, após tanta manobra para vir a suceder ao Doutor Salazar, ter sido unanimemente rejeitado pelas pessoas ouvidas acerca da sucessão! Na lógica da explicação dele, os militares, coitadinhos, deveriam ter feito o 25 de Abril para se voltar à política de integração (que aliás criticou em textos que estão impressos). Mas o que se viu não foi isso ...*

Na mesma carta de 21 de Março dizia-me ter sempre tratado o general Silvério Marques, que conhecia desde rapaz, com grande simpatia, considerando-o um militar patriota e distinto. Era ainda brigadeiro e administrador da Siderurgia Nacional, quando Marcello Caetano tomou a chefia do Governo. Um conflito com o Dr. João Dias Rosas, ministro das Finanças, levara este a não o reconduzir naquela empresa, decisão a que o presidente do Conselho se opôs: *Foi então que teve lugar o diálogo a que se refere a pág. 182 e em que eu o tranquilizei quanto a divergências de opinião acerca da maneira de conservar o Ultramar. Tempos depois foi para Moçambique como 2.º comandante militar e começaram a chegar informações acerca de atitudes públicas que assumia de oposição à política ultramarina do Governo e em especial a mim. E publicou um livro com matéria política sem ter pedido a autorização exigida pelo Regulamento de Disciplina Militar, consoante narra e confessa na nota da pág. 75 do livro ...*

Marcello Caetano esclarece depois o que se passou com o inquérito movido ao autor da *Estratégia Estrutural Portuguesa*, livro publicado em 1971 pelo general Silvino Silvério Marques: *[...] Foi por essa infracção disciplinar e não pelas ideias expendidas*[1] *que o ministro do Exército lhe mandou instaurar inquérito, e não me lembro de, contrariamente ao que afirma a pág. 182, me caber a iniciativa dele. Mas se a tive, fiz muito bem: infatigavelmente procurei manter os militares dentro das leis da disciplina e o precedente por ele aberto foi-me de resto invocado mais tarde pelo general Spínola quando lhe notei o procedimento incorrecto que teve com a publicação do* Portugal e o Futuro. *Foi por essa infração disciplinar, que ficou*

[1] Marcello Caetano sublinhou esta passagem na carta de 21 de Março de 1978.

impune, que ele não foi reconduzido nos lugares que ocupava da confiança do Governo ...

Na continuação da importante carta, o antigo chefe do Governo refere como, no regresso do general a Lisboa, ele próprio concordou que Silvino ocupasse um alto posto no Banco Nacional Ultramarino. Explicava-me depois Marcello como o general esteve prestes em 1973 a ser nomeado ministro do Exército: *Por ocasião da última recomposição ministerial em que toquei nas pastas militares, já com o Movimento dos Capitães assanhado, e em que por sugestão do general Costa Gomes nomeei o Prof. Silva Cunha ministro da Defesa, vários militares consultados (entre eles o general Spínola) indicaram o Silvino para ministro do Exército. O momento era muito crítico, estavam em jogo graves interesses nacionais, o meu dever era não desprezar nenhuma sugestão que me fosse apresentada como válida para o momento e chamei o general Silvino. A conversa decorreu bastante bem e ele não formulou objecção a trabalhar comigo: a não aceitação fundou-se em se recusar a trabalhar com o Prof. Silva Cunha, cuja maneira de ser conhecia e detestava e, em segundo lugar, na discordância da entrega, naquele momento crítico, da pasta da Defesa a um civil.*

Não havia, portanto, razão para o general Silvério Marques aparecer depois da revolução entre os críticos da política do antigo presidente do Conselho. Mas o teor do seu livro não deixava qualquer dúvida a Marcello Caetano de que o era de facto: *Veio o 25 de Abril. O homem que se recusava a servir com o Silva Cunha, cujos defeitos são inegáveis mas que era um patriota*[1]*, aceita, primeiro, o Governo de Moçambique e, depois, o de Angola, subordinado a Almeida Santos (pág. 175) que ele tinha obrigação de saber (tendo estado em Moçambique) quem era, que ideias tinha quanto à independência da província, que relações mantinha há muito com a Frelimo. Paladino da integração e proclamando aos sete ventos que eu era traidor porque fazia a política da «autonomia progressiva e participada», não hesitou em colaborar com uma revolução cujo objectivo confesso e dominante era o fim das operações militares no Ultramar e uma autodeterminação que eu repetidamente dissera à Nação que desembocaria onde desembocou. E nem venha dizer agora que era fiel aos seus princípios: a pág. 174 conta a sua aceitação de um «programa de Lusaka» traiçoeiramente conluiado por Jorge Jardim, à sombra de uma missão de mera informação que lhe confiara e que, como se vê de* Moçambique, Terra Queimada, *é uma simples sugestão do impotente Kaunda, em cuja base está o reconhecimento da Frelimo [...].*

Faço a revelação desta carta por ser um importante contributo para a História e não por qualquer sentimento de menos apreço pelo general

---

[1] Esta parte foi sublinhada pelo seu autor.

Silvino Silvério Marques, que considero dos generais mais distintos do exército português. Faço-o ainda porque Marcello Caetano me deu por escrito essa autorização. Na parte final escreveu: *É claro que eu não posso passar a vida a responder aos que me atacam. Este, não sendo dos mais inteligentes, não é dos piores [...] Dou-lhe a si estas explicações como querido Amigo que me pareceu preocupado com o livro — e que ficam também como documento para o historiador. Aliás, pode mostrar à vontade esta carta a quem lhe parecer. Um abraço do Marcello Caetano.* Vendo-se atacado em muitos campos, não receava tomar desforço de quem, por mais alta que fosse a sua patente, criticava a situação política que tivera na chefia do Governo.

4. MAIS NOTÍCIAS DO BRASIL

Também eu continuava a escrever semanalmente a Marcello Caetano. No dia 11 de Março dizia-lhe ter falecido Francisco de Assis de Oliveira Martins, vítima de um enfarte violento que não permitia qualquer esperança de salvação. Era um excelente confrade da Academia Portuguesa da História e deixara um geral sentimento de saudade. Marcello Caetano, que o conhecera nas actividades da Agência-Geral das Colónias e tinha apreço pela sua obra de historiador, não deixou de salientar na resposta: *Tive sincera pena do Oliveira Martins, que era um amigo da cultura, um patriota e uma pessoa de bem.* Chegara entretanto a Páscoa, em que foi visitado pelos amigos habituais, além de um grupo de portugueses em excursão no Brasil. O almirante Tomás ia regressar de vez a Portugal, aceitando as condições que punham termo ao seu penoso exílio. Soubera impôr-se à colónia pela dignidade e modéstia de vida. Francisco Casal Ribeiro passou a visitar Marcello Caetano com mais frequência, dizendo que não tinham mais razão de ser as divergências de outrora, pelo que Marcello continuava a ser o presidente de todos os portugueses que se mantinham fiéis ao passado. Entretanto, no dia 30 soube do falecimento do cunhado Gaspar de Bastos Coelho, marido da irmã D. Lucinda, notícia que o encheu de pesar pela grande amizade que os unia há meio século.

Tinham recomeçado os cursos na Universidade Gama Filho. No dia 28 de Março dera a primeira aula no mestrado de Direito Administrativo e três dias depois começou o curso de História do Direito. Por esse tempo recebeu um grosso volume de provas do II volume do *Direito Constitucional* em que trabalhou afanosamente. Teve no dia 8 a grande alegria de estreitar o filho João, que passou pelo Rio em missão de trabalho a caminho de São Paulo. No regresso a França, o arquitecto João Alves Caetano voltou a estar um dia inteiro com o pai, encontro que encheu por completo a vida deste. No dia 22, o Prof. Pontes de Miranda fez questão de ter Marcello Caetano a

seu lado, na festa de família em que celebrou os 86 anos. Também de Portugal chegaram muitas pessoas que o foram saudar a casa[1].

No dia 27 de Abril deslocou-se Marcello à cidade vizinha de Petrópolis, para assistir à inauguração da Casa de Portugal, de que fora eleito o sócio honorário n.º 1. Era acompanhado pela jornalista Benvinda Maria Marques Mendes, cuja dedicação pelo estadista ia ao ponto de todas as semanas lhe encher a casa de flores e de doçaria regional, num comovente testemunho de fidelidade a Marcello e a sua irmã D. Olga. Foi das pessoas mais devotadas que encontrou no exílio, assim como a jornalista Neuza Amaral, muito próxima de Benvinda, que também o rodeou de estima e de deferência. A visita a Petrópolis emocionou Marcello Caetano, ao ponto de no dia 2 de Maio ter ido consultar o cardiologista Dr. Armando Gomes, que o achou em estado normal. E no dia seguinte recebeu a visita do presidente Athayde e do general Aurélio Lyra Tavares, da Academia Brasileira de Letras, que lhe foram renovar o gosto unânime dos confrades em voltarem a saudar Marcello Caetano nas sessões de quinta-feira.

Entretanto, por carta de 1 de Maio, eu mostrava-me inquieto com o seu longo silêncio. Soubera pelo Dr. Quesada Pastor, seu antigo chefe de gabinete e dedicado amigo, que ele se encontrava de boa saúde e apenas com o correio em atraso. Já então enviara a Marcello Caetano o II volume da *História de Portugal,* admirando-me que não o tivesse recebido. A resposta veio na carta de 28 de Abril: *Deve estar admirado do atraso das minhas notícias. Tanto mais que as suas vão chegando regularmente: em cartas, em mensagens verbais (ainda há dois dias aqui esteve o Fernando Guedes), em publicações da Academia, de que me vieram às mãos mais algumas pelo correio, incluindo o volume comemorativo do 40.º aniversário da Academia, onde li, com emoção, a comunicação do Guilherme Braga da Cruz*[2]. *Mas, cheio de trabalho, não lhe quis escrever sem acabar a leitura do 2º. volume da* História, *que fiz pausadamente, para não perder nada do texto e aprender o máximo [...]*

Marcello Caetano era generoso em extremo na sua apreciação. Apenas como homenagem ao amigo inesquecível se transcrevem aqui

[1] A agenda refere os nomes de D. Marcelina Teodoro dos Santos, dos almirantes Teixeira da Silva e Morgado Belo, de Filipe Malta da Costa e outros.

[2] No opúsculo *O 40.º Aniversário da Academia Portuguesa da História, Renascida da Academia Real da História Portuguesa,* Lisboa, 1977, o Prof. Guilherme Braga da Cruz escrevera, nas páginas 100-101, palavras de grande nobreza sobre os estudos medievais de Marcello Caetano: «Tal é o caso da memória comemorativa do 7.º centenário de *As Cortes de Leiria de 1254,* da autoria de Marcello Caetano, trabalho de alto mérito, onde o ilustre professor e académico, depois de uma breve introdução sobre a conjuntura histórica e sobre os problemas de ordem económica com que D. Afonso III se debateu no começo do seu reinado, disserta extensamente...»

as referências globais que fez ao texto e onde se impõe descontar os primores da sua amizade: *Já disse ao Fernando Guedes a excelente impressão de conjunto: além da parte gráfica, cujas ilustrações são um primor, o conteúdo é de primeira ordem e confirma e amplia as expectativas abertas pelo 1.º volume. É espantosa a soma de elementos reunida, a capacidade de síntese, a aptidão para apresentar o estado das questões controvertidas, a elegância do estilo onde há páginas, como a do retrato de D. João II, dignas de Oliveira Martins. Sabe que não partilho desse generalizado juízo sobre o Príncipe Perfeito: mas as passagens que lhe dedica são magistrais. E diz-me o F. Guedes que o meu amigo trabalha sem equipe e até sem dactilógrafa! Que espantosa capacidade! Eu, que cada vez rendo menos e me canso mais, estou em êxtase perante o seu fenómeno!* Juntamente enviava-me duas páginas de «modestas observações», todas de grande préstimo para a correcção de vários passos da obra.

Cruzou-se esta carta de Marcello Caetano, recebida a 5 de Maio, com outra que lhe enviara no dia 1 desse mês. A 24 entendia tranquilizar-me quanto ao desencontro das notícias: *Tenho aqui as suas duas últimas cartas. A de 1 de Maio cruzou-se com a minha e fiquei aguardando que recebesse esta. Pela de 15 de Maio fazia alguns comentários «por bem» ao excelente 2.º volume da* História. *Repito que só tenho pena de não poder dar-lhe contribuição mais válida para que a sua obra seja* de longe, *como de resto está sendo, a melhor História de Portugal. E permita-me que, com toda a imparcialidade que me dá o não ser* fan *de D. João II, discorde da deslocação da fundação do Hospital Real para o reinado seguinte. Foi do Príncipe Perfeito a resolução e a impetração da bula. O sucessor inaugurou: será suficiente para lhe atribuir o mérito? Na* Antiga Organização dos Mesteres *tratei do assunto.*

No dia 12 de Maio fora Marcello Caetano fazer uma conferência sobre contencioso administrativo a Itaúna, no estado de Minas Gerais. Fez a viagem desde Belo Horizonte de automóvel, na companhia dos Drs. Vivaldi Moreira e Plínio Salgado. Ficou alojado na Casa da Barragem, pertencente ao reitor Guaracy de Castro Nogueira, de quem lembrava o afável acolhimento que recebera. O Conselho Universitário obsequiou-o com um almoço no Restaurante Angolano. Mas no dia seguinte estava de regresso ao Rio, para preparar as aulas da semana imediata na Universidade Gama Filho. Ao mesmo tempo falou com o vice-chanceler Paulo Gama Filho, sobre a localização do Instituto de Direito Comparado e da sua biblioteca. Estava igualmente a redigir as duas lições sobre Direito Português a proferir nos dias 22 e 29 no Liceu Literário Português. Deste labor me dava ainda conta na sua carta de 24 de Maio: *Continuo a espantar-me com a sua capacidade de trabalho. Eu por aqui disperso-me bastante, mas o pior é não conseguir já estudar e escrever muitas horas por dia. Depois*

vêm as conferências: há dias fui fazer uma a uma cidadezinha do estado de Minas, agora tenho duas no Liceu Literário Português; e duas cadeiras num curso de Mestrado em Direito ... Tudo dispersivo, como foi sempre na minha vida.

5. A VISITA DO PRESIDENTE EANES

Por esse tempo encontrava-se o general Ramalho Eanes em viagem oficial ao Brasil. A fim de não o molestarem com informações que lhe seriam dolorosas, Marcello Caetano decidiu passar uns dias com D. Olga num local tranquilo. Escolheu, para o efeito, o Hotel Sheraton, para onde foi na tarde de 25 de Maio. Ali o visitaram os amigos Manuel Queirós Pereira e o Dr. Eduardo José Brasão e esposa. Na agenda do dia 26 à noite refere-se: *Apareceu para cumprimentos o Manuel Neto Portugal.* Tendo feito parte da comitiva presidencial, o sogro do general Eanes entendera correcto ir saudar o homem que no passado o distinguira com a sua amizade. Não mencionou essa visita nas suas cartas, mas acerca do presidente afirmou: *Anda agora por cá o generalíssimo (graduado) dessas bandas. Seco, cara de pau, com ar permanentemente zangado neste país de cordialidade e bom humor, é um desastre diplomático, mas representa bem a má consciência de um exército fujão e de um regime que arruinou Portugal. Porque não se teria deixado ficar por aí?* De D. Manuela Eanes diria: *A mulher foi minha aluna. É delicada e tem o encanto natural da simpatia.*

Marcello Caetano sentia-se magoado pelas notícias vindas na imprensa portuguesa, de que era passível de 12 anos de prisão maior pelo crime de ter sido presidente do Conselho de Ministros. O Dr. Lopo Cancela de Abreu informara-o dos rumores que corriam, não deixando também eu de lhe manifestar viva repulsa por tamanha enormidade jurídica. No dia 26 de Maio, quando se achava no Sheraton, escrevia-me: *Muito obrigado pela solidariedade oferecida no ridículo caso do processo crime em que antecipadamente estou condenado a não sei quantos anos de prisão maior celular ... não tenciono colaborar nessa comédia judiciária e por isso não apresentarei defesa no processo nem indicarei testemunhas. O que não quer dizer que, se as circunstâncias o impuserem, não diga da minha justiça, em público, muito que tenho a dizer.*

Mas no dia 28 de Maio deixa de súbito o hotel, ao chegar-lhe a notícia da morte do ministro Luís Gama Filho, que sucumbira aos efeitos de uma prolongada doença cardíaca. Marcello Caetano sentiu a morte do fundador da Universidade onde havia quatro anos era professor. Fora Gama Filho, logo que ele chegara ao Rio, quem lhe abrira as portas da docência e oferecera excelentes condições de trabalho. Não podia esquecer as gentilezas em que sempre o envolvera

e que tinham contribuído para estreitar os laços de mútua amizade. No dia seguinte não faltou Marcello Caetano ao funeral que teve lugar no cemitério de Catumbi, onde o ministro Luís Gama repousa para sempre.

Não cessava, entretanto, o labor intelectual de Marcello Caetano, que, atendendo a numerosos pedidos, refundira a sua *História Breve das Constituições Portuguesas*[1]. Era chegado o momento de incluir na obra o comentário da Constituição de 1976. Quando da última viagem ao Brasil, o editor Fernando Guedes pedira ao autor para rever e actualizar o texto da 3.ª edição, o que ele ia fazendo nas horas vagas. No dia 29 de Maio entregou o novo original para a impressão, saindo o volume dois meses depois em Lisboa e em São Paulo. Por se tratar de um livro muito esquematizado e de invejável clareza, não tardou a esgotar-se a edição que, em 1981, de novo se reimprimiu. A sua análise da Constituição oriunda do 25 de Abril é rigorosa no sentido jurídico, além de implacável quanto aos erros e contra-sensos da lei orgânica que ainda rege o País.

6. ESTREITO CONVÍVIO EPISTOLAR

No dia 5 de Junho eu respondia a Marcello Caetano de que ficara contente por o saber de boa saúde e em plena actividade criadora, com aulas, livros e conferências. Dizia-lhe ainda que, para os portugueses conscientes, a cultura era o único meio de não deixarem afundar o ideal de vida, porque muitas vezes tal era o caminho a que o desalento e a vergonha conduziam: «acreditamos no juízo do futuro sobre o presente, que há-de nobilitar os dignos e amarrar ao pelourinho os traidores e os desprovidos de carácter». Era preciso continuar em posição vertical e não ceder aos cantos de sereia dos que pretendiam servir-se do nosso nome para benefício próprio. Três dias antes telefonara o major Vítor Alves, a quem nunca vi nem falei, a convidar-me em nome do Conselho da Revolução, para eu proferir a oração camoniana no Gabinete Português de Leitura. Acrescentou que a sugestão viera do Brasil, mas que aquele órgão lhe dava todo o apoio.

Disse ao referido oficial que não aceitava por já ter outros compromissos. Mas caso os não tivesse, que a resposta seria negativa. Aliás, recebera um convite do Prof. Pedro Calmon para em Agosto me deslocar ao Brasil. De tudo isto dei conta a Marcello Caetano que, a 26 de Junho, me respondia: *Entretanto, quem veio à cerimónia do 10 de Junho foi o Alçada Baptista, que depois esteve comigo. As impressões colhidas da sessão não foram boas. No Gabinete Português*

[1] Verbo, Lisboa/São Paulo, 1.ª ed. 1965; 2.ª ed. 1968; 3.ª ed. 1971.

de Leitura apareceram, segundo me dizem, escassas dezenas de pessoas e o António Alçada fez um discurso muito intelectual em que exaltou o anti-herói. Isto quando se está aqui habituado à exaltação retórica das glórias portuguesas! A repercussão jornalística foi nula. E é pena se essa tradição, pela qual as comunidades no estrangeiro sempre se bateram, vai morrendo [...]

No dia 4, por diligência de Benvinda Maria, fora Marcello homenageado na Casa do Porto, onde escutou palavras de grande respeito e apreço. Nos dias imediatos recebeu a visita de portugueses [1] e preparou as aulas de Direito Administrativo para o fim do 1.º trimestre na Gama Filho. Foi um período de trabalho reduzido: *Aqui viveu-se um mês de futebol com paralização total nos dias em que jogava a equipa brasileira.* Mas não era optimista a visão de Marcello Caetano quanto à efervescência política que pairava sobre o Brasil: *O Governo está empenhado na redemocratização do País e já não há quem defenda a autoridade que a revolução de 64 instaurou e graças à qual o País viveu em paz e próspero nos últimos anos. Vêem-se mesmo reviravoltas fantásticas! Ao mesmo tempo a perspectiva das próximas eleições tem feito irromper em todos os estados candidaturas lançadas pelos próprios, numa descarada corrida de ambições e de interesses que é a vergonha desta democracia onde os corruptos e demagogos clamam pelo voto directo na eleição dos governadores pela maior facilidade que ele lhes dá de captar votos.* O raciocínio levava-o à seguinte conclusão: *Por isso continuo inconvertível ... A teoria democrática pode ser bonita, mas na prática a teoria é outra, como dizia o tal ...*

No fim de Junho informei Marcello Caetano da realização em Tours de um colóquio sobre «O Humanismo Português e a França» [2]. A reunião tinha o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian e fora organizada pelo Prof. José de Pina Martins, director do Centro de Paris, e pelo Prof. Jean-Claude Margolin, do Centro de Estudos da Renascença de Tours. Por insistência daquele meu amigo, decidi participar no colóquio, com uma comunicação sobre o humanista e jurisconsulto António de Gouveia, tanto da minha preferência. Considerava a viagem como um repouso fora de Lisboa e, também, como o ensejo de rever velhos amigos que deixara em França. De qualquer forma, avisava-o de que estaria ausente de 7 a 12 de Julho, mas que ainda de Tours lhe daria as minhas notícias.

---

[1] Da agenda constam os nomes de D. Maria Teresa Sousa e Faro, Dr. Alexandre Carvalho Neto e irmão, Dr. João Afonso Calado da Maia e o pároco do Juncal, José da Silva Martins, presidente da Casa do Porto, D. Clara Sá Carneiro.

[2] O volume saiu com o título *L'Humanisme Portugais et l'Europe.* Actes du XXIè Colloque Internacional d'Études Humanistes. Tours, 3-13 Juilllet 1978, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1984.

Não contém apenas interesse pessoal a carta de Marcello Caetano, de 9 de Julho, que encontrei no meu regresso, pois corresponde também a uma curiosa interpretação do descanso do espírito quando saímos de um ambiente menos tranquilo: *Faço votos por que a sua viagem a Tours tenha corrido o melhor possível sob todos os aspectos. Estou convencido de que sair desse ambiente mefítico é um benefício para o espírito e até para o corpo. Chegam-me aqui pessoas intoxicadas pela situação portuguesa que pouco a pouco se descontraem e acalmam, e passados dias parecem outras. O meu amigo, graças ao seu trabalho intelectual, tem conseguido escapar alguma coisa, mas não consegue evadir-se totalmente (como seria isso possível?). Sair de Portugal há-de fazer-lhe bem. Esse país está impróprio para consumo ...* E a finalizar a carta, esta nota de carinho pessoal: *Estou impaciente por podermos conversar, como deseja.*

7. O PRIMEIRO ENCONTRO NO BRASIL

Pedro Calmon escrevera-me em 13 de Janeiro com um convite, em nome do Instituto Histórico e Geográfico, para uma visita ao Rio de Janeiro e indicara para o efeito o mês de Abril. Embora a lembrança fosse mais dirigida ao presidente da Academia da História do que a mim próprio, não deixou ela de me cativar por partir de um grande nome da cultura brasileira e que há anos me vinha honrando com a sua amizade. Escrevi a Pedro Calmon que só em Agosto, aproveitando as férias grandes, me seria possível aceitar o convite, ao que ele de imediato acedeu. Marcello Caetano teve então uma ideia que me comoveu, referindo-a em carta de 1 de Março: *Desde há muito tempo que insisto com os meus amigos da Academia Brasileira de Letras para que o meu amigo seja eleito numa vaga de sócio correspondente português. Mas a esquerda, alegando a necessidade de não hostilizar o novo regime (encabeçada pelo José Honório Rodrigues), foi metendo o Vitorino Magalhães Godinho, o Prado Coelho, o Fernando Namora... Agora, na vaga do Vitorino Nemésio, o Pedro Calmon encheu-se de brios e garante que o Dr. V. S. será eleito. Vamos a ver o resultado... À Academia vou raramente, mas talvez quebre o meu afastamento e reapareça para falar de si.*

Respondi a Marcello Caetano que Luís Forjaz Trigueiros me escrevera do Rio a informar do assunto, declarando não haver problema quanto à eleição. Nessa carta de 16 de Março insistia com Marcello para que não levasse o seu desejo por diante. Embora me sentisse honrado com a lembrança, nunca pugnara na vida por láureas do género, pelo que era a sua amizade e a de Calmon o que mais contava para mim. Mas na carta de 24 de Maio insistia: *A sua eleição na Academia está assegurada.* Nas cartas seguintes, Marcello Caetano

sugeria temas para as conferências que eu devia proferir quando da visita, dizendo que não devia recusar a sugestão do Prof. Erwin Rosenthal, director da Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, para fazer ali uma palestra no departamento de história. E como eu lhe tivesse falado no receio da minha saúde pelo carregado programa social que já me transmitira, Marcello Caetano acrescentava com certa ironia em carta de 9 de Julho: *Quanto ao seu aparelho digestivo não se aflija: em geral quando se está fora de casa corre tudo melhor.*

A segunda quinzena de Julho ocupei-a na redacção das conferências a proferir no Rio e em São Paulo [1]. Por carta de 17 eu exprimia a Marcello Caetano a minha impaciência em o abraçar: «Aguardo com ânsia a viagem, convencido também de que me poderei libertar da intoxicação mental em que aqui se vive. Mas vou, sobretudo, porque tenho imensas saudades suas e também para abraçar Calmon.» Entretanto, ia seguir para São Paulo o meu amigo Francisco da Gama Caeiro, que há três anos era ali professor convidado. Informei Marcello de que ele deixaria no Rio alguns exemplares da 4.ª edição das *Constituições Portuguesas,* que a Verbo acabara de lançar com enorme sucesso. E, a propósito, lembrava a necessidade de uma reedição das *Lições de História do Direito Português:* «é a melhor obra do género que se publicou no País, está de há muito esgotada e a Verbo pode lançá-la em melhores condições que a Coimbra Editora». Marcello Caetano dir-me-ia, mais tarde, que foi a partir desta insistência que resolveu meter ombros à tarefa de reeditar as *Lições,* como mais adiante será referido.

No dia 22 de Julho escrevia-me Marcello Caetano a informar que o programa da visita fora já delineado: *Pedro Calmon e eu organizaremos a parte da distracção. Creio que já conhece o Rio, mas há sempre coisas novas a mostrar.* Acerca das palestras a realizar, advertia-me para a noção exacta do tempo: *Não deverão exceder 45 minutos, pois as pessoas aqui — e com razão — não aguentam mais.* Acrescentava Marcello, em termos afectuosos, que tinha saudades de me ver, mas que receava não ser famoso o seu estado físico: *Esta época tem sido, desde que cheguei, a mais desfavorável à minha saúde, porque a humidade desencadeia-me a asma. Vamos a ver se me ponho em termos para o mês de Agosto.* A agenda da segunda quinzena de Julho refere que alguns dias esteve engripado e permite também saber quais as pessoas que então o visitaram [2].

---

[1] A 14 de Agosto, no Liceu Literário Português, sobre «Um retrato de Camões»; no dia 16 no Instituto Histórico acerca de Alexandre Herculano; e no dia seguinte a «Evocação de Vitorino Nemésio» na Academia Brasileira de Letras. Na Universidade de São Paulo voltei a falar sobre «Alexandre Herculano e a fundamentação da História de Portugal».

[2] Carlos Alberto Machado da Silva, Dr. Duarte Ivo Cruz, Benvinda Maria Marques, Dr. Tomás Leonardos, o Eng.º Hélio Soveral (Luís de Santiago), Américo Borges e senhora (amigos de Vasco Morgado).

Na mesma carta pedia que lhe obtivesse o 3.º volume do *Salazar* de Franco Nogueira, pois tinha grande interesse em ler essa obra, desejo que procurei satisfazer. Era entrado o mês de Agosto, com os preparos da eminente viagem. Após quatro anos de separação física, mas em que a amizade se fora estreitando na troca constante do nosso correio, ia-me ser dada a grande ventura de rever o homem a quem me sentia ligado por sentimentos de respeito e de admiração. Posso acrescentar que de solidariedade também, no protesto que sempre elevara contra o seu injusto exílio, verdadeira afronta de um regime que se apregoava de restaurador das liberdades, mas que não respeitava o estadista probo que servira dignamente a causa pública e o seu País. Não escondia a emoção íntima pelo encontro que me ia ser dado ter na manhã de 12 de Agosto, no Aeroporto do Galeão, do Rio de Janeiro.

A envolver-me de carinho, ali estava Pedro Calmon, meu anfitrião, vibrante de cordialidade. E a seu lado, com a serena postura de sempre e um sorriso doce, Marcello Caetano a estender-me os braços numa funda expressão de ventura. Há momentos na vida em que nos apetecia, se fosse possível, parar a marcha do tempo. Julgo então ter vivido um momento desses, dos que enriquecem um homem e lhe deixam para sempre a lembrança imperecível de que sem valores do espírito a existência não teria sentido. E entre todos eles, não será a amizade pura, isenta de interesses e ambições, a que menos significado tenha para encarecer o destino humano.

Marcello Caetano conduziu-me nessa tarde ao centro do Rio de Janeiro, que eu não conhecia. Fez questão de passar pela Avenida Rio Branco, para que eu visse a floresta de cimento das grandes artérias que aos poucos iam transformando a fisionomia urbana do período colonial e dos tempos do Império. Um homem que amava o sossego propício ao estudo, como se podia identificar com aquela mole imensa por onde giravam formigueiros de gente? *Não raciocine em termos da Europa ou do nosso velho Portugal. Estamos num continente onde o gigantismo dos Estados Unidos acabará por impor as suas estruturas físicas e mesmo as formas de mentalidade. Ainda que a língua seja um meio de aglutinação entre troncos de variada origem, temos de ver o Brasil como um colosso para o qual a medida portuguesa serve cada vez menos de termo de comparação.* Depois de uma pausa, Marcello Caetano acrescentou: *É certo que temos fortes laços de sentimento e de cultura, mas não dispomos de embalagem para acompanhar a velocidade de sedimentação do Brasil*[1].

---

[1] As afirmações de Marcello Caetano eram por mim registadas ao fim do dia, quando não em apontamentos que pedia licença para logo anotar, pelo que correspondem ainda hoje ao que a memória fielmente gravou.

Tínhamos chegado à Praça 15 de Novembro, onde chamou a minha atenção para a equilibrada concepção do Palácio de D. João VI. Do outro lado apontou a bela frontaria barroca da Ordem Terceira dos Carmelitas. E, olhando-me em maneira de confissão, Marcello foi dizendo: *Sinto-me bem no Rio. Fui recebido com amizade e em toda a parte sinto o carinho ao meu redor. Bem vê, encontrei aqui o coração aberto que em Portugal se me fechou. Como podia esquecer a boa hospitalidade de que me vejo rodeado no dia-a-dia?* Interrompi para lhe dizer que chegavam a Lisboa notícias comoventes sobre a dedicação que a colónia portuguesa lhe testemunhava, ao que respondeu: *Têm sido admiráveis, nas casas regionais, nas instituições de assistência, de recreio e de cultura e já não refiro os milhentos casos de dedicação pessoal. Posso dizer que em cada português daqui conto um amigo.*

No caminho para a baía, perguntei a Marcello Caetano se permanecia a imagem por vezes depreciativa com que os Brasileiros falavam dos membros da colónia. Tenho viva a sua resposta: *Nesta continua a existir um grande sentido de união, a par do vínculo que a primeira geração sente ainda muito forte com Portugal. O trabalho da Federação que reúne todas as Associações luso-brasileiras tem sido notável. São em grande número os «comendadores» que, pela persistente acção, deviam ser tratados no nosso País como beneméritos da causa lusíada. Um jovem economista, inteligente e caloroso, o Dr. António Gomes da Costa, tem-se revelado ultimamente um grande catalisador dessa vontade.* Voltei a insistir na parte da pergunta a que Marcello não respondera ainda, ao que esclareceu: *Com a onda desnacionalizante que trouxe, o 25 de Abril prejudicou o movimento em curso para dignificar o português do Brasil. O escudo era a moeda mais forte nas casas de câmbio e não havia hotel ou posto de gasolina que não arvorasse a bandeira portuguesa. Deixara de se ouvir o anedotário do português estúpido e faminto que aqui vinha tentar a fortuna. A revolução comprometeu a nova imagem de Portugal e foi pena que assim tivesse acontecido.*

De regresso ao Flamengo, mostrou a típica Rua do Ouvidor e os belos edifícios neoclássicos da Ópera e da Biblioteca Nacional, seguindo depois para a zona do Castelo onde me apontou a alta torre do novo Centro cultural que a Academia de Letras inaugurara uns meses antes: *Irá ver a magnificente obra quando da sua posse na quinta-feira.* Mais adiante acrescentou: *Acabamos por querer bem a este frémito de vida humana que é a imagem cordial do Brasil. Aqui pude refazer a vida, aqui encontrei novos amigos que por nada deste mundo trocaria.* Depois Marcello Caetano apontou para a pequena colina da Glória do Outeiro, ligando a sua origem ao nascimento da filha dilecta do imperador. Devera ela o trono de Portugal à luta que o pai empreendera depois de abdicar do trono do Brasil. Inquiri

do valor da pequena capela, ao que respondeu: *Tem mais interesse histórico do que propriamente artístico, mas merece uma visita na companhia do nosso amigo Dr. Mário Barata, que tão finamente se tem ocupado da arquitectura religiosa do Rio.*

A visita ao centro do Rio enchera-me a tarde de emoções, pelo encanto de trato que recebi de Marcello Caetano. Ainda que mais envelhecido na expressão do rosto, achara-o com bom aspecto físico e a viveza do olhar que sempre lhe conhecera. Quis ter uma palavra de simpatia para a rijeza que aparentava, ao que respondeu, a sorrir, que não se queixava do aspecto, mas do peso dos anos: *Quando o Veríssimo Serrão chegar aos 72, há-de ver que já não é a mesma coisa.* Mas logo a seguir, com uma frase de maior suavidade: *Mas dou graças a Deus por, na minha idade, ser ainda capaz de fazer o que faço.* Despedimo-nos até o dia seguinte, para a visita a Petrópolis, onde nos esperava Pedro Calmon com a fidalguia habitual.

8. A VISITA A PETRÓPOLIS

Pelas 10 horas, na companhia de sua irmã, fomos assistir à missa dominical em São Bento, cujo interior me deslumbrou pelo equilíbrio da traça e riqueza da decoração, com realce para a talha dourada de feitura joanina. Era elevado o número dos fiéis, notando-se a presença de membros da colónia portuguesa que envolveram Marcello Caetano de expressões de carinho. Notei durante a cerimónia que nunca se ajoelhou, embora acompanhasse o ofício com uma profunda convicção íntima. Teria perdido a fé, como se ouvia dizer em Lisboa? Nessa tarde D. Olga confidenciou-me que o irmão se mantinha fiel à Igreja, mas que o abalo sofrido com o 25 de Abril tivera uma grave repercussão na sua alma. Não deixou de ser um crente sincero, mas foi aos poucos abandonando a prática religiosa. Marcello criticava a hierarquia eclesiástica que via afastar-se dos caminhos da tradição. Dificilmente perdoava à Igreja a falta de visão que conduzira à entrega da África portuguesa a movimentos estrangeiros de inspiração marxista. A sua crise pessoal foi muito funda nesse aspecto. Mas, sempre que podia, acompanhava D. Olga na missa de domingo, por saber que assim enchia de ternura o coração religioso da dedicada irmã.

Pelo meio-dia pusemo-nos a caminho da bela cidade de Petrópolis. Por uma estrada sinuosa, mas que oferece panoramas inusitados, a viagem fez-se em pouco mais de uma hora para o burgo dilecto de D. Pedro II, por muitos considerada a Sintra da família imperial brasileira. Estava ansioso por lhe fazer perguntas que há muito me bailavam na mente, mas sentindo que não era ainda o momento azado

para isso. Marcello Caetano ia-me dando, ao longo do percurso, interessantes explicações sobre a terra e as gentes. Pareceu-me em determinado momento que estava ansioso por saber notícias de Portugal. Colocando-se agora na posição de entrevistador, mas com o comedimento que lhe era próprio, de tempos a outros voltava-se para o banco traseiro e inquiria novas dos amigos.

Como vai o Adelino da Palma Carlos? Respondi que em boa forma mental e física, como me era dado ver nas reuniões da Universidade Livre de que fora eleito reitor. Acompanhando a marcha do carro, depois de um breve silêncio acrescentou: *É um homem de rija têmpera e um grande coração. Foi pena que tivesse embarcado na aventura marxista do 25 de Abril, ele que foi sempre um liberal de fortes convicções e um patriota sem mácula. Mas com uma grande experiência dos homens, o Adelino é na vida política um ingénuo. Como o são as pessoas de bem que amassaram a vida na persistência do trabalho e não no manobrismo deletério dos partidos.* Logo a seguir, Marcello concluia o pensamento: *Mas, mesmo nas horas difíceis, foi sempre para mim um bom amigo que, ao contrário de tantos que diziam sê-lo, nunca cometeu uma vilania contra a nossa amizade.*

Em Petrópolis acolhia-nos de braços abertos Pedro Calmon, rodeado da esposa e demais família. Após o bom convívio que os dois anfitriões, com marcas de fidalguia, quiseram dispensar aos amigos portugueses, fomos visitar o Museu Imperial, primorosamente organizado sob a direcção do Prof. Lourenço Luís Lacombe. Marcello Caetano que era visitante habitual do museu e o conhecia em todos os pormenores, prestou-se a dar explicações sobre a antiga residência estival do imperador D. Pedro II. Além da excelente apresentação museológica, o museu contém um conjunto de riquezas em móveis, quadros, objectos, porcelanas e joalharia, que impressiona o visitante. Entre tantas preciosidades, Marcello chamou a minha atenção para a coroa de D. Pedro II, ornada com 77 pérolas e 639 diamantes, assim como para as insígnias do fundador do Império, com a coroa, o ceptro, o manto e o globo de ouro.

Ao fim da tarde de 13 de Agosto fez-se o regresso ao Rio de Janeiro. Começara a tombar uma chuva miúda, pelo que o motorista teve de abrandar a marcha, obedecendo aos avisos de moderação de Marcello Caetano. Este parecia fatigado e manteve um longo silêncio que em determinado momento cortou para perguntar se eu ainda sentia a fadiga da viagem aérea. Disse-me então que a mudança horária obrigava a um ou dois dias de recuperação, o que era corrente nos portugueses que vinham ao Brasil. Mas acrescentou que eu não deixaria de gostar do novo ritmo do tempo, por começar a vida muito cedo e ser o período de sono bastante curto para qualquer europeu. Já no momento da despedida, disse-me Marcello Caetano com um sorriso: *Eu sei que pretende saber coisas de mim. Amanhã*

com mais vagar falaremos. E foi com um aceno de larga simpatia que naquela hora me deixou.

9. NA UNIVERSIDADE GAMA FILHO

No dia 14, pelas 10 horas, saímos do hotel para uma visita à Universidade Gama Filho. Lá estaria também Pedro Calmon para o almoço que o chanceler Paulo Gama nos queria oferecer. Marcello pareceu-me repousado, pois dormira largamente, segundo disse, o sono dos justos. Em direcção ao Bairro da Piedade, aproveitei o encontro íntimo para lhe renovar que fora ao Rio com dois pensamentos: estar a seu lado no dia do aniversário e para o ouvir sobre factos da sua vida política, que eu gostaria, quando fosse possível, divulgar. Não me parecia justo que o futuro viesse a deturpar procedimentos e intenções ligados ao seu tempo de governo, pelo que cumpria aos amigos defender a isenção da sua conduta como homem e estadista. Marcello compreendeu que não se tratava de uma entrevista, por eu próprio reconhecer a falta de dotes para a verdadeira arte de definir personalidades e criar imagens que é o jornalismo. Disse-lhe apenas que queria ouvir o seu testemunho sobre os homens e os acontecimentos, em géneros de «confidências» se assim lhe quisesse chamar, do que ele entendesse útil para o julgamento da história.

Após um instante de reflexão, respondeu-me: *Mas o Veríssimo Serrão é um felizardo, porque nas cartas que lhe mando espraio-me sobre variadas considerações. Para as outras pessoas são apenas as notícias de circunstância, de agradecimento, de desabafo ou simples lembrança. Enquanto para si, creia que não me dirijo só ao amigo que estimo, mas também ao historiador que prezo.* Perguntei-lhe se não levaria a mal que fizesse certas perguntas para um livro de evocações que tinha a intenção de escrever. Mostrando boa disposição, Marcello retorquiu: *Como diria o Óscar Wilde, não há perguntas indiscretas, as respostas é que o podem ser. Pergunte tudo o que quiser, que eu não lhe oculto nada.* Assim chegámos ao subúrbio da Piedade, para conhecer o grande centro de ensino onde Marcello Caetano há quatro anos exercia a actividade docente.

Dois meses passados sobre a perda do ministro Luís Gama Filho, era ainda de consternação o ambiente da Universidade que ele fundara com o combativo ardor do seu espírito. Ali fomos recebidos por seu filho Paulo Gama, devotado continuador da obra paterna, pelo desembargador Murta Ribeiro, reitor da instituição, e por todos os membros do Conselho Universitário. Impressiona verificar como o sonho de um homem conseguiu ao longo de 40 anos erguer um complexo universitário de tamanha amplitude, fazendo da Gama Filho a maior Universidade privada do Brasil. Ali funcionam departamentos de Ciências

Jurídicas, com o respectivo mestrado, de Economia, de Administração e Contabilidade, de Política e Sociologia, de História e Geografia, de Comunicação e Serviço Social, todos conduzindo à licenciatura e, em vários sectores, à pós-graduação. Ao lado dos blocos de aulas ergueram-se salas de estudo e de investigação, laboratórios, bibliotecas, um hospital dotado da melhor aparelhagem técnica e cirúrgica. Para actividades circum-escolares, mandou-se construir um estádio universitário, um teatro e salas de concerto. A obra do fundador constitui um exemplo de quanto pode a vontade humana ao serviço de um grande ideal.

O novo chanceler, Paulo Gama, assumira a herança paterna com o espírito de missão que define um discípulo que se orgulha da mensagem do mestre. Na gentileza com que nos acolheu sentia-se a ventura do dirigente para quem o passado da instituição era a melhor garantia do seu futuro. Durante a visita pude aperceber-me do ambiente de deferência de que Marcello Caetano era rodeado. Já notara que muitas pessoas o tratavam carinhosamente por «Sr. Presidente». Desde o chanceler ao mais humilde funcionário, todos buscavam ser amáveis para com o mestre eminente que dirigia o Instituto de Direito Comparado. Ao saudar Pedro Calmon e a minha pessoa, o chanceler Paulo Gama dissera com júbilo: «Entre as muitas coisas boas que meu pai realizou nesta casa, considero das melhores o convite ao Prof. Marcello para nos vir dar as luzes do seu grande saber.»

Após o almoço, fui visitar com Pedro Calmon a biblioteca pessoal de Marcello Caetano. Num grande compartimento, vi alinhadas umas oito estantes, cada uma podendo ter 6 a 7 metros de comprimento, onde se arrumava em duas filas o impressionante conjunto de livros que Marcello Caetano reunira em mais de 50 anos de estudo. Tudo seriado por temas ou matérias, por ordem cronológica tanto quanto possível, abrangendo manuscritos, primeiras edições, obras raras e de consulta, nos mais variados ramos do conhecimento: História e Direito, Economia e Política, Literatura antiga e moderna, Belas-Artes e Regionalismo, enfim, as ciências humanas em larga representação. Chamou-me a atenção um conjunto de livros sobre história da música, uma boa queirosiana e uma pessoana com muitas e valiosas espécies. Numa palavra: uma grande biblioteca de estudo, podendo cifrar-se em 25 a 30 mil volumes e opúsculos, o bastante para satisfazer a ânsia do jurista, do historiador, do economista, do político, do homem de cultura a todos os níveis.

O recheio de livros sobre o Brasil logo atraiu o interesse de Pedro Calmon, que dentro em pouco mostrava surpresa por encontrar títulos que ele próprio não possuía e há muito cobiçava. Com a autorização de Marcello Caetano, fui percorrendo pela indicação das lombadas um ou outro livro de nomes em voga. Aqui e além fiquei surpreso com o teor de algumas dedicatórias dos anos de governo, havendo também

outras ofertas feitas a poucos meses da revolução. Numas elogiava-se em termos deferentes, quando não afectuosos, o estadista, noutras faziam-se afirmações de lealdade pessoal e política. Esses livros eram da autoria de pessoas que após o 25 de Abril se destacaram pelo seu veemente antifascismo e se diziam vítimas da opressão sofrida durante o meio século de ditadura. Pedi a Marcello para obter fotocópias, ao que anuiu em tom sério: *Mas não as divulgue, pelo menos enquanto eu for vivo, para não aumentar o desprezo que já sinto por esses e outros senhores.* Um dia o farei, para que a história o ajuíze.

10. NO LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

Voltámos ao centro do Rio a meio da tarde, com um tráfego infernal. Aproveitei a lentidão da marcha para de chofre lhe perguntar: «Porque não evitou o Sr. Presidente o 25 de Abril, se dispunha para isso de poder legal?»; Não tardou em responder: *Talvez o tivesse, mas não a força real que o assegura. E sem esta não basta a verdade das convicções para defender um regime.* Volto a insistir: «E se Salazar fosse vivo, teria a revolução tido êxito?». Marcello respondeu de imediato: *Há muitos que ainda defendem essa opinião em público e sem que ninguém lhes demonstre a insensatez dela. Mesmo com o seu alto génio político, o Doutor Salazar nunca poderia evitar a tragédia. Com que forças e usando de que meios militares? Pondo-se aos tiros aos opositores do regime? Não há comparação possível entre as situações políticas de 1961 e de 1974, haja em vista as pressões internacionais e a maneira como se quebrou a frente interna com a tentação de mudança de muitos estratos sociais, desde o clero aos militares e à burguesia.*

Refiro a Marcello Caetano que a obra do embaixador Franco Nogueira tende precisamente a demonstrar que houve analogias palpáveis nas duas crises, pois numa e noutra era a defesa do Ultramar que estava em jogo. Não tardou em responder-me: *Mas isso corresponde a ignorar a marcha do tempo, como se o mundo em 13 anos não tivesse mudado! Os nossos meios conservadores sabem muito bem que em 1974 tudo era diferente, mas continuam a defender a tese errada, porque julgam assim eximir-se à responsabilidade que também lhes cabe na queda do regime.* E de imediato Marcello sublinha a sua posição: *Para os que tinham a obrigação moral de me ajudar e não o fizeram por cegueira ou conveniência, é agora fácil fazer de mim o bode expiatório dos seus erros e frustrações. Mas, por mais que tentem, não se libertam do julgamento que o futuro há-de fazer dos seus próprios actos.*

Não me dando inteiramente por satisfeito com a resposta, insisto com Marcello Caetano no argumento dos seus opositores: de que o

regime devia ter enfrentado as grandes potências desejosas de pôr termo ao último capítulo da era colonial. Fitou-me com uma expressão convicta: *Não oferece hoje dúvida para ninguém o que eu disse com frequência e para que o Doutor Salazar já tinha alertado os Portugueses: que os blocos rivais quiseram, numa aliança exemplar, apossar-se dos pontos estratégicos e das matérias-primas da África Portuguesa. Se a União Soviética o fez por convicção ideológica, mais estranho é que os Estados Unidos tenham seguido uma política contrária aos seus interesses no Mundo.* E de maneira ainda mais terminante: *Digam-me onde estava a nossa força militar para fazer frente a tal ameaça, se até mesmo uma parte das tropas de pacificação em África queria depor as armas a qualquer preço.*

Disse estar de acordo em que não seria possível, sem consciência da indispensabilidade do Ultramar para o futuro de Portugal, resistir ao assalto do imperialismo sedento das nossas posições no Mundo. Tudo se agravou quando as Forças Armadas se deixaram envolver pelos argumentos da guerra injusta e da saturação psicológica, habilmente tecidos pelo socialismo internacional. Por isso não quiseram aguardar, como era seu estrito dever, a solução política do problema africano, que o Governo teria intensificado em 1975 nos princípios da autonomia progressiva e participada. Marcello Caetano cortou-me a palavra para exprimir com ironia triste: *Dizia-se que o mundo livre estava contra nós e que não queríamos na ONU ouvir a consciência dos povos!*

Logo de imediato prosseguiu: *Mas que mundo livre? Os oprimidos países da Cortina de Ferro? A famélica União Indiana? A feudal e indigente Etiópia? A Nigéria campeã dos genocídios? A Indonésia que apenas esperava o momento de meter o pé em Timor? Valha-nos Deus com tanta liberdade junta! Éramos batidos em número de votos nas várias organizações internacionais, porque a União Soviética e os Estados Unidos assim o queriam, arrebanhando os países do Terceiro Mundo para a nossa expulsão da África, de Macau e de Timor. O resto pertence ao domínio das mentiras descomunais que então se aceitavam como verdades incontestadas, mas que hoje já não enganam a consciência de ninguém.* Foi com um ar de profunda tristeza que Marcello concluiu o seu pensamento: *A tristeza vem sobretudo de ver que houve portugueses evoluídos que acreditaram em tais balelas, alinhando no grupo dos nossos inimigos. Agora que lançaram Angola e Moçambique nos horrores da guerra tribal e que martirizaram a fiel gente de Timor, que os bem-pensantes vejam o crime que ajudaram a cometer sem proveito para o Ocidente e para Portugal.* E no fim rematou: *Como pode dormir essa gente de consciência tranquila?*

Tínhamos chegado ao Liceu Literário Português, onde pelas 18 horas eu devia proferir uma conferência sobre a vida e obra de Camões. Ainda com o carro em marcha, Marcello insistiu que a frente interna

se desmoronara em Portugal devido a uma grande crise de ordem moral: *Ou se tinha consciência do perigo, pois para ele com frequência chamei a atenção, ou caía-se na mais grave crise da nossa história, como veio a acontecer.* Desde os anos 60 que o Governo tinha conhecimento da constante infiltração de jovens de formação progressista na Academia Militar e nos seminários, o que obedecia a um plano a longo prazo de sabotar o regime. Marcello Caetano acrescentou então: *São completamente loucos os que afirmam que os meios de repressão teriam evitado a crise. A lei pode intervir nos casos de alteração da ordem pública, mas não pode combater a subversão nos espíritos, se as próprias pessoas o não quiserem fazer.* E, antes de deixar o carro, num longo desabafo: *É fácil criticar hoje a falta de autoridade do meu Governo. Os palradores de café ou de salão têm sempre a fórmula mágica de evitar as desgraças nacionais. Foi pena que antes do 25 de Abril a não tivessem aplicado.*

Impressionou-me a obra cultural levada a cabo pelo Liceu Literário Português, instituição fundada em 1868 com o lema de «Deus, Pátria e Liberdade». Ali se ministra o ensino ginasial a centenas de filhos de imigrantes radicados de fresca ou longa data no Rio de Janeiro. Estando também presente o Prof. Pedro Calmon, fomos, Marcello Caetano e eu, recebidos com primores de hospitalidade pelos membros da direcção, a que presidiam o comendador Evaristo Alves e o Dr. Adalberto Pizarro Loureiro [1]. A uma assistência constituída, em grande parte, por dezenas de estudantes, pude falar da mensagem de Camões, o poeta de todos reverenciado pela expressão do génio lusíada. No final verifiquei o tom cordial que Marcello punha nas relações com o antigo aluno Dr. Noel de Arriaga, de quem me disse: *É um poeta de talento e cuja vida se pauta por uma grande seriedade. Embora discreto no convívio, o Noel possui óptimos sentimentos por ser uma alma digna e generosa.* No ambiente do Liceu pude então viver momentos de excelente convívio.

Quando se chegou ao fim da tarde pediu Marcello Caetano para o acompanhar ao morro vizinho do Convento de Santo António, que domina o Largo da Carioca, agora sujeito a obras de modernização urbana que farão desaparecer os últimos vestígios da época colonial. Por já se encontrar a igreja encerrada, disse para atentar na curiosa fachada, com as portadas da cantaria, a torre sineira e o nicho da portada, assim como os três frontões que serviam para armar os presépios. Como que a prosseguir o diálogo havia duas horas inter-

---

[1] Tanto quanto me recordo, estavam também presentes o 2.º vice-presidente António Marques Meirinho, os secretários Dr. Joaquim Simões de Faria e Carlos Fernando Anastásio, os tesoureiros José Moreno Borlido e Tadeu Martins de Macedo, além do bibliotecário Bernardo Moreira Peixoto e dos directores Artur dos Santos Pereira e Prof. António Rodrigues.

rompido, Marcello Caetano estacou para dizer: *Sem o Ultramar estamos reduzidos à indigência, ou seja, à caridade das nações ricas, pelo que é ridículo continuar a falar de independência nacional. Para uma nação que estava em vésperas de se transformar numa pequena Suíça, a revolução foi o princípio do fim. Restam-nos o sol, o turismo, a pobreza crónica e as divisas da emigração, mas só enquanto durarem. As matérias-primas vamos agora adquiri-las às potências que delas se apossaram, ao preço que os lautos vendedores houverem por bem fixar.* E a rematar com mágoa: *Tal é o preço por que os Portugueses terão de pagar as suas ilusões de liberdade!*

11. NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

Marcello Caetano passou a terça-feira 15 com sua filha Ana Maria, que viera de Lisboa para lhe festejar o aniversário. No dia seguinte conduziu-me a meio da tarde ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde Pedro Calmon nos acolheu com o calor humano que põe sempre na expressão do seu convívio. Marcello já me anunciara o deslumbramento que é para o visitante a nova sede do Instituto, na Rua Augusto Severo n.º 8, em pleno Bairro da Lapa. A instituição ocupa a parte superior de um grande imóvel de 12 pisos, de onde se avista o soberbo panorama da Guanabara. Num ambiente em que imperam a distinção e o bom gosto, encontra-se a mais antiga Academia de História do Brasil, com 140 anos de serviços prestados ao estudo das tradições e glórias do país irmão.

O salão nobre, cuja tribuna ostenta um quadro a óleo representando o imperador D. Pedro II, fundador da instituição, constitui a sala de visitas do grémio histórico que se avizinha do merecido sesqui centenário. Mas tudo o mais impressiona o visitante: a sala das relíquias, a galeria dos retratos, a opulenta biblioteca, o riquíssimo medalheiro, os gabinetes de leitura e os centros de investigação. Poder-se-ia chamar ao Instituto uma grande oficina de trabalho intelectual, posta ao dispor dos eruditos para toda a espécie de estudos sobre a história do Brasil nas fases da ligação a Portugal e posterior à Independência. Poucas instituições do género no mundo inteiro possuem idêntica estrutura física e cultural para realizar tão nobremente a alta missão para que foram destinadas.

Não se torna possível elogiar devidamente a acção do Prof. Pedro Calmon nos 20 anos que levava feitos no leme da instituição que lhe foi confiada. Sem dúvida que muito tem contado para a sua presidência o prestígio que dimana de um dos mais ilustres homens de letras do Brasil. Mas já não é traduzível a dedicação que Calmon oferece no dia-a-dia ao Instituto, numa dádiva que se considera total da sua pessoa e do seu espírito. Lá encontrei os prestimosos colaboradores

da directoria: o amável Prof. Américo Jacobina Lacombe, o atento Dr. Manuel Xavier Pedrosa, o dedicado Fernando Monteiro, o grande orador Dr. Horaldo Teixeira Valadão, o historiador do pombalismo no Brasil, Marcos Carneiro de Mendonça, e o Prof. Artur César Ferreira Reis, amigo como poucos da cultura portuguesa.

Ali pude ajuizar da grande estima que Marcello Caetano gozava entre os seus pares. Todos o tratavam com a maior deferência, no espírito cordial que às quartas-feiras o ligava aos restantes membros do Instituto. Quis ele próprio apresentar-me a alguns confrades que apenas eram meus conhecidos pelo obra escrita. Entre tantos nomes, poderei referir o arquitecto Paulo Ferreira Santos, historiador do urbanismo brasileiro e de tão afável convívio; Marcelo Moreira de Ipanema que, com a colaboração de sua esposa Cibelle, tem estudado atentamente as origens da tipografia no Brasil; Mário Barata, grande especialista da história da arte no período neoclássico; o comandante Max Justo Guedes, autor de valiosos trabalhos no campo da cartografia e da náutica; e Lígia da Fonseca Fernandes da Cunha, conservadora na Biblioteca Nacional do Rio, que publicara o álbum da oficina tipográfica e calcográfica setecentista do Arco do Cego.

Na sessão pública, Pedro Calmon apresentou o presidente da Academia Portuguesa da História em termos desvanecedores. Fazendo uma comunicação *Em louvor da História Luso-Brasileira,* cabia-me agradecer a honra da recepção e mostrar o empenhamento que era devido ao estudo do passado dos dois povos. Não deixei então de referir o nome de Marcello Caetano: «Para ventura das duas instituições, temos aqui presentes na fulguração da sua inteligência e vigor físico, duas figuras que se ligam aos primórdios da Academia a que tenho a honra de presidir. São elas, do lado brasileiro, o titular da cadeira n.º 39, o presidente Pedro Calmon, historiador e universitário de alto coturno, grande arauto da cultura lusíada em terras de Vera Cruz; e do lado português, como único sobrevivente dos membros fundadores, o titular da cadeira n.º 27, o presidente Marcello Caetano, a cuja dignidade e patriotismo quero prestar justa homenagem, reafirmando a fidelidade ao estadista que dignificou a minha pátria e a quem asseguro que a sua lembrança se mantém viva no coração do povo português.»

12. NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Na manhã de quinta-feira, dia do seu aniversário, conduziu-me Marcello Caetano à zona do Cosme Velho, para uma visita ao Largo do Boticário, onde se conservam algumas das mais belas moradias do estilo colonial. Dali seguimos para a residência próxima do historiador Marcos Carneiro de Mendonça, que nos acolheu com a costumada

gentileza. Construída nos meados do século passado, é uma vivenda senhorial que impressiona pelo recheio de coisas preciosas que o proprietário e a sua falecida esposa, a poetisa D. Ana Amélia, juntaram numa vida marcada pelo culto das letras e das artes. Na parte superior da vivenda, encontra-se a valiosa biblioteca do historiador, onde se destaca o arquivo da casa Lavradio que Marcos de Mendonça adquiriu há anos em Lisboa e constitui o grande acervo da sua obra histórica sobre o marquês de Pombal e a administração do Brasil.

Fomos dali a caminho do Corcovado, para observar o panorama incomparável do Rio de Janeiro e da sua baía aos pés do Cristo Redentor. Achei o momento oportuno para perguntar a Marcello Caetano, na continuação da nossa fala em frente de Santo António, o que pensava do conceito de liberdade: *Como todas as aspirações humanas, é um ideal a que nunca se chega. Não é a liberdade ao que se aspira na vida, mas apenas à ânsia de libertação em que o homem pretende cortar as amarras do destino que o prende ao mundo. Pode-se gritar pela liberdade como anseio de vida, nunca como programa de futuro. A não ser em Portugal, onde muitas pessoas tomaram a sério as promessas do 25 de Abril de que a liberdade é o direito que cada um tem de fazer o que quer e não de respeitar os direitos dos outros, começando pelos do próprio Estado.*

Prosseguindo na análise do seu pensamento que fez acompanhar do elegante jogo de mãos que lhe era habitual na conversa, Marcello Caetano afirmou depois: *Põem-se as pessoas a gritar, a defender pontos de vista ou a escolher candidatos, diz-se-lhes que são livres e elas acreditam. O livre arbítrio do homem cristão que responde perante a sua consciência, pouco ou nada tem a ver com as opções de ordem política em que o homem recebe as mais variadas condicionantes de tipo ocasional. Muita gente percebe a diferença, mas não abdica do orgulho de gritar que é inteiramente livre, sabendo que jamais o foi.* Afirmando depois que a liberdade teórica é uma das grandes ilusões da vida, pois os Estados abusam do seu enunciado para mais fácil e encobertamente coarctarem a liberdade dos povos, disse Marcello a concluir quando já se atingira o cimo do Corcovado: *Só com a liberdade, não mostra um Governo a sua capacidade de acção, nem zela pelas finanças públicas, nem executa planos de fomento, nem diminui o desemprego, nem abre perspectivas de futuro aos jovens, nem aumenta o nível de vida das populações. Qualquer Governo precisa de autoridade para se impor e fazer respeitar as leis. Tudo o resto é fantasia de quem necessita de inventar mentiras para se alçar ao poder.* Apenas demagogia barata!

Ao subir ao morro cimeiro do Corvoado, reparei que Marcello Caetano em determinado momento parou a marcha e pareceu-me com a respiração ofegante. Pouco depois prosseguiu a caminhada, dizendo

apenas: *O coração às vezes faz das suas*. Não havia motivo para manter um diálogo susceptível de o fatigar. Assim chegámos ao alto da Boavista e depois à barra da Tijuca, cujas belezas naturais me encheram de encanto. Para tudo o que a vista alcançava, Marcello tinha uma palavra de esclarecimento, uma alusão histórica ou a lembrança de ali ter estado com outras pessoas. Era um dia grande para quantos compartilhavam o júbilo do seu 72.° aniversário. E à noite reuniu à sua volta os irmãos Olga e António, a cunhada Catarina, os netos Rita, Gigi e Abel, a sobrinha-neta Rosarinho e o marido Vasco Marques, além de outros amigos que quis associar à festa de anos [1].

Nessa tarde, na companhia de Marcello Caetano, fui recebido na Academia Brasileira de Letras, a fim de proferir o elogio do meu antecessor Vitorino Nemésio, como sócio correspondente n.° 7. Acolheu-nos o presidente Austregésilo de Atayde, nome venerando das letras e do jornalismo brasileiros. Há muito que eu o admirava como redactor de um dos mais nobres documentos do mundo contemporâneo: a *Declaração Universal dos Direitos do Homem,* assinada em Paris no ano de 1948. Fui introduzido no salão nobre por vários académicos, de que destaco o general Aurélio Lyra Tavares, autor de uma obra histórica sobra *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil* (1965) e que, como embaixador em Paris, me dispensara ali em 1970 as maiores atenções. A apresentação coube ao escritor Josué Montello, grande nome da cultura brasileira, que na sua existência literária sempre dignificou o primado do espírito. Com ele contraí então os vínculos de uma fraterna amizade.

Sabendo quanto Vitorino Nemésio fora amado no Brasil, onde a sua morte causou o maior pesar, tinha de exaltar o colega da Universidade e da Academia das Ciências, que defini como «um destes personagens de tipo fabuloso, de excepcional poder criador, que define uma época na cultura de um país». Tracei depois o retrato do historiógrafo, do prosador e do lírico, que em todos estes campos manifestara um estro pujante como senhor de um talento incomparável. A terminar falei nas suas relações com o país irmão: «Vitorino Nemésio sentiu, amou e compreendeu o Brasil, pelo que se impõe afirmar que o Brasil perdeu nele um dilecto amigo. A evocação a que acabo de proceder não pode ainda considerar-se o elogio a que a sua memória tem jus, mas constitui modesta achega para a glorificação que há-de ter lugar nos dois lados do Atlântico, do mestre

---

[1] Para apenas referir o antigo ministro Baltasar Rebelo de Sousa, os académicos Austregésilo de Athayde, Raimundo Moniz de Aragão, Pontes de Miranda, Pedro Calmon, Américo Lacombe, Josué Montello e Vianna Moog, os Profs. Paulo Gama e o reitor desembargador Murta Ribeiro, o almirante Morgado Belo, os fiéis amigos Eduardo José Brasão, Manuel Pedro Ribeiro da Silva, Mário Quartin Graça, Luís Pacheco, Álvaro Lucas, Tomás Leonardos, José Maria Matalonga e senhoras.

da língua que há meio ano para sempre nos deixou. Disse eu há pouco, amigo do Brasil? Pois devia ter acrescentado que Nemésio era um amigo de quase cinco séculos, pois amou o vosso país desde o ano radioso de 1500, por considerar a viagem de Cabral como o achamento de uma grande nação. Tenhamos presente a sua magnífica definição do primeiro encontro luso-brasileiro ...[1]

13. MAIS CONFIDÊNCIAS NO TERMO DA VISITA

Na sexta-feira 18 estive em São Paulo e no dia seguinte de manhã fui com Marcello Caetano à ilha de Vileganhão, agora ligada ao continente por motivo das obras do Aeroporto de Santos Dumont. Junto da Escola Naval quis explicar-me como os franceses se tinham apoderado em 1555 da baía da Guanabara, de onde o governador Mem de Sá os veio a expulsar cinco anos depois. Enquanto presenciava o vasto panorama, perguntei-lhe se era possível falar de bloqueio das instituições nas vésperas do 25 de Abril. De imediato Marcello respondeu: *Eu sei que o Alçada Baptista tem defendido que houve um bloqueio que conduziu à revolução. Mas insurjo-me contra essa perspectiva que pretende apenas justificar o golpe militar.* Aproveito a pausa breve para perguntar: «Mas muitos afirmam que o regime estava podre, uma vez que poucos militares apareceram em sua defesa na manhã da revolução.» Marcello Caetano não se conteve: *Não confunda a sorte que houve num pronunciamento com a vontade popular de pôr termo a um regime. Por mais que nos queiram convencer do contrário, o 25 de Abril não foi uma revolução popular, mas um golpe habilmente aproveitado para esse fim. A vontade de mudança política não vinha do povo, que se sentia governado por homens sérios, mas de vários tipos de arrivistas que há longo tempo sonhavam com o Poder.*

«Não houve então um bloqueio político que justificasse a intervenção das Forças Armadas?» *Não, não houve, e é um engano persistir nesse erro. As instituições funcionavam, a administração pública fazia o trabalho normal, as finanças estavam sãs, as leis cumpriam-se, o País sentia que tinha um Governo. A insatisfação provinha apenas dos espíritos, dos que queriam a mudança a todo o preço, não porque não houvesse uma resposta do Estado para os problemas correntes.* Teria pois havido uma estranha aliança de forças opostas para o mesmo fim político? Marcello Caetano assim o confirmou: *No dia em que sectores militares ergueram reivindicações de ordem corporativa, os meios da oposição liberal ou extremista rejubilaram com o novo*

---

[1] Joaquim Veríssimo Serrão, *Evocação de Vitorino Nemésio*, Lisboa, 1978.

aliado: eles que desde o 28 de Maio tinham sempre gritado contra o Poder castrense, não tiveram dúvida em servir-se deste para deitar o regime abaixo. Não tardaram cinco meses para, no 28 de Setembro, se ter visto o resultado da feliz e duradoura aliança que fizeram contra a Nação.

Tendo concluído o trajecto da ilha e vendo que ele estava disposto a prosseguir o diálogo, de novo insisti: «Perante o envelhecimento dos homens do regime, devia, porventura, ter-se feito uma grande abertura para encher de sangue novo a classe política. Não teria havido então vantagem em fortalecer a ala dita liberal?» O meu interlocutor não demorou em responder: *Procurei fazê-lo em 1969, chamando à Assembleia jovens em quem sentia marcada vocação para a política. Alguns deles tinham sido meus alunos e não escondiam sentimentos de dedicação por mim. Tiveram de início um papel activo e de esperança na renovação que o País conheceu em muitos aspectos da vida pública. Mas, a partir de 1972, o panorama mudou, passando a maior parte de renovadores a críticos insistentes do regime.*

Marcello Caetano fez uma pausa, como se a explicação me tivesse satisfeito. Percebi que não desejava comentar as razões que tinham levado ao fracasso do projecto. O que se passara então com o grupo liberal? De pronto esclareceu o assunto: *Não digo todos, mas alguns viram-se elevados pelas suas intervenções na Assembleia a uma posição de notoriedade que os perturbou. A sós comigo reconheciam a necessidade de evitar a alteração brusca dos mecanismos do Poder, apoiando a firmeza do Governo contra as tentativas de subversão de ordem pública. Mas a auréola parlamentar cegou-os em muitos casos, ao ponto de em determinado momento se quererem transformar em condutores do regime. Sonharam mesmo formar um Governo de composição liberal a quem cabia resolver os problemas ingentes da vida nacional. Alguns não me perdoaram que em 1973 não os tivesse chamado a sobraçar Ministérios ou, à falta de melhor, secretarias de Estado.* E Marcello Caetano não tardou em rematar sobre a actuação dos liberais: *Podendo contribuir para a normal e desejada evolução do regime, acabaram quase todos por se identificar com as correntes dos sectores oposicionistas que até punham em causa a nossa permanência no Ultramar. Não me admira que, por vaidade ou ambição, tenham largamente colaborado na aventura do 25 de Abril. Se contribuíram para ela, mereciam ao menos colher os frutos que dela resultou para o País.*

Quis ir mais longe na indagação, para ver se Marcello me dizia o que pensava de cada um dos componentes desse sector político que tanto agitou a vida nacional nos fins da II República. Qual a sua opinião sobre Francisco Sá Carneiro? *Amadureceu com os anos e tem-se agora revelado um político arguto e determinado. Mas nem sempre foi assim, porque punha uma dose emotiva nos seus racioci-*

nios, como que a impor aos outros a força da sua vontade. Até ao momento em que abandonou a Assembleia convivemos muito, fazendo-me muitas vezes sorrir porque em tudo queria ter razão. Vejo-o ainda com o olhar vivo e a cabeça ágil, em permanente vibração de ideias. Não fugia a fazer hoje mal o que amanhã podia fazer bem, na ânsia febril de andar depressa. Marcello Caetano deu-me tempo a que escrevesse o depoimento, para em seguida continuar: *Mas não lhe augurava um grande futuro político. Para mim a cabeça do grupo era o José Pedro Pinto Leite (Olivais), de uma grande simpatia humana e procurando para cada uma das suas ideias a justa medida no tempo. A sua morte ocorrida no acidente da Guiné tirou aos liberais o homem certo da liderança e que teria porventura evitado as fracturas a que desde 1971 o grupo esteve sujeito.*

Não ousando fazer mais perguntas, aguardei que Marcello Caetano prosseguisse a enumeração. Senti nele uma certa relutância em fazê-lo, talvez para não reavivar sentimentos de mágoa por se ver esquecido de alguns. De repente acrescentou: *Não me espanto como no primeiro Governo da revolução apareceu o Dr. Magalhães Mota, que tão solícito se mostrava para comigo, mas que, sedento da glória do Poder, nunca me perdoou que em 1973 eu não lhe tivesse entregue uma Secretaria de Estado. A coberto da simpatia pessoal, respirava ambição por todos os poros.* Disse em seguida que tinha em boa conta o Prof. Joaquim Pinto Machado, em quem denotara bom conhecimento dos problemas da Universidade: *Recorda-se que nele pensei em 1974 para a Secretaria de Estado da Educação.* Já do Prof. Miller Guerra definiu-o como um símbolo de certa camada intelectual que aspirou ao 25 de Abril: *Pela desagregação mental permanente, é um homem que destrói todos ao seu redor e nem o catolicismo praticante o salva.* Marcello disse ainda do seu apreço pela capacidade de acção do Eng.º José Correia da Cunha e da estima pessoal que consagrava ao engenheiro-agrónomo João Forte: *Homem ligado à terra pelo ruralismo do trabalho e dos bons sentimentos, entre eles a fidelidade.*

Aproveitei a hora do desabafo para dizer a Marcello Caetano que corria em Portugal a definição que ele teria expresso, em gíria de futebol, de alguns dos liberais ou próximos que entraram no seu governo. Era verdade o que se dizia de João Salgueiro, que não marcava golos porque nunca chutava à baliza; ou de Rogério Martins, que corria o campo sem nunca apanhar a bola; ou de Xavier Pintado, que atirava sempre para as mãos do guarda-redes? Logo respondeu: *Atribuir-me essa linguagem é pura imaginação. Se tinha um pequeno fraco pelo Sporting, devido à influência de meu filho João, nunca me sobrou o tempo para assistir a desafios. Quando o fiz e raramente, foi por obrigação dos cargos oficiais.* Depois, fitando-me com ar sério, acrescentou: *Não nego que acreditei na lufada de ar novo desse grupo de tecnocratas para a modernização do País. Mas não tardei em ver*

que punham as ambições ou os interesses de grupo acima de uma sã política nacional. Quase todos me causaram as maiores desilusões.

Não captando o teor da afirmação, ousei perguntar os motivos da sua expectativa frustrada quanto aos nomes referidos. Trabalhavam eles em gabinetes técnicos do Governo no tempo do Doutor Salazar. Porque foram demasiado longe e depressa na acção renovadora? *A sede de glória fascinou-os também, para o que o namoro da imprensa oposicionista contribuiu. Mostravam-se dispostos a modernizar o regime, mas faziam-no aos solavancos e sem curar da estabilidade financeira necessária às transformações económicas que propunham.* Compreendendo a minha curiosidade, Marcello Caetano prosseguiu: *O Salgueiro tinha e continua a ter o defeito de se crer um iluminado. Com ideias bem assentes no campo teórico, era incapaz de executar qualquer plano imediato de acção, por ser um espírito pouco seguro de si próprio. Quanto ao Rogério Martins, em todas as ocasiões só pensava em brilhar. Não lhe faltando inteligência, era um homem ausente da realidade prática. Dos três o mais equilibrado no pensamento e na acção era, sem dúvida, o Xavier Pintado, porque reconhecia que um técnico pode orientar ou clarificar os mecanismos da política, mas não tem poder para comandar os acontecimentos.*

Chegara ao termo a estada no Rio de Janeiro. Após uma semana de intenso convívio, na noite de 19 de Agosto fazia-se o regresso a Lisboa. Juntamente com Pedro Calmon, que me levou o seu abraço na hora da despedida, também Marcello Caetano esteve no aeroporto a desejar feliz regresso. Deparei nos seus olhos com uma velada tristeza, que tanto podia nascer da interrupção do nosso encontro, como por não lhe ser dada a alegria de rever a Pátria distante. Na hora da partida recordo-me de haver dito que deixava mil perguntas por fazer, ao que respondeu que o nosso diálogo havia de continuar no ano seguinte: *Vá-se preparando, que em Agosto que vem não o dispenso no Rio.* E com o sentimento de reforçado afecto nos despedimos com um grande adeus.

14. DE NOVO O CONVÍVIO EPISTOLAR

Logo que cheguei a Lisboa, escrevi a Marcello Caetano para agradecer a boa companhia que ele soubera traduzir em constantes atenções. Dizia quanto me fora grato conviver com o mestre e o amigo, cujo prestígio no Brasil eu pudera observar. Em carta de 27 de Agosto, considerava ele o agradecimento excessivo, porque nada tinha feito que não estivesse no seu coração: *Eu tive um pequeno papel de arauto, e depois foi com prazer que o acompanhei. Hoje em dia tenho a religião dos homens de carácter: onde aparece um (de*

longe em longe) aí está o meu culto. A propósito da comemoração dos seus 72 anos, acrescentava: *A presença do meu amigo no dia 17 foi a determinante do jantar que ofereci, porque não costumo fazer tamanha festa, que provavelmente não mais repetirei.* E na perspectiva de um novo encontro no ano seguinte, finalizava: *O caminho está aberto para aqui voltar a fazer as pesquisas que bem entender, então já sem cerimónia, embora eu pense que a documentação principal sobre o Brasil ainda está em Lisboa.*

No fim de Agosto voltei a escrever a Marcello Caetano. Entre outras notícias referia a publicação do elogio que lhe fizera na sessão do Liceu Literário Português. O meu amigo Torcato da Luz, director do *Jornal Novo,* tinha satisfeito o pedido nas colunas deste vespertino. Ao mesmo tempo referia a intenção da Academia Portuguesa da História de convidar o Prof. Pedro Calmon a presidir ao colóquio, a realizar nos meados de Outubro, sobre *Presença de Portugal no Mundo.* Dizendo que a Academia encarava com júbilo a elevação de Calmon a sócio de mérito, eu não escondia que igual consagração lhe podia também estar reservada. Mas insistia, sobretudo, no agradecimento pela recepção que recebera no Rio: «Não posso esquecer os dias de encanto que vivi a seu lado, amando e apreciando cada vez mais o homem, o mestre universitário e o português.»

Na resposta do dia 10 de Setembro, Marcello Caetano espraiava-se em considerações sobre a Academia da História: *Acho muito bem que o Pedro seja elevado a sócio de mérito. A propósito quero pedir-lhe que não deixe tocar nunca na minha posição académica que é a de* único académico titular fundador sobrevivente. *Não desejaria (nem aceitaria) ser mais nada senão isso que por obra do destino hoje sou.* Marcello insistia depois para que não esquecesse a proposta para o Dr. Moisés Vellinho ser feito sócio correspondente: *É um escritor respeitadíssimo no Rio Grande do Sul, cuja colonização e cujo carácter lusitanos tem ardorosamente defendido nos seus livros — sobretudo a* Capitania d'El-Rei *e a* Fronteira. *Está velho e não durará muito e a indiscrição de não sei quem fez-lhe saber que o nome dele foi proposto. A omissão magoá-lo-á muito. O Brasil não é só o Rio e São Paulo (onde o Eduardo França está bem escolhido, apesar do seu pedantismo) e convém consagrar os intelectuais lusófilos de estados como a Bahia, o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros. Ainda agora saiu uma* História de Paraíba *com excelente método e bom espírito.*

Como eu tivesse enviado a Marcello Caetano uma opinião crítica sobre o livro de memórias do visconde de Botelho, o meu correspondente lembrou que em tempos prefaciara um estudo sobre *Transportes Marítimos* da autoria do Eng.º José Gago de Medeiros. Ignorava que este tivesse criticado a sua política no Governo, muito embora soubesse que Botelho se arrogara o mérito de ter conseguido a reali-

zação da cimeira Nixon e Pompidou, em 1971, na ilha Terceira: *Como é natural, conheço os antecedentes todos do caso e nunca, pela palavra nunca, encontrei o Eng.º Gago de Medeiros metido no assunto.* Tudo se devera aos contactos que Lisboa estabelecera com os dois Governos, com especial relevo para a acção desenvolvida em Paris pelo nosso embaixador Marcello Mathias, que convencera Maurice Schumann, ministro dos Negócios Estrangeiros da França, da vantagem dos Açores para o encontro que se tornaria histórico.

Tem, a nosso ver, o maior interesse o desabafo feito por Marcello Caetano na mesma carta: *Acho muito curiosa a posição de certos salazaristas. Resolvem eliminar os cinco anos e meio do meu Governo, como os abrilistas eliminam os 40 anos do de Salazar. Para eles foi Salazar e depois a revolução. Mas há os que resolvem fazer de mim o S. João Baptista do 25 de Abril, esquecidos de que durante esses cinco anos e meio se revigorou a personalidade do regime, se dinamizou a economia, se aumentaram as reservas, se aguentaram quase milagrosamente as finanças, se fez um novo esforço doutrinário e de organização política, sem ceder uma polegada no Ultramar, e conservando todos os mecanismos de defesa da autoridade do Estado, apesar da crescente hostilidade internacional.* Nesta súmula, que considero a todos os títulos lapidar, consubstancia-se o que foi a acção governativa de Marcello Caetano e de como ele a encarava nos tempos do exílio.

Houve, como há ainda, dezenas de antigos políticos que ficaram melindrados por ele os ter afastado de altos postos que ocupavam no tempo do Doutor Salazar. Alguns deles retiraram-se da política e requereram até a situação de aposentados, referindo depois que o novo chefe do Governo, cujo nome tinham indicado em Setembro de 1968 ao Chefe do Estado, muitas vezes fracassava na escolha dos seus colaboradores. Como esta obra pretende reunir um punhado de achegas para a história, não seria justo ocultar a existência de tal corrente de opinião, a que muitos chamavam de «ultras» e outros de «saudosistas», que logo em 1969 já punha fortes reticências ao governo marcelista. Muitos deles iam mais longe na crítica, atribuindo a Marcello Caetano uma extrema vaidade. Aqui registo o que a propósito me disse um querido amigo que durante sete anos sobraçou a pasta da Educação Nacional: «A mais marcante característica de um intelectual — que não seja santo — é a vaidade. Não é corrente encontrar um homem de pensamento que seja insensível ao elogio da sua obra. Um intelectual considera sempre que sabe *algo* de alguma coisa, um *algo* que outro dificilmente poderia alcançar.» Rarissimamente eu encontrei em Marcello Caetano qualquer vaidade. Mas era legítimo que a tivesse!

Marcello retomara nos fins de Agosto a vida habitual, com o curso de mestrado de História do Direito, a redacção dos seus manuais, o convívio no Instituto e na Academia, além de estar sempre

aberto para os amigos ou simples conhecidos que o iam saudar [1]. No dia 9 de Setembro recebeu um convite da Faculdade de Direito de Pelotas para, em 13 de Outubro, ali pronunciar uma conferência da sua especialidade. Ainda nos meados de Setembro assistiu, no Museu Histórico Nacional, à conferência do historiador Russel Cortês, director do Museu Grão-Vasco, de Viseu; e uma semana depois à lição que o académico Paulo Ferreira Santos proferiu no mesmo local. Por esse tempo avistou-se com o comendador António Rodrigues Tavares, presidente do Gabinete Português de Leitura, que lhe manifestou o gosto da direcção em receber a sua visita mais frequente.

No dia 28 de Setembro foi o embaixador Mário Amadeo recebido como sócio correspondente na Academia Brasileira de Letras. Jurista e diplomata argentino, com obra conceituada no campo do direito e da ciência política, tinha relações com o Dr. Tomás Leonardos, advogado de prestígio nos meios cariocas e grande amigo de Marcello Caetano. Pôde este assim conhecer o novo confrade da Academia, a cuja cerimónia de recepção assistiu no ambiente solene da casa de Machado de Assis. Da agenda pessoal extrai-se que Marcello foi também convidado para todas as manifestações sociais ligadas à pessoa do embaixador Mário Amadeo, que tiveram o maior eco no ambiente cultural do Rio de Janeiro.

A publicação do seu elogio no *Jornal Novo* fez-me pedir ao Dr. Afonso Valdez dos Santos que inserisse no número de Outubro do *Jornal Português de Economia e Finanças* o discurso que eu proferira na sessão de 14 de Agosto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ele assim o prometeu e cumpriu, o que me levou a informar do facto Marcello Caetano: «Concordámos que vai sendo tempo de acabar com a vergonha nacional que é o exílio do Sr. Professor no Brasil. Os seus amigos têm de fazer alguma coisa para levar a opinião pública a reagir contra tamanha ignomínia.» Dizia-lhe ter estado também com o Dr. Álvaro da Silva Tavares, antigo governador-geral de Angola, que em privado e nos seus escritos nunca deixara de fazer justiça à sua obra de professor e governante, no culto que a Marcello Caetano, seu antigo Mestre na Faculdade de Direito, dispensava há meio século.

Não podia ser mais penhorante a resposta de Marcello Caetano, que se lamentava de uma vida presa e que não lhe permitia ter o correio em ordem: *A resposta à sua carta de 7 tem tardado por complicações que me têm feito demorar a correspondência com a família e*

---

[1] A agenda refere como visitas de Setembro: D. Rosa Santos da Cunha, D. Benvinda Maria Marques, José Alexandre, Dr. Marx Azancot, Dr. Delfim Ribeiro, de Macau, Dr. Arlindo Barbosa da Cunha, Salustiano Lopes, Rogério Gaspar, Vasco Belmonte, D. Maria Manuel Guimarães e Dr. Francisco José Folque Gouveia.

os amigos. Nada de importante, apenas coisas que me têm ocupado o horário destinado a epistolografia [...] Li comovido os extractos do Jornal Novo *cujo recorte o Joaquim Paço d'Arcos me mandou também. Oxalá que a coragem das suas atitudes não o prejudiquem.* Depois, numa expressão de vontade inabalável: *Mas não faça nada, por favor, no sentido de provocar movimentos para o meu regresso a Portugal. É ponto assente no meu espírito que não regressarei.*

A mesma coisa me tinha dito no nosso encontro do Rio, em tom comovido mas indubitável. E, em carta de 9 de Outubro, era Marcello ainda mais categórico, a propósito da publicação das minhas palavras na revista do Dr. Valdez dos Santos: *Agradeço muito a amizade que mais uma vez me revela, mas não tenciono pedir nem aceitar nada desse regime, onde vigora ainda a lei que me condena a 12 anos de prisão por eu ter sido presidente do Conselho! Não aceito benevolências de gente que desprezo, nem amnistias de crimes que não cometi.* E com que mágoa não remataria as palavras finais da mesma carta: *O meu exílio será o protesto permanente contra tudo o que o 25 de Abril representa, e fez de mal ao meu País. Não me prive dele!* Era uma súplica ao amigo, feita de dignidade e amargura.

15. PEDRO CALMON EM LISBOA

Por carta de 4 de Outubro noticiava eu a Marcello que as individualidades brasileiras por ele indicadas tinham sido nesse dia eleitas para membros correspondentes da Academia da História. Entraram assim no nosso grémio, todos por direito próprio, o embaixador Álvaro Teixeira Soares, os Profs. Lourenço Lacombe e Eduardo de Oliveira França e os Drs. Raul do Rego Lima e Moisés Vellinho [1]. Ao mesmo tempo enviava-lhe o III volume da *História de Portugal* e referia que dentro em pouco iríamos ter a presença amiga de Pedro Calmon para o novo colóquio da Academia. A notícia das eleições fora transmitida no mesmo dia por telefone, o que o fez escrever-me no dia 9: *Quanto gostei de falar consigo pelo telefone! Tão nítida a sua voz que dava a ilusão da presença. Aliás, presente está sempre na minha lembrança e no meu coração.*

Marcello Caetano devia sofrer muito com a ideia de que o seu dilecto amigo se aprestava a seguir para Portugal. Quanto, no seu íntimo, teria gostado de lhe fazer companhia! Talvez por isso fixou para a mesma época a sua viagem a Pelotas: *Devo esta semana ir fazer uma conferência a Pelotas, no Rio Grande do Sul e estarei ausente do Rio de 4.ª a sábado. Vamos a ver como me aguento porque o coração não se tem ultimamente portado muito bem. E estou cada*

---

[1] Veja-se sobre o assunto supra, pp. 155-157.

vez mais preguiçoso — trabalhando muito lentamente, a olhar com inveja a sua espantosa actividade! Acrescentava na carta de 9 de Outubro que Pedro Calmon estava radiante com a viagem a Lisboa, mas que decerto não o iria ver antes da partida. Mas ainda esteve com ele no dia 10, fazendo-lhe entrega de uma carta que passo a revelar, não apenas pela beleza do seu estilo incomparável, como ainda pelo tom comovente do seu conteúdo:

Querido Amigo:

Escrevi-lhe ontem pelo correio, mas hoje recebi a sua carta do dia 5 e Pedro Calmon faz questão de ser portador destas linhas. Vou, aliás, partir amanhã para Pelotas, onde falarei sobre o «Município na História do Direito Brasileiro». De modo que não estarei aqui para abraçar o nosso querido amigo comum na hora da partida para Portugal, hora feliz para ele que tem longa tradição de amizade à nossa Pátria e que vai poder revê-lo e abraçá-lo.

Ele é portador das minhas saudades, não do país, que as não sinto, mas do punhado pequeno de amigos fiéis que me restam lá e à frente dos quais o ponho a si. E para exprimir essas saudades, em que vai muito também de gratidão, leva plenos poderes para o abraçar do coração e, em si, quantos o Veríssimo Serrão simboliza e resume.

Sei que tudo correrá o melhor possível. E no Rio Grande do Sul pensarei na gesta dos portugueses que durante séculos lutaram tenazmente para que aquela província não fosse castelhana e pudesse ser complemento do Brasil. Virtudes passadas, esperanças futuras ...

O Pedro Calmon se encarregará, com a sua palavra eloquentíssima, de dizer todo o bem que lhe queremos e que de si pensamos. Um abraço. Marcello Caetano.

Logo que recebi esta carta, senti-me no dever de reiterar a Marcello o meu alto apreço. Agradecendo o abraço que Calmon me dera em seu nome, dizia eu que o futuro não deixaria de lhe prestar justiça pela dignidade e patriotismo de que sempre dera provas. Tinha Marcello sonhado com uma sociedade mais humana e mais justa, dentro de uma concepção de humanismo político que servia realmente o interesse nacional. Por isso procurei consolá-lo, acrescentando: «A grande democracia estava o Sr. Presidente a erguê-la em bases sólidas, com a elevação do nível de vida, a resolução das injustiças sociais, a autonomia progressiva e participada em África, a abertura para o grande diálogo dos Portugueses — tudo isso com uma administração honrada e plena consideração pelos interesses do povo. Se a estúpida burguesia o tivesse compreendido, quantos males se teriam evitado ao nosso desgraçado País! Mas não quiseram compreender o que representava o marcellismo como doutrina e acção política. Queixem-se agora do mal que fizeram ou deixaram fazer.»

Compreendendo a funda saudade que Marcello Caetano sentia da sua terra, entendi depois exprimir-lhe as razões da minha insistência pelo seu regresso. Se desejava bater-me por essa causa, é evidente que não podia com a minha insistência magoar o seu foro íntimo: «Embora admirado e respeitado no Brasil, é esta a sua terra e aqui terá de viver e acabar os dias. Digo-o com a convicção de que a grande maioria dos portugueses o continua a amar e exige o seu regresso.» Os contactos do dia-a-dia com o povo humilde, com os mais variados sectores de opinião pública, não deixavam dúvidas e apontavam nesse sentido: «Há-de voltar, quando não sei, mas como exigência colectiva de quem cumpre uma grande reparação. Não o quero magoar, mas deixe-me, sempre que eu possa, apelar para os que compreendem a ideia e a querem levar a cabo. Não desistirei enquanto Portugal não lhe fizer a consagração que merece, nem que leve anos ou decénios.»

A visita de Pedro Calmon a Lisboa constituiu um novo marco na amizade cultural luso-brasileira. No dia 16 de Outubro, a anteceder a abertura do colóquio, recebeu o colar e o diploma de sócio de mérito, no meio de grandes aplausos. Tinha sido saudado pelo presidente da Academia, que pôs em destaque a sua obra de exaltação lusíada, aproveitando para sublinhar o carinho de que Calmon rodeou no Brasil o único titular ainda vivo da Academia, Prof. Marcello Caetano. Já no uso da palavra, o conferencista falou de improviso sobre o tema «O que a América Portuguesa deu ao Mundo», em que mais uma vez mostrou a pujança do seu verbo criador e o grande apego que consagra a Portugal.

A propósito da viagem de D. João VI, afirmou: «Sucedeu, em vez disso, o império lusíada. Pela vez primeira metia-se numa esquadra, não os que araram a quarta parte nova, com o compêndio das rezas e as *Ordenações Manuelinas,* mas o Estado em pessoa, com os seus poderes, a sua nobreza, os seus valores, até a biblioteca dos cimélios e a magistratura dos tribunais. Passou-se Portugal à Baía, ao Rio de Janeiro, para responder ao ultraje de Junot com a glória: a coroação da obra colonial com a transmigração, a aclamação da monarquia portuguesa. Pela primeira vez, antecipando-se à independência dos países latino-americanos, o autocrata no exílio forjava, na margem oposta do oceano, a estrutura colossal do império, ligado às suas fontes pela herança dinástica, porém *brasílio* na amplidão e na solidez; a novidade da adaptação da antiguidade política ao Mundo Novo; esse império de índole camoniana (o espaço) que em 1822, rompendo os vínculos legislativos, assomou livre, e liberal, com o seu chefe intrépido e a sua constituição democrática ...[1]

---

[1] *Presença de Portugal no Mundo. Actas do Colóquio,* Academia Portuguesa da História, 1982, pp. 1-9.

Durante uma semana foi possível a Calmon sentir a grandeza da amizade que tão justamente aufere em Portugal. Nesse convívio, que se desdobrou pela Fundação Calouste Gulbenkian, pela Universidade Livre, na visita a Santarém e na peregrinação a Fátima, ouviu sempre falar de Marcello Caetano com grande respeito e saudade. No almoço que o reitor Adelino da Palma Carlos lhe ofereceu em nome da Universidade Livre, todos os presentes salientaram os méritos do antigo chefe do governo. O fiel Clemente Rogeiro, que estava a meu lado, lembrou-o com um misto de amizade e veneração. Eu podia assim expressar a Marcello Caetano, na minha carta de 19 de Outubro: «O nome do Sr. Professor está sempre presente ... É a única e grande sombra na viagem do nosso amigo: a falta de quem desejaríamos estivesse connosco para partilhar das mesmas alegrias que a figura querida de Pedro Calmon em todos suscita.»

16. UM PERCALÇO NA SAÚDE DE MARCELLO

No dia 1 de Outubro veio o comendador Salustiano Lopes convidar Marcello para um almoço em Itaipava. Mal se apercebia de um sinal de tristeza no moral do presidente, o fiel amigo acorria para lhe levantar o ânimo[1]. Três dias depois, porque não se sentia em forma, foi Marcello ao cardiologista. Notou este qualquer perturbação no ritmo cardíaco, dando por conselho uma revisão geral logo que possível. Mas ainda que debilitado, assumira um compromisso com a Faculdade de Direito de Pelotas, que tinha a todo o custo de saldar. Assim, no dia 11 seguiu de avião para Porto Alegre, onde almoçou com o Prof. Clóvis do Couto e Silva e visitou, em seguida, o bom amigo Rúben Machado da Rosa. Ao fim da tarde partiu para Pelotas, onde um numeroso grupo de portugueses tinha feito questão de jantar com Marcello, no restaurante típico Tia Cecília.

No dia seguinte fez a conferência sobre a história dos municípios no Brasil, assistindo à do Prof. Clóvis sobre a génese do divórcio. À noite foi hóspede da Prof.ª Rosah Rossomano, da Faculdade de Direito, tendo antes visitado as instituições portuguesas da cidade. Como sucedia em todas as visitas no Brasil, foi acolhido em Pelotas com as maiores deferências. Na sexta-feira, 13, foi visitar Gramado, onde ficou para o dia seguinte, voltando ao Rio na noite de domingo, com uma grande fadiga. Nos dias imediatos foi dar o seu curso à Gama Filho, esteve no Instituto Histórico, foi à Livraria Forense

[1] Na primeira quinzena de Outubro recebeu ou teve contacto com as seguintes pessoas: Dr. Lima Vieira, director do *Correio do Minho*, embaixador João Pereira Bastos, almirante Morgado Belo, D. Maria José Lencastre Viana, do Porto.

e recebeu várias pessoas [1]. Mas sentia-se a piorar, por motivo da lesão que em 1969 sofrera na válvula mitral, o que lhe acarretou um problema cardíaco para o qual esteve sempre medicado.

Em Agosto começou a notar um edema nos pés, para o que teve de reforçar a dose de diuréticos. A terapêutica não resultou, pelo que o edema passou às pernas, a ponto de, antes da viagem a Pelotas, a descompensação ser cada vez mais acentuada. Na segunda-feira, 23 de Outubro, foi Marcello à clínica Procardíaco consultar o Dr. Hans Dobmann, médico de fama no Rio de Janeiro, que de imediato o fez internar na clínica da Casa de Portugal. Ali esteve durante oito dias sujeito a um tratamento intensivo, com um ameaço de crise grave no dia 1 de Novembro, de que aquele clínico o pôde restabelecer. Durante esse período não o abandonaram os irmãos Olga e António, a cunhada Catarina, as netas Gigi, Rita e Abel, além de muitos amigos cujo nome registou [2]. Os comendadores da direcção da Casa de Portugal acompanharam com desvelo a evolução da crise. Além do médico de serviço, houve sempre um outro clínico junto de Marcello em alerta permanente.

Chegavam a Lisboa notícias algo confusas sobre a doença de Marcello Caetano, havendo mesmo alguns amigos que receavam o pior. Um telefonema para D. Olga Alves Caetano permitiu-me saber no dia 30 de Outubro que a crise fora debelada. Precisamente nesse dia, escrevia-me Marcello da sua cama do hospital, com notícias do ocorrido: *Estou desde 5.ª-feira passada internado no excelente hospital da Casa de Portugal. A ida a Pelotas foi extremamente agradável, portugueses e brasileiros rivalizaram em amabilidades, mas o meu coração, já com tendência para se descompensar originando um persistente e renitente edema das pernas e pés, perdeu de todo o rumo com as emoções e fantasias da viagem rio-grandense. Eu já me acautelara com a consulta médica antes da viagem. Mas no regresso o meu estado era deplorável e o cardiologista optou por meter-me aqui e tratar-me severamente. Há melhoria do estado geral, mas o edema persiste. Espero, porém, sair até ao fim da semana.*

Dizia ainda que o internamento tinha causado um certo alarme *(não admira, o Rio é uma aldeia)*, pois perdera 10 quilos de líquidos nocivos: *recuperando a elegância e o ritmo cardíaco. Só que durante três semanas, não imagina como andei. Enfim, a coisa passou e fico esperando a próxima.* Marcello não vira Calmon após o regresso deste de Lisboa. No dia seguinte veio o amigo querido: *falou-me com*

---

[1] Dr. Álvaro Prates Calhau Pereira, D. Maria Manuel Guimarães, a dedicada Benvinda Maria Marques, o Dr. Albano Vaz Pinto Alves, o Dr. Carlos Machado da Silva e os amigos D. Georgette e Álvaro Lucas.

[2] Na agenda indicam-se os nomes de D. Maria Adélia e Dr. Eduardo José Brasão, Dr. Rui Patrício, Prof. Pedro Calmon, Dr. António Chibante, Dr. Tomás Leonardos, Benvinda Maria, Salustiano Lopes, Rogério Gaspar e mulher.

vibrante entusiasmo da passagem por Lisboa, ao passo que se referia sem saudade ao trânsito pela França. Depois Marcello congratulava-se com o êxito da colóquio da Academia: *Ainda bem que tudo correu com geral satisfação, porque Pedro Calmon merece e no panorama intelectual brasileiro é dos amigos fiéis a Portugal.* Sentia-se enfim restabelecido, com o manifesto alívio dos seus familiares.

Durante a estada em Lisboa do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, alvitrara-se o nome de outros historiadores do país irmão para membros correspondentes da Academia Portuguesa da História. Na minha carta de 19 de Outubro eu pedira o conselho de Marcello Caetano sobre o assunto. Transmitiu-me depois a sua opinião: *O general Jonas Correia é um bom especialista de história militar e, ainda por cima, presidente do respectivo Instituto, o que justifica a eleição. Quanto a Josué Montello, além da cortesia por ter sido ele a saudá-lo na Academia de Letras, é hoje um dos autores mais consagrados do Brasil, brilhante pela pena e de admirável empenho na amizade. Num meio onde cada vez é menor o número de historiadores que fazem justiça a Portugal, a entrada na nossa Academia tem de ser um prémio e um estímulo para quem o mereça. O Marcos Carneiro de Mendonça está idoso, mas foi — e continua a ser — o paladino da obra colonizadora portuguesa no Brasil do século* XVIII. *Mais uma razão para receber o galardão que merece*[1].

Marcello Caetano receava que a notícia do internamento chegasse a Lisboa deturpada, pelo que pedia para, onde fosse preciso, repor a verdade dos factos. Pedro Calmon dissera-lhe ter ido ver uma peça que conhecia um grande êxito em Lisboa. Tratava-se de *O Zero à Esquerda,* de onde o nosso amigo saíra arrebatado com a interpretação de Laura Alves e dos outros participantes. Marcello falara-lhe então do empresário Vasco Morgado, já então muito doente e que viria a falecer menos de um mês depois. Também no encontro do Rio ele se referira com ternura a esse amigo que inquiria com frequência da sua saúde e todas as semanas enviava jornais de Lisboa para lhe suavizar a tristeza do exílio.

17. NOVAS CONFIDÊNCIAS DE MARCELLO

Nesse fim de Outubro de 1978, não podia ser optimista o seu estado de espírito quanto à situação em Portugal: *Quanto à política portuguesa, estou cada vez mais desinteressado: é um caos de onde*

[1] Para as duas primeiras vagas de correspondentes foram eleitos Josué Montello em 23 de Março de 1979 e Marcos de Mendonça em 20 de Junho de 1980. O general Jonas Correia Filho aguarda a vagatura de um lugar no quadro dos correspondentes brasileiros.

não sei que Supremo Arquitecto poderá extrair alguma ordem. O seu objectivo era cortar de vez as amarras que ainda o prendiam ao país natal: *Hoje deve ser celebrada a escritura de venda da minha casa da Rua Duarte Lobo. E quanto aos poucos valores que tinha no banco e estavam congelados, agora que foram libertos, doei-os aos filhos.* Quanto ao Brasil, cuja hospitalidade sempre nobremente respeitou, não escondia também a sua apreensão quanto ao futuro: *A situação no Brasil está longe de ser famosa. Que democracia! E que falta de senso, que abundância de demagogia, vão por esses meios políticos! A burguesia está liquidada e não sabe defender-se.*

No *Jornal Português de Economia e Finanças*, o Dr. Valdez dos Santos defendera recentemente não estarem criadas as condições para o regresso de Marcello. Dizia este: *Li essas referências que muito me sensibilizaram e lhe agradeci em carta. O que ele diz a respeito da minha reaparição na vida pública está certíssimo. É o meu ponto de vista, de acordo com o qual repilo sempre a ideia do regresso.* É minha firme convicção que Marcello Caetano era sincero ao afastar a ideia do regresso. Mas creio não estar longe da verdade ao admitir que ele queria no íntimo deixar uma porta aberta para tal eventualidade. Tudo dependia de condições honrosas para o poder fazer, sem nunca as solicitar do Governo português, mas como a justiça que entendia ser-lhe devida. Só que o seu conceito de dignidade repelia qualquer favor oficial nesse sentido, embora tivesse a alma roída de saudades da Pátria.

Por esse tempo o Conselho Científico da Faculdade de Letras de Lisboa votara por larga maioria — em 40 votantes houve 6 bolas contra e todas de «antifascistas» de fresca data — o regresso dos seis professores desde 1974 sujeitos a processos de saneamento. Chegara, portanto, a hora de voltar à minha escola de onde fora afastado contra todas as normas da lei e da decência universitária. Como seria possível voltar a trabalhar numa Faculdade que se mantinha em permanente agitação estudantil? Como podia eu apertar a mão de colegas por quem outrora tivera estima e que já não sentia dignos da minha consideração? Numa palavra: o regresso à vida docente punha-me problemas de readaptação pessoal e pedagógica que eu não me sentia em condições de enfrentar.

Ainda eu não transmitira a Marcello Caetano a minha inquietação e já ele soubera por outra via a deliberação tomada pela assembleia de Letras. No dia 7 de Novembro dava-me o seguinte conselho: *Com franqueza, no seu caso preferia continuar como investigador, sem funções docentes que me tirassem o preciosíssimo tempo que o meu amigo tão bem está empregando na construção da sua obra, e me pusessem todos os dias à prova os nervos e a paciência. Conheço o seu feitio combativo, sei que não será essa a sua maneira de ver, mas desculpe-me que insista: se fosse a si adiaria para quando tivesse*

terminado a publicação da História *o regresso às funções docentes na Faculdade. A razão é óptima para ser invocada e respeitada.* Mas porque as pressões de grupo acabaram por impedir a observância da deliberação tomada, mais um ano passou sem que o meu regresso à Faculdade de Letras pudesse ter efeito.

Tal situação facilitava o projecto de avançar a obra em curso e que Marcello Caetano era de longe o primeiro a encorajar. Descontando tudo o que de generoso se contém nas suas palavras, como não ficaria eu penhorado com a apreciação crítica que teceu ao último volume? A sua carta de 7 de Novembro é paradigmática do apoio com que nunca me faltou: *A crise que me levou à casa de saúde está vencida, embora tenha sido apenas um episódio da minha insuficiência cardíaca. Mas a reclusão hospitalar teve uma vantagem: a de permitir a leitura do 3.º volume da sua* História, *leitura atenta e pausada, como é meu costume, e que só depois do regresso a casa pude terminar. Deslumbrado! É o melhor dos três volumes, todos eles tão bons. Mas este achei-o admirável sob todos os aspectos: riquíssimo de informação, seguro e equilibradíssimo nos juízos, primoroso no estilo. Cada vez mais se confirma a opinião de que estamos perante a melhor história de Portugal de sempre* [1].

18. MAIS UM NATAL NO EXÍLIO

Só a 24 de Novembro voltei a dar notícias a Marcello Caetano. O recomeço das aulas na Universidade Livre e a conclusão do IV volume da *História de Portugal* forçaram a um mês de trabalho inusitado e que me fizeram recordar os períodos afanosos do acto de doutoramento e dos concursos professorais. Quanto a Marcello Caetano, logo que deixou a clínica foi retomando a vida normal: comparência nas sessões da Academia e do Instituto Histórico e as aulas de História do Direito e de Mestrado na Universidade Gama Filho. Ali assistiu no dia 13 de Novembro à homenagem prestada à memória do fundador da instituição. No dia 7 já lhe fora dada a alegria de assistir ao lançamento do II volume do *Direito Constitucional* na Editora Forense. Entretanto, chegou a notícia que muito o contristou da morte do empresário Vasco Morgado e de Inho Nobre Guedes, que tão dedicados lhe haviam sido [2].

---

[1] Marcello Caetano não se esquecia também de acalentar o meu coração paterno: *Vejo que seu filho colaborou nos capítulos finais sobre história de Arte, que constituem sínteses primorosas e preciosas. É caso para felicitar vivamente o pai pelo colaborador que encontrou no filho.*

[2] Nesse mês teve, entre outras, as seguintes visitas: o major José Fernando Lopes Rodrigues, Salustiano Lopes, a neta Gigi, Jorge Correia de Campos, Dr. Eduardo José Brasão.

Naquela carta exprimia a Marcello quanto me alegrava sabê-lo restabelecido. Permitia-me dar-lhe conselhos de moderação no trabalho: «Lembre-se de que continua a ser um símbolo para a grande maioria do nosso povo, sobretudo a gente humilde que não se resigna com a sua ausência.» Respondeu-me a 3 de Dezembro com a gentileza habitual: *Já estava estranhando o seu silêncio — resultado de estar mal habituado [...] Mas este mês não se preocupe com a minha correspondência: vejo que trabalha brutalmente (como o invejo, eu que hoje só produzo ao ritmo de lesma!) e Dezembro é terrível com o encerramento do ano e a barafunda do Natal! No meio disto tudo, tenho de mudar de apartamento por causa de obras inadiáveis a fazer neste!* [1]

Marcello dizia sentir-se melhor, devido ao tratamento drástico que recebera e por meio do qual perdera 10 quilos de líquidos inúteis: *Estou bem como há muito tempo não sucedia, e assim cá vou suportando o calor que este ano aperta com força.* Aconselhava-me a insistir com a Verbo na melhor distribuição da *História de Portugal* no Brasil, pois era difícil encontrar a obra no mercado livreiro: *O problema do livro português no Brasil continua agudo: é raro e caro.* Mas o seu espírito mantinha-se envolto em tristeza, com a agravante de se aproximar a época festiva e de sentir mais forte a dor do afastamento pátrio: *Vou assistindo ao circo da política portuguesa entre desgostos e assombrado.* Uma perda recente o mortificava: *Entretanto, a morte de amigos como o Vasco Morgado, deixa-me cada vez mais só. E mais só vou estar neste Natal, porque umas poucas de famílias portuguesas com que me dou mais resolveram passar o Natal em Portugal. É um êxodo!*

É um facto que vivia triste, por alguns dos seus amigos estarem ausentes do Rio. Teve então a extremosa companhia de Manuel Queirós Pereira, que fora passar o Natal com os seus familiares do Brasil. Alegria maior constituiu para Marcello a chegada de sua irmã D. Lucinda, que desde 1974 não abraçava [2]. Por carta de 11 de Dezembro informava-o do envio de uma obra de Vera Lagoa que estava a obter grande êxito livreiro, por desmistificar alguns vultos ligados à revolução abrilina [3]. Referia ainda ter falado com Fernando Guedes sobre a exportação dos nossos livros e que este editor se

---

[1] Na agenda de 7 de Dezembro registou: «Às 17.30 o Sr. Guerra, procurador de D. Maria Amélia, comunica-me que esta senhora desistia de alugar o ap. 501.»

[2] Visitas desse tempo foram o Dr. Mário Vinhas, José Maria Matalonga, Dr. Albano Vaz Pinto, o comandante da TAP João Graça, Rogério Gaspar, o ministro Osvaldo Trigueiros e o comandante Francisco Cerveira, primo de D. Maria José Folque, uma grande admiradora de Marcello residente em Ferreira do Zêzere.

[3] *A Cambada*, Lisboa, 1978.

queixara das dificuldades de toda a ordem que sentia no intercâmbio com o Brasil. Além de não ser fácil a transferência de verbas, o editor brasileiro só pensava em invadir o nosso mercado e em beneficiar das condições vantajosas que lhe eram oferecidas em Portugal.

Em carta de 17 de Dezembro dizia-me que passara esse domingo a pôr a correspondência em dia. Apesar de ter diminuído em relação ao passado o número de cartões de boas-festas, mesmo assim Marcello passava horas por dia a responder às dezenas e dezenas de mensagens que lhe chegavam do Brasil e de Portugal: *pouco tempo me fica para escrever cartas.* À minha preocupação de não poder respeitar os compromissos para a entrega dos originais, dava-me um bom conselho: *Resista à tirania dos editores, pois por esse caminho estafa-se e às tantas pode mesmo o cansaço reflectir-se na qualidade da obra.* Esta teria, em seu entender, de manter a altura dos volumes já publicados: *Resista, resista. A avidez do mercado só crescerá se aguardar mais alguns meses e o mercado básico está garantido [...] Não sacrifique nada, portanto, à pressa editorial.*

Marcello Caetano acusava depois a recepção do livro *A Cambada,* que pouco tempo antes eu lhe tinha enviado. Lera-o de um fôlego e com aprazimento, como ele próprio refere: *Vera Lagoa revela-se uma boa panfletária. É despudorada como o velho Homem Cristo e bem merecia por isso ser chamada Mulher-Crista. Os homens na verdade têm perdido a crista: está a nascer nas mulheres. Tudo milagres do unisex. Obrigado por me ter mandado o livro, que é um documento.* Cruzou-se esta carta com a minha de 15 de Dezembro em que não lhe ocultava o enfastiamento que sentia da vida portuguesa, uma espécie de náusea pela degradação a que chegara a nossa cena política: «Por vezes sinto vergonha de ser português, ao ver esta legião de medíocres, ambiciosos, corruptos e traidores a sugarem o pouco que resta do organismo nacional que eles ajudaram a liquidar.» E desabafava com Marcello de que, se me fosse possível, iria com a minha biblioteca para o Brasil para ali encetar carreira no professorado.

No dia 26 de Dezembro respondia Marcello a esta carta. Passara a semana toda a pôr em ordem o correio: *trabalho gostoso (como se diz por cá), mas cansativo: no fim de uma manhã de árdua escrita, não fica nada, para além de relembrar muitos de quem nada se sabe na roda do ano.* Contra a minha ânsia de deixar Portugal, não deixava de aduzir razões amistosas e que eram o bastante para me demover da intenção expressa: *Compreendo o seu asco e o seu desespero. Mas o meu amigo está desempenhando aí um papel que poucos têm a possibilidade de representar. A sua* História, *lição de patriotismo, de isenção, de desinfecção do ambiente, está com enorme receptividade no público e, concluída, aumentará a sua audiência e o seu prestígio para exercer um nobre magistério cívico.* Porque não tentar então a experiência brasílica? Marcello era peremptório: *Aqui acontecer-lhe-ia como a*

nós todos: soçobraria neste calor morno pouco propício à criação de ambientes de interesse e de estímulo intelectuais [...] Será heróico para si permanecer em Portugal: mas vale a pena. Não ajuíze a vida quotidiana do Rio pela recepção que aqui teve durante alguns dias.

Chegara para Marcello Caetano o quinto Natal que o destino lhe oferecera em terras do Brasil. Passou esse dia com as irmãs Olga e Lucinda, vindo também acompanhá-los o irmão António e a cunhada Catarina. De tarde recebeu a visita do Dr. Rui Patrício, que nunca faltava nesse dia do ano com a marca da fidelidade ao antigo professor e chefe do Governo. No dia 28 esteve Marcello no Mosteiro de São Bento, respeitando a tradição de saudar o abade D. Hilário e os monges da congregação. O fim do ano foi passado na companhia do amigo Manuel Queirós Pereira e dos seus familiares, num convívio discreto e em que as lembranças da Pátria distante se fizeram sem dúvida sentir. Quantos sonhos de trabalho e de longa vida não teriam então embalado o seu coração e o seu espírito, injustamente atingidos pela maldição dos homens?

CAPÍTULO VIII

CORRESPONDÊNCIA E CONVERSAS NO BRASIL
1979

1. AS ANOTAÇÕES AO LIVRO DE SPÍNOLA

Na minha carta de 11 de Dezembro de 1978, eu anunciava a Marcello Caetano de que estava prestes a sair o novo livro do general António de Spínola, *País sem Rumo.* Os jornais começavam a falar do novo testemunho do cabo-de-guerra que dera o seu aval à revolução e fora depois triturado por ela. Dois dias depois, tendo lido a obra de um jacto, enviei um exemplar ao antigo presidente do Conselho, a quem dizia por carta do dia 15 que melhor teria valido a Spínola recolher-se ao isolamento para pedir perdão do crime que cometera: «deixou por vaidade rebentar com o País (nos abraços que deu a Cunhal e na confiança que dispensou ao traidor Costa Gomes) e vem agora atirar com as culpas do 25 de Abril para cima dos outros. E chega ainda ao desplante de afirmar, com a petulância que é filha da estupidez, que o triste rumo do Portugal abrilino se devera à inoperância do Governo de Marcello Caetano».

Para um leitor consciente e sério, a obra de Spínola, além de nada provar quanto à sua tese das origens da revolução, era um ultraje à inteligência alheia. O general arranjava um bode expiatório para esconder a responsabilidade que lhe cabia na desagregação da Pátria. Era melhor que tivesse feito um *mea culpa* da sua incapacidade política. A Marcello Caetano eu dizia na mesma carta: «Peço-lhe que não se magoe com as injustas referências que Spínola lhe faz e que não têm força para o atingir.» E sobre o comportamento dos militares no processo da revolução, ia mais longe no meu juízo: «Ganharam o que quiseram com as missões em África, muitos deles nem sequer lutaram, fizeram-se políticos sem qualificações para isso, e o resultado está à vista. Rebentaram com o país e hoje acusam os outros, pelo que nem sequer merecem o perdão que resulta do arrependimento.»

No dia 17 de Dezembro respondia Marcello Caetano à minha carta do dia 11, mas sem ainda ter recebido o livro de Spínola, com palavras de firme indignação: *Confesso que ao ler nos jornais as referências que Spínola me faz, também senti ganas de panfletário.*

E de deixá-lo a escorrer sangue! Claro que o meu Governo não teve a grandeza sonhada pelos megalómanos; e que me recusei a correr os riscos que quase com a probabilidade de 100/100 dariam com o Ultramar e o País em pantanas. Ele, grandiosamente, assumiu o Poder e resolveu corrê-los, convencido de que a sua personalidade heróica dominaria Soares e Cunhais como estava seguro de subjugar o Cabral na Guiné, e que a sua clarividência daria solução sempiterna ao problema do Ultramar. E deu — com grandeza! — com o País em pantanas ...

Marcello Caetano apenas se admirava que fosse tão curta a memória dos homens. Cinco anos quase decorridos sobre a catástrofe, quem se lembrava que tivesse sido assim? Quem pedia contas a quem delas era merecedor? *Mas o País esqueceu-se disso? E de que o homem que hoje vem falar em honra, lealdade e não sei que mais, foi o que procedeu com o chefe de Governo, para junto de quem pediu para ir ocupar o lugar de conselheiro militar, com a deslealdade que é notória?* E, depois, num sentimento de náusea de quem já esgotou as forças para fazer ver aos outros a verdade das coisas: *Mas eu já disse a respeito dos factos em que estive envolvido o que tinha a dizer. Quem quiser que julgue. Por mim não tenciono falar mais no assunto.* Marcello Caetano já escrevera o bastante para se conhecerem as verdadeiras causas do colapso do seu Governo no 25 de Abril.

Mas as transcrições vindas nos jornais portugueses indispuseram-no fortemente. No dia 23 de Dezembro chegou-lhe às mãos o livro do general, que o deixou ainda mais indignado. Se queria manter-se alheio a discussões de ordem política, não deixava também de sentir a necessidade de defender o seu nome e a obra que fizera no Governo. Marcello Caetano não abdicava da força da razão para fazer ver aos outros o que entendia ser de justiça. A sua estada no Brasil correspondeu nesse aspecto a uma atitude pendular, umas vezes querendo enterrar as lembranças tristes do País, mas outras sentindo renascer a garra do polemista a fim de colocar as pedras do xadrez no sítio exacto. Em muitas das suas cartas alterna a viveza do protesto com o desprezo que lhe causava a injustiça dos homens.

A sua carta de 26 de Dezembro mostra bem essa alternância temperamental: *Recebi o livro do* de Spínola *(como ele agora enobrece o nome ...) que li de fio a pavio. A raiva contra mim vem de duas coisas: não o ter deixado negociar, em alto nível, com Senghors, a entrega da Guiné, e não o ter proposto para presidente da República. A proibição das negociações foi fundamentada nas razões concretizadas na nota publicada por ele a pág. 39. Silva Cunha no seu livro reproduz a conversa, por apontamentos então tirados, a pág. 48 e segs., e eu voltei ao assunto no opúsculo* O 25 de Abril e o Ultramar, *a pág.117. Julguei que neste livro Spínola demonstrasse a minha sem-razão, à face*

dos acontecimentos que ele desencadeou e teriam mostrado a boa fé dos terroristas, a sua honesta execução dos acordos, a influência de Senghors, a boa vontade internacional [...] Mas não! A narração dos acontecimentos de 74 mostra que as minhas previsões de 72 se confirmaram todas. E mesmo assim o estúpido não percebeu.

Mas ter de argumentar repetidas vezes com as mesmas razões, era para Marcello Caetano um sofrimento, pois tinha a impressão de que ninguém o lia nem apreciava a força do seu depoimento. Era um malhar constante em ferro frio, um gritar como se estivesse em pleno deserto. Assim, logo continuava: *Não responderei publicamente. Não responderei mais nem a Spínolas, nem a Silvas Cunhas, nem a Francos Nogueiras. Mas estou escrevendo umas notas à margem deste livro, para arquivar, de que lhe enviarei cópia. Só para elucidação do amigo e do historiador. Em qualquer país onde houvesse um mínimo de espírito crítico objectivo, este livro do* de Spínola *seria a pazada de cal sobre o seu sepulcro. Em Portugal, no Portugal de hoje, se calhar ainda tem um coro de louvores ...*

Penhorou-me esta carta de Marcello Caetano, que recebi no dia 5 de Janeiro. Sentia-me enobrecido com o sentimento de confiança que ele me dispensava: «As suas cartas — escrevia-lhe a 7 de Janeiro — não têm apenas o valor pessoal de quem as envia, pois as considero também pelo valor histórico. Sinto a honra de que me faz depositário com as suas notícias e confidências.» Nelas transparecia a dignidade do homem e o patriotismo do estadista que bem servira a Pátria e no exílio a continuava a honrar. Permitia-me dizer a Marcello Caetano: «Não descansarei enquanto não lhe fizerem a justiça que merece. Ainda é cedo para desvendar estas cartas, mas um dia elas serão conhecidas para que todos avaliem a sua estatura humana e nacional.» E a finalizar: «Os Portugueses terão um dia de reconhecer, no tocante ao rumo certo de Portugal, quem estava na razão e quem na realidade traiu.»

No dia 12 de Janeiro, por intermédio de Francisco Correia de Campos, que regressara do Rio de Janeiro, recebi as *Notas à Margem* do livro de António de Spínola, juntamente com o seguinte cartão do dia 8: *Meu querido amigo: Junto envio os apontamentos prometidos para seu conhecimento e de alguns amigos a quem julgar conveniente mostrar. O meu antigo secretário Francisco Correia de Campos deve procurá-lo e se puder tirar fotocópia está autorizado a fazê-lo. Um grande abraço do seu amigo dedicado e grato, Marcello Caetano.* Em conversa que tive com o portador, o nosso primeiro desejo foi de mandar imprimir o texto para acabar de vez com a versão spinolista do 25 de Abril. A opinião pública seria assim devidamente esclarecida quanto às posições que Marcello assumira no seu Governo.

Mas um e outro receámos a polémica a que o facto daria lugar e sem que Marcello Caetano, por estar longe, pudesse dar resposta

imediata «a quantos — dizia eu em carta de 17 — fazem o jogo (e já não são muitos) do general que rebentou com o País». Ainda nessa noite telefonei a Marcello, ficando assente tirar duas dezenas de fotocópias a distribuir por vários amigos, entre eles o Dr. Valdez dos Santos, que publicaria o documento em tom impessoal, para que se não dissesse que Marcello Caetano tinha entrado em polémica [1]. Nesse mesmo dia entendi escrever uma carta ao general António de Spínola, a protestar contra as afirmações contrárias ao Prof. Marcello Caetano que ele deixara no *País sem Rumo,* carta a que o general respondeu em 5 de Fevereiro com argumentos que me pareceram despiciendos, o que motivou no dia 11 uma nova carta a que ele já não respondeu [2].

Era opinião corrente que o livro de Spínola se traduzira num fracasso. Constituia a confissão de culpa de um general que falhara rotundamente nas arenas da política, conduzindo a Nação que julgava salvar para as profundezas do abismo. Não apenas o coronel Viana de Lemos, que em 25 de Abril era subsecretário de Estado do Exército, mas também o coronel Romeiras, antigo comandante do Regimento de Cavalaria n.º 7, já tinham publicamente contestado muitas das afirmações da obra. As *Notas* eram oportunas, além de muito bem escritas, para repor a verdade das coisas acima de tudo. Na mesma carta permitia-me dar a Marcello o seguinte conselho: «Justifica-se o desenvolvimento das notas num grande livro que aclare de vez o 25 de Abril. Eu sei que o faz sofrer e lhe causa asco relembrar coisas tristes, misérias e traições. Mas a ocasião é propícia para o fazer: um grande livro de história em que, a propósito do general escritor, se desmascare a traição de muitos que andaram ao peito com os cravos do 25 de Abril.»

No dia 24 de Janeiro respondia Marcello Caetano a várias cartas minhas desse mês. Quanto à carta que eu mandara ao general Spínola, referia: *Comoveu-me. Que pena o meu amigo ter de gastar cera com tão ruim defunto!* Falava depois dos apontamentos para agradecer a divulgação que se estava a fazer do seu texto: *Entre as pessoas que gostaria que as conhecessem contam-se a Prof.ª Maria Helena Ureña Prieto e o Dr. Lopo Cancela de Abreu.* E tendo-lhe chegado notícias que o almirante Tomás estava a escrever um livro de memórias, Marcello afirmava: *Não tenciono publicar mais livro nenhum sobre a minha acção no Governo. Se o Almirante for desagradável comigo, o vexame será para ele a quem sempre tratei com o máximo respeito e*

[1] Entre outras pessoas receberam fotocópias o Dr. José Quesada Pastor, antigo chefe de gabinete, os antigos ministros Dr. Clemente Rogeiro e Dr. José Luís Esteves da Fonseca, o Dr. Álvaro da Silva Tavares, antigo governador-geral de Angola, e o editor Fernando Guedes.

[2] Veja-se o teor das três cartas em apêndice final, documentos II, III e IV.

sem nunca o descobrir fosse no que fosse. Mantinha assim a atitude de grande nobreza com que se referia ao antigo chefe do Estado.

Uma notícia publicada em vários jornais fazia gala em incluir Marcello Caetano entre as pessoas que no ano de 1929 tinham assaltado a sede do Grande Oriente Lusitano. Seu filho José Maria, em carta enviada ao semanário *Tempo,* tinha já repudiado essa versão inexacta e de manifesto acinte pessoal. Mas também Marcello quis varrer a sua testada, para o que acrescentou na mesma carta: *Escrevo hoje ao Nuno Rocha sobre o assunto. Nunca julguei que o Dr. Oliveira Marques cometesse tamanha vileza. O que ele me deve! Não tenho nenhuma simpatia pela Maçonaria, mas não quero ficar por antecessor do Palma Inácio na pequena história.* Mas tão habituado estava Marcello ao esquecimento de pessoas que outrora se diziam suas amigas, que nem sequer a atoarda o fez sofrer. Era mais uma a circular, mas sem obter audiência junto das pessoas honestas e responsáveis.

As *Notas* foram publicadas, por minha diligência junto de Torquato da Luz, no *Jornal Novo* de 24 de Janeiro. Também o Dr. Valdez dos Santos lhes fez uma excelente recensão no quinzenário de *Economia e Finanças.* O Dr. Álvaro da Silva Tavares, que fora governador-geral de Angola e por quem Marcello nutria grande amizade, também na mesma publicação escalpelizou, com a habitual mestria, o livro de Spínola. Tudo isso o encheu de alegria, como confessava em 30 de Janeiro: *Não, não estou zangado consigo! O* Jornal Novo *chegou-me às mãos no dia seguinte à publicação da notícia, porque alguém que embarcou no avião de 24 aqui chegou em 25 e logo m'o trouxe. E devo dizer que gostei. A notícia está dada com muita habilidade, foram omitidas as referências que eu gostaria que fossem, mas o público fica sabendo que não fiquei tremendo e chorando com as invectivas do homem que veio documentar publicamente a sua estupidez e a sua inconsciência* [1].

Marcello Caetano entendia depois agradecer o que se estava a fazer em sua defesa: *quando tantas pessoas que se diziam outrora minhas amigas e disso aproveitaram largamente, se acobardaram de fazer.* Já recebera muitos recortes do jornal, o que era a prova da larga audiência que a notícia tinha obtido. Depois acrescentava: *Hoje chegou o* J. P. de Economia e Finanças *(de que sou assinante) onde o Dr. Valdez dos Santos tem sido um batalhador corajoso; e também o exemplar que fez o favor de me mandar, com o 2.º artigo do Dr. Silva Tavares, outro amigo admirável e intimorato a quem estou profundamente grato. O artigo é excelente e creio que o Dr. Silva Tavares, ao conhecer as minhas notas (que não precisou de ler para*

[1] As *Notas* à margem do livro de Spínola são publicadas em apêndice ao nosso livro.

formular um juízo exacto), se sentirá confirmado nas suas opiniões.

Mas um exemplar das *Notas* chegou, sem meu conhecimento, ao semanário *O Diabo,* que as transcreveu no número de 30 de Janeiro. Já ali fora publicado um artigo do capitão pára-quedista António Ramos, a defender o livro do general. Por carta de 30 de Janeiro eu informava Marcello Caetano de que ignorava o autor da veiculação: «Custa-me que o Senhor Professor pense que abusei da sua confiança, pois sabe bem que era incapaz de o fazer.» Adivinhava a contrariedade de Marcello por o referido semanário não ser o mais adequado para proceder à divulgação do texto. Mesmo assim, reputava útil a publicação integral das *Notas*: «Acaba de vez o mito do general salvador e tiram-se as dúvidas dos que ainda defendiam ter havido um pacto secreto entre o Senhor Professor e Spínola. A verdade vem sempre ao de cima, mesmo que os pescadores de águas turvas a pretendam encobrir.»

Como era de esperar, Marcello Caetano não gostou da publicação e assim o fez saber em 4 de Fevereiro: *Na última carta dizia-lhe que a notícia no* Jornal Novo, *supervisionada pela sua amizade e bom senso, não me tinha irritado. O mesmo não digo da publicação do papel na íntegra em [...]* O Diabo. *Sei que não foi, de certeza, o meu amigo o responsável, nem foi decerto imprudência do Chico Correia de Campos. Ainda por cima, a apresentação é miserável e deixa entender que eu fui abordado, confirmei a autoria e porventura autorizei a publicação. Era conveniente que se soubesse que não dei tal autorização. Não me importa que se conheça o texto, embora o não escrevesse para publicar: mas tenho pena de que, a ser publicado, o fosse num jornal onde sempre fui mal tratado. Antes, então, o* Jornal Português de Economia e Finanças! *Enfim, há que ter paciência e seja tudo em desconto dos meus pecados!* E num assomo de raiva incontida: *[...] Enquanto me restar algum alento ninguém me insultará e injuriará sem que eu reaja: pode ser só entre os meus amigos, como eu agora queria, mas salto. E não me provoquem demais.*

Na minha resposta expliquei a Marcello Caetano que também eu ficara surpreso com a divulgação das *Notas,* não sabendo qual a fonte da divulgação. Uma sondagem feita junto de um redactor d'*O Diabo,* não conduzira a nenhuma pista favorável. Impunha-se proceder a nova publicação, mas por iniciativa nossa, num jornal como *Economia e Finanças.* Não sendo um órgão de informação aberto ao grande público, tinha no entanto a vantagem de recrutar os seus leitores entre pessoas de nível intelectual, em que se destacavam professores universitários, homens de letras e tecnocratas. A Marcello Caetano fazia saber: «Compreendo a sua mágoa, mas dou-lhe a minha palavra de homem e de amigo que a notícia d'*O Diabo* saiu sem meu conhecimento.»

Em cartão de 13 de Fevereiro dizia-me Marcello não achar conveniente a publicação: *Quanto à publicação integral das* Notas, *sabe que nunca a desejei. Conformei-me com o abuso, mas a verdade é que elas não foram redigidas para serem publicadas assim. Acho que o* J. P. E. F. *faz melhor se continuar como até aqui, na crítica serena e justiceira do conselheiro Silva Tavares (que todos os dias cresce no meu apreço), e publicando notas, como a que vem no último número acerca da frase histórica, respigadas do meu texto.* Assim respeitei a sua vontade de não divulgar mais o texto das *Notas.* Mas no dia 13 de Fevereiro publicou o general Kaulza de Arriaga, no mesmo semanário, um artigo a defender-se das alusões de Marcello. Não tardou que este me escrevesse: *Enviaram-me há dois dias o n.º d'*O Diabo *com a catilinária do Kaulza. Creio que compreenderá melhor agora as minhas razões para não querer a publicação das* Notas *na íntegra. Escrevi-as para sua elucidação e de alguns amigos mais íntimos, mas há assuntos que me recuso a tratar pública e polemicamente.* Não ficaria o assunto encerrado, como veremos adiante a propósito de um artigo de Raul Rego.

2. UM NOVO PERCALÇO DE SAÚDE

Marcello Caetano não entrara em 1979 com a desejada saúde. No início do ano recebera a visita do Dr. António Rodrigues dos Santos, que chegara de Portugal a fim de preparar a livre docência em Direito. No último ano de vida de Marcello, ser-lhe-ia, com a esposa, de uma grande dedicação. Mas no dia 12 a agenda já refere uma visita ao Dr. António Chibante, que o medicamentou para os tempos mais próximos. Dez dias mais tarde foi consultar o Dr. Luís Emílio Macedo aos serviços clínicos da Casa de Portugal, que lhe prescreveu uma série de análises e de radiografias. Depois foi a vez do Dr. Dobmann se inclinar para a urgência da intervenção cirúrgica. Na carta de 30 de Janeiro já Marcello me tinha avisado: *Amanhã vou marcar com o cirurgião a operação a uma hérnia inguinal que me apareceu ultimamente. Previno-o para evitar qualquer nova onda de boatos ligada ao internamento e intervenção.*

No dia 5 de Fevereiro foi operado na Casa de Portugal, de que me elogiou por várias vezes a proficiência dos serviços médicos. Sem que a intervenção fosse anunciada, o certo é que muitos amigos o foram saudar no período de internamento [1]. No dia 9 estava Marcello de

---

[1] Além dos familiares, a agenda de Marcello Caetano indica os seguintes nomes: almirante Tenreiro, comandante Botelho, Tomé Feteira, Viana Moog, Salustiano Lopes, D. Maria Adélia e Dr. Eduardo José Brasão, Dr. Manuel Pedro Ribeiro da Silva e senhora, Dr. António Gomes da Costa, Prof. Penalva Miranda Delgado e Cavalcanti de Oliveira.

regresso a casa, mas voltando cinco dias depois ao hospital para extrair os pontos. Nessa manhã estivera na Igreja de Santa Cruz dos Militares a assistir à missa por intenção do Prof. Gama e Silva, antigo embaixador em Lisboa e que fora para ele um bom amigo. Poucos dias mais tarde, chegou a hora do regresso a Lisboa de D. Lucinda Bastos Coelho que viera passar o Natal em família e acompanhara o irmão no internamento hospitalar. Nesse mesmo dia, Marcello tranquilizava-me quanto ao estado de saúde: *Restabeleci-me bem, felizmente, da operação.*

No dia 19 de Fevereiro, quase findo o período de férias grandes no Brasil, voltava ao seu magistério em São Paulo o nosso amigo Prof. Francisco da Gama Caeiro, que tinha a intenção de ir saudar Marcello Caetano ao passar pelo Rio. Foi ele portador de uma carta do mesmo dia, que levava também um recorte do artigo que o Prof. António José Saraiva tinha publicado a pôr de rastos o papel das Forças Armadas na guerra de África e na preparação do 25 de Abril. O artigo de Saraiva dera brado na opinião pública, por ele dizer verdades cruas e não esconder a desilusão que sentia pelo fracasso da revolução dos cravos. Aproveitei a visita do amigo comum para desejar a Marcello uma semana de completo repouso em clima termal, pois me anunciara a intenção de em breve o fazer.

Deu-lhe prazer a visita de Francisco Caeiro, como assinalava em 7 de Março: *Este cartão é só para agradecimentos: dos recortes, do 2.º vol. da* História, *dos porta-chaves com a minha efígie (que já cá tinha), da compreensão com que travou a publicação das* Notas *no* Jornal de Economia e Finanças. *Sei lá quanto mais tenho de lhe agradecer!* Dizia-se cansado das emoções ultimamente sofridas e do intenso calor do Rio. Recebera no dia 5 a visita de um grupo de naturais de Arganil, que o tinha comovido. E no dia 7 viera ao mundo Frederico, segundo filho da neta Gigi: *Ontem nasceu-me outro bisneto. Vou-me profissionalizando em antepassado [...] São já 15 netos e 2 bisnetos.* Esse prolongamento familiar suavizou-lhe em muito a tristeza por vezes intensa do exílio.

Marcello queixava-se então da monotonia carioca em período estival, sem aulas na Gama Filho nem amigos para conversar. As reuniões ordinárias do Instituto Histórico apenas recomeçavam a 7 de Março: *Espero lá encontrar o nosso Calmon, que esteve em férias no Paraná.* Mas a saúde de D. Olga também o inquietava, devido ao agravamento da sua doença dos olhos e aos rigores do clima. Desde que chegara ao Brasil não gozara ainda Marcello um período de férias, por curto que fosse, pelo que se decidiu fazê-lo: *Eu também vou ver se lá para fins da semana próxima vou passar 8 dias a Caxambu para lavar o fígado e permitir repouso a minha irmã Olga.*

No dia 15 de Março partia Marcello para o pequeno município de Minas Gerais, afamado pelas suas águas sulfurosas. Grande número de veraneantes acorria todos os anos à estação termal, o que fazia de

Caxambu o terceiro produtor de água mineral de todo o Brasil[1]. Ficou instalado no Palácio Hotel, aproveitando a deslocação para visitar algumas terras vizinhas, como São Lourenço, também local de vilegiatura, assim como as vilas de Cambuguira, Campanha e Lambari. Na agenda refere que esteve com D. Olga na vila de Baependi, muito importante pela agricultura e pelo comércio. Ali comprou produtos de artezanato local, que foram do agrado da irmã. E na terça-feira 27 voltava ao Rio, pois no dia seguinte dava início ao curso de História do Direito na Universidade Gama Filho.

3. UM ARTIGO POLÉMICO

A publicação das *Notas* ao livro do general Spínola suscitou alguns comentários em franjas distintas da opinião pública, embora o seu número fosse mais reduzido do que seria de esperar. Em defesa de Marcello Caetano destacaram-se o Dr. Valdez dos Santos e o conselheiro Álvaro da Silva Tavares, que em artigos e notas do *Jornal Português de Economia e Finanças* comentaram o assunto com o equilíbrio que ele exigia. Mas assim não fez o Dr. Raul Rego, que num violento artigo publicado no *Diário Popular* e a que deu o título de «Um regime por dentro», ia ao ponto de ofender gravemente a pessoa de Marcello Caetano, esquecendo a condição de exilado em que este há cinco anos vivia.

Nesse artigo, Raul Rego considerava de «grossa mentira» o testemunho de Marcello sobre o massacre de Wiriamu, quando o estadista se referira ao assunto nas páginas do livro *Depoimento*. O articulista dava em seguida a entender que Marcello Caetano teria encoberto o assassínio do general Delgado, devido à «submissão» que o antigo chefe do Governo era obrigado a manter em relação à polícia política. Provindo de um jornalista com larga tarimba da informação e, ainda por cima, de reconhecida cultura, o artigo era manifestamente infeliz no seu conteúdo. Mas não o era menos quanto à intenção que o ditara, por bater num vencido que de longe não se podia defender por não dispor de acesso aos mesmos órgãos noticiosos. Com a agravante ainda de Rego extravasar um sentimento do ódio que é incompatível com os princípios da tolerância de quem há muitos anos apregoa aos quatro ventos o seu ideal democrático.

Li com espanto o artigo de Rego, mas não o mandei a Marcello Caetano por antever o incómodo que a leitura lhe causaria. Para quê aumentar as amarguras do exílio, se não lhe era possível fazer calar o seu antagonista? Mas sem pensar na reacção de Marcello Caetano,

---

[1] Veja-se artigo de Lúcia Maria Ruas Gaspar, in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura,* vol. 4, col. 1634.

outro amigo fez-lhe chegar a prosa virulenta, o que provocou nele uma profunda onda de revolta. Veio logo ao de cima o seu temperamento de homem que não se deixava abater, embora reconhecendo que não dispunha das forças do adversário para lutar, por meio da imprensa, de igual a igual com ele. Porque se Marcello vivesse em Portugal e dispusesse das mesmas armas para a polémica, ninguém teria dúvida de que Raul Rego não sairia vitorioso da liça. Para ganhar um combate de ideias é preciso ter craveira mental e a certeza das razões próprias.

No dia 13 de Março escrevia-me Marcello Caetano: *Chegou-me hoje às mãos um artigo infamíssimo que um tal Raul Rego publicou no* Diário Popular, *em que me acusa de ter ocultado a verdade, mesmo de mentir ao país, no caso dos chamados massacres. Agradecia que procurasse encontrar alguém, podendo ser um jornal diário ou semanário, ou no* J. P. de Economia e Finanças, *que reproduzisse o essencial do que sobre o assunto escrevi no* Depoimento *a págs. 182-183 e o testemunho de Jorge Jardim no livro* Moçambique, Terra Queimada, *pág. 113, sobre a minha decisão de, logo que soube a verdade inteira, o comunicar publicamente. Era uma notícia ou uma nota simples que mostrasse ser o tal Rego o mentiroso. Quanto ao assassínio do Humberto Delgado acusa-me [...] de ter dado uma certa versão. Ora eu nunca me referi ao assunto, que não se passou no meu governo e estava afecto à competência do tribunal de Badajoz.* E a concluir, pedia-me: *Desculpe o incómodo, mas o meu amigo talvez possa conhecer alguém que reponha a verdade dos factos e me desagrave.*

Tentei na minha carta de 22 de Março minimizar o assunto para sossego de Marcello Caetano. Dizia-lhe que o artigo não tivera audiência na opinião pública, pois ninguém o comentara e, se alguém o fizera, fora apenas em desfavor do articulista. O Dr. Valdez dos Santos mostrava-se disposto a publicar uma nota no número de Abril de *Economia e Finanças.* Quanto a responder publicamente a Raul Rego, chegara-se à conclusão de que era melhor não o fazer. Francisco Correia de Campos e eu tínhamos pensado enviar uma carta ao *Diário Popular,* mas logo se reconheceu que a publicidade iria forçosamente conduzir ao empolamento do caso. No fundo, a nossa intervenção significava conceder ao artigo sem eco a glória que ele não alcançara quando do seu lançamento.

Isso mesmo o dizia a Marcello Caetano, acrescentando que a revolução trouxera ao de cima homens de letras que, podendo servir-se da pena para a obra que se propunham de regeneração nacional, prefeririam espalhar o fel do ressentimento para bater nos vencidos. Talvez porque lhes faltassem ideias, nada de positivo sabiam propor para bem da comunidade. O seu ideal de Quixotes tinha apenas um fim: ofender os mortos e bater com heroísmo nos que o destino condenara ao exílio. Para isso utilizavam com boa remuneração os jornais estati-

zados, onde, em vez de fazerem história, arquivavam frustrações e desencantos. E afirmava depois ao amigo dilecto: «As pessoas sérias estão fartas destes privilegiados do Poder que em nome da democracia vivem apenas do ódio ao 24 de Abril e esquecidos de que um regime novo precisa de trabalho, de honestidade e de grandeza para se impor aos outros. Até quando teremos de suportar estes vendilhões que à sombra do Parlamento abicham 35 a 40 contos mensais e nada fazem em prol da Nação que dizem defender?»

Marcello Caetano compreendeu a dificuldade que os amigos de Lisboa tinham em manter uma polémica com Raul Rego. Assim me disse em carta de 30 de Março, quando voltara de Caxambu: *Como já pedi, não desejo que o meu amigo se envolva pessoalmente, por artigos ou cartas, nos assuntos que me dizem respeito: apenas lhe agradeço que, quando possa, suscite da parte de alguém (jornalista ou amigo menos conhecido) um esclarecimento ou uma rectificação. O caso do Rego já perdeu oportunidade e só me faz tristeza que tanta gente que colaborou comigo e devia conhecer os factos fique calada perante mentiras desbocadas.* Marcello acrescentaria depois o seguinte dado: *Agora, no infame programa da TV sobre os anos do século, dizem que vão apresentar a minha visita a Londres em 1973 como um fiasco total, quando o fiasco foi das manifestações de uma escória de trabalhistas e homossexuais, reunida por Mário Soares e comandada por um conhecido agitador paquistanês que a polícia prendeu em flagrante, como toda a imprensa londrina noticiou, revelando que a hostilidade não era de portugueses!*

Voltei a escrever a Marcello Caetano no dia 3 de Abril, enviando-lhe o número de *Economia e Finanças* onde o Dr. Valdez dos Santos deixara um excelente comentário acerca do polémico artigo de Rego. Não havia, pois, que atear o fogo extinto e dar força ao articulista para uma nova campanha do género. E no dia 11 de Abril, a sua resposta veio confirmar o nosso ponto de vista: *Sobre o artigo do Raul Rego deve ter recebido a minha carta em que lhe pedia que não fizesse nada. Justamente porque o tenho como um dos meus melhores e valiosos amigos, não o quero queimar nem que se queime por minha causa.* O problema era outro, porque teria de boamente terçado armas em sua defesa. Só que, estando Marcello ausente, o efeito jornalístico da contenda iria apenas beneficiar o crítico impiedoso. O caso não tomaria a forma do esclarecimento, para se quedar para muitos no domínio do escândalo.

Marcello Caetano entendeu a minha posição e a ela se referiu em carta de 11 de Abril: *Ao que o nosso país chegou! Os próceres do antigo reviralho só espumam ódio, enquanto apregoam a tolerância da Democracia. Eles são o que sempre foram, como eternos perseguidores dos outros, ou não fossem fantasmas deles próprios. Insurgem-se contra o Santo Ofício, mas se tivessem vivido no século* XVI *seriam*

bons modelos de Torquemada, nos processos de baixa vingança em que são realmente mestres na tribuna ou no púlpito. E não escondendo a sua tristeza pela injustiça das críticas de que em Portugal se via objecto, Marcello Caetano finalizava: *Meu Amigo: É Páscoa. Mas com a experiência que a vida me deu, como acreditar nos homens e na fraternidade e na regeneração e não sei em que mais?*

4. UMA LEMBRANÇA DO 25 DE ABRIL

De regresso de Caxambu, voltou a integrar-se no ambiente carioca. Às terças e quartas-feiras ia reger as aulas de História do Direito e do Mestrado na Gama Filho, consagrando a última tarde e a de quinta-feira para as reuniões do Instituto Histórico e da Academia Brasileira de Letras. Nos primeiros dias de Abril fez visitas de cortesia a pessoas que se tinham interessado pela sua intervenção cirúrgica, como o Prof. Pontes de Miranda e o comendador Feteira, deslocando-se também à Casa de Portugal e ao Gabinete Português de Leitura. Tendo passado a semana de Páscoa em família, começou nas tardes de sábado a acompanhar a irmã D. Olga aos concertos do Teatro Municipal. E a 24 foi saudá-lo o editor Fernando Guedes, que, sabendo do avanço de redacção da *História do Direito Português,* vinha combinar com ele os preparativos da edição.

Na minha carta de 3 de Abril eu informara Marcello Caetano do encontro que tivera com alguns oficiais-generais no tribunal da Boa-Hora, onde fôramos depor como testemunhas do coronel Durval de Almeida e do pintor João Paulo de Abreu e Lima, acusados de fazerem parte da rede bombista [1]. Tivemos de aguardar três longas horas no claustro e, como era inevitável, o nome de Marcello tinha vindo à baila. Um dos interlocutores dizia reconhecer a inteligência e o patriotismo do antigo chefe do Governo, mas que dele divergira quanto à política ultramarina. Atalhei de imediato que, se as Forças Armadas tivessem apoiado Marcello Caetano, não se imiscuindo em problemas políticos estranhos ao seu foro, não teria acontecido o 25 de Abril. E acrescentei: a prova de que o estadista tinha razão, estava agora no facto de os oficiais-generais que a revolução colocara na prateleira sentirem na alma e no sangue a profunda injustiça contra eles praticada.

A propósito da audiência de 14 de Março de 1974, o general Silvério Marques justificou a sua ausência, por a manifestação ter

---

[1] Ali estavam os generais Silvino Silvério Marques, Mira Delgado e Louro de Sousa, o coronel Pinto Soares, o comandante Horácio Carvalho, o Dr. Bento do Amaral e outros oficiais e civis.

sentido em relação ao presidente da República, que era o comandante supremo das Forças Armadas, e não ao presidente do Conselho. A isso objectei que a definição da política ultramarina cabia ao segundo, pelo que a presença dos generais em São Bento, tanto quanto me era dado julgar, constituía uma afirmação de unidade das Forças Armadas e do seu respeito pelo poder civil. Havendo pressões internacionais para o nosso abandono de África, impunha-se manter a resistência interna e apoiar a política da autonomia progressiva e participada para o Ultramar. E manifestei ao general Silvino Silvério Marques que a política de integração perdera em 1974 qualquer via de êxito, pelo que a solução do caso africano só teria futuro dentro de uma visão de «novos Brasis» e num quadro autonómico.

Os meus interlocutores não fizeram reparos ao ponto de vista expresso. Foi então a vez de o general Silvino defender a coragem e a pureza das Forças Armadas que, com excepção dos «traidores do MFA», tinham durante 13 anos defendido o Ultramar, a ponto de assegurar a vitória militar em Angola e em Moçambique, não estando também longe de o conseguir na Guiné. No fim da mesma carta, eu dizia a Marcello Caetano que ficara com a impressão do profundo traumatismo em que o 25 de Abril mergulhara os antigos generais, todos eles com uma brilhante folha de serviços e que compreendiam o que fora a nossa missão no Mundo: «Também eles agora vêem quanto custou a mudança a um povo que tinha um ideal de séculos e viu o seu património retalhado pela traição de uns tantos portugueses e pela ambição das grandes potências.»

Na sua resposta, Marcello fazia o seguinte juízo: *Achei curiosa a sua conversa com o general Silvino Silvério Marques...* Depois de algumas considerações de menos interesse, continuava: *O meu erro foi tratar os generais muito bem, poupando-os a responsabilidades (que eu assumia) e prestigiando-os com a preocupação de valorizar as Forças Armadas perante a Nação e não alimentar as campanhas internacionais.* E num desabafo íntimo que o fazia sofrer: *Eles não compreenderam isso e julgavam que o tratá-los bem e dar-lhes as honras merecidas eram tentativas para os conquistar, e vá de conspirar contra mim e o próprio País.* Marcello Caetano punha depois o seguinte remate: *Fico calado. Calado continuarei sobre tudo quanto for dito e publicado a respeito das* Notas *que não pedi que fossem publicadas, nem autorizei jornal nenhum a que o fizesse.*

Na noite de 18 de Abril, o Dr. Pedro Feytor Pinto foi entrevistado no programa Directíssimo da Televisão, sobre os acontecimentos em que interveio no dia 25 de Abril. Fê-lo com tal elevação, evocando a pessoa do presidente do Conselho com tanto respeito e calor humano que o seu testemunho me deixou impressionado. Era um Marcello Caetano cheio de nobreza o homem que aguardava a rendição do Governo no Quartel do Carmo. A conversa com o general Spínola

decorrera com uma grande compostura, com o tratamento recíproco de V. Ex.ª A preocupação do presidente do Conselho era que «o Poder não caísse na rua» e por isso o entregava ao chefe militar que dava garantias de o poder receber. Quando se alvitrou que Marcello saísse por uma das janelas que dava para o telhado, ele recusou-se a fazê-lo dizendo que apenas saía pela porta por onde entrara. Na evocação desses factos, Feytor Pinto tivera o desejo de elevar Marcello Caetano aos olhos do público e no consenso da história.

Tudo isto o referi em carta de 19 de Abril, não escondendo a emoção que o depoimento me causara. Tanto mais que o entrevistado fora o mais objectivo possível. Um temperamental podia ter aproveitado o ensejo para amarrar os «capitães de Abril» ao pelourinho. Mas a missão de Pedro Feytor Pinto, querendo dar um testemunho vivo da sua presença no Carmo, tinha de se orientar para a fala sem paixões que a entrevista requeria. Pudera ele assim elevar Marcello no seu humanismo, na dimensão de um político que não se fechava na torre de marfim, antes procurava auscultar as carências das populações e a estas distribuir os benefícios da comunidade. E no dia seguinte voltei a transmitir-lhe os ecos favoráveis que ouvia ao meu redor sobre a entrevista do seu antigo colaborador no Gabinete de Imprensa da Secretaria de Estado da Informação.

No dia 25 de Abril já Marcello recebera as minhas cartas. Completavam-se nesse dia cinco anos sobre a revolução que deitara abaixo o regime. Via-se envolvido num mundo de tristes lembranças e com a alma presa a todas as emoções que nesse dia lhe fora dado viver. Era pois natural que quisesse ter um desabafo com o amigo distante e que muitas vezes lhe tinha expresso sentimentos de lealdade. Na minha carta de 19 de Abril reafirmara-lhe o grande apreço em que o tinha a propósito da evocação do 25 de Abril que António Maria Zorro deixara no semanário *A Rua*. Pelo interesse que contém para a história, cumpre-me divulgar o texto da carta que naquele dia me dirigiu. Assim escrevia Marcello Caetano: *A minha carta de 11 era muito amarga e depois de a expedir fiquei arrependido de a ter enviado. A verdade é que passo bem e com o espírito desanuviado quando não tenho pela frente as coisas de Portugal. Mas mal estas surgem, é sabido que há grande probabilidade de me irritar. Estou ulcerado pela ingratidão e injustiça. A prosa do Zorro, que o Veríssimo Serrão julgou aceitável, para a minha sensibilidade foi um insulto. Ainda não vi a entrevista do Feytor Pinto, mas várias pessoas de família e amigos me escreveram logo e vejo que a repercussão foi favorável.* Mas porque o magoou tanto a prosa de Zorro, acerca do ocorrido no Quartel do Carmo?

Até agora só tinham feito justiça à minha conduta no Carmo os adversários (Salgueiro Maia e o próprio Otelo). O Zorro apresenta como modelo de dignidade nesse dia o Almirante Tomás, porque não

saiu de casa[1]. *O que é inexacto. O Presidente saiu para um forte perto de Caxias. Quando do Carmo me pus em contacto com o Palácio de Belém, o Secretário da Presidência informou-me que o Sr. Presidente não estava e que não podia dizer onde se encontrava — embora soubesse. Pedi-lhe para lhe transmitir que eu estava no Quartel do Carmo. E nunca mais tive notícias.* A versão de Marcello invalida os rumores postos a correr de que, uma vez instalado no Carmo, o presidente do Conselho não tentou um contacto com a Presidência da República, para estabelecer a estratégia que fosse pelo Governo julgada mais oportuna.

Marcello Caetano descreve, em seguida, o ambiente que na tarde de 25 de Abril se viveu no Quartel do Carmo: *O Feytor Pinto foi o intermediário (juntamente com um secretário do Dr. Pedro Pinto) entre o Pedro Pinto e eu, primeiro, e entre mim e o general Spínola, depois. No fim da tarde, quando no Largo do Carmo estava já montado o circo e ele me veio ver pela última vez, agarrou-se a mim a chorar. Tive de lhe dizer: «Então, Pedro, vocês em vez de me darem ânimo querem-m'o quebrar?» Foi tocante mas tive de apelar para todas as minhas reservas de energia (estava ali desde as 5 da manhã) para não perder a verticalidade e a (aparente) impassibilidade. Os agentes da D. G. S. choravam também [...] E os ministros que estavam comigo estavam o mais baixo que é possível ...*

Depois, numa profunda e comovida reflexão, Marcello Caetano acrescentaria: *Enfim: faz hoje 5 anos. E o que eu vivi durante os 5 anos e meio de governo, traído por quase todo o mundo, mais as emoções desse dia, constituiu uma carga psíquica que não me matou (já tinha dez anos anteriores de trágica doença de minha mulher ...) mas que mói [...] Desculpe-me por isso se por vezes sou amargo e rabujento. Eu disse: «mais as emoções desse dia ...» E o que se passou depois? O abandono pelos meus colaboradores e pelos meus discípulos e tantos dos que se diziam meus partidários? O espectáculo de tantas ingratidões e covardias?* Marcello Caetano tinha pois fundas razões, como ele próprio referia, para estar «ulcerado» por tantos desgostos.

Mas não perdera a fé nos homens, nas muitas compensações que no exílio lhe fora dado receber e que lhe serviam de generoso alento: *Claro que nem tudo tem sido negrume. A sua amizade, por exemplo, é uma luz radiosa. E em troca daqueles que me deveram toda a vida o mais que pude fazer por eles, adquiri amizades novas, desinteressadas, algumas de pessoas que nem conheço pessoalmente, mas que em correspondência assídua têm procurado aliviar as penas do meu exílio.* Numa expressão de amizade que enobrece o amigo distante, Marcello

[1] O sublinhado é de Marcello Caetano.

Caetano afirmava depois a justificar a profunda razão do culto que sempre lhe dediquei: *A vida não tem só lados maus. E entre as coisas boas de que hoje desfruto, repito, a sua amizade é das que mais prezo. Obrigado por tudo. Um abraço muito amigo.*

5. A BULA «MANIFESTIS PROBATUM»

Nos fins de Abril eu noticiara a Marcello Caetano de que fora visitar Joaquim Paço d'Arcos, que encontrei bastante doente, embora muito lúcido. Acometido por uma cruel enfermidade e não ignorando a natureza do mal, o escritor vivia rodeado do carinho da esposa e dos amigos, como que a despedir-se em beleza da vida. Trabalhava febrilmente para acabar as *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo,* de que teve ainda a ventura de folhear o III e magnífico volume Disse-me ter enviado um exemplar a Josué Montello, para o entregar a Marcello Caetano. Este haveria de responder: *Do Joaquim Paço d'Arcos já sabia que não terá muito tempo de vida. Fomos amigos muito íntimos (ficou-me em herança de seu irmão Pedro) até há poucos anos. Creio haver tido um papel na sua carreira literária e até o que desempenhei no incidente da recusa do Prémio Ricardo Malheiros e que o levou a dedicar-me o romance* Ansiedade *e me incompatibilizou com a Academia [...] Deploro o seu sofrimento e do fundo do coração desejo que viva em paz os seus últimos anos.*

Na mesma carta referia a Marcello a conversa que havia tido com o Dr. Valdez dos Santos e em que este me anunciou a interrupção do *Jornal Português de Economia e Finanças.* O director da publicação alegava cansaço físico, prejuízos financeiros, incompreensões de vária ordem, mas não excluía o projecto de reestruturar a revista como semanário. Era das poucas tribunas livres de que ainda dispúnhamos para uma doutrinação séria em Portugal. Tinha pena de não aceder ao desejo de Valdez dos Santos para uma colaboração permanente no novo *Jornal,* mas a verdade é que o meu tempo já não sobrava para a feitura da *História de Portugal* e para as obrigações académicas. Não esquecia o atento conselho de Marcello, em 11 de Abril: *Estou à espera, com impaciência, do IV volume da* História. *É a sua grande obra, não se disperse em prejuízo dela! Conferências, artigos, colóquios, tem tempo para participar e fazer depois da* História *concluída: mas agora, por amor de Deus, não consuma energias em tarefas menores. Resista às solicitações e prossiga na sua* História ...

No dia 7 de Maio teve a alegria de abraçar seu filho Miguel e a nora Maria José. Com emoção podia confessar no dia 11, justificando o atraso do seu correio: *Não os via há cinco anos, não sei se os tornarei a ver. Tenho estado com eles o mais possível e com isso pus de lado outras coisas que devia fazer, entre elas a correspondência.*

Até ao dia 18 beneficiou Marcello dessa presença, reduzindo na medida do possível as obrigações sociais. Mesmo assim, não faltou no dia 15 à recepção na Academia Brasileira de Letras e recebeu várias pessoas [1]. Entre elas, o Prof. Jorge Miranda, que fora seu assistente na cadeira de Direito Constitucional e sempre lhe manifestara respeito e consideração. Apesar de numa linha social-democrata ter aderido ao 25 de Abril, fizera-o com uma absoluta coerência e sem qualquer negativismo em relação ao passado. Por isso Marcello Caetano apreciava a isenção e a delicadeza do Prof. Jorge Miranda e com sincero gosto o acolheu. E a 26 registou na sua agenda: *Aniversário da chegada a São Bento,* indo ali ao fim da manhã para evocar com o D. Abade e os monges amigos os tempos da sua chegada ao Rio.

No dia 7 comunicara eu a Marcello Caetano a realização de duas cerimónias para comemorar o 8.º centenário da bula *Manifestis Probatum,* dada por Alexandre III. Com esse documento reconhecera a Santa Sé a independência de Portugal, que era um facto assente com a construção do Estado português desde 1140. A primeira sessão decorria na Academia Portuguesa da História, com a presença do cardeal-patriarca de Lisboa, do cardeal Samoré, bibliotecário do Vaticano, e de D. Diego Angulo, director da Real Academia de la Historia, de Madrid [2]. A segunda cerimónia, organizada pelo general Luís da Câmara Pina, presidente da Academia das Ciências de Lisboa, teria lugar nesta instituição no dia 23 de Maio [3]. Com mais quatro oradores devia eu usar da palavra em nome da Academia de que sou presidente. O discurso era subordinado ao título de «Portugal — Um Destino Histórico», nele se procurando, como disse a Marcello Caetano, «elevar com orgulho as glórias da Pátria para que ela se reanime e saia da profunda crise moral que atravessa».

Defensor de Portugal como Estado de Direito, portanto como resultado da sua desanexação política do reino de Leão, não podia Marcello Caetano aceitar outra data que os anos de 1140 a 1143 como pródromo da independência. Assim me dizia em carta de 11 de Maio: *Aqui chegou também à Academia a notícia de que a nossa das Ciências ia comemorar o 8.º centenário da bula pontifícia que reconhece a D. Afonso Henriques (ao cabo de 39 anos de esforços!) o título de Rei. Compreendo que se queira aproveitar hoje, nesse desolado País, tudo quanto possa avivar o sentimento patriótico. Mas a nossa independência foi conquistada em 1140 e não foi dádiva*

---

[1] Eng.º Hélio Soveral e senhora, Prof. Clóvis do Couto e Silva, casal Moreira de Figueiredo, Prof. Jorge Miranda e João Graça Reis.

[2] *8.º Centenário do Reconhecimento de Portugal pela Santa Sé (Bula «Manifestis Probatum» — 23 de Maio de 1179),* Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1979.

[3] *Portugal — Um Estado de Direito com Oitocentos Anos. Bula «Manifestis Probatum», de 23 de Maio de 1979.* Academia das Ciências, Lisboa, 1981.

do Papa que fez tudo quanto pôde (quer dizer, a Cúria Romana) para a não consagrar. Marcello dizia-me depois que o filólogo Aurélio Buarque de Holanda seria o representante da Academia Brasileira de Letras à celebração: *sujeito tão da esquerda ... que é o único académico que até hoje se recusou a ter relações comigo devido a eu ser ... fascista!* Com sincera pena escrevia estas palavras.

O acontecimento não foi ignorado pela cultura brasileira. Na sessão de 23 de Maio do Instituto Histórico, o presidente Calmon pediu a Marcello Caetano para se referir à efeméride: *Tive de me desembaraçar de improviso para explicar do que se tratava, parecendo que não saiu mal.* Foi depois a vez de Austregésilo de Atahyde solicitar a presença de Marcello na reunião de 31 de Maio da Academia Brasileira de Letras, onde também usaram da palavra Pedro Calmon e Américo Lacombe: *Foi ontem, o que me permitiu, depois de agradecer à Academia a atenção dada a um facto da história portuguesa, pôr os pontos nos ii, sublinhando que a independência de Portugal não fora doação do Papa, presente da Santa Sé, mas conquista dos portugueses chefiados por um príncipe ousado que nunca foi conde de Portugal e sempre governou com independência o território, arrancando o governo das mãos da regina-mãe cercada de galegos e não indo pedir a Afonso VII que lhe transferisse a concessão feita ao pai.* Marcello finalizaria depois a sua carta: *Expliquei a resistência da Santa Sé ao reconhecimento do novo reino e como teve de se dobrar perante uma realidade pre-existente e inelutável. A verdade é que as pessoas aqui estavam confusas e o noticiário da imprensa ajudou muito à confusão. No final todos confessaram a vantagem do esclarecimento.*

6. DIOGO FREITAS DO AMARAL

Ao dar conta a Marcello Caetano da cerimónia ocorrida na Academia das Ciências, dizia-lhe ter estado presente o general Pedro Cardoso, chefe de Estado-Maior do Exército, que Marcello em carta do dia 28 assim definiu: *Além da presença agradável, era pela inteligência do melhor que tínhamos no Exército, como pude aperceber-me quando visitei a Guiné.* Aproveitando a visita do cardeal Samoré, houve uma recepção na Nunciatura, onde falei com o Prof. Diogo Freitas do Amaral. Não o tornara a ver desde as vésperas do 25 de Abril, quando de um encontro fortuito no Ministério da Educação Nacional. Mas a circunstância de seu pai, o Eng.º Duarte Pinto Freitas do Amaral, me distinguir com a sua amizade facilitou a nova aproximação. Estávamos a um mês do congresso histórico sobre Guimarães e a sua Colegiada, no âmbito do 850.º aniversário da Batalha de São Mamede. Embora muito doente, o Eng.º Duarte do Amaral dera-se de alma

e coração à iniciativa, em que teve o apoio de alguns amigos dilectos, como o general Luís da Câmara Pina, o embaixador António de Faria e o Eng.º Alberto Costa Guimarães, dispondo também da sincera colaboração do presidente da Academia Portuguesa da História.

Aproveitei o encontro para perguntar ao Prof. Freitas do Amaral se voltara a ter notícias do antigo mestre. Disse-me da sua tristeza por um afastamento que não desejou, tanto mais que nunca esquecera o muito que devia a Marcello Caetano para a carreira universitária. Acrescentou não ser verdadeira a notícia posta a circular, e a que o autor das *Minhas Memórias de Salazar* dera crédito, que ele desaprovara a moção da Faculdade de Direito a exprimir o voto do regresso do antigo presidente do Conselho à cátedra que tinha honrado. Freitas do Amaral insistiu que sempre respeitara e defendera Marcello Caetano e que lhe custava saber da mágoa deste para consigo. Tendo eu perguntado se me autorizava a transmitir a informação, respondeu: «Não só autorizo, como lhe agradeço que desfaça o equívoco.» E prometeu enviar para o Brasil o seu último livro sobre matéria de Direito.

A esta carta do dia 20 de Maio respondeu Marcello Caetano uma semana depois. Resposta comedida e não fechando a porta à reconciliação por mim desejada. Não escondia o grande desgosto que Diogo lhe dera ao confessar, em entrevista ao *Tempo,* que para a sua formação nada devera ao antigo mestre. De tal modo se sentiu ferido, que lhe sobreveio uma crise de asma de que levou semanas a recompor-se. Marcello Caetano lamentava-se também de o presidente do C. D. S. não ter levantado a voz contra a lei indigna que o condenara a 12 anos de prisão pelo «crime» de haver sido presidente do Conselho. Estaria disposto a reatar com Freitas do Amaral, mas sendo este a dar o primeiro passo. E acrescentava: *Devo-lhe parecer azedo e incompatível com o género humano [...] Mas não. Esta fase da minha vida mostrou-me muita falsidade nas relações passadas. Mas, por outro lado, revelou-me muita coisa boa — amizades dedicadas e desinteressadas — que eu desconhecia e, às vezes, menos esperava.*

No dia 3 de Junho acusava a recepção desta carta. Informava Marcello de que não tornara a ver Freitas do Amaral desde o encontro na Nunciatura. Era evidente para o grande público de que ele nutria ambições políticas, mas sem ter ainda encontrado o norte para o seu partido. O conúbio com o P. S. redundara num desvario sem proveito. Mas apesar disso, era opinião corrente que Freitas do Amaral continuava a ser o único arrimo para os não comunistas e a ter à sua frente um destino político. Atrevia-me a profetizar: «Se ele e Sá Carneiro se entendessem numa sólida frente antimarxista, talvez surgisse uma réstia de esperança. Mas, com a actual Constituição, o País não tem saída válida, excepto para os aproveitadores da desgraça.»

Quatro dias mais tarde informei Marcello Caetano do telefonema que recebera de Diogo na véspera. Em tom amável perguntara-me este: «Acha que o Prof. Marcello Caetano ficará magoado se eu lhe mandar o livro?» Respondi que bastava conhecer a nobreza de alma do antigo presidente do Conselho para não ter dúvida que o gesto seria por ele recebido com alegria íntima, além de ajudar a desfazer o mal-entendido. Pedia assim a Marcello para esquecer o agravo, recebendo os sentimentos da inteligência e do coração que o Prof. Freitas do Amaral lhe queria exprimir. Na resposta de 22 de Junho não deixaria de afirmar: *Até hoje não recebi o livro do Diogo. A sua carta a esse respeito é mais uma comovedora prova de amizade que muito me sensibilizou: está claro que depois dela, mesmo que houvesse algum ressentimento a exprimir em relação ao meu antigo assistente, eu não tenho outra coisa a fazer senão corresponder aos seus desejos.*

Tudo se ia conjugando para a desejada aproximação. Em carta de 8 de Julho, podia Marcello Caetano informar-me: *Já recebi o* Chartularium *(vol.* XVII*) do nosso infatigável Moreira de Sá e o livro do Diogo, com uma dedicatória efusiva. Ambos os volumes foram agradecidos.* Entretanto, Freitas do Amaral fora entrevistado na TV e falara do antigo mestre com palavras de grande cortesia. A imprensa deu relevo ao noticiário, que não tardou a chegar ao Brasil. Na mesma carta, Marcello Caetano acrescentava: *Vi o recorte dás declarações do Diogo na TV que me deram alegria. Ainda bem que se dissipa um mal-entendido que tanto me fez sofrer.* Eu só tinha motivo para me sentir jubiloso com a iniciativa tomada. É fora de dúvida que Marcello Caetano, no fundo do seu coração, também a desejava.

A cidade de Guimarães fora, entretanto, a moldura de um dos mais festejados congressos regionais que ocorreram nos últimos anos em Portugal. De 19 a 24 de Junho chegaram à pátria de D. Afonso Henriques muitas dezenas de historiadores nacionais e estrangeiros, que apresentaram comunicações de alto nível sobre a história local e, numa perspectiva mais ampla, sobre o passado de Entre Douro e Minho[1]. Elevando a Batalha de São Mamede como «a primeira tarde portuguesa», formou-se uma verdadeira congregação de almas para exaltar o feito histórico que permitira lançar os fundamentos do novo reino. A acolhida dos vimaranenses traduziu-se de forma indelével, merecendo o secretário-geral do Congresso, Eng.º Duarte do Amaral, uma justa referência pelo calor da hospitalidade que a todos dispensou e de que compartilharam os seus patrícios.

Por lembrança do embaixador António de Faria, veio do Brasil

---

[1] Constituiu um empreendimento digno de louvor a edição das *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada*, 5 vols., Guimarães, 1980-1982.

como convidado de honra o Prof. Pedro Calmon, que foi rodeado das maiores atenções. Em carta de 22 de Junho noticiava Marcello a partida do amigo: *O Pedro ia entusiasmado para Portugal e disposto a fazer valer a sua descendência de Egas Moniz. Espero que tudo tenha corrido pelo melhor: ele é, como sabe, encantador, grande e bom amigo e recuperou 100% as faculdades que há dois ou três anos um acidente vascular transitoriamente comprometeu. Ainda há dois dias num jantar de alguns académicos em casa do Josué Montello se viu um caso raro em reunião de intelectuais falando de outro ausente: um coro unânime de louvores ao talento, à graça, ao coração, à personalidade do Pedro.*

Na sessão inaugural fez-se ouvir o verbo portentoso do maior orador brasileiro do nosso tempo. Filiando em Guimarães as origens do Brasil, não teve dúvida Pedro Calmon em assinar um depoimento que concluía assim: «Recolhe-se ao Castelo de Guimarães a imagem da hora primeira: é o ostensório que exibe, sobre as ameias milenares, a heróica infância da nossa gente. É justo que voltem periodicamente os portugueses a essa manjedoura do reino dos avós. Nem apenas da Europa. Portugueses de todas as comunidades que na mesma língua falam de sua ascendência inesquecível. Os netos dos gloriosos antepassados. Somos estes também — os brasileiros. Daqui foram os ínclitos navegantes plantar nos trópicos 'a fé e o império'. Provimos do seu sangue e da sua cultura. Representamos no milagre do crescimento — 120 milhões! — a factura do tempo — 850 anos! Ampliamos em proporções colossais a pátria da nossa pátria: demos-lhe em português altissonante a dimensão formidável do 'império' que a 'fé' imortalizou ... Que, em verdade, aqui se situam as nascentes da civilização brasileira!»

Pedro Calmon seguiu viagem no dia 2 de Julho, levando para Marcello Caetano dois livros meus e a medalha do Congresso que era lembrança do Eng.º Duarte do Amaral. Este sentia-se já muito doente e, devido a uma operação a que tardou em submeter-se, veio a fechar os olhos no dia 17. Em carta de 21 dava conta a Marcello do grande pesar que essa morte causara, por ser o Eng.º Duarte do Amaral uma pessoa de excelente convívio e que gozava de gerais simpatias. Ainda sem ter recebido a minha carta, no dia 21 escrevia-me Marcello Caetano: *Estava hoje para escrever ao Duarte do Amaral a agradecer a medalha, quando vi nos jornais portugueses de cá a notícia do seu falecimento. No mesmo correio vão os pêsames para o Diogo.*

7. NOVAS CONVERSAS A DISTÂNCIA

No início de Junho pude reler as *Conversas com Marcello Caetano*, que Alçada Baptista tinha publicado em 1969, no período áureo da

Primavera marcelista. Encontrei no livro muitas afirmações que permaneciam actuais, sobretudo nos juízos do então presidente do Conselho sobre o destino histórico de Portugal. Tudo o que ali dissera sobre a acção demolidora do Partido Comunista viria a mostrar-se certo. Indaguei de Marcello porque não fazer uma reedição da obra, ao que respondeu em 11 de Junho: *Apreciei muito a sua opinião sobre as* Conversas. *Mas não gosto do livro. Sou amigo do Alçada Baptista, mas ele saiu-se pela linha da maior facilidade, dando em doses maciças as opiniões e comentários dele e as respostas minhas. Saiu coisa maçuda e creio que seria mais legível um diálogo ligeiro, natural e flexível. Não vejo vantagem em 2.ª edição: apenas, se algum dia um biógrafo ou historiador se debruçar sobre os cinco anos e meio do meu governo, penso que teria vantagem em aproveitar dados do livro.*

No dia 7 recebera a visita sempre grata dos amigos D. Maria Luísa Malheiro Dias e do marido, o Eng.º Ramiro Guedes de Campos. Pouco depois celebrava-se Camões na tradicional sessão do 10 de Junho, no Gabinete Português de Leitura. Como orador oficial português fora ao Rio o Prof. Adelino da Palma Carlos, que, não esquecendo os laços de uma velha amizade, foi saudar Marcello Caetano. Este podia noticiar-me a alegria que o encontro lhe causou: *Estive com o Palma Carlos, que veio fazer o discurso do 10 de Junho na sessão do Gabinete Português de Leitura. Gostei imenso de o ver e abraçar. É um dos raros homens de bem e de carácter que resistiram ao 25 de Abril. A sessão de ontem foi brilhante e o Palma Carlos foi muito feliz, segundo me contaram. Com isso me congratulo, porque fui eu quem o ano passado indicou o nome dele e agora fiz o possível para que houvesse público (a sessão do ano passado teve 30 pessoas ...).*

Já então o informara do falecimento de Joaquim Paço d'Arcos, que fora a enterrar na terça-feira 12 de Junho. O escritor lutara estoicamente para vencer a morte. Quando o corpo era já um farrapo, ainda mantinha um indomável vigor de espírito para se agarrar à vida. Pelo martírio que sofreu, a sua morte fora motivo de grande pena. Marcello Caetano assim o compreendeu, pois no dia 22 já me respondia: *O Paço d'Arcos foi meu amigo durante mais de 40 anos e não sei se outra pessoa terá desempenhado, como estimulante, conselheiro, crítico privado e amistoso, o papel que eu tive na produção da sua obra. A morte dele, já esperada, foi uma libertação e representa mais uma cruz no cemitério da minha memória já tão cheia delas. Escrevi à viúva.* Eu soube depois que D. Maria da Graça Paço d'Arcos se sentira comovida com a expressão do sentimento de Marcello Caetano.

Apesar das ocupações sociais, Marcello vivia cada vez mais para a redacção da sua *História do Direito Português.* Mas faltavam-lhe meios de trabalho, sobretudo as fontes documentais para alicerçar o texto. Mandou-me pedir o II volume das *Leges,* que talvez ainda existisse à venda na Academia das Ciências. Disse-me ter conhecimento

da edição anastática feita nos Estados Unidos, mas que se esgotara devido principalmente aos alunos de História do Direito Português, que eram obrigados a conhecer os *Portugaliae Monumenta Historica.* Informei-o de que também aquela instituição não dispunha de mais exemplares do raríssimo fascículo, mas que o meu estava ao seu inteiro dispor aquando da minha viagem de Agosto. Noticiava-me ainda Marcello que já recebera o VII volume do *Chartulariun Universitatis Portugalensis* e que ia agradecer ao Prof. Artur Moreira de Sá o envio dessa obra que reputava capital para o conhecimento dos períodos medievo e renascentista da Universidade portuguesa.

Ainda na minha carta de 15 de Junho eu informara-o do encontro que tivera com o Dr. Valdez dos Santos, o conselheiro Silva Tavares e o desembargador António Lino Netto, sobre a reestruturação do *Jornal de Economia e Finanças.* Desejava o activo director, que havia pouco suspendera a publicação, que esta se transformasse em semanário a partir de Outubro. Saíra há pouco o livro de Franco Nogueira, *Diálogos Interditos,* e logo um largo sector da opinião entendera lançar o seu nome como eventual candidato à presidência da República. Mas o grupo de Valdez dos Santos entendia ter chegado o momento de lançar um candidato nacional às eleições de 1980. Este só podia ser Marcello Caetano, para o que contavam com um largo apoio popular no dia em que o nome fosse anunciado. Eu próprio referia: «o candidato da Nação deve aparecer na hora própria. Vamos trabalhar para isso e em Agosto se falará no assunto».

Marcello reagiu de imediato à lembrança dos amigos de Lisboa. Nem de longe pensava voltar à política activa. Assim o disse por carta de 22 de Julho: *A minha candidatura? Não, nem a brincar! Primeiro eu nunca admitiria candidatar-me no regime da Constituição de 76, com implícita aceitação da sua doutrina e das suas instituições e vir a ser, assim, colaborante do 25 de Abril [...]* Mas outras razões havia na sua determinação: *Segundo porque o meu estado de saúde já não consente fantasias. Terceiro porque pela legislação aí vigente sou inelegível (e cadastrado). E quarto ... porque não quero!* Era, além de nobre, por mostrar o seu desinteresse do Poder, uma explicação séria de que não desejava, em nenhuma circunstância, colaborar com o regime saído do 25 de Abril. Ainda falámos no assunto no encontro de Agosto, mas com a sua reiterada afirmação de que não queria considerar tal hipótese, mesmo que a voz do povo o desejasse.

No fim de Junho terminou o curso de Mestrado na Gama Filho, tendo sido homenageado pelos alunos com um almoço convívio. Marcello registou na agenda que o Rio de Janeiro sofreu no dia 26 grandes inundações que o forçaram a não sair de casa. Por esse tempo conviveu com o velho amigo Manuel Queirós Pereira e o afilhado Dr. Manuel Pedro Ribeiro da Silva, cujo pai acabara de

morrer em Lisboa[1]. Na minha carta de 3 de Julho eu informara Marcello da triste notícia: «Faleceu anteontem o coronel José Maria Ribeiro da Silva, militar digno e patriota exemplar, que não resistiu aos efeitos de uma fractura óssea.» A 21 de Julho não se esquecia também de assinalar a perda do amigo: *Senti muito a morte do pobre Ribeiro da Silva, meu amigo de mais de 50 anos e meu compadre. Foi um homem infeliz e um santo.*

Voltara entretanto ao Rio, de regresso do colóquio de Guimarães, o nosso amigo Pedro Calmon, que foi portador de dois livros que estavam a obter êxito livreiro. O primeiro era da jornalista Vera Lagoa: *Li atentamente* O Bando de Argel, *que está bastante bem feito e é terrível para os visados, vindo demais a mais de uma mulher que foi uma inimiga infernal do salazarismo.* Marcello Caetano aproveitava a notícia para protestar contra os rumores de que se teria deslocado ao Algarve: *Não sei donde nasceu o boato, até com pormenores incríveis (que eu teria terrenos em Tavira e não sei que mais). Talvez confusão com meu filho João que vive em Paris e foi a Portugal nessa altura.* Estas notícias tinham o dom de o irritar, mas logo serenava por ver que a sua presença no Brasil era bastante para desfazer tais boatos.

O segundo livro era do almirante Pinheiro de Azevedo e pretendia desmistificar os equívocos do 25 de Abril. Sendo um dos membros da Junta de Salvação Nacional, o autor pudera conhecer os meandros da revolução e o papel activo que o Partido Comunista nela tivera. Apodado pelos socialistas de «Almirante sem Medo», Pinheiro de Azevedo via no 25 de Novembro o choque entre duas facções marxistas, de que saiu vitoriosa a facção moderada. Não lhe era assim difícil considerar de muito estranho o papel do tenente-coronel Ramalho Eanes nesse movimento, explicando assim a sobrevivência do Partido Comunista na cena política nacional. Daí o escândalo do livro de Azevedo, ao mostrar como aquele partido mantivera os postos de comando na administração pública, na Universidade e nos órgãos de comunicação social.

Marcello Caetano disse ter lido a obra com muito interesse: *Foi uma surpresa que só se explica por ter havido a colaboração de alguém de boa categoria.* Depois acrescentaria em forma de comentário: *Na verdade, eu considero o Pinheiro de Azevedo, como quase toda a gente, um tonto: e aparece um livro bem escrito, sereno, sensato, cheio de dados e informações, cuja tese (a respeito do Eanes) pode ou não ser exacta, mas é razoável.* Recebera, entretanto, o novo livro do general Costa Gomes, que também já lera na íntegra. Do

[1] A agenda refere a visita de Benvinda Maria, de Carlos Eduardo e, no dia 30 de Junho, de Carlos Carmo e mãe: «Passeio e acompanhamento dos Carmo ao Galeão.»

texto podia Marcello afirmar: *Quanto ao do Costa Gomes é o que se podia esperar dele: cheio de lacunas, equívocos, mentiras, pelo menos naquilo em que posso ser juiz por respeitar à época do meu governo.* E em nova carta de 12 de Julho, repetia sobre esse livro: *O Costa Gomes é o que é e não há nada a fazer. Em todo o caso não me injuria como o parvo do Spínola.*

Com que surpresa recebi no dia 8 de Julho um telefonema de Marcello Caetano a acompanhar-me no dia do aniversário! A sua voz bem timbrada chegava-me de longe com a força da amizade profunda. Exprimia sentimentos de gratidão, que eu respondi só a mim caberem. Mas foi ainda mais longe na expressão do seu afecto, recebendo eu no dia seguinte a tocante mensagem que jamais poderei esquecer: *... Está na força da vida e em plena pujança das suas faculdades. Que 54 anos ricos, fecundos, promissores! Poucas vezes se dará a alguém parabéns mais merecidos e auspiciosos.* Depois era a vez de Marcello Caetano pôr em realce os elos da amizade comum: *Pelo que me diz respeito, não tenho presentemente amigo mais dedicado e eficiente. A si devo a correcção de muitas injustiças, a atracção de muitos distanciados, a conciliação com alguns desavindos. É graças ao meu amigo que ainda não fui esquecido por completo em certos meios mais timoratos, oportunistas ou bem-pensantes.* E a finalizar, numa grande demonstração de ternura: *Nem sei que dizer-lhe de tanto bem que lhe devo.*

8. VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL

No dia 20 de Julho inaugurava-se o novo Centro Cultural que a Academia Brasileira de Letras fizera construir no terreno da Avenida Presidente Wilson. A cerimónia decorreu com grande solenidade, pondo-se em relevo a nobre iniciativa que se ficou a dever ao entusiasmo e à visão de Austregésilo de Athayde, venerando presidente do grémio de Machado de Assis. Em representação da Academia das Ciências de Lisboa esteve na cerimónia o general Luís Maria da Câmara Pina, que nesse ano presidia aos destinos da instituição. Levou também consigo a delegação da Academia Portuguesa da História, que se associava ao júbilo do presidente e membros da Academia de Letras do país irmão.

Marcello Caetano não assistiu à cerimónia, por na véspera ter regressado de Porto Alegre. Com o patrocínio da Faculdade de Direito realizara-se ali uma semana jurídica luso-brasileira, em que Marcello proferiu uma conferência sobre o tema *Sesmarias*. Também convidado para o encontro, o Prof. Mário Júlio de Almeida Costa já me informara de que iria rever o antigo chefe do Governo. Em carta de 8 de Julho dizia-me este: *Espero ir no dia 16 a Porto Alegre à*

semana jurídica, com a minha conferência sobre «Sesmarias». O coração não anda lá muito bom: mas vou-me aguentando. Com essa ausência, não estarei na inauguração do Centro Cultural da Academia Brasileira, a que vem o Luís de Pina. O Ataíde vive para esse momento.

Começava então a sentir receio de longas viagens. Dizia-me que, logo que lhe fosse possível, se ia remeter ao ensino e à feitura dos seus livros. Na minha carta de 8 eu afirmava: «Mas, enfim, o compromisso no Rio Grande do Sul vai o Sr. Presidente cumpri-lo como sempre, com honra para a Universidade portuguesa.» No dia 12 de Julho voltava Marcello a escrever: *Tem feito aqui muito frio (!). E reapareceu-me o edema nos pés e pernas, que tenho estado a combater desde já a todo o vapor. Mas o remédio é esgotante. Enfim, cá vou andando.* No dia seguinte foi consultar o Dr. António Chibante, que lhe prescreveu os medicamentos adequados. E antes de seguir viagem, compareceu ainda na Ordem dos Advogados para ouvir a conferência do seu amigo Dr. Tomás Leonardos, e assistiu à sessão do Instituto Histórico em que o Dr. Tarquínio José Barbosa de Oliveira falou sobre «Inconfidência e Iluminismo». Sonhava com a deslocação a Porto Alegre, para recuperar das suas fadigas.

Seguiu viagem na segunda-feira, 16 de Julho, sendo acolhido pelo Prof. Clóvis do Couto e Silva e por outros participantes no Encontro. Já ali se encontrava o Prof. Mário Júlio de Almeida Costa, sempre atencioso e dedicado, com quem manteve um íntimo convívio. Nessa tarde fez a anunciada conferência em que mostrou a origem do estatuto das sesmarias e a sua importância na vida agrícola, económica e social da Idade Média portuguesa e o valor da sua transplantação no povoamento do Brasil. Marcello Caetano guardaria uma lembrança grata da recepção que lhe foi então dispensada pelo Dr. José Francelino de Araújo, cujo nome regista com apreço na agenda, assim como dos demais organizadores do Encontro.

No dia seguinte visitou a Faculdade de Direito, foi hóspede ao almoço de Carlos Carmo, membro influente da nossa colónia, e esteve no jantar do Gabinete Português de Leitura, onde foi efusivamente saudado por grande número de compatriotas. Na quarta-feira, 18, percorreu o Passeio Público e o Museu, na companhia de Almeida Costa, e foi obsequiado pelo casal Couto e Silva. No dia 19 tomava o avião com escala por Florianópolis e São Paulo, chegando ao Rio ao começo da noite. Vinha feliz com a recepção que lhe fora prestada, como referia em carta de 21 de Julho: *Regressei antes de ontem de Porto Alegre, onde passei três dias muito felizes, acarinhado por toda a gente, com boa saúde (que se turvou mal cheguei ao Rio) e até reagindo bem ao frio que chegou a 3°.* Teve então a grande alegria de saudar o velho amigo Dr. Cândido Pamplona Forjaz, antigo professor no liceu de Angra e intemerato defensor da portugalidade açoriana. Também o encheu de satisfação a visita do Dr. João Duarte

de Oliveira, de Castro Daire. Poucos dias depois, Marcello Caetano tinha uma nova crise de insuficiência cardíaca, com a repetição do edema nos membros inferiores. E em carta do dia 22 eu dizia-lhe aguardar o regresso de Mário Júlio de Almeida Costa para me dar notícias do seu estado.

9. A PRIMEIRO-MINISTRO PINTASILGO

Nessa carta eu anunciava a Marcello Caetano o envio do último *Expresso,* onde vinha a história política da engenheira Pintasilgo: «Uma cria do marcelismo como aqui corre sem maldade.» Informava ainda que num almoço da Embaixada do Brasil, em honra do José Honório Rodrigues, eu tivera uma longa conversa com o ministro-conselheiro da Embaixada, Dr. Fernando Leite Ribeiro, sempre tão amoroso das coisas de Portugal. Ali encontrara o Dr. António Alçada Baptista, que, com o seu ar de filósofo iluminado, defendera que os males do País tinham raízes anteriores ao 25 de Abril, no imobilismo político e na falta de uma concepção social do Governo. Quanto ao José Honório, que voltava de uma visita a Luanda, pareceu-me mais sereno na apreciação dos Portugueses, dizendo ser amigo de Marcello e que o via agora com mais frequência nas reuniões da Academia Brasileira de Letras.

Marcello Caetano pareceu estar de acordo comigo sobre o encontro. Do historiador brasileiro dir-me-ia em 21 de Julho: *O José Honório efectivamente mudou muito a sua atitude para comigo nestes cinco anos, talvez também por influência da esposa que é formada em Direito, escritora de Direito Público, e uma senhora de grande encanto. Hoje tenho com ele relações cordiais, e oxalá tivesse desaparecido nele o forte sentimento antiportuguês que transparece na sua obra histórica.* De António Alçada, seu antigo biógrafo e que nunca deixara de lhe testemunhar respeito, escrevia Marcello: *O Alçada, esse, sempre namorou a oposição, e é versátil. Não faz por mal, mas gosta de parecer original e* frondeur *e agora aspira a ser embaixador em Brasília.*

Pouco antes, Maria de Lurdes Pintasilgo ascendera, por escolha presidencial, ao cargo de primeiro-ministro. Num Governo que não devia exceder 100 dias, tomava o compromisso de preparar as novas eleições legislativas. A notícia surpreendeu Marcello Caetano, que na mesma carta referia: *Quanto à política daí a última surpresa é a ascensão da Sóror Maria de Lurdes Pintasilgo à chefia do Governo — a primeira freira (embora sem hábito) a dirigir a política de um país. Foi grande amiga minha. É ambiciosa, inteligente e voluntariosa (introduzirá virilidade na política portuguesa ...). Esteve para ser deputada pela U. N. em 1969 (só o não foi porque se tinha esquecido*

de recensear-se) e não foi ministra do meu Governo porque a não convidei. Agora aparece ligada à esquerda, como aliás a sua congregação do Graal já há tempos anda. Que fará essa mulher-homem, ainda por cima com nome de pássaro?

Na Universidade Livre encontrara no dia 26 de Julho o reitor Adelino da Palma Carlos. Felicitei-o pelo êxito da sua oração de 10 de Junho, no Gabinete Português de Leitura, de que tivera notícias por Marcello Caetano. Falou-me deste com tocante carinho, ao que respondi que o sentimento era recíproco. Palma Carlos reconhecia agora que o País fora vítima de uma conspiração internacional, com a conivência de muitos traidores e a ajuda de outros que, não o sendo, tinham acreditado nos benefícios da mudança: «Disse-me também que foi iludido na pureza do seu liberalismo, quando acreditou ser possível instaurar a democracia em Portugal.» E acerca do amigo e companheiro de estudos, outras confidências transmiti para o Rio de Janeiro.

Ao agradecer, em 3 de Agosto, a carta de Marcello Caetano de 21 de Julho, dizia-lhe ter ouvido na TV o acto de posse da nova primeiro-ministro. Sem negar que fosse inteligente, porventura mais esperta do que lúcida, eu referia ao meu correspondente que o discurso da engenheira Pintasilgo me desnorteara, por conter mais palavras do que ideias e pelo abuso fácil da comunicação verbal de que dera testemunho. Acrescentava para Marcello: «Pareceu-me uma sensitiva, com difícil controle nas reacções; convencida do que vale e de que tem um alto destino a cumprir; sem um programa definido, servindo-se com frequência de imagens como se estivesse a proferir uma oração académica.» E finalizava o depoimento com as seguintes palavras: «Não quero ser precipitado, mas cheira-me que a Pintasilgo se vai estender ao comprido e de que no Outono talvez deixe de ter futuro político [...] A vaidade acabará por destruí-la, com a extroversão tonta de que já deu provas. O desencanto das pessoas é geral, o que pode representar um grave perigo para as eleições que se avizinham.»

10. O SEGUNDO ENCONTRO NO BRASIL

Pedro Calmon renovara o convite para no mês de Agosto eu visitar o Rio. Se podia fazer conferências nas instituições que no ano anterior me tinham acolhido, o veemente desejo estava em rever Marcello Caetano e o meu generoso anfitrião. Durante o congresso de Guimarães, este insistira na visita. O mesmo fizera o Dr. Dário de Castro Alves, novo embaixador do Brasil, que há pouco tivera o gosto de conhecer. Diplomata de carreira e homem culto, discreto na fala e amável no gesto, deixara em todos a impressão de uma pessoa de bem. De igual modo sua esposa, a escritora Dinah Silveira de Queirós,

cativara os Portugueses pelos dons da obra literária e pela sua irradiante simpatia. Ambos deixariam em Portugal a mais grata lembrança pela afeição que tomaram pelas nossas coisas e pelas nossas gentes. No fim de Junho os nossos embaixadores renovaram-me o desejo de Calmon, quando da recepção em honra deste, que teve lugar na residência oficial no Restelo.

De longe Marcello Caetano insistia no mesmo propósito. Em carta de 22 de Junho referia: *Cá o esperamos em Agosto. Oxalá tudo se passe tão bem como no ano passado. Que grande alegria me dará revê-lo! E que* papos *bons bateremos!* Em resposta, eu confirmava a permanência de 16 a 23 de Agosto, informando que ia vascullhar os arquivos da Academia das Ciências para revelar a correspondência de Machado de Assis e Olavo Bilac com aquela instituição. Depois foi a vez de Marcello me pedir uma conferência para o início do curso de Mestrado que o departamento de Filosofia, da direcção do Prof. Tarcízio Padilha, tencionava levar a efeito na Universidade Gama Filho. A área do pensamento luso-brasileiro fora entregue ao Prof. Eduardo Abranches de Soveral, catedrático da Universidade do Porto, que desde 1975 se fixara no Brasil como docente da Faculdade de Letras de Petrópolis.

A 21 de Julho insistia Marcello Caetano na alegria do próximo encontro: *Cá o esperamos em 16 de Agosto.* Vivia eu então a azáfama de preparar as conferências a proferir na Academia de Letras, no Instituto Histórico e no Liceu Literário. Porque a visita era dedicada a Pedro Calmon e a Marcello Caetano, foi com pena que não aceitei o convite do Prof. Hélio Simões, meu grande amigo desde o colóquio de 1959, para me deter alguns dias em Salvador. Também não foi possível satisfazer o Prof. Erwin Rosenthal, que no ano anterior me acolhera com francas mostras de amizade em São Paulo. Mas, no início de Agosto, não sabia ainda qual o tema da palestra a fazer na Gama Filho, pelo que pedi por telegrama o parecer de Marcello Caetano.

Logo no dia 4 ele me respondia: *Tenho estado a pensar no tema da sua conferência na Gama Filho. Não sei se o Doutor Soveral lhe disse que se tratava da lição inaugural do curso de doutorado sobre o pensamento filosófico luso-brasileiro nos séculos* XIX *e* XX. *Herculano, nesse contexto, talvez não seja o melhor. Porque não faz uma lição sobre as academias do final do século* XVIII *em Portugal e no Brasil e seu labor preparatório das ideias do século* XIX*? É tema muito seu conhecido, já pesquisado, e nem se importe de repetir coisas já ditas, por ex. na sua* Historiografia, *que os ouvintes não conhecem. Creio que seria muito bem acolhido esse tema e será magistralmente versado. Até pelo «toque» de brasilidade que lhe pode dar.* Mas quando recebi a carta de Marcello, tinha já elaborado uma palestra sobre «Raízes Culturais do Liberalismo Português», tema que depois mereceu a sua concordância.

Não saíra ainda de Lisboa, quando me chegou a carta de 2 de Agosto em que Marcello Caetano agradecia o IV volume da *História de Portugal,* que eu lhe enviara na última semana de Julho. Generoso para comigo, como sempre mostrara ser, afirmava: *Senti uma alegria imensa que não quero deixar de lhe transmitir já. Realmente, a época filipina está mal estudada, é mal conhecida, tem sido sempre olhada com prevenção patriótica pelos historiadores portugueses. O seu livro, que vou ler com a atenção costumada, deve pois constituir uma obra única e não duvido do valor dela, pelo que estou acostumado a encontrar nos seus escritos e pelo que conheço do* Brasil sob a Administração Filipina, *da pesquisa das fontes legislativas e das originais que consagrou ao Prior do Crato.*

Insistia comigo para que vivesse para a feitura da *História,* não me deixando envolver em polémicas que serviam apenas para consumir o tempo útil de trabalho. Com surpresa minha, Marcello Caetano afirmava depois: *Quando, face à crise política portuguesa, se fala no seu nome como um dos possíveis chefes políticos de uma nova corrente, eu digo (ou penso) que seria óptimo se não estivesse produzindo uma obra que há-de ter reflexos profundos no futuro próximo do País.* Marcello sabia que eu não tinha quaisquer ambições nesse campo e que por nada sacrificaria o meu labor historiográfico. Mas acrescentava: *Não interessa agora sacrificá-lo num presente confuso, prejudicando um magistério que, estou certo, vai influir poderosamente na formação da gente nova.* E rematando o seu pensamento, ia ao ponto de afirmar: *O presente é uma confusão: mas o futuro pode ser uma aurora. Não a comprometamos!*

Ainda lhe escrevi no dia 9, a pedir que não se desse ao incómodo de ir ao Galeão na madrugada do dia 16. Bastava que Pedro Calmon me enviasse o carro para o transporte das malas: «Enfim, na próxima semana terei a grande alegria de estar a seu lado para o acompanhar no dia de anos. Pode crer que por nada deste mundo eu trocaria essa felicidade.» Levava comigo uma série de mensagens e presentes de amigos devotados de Marcello Caetano [1]. No dia anterior chegara a filha Ana Maria à .mesma hora, pelo que Marcello satisfez o meu desejo de não ir ao aeroporto. Ali se deslocou Pedro Calmon, que fez questão de me dar o caloroso abraço de sempre. E a meio da tarde recebi no Hotel Glória a visita de Marcello Caetano, que comigo não escondeu a emoção do reencontro.

---

[1] Entre outros, do Eng.º António Branco Cabral, da Prof.ª Maria Helena Ureña Prieto, do arquitecto Jorge Segurado, do Dr. José Timóteo Montalvão Machado, do Dr. Clemente Rogeiro, do Dr. José Luís Esteves da Fonseca, do Dr. Serafim de Jesus da Silveira e de outros amigos que já não recordo.

11. NOVAS CONFISSÕES E DESABAFOS

Achei-o com o mesmo ar, porventura um pouco mais quebrado, mas sem que o aspecto fosse de molde a criar inquietação. Disse-me que tivera uma crise de insuficiência cardíaca, mas que o Dr. Hans Dobmann lhe receitara uma nova terapêutica que estava a resultar. Conduziu-me depois ao circuito das praias, o que me permitiu deslumbrar mais uma vez com os incomparáveis panoramas da Guanabara. Pareceu-me que o tráfico do Rio estava ainda mais frenético do que no ano anterior. Sorriu para dizer: *Já se desabituou do ambiente. Para nós, que aqui vivemos, é esta trepidação constante nas pessoas e nas coisas. No fundo, uma salutar amostra de vida.* E pouco depois acrescentava no mesmo tom: *Enquanto aqui estiver, esqueça-se da Europa e da pequena casa lusitana. Tudo isto tem outra dimensão: a do futuro*[1].

Tínhamos já deixado o Flamengo a caminho da Urca, quando, sem me fitar, perguntou: *E como vão as coisas em Portugal?* Respondi que na indeterminação a que a política vigente nos habituara, agora com a tentativa de Governos presidenciais a que os partidos se opunham ferozmente. Como não havia consonância entre o presidente da República e os partidos, a luta transformara-se em torno dos chefes políticos numa guerra entre os poderes. O desemprego aumentara, a vida económica conhecia uma grave crise, o esbanjamento dos dinheiros públicos era uma constante, enfim, não se avizinhavam tempos felizes. Mesmo a escolha da engenheira Pintasilgo para o Governo, quando muito podia pôr uma certa ordem na administração, mas não era de molde a reencontrar o equilíbrio político de que o País carecia.

Ouvindo-me atentamente, Marcello pouco depois respondia: *Acho graça à expressão «pesada herança» que os próceres da revolução inventaram. É a maneira grosseira com que os jovens esbanjadores se referem sempre ao pecúlio paterno que não lhes custou a ganhar. Enquanto uns acumulam riqueza para garantir o futuro das famílias ou dos povos, outros gastam esse dinheiro à tonta e nem sequer têm o pudor de respeitar os que lhes deixaram tais meios. À medida que vão ficando pobres, ainda maldizem por cima os progenitores.* Após uma breve pausa, anotava com voz triste: *A loucura dos homens assume muitas vezes a forma da estupidez! Repetem a tolice das frases feitas, só porque um* leader *carismático as proferiu. E não há uma réstia de bom senso que lhes mostre o tremendo disparate que estão a dizer ou a repetir.* E num tom ainda mais triste: *É bem*

[1] Como já se referiu *supra*, pág. 199, estas notas pessoais eram sempre registadas no fim de cada dia, pelo que correspondem ao pensamento expresso por Marcello Caetano.

verdade que Deus começa por cegar os que pretende enlouquecer. Portugal está a viver essa maldição!

Mostrei então a Marcello Caetano um artigo que Torquato da Luz publicara no *Jornal Novo* de 3 de Agosto, a demonstrar o quadro sombrio da nossa vida económica e financeira. Nele se apresentavam números aterradores: se as dívidas ao estrangeiro no ano de 1974 orçavam por 5% do produto interno bruto, em 1978 tinham subido para mais de 30%, ou seja, um terço do produto total nacional. Nos mesmos quatro anos os 14 milhões de contos ascenderam a 121 milhões, o que sobrecarregou de 4250 escudos para 30 contos a quota-parte anual de cada trabalhador português. Dados concludentes. Tal fora uma das conquistas da revolução, na dependência quase total em que o País se encontra perante o estrangeiro. Era a ameaça da falência que pairava já sobre o futuro de Portugal, como escrevia o articulista com raro desassombro.

Marcello Caetano passou os olhos pelo artigo «Um quadro sombrio», que me devolveu acrescentando: *Para fazer discursos e enganar as massas, talvez os políticos sejam precisos. Mas para governar bem uma Nação há que recorrer a estadistas que, acima dos interesses dos partidos, coloquem os da Nação. Um homem de Estado faz-se ao longo dos anos, por meio do estudo e da seriedade.* Algum tempo depois acrescentou: *Chega a ser ridículo, para não dizer confrangedor, como hoje se recrutam os ministros ao sabor das vaidades e ambições das clientelas políticas.* E numa alusão plena de ironia, concluiu: *Os partidos mandam e os estadistas nascem a saber já de tudo. Assim o nosso País está a ser governado. E o futuro dirá onde conduzirá o parlamentarismo estulto e cego, pois a procissão vai ainda no adro.*

Tínhamos passado Copacabana, onde inquiri em que hotel o almirante Tomás estivera em tempos hospedado. Disse-lhe que era voz corrente em Lisboa que o antigo chefe de Estado vivia na miséria por ainda não ter recebido o que se lhe devia da aposentação. A isso respondeu: *Também já me chegara a notícia, mas não percebo. A Senhora D. Gertrudes tem rendimentos. O Presidente possui duas casas e podia vender uma (como eu vendi a minha, logo que foi descongelada). Dificuldades pode passar. Miséria não vejo como.* Depois perguntou se era verdade que o almirante estava a redigir um livro de memórias, ao que respondi que assim o ouvira a várias pessoas. Com a voz de novo entristecida, Marcello Caetano acrescentou: *Pessoa a quem ele leu algumas passagens ficou preocupadíssima com o texto. Valha-o Deus! Que sairá dali? Tenho um grande respeito pelo Presidente Tomás, mas receio bem que os meus inimigos o forcem a criticar-me e ao meu governo que sempre mereceu a sua confiança. Se ele assim fizer, não serei eu quem lhe faça ver a injustiça que praticou.*

O passeio estendera-se até ao Bairro de Leblon, sempre na estrada costeira que permitia admirar os encantos da terra e do mar. Estava o Sol radioso nesse fim de tarde da quinta-feira 16 de Agosto. O amigo dilecto mergulhara numa longa meditação sem que eu ousasse quebrar o silêncio das grandes horas: *Tudo isto é muito belo, mas não chega para me preencher a alma ...*, desabafou num momento. Compreendi que a minha presença lhe avivava o espinho da saudade, para o que contribuía a evocação de coisas e pessoas distantes. Não me foi difícil avaliar a fundura da sua mágoa. Mas decorrido um breve instante e com a inconfundível marca da sua dignidade, Marcello Caetano saiu do mutismo e retomava o discurso interrompido, enquanto o carro nos conduzia de novo ao Rio de Janeiro.

Disse-me então de chofre: *Quando no início de 74 o Governo teve de subir o preço da gasolina super de 7$50 para 11$00 e a normal de 6$30 para 9$50, recorda-se sem dúvida do vendaval que cobriu o País. Todos os círculos da oposição clamavam que o aumento se destinava a suportar as despesas da «guerra colonial», quando apenas se pretendia fazer face ao desequilíbrio resultante da subida do dólar. Isso tinha repercussões na subvenção dos géneros de primeira necessidade que o Fundo de Abastecimento suportava. Lembra-se também que de Abril de 71 a Novembro de 73 a gasolina teve o aumento mínimo de $80 por litro na super e de $60 na normal.* Depois de uma ligeira pausa, Marcello Caetano insistiu: *Cinco anos passados, a gasolina atingiu a casa dos 31$00, ou seja, um aumento de 300% para empregar a terminologia dos tecnocratas. E ninguém protesta ou, se o faz, não se responsabilizam os hábeis políticos que conduziram à espectacular subida do nível de vida do povo português!* E concluía assim o seu raciocínio: *O meu Governo não podia invocar a subida do dólar, mas os actuais já podem. Como os povos são ingratos para com os que honestamente os governam!* [1]

Tínhamos passado por Ipanema a caminho de Botafogo. Perguntei a Marcello qual era a situação exacta do Tesouro quando a revolução tomara conta do Poder. Com uma memória que me pareceu admirável quanto à precisão dos números, respondeu: *O meu Governo deixou nos cofres do Estado 872 tonelados de ouro em barra e mais de 100 milhões em divisas. Nisso consistiu a «pesada herança do fascismo» a que os homens do 25 de Abril, por demagogia ou desonestidade, deram o sumiço de todos conhecido.* Mas não se conteve Marcello na sua apóstrofe: *Quem fica como responsável pelo encerramento da Bolsa de Valores, que abrira estímulos novos para as pequenas poupanças? Quem destruiu o mercado de capitais e de títulos*

---

[1] Que diria Marcello Caetano, se ainda fosse vivo, de o combustível ter já atingido os preços de 109$00 e 105$00? (Nota do Autor: 11 de Janeiro de 1985.)

de crédito, que accionava o investimento? Quem decretou as nacionalizações irreversíveis que, em nome de um falso socialismo, destruíram as estruturas económicas da nação? Quem entregou o Alentejo ao império do Partido Comunista por meio das chamadas «cooperativas de produção»? Quem nomeou os amigos de partido para gestores das grandes empresas, agora sob a tutela do Estado e, ainda por cima, deficitárias? E com um tom de ironia triste na sua arremetida polémica: *Decerto foi o Estado Novo que contribuiu para isso. Já tudo é possível na vida, até cobrir de glória os que destruíram as capacidades do País. E ainda têm o desplante de afirmar que a culpa é nossa, que é do negregado fascismo!*

Lembrou-me depois a vocação do Partido Socialista, mais ainda do que os outros partidos, em pagar lautamente os favores da sua clientela. Desde a revolução que 20 000 correligionários, ao que Marcello Caetano ouvira, tinham entrado na Função Pública: *E agitavam os nossos adversários bandeiras, quando um ou outro servidor do Estado Novo era chamado a desempenhar altas funções!* Após uma breve pausa, logo acrescentou: *Veja como um advogado de procuradoria, sem qualquer centelha ou prestígio (como o Magalhães Godinho) abichou o cargo de Provedor de Justiça.* Julguei que Marcello se quedara na explanação, mas pouco depois prosseguiu: *Veja como o enfatuado Gama Fernandes, que nem os próprios correligionários tomam a sério, conseguiu em 1974 a administração de um Banco estatal e apenas em quatro ou cinco anos logrou uma reforma choruda. E já não falo do Rego, cujos talentos na Assembleia e não sei em que mais órgãos públicos ninguém ainda conseguiu ver.* Marcello Caetano mostrou em seguida como a dimensão do nepotismo fora reduzida durante a II República: *Ao passo que estes viviam sequiosos. Chama-se a isso viver para um ideal e tirar dele no fim da vida um bom proveito. Fazem bem: a Ordem é rica e os frades são poucos!*

Na véspera tinha saudado o meu amigo Dr. Orlando Vilela, cônsul-geral no Rio de Janeiro, que não via há mais de dez anos. Tivera a gentileza de assistir à sessão do Instituto Histórico e ali notei a deferência com que cumprimentou Marcello Caetano. Pude aperceber-me do prestígio que auferia entre os membros da Colónia Portuguesa, pelo excelente convívio que a todos dedicava, sempre pronto a resolver os problemas de cada um, incluindo os dos compatriotas no exílio. Recordo-me de Orlando Vilela me haver dito que não era apenas o representante de um governo, mas acima de tudo o cônsul de todos os portugueses que moravam na zona do Rio. Também o antigo presidente do Conselho se referiu à extrema gentileza do cônsul-geral. Na mesma ocasião revi o Dr. Luís Borges de Castro, que conhecera nos tempos da Editorial Enciclopédia, tão prestante nas suas relações pessoais e que nos nossos encontros sempre timbrou em dar-me renovados testemunhos da sua amizade.

No dia seguinte Marcello Caetano festejava 73 anos de idade. Embora reunisse um grupo de amigos ao jantar, quis que eu partilhasse do almoço com sua irmã D. Olga e a filha Ana Maria. Serviu a refeição para evocar amigos comuns e que sempre lhe tinham sido fiéis. Ouvi-lhe palavras de simpatia pelo Prof. Augusto de Ataíde, antigo secretário de Estado da Cultura e agora no exercício de funções docentes da Universidade Gama Filho: *Nunca deixou de ser correcto comigo.* Recordou depois com apreço o Dr. Eurico Serra, antigo director-geral do Serviço de Assistência a Menores no Ministério da Justiça. Nos anos de 1964 a 1968, quando aos sábados se dirigia para a casa do Linhó, participava Marcello de um convívio na Choupana, de que faziam parte, além de Eurico Serra, o Dr. Clemente Rogeiro, pai do seu afilhado Nuno e que lhe foi sempre muito dedicado; o Dr. José Luís Esteves da Fonseca, antigo secretário de Estado do Comércio e que estimava desde os tempos da Mocidade Portuguesa; e o Dr. Afonso Marchueta, pessoa afável e que desempenhou o cargo de governador civil de Lisboa. Tal evocação permitiu-lhe relembrar a recente visita de Francisco Cabral de Moncada ao Rio, que o fora saudar em nome do sogro Dr. Eurico Serra.

Nesse dia ofereci a Marcello Caetano uma reprodução do retrato que me fizera Henrique Medina. Logo inquiriu se eu tinha contactos com o grande artista, ao que respondi que fazíamos parte de uma tertúlia que se reunia às quartas-feiras no Círculo Eça de Queirós. Dela faziam parte, entre outros, os Engenheiros António Branco Cabral e José Gervásio Leite, os Professores Francisco Leite Pinto, António Gonçalves Rodrigues e Mário Júlio de Almeida Costa, os Drs. Mário da Costa Roque e José Montalvão Machado, os arquitectos Jorge Segurado e Eugénio Correia, o pintor Severo Portela, o comerciante Manuel Chaves Caminha e o historiador Luís de Bivar Guerra, havia pouco falecido. Embora vivesse nos arredores de Esposende, onde se dava por inteiro à sua arte, Medina era fiel a esse convívio sempre que vinha a Lisboa. Quando presidente da Câmara Corporativa, pousara Marcello para ele: *É um artista superior em qualquer parte do Mundo. Poucos se lhe igualam pela mestria da técnica e pela beleza do colorido.* E olhando fixamente para o retrato que lhe oferecera: *Veja como Medina tem o dom raríssimo de dar alma aos seus retratados. Quantos mais saberiam em Portugal atingir tamanha perfeição artística?*

No sábado 18 fui de manhã, na companhia de Marcello Caetano, à inauguração do curso de Mestrado de Direito na Universidade Gama Filho. Ali tive o gosto de saudar o chanceler Paulo Gama, o grande filósofo Tarcízio Padilha e o meu colega Prof. Eduardo Abranches Soveral, que não via desde a sua fixação no Brasil. Foi-me também grato conhecer o padre Francisco Videira Pires, que na Faculdade de Letras de Petrópolis regia uma cadeira de Filosofia e estava prestes

a concluir a tese de doutoramento sobre «Marx e o Estado»[1]. Mais uma vez me pude aperceber da grande consideração que todos nutriam por Marcello Caetano, considerado naquela escola, na expressão do reitor Murta Ribeiro, como o mestre entre os mestres que nela tinham assento no colégio professoral.

Uma pergunta me bailava no espírito quando do regresso à cidade. E que pensava Marcello do *leader* açoriano Mota Amaral? Não demorou na resposta: *Foi meu aluno nos anos 60 e a cada passo insistia na dedicação que tinha por mim. Findo o curso disse-me recear a volta a São Miguel, onde não tinha condições para a advocacia e a doutrinação que dizia querer levar a cabo. Com gosto lhe ofereci um lugar no meu gabinete da Avenida António Augusto de Aguiar, onde podia trabalhar comigo e com o Dr. Júlio Evangelista.* Assim sucedera com efeito, sendo o jovem causídico acarinhado por Marcello Caetano que nele apreciava a pureza de vida e o respeito ilimitado que dizia consagrar ao mestre. Não podia este pôr em dúvida tais sentimentos, que o protegido fazia gala em demonstrar.

Com a subida de Marcello Caetano à chefia do Governo, o Dr. João Bosco Mota Amaral sentiu que se abrira a porta do seu destino político. Não teve dúvida em 1969 em fazer parte da lista de deputados marcelistas à Assembleia Nacional, onde sempre pautou a sua conduta pela fidelidade extrema ao presidente do Conselho: *Não se lhe conheceram desvios, nem qualquer simples diferendo quanto à orientação política do Governo.* Os liberais do grupo Sá Carneiro podiam ameaçar com a dissidência ou namorar, num ou noutro aspecto, a oposição democrática. Mas quanto a ele? *João Bosco dizia-se fiel, sempre fiel, porque não podia admitir outra atitude em relação ao chefe de quem se proclamava discípulo e amigo.*

Olhando bem para mim, Marcello Caetano continuou: *Veja a posição de Mota Amaral após o discurso que em 6 de Março de 1974 proferi naquela Assembleia. Se a memória não me falha, a jovem esperança dos Açores afirmou que a política da autonomia progressiva e participada era a única que correspondia aos interesses da Nação. Disse mais: que essa actuação devia ser prosseguida sem retrocessos nem hesitações, e que se devia morrer, se fosse necessário, para defender a nossa presença no mundo.* Depois, com mais convicção ainda: *O deputado João Bosco afirmou peremptoriamente: que a política definida pelo chefe do Governo estava ratificada pela Nação.* E com o desalento que brota das grandes frustrações, Marcello concluiu: *Com gente desta estirpe, ungida pela santa religião mas esquecida dos deveres que contraiu na Terra, como podia o País escapar à tragédia em que há cinco anos mergulhou?*

---

[1] Publicada pela editorial Lello & Irmãos, Porto, 1983.

12. SPÍNOLA E COSTA GOMES

O meu fim-de-semana foi passado em Petrópolis, na hospitaleira vivenda de Pedro Calmon, enquanto Marcello Caetano permaneceu no Rio a aproveitar o convívio de sua filha. Voltei a encontrá-lo na tarde de segunda-feira, 20, quando me foi buscar para a conferência no Liceu Literário Português. No encontro de sábado tinha-me ele falado algumas vezes na crise moral que afectou a sociedade portuguesa de antes do 25 de Abril. Onde se podia ver essa degradação de valores que ele diagnosticara? *Por exemplo, nas Forças Armadas. Quando vejo os militares desfazerem-se em louvores ao Agostinho Neto, cujos panegiristas o apresentam como* vencedor *das forças portuguesas, sinto nojo! Mas é preciso ter havido um grande vilipêndio nas consciências, para se ter chegado a tal situação.*

Marcello Caetano inquiriu se eu já tinha lido o *Anuário das Ordens Honoríficas,* publicado em 1972, com a indicação de todas as pessoas que haviam sido condecoradas por mercê do Governo: *Pois leia, que é edificante para julgar da falta de carácter de muita gente.* E trouxe-me depois o seu exemplar, onde anotara os nomes dos militares galardoados desde 1960 por méritos civis ou feitos de guerra. Já não falando nos generais Spínola e Costa Gomes, ali figuram os cabecilhas da revolução: Vasco Gonçalves, Franco Charais, Pinheiro de Azevedo, Vítor Crespo, Galvão de Melo, Fischer Lopes Pires e quantos mais que o 25 de Abril lançou na celebridade[1]. De imediato perguntou: *Acha digno que se recebam condecorações nacionais e depois se esqueça o que elas representam no peito de um militar? Aliás, muitos civis que foram oposicionistas notórios não se coibiram de receber idênticas veneras do regime contra o qual depois se voltaram*[2].

Era um facto de que havia profundas brechas na sociedade portuguesa. Mas quem poderia afirmar que o general Costa Gomes tinha em 1974 um comportamento de traição? Marcello lembrou que ao longo dos anos de 1972 e 1973 sempre o chefe do Estado-Maior-General fora peremptório na intransigente defesa do Ultramar. Quando algum ministro ou conselheiro do Governo receava a nossa capacidade de resistência militar, Costa Gomes de imediato o tranquilizava quanto à sorte das armas. Na cerimónia de cumprimentos de Novo

---

[1] Curioso referir que o *Anuário* não indica os nomes de Melo Antunes, Otelo Saraiva de Carvalho, Vítor Alves e Pezarat Correia, nenhum deles com feitos militares bastantes para merecerem a gratidão nacional. Talvez por isso foram próceres da revolução libertadora.

[2] Entre outros, Maria Lamas, oficial da Ordem de Sant'Iago, em 1934, e o Prof. Francisco Pereira de Moura, oficial da Instrução Pública, em 1957. No grupo das individualidades que aderiram ao 25 de Abril podem também referir-se o Dr. João de Freitas Branco, comendador da Ordem de Sant'Iago da Espada, em 1970, e o Prof. José Veiga Simão, grande oficial do Império, em 1968.

Ano ao Prof. Silva Cunha, ministro da Defesa, exprimira ele «o seu leal apoio a S. Ex.ª o Presidente da República, a S. Ex.ª o Presidente do Conselho e à hierarquia governativa das Forças Armadas». Poucos dias antes, dissera Costa Gomes aos generais: «Tenho a certeza de que a vossa lealdade e vontade de bem servir a Nação e os seus legítimos representantes são tão firmes como as minhas.» Isto apenas a quatro meses de distância da revolução!

Era difícil, em termos humanos, explicar a mudança do general fiel ao regime no chefe encapotado do 25 de Abril: *Por maior que seja a argúcia no julgamento dos homens, há sempre casos para que a inteligência não encontra resposta. Esse penetra em camadas tão fundas do subconsciente que nunca talvez se possa conhecer o mistério que o define.* Interrompo Marcello para lhe dizer que o general José Manuel Bettencourt Rodrigues, antigo governador da Guiné, me tinha confessado não encontrar uma explicação coerente para a conduta de Costa Gomes. Com ele convivera nos tempos da chefia do Estado-Maior-General e, reconhecendo a sua alta craveira militar, jamais nele observara qualquer acto menos de acordo com o prestígio das Forças Armadas. Só com a sua actuação no 25 de Abril viera ao de cima a duplicidade do general. Marcello Caetano logo atalhou: *Ainda bem que me diz isso. Se um oficial-general inteligente, como o antigo ministro do Exército, nunca vislumbrou as facetas negativas de Costa Gomes, porque sou então acusado de não me ter apercebido a tempo da sua traição? Quando esse fenómeno se verifica a culpa é sempre do traidor e não do traído. E olhe que Jesus Cristo, que para mais era Nosso Senhor, tinha entre 12 discípulos um traidor e só o descobriu a caminho do Gólgota!*

As desconfianças de Marcello Caetano em relação ao mais alto titular das Forças Armadas apenas se fortaleceram em fins de Fevereiro de 1974, quando da publicação do livro de Spínola: *Um mês antes, Costa Gomes regressa de Moçambique e lá reafirmou a sua firmeza e lealdade à política do Governo. Quando chegou a Lisboa reiterou que as Forças Armadas se mantinham firmes e dispostas a manter em Moçambique a soberania portuguesa.* A evocação destes factos deixara Marcello Caetano abatido. Antes de deixar o carro, insistiu: *Tudo isto, menos de três meses antes da revolução que acabou por entregar o Ultramar aos terroristas! Pode-se compreender uma conduta assim que não seja para lhe dar o estigma da traição?* E com uma funda tristeza no rosto: *Por mim não vejo que outra palavra se lhe possa chamar: um verdadeiro nojo para a consciência de um homem.*

Voltei a estar a sós com Marcello Caetano na quarta-feira, 22, a caminho do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tinha há muito a pergunta na mente, devido à publicação de *País sem Rumo.* Quando Marcello me olhou com certa demora, perguntei de repente: «O que pensa o Senhor Presidente do general Spínola?» Logo satisfez a

minha curiosidade: *Até aos meados de 1973 pensei quase sempre muito bem. Era um militar cheio de pundonor, com um alto sentido patriótico e que conseguiu, no meio de grandes perigos e arrostando com o clima hostil para a sua saúde, conservar a nossa soberania na Guiné. Terminada a sua missão, podia ter deixado o nome coberto de honra nas páginas da nossa história ultramarina.* Não tardou que não acrescentasse, fitando-me com tristeza: *Spínola teria hoje a dimensão de um Mouzinho ou de outro grande pacificador da nossa África. Não soube estar à altura da glória que conquistou pelos armas.*

Pouco depois, Marcello Caetano prosseguia a sua fala: *Mas cegou-o a vaidade dos seus feitos e que forças interessadas nisso depois alimentaram nele, convencendo-o de que tinha um destino político à frente. O general Spínola não viu que comandar homens em combate não era a mesma coisa que dirigir uma sociedade política. No primeiro caso havia a vontade unânime de honrar os deveres da Pátria, enquanto no segundo caso os homens apenas buscam satisfazer variados interesses de ordem pessoal e ideológica. Servem-se do chefe que lhes convém, utilizam-no a seu belo prazer, mas não o respeitam nem amam. O general podia ter colhido essa grande lição do seu fracasso no 28 de Setembro de 1974.* Mas houvera da parte de Spínola um comportamento mais grave, por ter dado fundamento à insurreição: *Quando o general afirmou que as Forças Armadas não eram a «guarda pretoriana do Poder», traiu o princípio de que o poder militar deve obedecer ao poder civil. Como o termo «povo» não passa de uma abstracção — porque numa sociedade o que existe são «os povos», ou seja o conjunto da sua população —, Spínola legitimou toda e qualquer rebelião militar que ocorra em Portugal.*

Aproveitando uma pausa mais longa, insisto com Marcello Caetano por que motivo não aproveitou as qualidades de Spínola para a renovação política que desde 1968 intentava fazer no espírito da II República. Não teria ele sido o chefe de Estado que as circunstâncias em 1972 exigiam? Logo respondeu: *Sendo um homem de bom fundo, até um sonhador na concepção romântica da vida, Spínola não tinha qualidades de liderança política. O seu prestígio confinava-se às Forças Armadas. Aí, sim, era um chefe, sabendo aglutinar homens de boa formação e patriotas, prontos a segui-lo até à morte. Os mesmos capitães que na insensatez do 16 de Março perderam as rédeas do 25 de Abril. Só que, repito, o espírito de corpo ganho nas florestas da Guiné não chegava para lançar uma revolução que ia fatalmente conduzir à perda do Ultramar.*

Marcello Caetano de imediato prosseguiu: *Ou Spínola tinha força para defender essa posição ou a idade lhe devia mostrar os riscos de uma aventura do género. Por mais que pretenda atirar sobre mim as responsabilidades do 25 de Abril, ficará para sempre responsável pela desgraça que, a coberto do seu nome, atingiu Portugal.* Disse-me

em seguida que ao ler no ano de 1972 a reportagem de um jornalista da oposição sobre a Guiné, não tivera dúvidas de que se pretendia utilizar o general para aquele fim. No artigo defendia-se a urgência de um De Gaulle para activar em Portugal o processo da descolonização em África: *Viu-se feito salvador, para mais com o peso do prestígio que julgou alcançar só porque tinha falado com a raposa matreira do Senghor.*

E não teria a escolha de Spínola sido a ideal para Belém, nas eleições de 1972? *Desejou-o, sem dúvida, mas perante a minha recusa em aceitar o cargo, havia que conservar por mais dois anos o almirante Tomás. Com a desejada renúncia deste ao atingir os 80 anos, em 19 de Novembro de 1974, eu dispunha de tempo para estudar as hipóteses que melhor servissem o interesse nacional.* Depois Marcello Caetano acrescentou: *Mas vejo hoje que, com um Costa Gomes à ilharga, não teria o general um longo septenato. O amigo do Colégio Militar deixava-o estender no tapete e, quando menos se esperasse, atirava-o para fora de Belém com a compensação do marechalato.* E de imediato acrescentou: *A culpa seria então minha por havê-lo alçado à presidência da República. Como hoje continua a ser minha por não o haver feito. A história não poupa ninguém!*

Poderia o general Spínola, em tom de íntimo arrependimento, afirmar mais tarde que não desejou com o seu livro desencadear uma revolução ou entregar Portugal ao marxismo. Logo Marcello respondeu: *De boas intenções está o mundo cheio! Spínola não trouxe qualquer alternativa válida à política do meu governo. Fez apenas o que eu poderia ter feito, se não me animassem o amor e os interesses da minha Pátria. Destruiu as estruturas da nação e, em nome de uma falsa conquista da liberdade, acabou com o Ultramar.* Após um minuto de profunda reflexão, Marcello Caetano corroborou o seu pensamento: *O general não abriu nenhuma porta para o futuro. A tese federativa, que podia ter sido uma solução nos anos 60, não o era mais no último quartel do século. Só por vaidade ou por tontice poderia em 1974 ser aplicada com êxito. A autodeterminação em Angola e Moçambique, como e com quem? — apenas para a entrega do Ultramar aos grupos terroristas.* E a concluir a sua argumentação disse Marcello Caetano: *Spínola destruiu as certezas de um futuro digno e compensador para os Portugueses. E nem sequer reconheceu o grave crime que praticou a coberto da sua vaidade e inexperiência política.*

Enchera-se o dia de compromissos sociais, pelo que Marcello Caetano tinha razão para se sentir fatigado. E ali estava eu a indagar de pessoas e acontecimentos cuja evocação tinha por força de lhe ser penosa. Senti que estava a abusar da sua amizade e pedi desculpa da minha insistência. Marcello Caetano tranquilizou-me logo: *O caso de Spínola é dos que me deixa uma grande tristeza, porque até 1973 tivemos um bom relacionamento. Ele sabe que sempre o tratei com*

o apreço que a sua acção militar merecia. Por outro lado, não esqueço que lhe devo a minha preservação no dia 25 de Abril, a cortesia com que fui tratado no Funchal, a minha vinda para o Brasil. Para depois concluir, pondo termo à divagação: *Mas isso não pode deixar-me insensível à agressão dele, inopinada, do último livro, com a larga publicidade que teve.*

13. DISCRETEANDO SOBRE CULTURA E POLÍTICA SOCIAL

Na quinta-feira, 23, Marcello Caetano passou a manhã na Universidade Gama Filho, enquanto eu preparava a conferência que devia fazer nessa tarde na Academia Brasileira de Letras. Veio buscar-me ao hotel pelas 15 horas, seguindo depois para a Avenida Presidente Wilson. No caminho foi discorrendo sobre as duas instituições académicas mais prestigiadas do Rio e que atravessavam um período de apogeu devido à sólida gestão dos respectivos presidentes: Pedro Calmon no Instituto Histórico e Austregésilo de Athayde na Academia. Um e outro tinham conseguido avultadas verbas oficiais, além de o espírito brasileiro ser muito aberto a iniciativas mecenáticas que se traduziam em constantes doações para valorizar o património das duas casas. Depois acrescentou: *No Brasil, ser homem de letras ou de ciências é ainda motivo de culto ou deferência por parte das pessoas. Aqui pode facilmente obter-se nomeada como escritor, bastando que as obras se divulguem. As Academias são um estímulo e uma compensação. E em Portugal o que se passa hoje?*

Mostrei ao meu interlocutor que as instituições do género dispunham de orçamentos exíguos para incrementar as suas actividades culturais. A Academia das Ciências de Lisboa ainda gozava de um certo património que lhe permitia ter um plano de edições vultoso. Mas tanto a Academia da História como a de Belas-Artes estavam condenadas a publicar cada vez menos com as mesmas dotações, devido ao constante encarecimento dos trabalhos tipográficos. Apesar de tudo, o labor académico continuava a ser respeitado por vastos sectores da opinião pública, sendo agora menos ruidosas do que em 1974 as críticas da imprensa à actuação das Academias. Mantinha-se nestas a chama criadora em prol da ciência e da cultura. Os próprios Governos tinham reconhecido o interesse do papel das Academias em defesa do pensamento nacional.

Quanto à produção editorial, disse a Marcello Caetano que se estava a publicar muito, ainda que nem tudo de boa qualidade. O livro erudito, outrora cobiçado pelos investigadores e estudiosos, fora substituído por simples obras de divulgação que muitos docentes das Faculdades de Letras ou Direito indicavam aos seus alunos e cuja leitura bastava para a obtenção das cadeiras de curso. No que respeita ao

campo da história, sem esquecer as reedições de obras de fundo muito importantes, os prelos vomitavam com frequência estudos de qualidade menor e que iam obtendo a notoriedade que as críticas em jornais e revistas alimentavam no grande público. Além do labor das Academias, havia uma palavra de justiça a conceder à Fundação Calouste Gulbenkian, por iniciativas ou subsídios editoriais, à Imprensa Nacional-Casa da Moeda e à Biblioteca Nacional de Lisboa, que iam cumprindo com diligência os seus planos culturais, e a algumas outras instituições do Estado que mantinham o nível regular das suas publicações.

Marcello Caetano escutou-me atentamente e disse: *Uma das críticas do 25 de Abril é que o regime anterior mutilou a cultura. Ora não vejo outra época desde 1820 em que o Estado tanto tenha protegido as actividades culturais. Recorda-se da obra editorial do Instituto de Alta Cultura, das Academias das Ciências, de Belas-Artes e da História, da Biblioteca Nacional, da Junta de Investigações do Ultramar, da antiga Agência-Geral das Colónias, que sei eu!* Marcello mostrou depois não haver Universidade, por intermédio das suas escolas ou faculdades, que não tivesse uma revista ou boletim pagos com o dinheiro do Estado: *Nos orçamentos das várias instituições havia sempre grande verba para incremento da actividade editorial. Em muitos casos desde 1956, com a ajuda da Fundação Calouste Gulbenkian.* Depois de reconhecer o abaixamento de nível de muitas edições, Marcello Caetano perguntou: *Pode hoje falar-se do mesmo apoio à cultura por parte do Estado?*

Estávamos em pleno Bairro do Castelo e não longe de chegar à Academia de Letras. Na proximidade da Avenida Presidente Wilson, o trânsito quase ficara bloqueado. Voltando-se para mim, disse então: *Lembra-se o que os cabeças da oposição diziam da política do anterior regime de comemorar centenários? Que era para a glória da ditadura e para abastardar o povo. Iam mais longe: relembrávamos o passado para esconder e iludir as dificuldades do presente. Assim diziam e espalhavam à sua volta.* Respondi que os povos não têm memória, pelo que os políticos de baixa extracção se aproveitam dessa boa-fé para fazer hoje o que negaram ontem. Marcello Caetano logo acrescentou: *Infelizmente é assim. Desde 1974 o regime não tem parado na faina celebradora. Não interessa que as figuras ou as datas tenham reduzido valor. Hoje já gritam aos quatro ventos que somos uma nação imersa na história. Como nós o fazíamos e a própria I República o tinha feito.* E já prestes a subir as escadas da Academia: *Os abrilinos nem na política cultural souberam ser inovadores!*

Faltava meia hora para o início da sessão, pelo que me reteve pelo braço e assim prosseguiu o diálogo: *Diziam que éramos uma nação viciada no culto do fado e na loucura do futebol, que não tínhamos educado o povo para a vida política, eu sei lá do que nos acusavam em matéria de educação!* Não era de crítica o pensamento

de Marcello Caetano, mas de tristeza perante os argumentos da antiga oposição, que se haviam transformado em boas provas do novo regime: *Cinco anos depois parece que o fado já não é uma canção fatalista (e porque o havia de ser?). Quanto ao futebol, dizem-me que nunca os jornais desportivos atingiram tão larga tiragem e que os estádios continuam a encher-se. Os democratas de hoje já não dizem que o futebol é o ópio do povo.* E assim terminaria o seu longo desabafo: *No dia 28 de Maio de 1926 os Portugueses tinham uma grande cultura política, foi o Estado Novo que os embruteceu durante 48 anos! Que grande elogio os defensores do povo soberano fazem à inteligência dos que hoje lhes dão os votos! É bem verdade que a revolução não passou de uma grande mentira.*

Já no regresso da Academia inquiriu se os monumentos e edifícios particulares ainda estavam cobertos por cartazes eleitorais ou inscrições grosseiras. Disse-lhe que assim era na verdade, mais em Lisboa e no Porto e com menos frequência nas outras cidades da província. Fora-me dado ver em muitas vilas e aldeias do País que tal sujidade não se fizera ali sentir. Mas o espectáculo continuava a ser degradante nas ruas da capital, sem que as autoridades ou os proprietários ousassem proceder à limpeza dos edifícios. Não o faziam muitos particulares com o justo receio de verem os seus prédios afrontados com novos dísticos, pelo que era preferível conservar a sujidade a que já se tinham habituado. O espectáculo de cada um fazer o que lhe apetecia na propriedade dos outros, dizia a Marcello Caetano, estava bem à altura de um país do Terceiro Mundo. Mas quem conhecera a limpeza das ruas de Lisboa não deixava agora de lamentar que a perda da higiene urbana se identificasse com o advento da chamada «liberdade».

Pouco depois respondia: *Recorda-se dos versos de João de Deus em que se criticava a tendência dos Portugueses em fazer riscos nas paredes? A poesia tem um século e pretendia mostrar que essa pecha não era digna de um país civilizado. Verdade seja que a obra de instrução da I República fez corrigir essas e outras falhas da educação nacional. O Estado Novo continuou a mesma campanha moralizadora em prol dos edifícios públicos e privados.* Podia assim emitir a seguinte conclusão do seu pensamento: *Gastaram-se três quartos de século a ensinar gerações de portugueses de que não deviam sujar a propriedade alheia, nem cuspir no chão. No dia 24 de Abril esses vícios estavam quase extirpados. Foi preciso vir a revolução, com o clima de liberdade total que concedeu, para os Portugueses darem o espectáculo ao mundo de sujar os monumentos e de escrever nas paredes. Teria sido outra conquista irreversível do 25 de Abril?*

Deixando-se embalar pela crítica, Marcello Caetano insistiu: *Lembra-se também das crónicas do Rocha Martins ao pedir ao Doutor Salazar para deixar a clausura de São Bento e vir contemplar a miséria que se juntava nas ruas da capital?* Respondi que a gazeta *Fala o Rocha,* que

saía num vespertino de Lisboa, era apregoada pelos ardinas e lida gulosamente pela facção oposicionista ao Governo. A prosa servira mesmo de prato forte da campanha do general Norton de Matos para a presidência da República. Marcello logo rematou: *O Governo do Doutor Salazar e o meu próprio tudo fizeram para acabar com esse cancro maldito. As pessoas de bem reconhecem que no início dos anos 70 a miséria fora extirpada no País. Não se viam pobres de mão estendida e eram reduzidos os números do desemprego. Podia haver gente com maiores ou menores dificuldades. Mas com a obra de previdência social que se levou a cabo, os mais desprotegidos tinham, pelo menos, uma vida remediada.* E depois, erguendo as duas mãos com um ar de tristeza: *Hoje, ao que me consta, os estropiados e os indigentes enchem as ruas da capital e de outras terras. Nem sequer os governos aproveitaram a pesada herança para acabar com a pobreza. Se fosse assim, até teria valido a pena! Mas preferiram estupidamente acabar com a riqueza, para que os pobres ficassem mais pobres!*

Marcello Caetano relembrou então a obra social do seu Governo, de que já poucos falavam ou por conveniência própria omitiam. Quem se recordava da atribuição pelo Estado do chamado 13.º mês, da previdência aplicada aos trabalhadores rurais ou da melhoria de condições de vida dos aposentados? Quem se referia à criação da assistência na doença aos servidores do Estado ou à extensão da pensão de sobrevivência ou às medidas de protecção às grávidas e órfãos? Quem fazia justiça a esse aspecto da sua acção governativa, em especial à dignificação do papel da mulher na sociedade, que se acentuou de 1968 a 1974? *Curta é a memória dos homens* — volveu com tristeza Marcello Caetano — *e manifesto o seu pendor para a ingratidão.* Para logo em seguida rematar: *Mas a história serena há-de dar testemunho isento de todo o bem que eu quis ao povo português.*

No dia seguinte era recebido em casa de Pedro Calmon, com outros membros da Academia e do Instituto. Na bela mansão de Santa Clara, em pleno Bairro de Copacabana, pude mais uma vez beneficiar da carinhosa hospitalidade do grande historiador e de sua esposa, D. Hermínia Calmon. Na companhia de Marcello, para lá me dirigi ao fim da manhã, gozando as delícias do Inverno carioca que me enchia a alma de doces tonalidades. Em determinado momento olhei para Marcello, que me pareceu com ar muito repousado, e inquiri: «Nunca mais pensa voltar?» Com uma voz de melancólica suavidade, não tardou em responder: *Voltar a Portugal, para quê? Já não tenho casa para viver, nem livros para estudar, nem ocupações a preencher, nem meios de subsistência. Mentia se lhe dissesse que não tenho saudades do nosso sol e da boa gente que de longe me tem acarinhado. Mas encontrei no Brasil o coração aberto que lá se me fechou. Prefiro acabar aqui os dias e nem depois de morto desejo voltar à terra que me foi ingrata.*

Fez-se entre nós um grande silêncio, enquanto íamos seguindo pelas ruas de Copacabana com destino à casa do nosso anfitrião. Durante cinco minutos não trocámos outras palavras. Ele mergulhado nas suas lembranças, eu porque entendia não quebrar a pureza daquela hora de profunda comunhão. Mais perguntas para quê? Marcello Caetano dissera já tudo o que eu pretendia saber, ao abrir-me por inteiro a sua alma. Nem sequer lhe falei no documento redigido pelo Dr. Valdez dos Santos, e de que eu era portador, sobre as vantagens de formar um novo partido para apoiar a sua candidatura em 1980 à presidência da República. Ao fim da tarde foi levar-me o seu retrato autografado, a medalha de prata comemorativa do Tratado de Tordesilhas e os dois volumes de Clarival do Prado Valladares sobre as belezas artísticas do Rio: *É uma singela lembrança da sua visita e para que não se esqueça de mim!*

No dia seguinte voltava eu a Lisboa, tendo na hora da partida a ventura de o estreitar nos braços, assim como a Pedro Calmon. Encontro comovente, para mim que voltava e para ele que tinha o desgosto de não me poder acompanhar. Como tinham passado depressa os oito dias do seu convívio e sem que me fosse possível deter a marcha do tempo. *Lembre-me aos nossos amigos,* disse Marcello Caetano com a voz nimbada pela emoção. E foi também com um sentimento de tristeza que ao princípio da noite de 25 de Agosto lhe enviei de longe o meu adeus, com a promessa de voltar no ano seguinte.

14. O PROJECTO DAS «CONFIDÊNCIAS NO EXÍLIO»

Mal voltei a Lisboa, escrevi a Marcello Caetano para agradecer o carinho da sua acolhida e as atenções que sua irmã me dispensara: «Não há palavras que possam traduzir a minha gratidão pela honra que me concede de fazer de mim um seu confidente e amigo.» Tal facto representava um sentimento de confiança que me forçava até ao fim da vida a dar testemunho permanente de um dos maiores portugueses do nosso tempo. Voltara do Rio com o desejo de escrever um livro sobre os nossos encontros: «Os deveres morais não se adiam sob pena de nos sentirmos cobardes. Não desistirei por isso de levar o projecto avante.»

Ia mais longe na promessa de, no 17 de Agosto de 1980, nos voltarmos a reunir. Mesmo sem convite oficial, tudo faria para estar ao lado de Marcello Caetano no Rio de Janeiro. E acrescentava: «A menos que ... possamos celebrar a data em Portugal, como é nosso desejo.» Eu fizera a viagem com o Prof. Lourenço Luís Lacombe, director do Museu de Petrópolis, e ao chegar ao aeroporto sentira-me corar de vergonha. Assistimos a uma cena de má-criação dos taxistas

e bagageiros, que se recusavam a transportar outros viajantes que não fossem os de nacionalidade estrangeira. Foi um autêntico banho de água fria na lembrança da cordialidade que trazíamos do Rio. Lacombe ficara perplexo com as cenas a que lhe fora dado assistir e eu, como português, confesso que não o fiquei menos.

No dia 29 eu noticiava a Marcello Caetano a elaboração de fichas do seu epistolário, para no fim do ano proceder à montagem do livro que era minha intenção consagrar-lhe. O editor Fernando Guedes aprovara o plano da obra, a que eu tencionava dar o título de *Encontros com Marcello Caetano.* Mas em carta de 7 de Setembro já eu admitia que o título pudesse ser outro. A redacção do livro seria feita até à Primavera do ano seguinte, para que o seu lançamento se tornasse possível em Outubro de 1980 [1]. Para um curto período de férias em Monte Real, levei eu a correspondência de Marcello Caetano, a fim de continuar os verbetes por ordem cronológica e ideográfica em que devia assentar a obra. Nesta trabalhei longamente, redigindo parte dos dois capítulos iniciais.

Mas por esse mesmo tempo fui informado de que o regresso à Faculdade de Letras estava assegurado. O reitor Raul Rosado Fernandes diligenciara nesse sentido, por lhe parecer contrário aos interesses da Universidade e à reputação dos professores saneados, que estes há mais de cinco anos se vissem impedidos de exercer a actividade docente. Ainda que fosse meu desejo não participar na vida associativa da Faculdade, cabia-me o direito de dar as aulas do meu foro, uma vez que era professor catedrático e muitos colegas e alunos haviam lutado pelo meu regresso. Informei assim Marcello Caetano de que a partir de Novembro iria reger, às quartas-feiras, um seminário sobre «Áreas Regionais Portuguesas», onde teria a presença de 10 a 15 alunos. Mas era uma obrigação a mais que, junta à assiduidade semanal nas duas Academias, haveria de reduzir o meu tempo e capacidade de investigador.

A carta de Marcello Caetano, de 31 de Agosto, chegou com marcas de violação no canto inferior. A seguinte, com data de 7 de Setembro, extraviou-se devido talvez à paralisação dos correios portugueses que se fez então sentir. Na primeira exprimia sincero regozijo pela minha visita, na plena reafirmação da sua amizade. Marcello agradecia vários tomos de *Revista Portuguesa da História,* cujo envio eu obtivera do meu colega Prof. Avelino de Jesus da Costa, lente jubilado da Universidade de Coimbra. Dizia-se então preocupado com a falta de notícias: *Há bastantes dias que nada recebo de Lisboa, o que me faz suspeitar de greve postal ou censura restabelecida.* Mas admite que tudo se viesse a normalizar, como na verdade sucedeu.

[1] Veja-se no prefácio as razões que motivaram o atraso da publicação.

A carta de 25 de Setembro trazia este parágrafo que se impõe divulgar: *Tão breve foi a sua passagem por aqui que ficaram muitas coisas por falar ... Entre elas o texto do Valdez dos Santos,* Definir Posições, *cuja fotocópia fez o favor de me deixar. Reli-o agora. É primoroso na forma e no conteúdo. Mas a impressão colhida nesta altura foi a mesma que me deixou ao lê-lo a primeira vez. É tudo verdade, simplesmente o eleitorado pede uma indicação concreta. E não lhe podemos responder só com a verdade de que os partidos existentes são todos maus, para não dizer péssimos. Estou recebendo aqui constantes pedidos de orientação e digo apenas: não se abstenham e votem no menos mau. Se me perguntar se acredito na Aliança Democrática, no PSD, no CDS, claro que não. Mas só nos resta a opção do* mal menor. *Alguém me diz que a esquerda reagirá violentamente à vitória do centro: paciência, será uma ocasião de clarificar situações. Nem por isso se pode votar na esquerda ...*

Marcello Caetano dizia-se então muito chocado pelo facto de a Avenida Infante D. Henrique, que se situa no Aterro do Flamengo, ir perder o nome por decisão do prefeito Israel Klabin: *Estou fazendo o possível por que os jornais da colónia e a Federação das Associações Portuguesas digam alguma coisa.* A artéria recebera o nome no ano de 1894, aquando da celebração do 5.º centenário do nascimento do *Navegador.* Admirava-se que os representantes oficiais do Governo português não tivessem protestado contra um gesto inamistoso para o nosso País. Dizia-me ter já obtido o apoio de Pedro Calmon junto de várias entidades culturais brasileiras e que estava em curso um movimento para repor a antiga designação da Avenida. E concluía: *Seria bom que daí viessem também alguns protestos.*

Muito o chocou, como refere ainda na carta de 25 de Setembro, a presença do general Eanes nos funerais de Agostinho Neto: *O que se passou é bem significativo da cegueira do mundo: havia uma província portuguesa em marcha para ser país civilizado, contribuinte para a construção de uma comunidade lusíada. Os Agostinhos Netos converteram-na em colónia soviética, subjugada por um exército cubano de ocupação e controlada por técnicos e funcionários de vários países comunistas. E o mundo ocidental acha bem. O presidente da República vai a Luanda homenagear o homem apresentado como vencedor do exército colonialista de Portugal. E Moscovo nomeia o sucessor deste.* E depois, num protesto que lhe vinha do fundo da alma, Marcello referia: *Tudo bem, com luto nacional e talvez* Te Deum *na capela do Rato, assistido do lado da Epístola por Madame Pintasilgo com um* s *só (o do Evangelho fica para o Cunhal). A que profundidades de ignomínia descerá ainda o país legal nessa terra?*

A esta carta respondi no dia 3 de Outubro, a dizer que continuava a coligir verbetes para o livro dos nossos encontros. Dava inteira razão a Marcello Caetano de que a abstenção nas próximas

eleições era um crime que podia ter efeitos caros. Por maior que fosse a náusea da vida política, havia que clarificar as situações e tentar abrir um caminho novo para o País. Depois acrescentava: «Se ouvisse as intervenções da Eng.ª Pintasilgo na TV, ficaria desolado por ver um chefe do Governo sempre a rir (no meio desta miséria) e a lançar palavras soltas sem qualquer estrutura pensante. O grande *show* de ontem foi a audiência que o Papa lhe teria concedido, mas que, segundo os jornais daqui, durou apenas dois minutos.»

O mês de Setembro fora para Marcello Caetano carregado de obrigações sociais. O regresso de Ana Maria fez com que as netas Gigi e Rita lhe fizessem mais companhia, visitando com elas ao sábado as praias e o Jardim Botânico. Por esse tempo foi-lhe grato receber uma nova visita do Dr. Alexandre Carvalho Neto, seu antigo e fiel secretário. Também o comendador Salustiano Lopes o convidou algumas vezes para o Clube Ginástico Português. No dia 16 de Setembro, a convite de Benvinda Maria Marques, esteve na missa comemorativa do 30.º aniversário do semanário *Mundo Português*. O presidente Austregésilo de Athayde e a esposa no dia 18 ofereceram uma recepção em sua honra, que contou com a presença de muitas figuras de destaque no meio cultural do Rio. Aos sábados de tarde passou Marcello a acompanhar a irmã D. Olga aos concertos do Teatro Municipal. E com as obrigações docentes na Gama Filho, a sua vida assim se manteve no ritmo de sempre [1].

15. A CARTA SOBRE A ENGENHEIRA PINTASILGO

Nos fins de Setembro corria em Lisboa que Marcello defendera a engenheira Pintasilgo em artigo publicado num jornal do Brasil. A notícia espalhara-se de maneira um tanto desfavorável para ele, havendo mesmo quem insinuasse que o antigo chefe do Governo tinha mudado de campo político, agora identificado com as posições de progressismo católico do primeiro-ministro. Muitos falavam no assunto, mas sem que houvesse informações concretas para o esclarecer. Inquieto com a deturpação posta a circular e que pretendia apenas desacreditá-lo em muitos sectores da opinião, pedi a Marcello Caetano para esclarecer o que se tinha passado. No n.º 5892 do *Boletim Cambial*, do Rio de Janeiro, dos dias 16-17 de Agosto de 1978, aparecera um artigo com o título de «Em Portugal, a quarta Maria», em que se afirmava que a vida política antes do 25 de Abril de 1974 não

[1] Durante esse mês foram suas visitas o Dr. Isaías Gomes dos Santos, Evaristo Cardoso e D. Maria Elisa Cruz Neves, o Dr. António Rodrigues dos Santos, o padre Manuel de Oliveira, o comendador Mário Novo, o advogado Dr. Tomás Leonardos e Luís Carlos de Azevedo.

abrangia as mulheres. O articulista ia ao ponto de comparar a engenheira Pintasilgo com as três autoras de um livro que em 1973, pelo seu conteúdo obsceno, havia feito um grande escândalo em Portugal [1].

Por o artigo ser de molde a criar grandes equívocos nos leitores, entendeu Marcello Caetano esclarecer «as mais desonestas informações» que nele se continham, indo ao ponto de afirmar: *Quase não há nele uma linha em que se não encontre uma falsidade.* Por tal motivo, redigiu uma carta que veio a ser publicada no n.º de 28-29 de Agosto do mesmo jornal. Ali mostrou como o art.º 5 da Constituição de 1933 era contrário a qualquer privilégio de nascimento, raça, sexo, religião ou condição social. No regime anterior tinha havido mulheres deputadas à Assembleia Nacional, procuradoras à Câmara Corporativa, dirigentes de instituições ou organismos do Estado e mesmo, a partir de 1971, uma senhora que fora membro do Governo. Também quanto às diferenças salariais entre homens e mulheres, que o articulista pretendera realçar, Marcello Caetano mostrou que elas não existiam no sector público e estavam a ser resolvidas em muitos campos do sector privado.

Referia depois o nome de várias diplomadas, como as professoras Isabel Maria Magalhães Colaço e Maria de Lourdes Belchior, assim como a Dr.ª Maria Manuela Silva, que tinham iniciado a carreira política na vigência da II República e depois ocuparam altos cargos no regime abrilino. Quanto à engenheira Pintasilgo, não escondia que ela servira até 24 de Abril o regime vencido, como procuradora à Câmara Corporativa e membro da delegação portuguesa a duas assembleias da ONU, além de ter exercido a presidência de uma comissão que funcionava no Ministério das Corporações para estudar a condição social da mulher. Fizera ela tudo em 1969 para ser eleita deputada, mas por não se ter inscrito no recenseamento eleitoral, o Governo entendera que seria uma ilegalidade facilitar à engenheira Pintasilgo a promoção política que ela tanto ambicionava.

Se é certo que mudara de rumo com a revolução triunfante, possuía ela, no dizer de Marcello Caetano, *qualidades de inteligência, cultura e eficiência* que não permitiam identificá-la com as autoras do livro escandaloso: *O facto de a Eng.ª Pintasilgo ter mudado um tanto surpreendentemente de posição política do dia 24 para o dia 26 de Abril de 1974, não me leva a ser injusto para com ela e a negar-lhe os méritos intelectuais e morais que possui.* Recebido o recorte do jornal carioca, logo o confiei ao meu amigo Torquato da Luz, director do recém-criado jornal *A Tarde,* que procedeu à transcrição no n.º de 31 de Outubro daquele vespertino. No dia seguinte dizia a Marcello Caetano que muitas pessoas tinham ficado impres-

[1] Trata-se do livro *Novas Cartas das Três Marias,* de que foram autoras Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa.

sionadas pela sua nobreza para com a engenheira Pintasilgo: «A opinião pública fica assim esclarecida quanto ao teor da carta e acabam-se as especulações sobre o assunto.»

Torquato da Luz dera a notícia em primeira página, colocando lado a lado uma fotografia de grande dignidade de Marcello Caetano e outra da actual primeiro-ministro. Agradou-lhe o relevo que *A Tarde* dera ao caso, como me disse em carta de 20 de Novembro: *Acho que foi bom a publicação da carta estampada no* Boletim Cambial. *Nunca julguei que de uma frase truncada se fizesse tamanha especulação, mas do burburinho chegado aos meus ouvidos resulta bem claro o ódio à Pintasilgo. Vejo, porém, que a única atitude que posso adoptar em relação às coisas portuguesas é o silêncio. A política desse País hoje enjoa o estômago mais forrado. Muito obrigado por tudo.*

Assim foi possível esclarecer o assunto, pondo termo à difamação que os inimigos de Marcello Caetano punham a correr a seu respeito. Havia nele um objectivo de verdade, ao mostrar que a sua antiga colaboradora não devia ser equiparada às autoras do livro escandaloso de 1973. Estas tinham visto a obra apreendida e sujeita à respectiva acção criminal. Quanto à engenheira Pintasilgo, embora a sua conduta política fosse de molde a provocar reparos, não era merecedora para Marcello Caetano de um juízo idêntico da opinião pública. Ainda hoje me indago se a primeiro-ministro do tempo era, na verdade, merecedora de tamanha atenção por parte do antigo chefe do Governo. Mas o ostracismo a que votou Marcello Caetano mostra bem que não era, pois jamais se lhe referiu com o apreço e a gratidão que ele merecia.

16. PEDRO CALMON E PAULO GAMA EM LISBOA

Nos fins de Setembro o Dr. Lopo Cancela de Abreu recebeu a carta de Marcello de que eu fora portador. Como médico e amigo, não escondia porém a sua inquietação pelo tom amargurado da missiva: *O meu amigo está mais jovem do que eu — que ao mal da Pátria junto outros a trabalhar-me o coração insuficiente e os brônquios sensíveis. Claro que certos traumas psíquicos que nos primeiros anos do exílio com frequência me abalaram a saúde — pela surpresa, pela brutalidade, pela ingratidão e pela estupidez — foram sendo assimilados ou eu me endureci a suportá-los. Há coisas que consigo agora ver com a serenidade de quem estuda História Natural e, a par dos fenómenos normais, encontra os teratológicos. Só que estes, no Portugal de hoje, têm frequência acima da média.*

No princípio de Outubro, mais uma vez Pedro Calmon estava de caminho para Lisboa, a fim de presidir ao novo colóquio da Academia Portuguesa da História, subordinado ao tema «O tempo português

de Camões». Na carta de 25 de Setembro, escrevia Marcello: *Quanto ao nosso Pedro, prepara-se com fervor para a nova viagem.* Mas como o amigo comum decidira passar uma semana em Paris, decidiu antecipar as suas notícias por carta de 5 de Outubro. Agradecia o envio do endereço do Prof. Francisco Leite Pinto, a quem ia escrever, e informava da próxima chegada a Lisboa de uma delegação da Universidade Gama Filho, pedindo-me para facilitar os contactos do chanceler Paulo Gama com as Universidades Católica e Livre de Lisboa.

Desde o nosso encontro no Rio de Janeiro, que Marcello exprimira o desejo de possuir a obra do Dr. Francisco Leite de Faria, *Estudos sobre Damião de Góis e a Sua Época.* Eu mantinha com este relações excelentes, pela ajuda que me dera na biblioteca da Casa Cadaval e pelos primores do seu trato. O erudito padre capuchinho, que se tem imposto pela valia das suas investigações sobre bibliografia e história do livro, era um grande admirador de Marcello e logo se prontificou a enviar-lhe um exemplar. Na minha carta de 7 de Outubro assim o noticiava ao amigo distante, informando-o também do escândalo ligado ao aparecimento dos *Estudos.* Como o autor tinha dedicado o livro à memória de Sua Majestade o rei D. Manuel II, entendera a comissão organizadora do 4.° centenário de Damião de Góis mandar suprimir essa alusão [1]. A obra esteve congelada por dois anos, sucedendo que três a quatro centenas de exemplares dos 750 da edição vieram, entretanto, a desaparecer da Secretaria de Estado da Cultura. Tal facto motivara alguns protestos na imprensa. Eu referia assim a Marcello Caetano: «O exemplar que Frei Francisco lhe destina é um dos 50 que o autor recebeu ainda em 1977, o que o torna uma verdadeira raridade bibliográfica.»

No dia 12 chegou Pedro Calmon ao aeroporto de Lisboa, acolhido com a estima e o respeito habituais. A sua oração do dia 15 sobre «Camões e o Brasil» foi um deslumbramento para o público que encheu por completo o salão da Academia da História. Três dias depois falou na Fundação Gulbenkian sobre o tema «Grandes portugueses no Brasil», traçando uma colorida panorâmica da acção dos nossos governadores, bandeirantes, colonos e religiosos na formação da sociedade brasileira. Desabituadas de ouvir oradores da mesma igualha, as pessoas sentiam o fascínio do improviso de Calmon na beleza das imagens que ecoavam na música das suas palavras. De tudo informava o amigo ausente, dizendo-lhe quanto fora lembrado nos encontros que Calmon tivera em Lisboa.

Marcello Caetano noticiara-me em 5 de Outubro a próxima vinda do chanceler Paulo Gama Filho, com o propósito de estudar os meios

[1] Formavam a comissão o Dr. Fernando Piteira Santos, o Dr. Raul Rego e o Prof. Luís de Matos.

de estender ao nosso país as actividades da Gama Filho. Como eu não pudesse aceitar a representação indicada por Marcello, foram essas diligências levadas a efeito pelo Dr. Miguel Alves Caetano. Os contactos viriam depois a encaminhar-se numa estreita ligação com a Universidade Livre, por decisiva acção do Prof. Henrique Martins de Carvalho e do Eng.º Francisco Brás de Oliveira. Tendo favorecido a minha aproximação com o chanceler, Marcello Caetano insistia: *Enfim, oxalá possa encontrar-se com o Paulo Gama, porque é sempre bom ter aqui uma amarra numa Universidade local.* A vinda a Lisboa dessa delegação permitiu fortalecer um intercâmbio cultural que se veio a intensificar nos anos seguintes.

No dia 31 de Outubro, já Marcello Caetano noticiava o regresso do chanceler da Universidade Gama Filho, que assentara na realização de um colóquio em Lisboa, no mês de Dezembro, com representantes das Universidades Católica e Livre: *Estive ontem com o Paulo Gama Filho, que na véspera me mandara entregar a sua carta e mais anexos e encontrei felicíssimo com a acolhida que recebeu e os resultados alcançados, muito além da sua expectativa. Deu-me uma cópia do protocolo de intenções e, realmente, pela qualidade dos intervenientes e o início próximo de realizações concretas não podia ser melhor. Só as datas me parecem demasiado próximas, já que o mês de Dezembro aqui e aí é um mês morto. O Paulo teve o cuidado de enumerar todas as pessoas que me mandaram abraços e de si falou-me com grande simpatia e gratidão por tudo quanto fez.* Marcello Caetano fomentou assim o excelente convívio que desde então pude manter com a prestigiosa Universidade e o seu chanceler.

17. OPINIÕES SOBRE A POLÍTICA PORTUGUESA

Com a aproximação das eleições intercalares, Marcello Caetano haveria de ser tentado a emitir um juízo concreto sobre a política nacional. Já se referiu o seu parecer quanto ao texto «Definir Posições» da autoria do Dr. Valdez dos Santos. Dissera-lhe eu, por carta de 1 de Outubro, que as pessoas sentiam um grande enfastiamento pela coisa pública, de tal modo os políticos se estavam a desacreditar nas querelas do dia-a-dia. No dia 5 de Outubro, respondia prontamente à minha carta: *A política portuguesa angustia-me. Claro que temos de fazer votos pela vitória da chamada Aliança Democrática. Mas obtida ela, que se vai passar? O Sá Carneiro chefe de Governo? Ainda não parece ter estofo para isso e os seus colaboradores imediatos também pouco valem para governar o País. O Diogo tem muito mais categoria, mas ainda está mais desamparado de figuras de 2.ª linha. Terão uma oposição feroz e desgastante da esquerda, até subversiva ou revolucionária, mas isso seria o menos se dispusessem de força para governar, apoio*

da opinião e possibilidade de melhorar a situação económico-social. Disporão?

Pelo correio de 3 de Outubro, eu mandara a Marcello o I volume do *Livro Negro do Fascismo,* que saíra com fraca audiência de um público cansado de tal género de literatura. No dia 7 telefonei cedo para o tranquilizar quanto à correspondência em atraso, que já se tinha normalizado. Mas de pronto me arrependi, por admitir que ainda fosse noite no Rio. Cinco dias depois, Marcello entendia tranquilizar-me: *Gostei muito de ouvir a sua voz no dia 7. Mas não tem razão para se penitenciar das horas, pois os seus cálculos estão errados. Aqui eram umas 7.30 da manhã, quando atendi o telefone estava já tomando o pequeno-almoço. Com a diferença de três horas, como inicialmente pensou, e bem. Mas que fosse mais cedo: seria sempre um prazer.*

Essa carta tem o valor de um documento histórico, pela sua apreciação do livro que uma semana antes lhe enviara: *Com a carta de 3 veio antes de ontem o pitoresco livro negro. Tanto barulho para nada! Vasculhar cinquenta anos para no fim apresentar aquilo, onde só sobressaem as comunicações de um idiota setubalense que cuidadosamente faz relatórios de traquibérnias que outros idiotas, na Legião, diligentemente arquivam [...] Mas, meu Deus, o mal das eleições do Estado Novo foi ter-se conservado a mentalidade dominante nas do Estado Velho em que era figura de proa o pai do actual provedor de Justiça — o coronel Vitorino Godinho, dirigente e mais de uma vez chefe de Governos do Partido Democrático ...*

Mas em que clima de seriedade e sem pressões de grupo decorriam as eleições no tempo da I República? Marcello Caetano continuava: *Se houvesse jornalistas em Portugal na chamada direita, bastava, para desfazer a negritude do livro, transcrever papa já feita.* Invocava para o efeito o livro de Costa Brochado sobre *O Sr. Norton de Matos e a Sua Candidatura* (1948, Portugália Editora), onde havia um capítulo sobre as eleições, págs. 127 a 163, *que chega para fazer ideia do que faziam os antifascistas.* E logo insistia: *Na obra de Costa Brochado conta-se a história da célebre camioneta que nas eleições de 1925 percorreu as assembleias de voto a desmantelar as urnas onde a oposição tivesse ganho: sou testemunha presencial do facto.*

Para que eu não tivesse dúvida sobre a veracidade do depoimento, Marcello Caetano narrou-o depois: *Estava no ginásio do Liceu de Camões com amigos, a seguir os apuramentos das várias secções de voto lá instaladas, quando irrompeu o bando de energúmenos brandindo os bengalões e soltando vivas à República. Açodado, foi ao encontro deles um correligionário a quem ouvi (ele não falou baixo) dizer-lhes que tivessem calma, ali já não era preciso nada, a vitória do Governo estava garantida. A esta fala tranquilizadora sucedeu o silêncio das hostes assaltantes que tinham parado e fizeram meia volta.*

Fui atrás deles e vi-os embarcar disciplinadamente, com o ar de quem está cumprindo a sua missão (paga), no célebre camião. Eu vi! *Vi isto em Lisboa, como antes tinha visto na província como se cozinhavam eleições livres e democráticas. Os que continuaram a fazê-lo depois do 28 de Maio tinham essa escola de democracia, e deve dizer-se que em geral procediam com mais limpeza ...*

Como no livro em questão o seu nome tivesse sido posto em causa por motivo das reuniões da União Nacional, não deixava também Marcello Caetano de dar o seu testemunho em relação ao assunto: *Quanto às actas das minhas reuniões com as comissões locais da União Nacional em 1948, não sei que haja nelas de escandaloso. Nem de secreto. A elas me refiro a pág. 313 das* Minhas Memórias de Salazar. *Aliás é fácil de ver que no livro foram seleccionadas as intervenções que podiam dar alguma imagem negativa, omitindo-se as outras: é só comparar os ofícios de remessa à Presidência do Conselho, em que se mencionam vários distritos, com o que está publicado: só alguns distritos, misturando às vezes num deles concelhos de outros diferentes ...* E concluía a sua divagação: *A inteligência dos compiladores não deu para mais. Além da verrina em que são useiros e vezeiros, já seria pedir-lhes muito.*

A primeiro-ministro tinha-se deslocado às Nações Unidas para fazer o discurso retumbante de que já se entoavam os louvores antes mesmo de ser proferido. Não deixou Marcello Caetano, na mesma carta, de lhe fazer o comentário que entendia adequado: *O discurso pintasilguesco na ONU foi miserando. Ela quer instaurar uma «nova ordem internacional» antes de no País pelo qual é (ir)responsável estabelecer alguma ordem nacional [...] Em Viseu ouviu o diálogo do povo ... Em cinco anos e meio de governo nunca tive o mais pequeno dissabor. Mas nós éramos (dizem) odiados e a democracia é a bem-amada ...* Na minha resposta de 17 de Outubro dizia a Marcello Caetano que a vitória da Aliança Democrática podia suster o processo de desagregação em curso. Impunha-se acabar com os manejos da partidocracia que se criara à sombra da Constituição de 1976: «Vamos a ver o que nos trazem as eleições de 2 de Dezembro. Por ora é tudo confusão: anarquia no Estado e balbúrdia nos espíritos. Falta ao País um condutor, para não dizer melhor, um chefe.»

Já no fim de Outubro, comentava o que lhe parecia ser a luta empreendida pela Aliança Democrática nas próximas eleições intercalares: *Estas são perigosas. Uma maioria que permita um governo de direita por um ano será o ideal? Um ano não chega a um governo para se impor, sobretudo nesta época de generalizada crise económica e indisciplina social. Mas é bastante para o desgastar com sucessivos conflitos de trabalho e a impossibilidade de impedir os efeitos económicos da crise energética. Dada a volubilidade do eleitorado, isso não prejudicaria a solução* definitiva *de 1980? Enfim, Deus nos acuda.*

Mas não tenha dúvida de que eu torço pela AD. Esse mesmo voto haveria de o exprimir nas cartas que me dirigiu nas vésperas das eleições de 2 de Dezembro.

Sei que pedi depois o conselho de Marcello Caetano para o título mais adequado para o V volume da *História de Portugal,* que cobria o período de 1640 a 1750, e para o volume imediato, que se estenderia até 1807, com a 1.ª Invasão Francesa e a partida da corte para o Brasil. Se me inclinava para subtitular de «Absolutismo» aquele volume, o seguinte deveria chamar-se de «Despotismo Esclarecido». Qual a sua opinião sobre o assunto? Deu-ma com a franqueza de sempre, por carta de 20 de Novembro: *O termo de* Absolutismo *é discutível para o período 1668-1750, porque, salvo em certos períodos, as Cortes não tiveram função deliberativa e se admitia pacificamente desde o século XII que o rei não estava vinculado por nenhuma lei humana: daí dizer-se que o seu poder era «solto» ou «absolto» (absoluto). No que respeita ao volume VI, eu não intitularia a época abrangida de* Despotismo Esclarecido *que, em meu entender, só vale para uma parte do governo de Pombal. Já* A Época das Luzes *se me afigura mais apropriado, podendo abranger até 1820.*

Aproximavam-se as eleições intercalares e Marcello Caetano não deixava de estar atento à situação portuguesa. Ainda no mesmo dia acrescentava: *Estão agora a passar por aqui muitos portugueses vindos a pretexto de um congresso na Baía, que permitiu grandes abatimentos tarifários*[1]. *Todos trazem as mesmas impressões: um país desgovernado onde todavia começa a haver alguma esperança de recuperação, que a vitória da A. D. poderá alentar, sobretudo se puder melhorar o regime de trabalho. Há um fundo de optimismo que não encontrava há muito tempo. E, entretanto, os exilados continuam a regressar.* No mesmo dia escrevera eu a Marcello a dar como certa a vitória da Aliança: «O bom senso impõe o voto racional que terá de se exprimir por números.» E dizia-lhe que já pedira ao Prof. Diogo Freitas do Amaral que, em caso de vitória, a primeira proposta de lei a apresentar ao Parlamento fosse a revogação pura da lei abjecta que condenava o antigo presidente do Conselho a 12 anos de cadeia.

18. OS FILHOS DE MARCELLO CAETANO

Marcello Caetano falara-me amiúde de seus filhos, de quem sentia imenso a falta. Nos primeiros tempos do exílio ainda lhe fora possível

---

[1] A agenda de Novembro refere, entre outras, as seguintes visitas: António Ribeiro dos Santos, Rafael Prudêncio, o empresário Vasco Morgado Júnior, Prof. José Maria da Cruz Pontes, D. Isabel Vasconcelos Porto, Dr. Manuel Teles, Dr. António Figueiredo, José Alexandre, Luís Matalonga, Francisco Alves Pinheiro e Dr. José Sampaio.

ter a sua companhia em visitas fugazes. O Dr. José Maria Alves Caetano chegou a fixar-se no Rio em fins de 1975 e ali exerceu a actividade jurídica durante um longo ano. Também o arquitecto João Caetano, sempre que era possível, ia saudar o pai nas viagens de trabalho que fazia a São Paulo. Quanto ao Dr. Miguel Caetano, consultor de empresas em Lisboa, chegou ao Rio em Maio de 1979, aonde já não se deslocava há cinco anos, para com a esposa Maria José passar uma semana no convívio do progenitor.

De todos os filhos de Marcello Caetano, conhecia apenas a mais nova, D. Ana Maria, que encontrara nas visitas de 1978 e 1979. Muito gentil no trato, envolvera-me nas maiores atenções ao agradecer as provas de carinho que eu dispensava ao pai. Notei que Marcello desejava aproximar-me dos filhos, o que se tornou possível em Outubro último, quando Pedro Calmon e Paulo Gama Filho estiveram em Lisboa. Em carta de 5 de Outubro dizia-me: *Pedi a meus filhos que procurassem o Paulo e que, se fosse possível, o convidassem para um almoço a que o meu amigo estivesse presente*. Também a vinda de Pedro Calmon serviu de pretexto para reuniões de família com os Drs. José Maria e Miguel Caetano, onde me foi dado ajuizar do respeitoso afecto que ambos dedicavam ao pai ausente.

Na reunião em minha casa, prometera fazer uma surpresa a Calmon, para o que obtive a colaboração de Ana Maria. Meia hora decorrida, o telefone respondia do Rio de Janeiro, sendo grande a emoção dos presentes quando de longe se ouviu, com toda a nitidez, como se estivesse connosco, a voz de Marcello Caetano. Na carta de 24 de Outubro não deixava ele de assinalar o facto: *Não sei como lhe agradecer a grande alegria que me deu o telefonema do dia 17, em que ouvi a sua voz, a da Ana Maria e a do nosso Pedro. Que surpresa e que alvoroço! O meu amigo encontra sempre a via mais directa para me tocar o coração! Bem haja por tudo!* Duas semanas depois, por carta de 7 de Novembro, eu transmitia-lhe o gosto que tivera em conhecer os dois filhos. Tudo faria para estreitar laços que nos enchiam o coração. Apreciara a inteligência viva de José Maria, ainda que senhor de um forte poder hipercrítico, mas no fundo um afectivo. Quanto ao filho mais jovem, que achei em fisionomia e aspecto físico o mais parecido com Marcello, fora-me dado apreciar a sua moderação mas parecendo-me um pouco distante na apreciação das pessoas e das coisas. Mas ambos, referia na carta, haviam sido extremamente gentis para comigo.

O Dr. José Maria Caetano seguia no dia 20 para o Rio de Janeiro. Ia passar duas semanas junto do pai e levava livros e correspondência de que eu o fizera portador. Tivemos um encontro na véspera da partida, o que me permitiu ajuizar melhor da sua capacidade intelectiva, no diagnóstico perfeito que traçou da situação política. Em carta de 20 de Novembro, Marcello falava com imensa ternura deste filho,

porventura o mais aceso pelo afecto: *Rapaz muito inteligente e culto, mas que critica muitas vezes sem espírito construtivo. E é pena, porque o que tem realizado nem de longe corresponde às suas reais capacidades. O José Maria só ganha em ser conhecido, pois os espinhos são aparentes e picam menos ou nada...* Pessoalmente já me dissera quanto apreciava as qualidades de coração do José Maria.

Na carta de 31 de Outubro falava-me no filho Miguel, por quem sentia igual ternura: *Uma jóia, sério, trabalhador e apenas sofrendo as consequências de na juventude ter sido influenciado pelos católicos progressistas, que encontraram no seu coração bondoso terreno fértil para semear utopias.* Depois concretizava o seu pensamento acerca de Miguel: *Está hoje com os pés na terra, mas continua fiel às suas ilusões socialistas, não, porém, ao P. S. [...], que considera ter traído e comprometido os seus ideais.* Marcello finalizava assim o retrato do filho amado: *Um puro — com oito filhos que na sua maioria já olham complacentes para o idealismo paterno. Mas a família é encantadora: mulher e filhos muito unidos a ele, todos formando um bloco de amor.*

No regresso do Brasil, na primeira semana de Novembro, trouxe-me o Dr. José Maria Caetano notícias de seu pai. Parecia estar de boa saúde, sobretudo feliz com o ânimo que a presença do filho lhe dera. Na minha resposta precisei melhor a opinião que eu formara do filho: «Não pense que não gostei do José Maria, que tem sido de uma grande simpatia para mim. Achei-o inteligente e, bem no fundo, um afectivo que finge não o ser. É um homem frontal nos juízos, o que denota bom carácter; e, para além do mais, um excelente filho que reconhece a grandeza do progenitor e tem nele muito orgulho.» Soube mais tarde que a minha opinião sobre o Dr. José Maria Caetano dera uma grande alegria ao progenitor.

Ana Maria dissera-me que ela e os irmãos insistiam com o pai para este se deslocar à Europa. Para a família tornava-se mais fácil um encontro em Paris, onde o filho João tinha residência, ou em Baiona, local de fácil acesso para os amigos portugueses que quisessem abraçar Marcello Caetano. Mas este mostrava-se renitente à ideia de deixar o Brasil. Nem o conselho dos filhos de que se impunha consultar um bom cardiologista em França o demoveu de abandonar por algum tempo a terra de exílio. Talvez um fundo orgulho, para que os seus adversários não proclamassem aos quatro ventos que ele andava a fazer turismo pelo mundo europeu. Certo é que a existência num clima de oscilações, como o do Rio de Janeiro, havia de perturbar seriamente o seu estado de saúde. Reconhecia-o em carta de 5 de Dezembro: *Tenho atravessado uma fase depressiva, efeitos talvez da instabilidade do clima desta transição para os calores estivais... fase má que se reflecte no meu trabalho.*

19. O ÚLTIMO NATAL NO EXÍLIO

Na noite de 3 de Dezembro informei Marcello Caetano do resultado das eleições intercalares, que à mesma hora estaria a conhecer por intermédio da rádio brasileira. A Aliança Democrática tinha obtido 124 lugares, a que deviam juntar-se os 4 dos círculos da emigração. O Partido Socialista perdera 30 lugares, ficando reduzido a 73, enquanto a união em torno do Partido Comunista subia de 40 para 47 deputados, com representação em Braga, Aveiro e Leiria e mantendo o domínio do Alentejo. A vitória da Aliança ficou aquém do prognóstico de 135 a 140 deputados, mas era o suficiente para assegurar um governo maioritário. Não obstante a mobilização existente, se houvesse aumentado a margem de abstenções, o que não teria acontecido?

No dia 5 escrevia-me Marcello Caetano, dizendo que atrasara a resposta a fim de conhecer o resultado das eleições. Como as encarava ele? *Todos os prognósticos davam como certa a vitória da A. D., só ficando na dúvida se conseguiria maioria absoluta ou relativa. De facto, conseguiu maioria absoluta, mas por uma unha negra. O que é tanto mais precário quanto é certo tratar-se de uma coligação onde, juntamente com dois partidos organizados, figuram os chamados «reformadores» cujo coração é socialista, e os monárquicos que não passam de uma anedota. A disciplina deste estranho conjunto será necessariamente frouxa, sem ter a amarrá-la uma ideologia comum. Daqui nascerá um governo de dez meses, forçado a agir em circunstâncias internas e internacionais extremamente delicadas, em que talvez não consiga um activo que o acredite para obter nas eleições seguintes a ratificação ampliada da confiança do eleitorado, mas que podem facilmente desgastá-lo aos olhos da opinião. O indigitado primeiro-ministro é uma incógnita como estadista: Deus lhe dê juízo e o inspire orientando-o no melhor sentido ...*

Marcello via, no entanto, com sérias apreensões, a escalada do Partido Comunista. Como interpretar o facto? *Apesar do repúdio da grande maioria do povo português, apesar do combate aberto em que se empenhou a Igreja, apesar da dispersão resultante do aparecimento de grupúsculos à sua esquerda, o Partido avançou, coeso, disciplinado, doutrinado, e conseguiu um milhão e cem mil eleitores com uma representação de quase cinquenta deputados. É inquietante. Mas receio que muita gente nova tenha votado nele, desencantada (com razão) com a democracia formal que lhe propõem. E até dos mais velhos contaram-me aqui adesões surpreendentes de pessoas que conheci legionários e bem fascistas [...] O P. C. é o partido dos não democratas? ...*

No fundo, Marcello Caetano fugia a uma pública tomada de posição sobre o assunto: *Evito pronunciar-me sobre as eleições portuguesas, pois não quero dar a sensação de que a A. D. tenha compro-*

missos comigo, ou com as ideias que represento. Porque frisava bem essa atitude? Com a sua habitual clareza, Marcello explicava: *Isso podia comprometer os novos governantes e levá-los até a tomar atitudes destinadas a marcar bem que nada querem com pessoas como eu ligadas ao passado. Não estranhem, pois, se algum daqueles a quem aqui tenho recusado comentários, dizendo que para mim o que é mau é o regime existente e esse por enquanto continua, cometer alguma indiscrição.* Para evitar deturpações do seu pensamento, Marcello Caetano entendia guardar dos sucessos políticos em Portugal a devida distância.

Uma semana depois eu também afirmava ao meu correspondente que o avanço comunista ao norte do Tejo era preocupante em termos de futuro. Se a Aliança Democrática não tivesse firmeza e bom senso a governar, pondo de lado os defeitos da partidocracia em que muitos se empenhavam, não conseguiria vencer as eleições de 1980. A vitória nas autarquias locais, que era esperada no domingo 17, podia ser o reforço da frente antimarxista com o apoio da voz dos municípios. Era minha opinião que Francisco Sá Carneiro estava a revelar dons de liderança que acabariam por o impor como um homem de Estado. Havia que dar tempo ao tempo, para ele poder comprovar no Governo as qualidades que ia mostrando à testa do seu partido.

No dia 12 de Dezembro fui ao Instituto de Altos Estudos Militares, a convite do general Manuel de Sousa Meneses, proferir uma conferência intitulada «Factores de unidade e divisão na história de Portugal». À palestra seguiu-se um diálogo com os alunos do curso para a promoção a oficial superior, em número de cinco a seis dezenas. Fiz uma larga explanação sobre o tema, mostrando as constantes temporais da nossa história que permitiram fortalecer o Estado português e projectar a presença nacional no Mundo. Em resposta a uma pergunta, creio que do tenente-coronel Barroco, tive o ensejo de afirmar: «Se tivessem ouvido a voz de um grande português, hoje injustamente no exílio, o Prof. Marcello Caetano, não teria havido 25 de Abril.» E expliquei que bastava aguardar mais um ou dois anos para que a política de autonomia progressiva e participada para o Ultramar desse os seus frutos. Se não deu, foi porque a campanha internacional antecipou o golpe que impediu a realização daquele desígnio. Recordo-me que alguns, mas poucos, jovens oficiais abandonaram a sala, mas que a grande maioria dos alunos concordou com a essência da exposição.

No Instituto encontrei o Prof. Armando Marques Guedes, que já não via há muitos anos. Assegurava ali o ensino do Direito Constitucional e, segundo me foi dado aperceber, com geral satisfação dos alunos. Falou-me ao almoço do antigo mestre e padrinho de casamento com palavras de respeito, lamentando que os acasos da vida não lhe tivessem permitido estreitar um convívio que muito o honrava.

Vi nele o sincero desejo de renovar esse contacto, mas com o receio de não saber como. Perguntou se me parecia delicado o envio para o Brasil de um livro de Direito que há pouco publicara, ao que respondi ser um gesto de consideração que não deixaria de calar fundo no ânimo do Prof. Marcello Caetano. Acrescentei nessa carta de 13 de Dezembro: «O Senhor Presidente julgará se a minha diligência foi ou não oportuna.»

A resposta de Marcello Caetano veio no dia 29 de Dezembro: *Não faço ideia de qual seria a reacção à sua evocação do meu nome no Instituto de Altos Estudos Mililtares. Torno a pedir-lhe que não se queime falando de mais de mim [...]* Aproveitava para agradecer a minha conversa com o Prof. Armando Marques Guedes: *Foi um discípulo que ajudei e patrocinei, mas procedeu ingratamente comigo. Mas nem por isso deixo de o recordar com boa lembrança. Sei que teve esse grande desgosto do filho, e claro está que, se ele me mandar o livro, o receberei com agradecimentos.* Não mais voltei a falar sobre o assunto com o actual presidente do Tribunal Constitucional, muito embora pense que a minha diligência não conduziu ao objectivo desejado.

No princípio de Dezembro tinha enviado o livro do Dr. Mário da Costa Roque, *As Pestes Medievais Portuguesas.* Este distinto médico e historiador, membro correspondente da Academia Portuguesa da História, dispensava uma alta consideração a Marcello Caetano. Para o facto muito contribuía a amizade fraterna que o uniu durante anos ao Eng.º Paulo de Barros, cunhado do antigo presidente do Conselho. Evoco hoje a sua memória com uma grande saudade, não apenas pela sua vasta cultura histórica, como pela finura com que marcava o seu convívio. As investigações do Dr. Mário da Costa Roque sobre a epidemologia medieval, muito em especial no que respeita à chamada «peste negra», constituem um ponto assente na história da medicina portuguesa.

Marcello Caetano assim o compreendeu: *Recebi o livro do Mário Roque que logo comecei a ler. Toda a parte que já li tem muitíssimo interesse e o que ele propõe como cronologia da marcha da peste de 1348 é muito aceitável. As correctas observações que faz ao que escrevi sobre o assunto em 1951 mostram-me mais uma vez como todo o cuidado é pouco na pesquisa e no aproveitamento das notas que dela se extraem.* Depois agradecia a minha diligência na obtenção dos estudos medievais do Prof. Humberto Baquero Moreno, catedrático da Faculdade de Letras do Porto: *Não sei se já lhe disse que recebi também as separatas do Baquero Moreno, a quem já agradeci. O rapaz tem muito valor e é documentado e arguto nas investigações. O meu amigo tem sido o diligente provisor da minha biblioteca com estes bons trabalhos recentes. Assim eu soubesse aproveitá-la!*

Na carta de 16 de Dezembro eu informava Marcello da vitória da Aliança Democrática, por larga maioria, nas eleições municipais da véspera. Certas zonas, como o Baixo Alentejo, mantinham-se cativas do poder comunista. Mas era notória a melhoria dos votos conservadores, ainda mais do que nas eleições intercalares. O país real parecia querer escapar ao domínio da esquerda, pelo que era ao nível autárquico que a grande reacção se começava a fazer sentir: «Vamos a ver como governam os homens que prometeram uma eficaz mudança na vida política nacional.» E exprimia-lhe depois o voto de que a Aliança Democrática levasse a bom termo a obra de reconciliação dos Portugueses, para que no Natal seguinte já Marcello Caetano pudesse estar em Portugal junto dos seus familiares e amigos.

Quinze dias depois agradecia penhorado: *No meio da lufa-lufa desta época, bem quereria eu guardar um bom pedaço de tempo para escrever a longa carta onde pusesse as conversas que consigo mantenho na imaginação [...]. Devo resposta às suas cartas de 13 e 16. Tive a alegria de ouvir a sua voz pelo Natal. Recebi a publicação do estudo sobre as relações luso-russas e a fotocópia encadernada das prelecções de R. Raimundo Nogueira [...]* Tinha depois Marcello uma expressão de grande ternura para comigo: *Não sei como agradecer esta amizade sempre presente na minha vida e sempre eficazmente actuante. De todas as compensações que tenho tido para as amarguras do exílio, o estreitamento da nossa amizade é a maior. Por tudo lhe dou graças.* Igual sentimento o podia também eu destacar.

Passara o mês de Dezembro a receber provas de apreço por parte de muitos amigos do Rio. O Prof. Pedro Calmon fizera questão de o receber em casa. No dia 7 fora-lhe dada a alegria de rever o jornalista Armando de Aguiar que, deslocando-se ao Brasil, lhe foi exprimir sentimentos de consideração. Os casais Eduardo José Brasão e António Rodrigues dos Santos foram mais uma vez estremosos, assim como o Dr. Albano Vaz Pinto Alves, que o visitou em companhia da filha [1]. Mas no dia 22 sofreu o grande desgosto de perder um dos maiores amigos do Brasil: o insigne jurisconsulto Pontes de Miranda, que não resistiu ao peso dos seus 88 gloriosos anos. O dia de Natal foi passado com a irmã D. Olga, os netos Gigi e Abel, recebendo os amigos inseparáveis D. Maria Adélia e Dr. Eduardo José Brasão e o afilhado Dr. Manuel Pedro Ribeiro da Silva. Mantendo a tradição da fidelidade, também o Dr. Rui Patrício veio à tarde fazer-lhe companhia. No dia seguinte era a vez do Dr. Luís Pacheco e D. Luísa Martinez subirem ao apartamento da Cruz Lima, para renovar a Marcello Caetano e a D. Olga sentimentos de amizade.

[1] Na agenda refere-se que foi convidado do Jockei Clube, com D. Dora de Carvalho e Reginaldo Sousa Aguiar. Esteve também na casa do Eng.º Horta Santos.

Na última carta de 1979 não deixava de tecer um comentário de ordem pessoal, mas de incidência política: *Do novo Governo pessoalmente nada quero. Não incomode o Diogo por minha causa. Façam eles alguma coisa pelo País e isso lhes acarretará a minha gratidão. Regressar a Portugal, não regresso. Já lá não tenho casa para morar, profissão para exercer, livros para estudar, e seria forçado a viver o País virado do avesso (mesmo com a A. D. não volta a ser o que foi), e a encontrar muita gente que prefiro não ver mais.* Com encoberta tristeza, acrescentava depois Marcello Caetano: *Além disso, não há mensagem política que me solicite, e todos os dias me incomodaria ver as referências falsas e injustas ao passado. Prefiro continuar no exílio.*

Neste estado de espírito acabou para Marcello Caetano o ano de 1979. Não se sentia mal de saúde: *A época, com suas nostalgias, é neurastenizante e a correria das boas-festas e presentes já me cansa muito.* Preocupava-o antes a saúde de D. Olga, a caminho dos 84 anos e com a saúde a debilitar-se: *Quanto a minha irmã, sinto que de ano para ano a idade vai pesando, vejo-a cansada e preocupo-me.* Mas estava no Rio o casal Clóvis do Couto e Silva e junto dos dois amigos iria ter uns dias de encontro feliz: *Chegaram agora de Porto Alegre uns amigos, um casal que quando lá vou me obsequeia imenso e que com gosto tenho acompanhado. Absorve-me o tempo, mas o seu convívio tira-me para fora de mim, o que é bom.* Mal sabia Marcello Caetano que aquele Natal era, infelizmente, o último que o destino lhe concedera passar no Brasil.

CAPÍTULO IX

CORRESPONDÊNCIA E CONVERSAS NO BRASIL
1980

1. O ÚLTIMO ANO DE VIDA

Não dispomos da agenda pessoal de Marcello Caetano de 1980, o que impede de seguir o seu dia-a-dia no ano em que veio a fechar os olhos. Temos assim de nos socorrer da correspondência então trocada e, para o período da nossa viagem ao Brasil, entre 15 e 23 de Agosto, das notas manuscritas que então coligimos. No ponto de vista humano, o nosso relato há-de pois ressentir-se da falta daquele precioso testemunho, que nenhuma outra fonte pode historicamente substituir.

No dia 8 de Janeiro acusava Marcello Caetano as minhas cartas de 31 de Dezembro e 2 de Janeiro: *Julgo que as anteriores estão respondidas e não estranhe esta dúvida, porque, com a irregularidade dos correios nesta quadra e a quantidade de cartas e cartões que tenho respondido, ando um tanto desorientado.* Eu informara-o de que Francisco Sá Carneiro fora escolhido para primeiro-ministro, sendo a pasta da Educação entregue ao Prof. Vítor Crespo. Deste afirmava que tínhamos relações cordiais e que, embora às vezes o achasse um despistado, seria capaz de pôr ordem na Universidade. Referia depois que para a pasta da Cultura se falava no Prof. Raul Miguel Rosado Fernandes: «Portou-se bem como reitor e tem vindo com os anos a ganhar maturidade. Não resolveu ainda a situação dos colegas afastados, mas não se poupa a esforços para que a justiça seja feita. É meu amigo de tu e sempre amável no convívio.»

Na segunda carta a Marcello Caetano não escondia a esperança, que animava largos sectores da opinião, no Governo prestes a tomar posse. Sentia-se que o novo líder trazia uma mensagem promissora, o que podia ser bastante ao fim de seis anos sem um projecto de governo, para o País se poder reencontrar como nação. «Mesmo o bom acolhimento que Eanes lhe dispensou em Belém não lembrará a história do tapete que os adversários gostam de puxar no momento oportuno?» Na minha carta deixei outras frases que não tenho dúvida em transcrever: «Espectáculo miserando foi o da Pintasilgo à saída de Belém, a vociferar contra a imprensa que lhe destruiu o *projecto político,* numa alucinada verborreia de coisas sem nexo e que me fez julgar que vivemos numa república de bananas. Desde o princípio do seu Governo que a considerei uma mulher hábil, terrivelmente perigosa pela demagogia verbal, mas não inteligente por lhe faltar o equilíbrio lúcido que define um verdadeiro estadista.»

Dir-se-ia que Marcello Caetano estava desinteressado da política portuguesa. Nas cartas desse tempo evita, tanto quanto possível, falar do assunto. No dia 16 de Janeiro dizia apenas: *Há dias veio o jornal com os últimos trilos da Pintasilgo e suas mentirolas no que toca à colaboração que me deu. R. I. P.* Como eu o tivesse informado da morte do padre António Joaquim Dias Dinis, religioso franciscano que

erguera os 15 volumes da *Monumenta Henricina,* o meu correspondente dedicou-lhe uma lembrança grata: *O padre Dias Dinis não era novo já, se a minha memória não falha. Foi um grande e sério trabalhador.* Depois, informava-me ter recebido uma carta muito amável do Dr. Álvaro da Silva Tavares, em que se falava do projecto do Dr. Valdez dos Santos para organizar e valorizar a Direita, dizendo que em breve lhe iria responder sobre o assunto.

Qual o conteúdo do pensamento de Marcello Caetano? Creio ser importante reproduzir o passo da mesma carta de 8 de Janeiro: *Antes de mais nada é preciso definir o que pode entender-se hoje, em Portugal, por Direita. Também aí se afigura necessário construir uma figura de «nova Direita» que não se apresente apenas como expressão de um sentimento saudosista, reaccionário e antitrabalhista. Eu em mais de um passo dos meus discursos expliquei que as minhas ideias participavam das ideologias da Direita (nacionalismo, autoridade, livre iniciativa no plano económico, conservantismo na moral) e da Esquerda (gosto do movimento, reforma de tudo quanto esteja errado ou seja caduco, aspiração de justiça social com apoio à melhoria de condições das classes trabalhadoras através da educação, da melhor distribuição da renda nacional, de eficientes serviços públicos, etc.).* E a concluir, numa síntese lapidar: *Não há nada na ideologia da Esquerda que uma Direita lúcida e renovadora não possa e não deva também apresentar no seu programa.*

No dia 21 teve início em Lisboa um colóquio com o patrocínio da Universidade Gama Filho, a colaboração da Universidade Livre e a representação da Universidade Católica Portuguesa. Do Rio veio uma delegação presidida pelo chanceler Paulo Gama Filho, os vice-reitores Ayrton Gonçalves e Wellington Pimentel, com outros professores da Universidade e o Dr. Leodegário de Azevedo Filho, em representação do ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portela. Uma das sessões teve lugar no salão da Academia Portuguesa da História, o que me deu ensejo de saudar a delegação brasileira. Sabendo que na Gama Filho ensinava desde 1974 o presidente de honra da Academia, a ele me referi com palavras de estima e consideração. A assistência teve uma expressão de simpatia quando escutou o nome de Marcello Caetano, tendo os jornais no dia seguinte dado relevo à evocação feita.

Marcello Caetano sentiu-se penhorado com a notícia, escrevendo a 30 de Janeiro: *Vi as manchetes dos jornais sobre a sua referência ao meu nome na nossa Academia e comove-me como no meio da conspiração do silêncio (que continua) dos meus pseudo-amigos, a sua voz continua a erguer-se corajosamente. Não sei se o «frisson» que diz ter sentido ao pronunciar o meu nome seria de aplauso ou de surpresa pelo atrevimento. Nem sei dizer-lhe quanto lhe estou grato.* Por esse tempo passou por Lisboa o director do Arquivo Histórico Nacional, Dr. Raul do Rego Lima, que a Academia da História

entendeu receber com o apreço devido à sua pessoa e obra, incumbindo-o também de, no regresso ao Rio, entregar a Marcello Caetano a mensagem amiga dos seus confrades. Na mesma carta, Marcello confessava: *Raul Lima veio contente daí e entusiasmado com a Academia da História e a sua obra cultural. É um bom homem e um bom amigo, sério, e que neste ambiente carioca do «deixa para lá» trabalha conscienciosamente.*

Também o Prof. Paulo Gama se avistou com Marcello Caetano desde a volta ao Rio de Janeiro. Vinha encantado com o acolhimento que lhe fora reservado em Portugal. O chanceler tencionava em Agosto seguinte, na sua Universidade, promover um colóquio sobre Camões. Deste projecto fui informado por Marcello Caetano, em carta de 6 de Fevereiro: *O colóquio durará 3 dias com 6 sessões: 2 para abertura e encerramento (solenes) e 4 para trabalho. Eu abrirei a 1.ª sessão de trabalho com uma conferência sobre Camões entre dois centenários (1880-1980), de carácter introdutório.* Depois de referir as manifestações sociais ligadas à iniciativa, Marcello fazia uma sugestão: *É meu desejo que, por iniciativa dos portugueses, o colóquio termine por uma homenagem ao fundador da Universidade, o velho Gama Filho, junto ao seu busto, em que fale o meu amigo ou outro visitante sobre «a obra que vimos e seu criador».*

Pouco depois noticiava-me a visita de um antigo aluno, o Dr. Virgílio de Magalhães, que de visita ao Rio o fora saudar, sendo portador de uma carta do sogro, o Eng.º António Branco Cabral, com quem Marcello há longos anos mantinha relações de amizade. A propósito das dificuldades que ia tendo para a revisão do seu volume da *História do Direito Português,* falava, na mesma carta, de um seu discípulo em Direito Constitucional, que nunca o referia nas suas obras. Referia-se muito concretamente ao Prof. Armando Marques Guedes: *Ao contrário de outros, como o Jorge de Miranda e o Marcello Rebelo de Sousa, que em seus livros recordam o seu mestre e a escola donde saíram e citam os meus contributos.* Em tom magoado, acrescentava depois: *Enfim, já não me surpreendem estas coisas, mas chocam-me sempre.*

2. UM NOVO ABALO DE SAÚDE

Desde a carta de 6 de Fevereiro tardou que eu recebesse notícias de Marcello Caetano, sempre tão pontual a acusar as minhas notícias. Chegou-se ao fim de Fevereiro sem que viesse a resposta à minha de 15 desse mês. Nela pedia a sua concordância para a comunicação prometida à Academia da História, onde no dia 11 de Abril se havia de proceder à leitura do trabalho. Eu sugeria o envio de um sumário de 30 a 40 linhas a distribuir pela imprensa, pois era nosso

desejo que o maior número dos seus amigos estivesse presente, a fim de transformar a sessão em homenagem pública. Interpretei o silêncio de Marcello Caetano como de ausência do Rio na época do Carnaval e não me inquietei com qualquer outra razão que estivesse na origem da falta de notícias.

Qual não foi o meu espanto quando no dia 4 de Março recebi o seguinte cartão de 29 de Fevereiro: *Duas palavras apenas para que não estranhe o meu silêncio e não se alarme com alguma notícia exagerada que por aí corra. Vim para esta casa de saúde em 13 de Fevereiro, para tratar uma pneumonia. Efeito dos antibióticos ou lá o que fosse, apareceu-me depois da cura uma inflamação da próstata que foi atacada pelos meios clínicos e mecânicos usuais. Não cedeu. Vou operá-la. A operação, segundo todos dizem, é fácil, só com um pós-operatório relativamente demorado. Desde que aqui estou não tenho escrito, e não sei quando poderei retomar uma actividade normal após o regresso a casa. Receberei sempre, porém, com grande prazer, as notícias dos amigos, especialmente as suas. Um abraço muito afectuoso e grato do seu muito amigo Marcello Caetano.*

Para além do risco implícito na intervenção, impressionou-me a caligrafia trémula, sinal de quem perdera temporariamente a elegância habitual da escrita. Ao Dr. Lopo Cancela de Abreu, antigo ministro da Saúde, haveria de fazer a sua história clínica como se médico fosse. Internara-se no hospital da Casa de Portugal para tratamento da pneumonia. Mas, uma semana depois, verificou-se uma dolorosa retenção de urinas, devido a hipertrofia da próstata, o que exigiu no dia 1 de Março a intervenção cirúrgica. Marcello Caetano explicava depois: *O pós-operatório é demorado e incomodativo. Nos primeiros dias tive 2 sondas e a soro (aqui usa-se por causa do clima e perigo da desidratação). Mas mesmo depois de me ver livre de tudo isso, não lhe dou novidade dizendo que a adaptação da fisiologia da bexiga à nova anatomia, com irregularidade urinária, é um tormento.*

Sem notícias suas, eu ia no entanto sabendo das suas melhoras. Marcello Caetano voltou a casa no dia 15 de Março, após um mês de internamento, e tudo parecia encaminhar-se para a desejada cura. No dia 20 disse-me ao telefone que se sentia quase restabelecido e assim o anunciei a amigos comuns, como os Profs. Francisco Leite Pinto e Artur Moreira de Sá, os Drs. Clemente Rogeiro e José Luís Esteves da Fonseca, o Eng.º António Branco Cabral e outros. Por carta desse dia comuniquei ter-se espalhado a notícia em Lisboa, de início com alguma inquietação, mas depois com a tranquilidade de o saber livre de perigo. A Academia da História logo aprovara um voto pelo seu restabelecimento, que pela mesma via lhe foi transmitido. Era, pois, uma questão de tempo para Marcello regressar à vida docente, tanto mais que o ano escolar só há pouco reabrira, e ao labor da investigação a que se entregava a tempo quase inteiro.

Por carta de 24 de Março dava-lhe a notícia da morte, no dia 16, do general Luís da Câmara Pina, que deixara uma grande saudade. Presidente da Academia das Ciências e membro conceituado da Academia Portuguesa da História, fora nos últimos anos, e não obstante a diferença de idade, um dos meus companheiros dilectos. Conheci uma boa parte de Portugal em viagens que me sugeriu e de que foi admirável companheiro, dizendo que um historiador não podia ignorar a realidade física nacional. A ele devia a revelação de dados geográficos, humanos e culturais do país real, tantas vezes ignorados por quem estuda o passado português. Buscando sempre o equilíbrio nas relações sociais, era cordato e amável, afectivo e civilizado. O general Câmara Pina morrera ignorando a doença gástrica que o minava, a menos que o ocultasse à boa maneira inglesa. Quando se lhe falava de saúde, iludia sempre a pergunta dizendo que a «figadeira» não andava a portar-se bem. Mas logo mudava de assunto, atalhando que a vida não depende de nós, mas de Deus: «Morreu de facto em grande unção, comungando diariamente e numa discreta despedida a tudo o que o rodeava.»[1]

Quanto a Marcello Caetano, mantinha-se vigiado por excelente equipa, que assim definia: *Um bom médico de clínica geral, o Dr. António Chibante, de descendência portuguesa; um bom cardiologista, o Dr. Hans Dobmann, filho de alemães; e um cirurgião urologista que tem fama de hábil e sabedor.* No dia 25 de Março as melhoras acentuavam-se, como o referia em carta desse dia: *O meu internamento e a situação pós-operatória produziram, entre outros efeitos, um de todo inesperado: perdi a firmeza da escrita e nem a assinatura me saía direita.* Assim sucedera, mas a nova carta prenunciava a recuperação feita nesse domínio: *Só agora começo a recuperar a possibilidade de escrever, esta é uma das primeiras cartas que redijo, e mais uma vez me arrependi de não ter a tempo adquirido o hábito de dactilografar.*

Depois, Marcello Caetano voltava a exteriorizar generosos sentimentos para comigo: *O que eu tenho para lhe dizer e agradecer, meu Deus! Nem sei se conseguirei evitar alguma omissão importante. Tenho de lhe manifestar uma vez mais a minha gratidão pelo seu interesse durante a doença (32 dias de casa de saúde e agora um pós-operatório demorado e enervante) traduzido por tantas maneiras confirmativas da amizade actuante que lhe mereço e que hoje constitui um dos mais preciosos dons da minha vida.* Sabendo, de facto, que tinha o vício da leitura, pois queria estar ao corrente dos livros de

---

[1] Sobre ele proferiu um notável elogio histórico o Prof. Mário Júlio de Almeida Costa, em sessão de 12 de Dezembro de 1980, da Academia Portuguesa da História. Veja-se também o nosso artigo «Evocação do General Luís da Câmara Pina», in *O Dia*, de 21 de Março de 1980.

interesse político e cultural que iam saindo, eu fiz chegar a Marcello várias obras: o IV volume do *Salazar,* de Franco Nogueira, o *Dicionário de Bibliografia Militar,* do general Francisco Martins de Carvalho, o último livro do Dr. José Timóteo Montalvão Machado sobre o Marquês de Pombal. E do meu amigo Prof. José de Pina Martins foi possível obter a expedição para o Rio das últimas publicações do Centro Cultural Português, de Paris.

A carta de Marcello Caetano, de 25 de Março, contém muitos dados que importa revelar. Antes de mais, a esperança em que vivia mergulhado de em breve retomar a actividade normal: *O episódio, além do mais, veio interromper o ritmo do meu trabalho que ia bem encadeado nas férias: agora nem pensar em comunicação para a Academia. Ela há-de surgir oportunamente. Vou reatar o trabalho universitário e de pesquisa, mas que atraso sofri!* Depois, pelo prazer que lhe deu ter recebido aqueles livros: *Neste meio onde tantas dificuldades tenho para obter instrumentos de actualização dos estudos históricos da minha predilecção, vale-me a sua vigilância aí ...* Mas pôr a vida em ordem não parecia à primeira vista um projecto fácil de realizar: *Na minha frente está um monte de correspondência que não sei quando me será possível responder. Peço-lhe que vá prevenindo os nossos amigos para não estranharem o meu silêncio.*

Tem interesse a notícia que me deu das obras já lidas ou em vias de o serem. Ficara contente por ter recebido o XVII volume da *Revista Portuguesa da História,* que o Prof. Avelino de Jesus da Costa lhe tinha mandado: *Li logo avidamente, assim como a separata do excelente trabalho dele sobre os mais antigos documentos escritos em português.* Passava em seguida à apreciação da obra do Dr. Montalvão Machado, *Quem Livrou Pombal da Pena de Morte*[1]. Este médico e historiador, que contava já 87 anos de uma laboriosa vida, definia Frei Inácio de São Caetano, confessor de D. Maria I, como o homem que obtivera o perdão régio. Da obra, escrevia Marcello Caetano: *Agradável resumo do que está dito sobre os últimos tempos do estadista, mas que não corresponde ao título, pois não prova que tenha sido quem diz que salvou o Marquês da pena de morte. Não só a condenação não passou de hipótese, como a pessoa que a teria evitado apenas é indicada por mera e frágil presunção [...] Mas, dada a idade do autor, o livro (que precisava de ter sido limado) tem inegável mérito.*

Marcello Caetano falava depois, com o maior apreço, do volume das actas do I Encontro de História Dominicana, que tivera lugar em Outubro de 1979 no Mosteiro da Batalha. Queria ser amável para comigo, ao referir o estudo sobre o nascimento da vila da Batalha:

[1] Edição da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1977.

Com que facilidade consegue tratar eruditamente o mais modesto tema! Muito obrigado por me ter mandado este excelente estudo em que aprendi praticamente tudo... Dizia-se ainda feliz com a opípara remessa das publicações do Centro Cultural Português, que lhe fora feita pelo seu director, o Prof. José de Pina Martins: *Além de tão excelentes obras, mandou-me também a magnífica tese sobre Pico de Mirândola, que o acredita como um dos maiores estudiosos do humanismo. Já lhe agradeci, mas sei que a si devo esta renovação de uma já antiga relação: primeiro foi com o poeta acobertado por pseudónimo, e que encorajei pelo seu talento literário, agora é com o historiador na posse plena de uma bagagem de cultura e de saber.* E logo acrescentaria: *Fico feliz por ter contribuído para que o Pina Martins tivesse sido em Paris o seu diligente continuador.*

Repito que a carta de Marcello Caetano, de 25 de Março de 1980, constitui um documento autobiográfico do maior valor. Sentia ele o veemente desejo de prosseguir os seus trabalhos, mas o espírito de luta já não era o mesmo de outrora. A intervenção cirúrgica abalara-o muito. Poucos dias antes fora visitá-lo o seu dedicado editor: *Esteve aqui o Fernando Guedes, que tenho sempre gosto em ver. Falámos da situação portuguesa, dos projectos editoriais da Verbo, muito do nosso amigo Veríssimo Serrão [...].* Fernando Guedes ouvira-o falar do único desejo que então o animava: o da doutrinação para fortalecer na juventude portuguesa um pensamento recto e são quanto ao futuro. Mas, quanto a ele próprio, estava prestes a depor as armas do combate: *Fernando Guedes chocou-se um pouco por não encontrar mais em mim o entusiasmo militante de outrora, a fé na reforma intelectual e moral que animou a minha vida de professor e até de político. É. Estou velho. Mas ainda dá para apoiar os que combatam o bom combate.*

Quando tudo fazia prever o imediato restabelecimento, no dia 27 de Março foi acometido de dores violentas que eram o sintoma evidente de uma orquite. Os médicos logo o tranquilizaram, dizendo ser caso corrente nas intervenções do género, mas que não havia qualquer perigo. Imobilizado e sujeito a um tratamento de analgésicos e antibióticos, assim passou uma semana sem melhoria aparente. No dia 4 de Abril enviou-me Marcello um cartão lacónico de profunda tristeza: *Hoje, sexta-feira da Paixão, cá estou sentado outra vez com a borracha de gelo, à espera que isto passe. E, entretanto, a regularização da função urinária, embora tenha feito grandes progressos, não foi ainda conseguida... Há quase dois meses doente, não me queixo dos sofrimentos, mas apenas da infinita maçadoria que tudo isto me tem causado. Coisas de velho!*

Não era mais benigno o seu estado de espírito na carta que me dirigiu a 8 de Abril. Marcello Caetano devia estar mergulhado em desespero, ele que sempre fora tão discreto ao referir-se ao seu estado

de saúde: *O destino parece ter querido pôr à prova a minha paciência e resignação e cá continuo imobilizado com uma orquite que dura há quase quinze dias e de que não vejo melhoras. Confesso o meu desespero: mas de que serve?* Mas não perdera ainda de todo a esperança de voltar a ser o mesmo: *O que me vale é a leitura, porque escrever só de manhã e pouco pela posição forçada a que me obriga. Vai para dois meses que estou sem saúde!* E numa lembrança grata do carinho que recebera com D. Olga durante a Semana Santa: *Calcula como passámos a Páscoa. Felizmente não faltaram os amigos que nos trouxeram todos os mimos possíveis!*

Enfim, dois meses e meio depois do internamento hospitalar, Marcello Caetano conseguiu vencer a grave crise. Sentia que perdera muito do seu vigor de outrora, mas já pudera regressar ao labor docente e ao convívio nas Academias, o que era para ele um motivo de felicidade: *Por mim cá vou melhorando, mas depois de um avanço rápido, o que resta, e chega para não me permitir uma vida 100% normal, caminha a passo de caranguejo com inesperados retrocessos ou acidentes. Em todo o caso já retomei os cursos na Universidade e a frequência do Instituto Histórico.* Dizia nessa carta de 20 de Abril que não podia passar sem as minhas notícias. A carta prometida para o dia 10 apenas seguira a 16 e chegara três dias depois: *Vi que a demora resulta do muito trabalho que o esmaga (e tanto lhe tenho dito que se concentre na* História *e deixe o resto para depois!) e não por motivo de doença ou grave contratempo. Laus Deo!* Marcello Caetano vencera felizmente a crise, pelo que novas esperanças se abriam no seu caminho.

3. UMA AFIRMAÇÃO DE FRANCO NOGUEIRA

À medida que os anos passavam, Marcello Caetano ia-se cada vez afastando mais da vida política, declarando que não tinha interesse pela situação que se vivia em Portugal. Não deixava de ter razão, tantas as mágoas e ressentimentos que fora acumulando nos tempos do exílio. Mas, por mais confidências que fizesse a esse propósito, nunca quis ou conseguiu libertar-se do bicho político, não por uma ânsia de participação activa que nele quase morrera, mas porque sentia a capacidade de formular os juízos que a sua longa experiência de governo lhe ditava. Não vou ao ponto de afirmar que Marcello Caetano se colocava na posição de oráculo da história. Mas não tenho hoje dúvida de que, abrindo-se como o fazia comigo, ele desejava assumir-se como consciência do tempo que lhe fora dado viver.

No dia 4 de Abril escrevia a propósito: *E ainda há quem me escreva a dizer que tenho grande papel a representar na política portuguesa, etc. Ilusões! A Portugal não tenciono voltar e a única coisa que*

penso que um grupo de intelectuais pode fazer é a doutrinação da juventude para livrá-la da sedução marxista e não deixar esquecer factos e princípios fundamentais. Ficara magoado com as referências que o embaixador Franco Nogueira tinha deixado no IV volume de *Salazar,* ao aceitar que em 1945 o chefe do Governo, em confidência ao Prof. João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), englobava Marcello Caetano na designação de «são uns garotos». Dizia-me não admitir que as suas intenções, palavras e actos fossem desvirtuados, pois o nível das relações que mantivera com o Doutor Salazar ficara registado na obra que lhe dedicara.

Impressionado com a veemência do seu protesto, inquiri do escritor Costa Brochado, meu amigo e confrade na Academia da História, se tinha informes a esse respeito. Como secretário-geral da Assembleia Nacional, recolhia ele muitas confidências do presidente do Conselho, que deveras o apreciava. Disse-me Costa Brochado que em 1958 ouvira do Doutor Salazar a seguinte frase acerca de Marcello: «Ele é o futuro e tem com ele a juventude.» Noutro momento o chefe do Governo confidenciara-lhe que, entre os políticos que o rodeavam, apenas tinha consideração intelectual pelo antigo ministro da Presidência. O meu interlocutor podia assim testemunhar que Salazar nunca teria sido capaz de proferir tal afirmação: «Era lá possível que o Doutor Salazar dissesse uma baboseira dessas sobre os seus colaboradores! Afirmar isso é desconhecer o perfil do homem e do estadista. E Franco Nogueira é um homem inteligente, trabalhou com o chefe do Governo, para saber que é assim.»

Esta informação foi por mim transmitida a Marcello Caetano, que, por carta de 20 de Abril, esclarecia: *Não sei se o Brochado exagera ao relatar o que o Doutor Salazar dizia a meu respeito. Só posso dizer que tive numerosas provas da consideração intelectual que me dispensava. Até em reuniões de Conselho de Ministros ou outras em que reagia com dureza às opiniões de alguns dos presentes que não lhe agradavam, ouvia depois com atenção as minhas nem sempre concordantes e expostas em termos pouco macios. Por isso não acredito que tenha dito ao Lumbrales após a reunião do Conselho que se seguiu às eleições de 1945: «são uns garotos», referindo-se aos ministros que, a pedido dele, se pronunciaram acerca das causas do inesperado levante oposicionista.* Depois, num acrescento de evocações pessoais: *E não foi como «garoto» que me tratou pouco tempo depois, aquando do falecimento de meu Pai, indo assistir à missa de corpo presente e incorporando-se depois no funeral, seguindo o féretro no cemitério a pé até junto da sepultura, só se retirando depois de tudo acabado. Nunca o vi fazer isso a mais ninguém.*

Tendo contado o episódio ao Prof· Francisco Leite Pinto, confirmou-me este que o presidente do Conselho tinha a maior consideração pessoal por Marcello Caetano. Numa visita que fez pelo ano de 1964

ao Forte de Santo António do Estoril, o antigo ministro da Educação sugerira a Salazar que este deveria, talvez, como chefe do Governo, indicar dois ou três nomes ao presidente da República para seus possíveis sucessores. O estadista respondera bruscamente: «Isso seria uma meia-traição ao chefe do Estado.» Mas logo se acalmou para acrescentar: «Ele sabe perfeitamente como deve agir e, se o julgar necessário, ouvirá conselheiros.» Teve depois um desabafo amigável com Leite Pinto: «De todos os meus colaboradores o que revelou maior preparação de estadista foi o Marcello.» E Salazar rematou a conversa, dizendo: «Mas, felizmente, há por onde escolher quando o chefe do Estado julgar necessário substituir-me.»

4. MAIS CONFIDÊNCIAS POLÍTICAS

O semanário *Expresso* publicara uma notícia em que se falava dos entendimentos havidos entre Marcello e o general Spínola. Alguém lhe enviou o recorte para o Rio, o que teve o dom de o irritar. Assim me fazia saber: *Quanto a essa baboseira, resolvi não desmentir mais coisa nenhuma. Sobre o assunto me pronunciei no* Depoimento *e nas entrevistas publicadas pela Verbo. Não posso passar o resto da vida a repetir as mesmas coisas por causa de plumitivos sem categoria nem escrúpulo.* Como no artigo se aventava a hipótese de o general vir a concorrer a Belém, Marcello Caetano era contundente no juízo: *A candidatura do Spínola seria o «fim da macacada»! Antes então o Eanes.* E como eu o informasse de que fora ao Palácio das Necessidades onde o Prof. Diogo Freitas do Amaral me pedira para lhe transmitir da sua parte votos de melhoras, Marcello Caetano responder-me-ia na carta de 20 de Abril: *Muito obrigado por ter transmitido as lembranças do Diogo.*

Nessa missiva encontro também uma reflexão sobre a vida política do Brasil, que interessa revelar: *A política, por aqui, continua confusa, mas parece que o Governo finalmente se convenceu que só há democracia quando existe respeito da legalidade. E no caso da greve política dos metalúrgicos de São Paulo agiu por fim com energia.* Marcello Caetano não parecia acreditar no êxito da política económica de Delfim Neto: *O pior é a situação económica com uma inflação crescente que as medidas do Delfim Neto ainda não travaram, nem sei se conseguirão travar, tão destemperadas me parecem, como se fossem uma série de murros na mesa dados ao sabor das irritações temperamentais. Não se vê um plano.*

Alguém enviou a Marcello Caetano o primeiro de uma série de artigos do Dr. Manuel José Homem de Melo, em que este radicava no antigo regime as causas próximas do deflagrar do 25 de Abril. Também o Prof. Veiga Simão, no n.º 1 da revista *Match Magazine,*

confessava ter entendimentos com o general Spínola antes do 25 de Abril, não negando que ajudara a elaborar o programa do I Governo Provisório. No jantar em honra de Spínola, que fora promovido ao marechalato, viam-se figuras ligadas ou que haviam sido apoiantes do regime deposto. Por tudo isto, Marcello declarava-se em 28 de Abril enojado da nossa política: *Das coisas portuguesas já nada me espanta: nem o marechalato de Spínola, nem a desvergonha do Simão, nem o pontificado do Homem de Melo, o mais corrupto político do tempo do meu governo, hoje cidadão brasileiro naturalizado. Todos reabilitados e chego a folgar por eu não o estar. Prefiro ser o réprobo do «fascismo» a andar em tais companhias.*

Por esse tempo informei Marcello Caetano de que a Aliança Democrática ia apoiar a candidatura do general António Soares Carneiro à presidência da República. Dizia-lhe que era voz corrente tratar-se de um militar com grande prestígio nas Forças Armadas. Não sendo uma pessoa comprometida com o 25 de Abril, talvez fosse portador da ideia de regeneração de que o País carecia. Mas a coligação da esquerda deixaria o general concorrer ou não lhe impediria a vitória no caso de a obter? Nos últimos dias vivera-se um clima de grande agitação social, com comícios, greves e confrontos. Também os oficiais e sargentos ligados ao 25 de Abril tinham obtido autorização para se reunirem num grande almoço que era susceptível de desestabilizar a situação política.

No dia 28 de Abril respondeu-me Marcello Caetano: *Da candidatura do general Soares Carneiro que lhe direi? O homem é excelente, mas a manobra do Sá Carneiro sempre me pareceu mal conduzida e temo que a A. D. se espalhe nas eleições presidenciais. Não o desejo, mas vejo a coisa como muito provável.* No dia 9 de Maio insistia no seu ponto de vista: *O general Soares Carneiro é óptimo. Apenas temo que a A. D. o tenha metido imprudentemente numa aventura de que quem poderá sair mal é o País. Vejo que o Sá Carneiro é nessas coisas mais autocrata que o próprio Doutor Salazar.* E já no dia de Santo António era ainda mais incisivo no seu parecer: *Continuo apreensivo com o futuro da A. D. e cada vez mais convicto do enorme erro que o Sá Carneiro cometeu ao romper, desde há anos, frontalmente, com o Ramalho Eanes, que até por amor-próprio é capaz agora de jogar tudo na reeleição. As cambalhotas da oposição não são em geral o melhor tirocínio para o Governo. Mas, apesar de tudo, torço pela A. D. ...*

Pouco antes eu dissera ao meu correspondente que crescia a olhos vistos a adesão à candidatura de Soares Carneiro. Para isso contribuíra o entusiasmo do primeiro-ministro, embora não fosse seguro que o conjunto da Aliança Democrática votasse no seu candidato. Também as análises políticas do Dr. José Miguel Júdice esclareciam a opinião pública sobre a necessidade de se cumprir a estratégia de

Francisco Sá Carneiro: «Uma Maioria, um Governo, um Presidente». No meu contacto com o general, ficara impressionado com a sua cultura política e poder de argumentação. Receava apenas que não houvesse tempo bastante para lhe criar um grande impacte junto da população. Ao meu ponto de vista respondeu Marcello Caetano em 22 de Junho: *Vou seguindo pela imprensa e pelas informações dos amigos a política portuguesa. Crèio que as perspectivas próximas não são muito tranquilizadoras. Oxalá o Soares Carneiro consiga o milagre de impressionar o eleitorado. Mas a posição do Eanes não deve ser desestimada.*

5. LUÍS VIANNA E JOSUÉ MONTELLO

Na correspondência desse tempo com Marcello Caetano, muitos assuntos de ordem pessoal ou de âmago cultural foram ventilados. Se é restrito o seu interesse para o leitor comum, a evocação tem cabimento por envolver pessoas de quem foi amigo ou por esclarecer factos a que esteve mais ou menos ligado. De qualquer forma, o testemunho de Marcello Caetano pode, em muitos aspectos, esclarecer o papel que teve na consolidação da amizade cultural luso-brasileira. O seu nome merece nesse domínio ser evocado com gratidão, pois foi Marcello extremoso amigo do Brasil e, ainda que longe, um excelente servidor da sua Pátria.

A Academia Portuguesa da História elegera o senador Luís Vianna Filho para suceder ao embaixador Rui Ribeiro Couto como sócio titular n.º 38 no quadro dos académicos brasileiros. Alta figura da vida política do Brasil, onde ao tempo exercia a presidência do Senado, o Prof. Luís Vianna tinha ainda a particularidade de ser no país irmão um dos mais nobres amigos da cultura portuguesa. Era um baiano de nascimento que se orgulhava das raízes ancestrais. Biógrafo eminente de Alencar, Machado de Assis e do barão de Rio Branco, quis também ligar o nome a uma *Vida de Eça de Queirós* que enfileira em lugar de honra na bibliografia queirosiana. Não podia assim ser mais feliz a decisão da Academia, ao escolher essa figura de trato primoroso e de grande afeição a Portugal como sucessor de outro lusófilo de craveira, o embaixador Ribeiro Couto.

Para a sua recepção académica fixou-se o dia 13 de Julho de 1979, mas os dias passavam sem que viesse a confirmação de Luís Vianna, sempre modelar no dia-a-dia do seu correio. Por carta de 15 de Junho pedi a Marcello Caetano para tentar saber a resposta do nosso confrade, o que fez uma semana mais tarde: *O Luís Vianna anda assoberbado com a presidência do Senado, em Brasília, onde a política está em ebulição. Haverá férias em Julho. Muita gente se tem queixado do silêncio dele. Vou-lhe escrever sobre o que me diz.*

Entretanto, veio a mensagem de Luís Vianna Filho a indicar o mês de Dezembro como o da provável vinda a Lisboa.

Mas em Novembro não chegavam notícias do senador, quando a Academia Portuguesa da História tinha já fixado o dia 13 de Dezembro para solenemente o receber. De novo solicitei os bons ofícios de Marcello Caetano para confirmar a viagem do nosso confrade no dia aprazado. No dia 2 de Dezembro escrevia-me ele: *O Luís Vianna não tem saído de Brasília, onde a presidência do Senado e do Congresso o tem absorvido quase as 24 horas do dia, nesta fase de política activa com reformulação partidária. Não consegui, pois, falar com ele. O Congresso fecha hoje. Espero que venha ao Rio nos próximos dias, mas estou convencido de que não se conseguirá efectuar a sessão no dia 13.*

Assim sucedeu, com efeito, tendo Luís Vianna admitido que a viagem a Lisboa pudesse ter lugar em Fevereiro ou, na melhor das hipóteses, na Primavera de 1980. Tudo se preparou para receber condignamente o ilustre visitante a 9 de Maio. Era intenção da Academia oferecer-lhe o colar de honra, em cerimónia para que altas figuras da vida política e cultural seriam convidadas. A 21 de Abril informei Marcello da chegada de Luís Vianna no dia 4 de Maio, como o próprio tinha anunciado: «É um homem afável e que, através do intenso brilho do olhar, deixa transparecer uma grande nobreza de alma. Luís Vianna é das pessoas que conquista facilmente amigos, por ser superior de espírito e generoso de coração.»

Em carta de 28 de Abril, confirmava Marcello Caetano a minha opinião: *O Luís Vianna é pessoa excelente e prestigiosa e um bom amigo. Tem sentimentos duradouros, está sempre ao nosso lado nas boas e más horas da vida.* Na sessão da Academia foi ele saudado em termos modelares pelo Prof. Francisco da Gama Caeiro, que se referiu à sua obra histórica e literária, e pelo Prof. Mário Júlio de Almeida Costa, que se debruçou na figura do homem público com altos serviços prestados ao Brasil [1]. O presidente da Academia pediu ao novo académico titular para ser portador de duas mensagens de amizade, uma para o presidente Austregésilo de Athayde, da Academia Brasileira de Letras, e a outra para Pedro Calmon, venerando presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A sua evocação de Ribeiro Couto constituiu um primor literário. O homem, o poeta, o diplomata e o amigo de Portugal vieram ao de cima na reconstituição biográfica que Luís Vianna traçou do seu antecessor na cadeira n.º 38. Foi uma sessão memorável e do seu eco dei notícia a Marcello Caetano em 13 de Maio, por carta de que fiz portador o nosso amigo. No dia 2 de Junho já acusava a recepção:

[1] Os três discursos vêm transcritos no opúsculo *Elogio do Dr. Rui Ribeiro Couto*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1982.

Folgo muito com o êxito de Luís Vianna: é um bom amigo meu e de Portugal, um homem inteligente, culto e bem educado. Não pude ainda falar com ele, pois só me telefonou no dia da chegada, para saber as impressões que traz daí. Dir-me-ia mais tarde que o nosso amigo voltou encantado com as muitas deferências de que fora objecto.

Pouco depois devia chegar a Lisboa o escritor Josué Montello, da Academia Brasileira de Letras. A sua vinda fora-me comunicada por Luís Forjaz Trigueiros, que providenciou no sentido de o autor de *A Coroa de Areia* ser recebido na Academia das Ciências de Lisboa. A 23 de Março do ano anterior fora também eleito para membro correspondente da Academia Portuguesa da História, tendo em consideração os seus estudos sobre *Os Holandeses no Maranhão* (1979), *D. Pedro I e a Independência do Brasil à Luz da Correspondência Epistolar*, além de ter planeado e dirigido a obra em 4 volumes, *História da Independência do Brasil* (1972). Muito estimado pelo seu bom convívio, Josué Montello tinha ainda como reconhecida qualidade a de ser um fervoroso paladino da unidade da língua que deve unir os dois países irmãos. Só que Josué Montello foi obrigado a alterar a viagem para o ano seguinte.

Marcello Caetano acusou a recepção da notícia em 28 de Abril, dizendo: *Folgo muito com a ida do Josué Montello. É um bom romancista e um homem culto.* Pudera já voltar à frequência regular do Instituto Histórico e Geográfico: *[...] onde sou rodeado de um ambiente carinhoso e amigo da parte de todos.* Nesse acolhimento destacava-se o amigo dilecto no Brasil: *O Pedro Calmon é um presidente hábil, verdadeiro amigo de Portugal e para mim como irmão.* E depois acrescentava sobre a vida cultural da instituição: *O Instituto continua a ter sessões para mim mais interessantes do que as da Academia, por esta se consagrar mais a figuras literárias. Nelas pontifica o Josué como grande senhor que mostra ser das letras brasileiras.* E, na verdade, continua Josué Montello a ser hoje uma das figuras cimeiras da inteligência do Brasil.

6. O INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

O regresso à actividade docente não me podia satisfazer o espírito, por não encontrar na Faculdade de Letras as condições de trabalho em que a deixara no ano 1974. Os alunos do curso de Áreas Regionais Portuguesas rodearam-me das maiores atenções[1]. Mas o ambiente escolar, com a degradação das instalações e dos móveis, não era de molde a proporcionar o meu regresso definitivo. Também o convívio

[1] Veja-se a referência que se deixou em *supra*, pp. 225-226.

com certos colegas não podia manter-se na esfera cordial de outrora, tão pesadas eram as sombras que se tinham projectado nas nossas relações. Por isso, assim que acabava as aulas do seminário, logo eu saía da Faculdade para não participar numa vida associativa de forte incidência partidária, e nem sempre consentânea com os interesses superiores daquela escola.

Neste estado de espírito, em 18 de Abril aceitei o convite do ministro da Educação, Prof. Vítor Pereira Crespo, para presidir à comissão instaladora do Instituto Politécnico de Santarém. Podia assim concretizar o velho sonho de dotar a minha terra de ramos de ensino superior, especialmente nos campos da ciência agrária e dos estudos humanísticos. A uma hora de Lisboa, a cidade de Santarém dispunha de um conjunto de potencialidades únicas (geográficas, históricas, agrícolas e culturais) para levar avante aquele projecto. Nem sequer faltava o apoio de um grande centro de investigação científica, na Estação Zootécnica Nacional, dirigida pelo Prof. Apolinário Vaz Portugal, catedrático de reconhecido prestígio nacional e além-fronteiras. A transformação da Escola de Regentes Agrícolas e da Escola do Magistério Primário, respectivamente em Escolas Superiores Agrária e de Educação, podia constituir vias promissoras para o lançamento do ensino politécnico na cidade e na província do Ribatejo.

Respondi ao ministro que só aceitava desde que o cargo não tivesse conotações políticas, porque me animava o puro ideal de ser útil à minha terra. Quis também a garantia de que não se tratava de ensino médio profissional, ao que respondeu que a lei em projecto encarava o Politécnico como ensino superior e conduzindo ao grau de bacharel. Assim, o cansaço próprio da idade permitia-me voltar às origens a que o meu coração sempre estivera ligado. O Prof. Vítor Crespo deu todas as garantias, incluindo as de que sugerira o meu nome às forças vivas da terra e nestas achara uma plena aceitação. Fixando-me em Santarém, ficava liberto de serviço docente e apenas com tarefas de administração, o que me permitia continuar a *História de Portugal*, de que o V volume estava já no prelo. De tudo informei Marcello Caetano, a quem não escondi a satisfação que a mudança para Santarém em mim provocava.

Respondeu-me em carta de 28 de Abril, mostrando compreender as razões apresentadas: *Congratulo-me por vê-lo satisfeito com a instalação dos estudos universitários em Santarém. No meu tempo a localização das novas Universidades obedeceu a parâmetros de que o computador deu resultados. Em democracia é difícil aos partidos resistirem às pressões locais e temo que dentro em pouco haja em Portugal uma densidade de escolas superiores semelhante à do Brasil com prejuízo da qualidade dos professores e do ensino.* Mais adiante Marcello Caetano acrescentava como que a compreender o meu interesse pessoal: *Mas no seu caso o que me importa é que esteja liberto*

do trabalho da Faculdade de Letras e possa consagrar-se mais à História de Portugal.

Recordava-se decerto da discordância que lhe manifestara em 1973 quanto à localização das novas universidades. Eu dissera então ao presidente do Conselho que a solução do computador era péssima, pois a abertura de um centro universitário não podia apenas depender de números, ao contrário do que defendia o ministro Veiga Simão. Seria errado erguer uma instituição de ensino superior numa determinada área, apenas porque nela havia uma população escolar numerosa. Com tal critério não tardariam a repetir-se os casos de massificação estudantil, contrários à boa implantação de faculdades, institutos e centros de dimensão escolar. Em meu entender (dissera-o em 1973 e insistia agora no mesmo argumento) eram as potencialidades de uma região e as suas infra-estruturas técnicas e pedagógicas que, juntamente com a colaboração de bons docentes, haveriam de atrair os alunos e num período de cinco anos erguer uma boa escola: «Não é com dados de computador que se criam universidades, sem professores e técnicos adequados. Pode haver alunos e as escolas não funcionarem, apesar de nelas se abicharem como catedráticos, a beneficiar dos mais variados subsídios, docentes sem nível nem currículo científico de valor.»

Já então eu confidenciara a Marcello Caetano de que passara o dia 12 de Maio em Santarém, a fim de visitar as futuras instalações do Instituto Universitário Politécnico, designação esta que a lei previra. Impunha-se ganhar tempo, pois a Escola Superior Agrária devia arrancar em Outubro de 1981 e a de Educação um ano depois. A cidade dispunha de boas instalações para o efeito, tanto na antiga Escola de Regentes Agrícolas como no complexo Andaluz. O ministro da Educação prometera outros núcleos de ensino, pelo que dentro de dois a três anos eu esperava ter criado as bases de um grande estabelecimento de ensino superior. Porque não a sonhada Universidade do Ribatejo? O bispo de Santarém ia pôr à nossa disposição o edifício seiscentista do antigo seminário, para nele se instalar provisoriamente a sede do Instituto. Em tom íntimo dizia a Marcello: «Sinto cada vez mais o chamamento da terra, pelo que vou fixar-me em Santarém. Lá desejo passar os últimos anos da vida, à sombra de uma pequena instituição onde possa fazer os meus livros e viver em paz. Ontem senti na Escola Agrícola uma sensação estranha: um magnífico complexo com internato, aulas, laboratórios, terra de produção, tudo isto no meio da Natureza e com a cidade ao longe, envolvido num ar saudável — uma espécie de ventura interior na busca de um Vale de Lobos por que há muitos anos anseio!»

Marcello Caetano dizia compreender o meu estado de espírito, tanto mais que me sentia exausto de corpo e de alma. Em tom paternal escrevia-me a 2 de Junho: *Fiquei inquieto com as notícias que dá da sua saúde. Tome cuidado. O meu amigo trabalha com doses*

e em ritmo que só um forte arcaboiço físico e mental pode aguentar. Repouse com mais frequência. Depois, refreando o meu entusiasmo, dizia: *Infelizmente não creio que o reitorado de uma Universidade, mesmo pequena e instalada na sua terra natal, possa proporcionar-lhe a desejada tranquilidade. Sempre foi difícil tratar com professores e aturar alunos: mas hoje em dia, com a onda de indisciplina que varre o mundo, ninguém, e nenhum lugar fica isento do contágio e ai de quem tenha de exercer funções de direcção! Não os invejo! É óptimo, porém, que tome a seu cargo a instalação, trabalho que lhe dá prazer, o distrai das fainas históricas e o levará com frequência à querida Santarém.*

.Na sua carta dizia-me ter aqui um colega de curso e que seu bom amigo fora sempre. Tratava-se do Dr. Virgílio Arruda, director do *Correio do Ribatejo,* semanário que pelos anos 30 herdara de seu pai, o jornalista João Arruda: *É uma pessoa de grande cultura e que tem especial talento para improvisar, tanto em escritos de belo poder evocador, como na arte da oratória em que já se impunha na Faculdade de Direito.* Marcello Caetano referiu-me que, a pedido de Virgílio Arruda, deixara dois ou três artigos da sua lavra, ainda jovem licenciado, no mesmo jornal. Com ele mantinha por carta boas relações, tendo ficado contente ao saber que Virgílio Arruda fora eleito membro correspondente da Academia Portuguesa da História: *Com a sua esmerada pena, sabe recriar ambientes e reconstituir os grandes personagens, nisso se assemelhando a Oliveira Martins. Recomende-me a ele por favor.* Assim o fiz com gosto, por ser eu há muitos anos um admirador de Virgílio Arruda, autor de uma obra histórica de merecimento sobre a cidade de Santarém e a província do Ribatejo.

7. A VIAGEM A BELÉM DO PARÁ

No fim de Abril enviei a Marcello Caetano um opúsculo que fora obrigado a redigir contra um crítico da *História de Portugal.* Tratando-se de uma análise construtiva, eu a teria agradecido ao seu autor. Mas este cometera uma abjecção de ordem cultural em relação à obra. Com juízos de valor sem nexo, mutilando frases inteiras, fazendo passar por erros as gralhas tipográficas, usando de tom chicaneiro na apreciação do livro e do seu autor, o meu contraditor violara os princípios de ética que devem reger a vida intelectual. Por isso não o poupei na minha arremetida, mostrando as falhas do seu processo crítico, abaixo de todo o nível científico [1].

---

[1] Joaquim Veríssimo Serrão, *Resposta a um Pseudocrítico da «História de Portugal»,* edição do autor, Lisboa, 1980.

Marcello Caetano não demorou em responder-me por carta de 9 de Maio. Assim via o caso: *Chegou a sua resposta e a sua carta de 5. Quanto ao pseudocrítico pertence a uma raça que prolifera nesse país de submedíocres que vivem parasitando o trabalho alheio e maldizendo dele. Deu-lhe o Veríssimo Serrão um bom correctivo, mas as intenções ocultas estão claras: desacreditar uma* História *que não vai na maré abrilesca. Os processos de procurar* coisinhas *e de truncar textos são conhecidos [...] e a movimentação por despeito pessoal está nas tradições da terra e da gente dela.* Animando-me para não dar importância de maior ao incidente, Marcello insistia: *Mas não se rale: a sua obra está muito acima disso tudo e, quer eles queiram quer não, vai ficar, e no plano de que ninguém pode tirá-la.*

Na mesma carta dizia-me ter sido convidado a proferir a oração do 10 de Junho na cidade de Belém do Pará. A colónia portuguesa insistira com ele, o que era bem grato ao seu coração. Sentia-se restabelecido do longo padecimento, pelo que havia uma presença a marcar junto desse brioso núcleo dos nossos compatriotas do Brasil: *Irei, se Deus quiser, fazer a conferência de 10 de Junho a Belém do Pará e está também em vê-lo-emos a participação num colóquio na Universidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul.* Bons projectos para um homem que voltara a sentir amor pela vida: *Não me apetece muito deslocar-me, mas tenho de combater essa tendência para o sedentarismo. Ainda não perdi o gosto de fazer coisas úteis.*

Passara por Lisboa o Dr. Baltasar Rebelo de Sousa, pelo que aproveitei o ensejo para o reunir com D. Ana Maria e o Dr. José Maria Caetano, estando também presente o editor Fernando Guedes. Durante o encontro falou-se muito de Marcello, podendo eu verificar a extrema dedicação que o casal Rebelo de Sousa consagrava ao amigo ausente. Pensei na ventura deste se pudesse ouvir a nossa voz. Assim sucedeu com efeito, como depois me confiou em carta de 2 de Junho: *Que grande alegria me deu o seu telefonema de há dias! Ouvir a sua voz, ter notícias directas suas e, ao mesmo tempo, escutar filhos e amigos! São coisas que só uma pessoa de generoso coração e delicada sensibilidade sabe fazer!* Podia Marcello ter afirmado que se tratava apenas de lhe fazer chegar a mensagem saudosa do nosso coração.

No início de Junho recobrara as forças e o moral. Além da conferência sobre Camões chegaram mais dois convites de Belém: um para falar no Conselho Estadual de Cultura e o outro na Faculdade de Direito. No dia 2 dizia-me confiante: *Estou felizmente restabelecido. Vamos a ver como me saio desta prova, porque ainda me canso com facilidade e o programa é puxado.* Como eu lhe tivesse comunicado que, numa viagem a Coimbra, ouvira aos professores Manuel Lopes de Almeida e Mário Brandão referências amáveis ao seu nome, Marcello acrescentava: *Folgo que o Lopes de Almeida e o Mário Brandão ainda*

sejam meus amigos. O L. A. nunca me mandou o II volume das Notícias de Portugal e Brasil *tiradas da* Gazeta de Lisboa. E como se anunciava a visita de João Paulo II ao Brasil, referia com certa graça: *Muita excitação com a próxima visita do Papa. Que resistência o homem tem! O programa daqui é de matar qualquer um!*

No dia 5 seguia Marcello Caetano para a cidade de Belém do Pará, onde foi hóspede do governador do estado, fazendo ainda as duas lições acima referidas. Durante seis dias recebeu as maiores homenagens, sendo saudado em sessão plenária da Assembleia Legislativa. Voltou ao Rio cheio de entusiasmo, como logo me referiu: *Estive estes dias em Belém do Pará, onde fui cumulado de atenções e rodeado constantemente de carinho e amizade pelos portugueses de lá, núcleo forte e unido, 100% do meu lado. Até à saúde me fez bem!* O discurso do dia 10 de Junho foi muito apreciado: *Saiu bem e desencadeou entusiasmo: a propósito de Camões defendi a obra colonizadora dos portugueses e terminei recordando o gesto dos portugueses do Brasil quando os governos revolucionários quiseram passar o dia de Portugal para 25 de Abril.*

Datando a sua carta do dia de Santo António, não escondia a ventura que lhe ia na alma: *Voltei feliz e remoçado. O clima do Pará, apesar de equatorial, é constante, e dei-me melhor nele do que me dou no do Rio*. Depois, fiel ao calendário da sua memória, não escondia um desabafo: *Faz hoje seis anos que comecei a morar neste apartamento, iniciando a minha vida brasileira. Seis anos já!* Soubera da ida ao Rio do ministro Pinto Balsemão, cuja visita não provocara qualquer entusiasmo na colónia portuguesa: *Aqui tive notícias da estadia do Francisquinho Balsemão, mas só pelos jornais. Bem pobre é a matéria-prima em Portugal, para se recorrer a tão medíocre mensageiro. Começam os embaixadores da cultura a ser recrutados entre os políticos, o que se me afigura negativo para a imagem do País.*

Mas passada a euforia da visita ao Pará, uma semana depois voltava Marcello Caetano a sentir os seus achaques. No dia 22 de Junho já referia com uma certa tristeza, como que a prenunciar que alguma coisa no seu estado não ia bem: *É domingo, desde que regressei do Pará tenho andado com uma bronquite que me trouxe complicações (como vê, isto está a desconjuntar-se...), e apetece-me conversar consigo.* Estava a quatro meses do fim e pergunto hoje se Marcello não teria o pressentimento disso. Mas logo afastava a ideia triste, para renovar as suas gentilezas: *Estou, aliás, em falta para consigo por não lhe ter agradecido a conferência sobre «Herculano e a fundamentação da História de Portugal». Excelente estudo como sempre, que li com proveito e deleite.*

Deixei de insistir com ele sobre a prometida comunicação à Academia Portuguesa da História, por verificar que Marcello Caetano não estava em condições de saúde para suportar esse esforço. Ele

próprio o reconhecia na mesma carta: *Quanto à comunicação, tenha paciência até eu me decidir, o que levará ainda algum tempo. Sabe que quando se escreve um livro de síntese, não sobra ocasião para desenvolver mais algum ponto menos conhecido ou obscuro: mas retêm-se as sugestões, para depois [...] Foi sempre escassa a minha colaboração nas academias e revistas científicas, porque quando me pediam um estudo eu não era capaz de sacar certo tema e de o tratar para aquele fim. Há mestres nisso! Por mim, as coisas calham quando têm de calhar, a matéria aparece nem eu sei como, e sou então servo dela.* Dizia estar ansioso por notícias, pois as cartas prometidas não chegavam: *É a hora de fechar a correspondência de hoje e ainda não chegou o correio do dia. Mas não esperarei mais. Vai a carta assim mesmo.*

8. A «HISTÓRIA DO DIREITO PORTUGUÊS»

Tendo reeditado as obras de Direito Administrativo e Constitucional, indiferente que dizia estar à política activa, no início de 1978 era cada vez maior o pendor de Marcello Caetano para voltar ao seu campo preferido de investigação: a história medieval. Deixara atrás de si alguns estudos fundamentais para a compreensão da nossa Idade Média, quer no que respeita à administração municipal de Lisboa de 1179 a 1383, quer no exame aprofundado das Cortes de Coimbra de 1385[1]. Mas outros trabalhos consagrara às antigas cortes, aos forais e a aspectos menos conhecidos da história jurídica e administrativa portuguesa dos séculos XII a XV[2]. No meio das preocupações do seu reitorado em 1962, coligira uma série de *Lições de História do Direito Português* (Coimbra, 1962), que obtiveram grande êxito livreiro e se tornaram uma obra de consulta de todos os medievistas.

Desde 1977 que bailava no seu espírito o projecto de refundir este pequeno livro, com o resultado de quinze anos de novas pesquisas e leituras. Nas horas vagas ia fazendo os seus impecáveis verbetes, servindo o qualificativo para designar que Marcello não redigia

---

[1] *A Administração Municipal de Lisboa durante a Primeira Dinastia (1179-1383)*, Lisboa, 1951 (2.ª edição, Lisboa, 1981). «As Cortes de 1385», in *Revista Portuguesa de História*, vol. V, Coimbra, 1951. O primeiro trabalho foi reeditado em 1981, por iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Lisboa e da Academia Portuguesa da História. Quanto ao segundo, vem agora inserido no volume de Marcello Caetano *A Crise Nacional de 1383-1385*, publicado por iniciativa da Editorial Verbo (Dezembro de 1984).

[2] *A Antiga Organização dos Mesteres de Lisboa*, 1942. «O Concelho de Lisboa na Crise de 1383-1385», in *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 4, Lisboa, 1953. *Subsídios para a História das Cortes Medievais Portuguesas*, Braga, 1963.

apenas fichas de referência, mas que as mesmas continham já a redacção a integrar no local mais adequado da obra. Ia-me pedindo livros e fotocópias, desejos que eu procurava satisfazer. Em carta de 10 de Setembro de 1978, podia desabafar: *A* História do Direito *vai caminhando muito lentamente. Não creio que possa estar pronta antes de um ano a dois. O livro espanhol sobre feudalismo peninsular interessa-me, embora eu, depois de muito escavar à roda do tema, creia ter chegado a uma posição bastante próxima do que deve ser. Agradeço o oferecimento da sua preciosa colaboração, que não cai em cesto roto.*

O ano de 1979 foi para Marcello Caetano o da realização dessa obra que veio a coroar, ainda que a título póstumo, a sua vida de historiador. Poucas são as cartas em que não refira o adiantamento da obra ou os escolhos que ia encontrando na sua pesquisa. Logo que no mês de Janeiro se libertou da pressão emocional em que o lançara o novo livro do general Spínola, dir-se-ia que Marcello encontrou novas forças para consagrar à sua obra dilecta. Pedira-me o fascículo das *Leges,* que faltava na sua colecção dos *Portugaliae Monumenta Historica.* Eu tinha obtido em Espanha um novo livro sobre o feudalismo, cujo autor já não recordo, que de pronto enviei a Marcello. Em carta de 24 de Janeiro agradecia a oferta: *Por sinal vejo que o autor perfilha a tese marxista. É curioso que o Marx tratou com o maior respeito e inteligência a Idade Média, e cada vez que leio* O Capital, *mais consideração tenho por ele e menos pelos marxistas.*

Depois, falava com íntimo fervor da obra a que tinha metido ombros: *«Bem ou mal já assentei as minhas ideias sobre o feudalismo em Portugal e procuro apoiar-me principalmente nos documentos, deixando de lado as opiniões.* Como que a prever o que fatalmente iria acontecer menos de um ano decorrido, acrescentava: *«Cá estou (e estarei algum tempo) às voltas com o século XIV e tenho história do Direito até ao fim da vida, se este não vier no meio do trabalho.* Sentia-se realizado no meio das suas pesquisas, ainda que não inteiramente satisfeito com os resultados já obtidos: *Vou sempre encontrando problemas novos. O original está alentado, mas se vier a acabá-lo terá de sofrer uma revisão global. É uma maneira de me* alienar *dos Spínolas, Cunhas, Tomases ...*

Marcello Caetano interrompeu depois o trabalho, por motivo da intervenção cirúrgica a que teve de se submeter no início de Fevereiro. No dia 13 já acrescentava: *Nesta convalescença trabalhei sobretudo na* História do Direito. *Ando num terreno difícil e pouco trabalhado. Mas dá gosto.* Passaram depois alguns meses sem que Marcello voltasse a dar notícias da obra. Eu dissera-lhe, entretanto, que a Academia Portuguesa da História tencionava reunir em volume os seus estudos dispersos sobre o período medieval. Em carta de 11 de Maio referia apenas: *Cá vou fazendo o meu* tricô *que é a*

História do Direito. *E como nela integrarei o essencial dos meus estudos monográficos, revistos, não vale a pena a Academia preocupar-se com a edição deles. Muito obrigado pelo seu amicíssimo interesse.*

Voltara ao trabalho febril, pedindo no dia 11 de Junho perdão do atraso de notícias: *Desculpe a demora — e o estado da minha cabeça! Mas quando trabalho em História, dá-me de vez em quando uma febre que não passa, enquanto não tenho certa pesquisa acabada ou certo assunto que estou a escrever concluído. E foi o que aconteceu na semana terminada em 9, mas tudo entrecortado por vários assuntos da vida corrente a que não pude fugir.* Mas de meados de Junho a igual período de Julho foi obrigado a uma pausa devido à preparação da conferência sobre a história das sesmarias que proferiu em Porto Alegre. Assim, depois do seu regresso, escrevia-me a 21 de Julho: *Vou ver se retomo o trabalho da* História do Direito *interrompido há quase um mês. Eu bem queria mergulhar nele a fundo, mas a cada passo tropeço em obstáculos, e depois a minha capacidade de trabalho está muito reduzida.*

No nosso encontro de Agosto de 1979 falou-me com entusiasmo do seu projecto. Marcello Caetano tencionava entregar o original no início de 1980. Também lhe disse que o editor Fernando Guedes se mostrara feliz por lançar a *História do Direito Português*. Em determinado momento Marcello segredara-me: *O Rio é um ambiente demasiado acolhedor para permitir o recolhimento de espírito que uma obra do género exige.* Mostrou-me então o plano da obra e as partes já redigidas, muitas delas com dados que nunca haviam sido objecto de estudo por parte dos nossos medievistas. Fiquei impressionado com a sistematização da obra, onde nenhum aspecto fora descurado. De Monte Real, a 7 de Setembro, informei Marcello de que falara no assunto a Fernando Guedes: «Impõe-se publicar o I volume logo que possível, para satisfazer os seus fiéis leitores e, sobretudo, pelo benefício que a obra traz à nossa cultura.»

No dia 5 de Outubro desse ano de 1979 dava-me Marcello Caetano uma grande notícia: *Terminei o rascunho do 1.º volume da* História do Direito Português, *e agora voltei ao princípio para rever o original, dar-lhe unidade e coerência e completar quanto possível o texto e a bibliografia.* Para depois dar mostras de uma certa insatisfação: *Mas logo dos capítulos iniciais, em que tinha aproveitado muita matéria anteriormente escrita, fiquei descontente e me propuz remodelá-los. Só que sofro de duas insuficiências: dificuldades de bibliografia (para o período romano, visigótico, árabe, não sei o que se publicou de novo concernente ao Direito Público, de há dez anos para cá) e de troca de impressões (não há aqui com quem conversar sobre esses assuntos, para debater um problema, discutir um método, esclarecer uma dúvida)...*

Sentira, pois, a necessidade de proceder a algumas remodelações no texto, antes de mandar o original para Lisboa. Marcello Caetano reconhecia a desactualização de informes, por motivo das condições em que erguera o seu trabalho: *Embora seja um livro didáctico (assim o concebo), queria que ao menos não saísse desactualizado.* Lamentava a falta de contactos no seu campo de estudos: *Dos meus antigos assistentes de Lisboa, o Nuno Espinosa não sei se continua interessado na* História *e deixou de me dar notícias há quatro anos. Quanto ao Rui de Albuquerque, que possui uma boa cultura, é um tipo de historiador completamente diferente do meu.* Quanto tempo levaria Marcello a proceder à revisão do texto?: *Enfim tenho pano para mangas!*

À carta de Marcello Caetano respondi em 14 de Outubro dizendo para publicar o volume como o tinha redigido: «Não seja escravo do princípio de que o óptimo é inimigo do bom.» Quanto à bibliografia jurídica, eu mandaria todas as referências de que ele carecesse. Mas dez dias depois, com a sua consabida honestidade intelectual, Marcello insistia: *Vai levar muito tempo a aprontar este volume da* História do Direito, *para publicação. O que escrevi foi o rascunho, a tela de fundo, tecida principalmente sobre os documentos. Agora estou a ver desde o princípio o que está feito, de modo a uniformizar, completar, acrescentando com leituras refeitas ou novas o aparato crítico ou o estado das questões.* Esclarecia depois quanto à essência do seu projecto: *Este volume só trata de fontes e instituições de Direito Público: o Direito Privado fia mais fino e ficará para depois (ou para outra pessoa). Não tenho pressa.* Havia nestas palavras um sentido de previsão, pois do II volume deixou apenas o esboço de um capítulo, que merece também um dia ser divulgado.

No dia 20 de Novembro pedia para lhe obter umas fotocópias: *Não lhas peço a si, porque quero pagá-las e temo ter de discutir consigo.* Precisava também que lhe localizasse algumas espécies a fotocopiar, entre elas os estudos de Direito Pátrio do Dr. Ricardo Raimundo Nogueira, de que tinha certa urgência[1]. Os dois trabalhos foram sem demora enviados para o Rio. No início de Dezembro passou Marcello por uma fase de desespero com o seu original: *Como lhe disse, tenho atravessado uma fase má que se reflecte no meu trabalho. Escrever história da Idade Média no Brasil, sem ter com quem debater um problema ou esclarecer uma dúvida, é um tormento. E na revisão a que comecei a proceder da primeira versão do I volume da* História do Direito, *só me surgem dúvidas, perplexidades, hesitações.* Manifestando depois uma patente falta de confiança, acrescentava: *Temo que*

[1] «Prelecções de Direito Pátrio», 1858, e «Prelecções de História do Direito Pátrio», na revista *O Instituto,* Coimbra, 1866.

o destino deste original seja o fundo de uma gaveta. Nem ao menos aqui há revistas onde possa testar-se um ou outro tema versado.

No penúltimo dia do ano, Marcello Caetano respondia ao meu convite para preparar uma comunicação à Academia Portuguesa da História, sobre matéria nova do seu livro. Eu próprio me propunha fazer a respectiva leitura: *Tenciono, para corresponder ao seu amigo pedido, preparar uma comunicação sobre «O problema do Feudalismo em Portugal. Estado da Questão». Vamos a ver como sai.* Já então recobrara ânimo para rever o original da obra, com o qual dizia não estar satisfeito: *Cá vou trabalhando como posso na* História do Direito Português, *mas a revisão da Idade Média vai demorar.* Nesse estado de espírito chegou ao fim de 1979, em que as obrigações da quadra festiva o forçaram a uma paragem no trabalho, como referia em carta de 8 de Janeiro seguinte: *Há quanto tempo não consigo escrever mais nada! Nem mexer na* História!

Mas, já entrado o novo ano, o seu estado de espírito continuava a não ser o melhor para o lançamento da obra: *A* História do Direito Português *não avança porque voltei, como lhe disse, ao princípio para reescrever algumas páginas e acrescentar muita coisa. As leituras que estou fazendo (em geral refazendo) forçam-me a reflexão e suscitam-me escrúpulos que não são fáceis de vencer.* Também começara a ter dúvidas quanto à oportunidade e valor do tema da comunicação proposta para a Academia de História. Valeria a pena ou não se afigurava de maior interesse outro assunto? *Espero poder mandar-lhe a comunicação para a Academia até Abril, mas só quereria dar-lhe a certeza depois de a ter concebido — e até depois de estar certo de que não mudo de assunto ...*

A propósito do V volume da *História de Portugal,* eu aceitara a sugestão de Marcello de não intitular o período de D. Pedro II e D. João V de «Absolutismo», mas com rigor de «Monarquia Absoluta». Disse-me em carta de 24 de Janeiro que meditara no caso, já a pensar no II volume da sua *História do Direito Português.* E depois acrescentava como proposta de trabalho: *A questão daria uma boa conversa. O* absolutus *latino donde o termo português proveio significa solto, livre de peias. E desde que deixou de haver reuniões de Cortes, não houve mais limitações do poder real, embora os juristas da época pombalina se tenham esforçado por provar que as Cortes não tinham autoridade própria, apenas submetendo sugestões e pedidos à consideração régia e respondendo em matéria tributária às solicitações do monarca.* Daí a conclusão que Marcello entendia dar ao assunto: *Verdadeiramente a doutrina do regime absoluto aparece em Portugal com Pombal e a* Deducção Chronologica *(toco no caso nas primeiras páginas das* Constituições Portuguesas*).*

Mas perante os escrúpulos do autor, o manuscrito esperava a hora propícia de ser enviado ao editor. Ia entrar o mês de Fevereiro

e não se via da parte de Marcello Caetano a vontade expressa de o fazer. Dir-se-ia que fora atacado pelo bicho da timidez. Em carta de 30 de Janeiro referia: *Cada vez tenho menos pressa em publicar estudos de história, sobretudo a medieval. E por este caminho ainda acabo por deixar um livro ... póstumo.* Talvez, bem no fundo de si próprio, adivinhasse que isso podia acontecer. Também não se definira ainda quanto ao tema de comunicação na Academia: *A questão não é de redacção. Pensei que poderia dizer alguma coisa de novo (se não, não vale a pena), mas tenho trabalhado muito no tema nos últimos tempos e acabo por concluir que o Gama Barros e o Merêa têm razão. Se não sair disso, terei de mudar de assunto.* Marcello queria assim esclarecer que começava a ter dúvidas quanto à sua tese de que houvera regime feudal no nosso País, ainda que com um estatuto específico aos reinos onde decorrera o processo da reconquista cristã. A sua carta era de molde a fazer pensar que já preferia a solução do regime senhorial como sendo o que vigorara em Portugal.

A partir de Fevereiro, deu Marcello Caetano um novo impulso à obra em gestação. No dia 6 de Fevereiro podia confirmar o seu labor: *A minha* História *vai devagar, não que eu não trabalhe bastante nela, mas porque estou refazendo capítulos inteiros. Pelo que respeita ao feudalismo, espero poder mandar-lhe a comunicação prometida.* A nova operação a que foi sujeito em 15 de Fevereiro e que implicou um longo restabelecimento, fez com que o projecto sofresse mais delongas. Já se referiu a visita que o editor Fernando Guedes lhe fez ao redor de 20 de Março, para estudar as condições da edição. Só depois de estar restabelecido, Marcello Caetano voltou à revisão do original com o desejo veemente de a terminar em breve.

Assim me informava em 22 de Abril: *Eu voltei à minha* História do Direito *e nos últimos dias redigi o parágrafo sobre o Condado Portucalense e a natureza jurídica da sua concessão, revendo quanto tem sido dito a tal respeito. Não será a última palavra, mas talvez não seja uma palavra insensata ... Reli a propósito os escritos do Torquato de Sousa Soares sobre o conde D. Henrique, que não me satisfizeram de todo. Este regresso ao trabalho de pesquisa considero-o um passo importante na normalização da minha vida.* E com um sentimento de esperança incontida: *Vamos a ver se me ponho bom de todo!* Na carta de 9 de Maio a mesma ânsia de ver o livro publicado: *Eu tenho trabalhado agora muito no I volume da minha* História do Direito *que está tomando forma e figura ... Não é obra perfeita, mas avança dois passos sobre o que há. É altura de pensar na edição, que penso deva ser luso-brasileira ...*

Por carta de 2 de Junho eu insistia com Marcello pela publicação da obra. Não devia ele ter receio das críticas que pudessem surgir, pois a *História do Direito Português* teria bastante robustez científica para se impor como um grande manual. Se o volume saísse no Natal,

que belo presente para a cultura e para o País! E na resposta de 22 de Junho, era a vez de Marcello Caetano anunciar a boa nova: *Estou a dar a última demão no que me parece que será o 1.º volume da* História do Direito Português. *Não estou satisfeito, mas em todo o caso creio valer o «imprimatur».* Afirmava-o com manifesta convicção, sinal de que vencera a crise de incerteza em que a feitura da obra o fizera viver.

Enfim, chegou ao fim da sua longa cruzada. Estivera no Rio o seu dedicado amigo Dr. Júlio Evangelista, por cujo intermédio a 10 de Julho remeteu à Verbo a primeira parte do original. Dizia-me então: *Assim aliviarei o meu amigo do peso total e ao mesmo tempo permito que a Verbo faça os ensaios gráficos que poderei examinar consigo em Agosto.* Marcello Caetano sentia-se feliz por ter concluído a obra que considerava dilecta da sua vida. Em 22 de Agosto coube-me trazer para Lisboa o resto do texto do I volume. Neste faltavam apenas a introdução, o quadro das abreviaturas e os índices finais. Tudo foi entregue a Fernando Guedes, que logo envidou esforços para que a *História do Direito Português* saísse por ocasião do Natal.

Mas ocorreu, entretanto, a morte inesperada de Marcello Caetano, o que atrasou a correcção das provas tipográficas, além de ter imposto uma paragem no ritmo da composição. Tudo se fizera para lhe dar a alegria de ver o livro em letra de forma. Que belo coroamento para a sua vida de grande trabalhador da cultura pátria! Não o quis o destino, que também nesse ponto foi implacável para Marcello Caetano. Mas teve na portada do seu livro a homenagem que lhe era devida, nas palavras que Fernando Guedes lhe consagrou: «a morte encontrou-o a trabalhar para a cultura portuguesa».[1] Viria a ser a única obra póstuma do grande historiador e universitário, cuja vida constitui um exemplo de quanto valem o estudo e a probidade ao serviço da inteligência nacional.

9. SOBRE A VISITA DE JOÃO PAULO II

O mês de Julho de 1980 foi ocupado em correspondência assídua, sobre assuntos pessoais ou correntes. Estivera em Lisboa o historiador Marcos Carneiro de Mendonça, autor de uma obra estimável sobre o Marquês de Pombal e o Brasil. Parecera-me envelhecido, mas ainda com lampejos de entusiasmo quando se referia à obra portentosa de Sebastião de Carvalho e Melo. A Academia da História recebera várias sugestões no sentido de galardoar Marcos de Mendonça como membro correspondente. Indaguei do amigo o que pensava do assunto,

---

[1] Marcello Caetano, *História do Direito Português*, vol. I, Fontes-Direito Público (1140-1495), Verbo, Lisboa, 1981.

ao que respondeu: *Apesar dos anos, é um trabalhador infatigável que conhece no Brasil, como poucos, o século* XVIII. Foi assim possível, no dia 20 de Junho, proceder à respectiva eleição. E Marcello referia em carta de 14 de Julho: *Dei ao Marcos a notícia da eleição: ficou muito feliz e vaidoso.*

Na mesma carta agradecia o texto da saudação que eu fizera ao general Luís da Câmara Pina, aquando da sua recepção na Academia Portuguesa da História [1]. Falecera este em 16 de Março, conforme eu noticiara a Marcello Caetano, que assim se lhe referiu: *No ocaso da vida, teve a sorte de se dedicar à história militar em que deixou boas amostras do seu talento. De futuro, a imagem que dele ficará para quem não conheceu o Luís foi a que o meu amigo dele traçou com ternura e mão de mestre.* Um mês depois perguntar-me-ia qual o candidato da Academia para a História militar. Respondi que pensávamos no coronel Carlos Gomes Bessa, com trabalhos de valor no campo da história contemporânea. Sobre ele não teve dúvida Marcello Caetano em formular o seguinte juízo: *É um militar brioso, com um grande sentido da ética e que vivia para a carreira das armas com espírito de missão. Mais um oficial distinto que o 25 de Abril injustamente ofendeu na sua dignidade e patriotismo.*

O semanário *Expresso* tinha reproduzido a entrevista que Marcello Caetano concedera a uma revista do Rio de Janeiro. Causou bom efeito a moderação das suas palavras e, ao mesmo tempo, a lucidez com que examinava os graves problemas do País. Na sua resposta de 14 de Julho, Marcello confirmava: *Cada vez detesto mais falar sobre coisas portuguesas. Mas tenho pena de não poder comentar a parte da conferência do Ramalho Eanes consagrada à crítica da situação anterior ao 25 de Abril. Que série de dislates, que exibição de estupidez!* Que afirmações proferira o presidente da República, para merecerem tão severo juízo? *Que o rapaz não saiba certas coisas, a começar pela função das reservas de ouro e de divisas, não me admira porque não se ensinam no curso de comandantes de companhia, que creio ter sido a mais alta instância cultural em que buscou ensino. Mas admira-me que, tendo à sua roda tantos assessores, nenhum o tivesse avisado para não fazer tristes figuras.* E Marcello concluía de forma contundente: *Ele conta, está claro, com que ninguém lhe responda. Em democracia a asneira é livre, viva a liberdade de asnear!*

Creio ter valor histórico o testemunho que emite sobre a visita do Papa a terras do Brasil e o problema das relações da Igreja e do Estado. Sobre o primeiro aspecto diria: *Por aqui andou o Papa em longa e fatigante peregrinação. O homem é simpático e o prestígio do Padre Santo mobilizou por todo o Brasil multidões incríveis de*

[1] *Revista Militar*, n.º 6, Junho de 1979, pp. 293-300.

católicos locais, que são ao mesmo tempo espíritas e umbandistas, e não se julgam obrigados na vida à coerência com os princípios cristãos. Fez dezenas de (longos) discursos sobre todos os assuntos do Céu e da Terra [...] O meu correspondente havia de acrescentar ao seu depoimento: *A mim parecia-me que do que o Brasil precisava, na visita de um chefe espiritual, não era de discursos, porque esses, com mais ou menos molho social e cristão, toda a gente faz no Governo e na oposição: era de milagres!*

Quais, porém, os resultados imediatos da visita papal? Marcello Caetano assim o dizia na carta: *João Paulo II falou no Nordeste sobre a seca, a miséria do povo, os deveres do Governo para com aquela pobre gente ... Certíssimo. Mas se um seu gesto taumatúrgico dele fizesse chover, isso sim, é que era original ... e bom! Continuamos no reinado do «é preciso», mas todos descarregam sobre os Governos o encargo e a responsabilidade de fazer. Encurtar as distâncias de rendimentos entre ricos e pobres, todos queremos, mas a Igreja condena que se diga a um caboclo que não deve pôr dez filhos neste mundo, com total irresponsabilidade e tendo de repartir pela famılória faminta o magro salário que do seu pouco produtivo trabalho aufere. Então o Papa devia fazer o milagre de tornar infecundos os pobres, ou conseguir aumentar os salários desproporcionadamente à produção e sem reflexos na inflação, mas ajustando-os ao número de filhos, mais do que o ridículo abono de família que aqui se paga ...*

Marcello Caetano abordava matéria candente do mundo social, a propósito da visita de João Paulo II: *Tudo isto se insere nas relações difíceis e cada vez mais delicadas entre a Igreja e o Estado. Devia ficar para o Estado o encargo de encontrar e pôr em prática soluções concretas para os problemas sociais e, para a Igreja, a insistência junto de Deus pelas preces, etc., para que venham milagres [...]* Com velada ironia, acrescentava sobre a acção dos prelados: *Se os bispos fazem sermões iguais aos discursos dos políticos e não conseguem nada do Céu, ficará tudo na mesma, ou pior. Ao menos podiam tentar modificar a natureza dos homens, porque os indivíduos não podem ser irresponsabilizados pela sua sorte e da sociedade a que pertencem...* Marcello concluía assim a sua visão do problema social brasileiro: *Enfim, a passagem de João Paulo II por aqui foi comovente, mobilizadora e rumorosa, mas receio que a seguir fique tudo na mesma — ou pior.*

10. MAIS CONFIDÊNCIAS E DESABAFOS

Noticiara eu a Marcello Caetano o convite que me dirigira o dirigente do C. D. S. Luís Beiroco, para aceitar fazer parte da lista de candidatos a deputados por Santarém. Respondi-lhe que nem

como independente podia anuir ao desejo. No dia em que o antigo chefe do Governo pudesse voltar com todas as honras ao nosso País, então seria possível encarar uma hipótese do género. E acrescentava: «Enquanto se mantiver o injusto exílio a que o votou uma execranda lei do gonçalvismo, que a legislatura que agora terminou não teve coragem para revogar, não posso nem quero participar na vida política. Mantenho-me no campo doutrinal, na defesa dos princípios em que formei a minha consciência de cidadão e de português. Mas apenas isso.»

Em carta de 24 de Julho agradecia a posição tomada: *Muito apreciei a carta ao Luís Beiroco (não sei quem é) escrita com a verticalidade, o desassombro e a amizade que são apanágio da sua personalidade.* A três meses da morte, era grande a sua amargura pela manutenção do exílio a que o tinham condenado: *Da política daí só sei que o futuro me inquieta. Continuo firme na resolução de não regressar e de não pedir a aposentação facultada a requerimento dos demitidos «em processo disciplinar ou em resultado de condenação definitiva em processo criminal».* Numa afirmação de orgulho, Marcello Caetano afirmava: *Não é o meu caso. Um Governo decente o que tem a fazer é reintegrar-me sem eu pedir e aposentar-me por limite de idade. Mas não darei um passo para isso.*

Lembrava-me que em 1974 tinha confiado ao Prof. André Gonçalves Pereira um requerimento a solicitar a aposentação. Alegava, para o efeito, ter reunido as condições legais de 47 anos de serviço público. O antigo discípulo fez entrega do documento na Faculdade de Direito, mas com as perturbações que ali ocorreram o papel foi sonegado por quem tinha interesse nisso. Marcello Caetano sentiu-se magoado com a pouca atenção que o Prof. Gonçalves Pereira dera ao assunto. Entretanto, com a execranda lei do gonçalvismo, entendeu, por uma questão de dignidade, não insistir com novo requerimento. Assim, a partir de 1976 repudiava qualquer pedido do género, considerando que a justiça não se mendiga, pois cabe a um Governo honesto respeitar os legítimos direitos dos cidadãos.

Pouco antes eu tinha dado a Marcello Caetano a boa notícia de que o Eng.º Nuno Abecasis prometera à Academia de História a cedência da parte restante do 1.º andar do Palácio da Rosa. Tal facto permitia o alargamento das instalações, com espaço bastante para um salão de actos, gabinetes de trabalho e a eficiente montagem da biblioteca. Havia apenas o problema do restauro dessa zona do edifício, que se encontrava na maior degradação. Mas no acto de encerramento do ano académico, estivera presente o Dr. José de Azeredo Perdigão, que prometera para o efeito o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. A caminho do cinquentenário da restauração, a Academia Portuguesa da História estava em vésperas de possuir uma sede condigna, assim se realizando um dos velhos sonhos da instituição.

Disse ainda a Marcello que no dia 19 de Julho eu fora a Guimarães participar da homenagem que a cidade prestou à memória do Eng.º Duarte do Amaral. Foi uma grande manifestação de saudade para com um homem que trouxe sempre no coração a terra natal. Fiquei impressionado por Diogo Freitas do Amaral, apenas com 39 anos, ter já os cabelos embranquecidos, sinal evidente das muitas precupações da vida: «Já compreendeu decerto como é difícil a arte de governar, sobretudo em democracia, onde a crítica demolidora campeia de mãos dadas com a liberdade.» Eu referia a Marcello Caetano que tínhamos falado dele com o apreço de que era merecedor. Tendo mostrado a Diogo a carta com o longo comentário à visita de João Paulo II ao Brasil, exclamou: «Que homem admirável é o nosso grande amigo! Ninguém saberia dizer tanto e tão bem sobre o acontecimento.» Quando do nosso encontro no Rio, soube que a notícia encheu Marcello Caetano de satisfação. Mas o silêncio voltara a estabelecer-se entre ambos, por Diogo Freitas do Amaral não ter acusado a recepção das condolências que o antigo Mestre lhe dirigira aquando da morte de seu pai.

11. O ÚLTIMO ENCONTRO NO RIO

Tinha a vida orientada quando ocorreu, em meados de Julho, a doença de uma pessoa de família motivo de apoquentação e de molde a impedir a minha deslocação ao Brasil. Marcello Caetano foi inexcedível nessas horas de aflição, telefonando várias vezes a inquirir das melhoras do meu familiar. Assim o referia em carta de 31 de Julho: *Minha irmã reza por ele com toda a amizade. Eu, ímpio, não posso rezar, mas cá de dentro, bem cá de dentro, desejo que melhore depressa e o meu amigo fique tranquilo.* Como eu indicasse, em certo momento, que não faria a viagem, Marcello referia: *Terei muita pena de o não ter cá em Agosto (e não haverá festa no dia 17), mas a todo o tempo é tempo de ver os amigos e o importante é que estejam desanuviados.*

Com a pronta recuperação da doente, foi possível informar por telefone Marcello Caetano da viagem prevista para o dia 15 de Agosto. Senti que a notícia o encheu de felicidade. Do outro lado do fio dizia-me com júbilo: *Acabo de receber o V volume da* História. *Aspecto magnífico! Comovido com a dedicatória.* Logo enviei a lista das conferências prometidas, anunciando o meu desejo de visitar a casa do Cosme Velho, para no arquivo de Marcos Carneiro de Mendonça colher elementos sobre a política pombalina no Brasil. Ao mesmo tempo avisei da viagem Pedro Calmon, que a si chamara o convite para a minha estada no Rio. E a Marcello pedi o favor de

não se deslocar ao Galeão, por eu chegar ao fim da tarde e ir direito ao hotel, de onde lhe daria notícias.

Que lembrança podia eu levar a Marcello Caetano para registo do seu aniversário? Nunca tivera em público qualquer marca escrita da minha fidelidade, quanto mais não fosse, de simples homenagem ao estadista de quem mantinha o culto e ao amigo que tanto prezava. Chegara o momento de escrever um artigo em que chamasse a atenção do País para o injusto exílio de que Marcello Caetano fora objecto. Impunha-se criar na opinião pública um forte movimento de desagravo e que fosse para ele de merecida reparação. A ideia teve o apoio do Eng.º Francisco Brás de Oliveira, ao tempo director do jornal *O Dia,* e do Dr. Clemente Rogeiro, que logo se incumbiu junto de João Coito de arranjar o espaço tipográfico para a publicação. Assim saiu o artigo «Professor Marcello Caetano: A reparação nacional que se impõe», no número de 13 de Agosto do mesmo diário [1].

Pelas 17 horas da sexta-feira, 15 de Agosto, cheguei ao aeroporto do Rio de Janeiro. Qual não foi o meu espanto ao ver que Marcello me aguardava na sala de espera. Tendo eu inquirido por que se fora incomodar, respondeu de imediato: *Mas acha que é incómodo vir estreitá-lo nos meus braços?* Senti-o feliz pegando nas minhas com as duas mãos, com a inalterável doçura do sorriso e o incomparável timbre de voz que ainda hoje soa aos meus ouvidos. Mas que diferença, meu Deus, no seu aspecto físico! A longa doença tinha-o marcado na expressão do rosto e um tanto no ritmo da marcha, que ainda lhe era penosa. Não denotava nele um envelhecimento súbito, mas os traços do sofrimento tinham-se-lhe acentuado no rosto. Só que o seu encanto pessoal conseguia disfarçar a imagem do homem doente que estava perante mim [2].

Na manhã de sábado estive a consultar a biblioteca de Carneiro de Mendonça, na bela vivenda do Cosme Velho. Por volta do meio-dia foi Marcello buscar-me para almoçar em sua casa, onde tive o gosto de cumprimentar D. Olga. Aproveitando uns momentos a sós, disse a esta senhora quanto na véspera eu ficara impressionado com a aparência do irmão. Tenho ainda vivas as suas palavras: «Mas o meu irmão está muito doente, senhor doutor. Ele não suspeita, mas eu que o vejo todos os dias, sinto que ele não está bem.» Durante o almoço pude também aperceber-me da inconstância do seu humor. Tendo-me perguntado se eu queria o automóvel no domingo, por delicadeza com D. Olga inquiri se a irmã também precisava da viatura. Marcello olhou fixamente para mim e disse secamente: *Veríssimo Serrão, não se responde a uma pergunta com outra pergunta.* Mas logo

---

[1] Veja-se o artigo em apêndice ao presente volume, n.º VI.

[2] Como nos anos anteriores, registei as falas de Marcello Caetano, umas durante as nossas conversas, outras no fim de cada dia.

caiu em si e, voltando a sorrir, acrescentou noutro tom: *Tem de me desculpar estes acessos de velho rabujento.*

12. NO CENÁCULO DE PLÍNIO DOYLE

Marcello Caetano convidou-me depois a acompanhá-lo a casa do escritor Plínio Doyle, homem culto e bibliógrafo conceituado. Dirigia ao tempo a Biblioteca Nacional, onde dava provas da sua mestria na arte de conhecer e amar os livros, fazendo comungar desse ideal muitos sectores da juventude. Pelo ano de 1964 começou a reunir nas tardes de sábado, na sua linda casa de Ipanema, um grupo de homens de pensamento que ali se davam a um bom convívio, discutindo as últimas novidades e revelando os seus projectos literários. A vivenda de Plínio tornou-se um verdadeiro salão de letras, onde as pessoas não olhavam a diferenças de ideologia ou de credo, para apenas honrarem o culto da amizade. Raul Bopp cognominou as reuniões com o nome poético de «Sabadoyle» e o admirável cronista Joaquim Hinojosa passou a redigir as actas das reuniões, que ficam a testemunhar a hospitalidade que o anfitrião dispensava semanalmente aos amigos e convidados [1].

Ali fui encontrar alguns companheiros do Instituto Histórico, como o historiador Américo Lacombe, o sempre amável Fernando Monteiro, o erudito Raul do Rego Lima. Mas entre os membros do «Sabadoyle» que naquele dia me foi dado ver, não posso esquecer o grande poeta Alphonsus de Guimaraens Filho, o poeta e crítico literário Gilberto de Mendonça Teles, já meu conhecido de Lisboa, os médicos Sá e Benavides e Paulo Berger, e o camonista Prof. Maximiano de Carvalho e Silva, a sabedoria feita gentileza. Pude verificar os primores de convívio que eram dispensados a Marcello Caetano e logo compreendi o significado dessas reuniões que o mecenato de Plínio tornava possíveis na sua acolhedora livraria. Marcello tinha fortes motivos para se sentir feliz nesse ambiente de letrados e de artistas que, num ideal de sã amizade, tudo faziam para nobilitar a inteligência e a cultura. E a todos acolhendo como se fossem da casa, Plínio Doyle surgia como um *primus inter pares,* com o admirável dom de transformar os convidados de hoje em amigos de sempre [2].

---

[1] Veja-se Joaquim Hinojosa, *70 Atas Sabadoyleanas,* Rio de Janeiro, 1980.

[2] Para a história deste interessante cenáculo, vejam-se as *Atas-Poemas,* Rio 1974, com colaboração dos membros do «Sabadoyle»: Alphonsus de Guimaraens Filho, Carlos Drummond de Andrade, Enrique de Resende, Gilberto Teles, Homero Homem, Mário da Silva Brito, Murillo Araújo, Raul Bopp e Waldemar Lopes. Também de grande mimo literário, a *Ata de Natal do Sabadoyle de 1978,* da autoria do poeta Pedro Nava, intitulada *Cordialidade,* Rio de Janeiro, 1978.

Desde a última doença que Marcello Caetano se tornara fiel conviva do «Sabadoyle». Ao fim da tarde, de regresso ao hotel, agradeci-lhe a lembrança que fora para mim uma autêntica revelação. Ouvi-lhe dizer: *Estes encontros fazem-me bem, porque esqueço neles as mágoas e sofrimentos que me consomem. Preciso de esquecer muita coisa para viver tranquilo.* Busquei animá-lo, mostrando que já recobrara da enfermidade e que o aspecto físico era para todos animador. *Pode ser, pode ser* — respondeu —, *mas, como dizia o poeta, por dentro das coisas é que as coisas são.* Num desabafo muito íntimo que envolveu num olhar de tristeza: *Não me sinto bem, há qualquer coisa que não funciona, mas se tiver de acontecer, que seja rápido pois tenho horror ao sofrimento.* E a pôr termo à sua profunda congeminação: *Já recebi dele um bom quinhão na vida.*

13. O ÚLTIMO ANIVERSÁRIO

Mudando de assunto, perguntei a Marcello quando podia saudar Pedro Calmon, ao que respondeu que o nosso amigo passaria no dia seguinte à tarde para me conduzir à reunião familiar na Rua de Cruz Lima. Marcello festejava 74 anos e para o acompanhar tinha-me deslocado ao Rio. Logo de manhã enviei-lhe a lembrança de Portugal, com 10 exemplares de *O Dia* e a seguinte carta: «Meu querido amigo: Hesitei quanto à lembrança que maior gosto lhe podia dar no seu aniversário. E resolvi fazer-lhe uma surpresa cuja modéstia me perdoará. Há muito que desejava escrever um artigo a respeito da sua obra de governante e pondo em relevo os altos serviços que Portugal lhe deve. O Dr. Clemente Rogeiro arranjou espaço n'*O Dia*. Não saiu obra perfeita, mas o meu coração está nele impresso da primeira à última linha. Aqui o deixo nesta miniatura do cofre de El Cid, que se guarda na catedral de Burgos. Servirá depois para as suas fichas de trabalho. Seu muito afeiçoado e grato, Veríssimo Serrão.»

Pouco depois telefonava Marcello Caetano para dizer que a minha lembrança o tinha emocionado. Sentia a alma cheia com o artigo em que eu pugnava pelo seu regresso com a restituição de todos os direitos e honras que lhe eram devidos. Quando nos encontrámos a meio da tarde, ainda Marcello se mostrou comovido. Tinha a rodeá-lo os irmãos D. Olga e António, a cunhada Catarina, as netas Gigi e Rita com os maridos, e um grupo de fiéis amigos de que ainda recordo Pedro Calmon, o Dr. Baltasar Rebelo de Sousa e o filho Pedro, Dr. Eduardo José Brasão, Dr. Manuel Pedro Ribeiro da Silva, Dr. António Rodrigues dos Santos e Álvaro Lucas e esposas, assim como o comendador Salustiano Lopes e Laurinda e Rogério Gaspar[1]. O ambiente

---

[1] Na recepção estavam outros portugueses e brasileiros cujo nome ao tempo me esqueci de registar.

era de ternura para com o festejado, que não sabia esconder a emoção do momento. Não minto se divulgar que notei em Marcello Caetano olhos de lágrimas. Testemunho da ventura em que estava envolvido? Pressentimento de que era o último aniversário a que lhe era dado assistir? Talvez o desígnio profundo de que ia em breve soar a hora do grande adeus.

Estive então no seu gabinete de trabalho, onde os livros, os papéis e os objectos tinham a arrumação natural que ele punha em todas as coisas: *Não consigo viver na desordem e indago-me como há investigadores que gostam da confusão ao seu redor. Num ambiente desses não saberia redigir uma linha, nem mesmo escrever uma carta.* Entrei depois no seu quarto, de uma modéstia comovente, pois na pobreza dos móveis parecia mais a cela de um frade mendicante do que o aposento de um homem que detivera ao longo de cinco anos os destinos de um país. Um lindo crucifixo sobrepujava o leito, que melhor se podia chamar o catre de um monge que não acredita nas ilusões da vida, porque há muito fez entrega da sua alma a Deus. O quadro revestia a imagem da honestidade que sempre fora timbre do homem público que chegou ao fim com as mãos vazias de bens materiais, porque não orientou a vida para benefício próprio, mas para realizar o ideal da pessoa humana que acredita na transcendência.

14. O DR. ANTÓNIO GOMES DA COSTA

Na segunda-feira 18, Marcello Caetano parecia um homem remoçado. Apesar da excitação em que vivera, dormira uma noite sossegada, dizendo-se pronto a renovar o diálogo interrompido. Levou-me a visitar o Centro Cultural da Academia Brasileira de Letras, elogiando o entusiasmo e a solicitude que o presidente Athayde havia posto na sua realização. Quis saber se amainara em Portugal a campanha que visava o seu nome. Falou-me da biografia de Salazar, mas sabendo que eu tinha boas relações com Franco Nogueira, evitou proferir o nome deste: *Muitos me criticam hoje por aquilo que no Governo não fiz. Lamentam mesmo que em 1968 não tivesse havido outro sucessor de Salazar ...* Fez uma pausa e logo prosseguiu: *Que pena não ter sido assim! Tenho a certeza de que não teriam corrido melhor as coisas na política interna e internacional do que correram comigo [...] Foi pena que assim não tivesse acontecido.*

A isso respondi que a história é o que foi e não o que podia ter sido. Mas de imediato traduziu o seu pensamento: *De acordo. Mas virado o regime pelo 25 de Abril ou outra data qualquer, estaria eu agora de palanque a largar sentenças. Não decerto como muitos dos meus críticos fazem* — referia-se agora a Eduardo Freitas da Costa —, *porque tenho o senso, a dignidade e a generosidade suficientes para*

não formular juízos injustos por mera inveja, antipatia ou despeito. Também eu concordei que é bem diferente ser actor ou mero espectador da história. Como esta não pode ser sujeita ao critério experimental das ciências físicas e naturais, porque é, acima de tudo, uma ciência humana, cada um pode ser tentado a imaginar os acontecimentos de outra maneira. Só que, com tal visão, o mister de historiador devia ser riscado das tarefas do espírito. Marcello Caetano aproveitou o ensejo para dizer: *É isso mesmo. Não é historiador quem quer, mas quem adquiriu a bagagem e a metodologia que lhe permitem sê-lo. A pesquisa documental e a isenção crítica na apreciação dos homens e dos acontecimentos são normas deontológicas que todo o historiador devia respeitar. Mas é cada vez mais frequente que assim não suceda.* Pareceu-me delicado não aprofundar o seu pensamento.

Levou-me depois a almoçar ao Clube Ginástico, onde o Dr. António Gomes da Costa e os membros da direcção o rodearam de atenções. Ainda na rua fora interrompido por alguns portugueses que o quiseram cumprimentar. Recordo-me de ter então conhecido o brigadeiro Mendes Quintela, da Força Aérea Portuguesa, que se lhe dirigiu em termos amáveis a que ele correspondeu. Durante o almoço, perguntou como decorria a campanha para as próximas eleições. Respondi que o general Soares Carneiro estava a impor-se no eleitorado, mas com as dificuldades de quem saíra recentemente da penumbra política. Ao meu interlocutor afirmei que a frase do general de que «Mário Soares era um homem de carácter e um patriota» caíra mal em muitos sectores da opinião pública. Tinha sido um erro táctico e a emenda depois apresentada não o soubera corrigir. Querer roubar votos aos socialistas, teria como resultado perdê-los no arraial da Aliança Democrática. Mas, para os observadores, a culpa não era de Soares Carneiro, mas dos maus conselheiros que o rodeavam.

Marcello Caetano fez-me então o rasgado elogio do presidente da Federação das Associações Portuguesas: *O Dr. Gomes da Costa não é apenas um homem inteligente, mas também de uma grande seriedade pessoal. Não cede a interesses de partidos nem à ambição das suas clientelas. Para ele só uma realidade conta: o grande amor a Portugal.* E apontando para o vasto salão do Clube Ginástico, uma das mais nobres instituições portuguesas do Rio, o meu interlocutor acrescentou: *Ninguém saberia hoje no Brasil aglutinar melhor os Portugueses no sentido da radicação à nossa Pátria. É um verdadeiro* right man *na colónia. Bem merece pela sua dedicação ser louvado.*

15. FALANDO DE SOARES E ÁLVARO CUNHAL

Ainda à mesa, disse a Marcelllo Caetano que uma pergunta me bailava há muito no espírito: o que pensava ele de Mário Soares e

de Álvaro Cunhal. De imediato sorriu para dizer que era uma entrevista o que eu lhe estava a pedir. Atacou depois o problema: *Recordo-os bem, porque ambos foram meus alunos na Faculdade. Nessa altura eu dispunha de tempo e a muitos conhecia-os como aos meus dedos. Os cursos não eram numerosos e o sistema de exames vigente obrigava o professor a acompanhar com interesse a carreira de cada aluno.* Apontando-me o dedo com o ar habitual, Marcello afirmou então: *É falso dizer-se que as aulas eram um entretenimento no meio dos interesses políticos, financeiros ou económicos dos professores da Faculdade. Ainda hoje sei de pessoas que navegam noutras águas, mas que prestam homenagem à boa preparação que receberam no Campo de Santana e depois no edifício da Cidade Universitária. A nossa missão era formar bons juristas e descobrir vocações onde quer que estivessem.*

Mas tendo-se desviado da pergunta feita, Marcello Caetano logo retomou o discurso: *O Mário Soares foi um aluno mediano, mas cumpridor. Já então usava do discurso fácil, só que o rigor do Direito exige estudo atento e adequada disciplina mental. Continua hoje a prometer o que sabe não poder cumprir, deliciado com os riscos da manobra política.* Depois, com firme convicção, acrescentou: *O Soares pode com o ardor tribunício convencer um parlamento, mas nunca será um homem de Estado. Não tem dimensão nem estrutura para esse papel que julga estar ao seu alcance.* E a concluir o pensamento, rematou: *Bem vê, não basta apertar a mão ao Mitterrand ou almoçar com Brandt para se possuir estofo para governar Portugal. Precisa-se de competência, serenidade e recolhimento. Um político inventa-se, um estadista faz-se em muitos anos. Mário Soares nunca o será.*

Mais difícil me parecia a resposta quanto ao líder do Partido Comunista Português: *Talvez não seja. Goste-se ou não dele, é um homem de inteligência superior e que tem uma visão messiânica da vida. O Cunhal está convencido de que pode recriar o mundo, mas esquece-se de que milhares de gerações passaram e outras hão-de passar e o mundo há-de continuar com os defeitos que são inerentes à natureza humana.* Onde queria chegar Marcello Caetano com a sua argumentação? *É óbvio que não partilho dos ideais de Cunhal, que considero nocivos para a sociedade portuguesa. Somos um povo de raiz europeia e cristã que nunca aceitará o predomínio que o P. C. quer impor. Como político estagnou na constante obsessão pelo figurino leninista de há muito ultrapassado. Se evoluísse na doutrinação, era capaz de levar muitas camadas de jovens atrás dele.* Mas além do político, como encarava ele o homem Cunhal? *Devo reconhecer que não é um homem insensível a certas lembranças. Enquanto Soares o fez com despudor, até mesmo com ingratidão, Cunhal nunca disse mal de mim. Ao menos teve sempre a delicadeza de me respeitar.*

Veio então ao de cima a história que circula de que Marcello Caetano fizera exame a Cunhal quando este, ao redor de 1935, se

encontrava na prisão: *O episódio é verídico, ainda que não me recorde já do ano em que ocorreu.* A mãe do aluno escreveu ao catedrático de Direito Administrativo, a pedir a boa-vontade deste para o filho poder fazer exame sob pena de perder o ano. Marcello Caetano atendeu a solicitação, devendo Cunhal prestar a segunda chamada de acordo com a sua posição na pauta. Assim sucedeu, fazendo o aluno uma prova brilhante e recolhendo, logo de seguida, à prisão. *Nos meus papéis de Lisboa* — afirmou —, *guardei a carta de agradecimento da boa e piedosa mãe que assim viu o seu rogo satisfeito. Como vê, os mestres de Direito não eram insensíveis aos problemas humanos.*

Marcello Caetano recordou a crítica dos sectores marxistas aos privilégios da classe dirigente do antigo regime. Para uma certa esquerda, ser do antigamente representava um compromisso com o grande capital, enquanto a filiação progressista se ligava à modéstia de vida dos que lutavam por uma promoção social. O meu interlocutor acrescentou: *O argumento corre para aí, mas, além de errado, pode dizer-se estúpido.* Logo prosseguiu: *Não nasci em berço de ouro como Álvaro Cunhal, que era filho de um advogado com nome e dinheiro. Também o Mário Soares nunca precisou de trabalhar, porque o pai se incumbia de o fazer no colégio que tinha em Lisboa. Foi sempre o que pode chamar-se um menino rico.* E Marcello explanou ainda o seu pensamento: *Quem devia então sentir complexos de classe? Eles ou o Doutor Salazar e eu que viemos da humildade da terra e somos, na realidade, filhos do povo?*

Traçou-me depois o quadro da sua origem familiar, em que reproduziu ideias que eu já conhecia da leitura das *Minhas Memórias de Salazar*. Nascera no lar de um modesto funcionário público que nos fins do século XIX saíra de uma aldeia da Beira para tentar melhor vida em Lisboa, onde casara e tivera nove filhos. Marcello fora criado em princípios de economia doméstica que o levaram, ainda estudante, a dar explicações e a ser jornalista. Já formado, constituiu família, e teve de viver das suas ocupações de professor e jurista. O trabalho fora para ele a grande lei, pelo que pudera ganhar honradamente a vida e sem nunca dispor de meios de fortuna: *Por isso sempre amei o povo de onde vim. Faço parte da gente humilde que teve de lutar para subir na vida a pulso.* E olhando-me depois fixamente: *Podem dizer o mesmo os chefes e muitos aproveitadores do 25 de Abril, saídos da abastada e podre burguesia?*

16. A EVOCAÇÃO DO MESTRE DE DIREITO

Sabendo como era sensível à evocação do seu mestrado, disse a Marcello Caetano que todos reconheciam nele a singular vocação de

ter feito uma escola. Na faculdade de Direito criara discípulos com a sua marca formadora. Ninguém punha em dúvida a invulgar preparação do mestre: a cultura humanística, a solidez do pensamento e a argúcia crítica. Estes dons exprimia-os Marcello Caetano de forma singular. Os antigos alunos falavam da clareza da sua exposição e os leitores da elegância e vernaculidade do seu estilo. Era um pedagogo na expressão oral e escrita, pelo que poucos sentiriam como ele a glória de ter sido um mestre na acepção mais completa do termo.

Esta verdade fora reconhecida pelos antigos colaboradores, no livro que em 1973 lhe ofereceram para comemorar o 40.º aniversário do seu ensino universitário: «Supomos ser facto ímpar nas Faculdades de Direito portuguesas este aparecimento e estabilização, ao longo dos anos, de um grupo de estudiosos em redor de uma figura central, de forma a poder merecer a qualificação, que orgulhosamente reivindica, de escola de Direito Público.» Quantos colegas seus poderiam ufanar-se do prestígio científico que há muito cobria o seu nome? Não haveria motivo para afirmar que Marcello Caetano fora, em Lisboa, o catedrático de Direito mais brilhante da sua geração? Tudo isto lhe foi por mim expresso, não apenas como pura verdade, mas também para que sentisse o peso da consagração nacional que o envolvia.

Marcello Caetano sentiu-se enternecido e nos seus olhos notei uma expressão de felicidade: *Na docência pus toda a minha alma, porque senti que um professor apenas se realiza quando forma discípulos. Sem essa vivência, a nossa mensagem oral estiola como as plantas à míngua de água.* Depois, numa afirmação do que fora um lema pujante na sua vida: *Ensinar jovens não pode ser a transmissão seca e erudita de conhecimentos. Tem de ser um chamamento aos grandes princípios da inteligência e da ética que dignificam o homem. Ensinar constitui, acima de tudo, uma conquista de almas.* Acrescentei que muitos professores cumprem o seu mister, mas não sabem fazer discípulos. Ao que Marcello esclareceu: *A docência não é uma tarefa, mas uma vocação. Assim o procurei fazer na Universidade, na vida pública e na doutrinação política.*

O tempo passara veloz e eu pedi-lhe para registar o seu depoimento que achei lapidar. Tínhamos tomado o café, quando de repente inquiri: «Qual foi o seu melhor discípulo?» Mas vendo que a pergunta podia suscitar dúvidas, logo corrigi: «Com que discípulo se identifica mais o Senhor Presidente?». Marcello Caetano sentiu o melindre da resposta e disse de imediato: *Creio que todos receberam o melhor do meu pensamento. Nas suas dissertações encontro a aplicação da metodologia que eu praticava.* Depois, sem despegar os olhos da mesa, acrescentou: *Mas se pergunta quem poderia ser o continuador da minha* forma mentis, *não lhe oculto que nos últimos anos de magistério depositei*

essa esperança no Diogo Freitas do Amaral. Reconheço hoje que somos bem diferentes!

17. UM DESTINO POLÍTICO: AMARO DA COSTA

Após uma pausa, verifiquei que Marcello Caetano queria ir mais longe no desabafo: *O Diogo é o tipo do intelectual puro que desejaria viver com os princípios. Mas como ignora quase tudo da realidade envolvente, quando olha para a vida é capaz de sacrificar os princípios pelas situações. Raramente descortinei nele uma expressão afectiva.* Como se receasse ter ido longe de mais no seu juízo, Marcello Caetano logo acrescentou: *Freitas do Amaral tem craveira de governante, mas na sua frieza intelectual dificilmente será um* leader *político. Nesse aspecto não lhe antevejo um grande futuro em Portugal.*

Nessa manhã tínhamos conversado sobre a cultura portuguesa do século XIX. Marcello pedira-me para ser menos severo com os pensadores da geração de 70. Expliquei que me era difícil aceitar a visão negativa que muitos deles tinham erguido da nossa história posterior aos Descobrimentos. Eu não podia aceitar o requisitório feito contra a dinastia dos Braganças, reduzida por Oliveira Martins a um bando de hesitantes, de incapazes ou de sibaritas. Na minha *História de Portugal* procurava remar contra essa orientação crítica da historiografia liberal. *Mas se assim desacredita o liberalismo* — dizia Marcello Caetano —, *então o que nos resta? Apenas a explicação marxista, essa totalmente destruidora da grandeza do passado nacional.*

O seu pensamento buscava reacender as capacidades do sistema liberal, o único que podia garantir a estabilidade dos portugueses. Eu dissera a Marcello que a direita ainda não se assumira por culpa exclusiva do Centro Democrático e Social, que não tinha em conta o papel que lhe cabia no quadro dos partidos. O meu interlocutor deu-me razão: *O complexo de esquerda é ainda muito forte no Diogo e em alguns dos seus companheiros, como Lucas Pires e Sá Machado. Receio bem que venham um dia a aniquilar a essência do Partido.* Pondo-se de pé Marcello ainda acrescentou: *No mundo convulso de hoje, o centro político dificilmente subsiste: ou se é ou se não é. Um partido de formação liberal não pode continuar a não ser carne nem peixe! Deve assumir-se como direita esclarecida, renovadora e imbuída dos valores da tradição.*

Respondi que nas razões invocadas se podia compreender o fraco surto do partido centrista, do Mondego para baixo. Como entender essa fraca implantação que não chegava aos 15% do eleitorado, se o país real não era na sua essência da esquerda? A Aliança Democrática podia ter sido o grande trampolim para o crescimento do C. D. S., e não fora. Embora de momento não houvesse outra solução

o acordo com o P. S. D. condenava Freitas do Amaral a viver paredes meias com um partido em que muitos dos seus militantes sentiam a atracção socialista. Marcello Caetano de pronto afirmou: *O C. D. S. vai estiolar com o Diogo, pelo que necessita de um novo dirigente que sacuda as actuais estruturas e o revitalize.* De imediato perguntei: «Quem vê o senhor Presidente destinado a esse papel renovador?». A resposta não se fez esperar: *O Adelino Amaro da Costa.*

Fez-me então o rasgado elogio desse político que conhecera ainda jovem, pela amizade que o unia a seu pai, o Eng.º Manuel Amaro da Costa, antigo secretário de Estado e técnico conceituado no campo da indústria e das obras públicas. Marcello Caetano acompanhara a sua carreira de aluno brilhante de Engenharia e dirigente da Juventude Universitária Católica. Contribuíra depois para o ingresso de Adelino nos quadros superiores do Ministério da Educação, onde ele mostrara uma boa preparação quanto aos problemas da reforma educativa: *Admiro-o pela pureza dos princípios e pela visão cristã de acreditar e lutar por um mundo melhor. Amaro da Costa tem chama criadora, põe sempre o entusiasmo no sonho e na acção.* E a finalizar o seu pensamento, Marcello disse-me convicto: *Ao contrário do Diogo, que é apenas um cerebral, o Adelino está destinado a ser um condutor de homens. Um dia vê-lo-emos a impor ao C. D. S. a marca de um grande partido liberal. Creia no que lhe digo: Adelino Amaro da Costa será em Portugal o estadista do amanhã.* Três meses depois a tragédia de Camarate haveria de cortar cerce a previsão de Marcello Caetano.

18. O PROBLEMA DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Do Clube Ginástico seguimos para a Biblioteca Nacional, para saudar o director Plínio Doyle, a quem queria agradecer a recepção que me prestara na sua casa de Ipanema. A visita foi também pretexto para uma visita ao gabinete de estampas, criteriosamente dirigido pela Dr.ª Lígia Fernandes da Cunha, tendo passado depois pela secção de manuscritos, onde Marcello pediu ao afável Dr. Darci para facilitar a pesquisa que eu tencionava ali fazer no dia seguinte. Também na Biblioteca me foi dado apreciar as provas de alta consideração que Marcello Caetano recebeu de todos os funcionários, desejosos de satisfazer os seus pedidos de informação quanto à biblioteca real que D. João VI em 1807 levara para o Brasil. O assunto tinha para ele o maior interesse, pois no dia seguinte começava um novo curso de História do Direito, cujo seminário era consagrado ao tema do pensamento político no Brasil no período colonial e no Império.

A caminho da Fundação da Casa Rui Barbosa, que era seu desejo fazer-me conhecer, veio à conversa o problema da emigração. Ambos conviemos que desde o período dos Descobrimentos era um fenómeno

endémico na vida nacional. Fomos sempre uma nação que percorreu os caminhos do Mundo para obter os recursos materiais que a terra a muitos negava. Mas o sonho da aventura embalara também muitos compatriotas que não recearam afrontar os mistérios da Natureza para satisfazer a infinita curiosidade de conhecer novas gentes. Fora a grandeza de Portugal ter sido uma nação construtora de mundos. Por isso, a marca lusíada, por meio da língua, da técnica, do comércio, da religião e da cultura, soubera erguer um dos maiores capítulos da história, na grandiosa realidade do ecumenismo português.

Marcello Caetano estava de acordo com esta interpretação do fenómeno emigratório: *Dizem os abrilinos que a 2.ª República empurrou os Portugueses para uma forçada emigração. É inteiramente falso, como hoje se patenteia aos olhos de pessoas sérias. Se o regime tivesse impedido as pessoas de sair do País, a oposição teria vindo com o disco de que o regime estava a coarctar a liberdade dos que queriam obter um outro horizonte de vida. Como isso não aconteceu, fazem rodar o disco contrário de que facilitámos a emigração para, com as reservas enviadas pelos emigrantes, aguentarmos os custos da guerra colonial. Diga-me com franqueza: há seriedade de intenções nestes processos de baixa política?*

Logo perguntou se continuava o namoro oficial ao emigrante, com facilidades bancárias para os nossos compatriotas, sobretudo da França e da Alemanha, continuarem a investir em Portugal. Com um sorriso de desdém, acrescentou: *E diziam os chefes da revolução que todos os emigrantes iriam em breve voltar a Portugal, porque terminara a exploração que sobre eles exercera o fascismo!* E detendo-se na força do argumento: *Que mentiras, que colossais mentiras se proferem em nome da liberdade! E não se vê ninguém na opinião pública que denuncie tamanhas faltas de vergonha da parte dos responsáveis políticos!* Depois, com não contida tristeza, rematou: *Ai se fôssemos nós a dizê-lo e a fazê-lo! Logo caía o Carmo e a Trindade por artes e manhas da velha oposição. Na realidade, perdeu-se em Portugal o sentimento do pudor, a que ainda chamam de vergonha.*

Referiu-se Marcello Caetano aos discursos oficiais que muitos responsáveis tinham mesmo o desplante de proferir nos centros portugueses do estrangeiro, a pedir aos emigrantes para investirem as suas economias em Portugal. *Ai se fôssemos nós* — repetiu com a mesma tristeza —, *só que o argumento da guerra colonial já hoje não colhe.* Os adversários do regime perguntavam em 1973 como era possível gastar 42% do orçamento nacional em despesas militares. Pondo termo à luta armada no Ultramar, todo esse dinheiro seria aplicado em obras de fomento e na elevação do nível de vida. E o que aconteceu? Marcello Caetano rematou o seu juízo: *Como se paga a crise económica em que a demagogia política lançou Portugal? As Forças Armadas custam hoje mais à Nação do que no tempo da guerra.*

Parece incrível, mas não é. E quanto ao regresso dos emigrantes estamos falados. Até os mais altos responsáveis acendem velas a Nossa Senhora de Fátima para que os emigrantes enviem mais dinheiro, mas se conservem lá por fora muitos anos e bons.

Sem esconder um sentimento de ironia, Marcello Caetano prosseguiu: *Têm o seu 10 de Junho envolvido em pantomimas de oratória e de festança ao esforço sagrado do emigrante. Mas o que o nosso Governo deseja é que voltem apenas nas férias grandes e no Natal, saudosos do torrão pátrio, mas com os bolsos cheios de divisas.* Estávamos prestes a chegar ao Bairro de São Clemente, onde me mostrou o belo edifício da antiga Embaixada de Portugal, para depois concluir: *É pena que assim seja, mas o sentimento oficial não é de apoio, mas de bajulação ao emigrante. Nisso se traduzem as loas dos Governos de Abril. No meu tempo não se praticava o indecoroso espectáculo.* E ao sair do carro, Marcello Caetano rematou: *Se eu estiver errado, que alguém me corrija.*

Na companhia de Marcello Caetano percorri as excelentes instalações da Casa de Rui Barbosa, que bem pode considerar-se um grande laboratário de estudo e de investigação em prol das ciências humanas e sociais do Brasil. Ali paira o espírito do homem que nas pugnas da diplomacia, da política e da oratória marcou uma época de ouro da história brasileira. Foi-me dado o ensejo de admirar o conjunto impressionante das suas *Obras Completas,* que ultrapassavam os 100 volumes e para que ainda se dispõe de material inédito· Fomos acolhidos por vários membros da direcção, de que recordo os nomes de Luís Vianna Filho e de Francisco de Assis Barbosa, assim como pelo Prof. Maximiano de Carvalho e Silva, que me fora dado conhecer na última reunião do «Sabadoyle» e que eu há muito admirava pela sua obra em prol da literatura portuguesa, em especial no domínio camoniano.

19. UM JUÍZO SOBRE AS FORÇAS ARMADAS

Já no regresso ao hotel, senti que Marcello Caetano queria continuar o diálogo. Mas vendo nele um ar de fadiga, pois a jornada havia sido longa, não animei o propósito. Íamos a caminho do Catete, onde me apontou o palácio que fora a residência dos presidentes da República. De repente, afirmou: *Uma das minhas grandes perplexidades tem sido a posição passiva que as Forças Armadas têm tomado no chamado «processo democrático português». Eu sei que muitos oficiais de indesmentível valentia e garbo ficaram traumatizados com o 25 de Abril, que tiveram de aceitar nas condições humilhantes da entrega do Ultramar e no saneamento de muitos dos seus melhores quadros. Mas isso não basta para que, uma vez acalmada a onda revolucionária,*

os que ascenderam ao topo da hierarquia não se insurjam contra as arbitrariedades do poder civil. Não se tratava, dizia Marcello Caetano, de mergulhar o País numa nova revolução: *Apenas de não se curvarem perante os desmandos de um Conselho da Revolução que é a negação pura de um regime que se diz democrático.*

Olhando bem para mim, Marcello Caetano disse: *Acomodaram-se à sombra de bons interesses, na governação, na política e na actividade privada. Querem viver bem, pelo que não levantam ondas.* Traçou depois o elogio, como homem e militar, do marechal Carmona, de quem recebera provas de estima que nunca poderia esquecer. Referiu o papel de concórdia que o antigo chefe do Estado desempenhara na estabilização da vida nacional nos primeiros 25 anos do Estado Novo. Carmona fora sempre uma figura respeitada, mesmo pelos adversários políticos: *Pois dizem-me que os revolucionários apearam a sua estátua do pedestal erguido no Campo Grande. E sem que houvesse a mais pequena reacção das Forças Armadas contra o atropelo feito à memória do marechal.* Olhando-me bem, o meu interlocutor acrescentou: *A que extremos de condescendência, para não dizer de cobardia, chegou a honra militar no nosso país, que nem o próprio presidente da República reage contra tamanha ofensa ao brio das Forças Armadas.*

Marcello Caetano distinguia claramente a parte mais numerosa das Forças Armadas, fiel ao juramento de honra e de que muitos o resgataram com a vida, e o grupo de militares desprovidos de qualquer mística que se tinham inscrito na Academia Militar para beneficiar de cursos gratuitos e de uma rápida promoção social. Se a busca de lugares e honrarias nada tinha a ver com a servidão que é apanágio dos verdadeiros militares, também não se deviam acusar todos estes em bloco. Muitos tinham lutado e sofrido no cumprimento das suas missões e podiam orgulhosamente ostentar as medalhas da nobreza e do heroísmo. Já o mesmo não se podia afirmar dos que se revoltaram contra o poder político, mas haviam durante anos beneficiado das suas comissões, extraindo boas regalias de uma situação de guerra contra a qual só tardiamente vieram a protestar. Marcello Caetano não os poupava: *Vieram com a revolução dos cravos a renegar os princípios da hierarquia a que antes com todas as vantagens se tinham submetido. E para alcançar rápidas promoções, sacrificaram os seus antigos chefes e camaradas, ultrajando os princípios da lealdade militar. Saíram dos quartéis e autograduaram-se, quando deviam ser julgados por alta traição em Conselho de Guerra.*

Era um facto, para Marcello Caetano, que as Forças Armadas tinham desde 1974 perdido o espírito de missão. Usando e abusando do conceito do poder militar subordinado ao poder civil, estavam a retirar todas as vantagens do seu novo estatuto profissional: *Houve nas Forças Armadas uma grande mudança de ideal.* Dizia não querer enumerar todos os militares briosos que conhecera no tempo do seu

Governo. Mas podia abrir excepções: *Bettencourt Rodrigues era um general de gabarito e com excepcionais qualidades de persuasão e decisão no comando das tropas. Tenho pena de nunca mais haver recebido notícias dele.* Referiu-se também à seriedade e cultura do general Andrade e Silva, que nas vésperas da revolução já não dispunha de pulso para controlar os acontecimentos. Disse de imediato: *A quem eu augurava uma rápida ascensão militar era ao coronel Viana de Lemos, secretário de Estado do Exército, militar de grande pundonor e que recusou curvar-se aos desígnios da traição, como o prova no seu livro.* Tendo inquirido o que pensava do almirante Eugénio Ferreira de Almeida, que fora chefe do Estado-Maior da Armada, logo Marcello acrescentou: *Aí tem o exemplo do marinheiro brioso e leal cujo nome chega para honrar uma corporação* [1].

20. O DERRADEIRO ADEUS

Na quarta-feira, 20, passei a manhã com Pedro Calmon, enquanto Marcello foi dar início ao curso da Gama Filho. Estive depois na Biblioteca Nacional a consultar os manuscritos portugueses. A meio da tarde já me conduziu à sessão do Instituto Histórico e Geográfico. Foi uma alegria para mim, sob a asa tutelar do presidente Calmon, reacender a chama da amizade que me unia a tantos membros daquela instituição. Depois da conferência, Marcello foi mostrar-me o riquíssimo medalheiro que inventariara com tanta diligência. Já no regresso ao hotel, disse a certo momento: *Sinto-me cansado, mas estou feliz.* Com a irmã iria ver a telenovela da Rádio Globo e no dia seguinte passaria para me levar à sessão da Academia Brasileira de Letras.

Beneficiei então de um contacto mais estreito com o arquitecto Paulo Ferreira Santos, antigo professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro conceituado do Instituto Histórico. Conhecera-o no ano anterior, embora já citasse com frequência a sua obra histórica, em especial *A Formação das Cidades no Brasil Colonial* (1963) e *O Barroco e o Jesuítico na Arquitectura do Brasil* (1965). Na companhia de Mário Barata visitei Paulo Santos na sua vivenda da ilha do Governador e ali pude admirar a sua valiosa biblioteca e o primor do seu convívio. Também Marcello Caetano mantinha com ele as melhores relações. Por ser uma personalidade altamente respeitada nos meios culturais e profissionais do Brasil, logo pensei indicar o seu nome para sócio da Academia Portuguesa da História, uma vez que já o era também da Academia Nacional de Belas-Artes.

---

[1] O almirante Ferreira de Almeida publicou em Agosto de 1984 um esclarecimento público a desmentir afirmações do livro do Prof. Silva Cunha, *Ainda o 25 de Abril,* onde se punha em causa a actuação do chefe do Estado-Maior da Armada no dia da revolução.

A minha viagem fora rápida, pelo que se aproximava a volta a Lisboa. Escoara-se o tempo, sem que eu pudesse manter um longo diálogo com Marcello Caetano. Mas vi que o seu estado de saúde, que me pareceu frágil, não era propício a novas evocações, por eu recear a tristeza em que tais lembranças o haviam de mergulhar. Ainda que lúcido no pensamento e brilhante na fala, Marcello Caetano perdera uma parte do fulgor que nas conversas passadas eram um dos atractivos do nosso encontro. Muita coisa ficara por perguntar, mas à medida que a hora do regresso se aproximava maior era o meu escrúpulo em relação ao amigo querido. Nos encontros de quinta e sexta-feira deixaria, pois, que fosse Marcello a emitir as considerações que julgasse convenientes, assim pondo termo ao meu difícil papel de entrevistador.

A caminho da Avenida Presidente Wilson, perguntou de chofre: *Quando voltamos a tê-lo connosco?* Respondi que tudo faria para o acompanhar em 17 de Agosto do ano seguinte. Mas como tinha umas pequenas economias, talvez voltasse à minha custa no próximo Natal. O rosto abriu-se-lhe num largo sorriso, mas sem nada responder. Teria o sentimento íntimo de que o encontro não era possível? Ou achou melhor não formular um desejo que podia ser um desafio ao destino? *Fica sempre tanto por dizer! E eu que tinha interesse em contar-lhe factos que o Veríssimo Serrão decerto gostaria de conhecer!* A essa frase respondi em tom ameno de que era preciso não esgotar o assunto para termos muito que contar no ano seguinte. Marcello Caetano olhou para mim e disse com uma voz ao mesmo tempo de esperança e de súplica: *Oxalá Deus o ouça. Por mim não desejo outra coisa.*

Na Academia voltei a ser recebido com especial carinho pelo presidente Austregésilo de Athayde e pelos confrades presentes de que me permito destacar Josué Montello, o general Lyra Tavares, Abgar Renaut, Vianna Moog e outros amigos. Na parte da ordem do dia revelei a correspondência de Machado de Assis e Olavo Bilac com a Academia das Ciências de Lisboa[1]. No início da sessão, Marcello Caetano evocou a memória do escritor Domingos Monteiro, seu antigo colega de curso e um dos grandes novelistas portugueses do nosso tempo. Mais agradável não podia ser o convívio no celebrado grémio literário do Brasil, onde o interesse pelas coisas lusíadas aufere um lugar de eleição na obra de muitos académicos, presos à força da herança comum.

Marcello Caetano pediu desculpa de não me levar ao aeroporto para o que alegou motivos profissionais. Não quis despedir-se de mim, atitude que me pareceu estranha. Mas ao chegar ao Galeão, acompa-

[1] A conferência vem publicada na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 80, vol. 140, *Anais*, Julho-Dezembro de 1980, pp. 36-47.

nhado de Pedro Calmon, qual não foi a minha surpresa ao ver que me aguardava. Logo interpretei o seu gesto como querendo furtar-se ao peso das emoções que a nossa última conversa lhe podia causar. Estando junto de Pedro Calmon, sentia o seu coração melhor defendido, pelo que a tocante delicadeza não a poderei jamais esquecer. Em determinado momento disse-lhe que voltaria no Natal para prosseguir o nosso diálogo. Despediu-se com emoção, dizendo: *Só Deus sabe. Oxalá que sim.* Ao lado, Pedro Calmon reafirmou também a força do desejo: «Há-de ser, se Deus quiser há-de ser.»

Com a fadiga dos últimos dias, Marcello Caetano tinha emagrecido e o próprio olhar perdera muito do seu fulgor, embora a voz mantivesse o timbre de sempre. Senti na garganta um grande nó, mas a esperança voltou a renascer, quando de longe ele correspondeu ao meu aceno de mão. Era mesmo o derradeiro adeus, sem eu o suspeitar, mas hoje convicto de que Marcello Caetano o tinha, no seu fundo, pressentido. E foi essa a última vez que o vi.

21. O ÚLTIMO CONVÍVIO EPISTOLAR

Ainda sob o peso das emoções que me fora dado viver no Rio, logo no dia 25 de Agosto eu agradeci as provas de carinho que ele me tinha dispensado. Devia-lhe o êxito das conferências e o cativante ambiente que sentira ao meu redor. Na hora da partida recebera dele uma pasta de cabedal, que constitui hoje uma das mais belas recordações que guardo na vida: «Depois de tudo isto, como não lhe ser fiel nos princípios, na amizade e na lembrança?» E formulava votos de que pudéssemos ainda ter muitos anos à frente para lhe demonstrar a constância dos meus sentimentos.

Trouxera comigo a segunda parte do original da *História do Direito Português,* que no dia seguinte fui entregar ao editor Fernando Guedes. Também fiz chegar aos filhos D. Ana Maria e Dr. José Maria Caetano as notícias e lembranças de que ele me fizera portador. Por esse tempo deslocou-se ao Rio de Janeiro em visita de trabalho a Prof.ª Maria Helena Ureña Prieto, catedrática na Faculdade de Letras de Lisboa. Pretendia examinar os fundos manuscritos da Biblioteca Nacional, para colher elementos de interesse para a história clássica luso-brasileira, o que lhe permitira obter uma bolsa do Instituto Nacional de Investigação Científica. Por se tratar de uma distinta colega e com quem sempre mantivera as melhores relações, já eu transmitira a Marcello Caetano o desejo da Prof.ª Prieto de se instalar durante 15 dias no Mosteiro de São Bento. Aproveitei a carta de 28 de Agosto para o informar de que seguira o número da revista dos Comandos, com um artigo meu a fazer justiça ao seu período de governo. E por fim comunicava ter já entrado em contacto com

o gabinete do Prof. Diogo Freitas do Amaral, o qual me garantira que, logo a seguir às eleições, se fariam diligências para a Assembleia revogar a lei hedionda que condenava o antigo presidente do Conselho a 12 anos de prisão.

Na carta de 2 de Setembro eu mandava o jornal *O Zé*, de Rio Maior, em que o jornalista Novais Granada transcrevia a carta de Marcello a referir que não pensava regressar a Portugal. Entre as razões apontadas, dizia não querer encontrar antigos colaboradores, como o Prof. Veiga Simão, por quem sentia o maior desprezo. Há mais de 30 anos que eu conhecia Granada, de quem acompanhara os primeiros passos no jornalismo. Era um excelente moço, correcto e pleno de ideal. Como a missiva era particular, Marcello não tinha pensado na sua divulgação, que apesar de tudo lhe satisfez: *Só que* O País, *que eu julgava ser da direita, transcreveu-a com um comentário que parece ser da autoria do Veiga Simão. Como é que este homem ainda tem acesso a certa imprensa?*, inquiria na carta que me enviou a 20 de Setembro. Para logo depois acrescentar: *O curioso é que as fotografias que ilustram a transcrição não são desrespeitosas para mim e uma é comprometedora para o dito Simão.*

No dia 7 de Setembro já Marcello tinha respondido às cartas anteriores. Sofrera há pouco o desgosto da perda do grande amigo Dr. Moisés de Moraes Vellinho, jornalista e escritor no Rio Grande do Sul. Nessa carta exprimia ele sentimentos de ternura: *A sua visita foi uma alegria para mim, um prazer para os seus amigos e um êxito para os seus admiradores, que somos todos e muitos mais. Sobre ela temos falado com saudade e carinho.* Recebera já a revista dos Comandos e dizia-se grato pela referência feita ao seu nome: *A sua voz isolada soa no meu coração onde desperta ondas de gratidão.* Marcello pedia depois para eu não levar longe demais a sua defesa, visto isso poder trazer-me dissabores. Quanto ao artigo de *O Dia* de 13 de Agosto, soubera que o mesmo havia tido algum eco [1], mas não tanto como seria de esperar. E confessava-me com tristeza: *Já não é mau que alguns lhe exprimam solidariedade particularmente. As pessoas têm medo de se comprometer. E os meus antigos ministros e correligionários na sua maioria só querem reacomodar-se, refazer a vida, fazer esquecer o passado [...]. A minha presença em Portugal para eles seria extremamente incómoda [...]. Daí não espero nada.*

Mas de Portugal, com efeito, já pouco esperava de consolo ou justiça. No dia 12 de Setembro de novo Marcello glosava o tema do

[1] Recebi cartas de apoio dos Profs. Xavier Morato, Manuel Lopes de Almeida, Artur Torres Pereira, Maria Helena Prieto, dos Drs. Lopo Cancela de Abreu, Clemente Rogeiro, Álvaro da Silva Tavares, Mário Roque e Serafim de Jesus Silveira, de Rogério Figueiroa Rego e outras pessoas mais.

abandono a que se sentia votado: *Há muita gente que insiste comigo para que volte, ou pelo menos vá, a Portugal. Claro que tenho saudades da terra, da família, dos amigos. Mas sei que a Lisboa que iria encontrar é bem diferente da que deixei; que me chocaria muita coisa da transformação nas pessoas e nos hábitos destes últimos anos. E regressar de todo ... Como? Enquanto no Brasil puder ganhar a minha vida com desafogo, que iria eu fazer para Portugal mesmo que me dessem a aposentação? De forma que por cá vou ficando, resignado ao exílio e privado de muita coisa de que gostaria para ter sossego e calma nos últimos anos em que conto andar por este mundo.*

Sobre a reforma debruçava-se depois com alguma minúcia. Agradecia as diligências por mim feitas quanto à sua aposentação: *Mas, como lhe tenho dito, não estou neste momento interessado no assunto (a requerimento meu, é evidente).* Pedia também para suster toda e qualquer intervenção para o seu regresso, pois estava cada vez mais desejoso de acabar a vida no Brasil: *Quanto às promessas do Diogo tão-pouco acredito nelas. A vitória da A. D. nas legislativas é muito problemática. A do Eanes nas presidenciais é quase certa. E como estupidamente Sá Carneiro e Diogo declaram alto e bom som que não colaborarão com ele, mesmo que a A. D. ganhe terá de ser procurada outra pessoa para chefiar o Governo. Se o P. S. D. lança, por exemplo, o Leonardo Ribeiro de Almeida ou pessoa do género, vá. Mas receio bem que surta efeito a manobra do Adriano Moreira ...*

Eu informara Marcello Caetano da visita que 27 individualidades tinham feito a Belém, com o fim de solicitar do general Ramalho Eanes que se apresentasse à reeleição para presidente da República. O grupo era formado por pessoas de variada formação política, que para o efeito se rotulavam de independentes. Antigos ministros e deputados, figuras ligadas à vida partidária, universitários, tecnocratas e oriundos de outros estratos profissionais pediam ao chefe do Estado para ser o candidato nacional na eleição de Dezembro. Ao relatar a visita, a imprensa referiu-se com especial menção ao nome do Dr. Miguel Alves Caetano, filho do antigo presidente do Conselho, como um dos subscritores da candidatura do general Eanes.

A verdade é que Marcello Caetano teve conhecimento pelos jornais portugueses da referida informação. Desgostou-o sobremaneira a ligação que se estabeleceu entre o seu nome e o do filho. Em carta de 20 de Setembro, dizia-me: *Fiquei chocado com a presença do Miguel, acentuando-se ser meu filho. Ele escreveu-me imediatamente a esclarecer o caso. Convidado a estar presente num grupo de 300 pessoas, acabou por anuir convencido de que se perderia no meio dessa multidão. Quando viu a importância dada pela imprensa à comparência dele, ficou contrariado e apreensivo acerca do desgosto que isso me causasse [...]* Depois, numa explicação muito franca e com toda a compreensão paterna: *Respondi-lhe que não discutia o direito de ele*

preferir o Eanes, mas que só me chocava vê-lo em tão más companhias [...]. A verdade é que o Miguel é uma jóia e mais uma vez mostrou quanto é puro nos sentimentos.

Por esse tempo conduziu a Prof.ª Maria Helena Ureña Prieto à Biblioteca Nacional, a fim de facilitar as suas pesquisas. Dizia-me ter muita consideração por esta senhora: *Acompanhei a sua carreira universitária, moldada no trabalho, na modéstia e na seriedade e não me esqueço da dedicação que sempre por mim manifestou.* Nesse momento preparava-se na Academia Brasileira de Letras a sucessão de Domingos Monteiro, para cuja vaga Luís Forjaz Trigueiros tinha indicado o nome do professor e homem de letras David Mourão-Ferreira, antigo secretário de Estado da Cultura. Na mesma carta Marcello informava-me: *Ainda não falei com os grandes eleitores, sobretudo Ataíde e Josué Montello. Pensei que seria bom lançar um nome não político e que tivesse obra literária e trabalhos sobre o Brasil. Que diz do Américo da Costa Ramalho?* Por fim referia que o mês de Agosto, quanto a prosseguir a *História do Direito,* fora para ele um tempo improdutivo: *Estou arrependido de me ter metido nesta ...* Mas sentira renascer a esperança da saúde, o que era para ele um bom augúrio: *Parece que estou conseguindo recuperar-me um pouco mais do estado de saúde. Vamos a ver se torno a ser gente, mesmo com as deficiências próprias da idade.*

Na minha resposta dizia que a escolha do distinto catedrático de Coimbra, dada a valia da sua obra cultural sobre o humanismo português, era de molde a valorizar o grémio de Machado de Assis. Mas acrescentei que a corrente liderada por Luís Forjaz Trigueiros, que contava muitos amigos entre os intelectuais do país irmão, não deixaria de defender a eleição de um escritor. Tal era, há muitos anos, a tradição da Academia, que apenas não vingara quando nenhum poeta ou romancista se tinha apresentado ao veredicto. Desta vez, a escolha dos académicos incidia mesmo sobre David Mourão-Ferreira.

Eu pedira a Marcello Caetano para redigir a proposta a apresentar à Academia Portuguesa da História no tocante à eleição do arquitecto Paulo Ferreira Santos para sócio de mérito. Assim o fez juntamente com o Dr. Mário Barata, enviando-me a nota biobibliográfica nos fins de Setembro: *A solução parece-me boa, embora não compreenda bem o sentido da categoria. Os outros sócios não têm mérito? O Paulo Santos, por muito bom que seja e é, não emparelha (para nós, Portugueses, pelo menos) com o Pedro Calmon, amigo indefectível de todas as horas de Portugal. Mas far-se-á a proposta como entende.* Em resposta diria a Marcello que o título era concedido em circunstâncias excepcionais, tendo em conta a obra de figuras nacionais ou estrangeiras de reconhecido prestígio. Os 76 anos de Paulo Santos não o permitiam colocar no quadro dos correspondentes. Porque só

agora a Academia tinha pensado em premiar o seu labor? No seu caso era uma consagração e a todos os títulos merecida[1].

A propósito de Domingos Monteiro, dera-lhe a minha opinião: era um homem de centelha e que, orientado apenas para a acção fecunda, teria ligado o nome a uma obra de valor excepcional. Mas, talvez por falta de senso ou porque comprometeu a vida numa concepção de epicurismo fácil, acabou por se autodestruir e por não deixar o testemunho real do grande talento com que a Natureza o dotou. Marcello Caetano relembrava o amigo na carta de 22 de Setembro, dizendo: *Conheci o Domingos Monteiro bastante bem e não sei se reparou no cuidado que pus nas palavras proferidas na Academia Brasileira ... Fui agradável à sua memória, sem (discretamente) ocultar que a vida dele não fora exemplar. Coitado! Podia ter sido muito mais do que foi: só a sua má cabeça o impediu de ser. Quando estive no Governo não me ocultava o seu apoio.* Nessa altura era já ponto assente quem seria o substituto como académico correspondente: *Na Academia tudo está preparado para que seja o David Mourão-Ferreira.*

Dois dias antes escrevera-me a dizer que estava enfronhado no trabalho, por motivo da colaboração que aceitara para uma enciclopédia com o patrocínio da Fundação Getúlio Vargas e da UNESCO. Há muito que prometera a si próprio não colaborar em obras do género. Mas acedera em redigir quatro verbetes, sem curar da data marcada para a sua entrega: *Não tive assim mais remédio do que entregar-me à tarefa — trabalhosa, dispersiva e pouco gratificante, como aqui se diz.* Para mais, depois de um período de acalmia, voltara a sentir-se doente com o tempo frio. Tinham reaparecido os edemas das pernas e pés, sem que o tratamento normal os pudesse debelar: *Estou há três dias metido em casa em tratamento heróico. Mas a insuficiência cardíaca está cá e, dominado agora, o mal reaparecerá outra vez. Estou ansioso por umas férias (mas numas termas brasileiras).* Marcello Caetano mostrava então, mais forte do que nunca, a tristeza do homem que ia perdendo a esperança.

O Prof. Diogo Freitas do Amaral prometera receber-me depois do dia 10 de Outubro, quando serenasse a excitação do ambiente eleitoral. Havia que fazer tudo para o regresso de Marcello Caetano na época do Natal. Se este não o quisesse a título definitivo, pelo menos que lhe fosse dado o direito, como cidadão livre, de voltar sempre que entendesse a Portugal. Mas não havia da parte de Marcello esse desejo: *Agradeço a sua persistência na ideia de que vá passar o Natal a Lisboa. Mas não creio que, vitoriosa a A. D., eles dêem imediato despacho ao assunto.* Não se enganava, com efeito, pois ao ser recebido pelo

[1] O arquitecto Paulo Santos foi eleito em sessão de 7 de Novembro de 1980.

Prof. Freitas do Amaral, em 29 de Outubro, eu dissera a este com funda tristeza: «Agora é tarde demais para se lhe prestar a justiça devida.» E o então vice-primeiro ministro também não me ocultou a mágoa que o falecimento de Marcello Caetano, ocorrido três dias antes, lhe tinha causado.

A um mês da sua morte, assim via Marcello o futuro da situação política: *Participo nos seus temores de uma eventual vitória F. R. S. Com todos os seus erros e defeitos, mil vezes antes a A. D. O pior é que o Eanes tem muitas probabilidades de ser reeleito e os parvos dos dirigentes da A. D. não se cansam de dizer que não servirão com ele. Se a A. D. conquista a maioria teremos então um Governo presidido por personalidade de 2.ª ordem. Bem pode ser o Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida, que foi meu aluno na Faculdade e de quem sempre recebi provas da maior consideração.* E dois dias depois, tendo eu previsto a vitória do general Soares Carneiro, o meu amigo acrescentava: *De todo o coração desejo que a sua profecia se verifique. Passei os olhos pelo número do* Diabo, *sobretudo pelas prosas da Vera Lagoa: é uma terrível polemista, que não conhece limites ou conveniências para os seus ataques implacáveis. O João Soares, pai do Mário, foi realmente padre (e capelão militar) e nessa condição teve o primeiro filho, ao qual pôs um nome de que só um padre se lembraria: Tertuliano. Este foi meu amigo, era um excelente clínico e nunca embarcou nas ideias do mano mais novo* [1].

No dia 30 de Setembro enviei a Marcello Caetano uma carta desse dia, assim como alguns livros da Academia da História para seu entretém. Foi portador o Eng.º António de Sousa Máximo, que, além de me estar afectivamente ligado, era um grande amigo do Dr. António Alves Caetano, irmão de Marcello. Nessa carta referia a conversa que tivera com o general Soares Carneiro em que este me prometera, no caso de ganhar as eleições, diligenciar no regresso de Marcello a Portugal. Dissera-me claramente que o País tinha pago com ingratidão os serviços que o antigo chefe do Governo lhe prestara. Informou-me também que, estando em Angola, advertira o general Spínola, logo que teve conhecimento do *Portugal e o Futuro,* de que o livro ia oficializar a traição dos militares à Pátria. Não se pondo em causa o processo democrático, o candidato presidencial da A. D. queria fazer de Portugal um verdadeiro Estado de Direito e, nesse sentido, apoiava a justiça que se devia a Marcello Caetano.

Esta notícia levei-a de imediato ao conhecimento do Prof. Mário Júlio de Almeida Costa, que na noite de 5 de Outubro seguiu para o Rio de Janeiro. Levara ele a boa nova de que a A. D. estava prestes a obter 136 lugares no Parlamento, enquanto a F. R. S. e a A. P. U.

---

[1] Marcello Caetano referia-se ao Dr. Tertuliano Lopes Soares, médico muito conceituado em Lisboa.

juntas se iam quedar pelos 114, não referindo o número de votos expressos que não excediam os 50 000 de diferença. Por carta de 7 de Outubro podia eu acrescentar: «Por defeitos que tenha, não há dúvida de que o Sá Carneiro é um estratego de primeira ordem. Entendeu acabar politicamente com o Cunhal e o Soares e vai consegui-lo. Não lhe deve ser também difícil pôr termo à realeza do general Eanes em Belém ...» Depois não escondi o ar triunfalista do primeiro-ministro no dia das eleições: «Sá Carneiro assegurou em conferência de imprensa que o seu candidato talvez possa ganhar logo à primeira volta. Há que recuperar 50000 votos que os partidos da Esquerda têm a mais. Mas Sá Carneiro tornou-se um carismático, com inegável poder de sedução junto das massas. Creio que vai ser bastante para o voto de Dezembro: mas há que tomar precauções e evitar triunfalismos.»

Do Brasil escrevera-me o Prof. Almeida Costa a dizer que já estivera com o nosso amigo. Achara este um pouco caído, mas sem razões para sobressalto, pois a idade havia também de contar no aspecto físico. No dia 19 recebi a carta de Marcello Caetano do dia 16 de Outubro: *O Mário Júlio já me tinha contado a sua conversa com o Soares Carneiro e não sei como agradecer-lhe o interesse que tem posto neste assunto. Mas cada vez me afirmo mais na decisão de não voltar aí, salvo se a situação por aqui se tornasse insustentável.* Dizia depois que a Esquerda se tinha infiltrado nos meios de comunicação social, de modo que o futuro no Brasil era imprevisível: *O presidente Figueiredo, após cuidado processo, expulsou do Brasil um padre italiano que não só se recusou na paróquia de que estava encarregado a dizer missa em 7 de Setembro, como fez comentários alegando que o povo ainda estava na fase da dependência. Pois não imagina o que tem sido o alarido dos padres e da imprensa!*

Quanto à situação política em Portugal, fazia Marcello um breve comentário: *Os resultados das eleições legislativas foram muito bons para a A. D. e é de esperar que o eleitorado não queira inutilizar nas presidenciais a acção dos que elegeu para a Assembleia. Era preciso limpar o campo de candidaturas da chamada «Direita» que nestas eleições mostrou quanto vale em prestígio e votos.* E logo em seguida esclarecia o seu pensamento: *Sempre me tenho manifestado contra o uso da palavra «direita» na política simpatizante com o 24 de Abril. Como sempre expliquei que já não tem sentido esse uso, pois quase todos nós perfilhamos, com princípios tradicionais da direita, muitas ideias de renovação e justiça social que são consideradas de esquerda.*

Marcello Caetano pedia depois a indicação do conteúdo das *Ordenações da Índia,* de que se guardavam dois exemplares na Biblioteca Nacional de Lisboa, além da reedição do princípio do século XIX. Não queria dar-me o incómodo de eu proceder à pesquisa, pelo que um

aluno por mim indicado o poderia fazer e, como insistia, como trabalho remunerado. Como possuía a versão de 1957 publicada pelo Dr. Luís Fernando Carvalho Dias, logo mandei tirar uma fotocópia que seguiu no correio de 22 de Outubro e que Marcello Caetano, infelizmente, já não recebeu. Nesse dia mandei-lhe também uma carta que só chegou depois da sua morte. Nela dizia que o Prof. Salomão Sequerra me fizera um exame cardiológico onde diagnosticara um meio bloqueamento da corrente sanguínea, que ele considerava um acidente vascular, mas não uma doença cardíaca. Só não podia referir que tendo eu falado sobre a doença que afectava Marcello Caetano, o eminente cardiologista me respondera: «Mas se é assim, ele está muito, mesmo muito doente.»

Marcello falava-me também de um antigo assistente cuja carreira de professor tinha acompanhado com a maior simpatia: o Prof. Nuno Espinosa Gomes da Silva. Referia-me um episódio ocorrido na Faculdade de Direito de Lisboa e que com a sua presença jamais seria possível. Mas os tempos haviam mudado: *O Nuno Espinosa recusou-se a concorrer a professor de História do Direito e pediu a demissão de prof. auxiliar. Tenho pena porque encaminhei os seus primeiros passos na História, para cuja pesquisa tinha real vocação. Mas preferiu ser banqueiro.* Marcello Caetano sentia as brechas que se iam abrindo na sua escola de Direito, onde já não se denotava o espírito de unidade que noutros tempos a definiam.

A carta de 16 de Outubro, a última que recebi do amigo inesquecível, contém um parágrafo que bem se poderia considerar de testamento íntimo. É com emoção que aqui divulgo as palavras que dez dias antes de fechar os olhos me dirigiu: *Estou caminhando muito devagar no 2.º volume da minha* História. *Após a 2.ª pneumonia do ano não consegui recuperar saúde nem ânimo. O coração continua a fazer das suas e os edemas a teimosamente se instalarem apesar de todos os tratamentos. Estou esperando o calor (tem feito um frio anormal há quase um mês) para ver se isto melhora.* E num longo e pungente desabafo: *Confesso que estou cansado dos males e dos remédios. E ansioso por umas férias que provavelmente — eu sei lá! — irei ter em Dezembro, numa estância hidro-mineral chamada Caxambu.*

22. NA ANTECÂMARA DA MORTE

Como me fora dado compreender na última visita ao Rio, Marcello Caetano tinha já perdido o amor da vida. Conseguia ultrapassar esse estado de espírito, que manifestava no convívio ou na correspondência, quando se sentia melhor ou se entregava à faina dos seus livros. Os contactos sociais eram de molde a enchê-lo de animação, assim como se dizia feliz ao receber amigos e compatriotas. Bastavam essas

réstias de sol, para Marcello Caetano fortalecer o espírito nas compensações da vida. Mas o ano de 1979 fora-lhe nefasto para a saúde e o internamento hospitalar vibrou um novo golpe no seu já débil organismo. A sua fina inteligência não podia duvidar de que se aproximava do fim, tanto mais que a doença não cedia e a sua rijeza moral também enfraquecera com os desgastes do tempo.

Já a Prof.ª Maria Helena Ureña Prieto, ao regressar do Brasil, me tinha exprimido a sua inquietação pela decadência física que lhe fora dada observar. Mas bastava um período de maior repouso, muitas vezes um fim-de-semana em casa, para Marcello recuperar das suas fadigas e inquietações. Era o suficiente para o seu rosto dar logo marcas de tranquilidade. Tenho notícias das suas aulas de quarta-feira, no curso de pós-graduação de História do Direito, através do relatório final da Dr.ª Rosa de Sousa Santos [1]. Esta distinta advogada traça um retrato admirável do homem e do mestre cujas aulas sobre o pensamento político no Brasil dos séculos XVIII e XIX atentamente escutou nos meses de Agosto a Outubro. As duas primeiras aulas deste mês foram dedicadas ao conservadorismo político de José Bonifácio. No dia 15 houve o feriado escolar do Dia do Mestre, tendo os alunos oferecido a Marcello Caetano o livro com as *Poesias Completas* do poeta mineiro Joaquim Cardoso, gesto que muito o penhorou.

A Dr.ª Rosa de Sousa Santos evoca depois a última aula de Marcello, precisamente quatro dias antes da sua morte. Tendo pedido à aluna para ler o trabalho escrito sobre o patriarca da Independência, respondeu ela que o texto era um pouco longo. Ao que o professor respondeu: *Não faz mal. Tu falas e eu descanso um pouco. Sinto-me um tanto fatigado.* E do mestre amigo recorda com emoção o último diálogo: «Parecia jamais se desligar dos hábitos e coisas portuguesas. Era uma ligação obsediante. Certa vez em dia de muita chuva, muita humidade, e com o tempo muito frio, um dos colegas observou que estava um dia óptimo para se ficar em casa lendo. Ao que eu atalhei: — Qual nada! Hoje está um dia óptimo para se tomar um bom prato de açorda, com um bom copo de vinho, e depois um cobertor para se acertar todas as horas de sono atrasado. Um programão, não é, professor?»

E a aluna evoca a reação sentimental que viu perpassar no rosto de Marcello Caetano: «Quando voltei os olhos em sua direcção, ele me olhava tão desamparado, tão tenso e tão compungido, que eu senti, de chofre, todo aquele quotidiano de um povo que repete aquele ritual de hábitos simples, sempre iguais em cada estação do ano, e que constroem a essência e a alma da nossa casa, da nossa mesa de

---

[1] Devo a notícia deste importante documento, que muito agradeço, ao Prof. Doutor Augusto de Ataíde, que após a morte de Marcello Caetano assegurou a regência do referido curso.

refeições ... enfim, do nosso chão, da nossa Pátria. Foi um instante rápido, um momento telúrico em que parecia eu ter conseguido fotografar a sua austeridade banhada de lírica emotividade. A lembrança deste momento viverá sempre em mim repleta de muita ternura ...»
A Dr.ª Rosa de Sousa Santos, que os mestres, os amigos e colegas tratavam no convívio por Rosita, conseguira penetrar no profundo recolhimento do mestre, ou seja, no mundo íntimo das saudades que ele tinha da terra natal. Da Pátria distante em que envolvia o coração e lhe fora tão adversa.

No domingo 19 de Outubro recebeu a visita do Dr. Vivaldi Moreira, que viera de Minas Gerais para passar três quartos de hora na sua companhia. Num testemunho comovente, o dilecto amigo refere que encontrou Marcello Caetano de «crista caída». Mostrou-lhe a perna direita tumefacta e quase sem um queixume: «um pouco estoicamente, como sempre e é praxe num homem da sua inteligência.» Mas sentiu o biógrafo que Marcello estava animado no plano intelectual, pois lhe disse ter já no prelo o I volume da *História do Direito Português* e que se preparava para enfrentar a redacção do volume seguinte. Acrescenta Vivaldi Moreira: «Ao examinar, em uma das mesas o retrato de um homem, disse-me: *É de Veríssimo Serrão, um dos meus amigos constantes, que não deixará apagar a memória do meu nome. E sua* História de Portugal *é um dos monumentos actuais. Está no 5.º tomo e vem até o século* XVIII [1]...

O distinto académico mineiro continua a narrar o encontro, que seria para ele o último com Marcello Caetano: «Disse mais acerca do amigo e historiador.» Falaram depois sobre a expulsão do padre italiano Miracapillo, da liminar do S. T. F. e das eleições em Portugal, para que cada um pudesse julgar da justeza da opinião do outro: «Como sempre, conversa livre e alta, em que cada um expunha livremente o que pensava.» A conversa tinha durado menos de 50 minutos, pois Vivaldi Moreira tinha outro compromisso e Marcello Caetano devia também almoçar fora. Sentia-se que o dono da casa queria prolongar o diálogo: *Suas visitas são sempre como as do médico,* afirmou, e com pesar viu afastar o amigo. Ainda o pressentimento de que era a derradeira vez?

Na quarta-feira 22 de Outubro celebrava o Instituto Histórico o 142.º aniversário da sua fundação. Marcello Caetano ali estivera na semana anterior, para assistir à palestra do general Humberto Peregrino Seabra Fagundes, integrada no ciclo comemorativo da revolução de 1930. Conhecida a sua fidelidade ao Instituto, só uma forte razão de saúde o teria impedido de comparecer à sessão magna em que o

---

[1] «Marcello Caetano Íntimo», in *Estado de Minas,* sábado 1 de Novembro de 1980, e reproduzido na *Revista da Academia Brasileira de Letras,* ano 80, vol. 140, *Anais de 1980,* pp. 162-165.

presidente Calmon falou da efeméride. Assim sucedeu na verdade, pois de regresso da Universidade Gama Filho, onde na parte da manhã dirigira o curso de mestrado, sentiu-se indisposto e preferiu repousar. No dia seguinte, já recomposto, esteve na Academia Brasileira de Letras em prolongada conversa com Austregésilo de Ataíde. Este deixou notícia desse encontro: «Durante todo o tempo, Marcello Caetano mostrou-se triste, inseguro do seu destino próximo, informando-me que após a operação que fizera os problemas cardíacos se haviam agravado. Mas nada havia que indicasse um desaparecimento tão súbito.» [1]

Na manhã do dia 25 telefonou-me o Prof. Mário Júlio de Almeida Costa. Voltara há momentos do Brasil e trazia-me a mensagem afectuosa do amigo comum. Com ele almoçara na véspera e, embora vendo-o a declinar, ainda lhe ouvira projectos de trabalho. O de maior amplitude era o II volume da *História do Direito Português,* de que Marcello já redigira o primeiro capítulo. Almeida Costa não se dizia inquieto, pois notara no antigo presidente do Conselho a força actuante de um homem que tem ainda sonhos a realizar na vida. A conversa que então tiveram merecerá um dia ser divulgada, pois constitui um valioso testemunho sobre alguém que 48 horas depois abraçou a eternidade.

Na mesma tarde esteve em casa de Plínio Doyle, participando da reunião literária e do convívio ameno de mais um «Sabadoyle». Parecia estar bem disposto, quando pelas 16 horas foi acometido de uma crise cardíaca que muito impressionou os presentes. Foi aconselhado a seguir para uma clínica, o que recusou. Também o médico chamado de urgência disse ser uma crise passageira e para que apenas prescreveu imediato repouso. O solícito Américo Lacombe acompanhou Marcello Caetano a casa e tudo fazia crer que o acidente fora realmente debelado. À noite parecia refeito e entreteve-se com D. Olga numa partida de cartas. Ao despedir-se da irmã, teria dito num sorriso: *Durma bem e peça a Nosso Senhor por mim.* Ao que a irmã respondeu no mesmo tom ameno e longe de suspeitar o drama eminente: «Peça antes o mano por mim, porque eu preciso mais.»[2]

23. O CHAMAMENTO DE DEUS

Na manhã seguinte levantou-se cedo, fez o seu correio (deixou incompleta a carta que me destinava) e pelas 11 horas recebeu a visita

---

[1] Sessão de saudade dedicada à memória de Marcello Caetano, in *Revista da Academia Brasileira de Letras,* ano 80, vol. 140, *Anais de 1980,* p. 151.

[2] D. Olga Alves Caetano faleceu em Lisboa com 89 anos de idade, no dia 10 de Setembro de 1984.

de Vianna Moog. Soubera este da crise da véspera e vinha inquirir novas do amigo. Marcello contou o que lhe sucedera em casa de Doyle, mas dizendo agora sentir-se melhor: «Procurei levantar-lhe o ânimo, perguntando-lhe se não seria consequência da operação a que se tinha submetido, ao que Marcello respondeu que não, que desta vez era o coração.» Vianna Moog contou as impressões da sua recente visita à Casa de Mateus, onde participara na reunião de camonistas, ali proferindo um discurso sobre o Poeta, que causara algum sucesso pela novidade. Marcello riu-se com gosto a propósito da história do «galarote» Camões, que mostrava a sua valentia sempre que se impunha defender o bom nome de Portugal.

D. Olga tinha ido à missa na Igreja dos Franceses, na Rua do Senador Vergueiro, pelo que Marcello Caetano pediu ao amigo para continuar a fazer-lhe companhia. Foi a sua última confidência política, pelo que aqui se transcreve o depoimento de Vianna Moog: «Sobre a sua derrubada do Governo, referindo-se aos militares, ele disse que o que eles não queriam era lutar, tanto assim que o número de mortos por acidentes de automóvel, de avião e em lutas esportivas era superior ao dos mortos nas guerras africanas. Voltou em seguida a falar do Governo, dizendo que as coisas tinham melhorado, tanto assim que ele tinha dado uma entrevista aos jornais de Lisboa, que fora publicada sem contestação e onde se dizia que o seu Governo tinha sido o último Governo independente de Portugal. No seu Governo, a tropa foi paga em dia com dinheiro português. Dizia isso com grande orgulho e satisfação.» [1]

Passava um pouco do meio-dia quando a irmã voltou a casa e Vianna Moog se despediu. A empregada doméstica estava nesse dia de licença. Marcello Caetano foi ao escritório arrumar os papéis, enquanto D. Olga não o chamava para o almoço. Quando, pelas 12.30, estava a lavar as mãos, sobreveio uma nova crise com uma violenta dor no peito, que o prostrou. Numa grande aflição, a pobre irmã telefonou de imediato para vários amigos, não tardando a aparecer o Dr. Eduardo José Brasão e a esposa, assim como outras pessoas. Infelizmente era tarde para qualquer providência, pois a crise fora fulminante. No espaço de cinco minutos, Marcello Caetano deixara para sempre de viver. Como ele ardentemente tinha sonhado: de repente, para não sofrer muito, e na atitude vertical, que era a única digna de um homem da sua envergadura. Morreu na verdade de pé: face aos homens e perante a história. Pode dizer-se que nisso o destino o compensou.

Eu passara o domingo 26 de Outubro a trabalhar no meio de centenas de fichas para mais um volume da obra a que metera ombros.

---

[1] *Ibidem*, vol. 140, *ibidem*, pp. 156-157.

O dia estava cinzento, não abrindo as perspectivas de labor fecundo a que o estudioso aspira. O tempo predispunha mais à reflexão, quiçá ao encanto de uma peça de música clássica, do que a tarefas de actividade produtiva. A meio da tarde comecei a redigir uma carta para Marcello Caetano, mas o texto não saía a meu contento, pelo que duas vezes rasguei a folha e não prossegui. Chegou depois o querido amigo Prof. António Pedro Vicente, da Universidade Nova de Lisboa, com quem combinara discutir alguns problemas referentes à génese do liberalismo em Portugal, matéria a que há muitos anos vem dedicando a sua especial atenção.

Pouco passava das 18 horas quando tocou o telefone e foi pedida a minha atenção para o Rio de Janeiro. Quem desejaria falar comigo a uma hora que correspondia no Brasil ao início da tarde? Tive de súbito um pressentimento que se confirmou ao ouvir a voz do Dr. Eduardo José Brasão. Tendo eu perguntado se havia alguma coisa com o Prof. Marcello Caetano, a voz magoada deu-me a triste notícia: «Infelizmente sim, faleceu há pouco mais de uma hora, de uma crise cardíaca. Estamos todos, como deve calcular, a viver em profunda amargura.» O devotado amigo já avisara os filhos de Marcello e queria também fazê-lo em relação a mim, embora avaliasse o desgosto que isso me causava. Pouco depois ouvia a dolorosa notícia da boca de Pedro Calmon, que fora chamado à Rua de Cruz Lima e já encontrara sem vida o amigo fraterno. Muitos outros amigos iam chegando e não escondiam a sua mágoa perante o rude golpe que vitimara o antigo presidente do Conselho de Ministros de Portugal.

Dentro de 4 horas partia o avião para o Rio e já não me era possível seguir viagem. Os lugares disponíveis tinham sido postos à disposição de D. Ana Maria, do arquitecto João e do Dr. José Maria Caetano, que iam acompanhar o pai à última morada. A ausência enchia de maior desgosto o meu coração. Mas no isolamento a que de imediato me remeti, procurei numa lembrança votiva recordar o amigo extinto. No dia seguinte, à hora a que o seu corpo saía do Gabinete Português de Leitura para o cemitério de S. João Baptista, compunha eu a *Evocação de Um Grande Português,* que o jornal *O Dia* publicou em 27 de Outubro. Não oculto que a escrevi de lágrimas nos olhos e sentindo a sua morte como a de um ente querido. Reconheci então o peso da verdade antiga que afirma ser o desaparecimento de um grande amigo a maior das perdas.

Assim se cumprira o destino que durante 25 anos me ligou em culto e amizade à pessoa de Marcello Caetano. Por todas as razões que evoquei, cumpria-me dar testemunho dessa ligação que enobrece a minha vida. Antes de mais, para elevar o estadista que pôs sempre o nome de Portugal acima de tudo, pelo que ficará na história como o exemplo do governante digno e do patriota sem mácula. Mas sem esquecer o homem bom, que no seu incomensurável saber nunca se

fechou na torre de marfim do egoísmo pessoal ou no desdém pelos outros. Marcello Caetano realizou na vida uma lição de mestrado, fazendo discípulos e criando amigos, na ânsia de doutrinação que foi um dos aspectos marcantes da sua personalidade.

Mas trazendo ao de cima o homem despido das vãs glórias da política e que sofreu com a mais nobre dignidade as agruras do exílio, este livro não pretende ser apenas uma apologia de Marcello Caetano. A voz do amigo quer também fazer-se ouvir para que acabe de vez a injusta maldição que muitos fazem ainda pesar sobre o nome honrado do antigo presidente do Conselho. Chegou o momento de a história fazer justiça à sua acção de governo, no grande desígnio que o inspirou de dignificar Portugal e de contribuir para a melhoria de vida do povo português. Como lucidamente recorda o Prof. Eng.º Francisco Leite Pinto, a máxima gassetiana pode aplicar-se ao caso de Marcello Caetano: «eu sou eu e a minha circunstância». A dez anos de distância do 25 de Abril, com a justa perspectiva que o tempo concede aos homens, ninguém poderá retirar-lhe o título que melhor quadra à sua figura histórica. Admirável conjunto de títulos! A competência na cátedra e na política, a honradez na vida pessoal, o patriotismo que soube exprimir para com a terra e as suas gentes. Face aos pigmeus da actual cena política, não custa reconhecer que Marcello Caetano possuía a estatura de um verdadeiro homem de Estado. E que a soube comprovar em cinco anos e meio de governo.

Se os Portugueses ainda hoje o relembram com saudade, não deixará o futuro de recordar o seu nome e a sua obra com as marcas da gratidão que ele merece. Confiemos, pois, no julgamento da história que sabe conferir a devida proporção às coisas humanas.

APÊNDICE

I

NOTAS À MARGEM DO LIVRO DE ANTÓNIO DE SPÍNOLA, *PAÍS SEM RUMO,* LISBOA, 1978. Por Marcello Caetano

1. Pág. 25 — *Contactos com o PAIGC.* A ingenuidade do A. foi ludibriada mais de uma vez nesta matéria. Efectivamente, deve ter sido no princípio de 70 que o gen. me apareceu de surpresa em Lisboa (viajara sem publicidade) anunciando-me que estava adiantadíssima a negociação para a entrega das forças da guerrilha do adversário, as quais passariam para o nosso lado e seriam integradas nas nossas forças. Para isso necessitava de umas dezenas de milhares de contos, que lhe mandei entregar por fundos secretos. Regressou com o dinheiro a Bissau e a promessa de em breve anunciar esse grande êxito. Mas tudo o que houve foi o assassínio dos três majores que iam ao encontro dos mensageiros dos que diziam querer entregar-se, assassínio que ocorreu numa emboscada habilmente preparada. Não se viu nada mais e nem se soube do dinheiro entregue para o efeito.

Pág. 26 — *Conversas com o Governo do Senegal.* No livro de Silva Cunha, *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril,* pág. 42 e segs., há um relato, que não posso comprovar pelos documentos mas me parece bastante fiel, das conversas que tivemos com Senghor e seu Governo e das vicissitudes que as acompanharam. Spínola omite esses antecedentes, cujo conhecimento é essencial para a compreensão do que se seguiu.

Pág. 27 — *Proposta de Senghor transmitida por Spínola em 26 de Maio de 1972.* Também Silva Cunha, *ob. cit.,* pág. 48 e segs., narra o que se passou na entrevista do gen. comigo, a que ele assistiu e de que tomou notas, com a minha argumentação objectando ao entusiasmo de Spínola. Este, não convencido, mandou-me o extenso parecer que publica agora. Respondi sintetizando as objecções formuladas em 30-V-72, na nota que o gen. publica a pág. 39. Vale a pena, a esta distância, verificar se os factos me deram ou não razão.

Oportunidade das conversações. O PAIGC conseguira que uma comissão da ONU corroborasse a sua afirmação de que controlava efectivamente dois terços do território da Guiné. Era falso. Mas em todo o mundo os meios de comunicação, que nos eram por princípio hostis, deram larga publicidade a essa declaração. As negociações nessa altura seriam interpretadas como sinal da nossa fraqueza e nelas o inimigo não desistiria do trunfo publicitário que possuía. Isto era evidente. Só o não era então para o general. Mas hoje ele podia ter extraído lição dos factos que narra a pág. 275. Porque, avançando depois do 25 de Abril para a negociação, na reunião de Londres realizada um mês depois «o PAIGC não aceitou o princípio da autodeterminação para as populações da Guiné, alegando que controlava dois terços do território e que este era já um Estado independente reconhecido por 82 nações».

O pobre general comenta: «Não me conformei com o argumento invocado, pois, além de não corresponder à realidade física, humana e política do território, carecia de fundamento moral e jurídico. Ao contrário do que o PAIGC afirmava, a situação na Guiné encontrava-se controlada pelas nossas Forças Armadas ...»

Apesar da repugnância jurídica do ingénuo general, o PAIGC não cedeu uma polegada das suas posições nas reuniões seguintes com a delegação portuguesa chefiada pelo ministro Mário Soares, velho amigo e companheiro dos terroristas. O cessar-fogo de facto na Guiné e a notícia das negociações desmoralizaram as Forças Armadas. E «finalmente, em meados de Agosto partia de novo para Argel a delegação portuguesa já então habilitada a aceitar as condições exigidas pelo PAIGC, pois assim o impusera a desigualdade de posições» (pág. 283). O general lançara-se numa política «com grandeza», correndo riscos não calculados, sem medo do que podia acontecer ao Ultramar e à Nação. Colheu os frutos dela.

O presidente Senghor. O general embebedou-se de vaidade por ser admitido a conversar directamente com o chefe de Estado do Senegal: sentiu-se numa conferência cimeira, ele também chefe de um Estado (menor) e não admitia restrições à capacidade do seu interlocutor como medianeiro nas negociações, e garante da honesta execução dos acordos que delas saíssem. O conhecimento da personalidade de Senghor, da sua real posição no Senegal (príncipe-poeta a que escapava a realidade do Poder) e dos antecedentes das conversações com os governantes portugueses (que, como ficou dito, o general agora omite) levaram-me a pôr todas as reservas ao valor da sua intervenção. O general ficou indignado. Mas que sucedeu afinal? Vem a pág. 276 do seu livro:

«Em 30 de Maio (de 1974) realizou-se a segunda reunião de Londres. Nesse encontro, inesperadamente interrompido, a delegação do PAIGC não alterou a posição anteriormente tomada, recusando-se a aceitar a consulta popular. E no encontro que se seguiu em Paris, entre o Dr. Mário Soares e o presidente Leopoldo Senghor, este defendeu o imediato reconhecimento da independência da Guiné como única forma de pôr termo à guerra naquele território.» Esta opinião foi repetida ao próprio general por Senghor em 8 de Julho (pág. 280).

O meu juízo e a minha previsão eram certíssimos. Em 1972, as coisas

ter-se-iam passado exactamente como se passaram em 1974. Só que então o responsável pelo desastre (e pela estupidez) seria eu. E isso é que o general, coitado, me não perdoa.

Pressão internacional. Observei repetidamente ao general que ao sentar-se à mesa das negociações na Guiné ele teria na frente, não homens interessados em discutir e encontrar as melhores soluções para os problemas, mas sim agentes enfeudados a ideologias e forças internacionais. Na nota que lhe enviei em 1972 referi-me concretamente aos auxílios soviético e cubano ao PAIGC, observando que os países que os prestavam não se desinteressariam do que viesse a ocorrer.

O general não deu importância ao caso, segundo parece. Todavia, os seus colaboradores e subordinados na Guiné conheciam os factos (como não haviam de os conhecer?). Otelo Saraiva de Carvalho, no seu tão elucidativo livro *Alvorada em Abril,* descreve-os a pág. 92: «Tendo como suporte ideológico de toda a sua acção de guerrilha a doutrina socialista, o PAIGC contava, obviamente, com o auxílio externo da URSS e de outros países socialistas do bloco soviético no que respeitava a armamento, munições, víveres, estágios militares e culturais e estrutura de propaganda; de Cuba, em matéria de assessores militares (conselheiros e instrutores), médicos e pessoal de enfermagem, bem como de material sanitário ...»

Vem a política «com grandeza», de riscos incalculados, e sem medo do que podia acontecer aos outros, conduzida pelo intrépido general. E que sucedeu? Lê-se a pág. 282 do livro deste: «Mas a pressão internacional centrava-se exactamente na Guiné.» E mais adiante, na mesma página, refere-se aos «focos activos ao serviço do movimento comunista internacional». Pensará o autor que em 1972 essa pressão e esses focos activos, de cuja existência eu o prevenia em eventuais negociações, se manteriam quietos com medo dele, ou por respeito pela sua imagem heróica?

Extensão aos outros territórios da fórmula que se adoptasse na Guiné. Era o 5.º ponto da minha nota, chamando a atenção para o facto de termos coerentemente de aceitar para todos os nossos territórios os princípios que admitíssemos nas negociações com a Guiné. Esta fazia parte de um conjunto e o Governo tinha de encarar o seu caso dentro de uma estratégia global. O general não percebeu isto. E que lhe aconteceu em 1974? Exactamente o que se temia. Referindo-se a pág. 306 ao desastroso Acordo de Lusaca, negociado entre abraços do sinistro Mário Soares aos assassinos de portugueses, diz o enfatuado mas pouco inteligente general: «E, tal como no Acordo de Argel, homologuei-o sob o peso das condicionantes de uma manobra global ...»

O general nunca percebeu as razões evidentes pelas quais o não deixei fazer figura em negociações com Amílcar Cabral para entregar a Guiné. Voltou à carga na carta de 6 de Março de 1973, que reproduzi no meu opúsculo intitulado *O 25 de Abril e o Ultramar* (Lisboa, 1977), pág. 106. Respondi-lhe a explicar o melhor que me foi possível a minha decisão, em carta de 22 do mesmo mês,

reproduzida no mesmo lugar, pág. 117. Explicações inúteis! Razões e factos acumulados não conseguiram convencê-lo. E morrerá sem ter percebido.

Pág. 65 e segs. — *Conversa com Spínola.* Começa por fazer referência a um trabalho que elaborou, a meu pedido, em 1970. A história é a seguinte: estando eu no Buçaco a trabalhar na proposta de lei de revisão constitucional, cujos artigos sobre o Ultramar redigi de novo, recebi a visita de cumprimentos do Sr. de Spínola então a tratamento dos rins nas termas do Luso. Disse-lhe o que estava fazendo e expus-lhe o que pensava sobre o que convinha consignar na Constituição relativamente ao Ultramar, de maneira a permitir a evolução no sentido da autonomia progressiva cuja concepção lhe expus. Perguntei-lhe então como via ele a aplicação destas ideias em relação à Guiné. O general disse-me que achava tudo muito interessante e as minhas palavras lhe haviam rasgado perspectivas novas, mas não se achava preparado para responder. Prometia-me, porém, que ia estudar e depois me responderia. Voltou para Lisboa e, passado tempo, estando comigo de novo, informou-me, encantado, que graças à anterior conversa resolvera ler o meu *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional* e estava aprendendo imenso. Agora, sim, começava a entender muitas coisas. Autografei-lhe um exemplar... E dias depois aparecia-me com o tal exercício escrito, comentando, com um olhar subentendido, que ninguém em Portugal estava tão dentro do meu pensamento como ele. Se foi daí que nasceu o *Portugal e o Futuro* não dei então por isso e só me resta penitenciar-me de ter imprudentemente metido oficiais de cavalaria em esferas de conhecimento onde facilmente podem desvairar.

Na conversa que teve anos depois, em 1973, comigo, refere a pág. 66 o seu projecto de Estatuto da Guiné. Após a revisão constitucional, a Assembleia Nacional, consultada a Câmara Corporativa, discutiu e votou a Lei Orgânica do Ultramar. Durante todo o longo processo legislativo, o governador da Guiné não usou os vários meios ao seu alcance para propor qualquer modificação. Publicada a lei, cada província passaria a ter o seu estatuto, o qual teria de se conter dentro dos limites nela marcados. Da Guiné veio um projecto em desacordo com a Lei Orgânica e que por isso não podia ser assim publicado. Chamado a Lisboa para lhe ser explicada a hierarquia constitucional das formas jurídicas (Constituição, Lei Orgânica, Estatutos...), tomou o problema como questão pessoal, fruto de birra centralizadora do Governo.

Mas o pior na narração dessa conversa de 1973 é o passo em que dá a entender que eu defendia a continuação da defesa militar do Ultramar para beneficiar as indústrias que produziam para a guerra ou para as Forças Armadas (pág. 67). Como nunca ninguém me ouviu tal coisa, teria de se concluir que eu reservara a revelação desta enormidade para o Sr. de Spínola a fim de que um dia ele a estampasse em livro...

É certo que escreve: «*Na sequência da sua argumentação* salientou, *em dado momento,* a incidência do termo da guerra no campo económico como aspecto a ter em conta...» O que mostra que houve uma conversa em termos mais gerais onde o problema económico foi aflorado. E que se disse em tal conversa?

O general usou um argumento muito usado pelas oposições para reforçar a sua tese da necessidade de pôr termo à luta mediante negociações: o peso do custo da defesa no Orçamento do Estado. A paz traria grandes vantagens financeiras e até económicas.

Respondi que a paz era desejável por outros motivos, mas que essa argumentação das oposições era ilusória: o termo das operações militares, na melhor das hipóteses (que era a de ficarmos em boas relações com os novos Estados), implicaria novas e importantes despesas de apoio ao antigo Ultramar português. Quanto à economia, também teria de haver uma reconversão importante e onerosa. E para procurar um exemplo acessível aos seus conhecimentos falei-lhe, inclusivamente, nas indústrias que estavam viradas para o esforço militar. Pormenor, afinal, mas que servia de exemplo compreensível para um oficial de cavalaria.

Ficou «atónito perante a inoportunidade de tal afirmação». E por não estar habituado a pensar nas consequências previsíveis das decisões políticas, veio a ser surpreendido pelos acontecimentos que desencadeou. E, então, lembrando-se talvez dessa conversa comigo, ao tempo tão mal apreciada, invocou Santa Bárbara no meio dos trovões e escreve a pág. 331 do seu livro: «É legítimo, pois, concluir-se que, se não equacionássemos conscientemente o magno problema da descolonização e não propuséssemos soluções justas e equilibradas, estaríamos deliberadamente a provocar uma crise económica em Portugal de resultados imprevisíveis e, concomitantemente, a atirar as populações do Ultramar para a miséria.»

Afinal... era ou não era dever dos governantes pensar no que pudesse acontecer à economia do País no caso de se resolver o problema ultramarino mediante negociações com o inimigo?

Pág. 72 — *Sentimento de honra... lealdade... ombridade, virtudes sagradas* (pág. 11). Corresponderá a esses sentimentos o procedimento de um militar que não só aceita como diligencia obter, uma função de confiança do chefe do Governo, tendo premeditado dar, a partir do novo posto, uma facada nas costas do chefe do Governo e, o que é pior, do País?

Perguntei mais uma vez ao Sr. de Spínola que pensaria ele do oficial que, tendo por ele sido nomeado seu chefe de Estado-Maior, se aproveitasse dessa posição para publicamente atacar a concepção do comando e a orientação seguida na execução dela. Nunca me respondeu.

O general, a partir desse momento, ficou sem autoridade para proferir a palavra — lealdade.

Pág. 75 — *Conversa que se seguiu à publicação de* Portugal e o Futuro. A essa conversa fiz referência no meu *Depoimento*, pág. 196. O general diz que Costa Gomes «demonstrou a consistência das análises contidas no livro», apoiando-se na leitura de alguns recortes de jornais. Não tenho ideia disso. Só me recordo de que Costa Gomes, no fim da minha indignada objurgatória, sacou de um jornal onde vinha o discurso que eu pronunciara dias antes (em 16 de Janeiro) e leu a passagem em que eu dizia: «A crítica é bem-vinda. É bem-vinda

quando traduz o resultado de um estudo consciencioso ou a contribuição de uma experiência rica e assim permite ou realiza verdadeira participação dos cidadãos na vida pública. É bem-vinda na medida em que obriga a repensar problemas e pode conduzir a rectificar atitudes ou soluções.» (Reproduzido no cit. *Depoimento,* pág. 216.) Pretendia com isso mostrar-me que eu, coerentemente, deveria aceitar e agradecer a análise spinolista. Não me foi difícil responder que essas afirmações não podiam entender-se abrangendo as relações hierárquicas de um militar com os seus superiores e tocando assuntos tão melindrosos como os versados no livro, para mais na oportunidade em que ele era publicado e pelo modo como era versado.

Se Costa Gomes acrescentou mais alguma coisa, não foi tão impressionante ou convincente que deixasse rastro na minha memória.

Ambos sublinharam que não viam razão para eu não continuar no Governo: mas é falso que tivesse ficado fora de causa qualquer hipótese de conversações com o presidente da República porque até à despedida, *correcta mas não cordial,* eu respondi às afirmações de que queriam a minha permanência no Governo: «Não, não, falem com o presidente da República.» E fui para o Buçaco esperançado em que esse encontro se realizasse.

Pág. 77 — *Discurso de 5 de Março.* Diz agora o Sr. de Spínola que nesse discurso eu ataquei *demagogicamente* as teses expendidas no livro *Portugal e o Futuro.* Todavia, na audiência que, a seu pedido, lhe concedi em 7 de Março, em conversa que foi imediatamente anotada num fidelíssimo relato, parte do qual publiquei no opúsculo *O 25 de Abril e o Ultramar,* pág. 125, não foi isso que o general me disse. Que pena não ter mudado de opinião noutras matérias onde a experiência lhe devia mostrar que estava errado! Aliás agora vem dizer que o livro tinha o objectivo de «abrir a única porta que poderia salvaguardar a permanência lusíada em África». Assim que pôde, o general abriu-a. E o resultado está à vista. Ele podia não querer ceder o Ultramar: mas cedeu-o e em que condições! Desculpa-se com o desmoronamento das Forças Armadas. Mas quem garante que, afirmada pelo Governo a intenção de descolonizar e negociar, não se daria em 1973 o que se passou em 1974? Acaso as Forças Armadas teriam mais respeito por mim do que tiveram pelos seus prestigiosos generais?

Pág. 80 — «Marcello Caetano que dias antes, em plena Assembleia Nacional, transformara o livro *Portugal e o Futuro* em bandeira revolucionária, acabou por oferecer ao "Comité da Revolução" o chefe e o vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.»

Quem tiver a paciência de ler o meu discurso de 5 de Março de 1974 verá que só há nele a recapitulação das razões aduzidas ao longo do meu governo para justificar a política seguida relativamente ao Ultramar. Nem uma só referência ao livro do general.

A demissão dos dois chefes militares era inevitável e só pode ser criticada por ter sido tardia: mas esforcei-me por ver se evitava a crise que sabia ela viria a produzir.

Quanto ao resto, reproduzo do apontamento da já citada conversa de 7 de Março (parte ainda não publicada): «Mas logo a seguir (o general) reafirmou a sua fidelidade. Queria solenemente dizer-me que nunca seria homem de esquerda; houvesse o que houvesse nunca o veriam do lado da oposição. Aliás a rádio de Argel bem o sabia e estava a atacá-lo violentamente. E o *República* também. Por sinal que tinha sido cortado um artigo de Portela Filho que ele gostava de ver publicado por claramente mostrar a separação existente entre ele, general, e as esquerdas. É um militar disciplinado. Não colabora em revoluções. Não é homem de golpes de Estado.»

Lembrar-se-á o general?

Pág. 85 — *Generais irrequietos*. Vejo que até o meu velho amigo Costa Leite, sempre ultra nas suas opiniões políticas, e que tratei com tanta bondade em tantas ocasiões, apadrinhava a conspiração! Em que ambiente de traições e defecções eu me movia! Com que então em 13 de Setembro de 1973 já Kaulza criticava a minha política! E algum tempo depois, em almoço com Lumbrales, afirmava que a minha política «estava sendo sub-repticiamente orientada para o colapso militar no Ultramar» e conspirava às claras!

Kaulza, quando assumi o Governo em Setembro de 1968, estava afastado das actividades militares, era brigadeiro moderno e exercia na Presidência do Conselho as funções civis de presidente da Junta de Energia Nuclear. Prestigiei-o o mais possível e, desejoso de aproveitar no generalato os melhores valores das Forças Armadas, empenhei-me na sua promoção. Havia dois óbices: à frente dele estava Costa Gomes, à data com cinco anos de serviço em Moçambique e reputado profissionalmente distinto; quanto a Kaulza nunca tinha servido no Ultramar. Para remover a primeira dificuldade consultei o presidente da República que me disse não ter nenhuma confiança no carácter de Costa Gomes cuja participação no golpe de Estado do gen. Botelho Moniz e em conspirações posteriores o tornavam suspeito, mas reconhecia ter-se redimido em grande parte em Moçambique onde ele próprio, presidente, verificara que prestava bons serviços. Por isso não punha obstáculo político à promoção. Quanto ao segundo óbice, à promoção seguir-se-ia a nomeação de Kaulza para o Comando-Chefe de Moçambique, como de facto sucedeu.

Não entrarei aqui na apreciação do que foi o comando do gen. Kaulza, apreciação que de resto está feita no livro de Silva Cunha, pág. 344 e segs. Decorridos três anos de comissão, Kaulza propôs-se continuar em Moçambique no caso de serem satisfeitas certas condições que formulou e de acordo com as quais assumiria o comando unificado de Angola e Moçambique com poderes para deslocar tropas de uma para outra província consoante as circunstâncias aconselhassem, além de pedir à Metrópole um reforço de 10 000 homens. O assunto foi apreciado em Conselho Superior de Defesa Nacional e a proposta considerada inaceitável. Mas entretanto, em Julho de 1973, estalava o escândalo internacional dos chamados «massacres» de Wiryamu. Vim a apurar que a destruição das aldeias e o assassínio em massa das suas populações tinham sido ordenadas pelo comandante-chefe e executadas por tropas da reserva do Comando. Pareceu-me

inconveniente que o gen. Kaulza continuasse em qualquer função de comando e ordenei o seu regresso à Junta de Energia Nuclear, o que efectivamente sucedeu. Na Presidência do Conselho, as nossas relações voltaram a ser cordiais.

Quando em certa altura se adensaram as informações de que o gen. Kaulza andava conspirando, resolvi chamá-lo e falar-lhe de olhos nos olhos. A conversa teve lugar a 14 de Fevereiro de 1974. Disse-lhe que de todo o lado me informavam que ele andava a conspirar, mas eu não acreditava. E não acreditava por consideração pela sua inteligência e pelo seu carácter. Expliquei depois: ele era um homem inteligente e devia ter a noção de que se o regime baqueasse e o governo caísse seria em benefício da esquerda, pois eram as ideias esquerdistas que constituíam o ideário revolucionário, nunca em benefício de pessoas como ele, Kaulza de Arriaga, que só teria a perder. E quanto ao carácter, ele estava a trabalhar na Presidência do Conselho, com acesso fácil ao presidente, e portanto custava-me a crer que não começasse por me dizer a mim as razões da sua divergência. Kaulza, que mais tarde afirmava ter-me dito coisas tesas (o que não é verdade), embaraçado, declarou que evidentemente não andava a conspirar, ainda bem que eu lhe fazia justiça, apenas ao ver a desorientação que lavrava entre os militares jovens no movimento de capitães, falara com mais dois ou três generais para ver o que se poderia fazer, canalizando esse clamor para as vias hierárquicas e procurando assim evitar asneiras. E foi só.

Também este se deve ter lembrado algumas vezes após o 25 de Abril das minhas palavras. Pagou duramente a sua deslealdade para com o Governo que eu chefiava e que ele ainda agora tem o descaramento de dizer que «governava mal». Depois de tudo quanto se tem visto em matéria de desgoverno! E quanto à minha intenção sub-reptícia de encaminhar as coisas para a derrota militar, eu que tanto me consumi para que não faltassem os meios às Forças Armadas (tivessem elas querido combater!), é uma injúria que repilo e que mostra quanto eu estava enganado acerca da inteligência e do carácter do gen. Kaulza. (Quanto ao seu bom senso, vá lá, nunca tive ilusões.)

Pág. 97 — Escreve o gen. Spínola: «Em 14 de Março fui destituído das minhas funções de vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, passando à situação de 'suspeito político', situação em que, aliás, me encontrava há muito tempo, dada a minha política social como governador da Guiné.»

Há aqui uma insinuação que não posso deixar passar em claro. O gen. Spínola tomou muitas iniciativas sem conhecimento e por vezes contra expressas instruções do Governo, mas em matéria militar. Quanto à sua política social, porém, nunca houve divergência entre mim e ele, como várias vezes reconheceu pública e particularmente. Está expresso, aliás, em afirmações minhas que a subversão das populações nativas se prevenia e combatia aliciando almas e não exterminando pessoas. De resto, apesar de se considerar suspeito político, o general nunca deixou as quatro estrelas em actividade de serviço.

Pág. 117 — *A frase histórica do general.* Spínola entendeu que a sua chegada junto de mim, no dia 25 de Abril, no Quartel do Carmo, devia ficar assina-

lada por uma frase para a História. E então, ao descrever o encontro, afirma que disse: «O estado em que Vossa Excelência entrega o País! Tudo isto se poderia ter evitado. É tarde para Vossa Excelência reconhecer a razão que me assistia ...» Tenho bem gravado na memória o que se passou nesse dia e estas frases não condizem com as minhas recordações. O general chegou ao pé de mim (estava eu sentado num sofá) e, antes mesmo de me cumprimentar, rodeado de vários militares, desabafou: «A que estado estes gajos deixaram chegar isto!» Referindo-se ao tumulto existente no Largo do Carmo. Levantei-me e cumprimentámo-nos. Sentámo-nos os dois no sofá e Spínola comentou: «Se Vossa Excelência me tem escutado, tudo isto se teria evitado. Mas o senhor não quis ouvir-me.» (A quantidade de pessoas que depois do 25 de Abril me tem dito coisas semelhantes! Pelos vistos, se eu tivesse seguido todos os conselhos recebidos o resultado seria magnífico. O pior é que uns não queriam nenhuma abertura política e outros achavam pouco tudo quanto se fazia; uns não admitiam nenhuma mudança na política ultramarina, outros iam até à imediata entrega aos movimentos de libertação ...)

Respondi-lhe:

«O que teria evitado isto, era o senhor e o Costa Gomes terem ido expor a situação ao presidente da República quando lhes pedi para o fazerem no encontro em minha casa por ocasião da publicação do seu livro. Mas o momento não é para recriminações. Quais são os seus projectos a meu respeito?»

O general explicou que estava pronto no Aeroporto Militar da Portela de Sacavém um avião para me conduzir, ao presidente da República e a alguns ministros, à ilha da Madeira. Simples medida de protecção das pessoas contra as exaltações revolucionárias. E com surpresa verificou que o presidente da República e a maior parte dos ministros não estavam ali comigo, ao contrário do que julgava.

Voltando à frase histórica: como digo, não me lembro de a ter ouvido. E se eu fosse ao general, no caso de a ter proferido, teria o pudor de a não recordar. O estado em que eu deixei o País em 25 de Abril de 1974 foi o da integridade territorial, governantes respeitados, administração eficiente e honesta, economia nacional em desenvolvimento, grandes reformas, como a da previdência social e da educação, em curso, finanças sãs com orçamento equilibrado, contas em dia, tesouraria abastecida, dívida pública mínima, reservas cambiais e de ouro de primeira ordem ...

Quanto à indisciplina das Forças Armadas, desse dia, os responsáveis eram os chefes que, traindo a confiança que eu depositara na sua lealdade, as haviam arrastado à revolta.

Compare-se com o estado em que, poucos meses depois (Setembro de 1974), o general Spínola deixou o país, segundo a descrição que ele mesmo fez na sua mensagem de renúncia (pág. 238) e que era apenas o princípio da destruição do País por ele imprudentemente desencadeada, e compare-se. Não me envergonho do estado em que deixei o País em 1974: mas ele bem pode ter vergonha do que aconteceu durante o seu governo e que não soube nem pôde controlar.

Conclusão — Havia muito mais a comentar nesta espantosa confissão de impotência e incompetência do primeiro presidente saído da revolução do 25 de Abril. Mas não me proponho desde já esgotar o assunto, tanto mais que outras tarefas me solicitam a atenção.

É agora fácil compreender o período em que me ataca no intróito do livro. Diz ele a página 10:

«É certo que a principal responsabilidade cabe a Marcello Caetano. Quis governar sem riscos. A sua definição acelerou o apodrecimento das estruturas políticas. As Forças Armadas, que eram o sustentáculo do seu poder, perderam o idealismo e nem sequer soube dialogar com elas, apesar de lhe terem surgido várias oportunidades, que eu próprio lhe ofereci directamente ou por intermédio de alguns dos seus colaboradores mais válidos. Obcecado pela cegueira do mando e pelo complexo do medo, tudo recusou! ...»

Quem ler com atenção o livro do general verificará que a sua grande mágoa em relação a mim foi a de não ter feito o que ele queria e que conduziria aos bonitos resultados que se viram — e que eu previ. Se eu tivesse aceite o papel que ele me distribuía, o responsável pela derrocada seria hoje inegavelmente eu, e não ele. Daí a ira.

Quis governar sem riscos... Está muito enganado. Constantemente corri riscos nas decisões que tomava. Mas riscos calculados. O que não podia era enveredar por caminhos onde o risco representava 90% de probabilidade de erro, com consequências catastróficas para o povo português. Spínola, após o 25 de Abril, não hesitou em corrê-los, ao admitir os comunistas no Governo, ao pôr em prática uma ingénua política de descolonização, ao abrir de chofre todas as comportas anti-revolucionárias: os resultados viram-se.

A minha indefinição? Em quê? As ideias que defendi e procurei pôr em prática estão bem claras nos pronunciamentos feitos durante cinco anos e meio, na sua maioria reunidos em volumes impressos. Claro que em matéria ultramarina, tendo de lutar contra a subversão armada, de defender na retaguarda os militares que combatiam por Portugal e de fazer frente à grande ofensiva dos Governos africanos, asiáticos, comunistas e socialistas executada nas Nações Unidas; e pelos meios de comunicação em todo o Mundo, todo o cuidado no procedimento do Governo português era pouco: sabia muito bem o que queria, mas também sabia que declarações prematuras e demagógicas comprometeriam, porventura irremediavelmente, os meus propósitos. Disse mais de uma vez que o futuro português no Ultramar se jogava ao sul do equador, e não podia arriscar Angola e Moçambique para resolver o caso da Guiné. Todos quantos tenham lido os vários passos em que expus as razões contrárias às negociações spinolistas antes de 1974 verificam que eu tinha perfeitamente definido o que pensava e o caminho a seguir.

O mal foi a inversão de papéis, quando as Forças Armadas quiseram passar do seu papel constitucional e normal de instrumento da política nacional, a definidoras desta. Claro que não dialoguei com elas como teria feito se me dominasse o gosto e a cegueira do mando ou do poder e neste me quisesse manter a qualquer preço. Ouvi, sim, mais do que qualquer governante português o fez

antes de mim, os seus chefes; dei ao Conselho Superior de Defesa Nacional uma vida e um papel que ele nunca tinha tido. E esse era o diálogo que o presidente do Conselho de Ministros, responsável pela política de defesa, podia e devia manter. Mas diálogo ao nível de capitães, diálogo para mercadejar soluções ou apoios, diálogo para subordinar os órgãos da soberania da Nação aos caprichos da caserna, de facto não os aceitei, e não estou arrependido disso. Não o fiz pela «cegueira do mando», mas por outra coisa que se não confunde com a pseudograndeza dos governos megalómanos e que era apenas a consciência da dignidade e natureza das funções em que, bem ou mal, estava investido. Expliquei, aliás, a um dos interlocutores que aceitar um dia o diálogo com oficiais em ambiente de indisciplina era abrir o caminho para no dia seguinte ter pela frente a sovietização das Forças Armadas. Também o gen. Spínola teve a glória de ver cumprida a minha predição.

Resta ajustarmos as contas acerca do «complexo do medo» que segundo o Sr. de Spínola me obcecava. Claro que o medo é uma fatalidade da natureza humana. Ninguém pode gabar-se de estar livre dele. Eu percorri o País todo, aquém e além-mar, em condições que o povo português pôde repetidamente verificar, expondo-me sem receio. Mas no Quartel do Carmo, quando vi perdida a partida para o Governo e ouvi regougar lá fora os díscolos reunidos à volta de meia dúzia de carros de combate, jurei de mim para mim que não me apanhariam vivo e, se o general Spínola não me tivesse ido buscar, estava resolvido a dar um tiro na cabeça. Reacção de medo, afinal.

O próprio general Spínola, o homem que durante a vida inteira se expôs temerariamente às balas, no dia 11 de Março de 1975 teria procedido, em Tancos, como a coerência para com a sua Torre e Espada e a sua medalha de Valor Militar exigiam? Ele era o meu herói: e esse herói estava eu a vê-lo dizer aos oficiais que o acompanhavam que quem quisesse ficasse junto dele para a derradeira resistência. Estava eu a vê-lo entrincheirado numa das casernas a repelir a tiro as tentativas para o capturarem, de modo a empolgar o País e o Mundo chamando a atenção para a tirania contra a qual se revoltava. E, afinal, que aconteceu? O general fugiu de helicóptero para Espanha, donde tomou o avião que, depois de várias vicissitudes, veio a parar no Rio de Janeiro.

De maneira que o medo individual em certas ocasiões acontece. Eu quero crer, porém, que o general, ao dizer-me «obcecado pelo complexo do medo», não queria dizer isso: pretendeu apenas dizer que eu era timorato nas minhas decisões políticas, que tive medo do que poderia acontecer nas negociações que ele pretendeu conduzir com Amílcar Cabral e coisas assim. E embora haja diferença entre a prudência de evitar consequências, previsíveis e previstas, muito provavelmente decorrentes de um acto, e o medo, eu até aceito o medo. Porque, na verdade, quando eu pensava (como publicamente disse) no que poderia suceder aos portugueses estabelecidos no Ultramar em consequência de um passo em falso do Governo, na desgraça das famílias brancas, na perseguição aos nativos fiéis, na derrocada da economia que construímos, na ruína da nossa obra civilizadora, tinha medo, não por mim, mas pelos outros, pelos seres humanos em perigo e por uma Pátria ameaçada.

O general Spínola assumiu galhardamente o governo no dia 25 de Abril. Vi-o sair do Quartel da Pontinha onde eu estava preso, num longo e tilintante cortejo de automóveis, jipes e tanques, imponente escolta que o custodiava a caminho da Radiotelevisão Portuguesa. E, homem sem medo, começou imediatamente a pôr em prática tudo aquilo que eu hesitava (ou me recusava) em fazer, por medo das consequências catastróficas que se me afiguravam evidentes e inevitáveis. Este seu livro, *País sem Rumo,* vem mostrar o que na verdade resultou dessa política irreflectida e sem temor. O Sr. General pode limpar as mãos à parede.

30-XII-1978

II

CARTA DO AUTOR AO GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA

Lisboa, 17 de Janeiro de 1979

Ex.mo Senhor General António de Spínola

Apenas uma vez falei a V. Ex.ª, em 5 de Janeiro de 1974, quando era reitor da Universidade de Lisboa, cargo de que fui demitido em 29 de Abril pela revolução que V. Ex.ª inspirou e deu com o País em terra. Cinco anos depois continuo afastado da minha cátedra, em nome da Liberdade de que foi o supremo intérprete. Mesmo admitindo que não estejam em causa a sua boa-fé e patriotismo, a verdade é que o 25 de Abril, feito a coberto do nome de V. Ex.ª, despedaçou Portugal. E tamanha responsabilidade moral há-de acompanhar V. Ex.ª para o resto da vida.

Não é meu desejo examinar a obra *País sem Rumo,* onde se patenteia a confissão de uma incapacidade política que não absolve um chefe que não soube descortinar os traidores que tinha ao seu redor. Eu quero apenas, como amigo que me honro de ser do Prof. Marcello Caetano, lavrar o meu protesto contra a injusta crítica que V. Ex.ª lhe dirige. Como muitos outros que agora se dizem enganados, também o Sr. General quis arranjar um bode expiatório que o ilibe da desgraça feita ao nosso povo. Mas não é justo nem digno que o faça, pois trata-se de um homem que lhe foi sempre leal, que serviu dignamente a nossa Pátria e que a história elevará um dia no seu exemplar patriotismo e inteireza moral. Não foi o Prof. Marcello Caetano que destruiu a Nação euro-ultramarina, mas quantos o criticaram e não souberam ter dons de comando para dominar os acontecimentos.

Os homens terão de ser julgados pelas suas acções, sobretudo quando erraram ou foram enganados, como parece ser o caso do Sr. General. Ouça V. Ex.ª a voz

do povo e ela lhe dirá, nas mais largas franjas da população, a ternura, a admiração e a saudade que sente do Prof. Marcello Caetano. *País sem Rumo* devia abrir com esta frase: «Peço perdão aos portugueses dos males que lhes causei.» E na 2.ª edição da obra outra frase se justifica: «Que o Prof. Marcello Caetano me perdoe ter sido injusto para com ele, pois era ele quem tinha razão.»

Com os meus cumprimentos, sou de V. Ex.ª,

Joaquim Veríssimo Serrão

III

CARTA DO GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA AO AUTOR

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1979

Ex.mo Senhor
Prof. Dr. Joaquim Veríssimo Serrão
Avenida João Crisóstomo, 21 - 1.º Dto.
Lisboa

Senhor Prof. Veríssimo Serrão

Ao receber a sua carta felicito V. Ex.ª pelo facto de nela transbordar um sentimento de gratidão e amizade para com o Prof. Marcello Caetano. É um sentimento tanto mais louvável quando permanece para além das contingências do Poder.

Julgo, porém, que neste caso a gratidão e a amizade associadas à revolta contra as injustiças a que V. Ex.ª foi sujeito lhe toldaram o espírito. Tal facto, embora perigoso em qualquer cidadão, é sobremaneira grave nos que, como V. Ex.ª, são justamente considerados dignos historiadores da vida do nosso País.

O Prof. Marcello Caetano teve a oportunidade única de encaminhar Portugal para uma Democracia e de, simultaneamente, resolver o problema do Ultramar português de acordo com os princípios universais de autodeterminação, construindo uma comunidade unida pela língua, pela cultura e por legítimos interesses económicos e sociais.

Marcello Caetano perdeu essa oportunidade na mediocridade da hesitação permanente, nas tímidas aberturas sem consequência, nos enganos a que submeteu o País e na frustração a que conduziu os seus colaboradores mais válidos.

As Forças Armadas portuguesas sofreram uma derrota, mas não foi o inimigo do campo de batalha que as venceu; foram derrotadas pela incapacidade política dos governantes e dos traidores que se acolheram no seu seio. Se estes últimos

só se desmascararam após o 25 de Abril, no que respeita aos governantes, embora eu reconheça as minhas responsabilidades, as maiores cabem ao Prof. Marcello Caetano. Honro-me de o ter aconselhado insistentemente durante os dois anos que precederam o 25 de Abril. O estado de deterioração que herdei nas Forças Armadas, em Abril de 1974, não são obra minha, antes são obra exclusiva do Prof. Marcello Caetano. Mas não serei eu que o acusarei de falta de patriotismo; porém, responsabilizo-o por não ter sabido ser grande quando o Povo e as Forças Armadas o apoiariam na construção de um Estado Democrático Moderno, que ocupasse o lugar a que tem direito no Mundo Ocidental.

Também, como V. Ex.ª, eu ouço a voz do povo. E aquilo que ouço, e que certamente V. Ex.ª também poderá ouvir a todo o instante, clama por um profundo amor à Liberdade e ao Trabalho. Liberdade que o Prof. Marcello Caetano não lhe soube dar. Trabalho que, infelizmente, os acólitos de internacionalismos lhe querem retirar.

Assim, na 2.ª edição do meu livro, em vez da frase que V. Ex.ª me propõe, justificar-se-á antes esta: «Que, para além da crítica fácil baseada nas trágicas consequências do '25 de Abril', os homens de sã consciência deste pobre País meditem sobre os erros que lhe estiveram na origem, para que a Liberdade não mais seja perdida e o Trabalho seja a grande alavanca da reconstrução de Portugal.»

Com os meus cumprimentos, sou

De V. Ex.ª
Atenciosamente

António de Spínola

IV

CARTA DO AUTOR AO GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA

Lisboa, 11 de Fevereiro de 1979

Ex.mo Senhor General António de Spínola

Começo por agradecer a V.ª Ex.ª a sua carta de 5 de Fevereiro e as palavras com que se refere à minha amizade de ontem, de hoje e de sempre pelo Prof. Marcello Caetano. Mas não creia V. Ex.ª que a minha sanidade mental foi atingida, pois sofro apenas de uma outra doença, essa talvez incurável, que é a do profundo desgosto que sinto pela desgraça em que o 25 de Abril lançou o nosso País.

Vivi muitos anos no estrangeiro e pude verificar o respeito em que se tinha a pequena nação que defendia a sua maneira própria de estar no mundo, não receando a cobiça das outras nações. Tínhamos a consciência do nosso humanismo, defendíamos valores que o pragmatismo dos outros não entendia, sabíamos que o alvo do inimigo era a nossa fraqueza. Os soldados portugueses eram considerados heróis, porque defendiam brancos, negros e mestiços contra hordas aventureiras que queriam destruir a única nação euro-ultramarina da história. Para nós, era preciso confiar no tempo. As Forças Armadas, na devida subordinação ao poder político, tinham de aguardar, enquanto fosse necessário, as condições de uma paz honrosa que permitisse a autonomia progressiva dos territórios ultramarinos, com o seu destino confiado a quantos sentiam a grandeza da Pátria una. Não se estava longe disso em 24 de Abril de 1974, o que se impunha era não perder a fé, perseverar na verdade e respeitar a autoridade legitimamente constituída. Quebrar uma obra em marcha, para fazer entrega ao internacionalismo soviético desse legado da história, foi uma iniquidade para com a Pátria e todos os que por ela deram a vida.

Não era minha intenção analisar *País sem Rumo,* mas uma vez que o Sr. General me concede o ensejo de o fazer, aproveito para lhe dizer o que penso do seu livro. Podemos reconhecer que não estão em causa o patriotismo e a boa-fé de V. Ex.ª Mas ao mesmo tempo não escapa a ninguém que a sua vaidade o levou a embarcar numa aventura sem lhe medir as consequências. Foi enganado por muitos que considerou seus amigos e que se aproveitaram da sua falta de experiência política, não apenas para o trair, mas, o que é mais grave, para anavalharem a nossa Pátria. As pessoas sérias podem ser vítimas dos que nasceram sem alma e o Sr. General teve muitos ao seu redor. E quando há traição, pode afirmar-se que a culpa é sempre do traidor e nunca do traído, pois o coeficiente da boa-fé absolve, em grande parte, os que se deixaram cegar ou iludir. Repito *em grande parte* porque se nos enriquecemos com o engano pessoal, o que se pratica a coberto do nosso nome pode ter consequências muito graves para o futuro das instituições e da Pátria.

Eu compreendo que V. Ex.ª tenha escrito *País sem Rumo* para se justificar perante a Nação portuguesa, aos olhos de quantos confiaram em si ou não tiveram meios para evitar a grande desgraça. Narrando a história dos acontecimentos desde 25 de Abril a 28 de Setembro, podia o Sr. General ter prestado um grande serviço à história, apontando o nome dos que um dia terão de responder por crime de alta traição. Fê-lo V. Ex.ª para muitos, mas eu estranho e muito boa gente comigo que tenha poupado os chefes civis e militares que fizeram mover a engrenagem de Londres, Argel, Lusaca e Alvor. Trazer ao conhecimento público o nome dos responsáveis só podia merecer o aplauso de quantos foram vítimas da tragédia e imploram justiça. Se *País sem Rumo* tivesse como grande pano de fundo denunciar os traidores, os desonestos, os corruptos e os aventureiros, o País teria agradecido ao Sr. General a sua coragem, a sua honestidade e, mesmo, a humildade de bater com a mão no peito e confessar o seu engano.

Mas o que diminui a obra e lhe tira muito do seu valor é aquele infeliz

prefácio em que V. Ex.ª se refere em termos injustos ao Prof. Oliveira Salazar e ao Prof. Marcello Caetano, dois estadistas que bem serviram a nossa Pátria e de quem a história falará um dia com grandeza e admiração. Não se respeitou a morte de um e o exílio do outro, que são pontos sagrados para uma pessoa bem formada como eu acredito que seja o Sr. General. Da grandeza do primeiro ouviu V. Ex.ª falar a seu Pai que foi um dedicado colaborador do grande estadista. Da lealdade, carácter e estatura do segundo teve V. Ex.ª conhecimento directo pelas marcas de estima e consideração que dele recebeu. É um acto gratuito, numa obra que visa esclarecer um novo período da história portuguesa, atribuir as culpas ao passado, na pessoa de um homem que foi um governante digno, honrado e patriota e que sofre hoje um injusto exílio que é uma vergonha para o País que o viu nascer.

O Sr. General tece na sua carta algumas considerações quanto à pretensa falta de visão do Prof. Marcello Caetano no ante-25 de Abril. Se V. Ex.ª o tem ouvido e não se deixasse enfeitiçar pelo amigo que o traiu, como seria hoje diferente a sorte de Portugal! Os factos vieram demonstrar que era ele quem tinha razão e não o Sr. General. Mas se o Prof. Marcello Caetano a não tivesse, que ganhava V. Ex.ª em arranjar um culpado ou responsável para a desgraça que o 25 de Abril provocou? O benefício da santa liberdade está patente: um País a viver de esmolas, uma plutocracia socialista que só consome o esforço dos outros, 500 000 desempregados sem contar a miséria escondida, o desrespeito da autoridade, o palratório parlamentar, o regabofe! Será isto a imagem da democracia? Seria assim nos tempos de outrora, quando V. Ex.ª se batia galhardamente nos campos de África para defender a civilização que ali criámos? Pois se os chefes militares não conseguiram impor-se a um exército insubmisso, como quer o Sr. General que o Prof. Marcello Caetano tivesse feito esse milagre? Estando a Nação, como estava, a ser bem governada, porque não se aguardou mais um ano ou dois para convencermos o mundo de que a autonomia progressiva na África portuguesa ia produzir os seus frutos? Em qualquer Estado bem constituído, o poder militar obedece ao civil: porque não souberam as Forças Armadas, em 1974, estar à altura da sua missão, deixando-se arrastar para a aventura dos capitães? Culpa têm-na certamente os traidores confessos e encapotados que se aproveitaram do nome limpo e do prestígio militar de V. Ex.ª para fazerem da África portuguesa campos estratégicos do comunismo internacional. Depois desta triste verdade, será ainda possível repetir que o culpado do 25 de Abril foi o Prof. Marcello Caetano?

Percorra o Sr. General as ruas e campos do nosso País e ausculte o povo autêntico, os bons e os humildes, não os privilegiados da «Revolução dos Cravos». Aqueles lhe dirão o afecto que votam ao estadista que se debruçou nos seus problemas, lhes aumentou o nível de vida e os tratou com consideração. Todos pedem a Deus que o Prof. Marcello Caetano volte um dia a orientar os destinos deste país e se o fazem é por gratidão e saudade. O Sr. General, que é uma pessoa bem formada e ama a sua Pátria, há-de reconhecer no fundo de si próprio que eu tenho razão. Continue, pois, a fustigar os que traíram o ideal português no 25 de Abril, que tem o meu inteiro aplauso, mas deixe em paz o Prof. Marcello

Caetano, que continua no exílio a honrar o nome de Portugal e já entrou na História como ele é: de corpo inteiro, grande pelo carácter, impoluto pela vida e obra, de um patriotismo exemplar.

Apresento a V. Ex.ª, Sr. General, os meus cumprimentos, subscrevendo-me atenciosamente,

Joaquim Veríssimo Serrão

V

CARTA DE MARCELLO CAETANO À REVISTA *BC DIÁRIO*, DO RIO DE JANEIRO, EM 28 DE AGOSTO DE 1979

Senhor Director:

Ao ler o n.º 5892 do *BC*, correspondente aos dias 16-17 de Agosto, encontro a pág. 8 um artigo cuja leitura me encheu de tristeza por ver como um jornal sério pode, na sua boa-fé, acolher as mais desonestas informações. Intitula-se o artigo — «Em Portugal, a quarta Maria» — e quase não há nele uma linha em que se não encontre uma falsidade. A verdade é que há bastantes anos que a política em Portugal não estava «restrita aos homens», e desde 1935 havia mulheres deputadas à Assembleia Nacional, procuradoras à Câmara Corporativa, presidentes de municípios, altas funcionárias... O articulista até *inventa* um artigo da «velha constituição salazarista» que faria das mulheres cidadãs de segunda classe! O preceito transcrito no artigo entre comas *nunca existiu*. O que se lia no § 2.º do art. 5.º da Constituição de 1933 é que «a igualdade perante a lei envolve... a negação de qualquer privilégio de nascimento, raça, sexo, religião ou condição social salvas, quanto ao sexo, as diferenças de tratamento justificadas pela natureza...» A redacção primitiva acrescentava: «Salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza *e do bem da família*»... Não sei se a revolução de 1974 acabou com as diferenças do sexo resultantes da natureza e confere aos homens o direito à licença por parto e ao subsídio de aleitamento, por exemplo, que eram privilégio das mulheres ressalvados pela Constituição...

As diferenças salariais entre mulheres e homens eram, antes de 1974, em Portugal, quando existiam (o que em muitos sectores não sucedia) muito menores do que noutros países que peço licença para não citar, bem como as oportunidades de acesso feminino a postos de direcção.

A própria biografia da Eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo é prova de quanto as informações do *BC* são erradas. Não tendo podido candidatar-se a deputada em 1969, em virtude de ter residido no estrangeiro nos anos anteriores e descurado a sua inscrição como eleitora no recenseamento eleitoral, a Eng.ª Pintasilgo foi nomeada para um dos lugares de procurador à Câmara Corporativa à

disposição do Governo (para este poder designar técnicos), lugar que desempenha de Outubro de 1969 a 25 de Abril de 1974. Nesse período foi por mim designada membro da delegação portuguesa a duas assembleias gerais da ONU, e ocupou a presidência de uma comissão constituída no Ministério do Trabalho para estudar a condição social da mulher e propor providências convenientes ao seu melhoramento.

A sua carreira política foi pois iniciada no regime anterior, tal como sucedeu a outras mulheres que têm ocupado cargos no regime actual como a Prof.ª Isabel Magalhães Colaço, a Prof.ª Maria de Lurdes Belchior Pontes (que foi conselheira cultural da Embaixada de Portugal no Brasil) a Dr.ª Maria Manuela Silva e outras.

O autor do infeliz artigo do *BC* emparelha a Eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo com certas «três Marias» que gozaram de grande notoriedade no final do anterior regime.

Essas três Marias publicaram um livro que, reputado pelos seus primeiros leitores obsceno ou escabroso, foi denunciado à Polícia Civil e por esta apreendido e, nos termos da lei, posto à disposição do Ministério Público. A procuradoria da República competente confirmou a apreensão e intentou acção criminal no juízo respectivo. Desencadeou-se então uma campanha promovida pelas organizações feministas internacionais de conotação esquerdista, as quais nunca negaram o carácter obsceno do livro (não sei por mim, porque não o li), mas sim que ele fosse ou pudesse ser objecto de procedimento «caso tivesse sido escrito por homens». O processo criminal correu seus termos, com as rés em liberdade, e foi julgado, dias após a revolução de 1974 com a absolvição das incriminadas. Uma delas veio logo ao Brasil, aqui deu conferência à imprensa e lançou um livro de poemas sáficos, mas logo que se viu não ter sido mártir, como se dizia, e se ouviram as suas declarações, o bom senso brasileiro fez silêncio sobre ela.

Ora a Eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo é uma senhora que tem conduzido a sua vida com honestidade exemplar, numa senda de trabalho sério onde sempre revelou as suas qualidades de inteligência, cultura e eficiência. Não merece ser igualada a escritoras que cultivaram o escândalo.

O facto da Eng.ª Pintasilgo ter mudado um tanto surpreendentemente de posição política do dia 24 para o dia 26 de Abril de 1974, não me leva a ser injusto para com ela e negar-lhe os méritos intelectuais e morais que possui.

Agradecendo, Sr. Director, o melhor acolhimento que possa dar a estes esclarecimentos, subscrevo-me, atentamente,

Marcello Caetano

VI

PROFESSOR MARCELLO CAETANO

— *A REPARAÇÃO NACIONAL QUE SE IMPÕE*

O Dia, de 12 de Agosto de 1980

Perfaz 74 anos no próximo domingo o Prof. Dr. Marcello Caetano, que foi o último presidente do Conselho do regime deposto pelo 25 de Abril. A efeméride impõe uma reflexão à consciência dos Portugueses que, por sentimento de respeito ou imperativo de gratidão, entendem chegada a hora de se lhe prestar inteira justiça.

Catedrático de Direito ao longo de 42 anos, serviu a Universidade de Lisboa com uma docência exemplar e que muitas gerações de alunos unanimemente reconhecem. Jurisconsulto de prestígio dentro e além-fronteiras, abriu domínios novos e renovou outros na história e na ciência jurídica. Homem de invulgar preparação e atento às mais prementes realidades sociais, impôs-se pela ânsia que sempre o animou de bem servir Portugal. São tudo razões para que não o esqueçam largas franjas da população, sobretudo as classes mais humildes, cujos anseios sentiu e atendeu. Como não o esquecem todos os que viveram e captaram o seu humanismo político e que hoje se interrogam sobre as razões de um exílio que consideram uma afronta para a consciência nacional.

Na serena perspectiva do tempo, que permite com isenção e justeza avaliar a conduta dos homens, não restam dúvidas quanto o Prof. Marcello Caetano foi honesto, diligente e patriota ao serviço de Portugal. Contra a sedenta cobiça dos imperialismos, com ele se defendeu o corpo físico e a unidade moral da Nação. Quem não perdeu a memória, sabe ainda recordar os benefícios materiais e culturais que durante o seu governo se derramaram por todo o país. Não se trata de mero saudosismo, mas de verdades que a história registará em defesa de um estadista que serviu dignamente a causa pública e apenas quis o bem dos Portugueses.

A demagogia verbal, espalhada aos quatro ventos para desorientar as multidões, nunca conseguirá desmentir a verdade implícita no progresso que o País viveu sob o governo do Prof. Marcello Caetano. Pese embora aos fanáticos que fazem do ódio e da recriminação a única meta da vida (a democracia consiste, para muitos deles, em bater nos mortos e injuriar os vencidos), reconhecem as pessoas de bem a craveira mental do Prof. Marcello Caetano e o zelo e dedicação com que serviu o Estado. E também sabem os agravos de que ele foi objecto, no longo cortejo de traições que o acompanhou, por parte de muitos que o serviram e depois, por ingratidão, o abandonaram.

Do instinto dos povos emerge um profundo sentimento de justiça, pelo que bem conhecem os dirigentes que se identificam com as suas mais caras aspirações e se entregam devotadamente, sem olhar ao peso dos sacrifícios, à causa

nacional. Por isso, cresce a voz do povo português a exigir uma reparação para o Prof. Marcello Caetano, para que se ponha termo aos seis anos que leva feitos de exílio. E para que lhe seja concedida a aposentação a que tem direito pelos seus 46 anos de serviço na função pública, revogando-se a demissão que lhe foi imposta contra as mais elementares regras da justiça.

Não se admite que uma hedionda lei do gonçalvismo, que o fez incorrer na pena de 12 anos de prisão pelo «crime» de haver sido presidente do Conselho, impeça o Prof. Marcello Caetano de regressar ao seu País. Impõe-se também a revogação dessa medida que é uma afronta aos direitos humanos, tão invocados e nem sempre cumpridos. Dificilmente sobrevive ao seu tempo uma revolução que não traga como ideário um grande projecto de reconciliação nacional. E vivendo-se num Estado de Direito, a anomalia é ainda mais grave, pois o respeito pelos vencidos é norma que se cumpre e, muito em especial, quando eles prestaram grandes serviços à Pátria. No caso do Prof. Marcello Caetano, ninguém pode esquecer que ele detém a mais alta condecoração portuguesa: a Torre e Espada, de Valor, Lealdade e Mérito, o que lhe dá jus a receber as maiores homenagens da Nação.

No Brasil tem sido cumulado do afecto e deferência, pelas autoridades locais, as instituições de cultura e os membros da colónia portuguesa. Dado o prestígio como professor e a sua notável obra jurídica, a Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, convidou-o para dirigir o Instituto de Direito Comparado. A sua palavra tem-se feito ouvir nos mais destacados centros universitários do país irmão. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que é vice-presidente honorário, tem sido com a fraterna amizade de Pedro Calmon um dos membros mais activos. Também na Academia Brasileira de Letras se tem visto rodeado de carinho e consideração. Pelas razões invocadas, o Prof. Marcello Caetano tem sido um grande embaixador da cultura e da amizade portuguesa em terras de Vera Cruz.

Quando em Portugal se fala de povo, conviria aos sociólogos escutar nos campos e nas cidades a voz dos estratos mais humildes: os pequenos funcionários, as donas de casa, os reformados, os motoristas de táxi, a gente rural. E por alguma razão profunda, que vem do respeito que os povos dispensam aos que bem os serviram, todos continuam a guardar a lembrança grata do homem e do estadista que satisfez os seus anseios e carências e que a todos ofereceu a imagem real da honestidade política.

Apenas com o sentido da justiça que finalmente se cumpre, porque a honra nacional assim também o exige, oxalá não tarde o dia em que o Prof. Marcello Caetano possa regressar a Portugal, com todos os direitos que lhe cabem. Tal o anseio de muitas centenas de milhares de portugueses que pedem ao Estado o cumprimento desse dever. Satisfeita essa aspiração, ter-se-á então virado uma página de amargura da história de Portugal. *Joaquim Veríssimo Serrão*

VII

EVOCAÇÃO DE UM GRANDE PORTUGUÊS

O Dia, de 28 de Outubro de 1980

À hora em que se traçam estas linhas, vai a enterrar no Rio de Janeiro, longe da sua terra e do povo que lhe era querido, um homem que a História elevará como um dos mais prestantes e dignos portugueses do nosso tempo. Sem qualquer dúvida, deixou o mundo amargurado pelas injustiças de que foi alvo e profundamente roído, sem nunca o confessar, pelas saudades do País natal que lhe enchiam a alma. Quando se foi bom e honesto na vida, talvez faça parte da condição humana sofrer por culpa alheia as maldições e desconcertos do próprio tempo. É bem verdade, como dizia o Poeta, que só a dor nobilita as criaturas. E se, por secreto desígnio da Providência, assim sucedeu com o presidente Marcello Caetano, a sua morte há-de obrigar muita gente a reflectir sobre o destino de um homem que, em troca da amizade que derramou e do interesse pelo bem público, apenas colheu na última fase da vida os travos da ingratidão e da amargura.

Com inteira propriedade se pode afirmar em Portugal que morreu Alguém e que o recheio humano e intelectual do nosso país fica realmente mais pobre. O presidente Marcello Caetano foi Alguém que muito amou a sua Pátria e a serviu com devoção e competência nos mais altos cargos que desempenhou. Foi Alguém que honrou a Universidade pela nobreza do seu magistério, que dignificou a Cultura pela exemplaridade da sua obra e que governou o País com reconhecida honestidade, alta visão social e devotado patriotismo. E foi ainda Alguém que fez da existência a mais viva irradiação de sentimentos, pelo respeito que ofereceu aos outros e que soube exprimir na lealdade do trato e nos primores do convívio.

Quem seja isento e não se deixe avassalar pelo império das paixões jamais poderá negar tais dons que eram a marca de uma invulgar personalidade. Grande em tudo: como catedrático, como historiador, como homem, como amigo e como governante. Não interessa nesta hora de magoada tristeza julgar a sua acção política norteada pela ânsia do bem público. Isso se fará um dia com a serenidade e a justiça que a História impõe aos homens. Trata-se hoje, sim, para quem o conheceu e amou em vida, de lamentar a morte de um Português autêntico que foi nobre nos ideais e por eles sofreu as maiores desventuras.

Como foi possível, seis anos e meio decorridos sobre o 25 de Abril, que os poderes públicos jamais lhe tivessem prestado a reparação nacional que se impunha? Que não tivessem pensado em revogar a lei hedionda que o condenava a 12 anos de cadeia pelo «crime» de haver sido presidente do Conselho? Que nem sequer lhe tivessem concedido o justo direito à aposentação por 47 anos de exemplar serviço na função pública? Que no País não se lhe tivesse feito em vida a justiça de o fazer voltar ao convívio dos familiares, dos

amigos e de quantos — milhares e milhares de portugueses — lhe estavam presos pelo coração?

Tempo verdadeiramente atroz é o nosso, em que se condena a injusto exílio um bom servidor da Nação e nem sequer se lhe prestam as honras que se devem aos vencidos. É demasiado tarde para reparar o olvido em que o deixaram amigos de ontem e adversários de hoje, uns pela suprema lei do esquecimento que avilta os homens, outros pelo ódio que espalham ao seu redor e que nem sequer poupa os vencidos e os mortos. Quem viveu na intimidade do presidente Marcello Caetano conhecia as suas fundas amarguras que escondia com um estoicismo exemplar. Queria apenas que o deixassem morrer no Brasil, nessa terra acolhedora que foi o bálsamo do seu coração destroçado.

Ali foi professor universitário e académico ilustre, recebido em todas as casas com marcas de veneração, grande no prestígio que sentia ao seu redor. As mais respeitadas figuras do país irmão, como esse admirável Prof. Pedro Calmon, Austregéliso de Athayde, Josué Montello, Luís Vianna Filho e tantos outros nomes, amavam-no fraternalmente e tudo faziam para lhe minorar o espinho da saudade. Repito que é tarde demais para que Portugal mereça receber o seu corpo. Deixemos o presidente Marcello Caetano repousar para sempre naquele chão sagrado que o acolheu de braços abertos na hora da desventura, pois será a maneira de respeitar inteiramente a sua memória. O seu nome não poderá hoje servir de bandeira seja para quem for, com excepção daqueles que nunca o abandonaram nem esqueceram e que têm como símbolo o autêntico povo português.

No dia 16 de Outubro, já bastante doente e sem que nada fizesse pressagiar o eminente fim, escrevia-nos o querido Amigo: «Estou caminhando muito devagar no 2.º volume da minha *História*. Após a segunda pneumonia do ano, não consegui recuperar saúde nem ânimo. O coração continua a fazer das suas e os edemas teimosamente se instalaram, apesar de todos os tratamentos. Estou esperando o calor (tem feito um frio anormal há quase um mês) para ver se isto melhora. Confesso que estou cansado dos males e dos remédios.»

E em carta pouco anterior, ao meu insistente pedido para que voltasse a Lisboa, dissera com o coração magoado: «Voltar a Portugal, para quê? Já não tenho casa para viver, nem livros para estudar, nem ocupações a preencher, nem meios de subsistência. Mentia se lhe dissesse que não tenho saudades desse sol e da boa gente que de longe me tem acarinhado. Mas encontrei no Brasil o coração aberto que aí se me fechou. Prefiro acabar aqui os dias e nem depois de morto pretendo voltar à terra que me foi ingrata.»

Como escrevi há dois meses neste mesmo jornal, o regresso do presidente Marcello Caetano teria permitido fechar uma página de amargura da História de Portugal, na desejada reconciliação da família portuguesa. Assim não aconteceu, porque ninguém pensa nos homens que a roda do destino triturou. Mas o seu calvário vai ficar durante muito tempo como chaga aberta nas nossas consciências, porque foi desumano e injusto. O presidente Marcello Caetano pôs sempre o bom nome do País acima de tudo, pelo que ficará como exemplo do homem bom, do governante digno e do patriota sem mácula. A nossa História há-de guardar

lembrança grata do seu nome e ilustrar a sua figura com o melhor dos títulos: um Grande Português. *Joaquim Veríssimo Serrão*

VIII

EVOCAÇÃO DE MARCELLO CAETANO —*DA SAUDADE AO CULTO*

O Dia, de 4 de Novembro de 1980

Uma semana decorreu sobre o passamento do homem e do estadista que em todos os domínios da actividade pública tão dignamente serviu Portugal. E não podem os seus amigos deixar sem uma palavra de carinho essa figura admirável que, pela nobreza da sua vida e pelo sacrifício da sua morte, profundamente os marcou. Fazem-no por imperativo de justiça e por mando do coração, para que se vá fortalecendo no País o sentimento da homenagem que a Nação portuguesa, mais tarde ou mais cedo, terá de prestar ao presidente Marcello Caetano.

O tempo passa veloz, talvez para nos dar consciência da nossa fragilidade perante a lei soberana da morte. Graças a ele, a justiça da História pode realmente dizer quem merece o preito eterno dos seus compatriotas. É ainda o tempo que nos dá a conformação bastante para transformar as grandes dores em magoada saudade. E assim se vai fortalecendo o culto de alguém que deixou lembrança viva do seu nome, pela honestidade da sua conduta e pelo amor que sempre mostrou ter à sua Pátria.

Podemos hoje sentir a morte do presidente Marcello Caetano como verdadeira perda nacional. A partir de agora começou o seu acendrado culto na expressão de um sentimento colectivo que traduz, ao mesmo tempo, a saudade e a gratidão. Foi impressionante o número dos que puseram gravata preta no dia da sua morte, como impressionante foi a missa que no Dia de Todos-os-Santos, na Igreja de S. João de Brito, foi rezada por sua intenção e que reuniu duas mil pessoas. Em muitos outros pontos do País, o sentimento popular revestiu idêntica expressão num clima de comovente dignidade.

Não tem qualquer finalidade política a evocação destas verdades, só que pretendem acordar no povo português o sentimento de justiça que se deve ao presidente extinto. A hora é de profunda tristeza para quantos o amaram e viveram a pureza dos seus ideais, porque sentem que a sua morte não pode encerrar de vez um capítulo que, pela injustiça de que se revestiu, é de chaga viva nos nossos corações. Embora infelizmente póstuma, há uma reparação moral a prestar a esse patriota devotado que sofreu no mais fundo da alma as incuráveis feridas da ingratidão e do esquecimento. E o tempo não deixará de cumprir os

seus ditames, na consagração que Portugal inteiro um dia virá a prestar ao presidente Marcello Caetano.

Não mais se poderá esquecer a imagem desse mestre da Portugalidade que na cátedra e na governação, tanto no pensamento doutrinário como na acção política, definiu princípios que eram sinónimos de três nobres ideais: a ânsia de maior justiça social, o respeito da pessoa humana e um profundo apego a Portugal. Para sempre nos deixou o seu mentor, com a obra inacabada de uma liberalização progressiva e que teria poupado o País a uma brutal e cruel mutilação; mas o seu pensamento continua a orientar os que respeitam a dignidade alheia, prezam os valores do espírito e amam, acima de tudo, a terra que lhes foi berço e a grandeza da sua História. O «marcelismo» fica como alta expressão do humanismo político, numa filosofia de vida e de acção que aspirava a um grande consenso nacional para alcançar metas sociais mais justas e para valorizar o nosso destino multirracial no Mundo.

Quanto ao primeiro ponto, e vendo os benefícios então alcançados pelas classes mais desfavorecidas (viúvas, reformados e rurais), ninguém de boa-fé pode negar o impulso social que o país conheceu sob a égide do presidente Marcello Caetano. Quanto ao segundo ponto, tudo se orientava para consolidar a ligação afectiva de todas as raças e populações que queriam continuar Portugal. A política da autonomia progressiva e participada teria levado à criação de «novos brasis» em que a língua, o sentimento e a cultura seriam a bandeira do corpo moral da Pátria e a esperança do seu promissor futuro. O 25 de Abril deu um rumo diferente à nossa política ultramarina, pelo que não será difícil aos analistas, com a larga perspectiva que o tempo oferece, reconhecer hoje quem tinha, afinal, razão em preservar o destino nacional e não o oferecer à cobiça estrangeira.

Entre outras qualidades seculares, têm os povos a profunda sabedoria de avaliar o merecimento dos seus governantes, prestando justiça aos que mais se distinguiram no serviço do bem público. Por isso apagam da sua memória os ambiciosos e os traidores, os que não serviram a Pátria mas se serviram dela para a ofender ou mutilar. Pelo contrário, quando os governantes foram honestos e prestantes na sua tarefa, os povos outorgam-lhes a lembrança grata que é uma forma de preito colectivo a exprimir a amizade e a gratidão. E para apagar as ofensas que outros perpetraram, ainda os povos têm o dom de erguer um culto aos grandes homens, numa forma de penhor do seu coração agradecido.

O culto do presidente Marcello Caetano, que durante o seu longo exílio estivera latente no sentir do nosso povo, vai identificar-se a partir de agora com a consciência nacional. Tão dignamente e sem palavras de recriminação suportou a sua amargura, que não vai o seu culto traduzir-se em vingança seja contra quem for. Mas devem os seus inúmeros amigos, quantos lhe beberam a mensagem e o amaram profundamente, exigir que não tarde o dia em que a Nação autêntica salde com esse homem bom, honesto e admirável a homenagem que Portugal lhe deve. *Joaquim Veríssimo Serrão*

IX

PRESIDENTE MARCELLO CAETANO
—*UM SERVIDOR DE PORTUGAL*

Jornal Português de Economia & Finanças, de 1 de Dezembro de 1980

Foi uma figura singular da vida portuguesa o Prof. Doutor Marcello Caetano, que no dia 26 de Outubro faleceu exilado no Rio de Janeiro, depois de ter prestado ao País os mais assinalados serviços. Senhor de uma plurifacetada e rica personalidade, impôs-se nos mais variados domínios da acção e do pensamento, ao ponto de ter marcado de maneira indelével os últimos 50 anos da vida nacional. Como mestre universitário, jurisconsulto, político, governante, historiador e homem culto, a sua existência constitui um exemplo de amor devotado a Portugal, à sua história e às suas gentes, podendo definir-se pela ânsia imensa de bem fazer e de bem servir.

Durante 42 anos honrou a Faculdade de Direito de Lisboa onde se formara e de que foi eminente professor. Muitas gerações de alunos, dos mais variados quadrantes ideológicos, ainda hoje recordam a grandeza do seu mestrado que teve por lema o culto da ciência e o ideal da Universidade. Possuidor de uma cultura invulgar, cobria todos os campos do mundo jurídico, do direito público ao privado e sem esquecer a economia monetária que foi tema das suas primeiras indagações. O Prof. Doutor Marcello Caetano tinha ainda uma singular vocação pedagógica, amando e vivendo para os seus alunos, a quem procurava abrir caminhos de reflexão e de estudo. Se a definição de magistral se pode aplicar a um Mestre universitário, ele sempre o foi no reconhecimento dos seus pares.

A Universidade Clássica de Lisboa teve nele, sem dúvida, o maior reitor de sempre, de 1959 a 1962. Sonhou com uma Cidade Universitária que fosse o centro de um fecundo trabalho de investigação e de ensino e, ao mesmo tempo, o coração da vida comunitária que haveria de estreitar professores e alunos no revigoramento do mesmo ideal. E conferiu então à Universidade de Lisboa um prestígio nacional e além-fronteiras que a tornou mais conhecida e respeitada. Como historiador o Prof. Doutor Marcello Caetano abriu novos domínios no conhecimento do passado nacional, nomeadamente quanto à Idade Média. Ulissipógrafo distinto, compôs uma obra sobre a administração municipal de Lisboa na primeira dinastia, além de uma inovadora visão de conjunto sobre a organização dos mesteres da capital, assim como do Regimento das cidades e vilas do Reino em 1504. Também se debruçou no estudo das nossas cortes medievais, com relevo para as de 1254 e 1385, e no inventário e definição das restantes que se efectuaram de 1211 a 1433. Na sua ânsia de saber histórico abrangeu outros campos, no exame dos decretos do Concílio de Trento, da administração central do Reino, do Conselho Ultramarino e das doutrinas sobre o *mare liberum* e o *mare clausum* na história ultramarina dos séculos XVI e XVII.

Além do historiador e do jurista, deve ainda registar-se o talento de quem foi um primoroso cultor da língua portuguesa. Senhor de um magnífico poder verbal e de um não vulgar espírito de síntese, o Prof. Doutor Marcello Caetano pode considerar-se um escritor notável. A sua pena impõe-se pelo traçado clássico e pela beleza dos matizes, numa elegância de forma que dele fazem um verdadeiro estilista. Cada uma das suas páginas é um modelo de bem escrever o nosso idioma.

Do governante atento ao bem público e que a todos ofereceu a imagem da honestidade política, há-de falar a história com palavras de justo louvor. Defendeu o corpo secular da Nação como realidade moral espalhada pelo Mundo. Atendeu problemas humanos, ampliou a justiça social e renovou o País sem dores nem convulsões. Graças ao seu desvelo, Portugal marchava em 1974 para as novas metas de progresso que lhe teriam evitado a grave mutilação que sofreu na sua alma. O futuro será implacável para quantos denegriram os valores da Pátria e enganaram a boa-fé dos seus compatriotas. Mas do presidente Marcello Caetano guardará a lembrança do estadista probo e que foi, em todas as circunstâncias, um patriota exemplar. Essa justiça inteira lhe fará um dia a História, porque também já a ditou o coração dos Portugueses. *Joaquim Veríssimo Serrão*

ÍNDICE DOS NOMES CITADOS

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S